

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - PPGADT**

TIAGO PEREIRA DA COSTA



**O IRPAA E O “ESTALO” DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO COMO
PARADIGMA E PROJETO POLÍTICO NA ÓTICA DO BEM VIVER**

JUAZEIRO – BAHIA

2023

TIAGO PEREIRA DA COSTA

**O IRPAA E O “ESTALO” DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO
COMO PARADIGMA E PROJETO POLÍTICO NA ÓTICA DO BEM
VIVER**

Tese apresentada à Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, Campus Juazeiro - BA, Espaço Plural, como requisito para obtenção do título de Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, na linha de pesquisa Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira.

Co-orientador: Prof^o. Dr. Helder Ribeiro Freitas.

Linha de Pesquisa: II - Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento.

Local de Execução: Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA.

JUAZEIRO – BAHIA

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

C837 Costa, Tiago Pereira da
i O IRPAA e o “Estalo” da Convivência com o Semiárido como Paradigma e Projeto Político na ótica do Bem Viver / Tiago Pereira da Costa. – Juazeiro-BA, 2023. xv, 392 f.: il. 29 cm.

Tese (Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Espaço Plural, 2023.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira.

1. Meio Ambiente. 2. Bem Viver. 3. Tecnologia Social. 4. Paradigma Sustentável. 5. Modos de Vida no Semiárido. 6. Redes de Cooperação. I. Título. II. Oliveira, Lúcia Marisy Souza Ribeiro de. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 304.25

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - PPGADT

FOLHA DE APROVAÇÃO

TIAGO PEREIRA DA COSTA

O IRPAA E O “ESTALO” DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO COMO
PARADIGMA E PROJETO POLÍTICO NA ÓTICA DO BEM VIVER

Tese apresentada à Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, Campus Espaço Plural em Juazeiro-BA, como requisito para obtenção do título de Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, área de Concentração “Sociedade, Natureza, Inovações Sociotécnicas e Políticas Públicas”, na linha de pesquisa Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento.


Aprovado em: 08 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA


Prof^ª. Dra. **Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira** / UNIVASF.
Orientadora


Prof^ª. Dra. **Tatiana Ribeiro Velloso** / UFRB.
Avaliadora


Prof. Dr. **Roberto Marinho Alves da Silva** / UFRN.
Avaliador


Prof^ª. Dra. **Silvana Lúcia da Silva Lima** / UFRB.
Avaliadora


Prof. Dr. **Francisco Ricardo Duarte** / UNIVASF.
Avaliador

Quero trazer à memória o que me pode dar esperança. As misericórdias do SENHOR são a causa de não sermos consumidos, porque as suas misericórdias não têm fim; renovam-se cada manhã. Grande é a tua fidelidade. A minha porção é o SENHOR, diz a minha alma; portanto, esperarei nele.

Lamentações 3:21-24 ARA

*Eu parabenizo o IRPAA
Essa grande Entidade
Dando suporte e apoio
Às pequenas propriedades
O agricultor apropriado
Deve ser acompanhado
Em sua propriedade*

*Em 17 de abril de 1990
Uma bela terça-feira
A turma toda se reuniu
De forma bem ordeira
Ninguém Imaginava
Que ali logo começava
Uma entidade verdadeira*

Zepoeta (Monte Santo-BA)

Dedico essa Tese a **Haroldo Schistek** (*em memória*) por acreditar num Semiárido possível, desabrochando num projeto político de Convivência dos seres humanos com a natureza. Ao **IRPAA**, por me oportunizar ser quem sou hoje, sendo uma escola de referência sobre o Semiárido Brasileiro.

As informações contidas nessa produção científica foram sistematizadas até o ano de 2022, não trazendo outros olhares a partir das mudanças decorrentes do novo ciclo pessoal, profissional e conjuntural. Deixei-me levar por uma produção de conhecimento que parte da realidade concreta, e no aprofundamento com os conhecimentos científicos gerou essa Tese, fruto de vivências, experiências e memórias.

AGRADECIMENTOS

Entre o medo e a esperança, não foi fácil vivenciar esse momento novo na minha vida, tampouco sabia o que me esperava, e tive que abrir mão, por forças orientadoras das circunstâncias, de tarefas que exercia com muito zelo e apreço. Doeuse muito, espero que em algum dia isso faça sentido e que o destino se encarregue de reconstruir minha história, sem perder de vista tudo que renunciei para chegar até aqui.

A Deus, o criador, que nunca desistiu de mim, eu sou eternamente grato. Aquele adolescente do Piçarrão, atravessou muitas tempestades e sem perceber, a fase jovem passou, agora adulto, um pouco mais maduro, se tornará doutor.

Ao meu pai, Artur Benjamim da Costa, que ao saber da minha aprovação no Doutorado, perguntou-me se ia atender no postinho de saúde da comunidade que estava sem médico. Sua simplicidade e honestidade, me ajudou a ser quem sou, um sonhador por vocação.

A minha mãe, Edna Pereira da Costa, uma guerreira responsável por tudo que sou hoje, por nunca ter desistido de mim e de meus irmãos, mesmo a vida lhe atribuindo uma carga perversa desde sua criação sem pai e sem mãe. Sua determinação, raça e força inabalável me ajudaram a romper os muros e as portas que aprisionavam meus sonhos.

Aos meus irmãos, Felipe Pereira da Costa, André Luiz Pereira da Costa e Benjamim Pereira da Costa Neto, por serem sagrados na minha vida.

Aos meus sobrinhos, Iago Gabriel Castro da Costa, Lunna Sophia Santos da Costa e Luiz Andrey Rocha da Costa, por todo carinho e amor para com o titio. Vocês são os maiores presentes de nossas vidas.

A Danielle Roseanne, não só por ser cunhada, mas, por ser uma irmã que não tive. Você foi fundamental em tudo que vivenciamos nesse período, sou eternamente grato.

Ao meu amigo, Júnior dos Santos Souza, por todo companheirismo e apoio.

A minha família, em especial, Arnaldo (*in memoriam*), Diana, Wilma, Marcelo, Keke, Rafael, Maria de Lurdes, Vitória, Victor, Isa, Andreia, Elza, Nilton, Marisa (madrinha), Rui Costa (padrinho), por toda estima e consideração.

Ao IRPAA, pelas oportunidades ao longo desses dezesseis anos (estudante, técnico, articulador, coordenador de projetos, coordenador de eixo, coordenador institucional e assessor), e por ter sido uma grande escola na minha vida, me oportunizando conhecimentos e vivências jamais vistas em nenhuma universidade.

Aos companheiros do IRPAA que contribuíram com vastos conhecimentos: Haroldo Schistek, Cícero Felix, José Moacir, João Gnadlinger, Nivea e Clérison.

À Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido - REFAISA e a Escola Família Agrícola de Sobradinho - EFAS, por serem minha casa, onde posso experimentar muita coisa e ainda aprender a sempre ser melhor no fazer internamente e externamente.

À Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, onde tive a oportunidade de cursar especialização, mestrado e agora o doutorado, favorecendo uma oportunidade ímpar para as populações menos favorecidas dessa região.

Ao Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT, em especial a Lúcia Marisy, Márcia Bento, Hélder Freitas, Ricardo Duarte, Denes Vieira e Cristiane Marinho, por serem minhas grandes referências.

A minha orientadora, por todo carinho e cuidado, Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira, por, juntamente comigo, gerar essa produção científica e acadêmica para as populações do Semiárido. Saiba que seu legado jamais será esquecido e que todo meu apreço será retribuído em ações para os menos favorecidos, como a senhora fez e faz ao longo da vida.

A Valdir Reis da Silva, Luis Henrique de Santana, Aurivan Santana da Silva e Giliard Rocha Dantas, por fazerem parte dessa construção e pelas contribuições.

A William França, um amigo de primeira hora, por toda parceria, em especial pelo meu produto de doutorado, algo inovador por ser uma plataforma digital.

Aos meus colegas de turma (R1) e aos meus professores/as, por me forjarem na academia, sem perder meus princípios e convicções. Tudo que foi confrontado, refutado e acatado serviram para melhor compreender as contradições da sociedade contemporânea.

Nesse período de doutoramento, me tornei Conselheiro Titular do Conselho Estadual de Educação da Bahia – CEE/BA, do qual sou eternamente grato ao Secretário da Educação, professor Jerônimo Rodrigues Souza, pessoa pela qual tenho muita admiração e apreço pelo ser humano incrível que és e pelo gestor íntegro e à luz do seu tempo. Nunca pensei ocupar essa tão plena corte, que pensa e regula a educação baiana, e isso só foi possível porque, sob seu olhar, viu nesse jovem uma possibilidade de ocupação desse pleno de conselheiros, com alguém que vem do rural, do chão da educação do campo e da pedagogia da alternância.

Aos estudantes da EFAS, aos agricultores e agricultoras assessorados/as pelo IRPAA, aos fóruns, redes, articulações e conselhos... sou grato por tudo que aprendi e aprendo, caminhando e cantando e seguindo a canção....

A minha banca de Qualificação que muito contribuíram com apontamentos pertinentes para a Tese, em especial Haroldo Schistek (*em memória*), Roberto Marinho (UFRN), Ricardo Duarte e Lúcia Marisy.

A Roberto Marinho Alves da Silva, pelas grandiosas reflexões no processo de estruturação desse estudo, lançando luzes sobre a Convivência e o Bem Viver.

A Lina Penalva pela correção ortográfica. Muito bom saber que ao ler essa produção, despertou interesses em conhecer *in loco* esse trabalho.

A professora Tatiana Veloso, pelas relevantes contribuições, apreço e cuidado.

A minha banca de Pré-Defesa e Defesa, sou eternamente grato, em especial a Dra. Tatiana Veloso, Dra. Silvana Lima, Dr. Roberto Marinho e Dr. Ricardo Duarte.

A Rita de Cássia Lacerda, Giselle Ramos Coutinho e Silvana Oliveira da Silva.

Tu vens, tu vens, eu já escuto os teus sinais... (Alceu Valença)

RESUMO

Há trinta e dois anos surge o conceito da Convivência com o Semiárido - CSA através da produção de conhecimentos contextualizados, das tecnologias apropriadas e sociais, e da mobilização social, que começaram a ser discutidas pelos atores sociais locais, na perspectiva de transformar as histórias de fracasso, pobreza, miséria e morte nos sertões nordestinos, em práticas de resiliência com as características próprias do bioma caatinga, em especial do Semiárido Brasileiro. Para tanto, o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA passou a instrumentalizar com reflexões teórico-práticas as populações das comunidades e dos territórios rurais da sua área de abrangência a fim de alterar o paradigma vigente do Combate à Seca para o de Convivência com o Semiárido. Nessa perspectiva, com o objetivo de avaliar a sua trajetória considerando as transformações ocorridas na região através da sua atuação junto às populações e as organizações da sociedade civil desde a década de 1990, buscou-se responder nesta pesquisa a seguinte questão: a CSA não é só paradigma, é um projeto político e de mobilização social na região, e que vem se legitimando como contraponto às políticas e programas governamentais de Combate à Seca e de modernização tecnológica e conservadora. O *locus* da pesquisa foram os municípios que integram a área de atuação do IRPAA. O trajeto metodológico foi de abordagem qualitativa, por considerá-la adequada ao problema de pesquisa, a fim de identificar as contradições presentes na ideologia que sustenta o discurso da fragilidade, inferioridade e insustentabilidade do Semiárido Brasileiro, levando-se em conta as informações, as mudanças nas concepções sobre produção e clima, os comportamentos e os valores que foram se concretizando ao longo do tempo, bem como, as contradições internas da realidade. Esta escolha justifica-se pela oportunidade de se considerar não só o sistema de relações no qual as famílias estão envolvidas, mas também as representações sociais e coletividades que constituem a vivência do seu cotidiano. Para melhor compreender os fatos observados, foi feita busca nos documentos existentes do IRPAA, observação direta junto às populações, além de entrevistas semiestruturadas. Os dados coletados foram submetidos à teoria do Bem Viver de modo a explicar os pressupostos que fundamentam a Convivência com o Semiárido enquanto paradigma sustentável, a partir da dialética que reconhece a relação dinâmica de oposição e complementaridade entre o mundo natural e o social, entre o pensamento e a natureza, bem como, a identificação do modo de produção de uma sociedade e sua relação com as superestruturas sociais que permite a interpretação dos fenômenos observados, contribuindo com o fortalecimento das comunidades rurais e tradicionais, territórios de identidades, especialmente da classe trabalhadora, considerando a Convivência com o Semiárido enquanto projeto político emancipador.

Palavras-chaves: Relação Sociedade e natureza; Bem Viver; Tecnologia Social; Paradigma Sustentável; Modos de Vida no Semiárido; Redes de Cooperação.

ABSTRACT

Thirty-two years ago, the concept of Coexistence with the Semiarid - CSA emerged through the production of contextualized knowledge, appropriate and social technologies, and social mobilization, which began to be discussed by local social actors, with the perspective of transforming the stories of failure, poverty, misery and death in the northeastern backlands, in resilience practices with the characteristics specific to the caatinga biome, especially the Brazilian Semiarid. To this end, the Regional Institute of Appropriate Small Farming - IRPAA began to equip the populations of communities and rural territories in its area of coverage with theoretical-practical reflections in order to change the current paradigm of Combating Drought to that of Coexistence with the Semi-arid. From this perspective, with the aim of evaluating its trajectory considering the transformations that have occurred in the region through its work with populations and civil society organizations since the 1990s, this research sought to answer the following question: the CSA is not Just a paradigm, it is a political and social mobilization project in the region, which has been legitimizing itself as a counterpoint to government policies and programs to combat drought and technological and conservative modernization. The locus of the research was the municipalities that are part of the IRPAA's area of activity. The methodological path was a qualitative approach, considering it appropriate to the research problem, in order to identify the contradictions, present in the ideology that supports the discourse of fragility, inferiority and unsustainability of the Brazilian Semiarid, taking into account the information, changes in conceptions about production and climate, behaviors and values that have come to fruition over time, as well as the internal contradictions of reality. This choice is justified by the opportunity to consider not only the system of relationships in which families are involved, but also the social representations and collectivities that constitute their daily experience. To better understand the facts observed, a search was made of existing IRPAA documents, direct observation with the populations, in addition to semi-structured interviews. The collected data were submitted to the theory of Good Living in order to explain the assumptions that underlie Coexistence with the Semi-Arid as a sustainable paradigm, based on the dialectic that recognizes the dynamic relationship of opposition and complementarity between the natural and social world, between the thought and nature, as well as the identification of a society's mode of production and its relationship with social superstructures that allows the interpretation of observed phenomena, contributing to the strengthening of rural and traditional communities, territories of identities, especially of the working class , considering Coexistence with the Semi-Arid as an emancipatory political project.

Key-words: Relationship between society and nature; Good Living; Social Technology; Sustainable Paradigm; Ways of Life in the Semi-Arid; Cooperation Networks.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| AABA | Articulação de Agroecologia na Bahia. |
| ABCMAC | Associação Brasileira de Captação de Água da Chuva. |
| ACESA | Animação Comunitária de Educação em Saúde. |
| ADENE | Agência de Desenvolvimento do Nordeste. |
| AGROVALE | Agroindústria do Vale do São Francisco. |
| ALFANOR | Agricultura Industria e Com do Nordeste, |
| ANA | Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. |
| APAEB | Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira. |
| APS | Áreas dos Programas. |
| ARCAS | Associação Regional de Convivência Apropriada a Seca. |
| ART | Anotação de Responsabilidade Técnica. |
| ASA | Articulação Semiárido Brasileiro. |
| ASD | Áreas Susceptíveis a Desertificação. |
| ATER | Assistência Técnica e Extensão Rural. |
| BAHIATER | Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural. |
| BNB | Banco do Nordeste do Brasil. |
| BNDE | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. |
| C.A.L | Campo Alegre de Lourdes. |
| CAA | Centro de Assessoria do Assuruá - BA. |
| CAATINGA | Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais. |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. |
| CAR | Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. |
| CDJBC | Centro Dom José Brandão de Castro. |
| CEB | Comunidades Eclesiais de Base. |
| CEDETER | Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial. |
| CEFAS | Centro Educacional São Francisco de Assis - PI. |
| CEMADEN | Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais. |
| CENTRU | Centro de Educação e Cultura do Trabalhador - PE. |
| CEP | Comitês de Ética em Pesquisa. |

| | |
|------------|--|
| CEPAVA | Centro de Educação Popular Valença - PI. |
| CEPFS | Centro de Educação Popular e Formação Sindica I - PB. |
| CGT | Confederação Geral do Trabalho. |
| CHESF | Companhia Hidroelétrica do São Francisco. |
| CMMAD | Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. |
| CNBB | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. |
| CNS | Conselho Nacional de Saúde. |
| CNTE | Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. |
| COAPRE | Cooperativa Agroecológica do Polo de Remanso. |
| CODEFAT | Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. |
| CODENO | Conselho de Desenvolvimento do Nordeste. |
| CODETER | Colegiado de Desenvolvimento Territorial. |
| CODEVASF | Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. |
| CONDEL | Conselho Deliberativo da Autarquia. |
| CONEP | Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. |
| CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. |
| COOPERCUC | Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá. |
| COOPERVIDA | Cooperativa Agropecuária Familiar Orgânica do Semiárido. |
| COP | Conferência das Partes. |
| CORDEC | Coordenação de Defesa Civil. |
| CPATSA | Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido. |
| CPC | Centros Populares de Cultura. |
| CPF | Cadastro de Pessoa Física. |
| CPI | Comissão Parlamentar de Inquérito. |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra. |
| CSA | Convivência com o Semiárido. |
| CSAB | Convivência com o Semiárido Brasileiro. |
| CTA | Centro Técnico Aeroespacial. |
| CTPN | Comissão Técnica de Piscicultura no Nordeste. |
| CUT | Central Única dos Trabalhadores. |
| DAKI | Semiárido Vivo. |
| DIEESE | Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. |

| | |
|----------|---|
| DNOCS | Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. |
| E.U.A. | Estados Unidos da América. |
| EBDA | Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola. |
| ECO 92 | Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. |
| ECSA | Educação para Convivência com o Semiárido. |
| EFAS | Escola Família Agrícola de Sobradinho. |
| EMBRAPA | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. |
| ENCONASA | Encontro Nacional da ASA. |
| ENOS | El Niño-Oscilação Sul. |
| ET | Estatuto da Terra. |
| ETR | Estatuto do Trabalhador Rural. |
| FAMESF | Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco. |
| FAO | Food and Agriculture Organization. |
| FAPESB | Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. |
| FBAF | Fórum Baiano da Agricultura Familiar. |
| FBI | Felicidade Interna Bruta. |
| FETAG | Federação dos Trabalhadores na Agricultura. |
| FGV | Fundação Getúlio Vargas. |
| FIDA | Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. |
| FIPE | Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. |
| FP | Fundo de Pasto. |
| GARRA | Grupo de Apoio e de Resistência Rural e Ambiental- BA |
| GT | Grupo de Trabalho. |
| GTDN | Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. |
| GTI | Grupo de Trabalho Interministerial. |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. |
| ICID | Intergovernmental Panel on Climate Change. |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano. |
| IDHM | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. |
| IECLB | Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. |
| IFOCS | Inspetora Federal de Obras Contra a Seca. |

| | |
|------------|--|
| INMET | Instituto Nacional de Meteorologia. |
| INPE | Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. |
| INSA | Instituto Nacional do Semiárido. |
| IOCS | Inspetora de Obras Contra as Secas. |
| IPCC | Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas. |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. |
| IPF | Instituto Paulo Freire. |
| IRCSA | Associação Internacional de Sistema de Captação de Água da Chuva. |
| IRPAA | Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada. |
| ITEP | Instituto de Tecnologia do Estado de Pernambuco. |
| JOC | Juventude Operária Católica. |
| MAPTA | Movimento Água para Todos e Todos pela Água. |
| MCP | Movimento de Cultura Popular. |
| MDA | Ministério do Desenvolvimento Agrário. |
| MDR | Ministério do Desenvolvimento Regional. |
| MEB | Movimento de Educação de Base. |
| MI | Ministério da Integração. |
| MINTER | Ministério do Interior. |
| MMA | Ministério de Meio Ambiente. |
| MMTR | Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. |
| MOC | Manual de Orientação do Contribuinte. |
| MST | Movimento dos Sem Terra. |
| MTE | Ministério do Trabalho e Emprego. |
| OMM | Organização Mundial de Meteorologia. |
| ONG | Organização Não Governamental. |
| ONU | Organização das Nações Unidas. |
| OSCIP | Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. |
| P1+2 | Programa 1 Terra e 2 Águas. |
| P1MC | Programa um Milhão de Cisternas. |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos. |
| PAN-BRASIL | Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. |
| PATAC | Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada as Comunidades. |

| | |
|-------------------|---|
| PBMC | Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. |
| PBSM | Plano Brasil Sem Miséria. |
| PCSAB | Plataforma da Convivência com o Semiárido Brasileiro. |
| PEC | Proposta de Emenda Constitucional. |
| PECONSAB | Plataforma da Convivência com o Semiárido Brasileiro. |
| PETI | Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. |
| PGPAF | Proagro Mais e Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar. |
| PIB | Produto Interno Bruto. |
| PISF | Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. |
| PLANVASF | Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco. |
| PLSNSEQ ECOSOL | Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária. |
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar. |
| PNAPO | Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. |
| PNCF | Programa Nacional de Crédito Fundiário. |
| PNDTR | Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural. |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. |
| PPGADT | Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. |
| PRO CUC | Programa de Convivência com o Semiárido em Canudos, Uauá e Curaçá. |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. |
| PSDB | Partido da Social-Democracia Brasileira. |
| PT | Partido dos Trabalhadores. |
| PTDSS | Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável e Solidário. |
| REFAISA | Rede de Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido. |
| RESAB | Rede de Educação do Semiárido. |
| RSNS | Rede Sabor Natural do Sertão. |
| SAB | Sociedade Astronômica Brasileira. |
| SASOP | Serviço de Assessoria a Organização Popular Rural. |
| SDR | Secretaria de Desenvolvimento Rural. |
| SDT | Secretaria de Desenvolvimento Territorial. |
| SEAPAC | Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários. |

| | |
|----------|---|
| SEO | Search Engine Optimization. |
| SICONV | Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse. |
| SINTAGRO | Simpósio Nacional de Tecnologia em Agronegócio. |
| SNS | Sabor Natural do Sertão. |
| STR | Sistema de Transferência de Reservas. |
| SUDENE | Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. |
| TSSF | Território Sertão do São Francisco. |
| UAEFAMA | União das Associações das Escolas Família Agrícola do Maranhão. |
| UFRN | Universidade Federal do Rio Grande do Norte. |
| UNEB | Universidade do Estado da Bahia. |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância. |
| UNIVASF | Universidade Federal do Vale do São Francisco. |

LISTA DE FIGURAS

| Nº | Nomenclatura | Página |
|---------|---|--------|
| 01 | Categorias de análise e principais fontes consultadas. | 53 |
| 02 | Delimitação do Semiárido Brasileiro. | 63 |
| 03 | Demonstração do Crescimento do Semiárido Brasileiro. | 64 |
| 04 | Mapa do Semiárido com a composição dos estados, municípios e a população. | 65 |
| 05 | Umbuzeiro árvore sagrada do sertão. | 79 |
| 06 | Mapa da Desertificação do semiárido Brasileiro. | 83 |
| 07 e 08 | Sistemas de Produção no Semiárido. | 95 |
| 09 | Belo Monte – Canudos. | 134 |
| 10 e 11 | Imagens do Belo Monte. | 135 |
| 12 e 13 | Procissão na Romaria de Canudos. | 141 |
| 14 | Divulgação da 36ª Romaria de Canudos com enfoque na Superação da fome. | 144 |
| 15 | Linha do Tempo dos Marcos Históricos. | 145 |
| 16 | Linha do Tempo das Constituições no Brasil. | 159 |
| 17 | Imagem de Dom José Rodrigues. | 161 |
| 18 e 19 | Encontro de Paulo Freire com Dom José Rodrigues. | 165 |
| 20 | Barragem de Sobradinho. | 165 |
| 21 | Perímetro de Irrigação em Juazeiro - BA e Petrolina - PE. | 166 |
| 22 | Noticiários da época sobre a seca e a população. | 171 |
| 23 | Carta a Bispo do Nordeste – Dom José Rodrigues. | 174 |
| 24 | Linha do tempo do IRPAA (1990 a 2022). | 175 |
| 25 | Ata de Constituição do IRPAA. | 177 |
| 26 | Primeira sede do IRPAA em Juazeiro – BA. | 178 |
| 27 | Assembleia do IRPAA. | 179 |
| 28 e 29 | Mobilização Social e Capacitação sobre Clima e Água. | 181 |
| 30 | Imagem de Haroldo Schistek | 185 |
| 31 e 32 | Aplicação dos recursos didáticos na formação dos | 186 |

| | | |
|----------------|---|-----|
| | lavradores/as. | 187 |
| 33 e 40 | Material pedagógico produzidos pelo IRPAA | |
| 41 | Formação sobre Hidroestesia com Maria que assume a partir de 1995. | 192 |
| 42 e 43 | Processo de formação dos lavradores/as. | 195 |
| 44 | Presença do Bispo na vida das comunidades e apoio aos trabalhadores/as. | 197 |
| 45 | Formação em Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes. | 199 |
| 46 e 47 | Estudantes da República e Colaboradores do IRPAA. | 201 |
| 48 e 49 | Comercialização em feiras livres, uma prática comum. | 202 |
| 50 | Formação de Multiplicadores/as da CSA. | 207 |
| 51 | Notícia da época sobre trabalhador do IRPAA. | 208 |
| 52 | Mesa de abertura do Simpósio. | 209 |
| 53 a 55 | Imagens do semiárido no período de chuva x estiagem. | 210 |
| 56 | Equipe do IRPAA ao final do primeiro ciclo. | 213 |
| 57 | Equipe do IRPAA e Estudantes da República em 1998. | 214 |
| 58 | Três visionários do IRPAA: Dom André, Dom José Rodrigues e Haroldo. | 215 |
| 59 e 60 | Curso sobre o Uso da Bíblia no Semiárido. | 218 |
| 61 | Formação de Multiplicadores/as do PROCUC. | 220 |
| 62 | Equipe Técnica presente na vida das comunidades. | 227 |
| 63 | Ilustração da composição familiar no Semiárido: Pessoas, Casa, Roça e Tecnologia. | 237 |
| 64 | Placa de identificação da 1ª cisterna. | 242 |
| 65 | Família acessando tecnologia social de água de qualidade. | 243 |
| 66 | Tecnologia Social – Cisterna de Calçadão. | 245 |
| 67 | Produção de Alimentos a partir da Cisterna de Calçadão. | 246 |
| 68 e 69 | Plenária de Comunicação da ASA, em Juazeiro BA. | 247 |
| 70 | Carta da ASA por um Semiárido Vivo. | 250 |
| 71 | Celebração da Avaliação dos 10 anos do IRPAA. | 253 |
| 72 | Imagem do Livro de Canto e Cartaz da 13ª Romaria de Canudos. | 255 |

| | | |
|------------------|---|-----|
| 73 | 3º Simpósio Brasileiro de Captação e Armazenamento de Água de Chuva. | 256 |
| 74 | Imagem da natureza do Semiárido em tempo chuvoso. | 257 |
| 75 | Ministros José Graziano (Segurança Alimentar), Benedita da Silva (Assistência e Promoção Social), e Ciro Gomes (Integração Nacional) visitam Guaribas (PI), município simbólico do combate à fome por ter um dos menores IDH do país. | 261 |
| 76 | Romaria da Terra e das Águas – anúncios e denúncias. | 265 |
| 77 | Processo de Formação de educadores/as pelo IRPAA. | 271 |
| 78 e 79 | Implementação da Educação Contextualizada com as Crianças. | 279 |
| 80 | Trabalho em Mutirão – Raspa da Mandioca. | 281 |
| 81 | Beneficiamento das Frutas em Unidade de Processamento em Uauá. | 282 |
| 82 e 83 | Criação da Marca – O Sabor Natural do Sertão. | 283 |
| 84 | Mapa de atuação da Rede SNS. | 285 |
| 85 a 90 | Processos de Formação de Rede SNS. | 286 |
| 91 a 93 | Processos Produtivos da Rede SNS. | 288 |
| 94 | Armazém da Caatinga, na Orla Nova de Juazeiro – BA. | 289 |
| 95 e 96 | Celebração dos 20 anos e a Equipe do IRPAA ao final do seguinte ciclo. | 291 |
| 97 | Festival do Umbu em Uauá – BA. | 295 |
| 98 | Adoção de Metodologias participativas na Extensão Rural. | 297 |
| 99 e 100 | Capacitação de agricultores/as através das ações de ATER. | 297 |
| 101 a 103 | Mobilização Social em Defesa do Programa Cisterna 2011. | 299 |
| 104 | Assembleia do IRPAA do ano de 2010. | 300 |
| 105 | Organograma do IRPAA. | 301 |
| 106 | Atuação junto as organizações sociais. | 303 |
| 107 | Povo organizado em defesa do território comunitário. | 306 |
| 108 e 109 | Processo de formação de multiplicadores/as. | 308 |
| 110 | Linha do Tempo da precipitação anual no município de | 308 |

| | | |
|------------------|--|-----|
| | Juazeiro – BA. | |
| 111 | Comunidade tradicional de Fundo de Pasto e as 5 linhas de água. | 310 |
| 112 e 113 | Adoção de metodologias participativas. | 313 |
| 114 e 115 | Potenciais produtivos do Semiárido. | 314 |
| 116 e 117 | Capacitação dos agricultores/as em CSA. | 315 |
| 118 e 119 | Mídia noticiando o trabalho do IRPAA. | 316 |
| 120 e 121 | Articulação Política do IRPAA com os Governos. | 318 |
| 122 | Registro da Sociedade Civil na votação da Lei de CSA. | 319 |
| 123 | Ato de anúncio do Decreto em Jacobina. | 319 |
| 124 e 125 | Visita do Governador Rui Costa e do Secretário da SDR a Coopercuc em Uauá. | 320 |
| 126 | Plenária dos Movimentos Sociais no Programa de Governo Participativo. | 322 |
| 127 | Mobilização Social pelo Programa Cisternas. | 326 |
| 128 | Prevalência de Subalimentação % (PoU) – Brasil. | 330 |
| 129 | Níveis de Segurança e Insegurança Alimentar. | 331 |
| 130 | Depoimento do Secretário-geral da ONU. | 334 |
| 131 | Comunidade tradicional em processo de formação. | 346 |
| 132 | Ato de fé, solidariedade e comunhão em Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto. | 350 |
| 133 | Princípios da Convivência com o Semiárido. | 354 |
| 134 | Fundamentos da Convivência com o Semiárido. | 356 |
| 135 | Organização das comunidades na luta pelo Fundo de Pasto. | 358 |
| 136 | Produto do Doutorado: Plataforma Digital. | 362 |

LISTA DE QUADROS

| Nº | Nomenclatura | Página |
|-----------|---|---------------|
| 01 | Variação de quantidade de municípios entre as delimitações do Semiárido de 2017 e 2021. | 63 |
| 02 | Um Século de Seca no Semiárido (1901 – 2016). | 69 |
| 03 | Cronologia das secas no Nordeste. | 70 |
| 04 | Fases de atuação do IRPAA. | 196 |
| 05 | Comparação entre conhecimento científico e conhecimento popular. | 234 |
| 06 | Dados das implementações de Cisternas no Estado da Bahia. | 249 |
| 07 | Relação de Presidentes do IRPAA (1990 a atual). | 301 |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1. INTRODUÇÃO | 26 |
| 1.1 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA..... | 34 |
| 1.2 OBJETIVOS..... | 36 |
| 1.2.1 Objetivo Geral..... | 36 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos..... | 36 |
| 1.3 ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO DA OBRA..... | 36 |
| 2. PERCURSO METODOLÓGICO | 38 |
| 2.1 ESTUDO DE CAMPO ORIENTADO A ANÁLISE DE EFEITO..... | 42 |
| 2.1.1 Redução dos dados | 44 |
| 2.1.2 Categorização dos dados | 45 |
| 2.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA | 45 |
| 2.3 ANÁLISE DOCUMENTAL..... | 46 |
| 2.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE MATERIAL | 46 |
| 2.4.1 Observação direta..... | 47 |
| 2.4.2 Registro bibliográfico..... | 48 |
| 2.4.3 Entrevista | 49 |
| 2.5 TRIANGULAÇÃO DOS DADOS E A COMPARAÇÃO CONTEXTUALIZADA .. | 49 |
| 2.6 PLATAFORMA DIGITAL DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO | 51 |
| 2.5.1 Requisitos da Plataforma | 51 |
| 2.7 RISCOS | 52 |
| 3. REFERENCIAL TEÓRICO..... | 53 |
| 3.1 O SEMIÁRIDO BRASILEIRO..... | 53 |
| 3.2 SEMIÁRIDO ENQUANTO REGIÃO GEOPOLÍTICA E ECOSSISTEMA | 65 |
| 3.3 CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO | 96 |
| 3.4 O BEM VIVER..... | 100 |
| 4. TECENDO OS FIOS DA MEMÓRIA DE SURGIMENTO E ATUAÇÃO DO IRPAA E DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO..... | 132 |
| 4.1 CANUDOS: UM EXEMPLO DE CONVIVÊNCIA COM O SERTÃO | 133 |
| 4.2 CONTEXTO E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS FATOS HISTÓRICOS..... | 145 |
| 4.3 O SURGIMENTO DO IRPAA E A IDEIA DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO..... | 177 |

| | |
|---|------------|
| 4.4 A PRIMEIRA DÉCADA DE ATUAÇÃO DO IRPAA (1990 a 1999) – CONHECER O SEMIÁRIDO | 197 |
| 4.4.1 O Uso da Bíblia para Difundir Tecnologias Apropriadas | 218 |
| 4.4.2 Programa de Convivência com o Semiárido – PROCUC..... | 219 |
| 4.4.3 O Mutirão Nordeste de Convivência com o Nordeste | 228 |
| 4.4.4 O Surgimento da Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA | 237 |
| 4.5 A SEGUNDA DÉCADA DE ATUAÇÃO DO IRPAA (2000 – 2009) – IMPLEMENTAR A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO | 252 |
| 4.5.1 O Surgimento da Rede de Educação do Semiárido – RESAB | 270 |
| 4.5.2 A Criação da Rede Sabor Natural do Sertão – RSNS | 280 |
| 4.6 A TERCEIRA DÉCADA DE ATUAÇÃO DO IRPAA (2010 a 2019) – CONSOLIDAR A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO | 291 |
| 4.6.1 Eixo Terra | 306 |
| 4.6.2 Eixo Clima e Água..... | 307 |
| 4.6.3 Eixo Educação Contextualizada | 311 |
| 4.6.4 Eixo Produção..... | 313 |
| 4.6.5 Eixo Comunicação..... | 315 |
| 4.6.6 Lei Estadual, Fórum e Plano de Convivência com o Semiárido na Bahia | 318 |
| 4.6.7 Atuação junto ao Fórum Baiano da Agricultura Familiar e da Articulação do Campo..... | 321 |
| 4.7 A QUARTA DÉCADA DE ATUAÇÃO DO IRPAA (2020 à atual) – DEFENDER E RETOMAR A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO..... | 324 |
| 5. PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NA ÓTICA DO BEM VIVER..... | 338 |
| 5.1 O ESTALO DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO | 339 |
| 5.2 FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NA ÓTICA DO BEM VIVER | 345 |
| 5.3 A EMERGÊNCIA DOS FUNDOS DE PASTOS ENQUANTO PERSPECTIVA DE VIDA DIGNA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO | 358 |
| 6. PRODUTO: PLATAFORMA ESTALO DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO - ECONSAB | 362 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 366 |
| REFERÊNCIAS..... | 375 |
| ANEXOS..... | 387 |

1. INTRODUÇÃO

*Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer...*

Geraldo Vandré.

A produção dessa Tese extrapola o sonho de um dia se fazer um doutorado e se torna realidade, fruto dos caminhos percorridos desde a minha infância: as dificuldades da vida no sertão, na roça, no campo; ter que ir buscar água de carroça da comunidade de Caraíba até Barruquinha, município de Sento-Sé, região norte do estado da Bahia; ter que sair de minha comunidade de origem, distrito de Piçarrão, para ir estudar nas cidades de Sobradinho e Juazeiro, por falta de funcionamento da escola pública do Ensino Fundamental II (5ª à 8ª série) e depois do Ensino Médio (1ª à 3ª série); morar em casas de parentes e depois chegar na Escola Família Agrícola de Sobradinho - EFAS e na república de estudantes do IRPAA em Juazeiro (BA). Tudo que vivi nessa trajetória, os aprendizados, os medos, as dificuldades, me substanciaram para chegar até essa etapa de minha formação, conciliando estudar e trabalhar, que não foram tarefas fáceis para um jovem do campo.

A motivação em desenvolver esse processo investigativo se deu a partir do envolvimento com a proposta de Convivência com o Semiárido, atuando no IRPAA por quinze anos, sendo de relevante contribuição a produção de conhecimentos científicos, ajudando na desconstrução das visões estereotipadas que se tem sobre o Semiárido e sua população, bem como contribuindo no processo de consolidação e defesa dessa proposta.

Historicamente, o processo de formação socioeconômica e cultural do Brasil, demonstrou-se totalmente desconectada das diversas realidades existentes e comprometida apenas com a produção e (re)produção de discursos e práticas alienantes e opressoras. No Semiárido brasileiro, esta realidade deixou marcas ainda mais negativas e degradantes para a região e para os povos que aqui viviam.

Os diversos problemas estruturais como políticas pontuais e compensatórias, concentração de terras e de águas, cultura política baseada no patrimonialismo, no paternalismo e no clientelismo, falta de infraestrutura social, destruição da

biodiversidade e da exploração agropecuária, entre outras questões, deixaram marcas negativas para o desenvolvimento da região.

Na região Semiárida do Brasil, somente há trinta e dois (32) anos atrás as tecnologias já disponíveis, resultantes das observações, começaram a ser discutidas com os atores sociais, na perspectiva de compreender como reagem às práticas adotadas, e como transformar as histórias e ações fracassadas em comportamentos de resistência ativa orientadas pela Convivência com o Semiárido - CSA, sobretudo na escolha da agricultura apropriada e no manejo dos animais. Isso, após o processo de redemocratização do país, que com a aprovação da constituição de 1988, reconhece processos democráticos e participativos no Brasil República¹.

Em função das características da região do Semiárido Brasileiro, a estratégia para uma política de sustentabilidade baseia-se, essencialmente, na preparação e valorização dos seres humanos, instrumentalizados pela utilização da agroecologia como elemento central do paradigma da Convivência com o Semiárido na ótica do Bem Viver, viabilizadores da compreensão e resolução dos problemas que se apresentam como obstáculos à permanência plena e digna das populações em seus modos de vidas sustentáveis.

Segundo Silva (2006), a CSA vem se caracterizando como uma perspectiva cultural orientadora de um desenvolvimento cuja finalidade é a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania por meio de iniciativas socioeconômicas e tecnológicas ambientalmente apropriadas. Nesse sentido, embora esteja ainda em processo de formulação, suas propostas buscam contextualizar os princípios da sustentabilidade, possibilitando a harmonização entre a justiça social, a prudência ecológica, a eficiência econômica e a cidadania política no Semiárido brasileiro.

Nesta releitura, a partir deste estudo, constata-se uma perspectiva de Convivência proativa como sendo algo que se refere à espécie humana e sua relação com a natureza. Os seres humanos não são sujeitos passivos às variações que ocorrem no bioma, através de todas as manifestações do clima, das atividades da crosta terrestre, etc. Têm eles a capacidade de analisar e interpretar os eventos

¹ O período Republicano no Brasil iniciou em 1889 com o declínio da monarquia e o começo da chamada República Velha. O marco inicial desse período foi a posse do Marechal Deodoro da Fonseca, como primeiro presidente Republicano da história do Brasil.

ao seu entorno, tirar conclusões e adotar respostas efetivas. Contrário ao que ocorre com os animais que migram atrás de fontes de água, os seres humanos se adaptam ao meio; constroem tecnologias sociais de captação e armazenamento da água, por exemplo, como o caso das cisternas. A espécie humana possui cultura, que abrange o conhecimento em geral, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes, as ferramentas, as tecnologias e todos os outros hábitos e capacidades adquiridas ao longo da vida como membro de uma sociedade e trazidas para as novas gerações já com os acréscimos acumulados.

A Convivência é a base da sobrevivência para qualquer ser vivo neste planeta. Convivência é o equilíbrio entre todos os seres vivos que o compõe e a natureza inata, seja mineral, líquida ou gasosa. Este equilíbrio não é estático, são sistemas abertos com retroalimentação. Pode sair do equilíbrio, por quaisquer influências externas ou internas, mas tende a se equilibrar em um novo nível de convivência.

Então, se as populações tradicionais já habitavam esse espaço territorial, por qual motivo precisou materializar-se uma proposta de Convivência com o Semiárido (CSA)? O fato é que, nas regiões semiáridas (Brasil, África, etc.), colonizadas por europeus, a Convivência nunca assumiu uma dimensão política, ao contrário, os europeus impuseram seus conhecimentos, sua cultura, sua forma de produzir, desconsiderando a concepção de vida e de trabalho dessas populações.

Não se trata apenas da Convivência com o bioma ou com o clima, de uma proposta de acomodação, a Convivência com o Semiárido é uma relação proativa dos seres humanos em seus modos de vida locais, tradicionais e sustentáveis, respeitando os saberes, a cultura local, as trajetórias marcadas por lutas, resistências e resiliências, utilizando de conhecimentos contextualizados, tecnologias e procedimentos apropriados ao contexto ambiental e climático, construindo processos de vivência na diversidade e na harmonia entre as pessoas e a natureza, possibilitando assim, permanência na terra e melhor qualidade de vida, apesar das variações climáticas, sociais, econômicas e políticas.

A Convivência se apresenta como um projeto político contra hegemônico, exatamente sob esta perspectiva de ruptura pós-colonizadora, não apenas dos europeus, mas da sociabilidade do capital que tudo transforma em mercadoria e as relações sociais se orientam pelos valores de mercado.

Nesse contexto, diante das especificidades do Semiárido Brasileiro - SAB, no que se refere aos fenômenos sociais, históricos e organizativos contemporâneos a partir de sua relação com o Bem Viver e o Campesinato, esse estudo se torna uma grande perspectiva na atualidade no âmbito da academia e da produção de conhecimentos científicos, tendo a Economia Solidária, Economia Ecológica e a Agroecologia como referências para entender tal realidade e refletir sobre processos amplos do desenvolvimento econômico na região e suas fragilidades e implicações, com foco no ambiente institucional de investigação.

O ecossistema Semiárido está presente em diversas partes do mundo, abrangendo partes da América do Norte (Estados Unidos, Canadá e México), América do Sul (Venezuela, Equador, Argentina e Brasil), África (norte, central e sul), Europa (Espanha, Ucrânia, Rússia, Turquia), Ásia (Arábia Saudita, Iêmen, Cazaquistão, Mongólia, China, Geórgia, Armênia, Azerbaijão, Quirquístão, Uzbequistão, Turcomenistão, Tadjiquistão, Paquistão, Afeganistão, Índia, Irã, Iraque) e Oceania (Austrália) (Geografia, 2022).

Algumas dessas regiões que apresentam esse tipo de clima sofrem com problemas sociais históricos, econômicos e ambientais gerados pela ausência de políticas públicas apropriadas, práticas devastadoras de seres humanos, mudanças climáticas, má distribuição da terra e dos territórios campestres, o que gera pobreza e más condições de vida, sobretudo, às populações historicamente menos favorecidas.

A especificidade no Brasil é que o Semiárido é mais quente, altas temperaturas entre 25°C e acima de 28°C - resultando na baixa umidade do ar, além de longos períodos de estiagem, com chuvas escassas e mal distribuídas e, conseqüentemente, com mais evaporação, diferente de outras partes do mundo com características distintas de temperatura média anual entre 14°C e 18°C e uma precipitação total anual de 500 a 600 mm.

Mesmo tendo um clima quente, estando próximo à linha do Equador, com condições edafoclimáticas próprias que influenciam na modelagem da paisagem natural (Aziz Ab´Saber), tem também uma realidade histórica, um espaço construído, fruto de relações sociais constituídas e cristalizadas na formação social, econômica e política, marcada por conflitos e contradições impossíveis de serem compreendidas nas suas particularidades sem conexões com determinações mais

amplas da sociabilidade que marca o processo de colonização e de expansão do modo de produção capitalista no campo, passando por uma fase de acumulação primitiva até a consolidação de um modelo de modernização conservadora.

Um dos principais problemas ambientais que afetam essa região é a desertificação, processo pelo qual ocorre a formação de desertos, gerada pela ação antrópica e pelas mudanças climáticas (aquecimento global, efeito estufa, etc.). Além disso, a salinização do solo, gerada pelo desmatamento, manejo indevido do solo e a prática de uma agricultura inapropriada, também se destaca entre os problemas ambientais presentes na região do Semiárido.

De acordo com síntese divulgada INSA (2019), em quatro anos a população da região cresceu mais de 5%. A análise foi feita com base nas estimativas populacionais dos municípios em 2014, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A população equivale hoje a pouco mais de 34% da população do Nordeste e a cerca de 12% do território nacional, localizado nos estados da região Nordeste: Bahia, Ceará, Alagoas, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Maranhão e Rio Grande do Norte e, ainda, parte do Sudeste do país, o norte de Minas Gerais (INSA, 2019).

O bioma dominante desse clima é a Caatinga, com predominância de vegetação xerófila, adaptada aos climas secos, com a presença também do bioma Cerrado, ambos biomas presentes em 1/3 do nosso território nacional (54% dos estados brasileiros e 34% dos municípios), onde vivem 30% dos brasileiros (INSA, 2019).

O modelo de desenvolvimento do país está baseado no crescimento econômico, provocando impactos negativos, incalculáveis e ameaças às famílias das comunidades tradicionais e rurais e ao meio ambiente. O Estado Brasileiro adotou como prioridade a implantação de grandes projetos do agronegócio, produção para exportação, geração de energia, mineração, etc. resultando cada vez mais em disputas ferrenhas pelas terras e territórios. O Brasil continua ocupando o segundo lugar mundial na concentração de terras, proporcionando especulações e estrangeirização das terras.

Segundo Silva (2003; 2006), na primeira metade do século XX, surgem olhares críticos sobre as causas estruturais e consequências da miséria regional. Essa perspectiva crítica volta a ganhar força na década de 1990, com as propostas e

ações para Convivência com o Semiárido. Tanto o Combate à Seca quanto a Convivência com o Semiárido vinculam-se a visões de mundo que orientam os conhecimentos e práticas de seus atores sociais, influenciando a formulação e execução de políticas públicas no Semiárido (Silva, 2006).

Esses diferentes enfoques e imagens historicamente construídas influenciam até hoje as propostas de desenvolvimento do semiárido brasileiro. Não se trata apenas de opções políticas diferentes quanto a uma problemática regional. Percebe-se que estas duas perspectivas, do *combate à seca* e da *convivência com o semiárido*, estão estreitamente articuladas com diferentes paradigmas de desenvolvimento que informam as percepções sobre aquela realidade, selecionam os problemas e os seus enfoques específicos e indicam os modelos válidos de intervenção na superação de seus problemas específicos (Silva, 2003, p. 364).

É nesse ambiente que nasce esse processo investigativo, inserido na linha de pesquisa II - Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento, visando desconstruir as visões estereotipadas de Semiárido como espaço de atraso, pobreza e miséria, afim de analisar os paradigmas de desenvolvimento regionais em curso, mantendo-os acesos na agenda política e científica, assim como a necessidade de propor cientificamente a Convivência com o Semiárido na ótica do Bem Viver como paradigma regional e sustentável e projeto político emergente de base social.

O *lócus* de pesquisa é uma organização do terceiro setor (não governamental) que historicamente têm contribuído com a construção de conhecimentos apropriados a partir do paradigma da Convivência com o Semiárido, em descontentamento com a proposta governamental fracassada de Combate à Seca, que desconsidera as características edafoclimáticas dessa região específica no Brasil.

A Convivência com o Semiárido encontra-se fortemente comprometida com a dimensão política e governamental no período de 2016 a 2022, em que os apontamentos do contexto sinalizam para uma retomada equivocada de práticas antigas e reconhecidamente ineficazes, através da proposta governamental de Combate à Seca e do desenvolvimentismo via a estrangeirização das terras, dos recursos naturais e implantação de grandes projetos ligados ao agro, hidronegócio e ao sistema capitalista.

Com isso, esse processo investigativo pode substancialmente contribuir na implementação e consolidação de políticas públicas mais apropriadas no âmbito social, ambiental, cultural e econômico, bem como, gerar subsídios científicos que

demonstrem os impactos desses processos para a vida do povo e o equilíbrio da natureza.

Para a CAPES (2016) novas formas de produção de conhecimento enriquecem e ampliam o campo das ciências, pela exigência da incorporação de uma racionalidade mais ampla, que extrapola o pensamento estritamente disciplinar e sua metodologia de compartimentação e redução de objetos. Se o pensamento disciplinar, por um lado, confere avanços à Ciência e Tecnologia, por outro, os desdobramentos oriundos dos diversos campos do conhecimento são geradores de diferentes níveis de complexidade e requerem diálogos mais amplos, entre e além das disciplinas.

Assim, o debate sobre *Sustentabilidade e Bem Viver* no âmbito da Convivência com o Semiárido, numa dimensão teórica e prática, contribuirá para construção de bases científicas com uma racionalidade mais ampla, em vista da emergência de uma sociedade mais justa, saudável e viável, não apenas à espécie humana, mas para todos os seres vivos e para o planeta, considerando nesse processo investigativo as especificidades e complexidades da região Semiárida do Brasil.

Uma experiência concreta no Semiárido Brasileiro de Bem Viver, além da Convivência com o Semiárido, são os Fundos de Pastos, além de mais enraizada na simbiose cultural indígena e afro-americana, em resistência aos modelos agropecuários trazidos pelos Portugueses. É uma prática emergente no meio do “mundo” perturbado da chamada “modernidade” em constantes processos de conflitos, mostrando resistência e vitalidade, onde a defesa da Terra e do Território são elementos centrais desse movimento no Estado da Bahia, conseqüentemente do paradigma e projeto político de Convivência com o Semiárido.

Etimologicamente, sustentabilidade é a palavra originária do latim *sustentare* e nos remete a suportar, defender, auxiliar, manter, conservar em bom estado, resistir, impedir que caia, alimentar física ou moralmente, impedir a ruína, animar, aguentar, dentre outros (Telles, 2011; Ferreira, 1986).

Quando se estuda sustentabilidade deparamo-nos com a expansão do conceito para desenvolvimento sustentável. Em publicação do relatório Nosso Futuro Comum da ONU, conhecido como relatório de Brundtland (CMMAD, 1987, p. 46) encontramos um dos conceitos mais divulgados e aceitos para desenvolvimento sustentável como “aquele que atende as necessidades do presente sem

comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (Fazenda, 2014).

A compreensão do desenvolvimento sustentável começou a ser construída na Conferência de Estocolmo (1972) e no Simpósio de Cocoyok (1974). Esses eventos tiveram grandes méritos: a identificação de relações intrínsecas entre meio ambiente e desenvolvimento; os avanços conceituais que enfrentaram os reducionismos; e a formulação de estratégias para a promoção de um “desenvolvimento socioeconômico equitativo, ou *ecodesenvolvimento*” (Sachs, 1993, p. 30).

O conceito foi bem divulgado pelas áreas ambientais, alertando sobre definhamento da natureza gerado pelas decisões e omissões inconsequentes humanas repercutindo na água, no solo, na terra, no ar, comprometendo o futuro da vida em toda sua biodiversidade (Guevara, *et al.*, 2011).

A palavra sustentabilidade não deveria remeter somente a questões ambientais, conhecidas como questões verdes, como acontece na maioria dos casos, diante das divulgações iniciais do assunto, pois existem vários outros aspectos tão importantes quanto este, que foram deixados de lado por muito tempo, como as questões econômicas e sociais que também requerem cuidados, pesquisas, consciência e ações, principalmente mudanças de práticas. O tema é complexo e interdisciplinar, exigindo união de pessoas apoiando na sua ampla discussão e integração nos mais variados contextos, considerando os pilares social, ambiental e econômico, dentre outros que já despontam (Fazenda, 2014).

Portanto, esse processo investigativo, sem abandonar as dimensões tecnológica, agroecológica e dos modos de vida camponês, visa caminhar como horizonte na ciência política, para o debate de construção de projetos políticos, analisando os trinta e dois anos de atuação do IRPAA, como agente contra hegemônico, sendo construtor de novas sociabilidades em contextos desfavoráveis, mas com potencial para avançar.

Nesse contexto, as tecnologias sociais e apropriadas, e os conhecimentos empíricos acessíveis e que contribuem na solução efetiva de problemas, alimentam esse potencial, articulado com discursos, narrativas, experiências, memórias, governanças e redes de cooperação que questionam o *status* dos projetos hegemônicos e mostram possibilidades de novas construções de vida e de sociabilidade no Semiárido Brasileiro na ótica do Bem Viver.

1.1 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

Historicamente, desde o processo de colonização do Brasil, são perceptíveis dois modelos de desenvolvimento em curso: por um lado o desenvolvimento sustentado pelo estado brasileiro, pelas políticas, programas e isenções públicas ao sistema capitalista de produção, na constante busca pelo progresso, modernização e crescimento econômico com grandes projetos desenvolvimentistas (combate à seca, agronegócio, hidronegócio, exploração mineral, etc.); e por outro lado, após a ECO 92 e o debate sobre agricultura alternativa emergido pelas organizações e movimentos populares em 1980, surge a lógica do desenvolvimento sustentável, que prioriza outros aspectos da vida, dentre eles, as questões sociais, ambientais e também econômicos.

Mais tarde surge a teoria do Bem Viver como alternativa ao desenvolvimento, e não alternativa de desenvolvimento, onde a Convivência com o Semiárido se nutre dessa base epistêmica (teórica, metodológica, social e política).

A emergência do Bem Viver, um paradigma alternativo ao paradigma de desenvolvimento, sustentado pela institucionalidade contra hegemônica de movimentos e organizações sociais. O Bem Viver é a utopia não capitalista emergente de cosmovisões dos povos originários e seus saberes ancestrais. Nesse horizonte utópico, paradigmático, o fim para um povo ou comunidade é ser feliz com modos de vida sustentáveis. O Bem Viver floresce melhor em sociedades democráticas, onde a democracia é praticada todos os dias, através da sinergia emancipatória emergente da complementariedade entre as democracias representativa, participativa, deliberativa, comunitária. O Bem Viver é incompatível com o capitalismo; a construção de comunidades felizes com modos de vida comunitários sustentáveis exige a radicalização da democracia; as sociedades onde prevalecem o liberalismo político e econômico abortam a maioria das iniciativas de natureza emancipatória (Silva, 2017).

A problemática central desse processo investigativo analisou como se foi construindo a Convivência com o Semiárido como paradigma e projeto político contra hegemônico, em virtude dos avanços que as organizações sociais tem, com foco na qualidade de vida das populações, considerando que ainda há pouca produção de conhecimentos científicos sobre a CSA na ótica do Bem Viver, com

olhares dos atores sociais que nas últimas décadas vem trabalhando nessa perspectiva.

Assim, apresenta-se as seguintes hipóteses:

1. A Convivência com o Semiárido - CSA não é só paradigma, é um projeto político e de mobilização social na região, que vem se legitimando como contraponto às políticas e programas governamentais de Combate à Seca e de modernização tecnológica e conservadora.

2. A CSA construída com demonstrações práticas junto as comunidades e organizações de bases, implementada e assumida por vários sujeitos sociais e políticos, a exemplo do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA, pode ser vista como resposta, caso implementada e viabilizada pelo Estado brasileiro (a nível municipal, estadual e federal), para que as populações que vivem e trabalham no Semiárido saiam da letargia e do estado de pobreza extrema, adotando os conhecimentos e as tecnologias contextualizadas e apropriadas às condições edafoclimáticas da região, como a agroecologia, o manejo sustentável do bioma, a agregação de valor à produção, a criação de pequenos animais, o fortalecimento dos povos e comunidades tradicionais, dentre outros aspectos, que marcaram a sua trajetória na direção do Bem Viver. Por isso, aponta para um projeto político popular.

É neste ambiente emergente da realidade concreta que a interdisciplinaridade ganha corpo e força, pois ela traz para a prática da construção de conhecimentos científicos o espaço de observação e reflexão, ela se torna o fio condutor que liga vários campos de conhecimento, não por sobrepor-se em conhecimento, mas por difundir a postura de respeito, escuta, reconhecimento das experiências do outro e da vida do outro. É por meio desta atitude que fica possível a convivência entre os diferentes (Fazenda, 2014).

Neste contexto, obter bases teóricas contextualizadas e apropriadas ao contexto edafoclimático do Semiárido, poderá contribuir com a formação de novas gerações e tomadores de decisão, mais comprometidos com o planeta, com o futuro e com a vida dentro de toda sua biodiversidade, assim como comprometidos com a criação de atividades sustentáveis. Sem esses novos princípios, entendemos que continuaríamos reproduzindo os mesmos modelos exploratórios e insustentáveis de vida, em que o estímulo à competição, degradação e concentração, de forma

atomizada e fragmentada, potencializaria o caos do planeta, como já se tem acompanhado em várias áreas, referentes problemas a natureza (clima, água, agricultura, biodiversidade, poluição, geração de resíduos, consumo, energia, nascentes, etc.) e problemas relacionados às questões econômicas e sociais (fome, desemprego, acesso a informações, educação, mobilidade em cidades, infraestrutura, dentre tantos outros) (Fazenda, 2014).

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Descrever a trajetória do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA, a partir do paradigma da Convivência com o Semiárido no confronto com a ideologia oficial do Combate à Seca nos últimos trinta e dois anos (1990-2022).

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Avaliar a trajetória histórica e institucional do IRPAA, caracterizando o campo de atuação, os sujeitos, os projetos, as práticas e os parceiros na constituição e consolidação da sua missão;
2. Sistematizar as origens, princípios, fundamentos e perspectivas da Convivência com o Semiárido através da trajetória do IRPAA, considerando suas concepções e vivências;
3. Analisar a Convivência com o Semiárido a partir da abordagem do Bem Viver, enquanto projeto político no âmbito da formulação de programas e políticas públicas;
4. Elaborar plataforma digital para gestão do conhecimento e compartilhamento de conteúdo focado na Convivência com o Semiárido Brasileiro - CSAB, na perspectiva da formulação de políticas públicas no âmbito do *Bem Viver*.

1.3 ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO DA OBRA

Esse trabalho está organizado em seis capítulos, buscando minimamente assegurar uma sequência histórica para compreensão e análise do surgimento do IRPAA e o “Estalo” da Convivência com o Semiárido como paradigma e projeto político na ótica do Bem Viver, a saber:

Capítulo II: O processo metodológico estruturado com aportes teóricos, método de pesquisa, instrumentos, *locus* e apresentação da proposta inicial do produto.

Capítulo III: Trata-se do referencial teórico, com quatro categorias de análises para interconexão com o objeto de estudo, com uma abordagem sobre o Semiárido Brasileiro; o Semiárido enquanto região geopolítica e ecossistema; a Convivência com o Semiárido; e o Bem Viver.

Capítulo IV: Tecendo os fios da memória de surgimento e atuação do IRPAA e da Convivência com o Semiárido, começando por Canudos – um exemplo de Convivência com o Sertão; trazendo uma contextualização dos fatos históricos, chegando no surgimento do IRPAA e da ideia da Convivência com o Semiárido. Descreve a primeira década de atuação no período de 1990 a 1999, com destaques para o trabalho com o Uso da bíblia para difundir as tecnologias apropriadas, a atuação do Programa de Convivência com o Semiárido - PROCUC, o Mutirão de Convivência com o Nordeste e o surgimento da Articulação do Semiárido - ASA. Na descrição da segunda década de 2000 a 2009, também traz a criação da RESAB e da Rede Sabor Natural do Sertão. Na descrição da terceira década, descreve os Eixos de atuação do IRPAA, a criação da Lei de CSA e a atuação junto a Articulação do Campo. Chegando na quarta década, traz uma síntese do contexto e da conjuntura, apontando um conjunto de desafios para os próximos anos.

Capítulo V: Sobre os Princípios, Fundamentos e Perspectivas da Convivência com o Semiárido na ótica do Bem Viver. Aborda sobre o Estalo da Convivência com o Semiárido, aponta os fundamentos e princípios, e a perspectiva a partir da emergência dos Fundo de Pasto no Semiárido enquanto proposta concreta do Bem Viver no Semiárido Brasileiro.

Capítulo VI: Descreve o produto do doutorado, sendo uma Plataforma Digital: Estalo da Convivência com o Semiárido Brasileiro - ECONSAB.

Por fim, apresenta nas considerações finais uma síntese dos achados ao longo do processo investigativo, correlacionando-os com o objeto de pesquisa, hipóteses e resultados constatados, gerando uma nova base epistemológica a luz do trabalho do IRPAA pela Convivência com o Semiárido, no período de 1990 a 2022. É fato que o que se apresenta gera novas inquietações e possibilidades de continuidades de estudos acadêmicos e científicos, contribuindo plenamente para a consolidação e defesa da Convivência com o Semiárido como projeto político popular e paradigma na ótica do Bem Viver.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Em consideração a identidade epistemológica, interdisciplinar, teórica-prática e metodológica, optou-se, a princípio, nesse processo de pesquisa, por uma abordagem qualitativa, por meio da fundamentação dialética, assumindo o Estudo de Campo orientado para a análise de efeito da trajetória da Convivência com o Semiárido na região, utilizando-se a pesquisa participante, bibliográfica e análise documental como estratégias meio, sendo descritiva e aplicada quanto aos fins (Vergara, 1998).

O enfoque interdisciplinar também é fundamental para o estudo da história científica das inter-relações das sociedades com os recursos naturais, bem como das políticas implementadas com base em aparatos técnico-científicos específicos a cada período (Buriti, Barbosa, 2018).

As sociedades humanas enfrentam enormes problemas ecológicos e sociais que requerem métodos de investigação adequados para sua compreensão. A maneira altamente fragmentada como o conhecimento biofísico e social está atualmente organizado, enfraquece a capacidade de indivíduos, instituições e sociedades de tomarem decisões para servirem ao interesse comum. Desse modo, a interdisciplinaridade se insere como prática necessária para integrar múltiplas perspectivas, epistemologias e métodos em torno do interesse na resolução desses problemas complexos (Clark; Wallace, 2015).

A metodologia desenvolvida para analisar a Convivência com o Semiárido no âmbito da atuação do IRPAA, em vista da problemática que ainda há pouca produção de conhecimentos científicos que abordem amplamente esse paradigma, considera a familiaridade do pesquisador com o ambiente de pesquisa há mais de quinze anos, bem como, compreende-se que esse método de pesquisa permite um processo investigativo interdisciplinar² e transdisciplinar³ necessários numa sociedade contemporânea e num século em constantes processos de mudanças sociais, ambientais, econômicas, políticas, organizativas e produtivas.

² É um conceito que busca a intersecção entre conteúdos de duas ou mais disciplinas para permitir que a pessoa elabore uma visão mais ampla a respeito dessas temáticas.

³ A transdisciplinaridade é uma perspectiva pluralista do conhecimento que tem como finalidade alcançar a unificação do saber, conectando as mais variadas disciplinas para que seja possível um exercício mais amplo da cognição humana. Tem uma forte conexão com os saberes informais e o conhecimento popular.

O IRPAA é apenas um instrumento. E às vezes a gente corre um risco de colocar o instrumento na centralidade e tirar a proposta da centralidade. Haroldo, no finalzinho da vida dele, ele começou a chamar atenção pra isso. Ele disse o importante não é o IRPAA. O importante é a proposta que o IRPAA tem ajudado a construir junto com a diversidade de outras organizações. Não tem que enaltecer o IRPAA e sim a convivência com o semiárido. O IRPAA foi se moldando para fazer valer a proposta. Analisar o IRPAA como esse instrumental importante para viabilizar a proposta, você pode correr o risco de desidratar a proposta. A essência que deve ser a centralidade não é o instrumento. A essência é o projeto político. As linhas prioritárias da convivência não é o eixo, terra, água (Cícero Felix dos Santos, 2022).

A Dialética enquanto método orientador desse trabalho é a atitude histórico-materialista de interpretação da realidade que postula o engajamento científico baseado na oposição dinâmica de situações e de paradigmas; arte do diálogo (Platão) e lógica que enfatiza a dimensão histórica dos processos sociais (Santos, *et al.*, 2015, p. 96). Assim, por mais que se aponte a trajetória do IRPAA ao longo de seus 32 anos, o foco dessa Tese é evidenciar a Convivência com o Semiárido na centralidade da atuação institucional, sendo essencialmente um projeto político e um novo paradigma para o Semiárido Brasileiro.

A dialética reconhece a relação dinâmica de oposição e complementaridade entre o mundo natural e o social, entre o pensamento e a natureza. A identificação do modo de produção de uma sociedade e sua relação com as superestruturas sociais permite a interpretação dos fenômenos observados (Santos, *et al.*, 2015), através de um conjunto de outras categorias do método: totalidade, contradição, historicidade, mediação...

Compreende-se assim, que o método é o conjunto dos procedimentos escolhidos para a realização da pesquisa, ligado também à escolha "ideológica" marxista dado o percurso bem traçado que vai do problema, objetivos, até os procedimentos para o levantamento dos dados, sem perder de vistas as contradições da sociedade contemporânea, globalizada e tecnológica com acentuadas desigualdades sociais e fragilidades da classe trabalhadora.

Fazer um inventário das diversas estruturas de limitação vividas pelos vários grupos sociais marginalizados, oprimidos e dominados – os chamados “novos movimentos sociais”, tão plenamente como as classes trabalhadoras – com a diferença de que cada forma de privação é reconhecida como produzindo sua própria e particular “epistemologia”, sua própria visão a partir de baixo, e sua própria reivindicação por verdades específicas (JAMESON, *apud* BEST & KELLNER, 1991, p. 190) (VASCONCELOS, 2013, p. 13).

Nesse caso, a pesquisa por ser a antecipação de uma direção, de um caminho a ser percorrido, é sempre uma trajetória que tem um ponto de partida e enseja atingir observações e avaliações com condições para a organização das ações. Ou seja, ainda que este presuma a chegada, só foi possível constituir um resultado após percorrer todo o complexo de técnicas, estratégias e reflexões que validam e atribuem o caráter científico à pesquisa.

O principal *lócus* de pesquisa foi o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA, organização sem fins lucrativos, que há trinta e dois anos vem trabalhando com a Convivência com o Semiárido como ação institucional prioritária, e que tem atuação direta em cinco estados do Nordeste (Bahia, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Alagoas), com sede na cidade de Juazeiro, região norte da Bahia.

O Estudo de Campo orientado à análise de efeito proporcionou novas formas de se relacionar com as informações, novos modos de gerar e/ou produzir conhecimentos numa perspectiva de trazer melhorias e soluções viáveis para toda a coletividade. O conhecimento não é somente para informar, mas, principalmente, para conscientizar os grupos sociais, tendo em vista que neste tipo de pesquisa os sujeitos também são construtores de conhecimentos, ou seja, constituem-se sujeitos ativos e autônomos no processo de produção do saber social e científico.

Pela compreensão de que o processo metodológico ora apresentado buscou desenvolver técnicas e conhecimentos necessários ao fortalecimento das atividades já desenvolvidas no âmbito da pesquisa, utilizando dados advindos da própria instituição, pesquisas bibliográficas, documentais, são instrumentos que buscam a valorização dos saberes e as práticas diárias dos/as profissionais envolvidos/as, aliados aos conhecimentos teóricos e as experiências adquiridas pelo pesquisador, essa metodologia contribuiu com um novo saber que aponta propostas de possibilidades dos desafios identificados.

Essa pesquisa trouxe maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito para a construção de hipóteses. Com essa compreensão, pode-se afirmar que esta pesquisa tem como norte principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

As pesquisas qualitativas e descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o

estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (Gil, 2002).

Neste procedimento, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem que o pesquisador interfira neles. É um procedimento apropriado, quando se objetiva apresentar e analisar as características (funcionamento, estrutura, categorias, relações) de um problema. O ponto comum entre esses estudos descritivos é a utilização de técnicas padronizadas para avaliar, respectivamente, o impacto da ocorrência de uma realidade, a relação entre variáveis e a natureza e características da população brasileira (SANTOS *et al.*, 2015, p. 99 e 100).

São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. As pesquisas descritivas são as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, organizações populares, etc. (Gil, 2002).

Essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas (Gil, 2002).

Trata-se da proposição de uma metodologia conceitualmente embasada que para render os melhores resultados possíveis requer apropriação: deve fazer sentido para quem a aplica e, não obstante basear-se em princípios firmes, ser flexível o bastante para ser aplicada em vasta variedade de casos.

Nessa perspectiva, esse processo investigativo envolveu: (a) estudos disciplinares através dos componentes curriculares do Programa; (b) Estudo de Campo orientado a análise de efeito com Pesquisa Participante; (c) Pesquisas Bibliográficas e Documentais; (d) Imersões na realidade estudada; (e) aplicação de entrevistas; (f) triangulação para levantamentos e análises de dados.

Para o levantamento de dados, foi utilizado um roteiro por meio de formulário semiestruturado, que possibilitará aprofundar novas informações que ultrapassem os limites do roteiro de entrevistas previamente estabelecido.

A seleção da amostra dos/as entrevistados/as foi feita de forma intencional, adotando critérios de disponibilidade e de acessibilidade dos/as entrevistados/as,

tempo de serviços desenvolvidos, cargo que assume, devendo ser, obrigatoriamente, pessoas com envolvimento regional nas ações em curso.

2.1 ESTUDO DE CAMPO ORIENTADO A ANÁLISE DE EFEITO

A pesquisa de campo aconteceu em três etapas:

I – Análise documental, através de relatórios, projetos, sistematizações, publicações, anotações, planejamentos estratégicos, dentre outros relevantes, do período de 1990 a 2022.

II – Entrevistas semiestruturadas no âmbito da equipe do IRPAA, foram feitas presencialmente seguindo os protocolos de biossegurança no período da Pandemia, sendo selecionados 05 pessoas de referências nesta temática no âmbito local, regional, nacional e/ou internacional. Os sujeitos entrevistados fizeram questão de aparecer seus nomes nas transcrições das entrevistas.

III – Imersão nos Territórios - Visitas *in loco* em inovações sociotécnicas, essa atividade aconteceu presencialmente seguindo os protocolos de biossegurança, acompanhando as ações e projetos implementados pelo IRPAA na ótica da Convivência com o Semiárido, com recursos governamentais e apoio da cooperação internacional, a exemplo do Pro Semiárido-BA, Semiárido Produtivo-NE, Cáritas - Segurança Alimentar e Agricultura Resistente a Seca-NE, Misereor - Fortalecimento das Comunidades Tradicionais e de Assessoria Técnica e Extensão Rural - ATER.

De campo: É a coleta de material *in loco*, com ou sem envolvimento com os sujeitos de pesquisa. Pode ser observacional, participante ou não participante, experimental ou não. Ao contrário da pesquisa bibliográfica, a coleta de dados é efetuada em campo, onde ocorrem espontaneamente os fenômenos (SANTOS *et al.*, 2015, p. 103).

O estudo de campo procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Como consequência, o planejamento do estudo de campo apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo da pesquisa (Gil, 2002).

Estuda-se um único grupo, território ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação entre seus componentes. Nesse sentido, o território de estudo e análise é o Semiárido Brasileiro a partir da atuação

do IRPAA. Dessa forma, o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação.

O estudo de campo constitui o modelo clássico de investigação no campo da Antropologia, onde se originou. Nos dias atuais, no entanto, sua utilização se dá em muitos outros domínios, como no da Sociologia, da Educação, da Saúde Pública e da Administração. Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias (GIL, 2002, p. 53).

No estudo de campo, o pesquisador que aqui escreve realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de ter tido, ele mesmo, uma experiência direta com a situação de estudo e já ter aproximadamente quinze anos atuando diretamente no *locus de pesquisa*. Assim, é exigido do pesquisador que permaneça o maior tempo possível na comunidade/território, pois somente com essa imersão na realidade é que se pode entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado (Gil, 2002).

Como é desenvolvido no próprio local em que ocorrem os fenômenos, seus resultados costumam ser mais fidedignos. Como não requer equipamentos especiais para a coleta de dados, tende a ser bem mais econômico. E como o pesquisador apresenta nível maior de participação, torna-se maior a probabilidade de os sujeitos oferecerem respostas mais confiáveis (Gil, 2002).

Nesses estudos, a formulação exata do projeto de pesquisa é deixada para um estágio avançado de seu processo. A especificação dos objetivos, a seleção dos informantes e as estratégias para coleta de dados costumam ser definidas somente após exploração preliminar da situação (Gil, 2002).

Por tal razão, os estudos de campo na maioria das vezes iniciam-se com plano bem geral, que leva em consideração muito mais os objetivos da pesquisa e as limitações materiais do que propriamente a definição de procedimentos (Gil, 2002).

As pesquisas descritivas têm como objetivo básico descrever as características de populações e de fenômenos. Muitos dos estudos de campo, bem como de levantamentos, podem ser classificados nessa categoria. Nos levantamentos, contudo, a preocupação do pesquisador é a de descrever com precisão essas características, utilizando instrumentos

padronizados de coleta de dados, tais como questionários e formulários, que conduzem a resultados de natureza quantitativa. Nos estudos de campo, a preocupação também é com a descrição, mas a ênfase maior é colocada na profundidade e não na precisão, o que leva o pesquisador a preferir a utilização de depoimentos e entrevistas com níveis diversos de estruturação. As pesquisas explicativas visam basicamente testar hipóteses. Poucos são os estudos de campo com objetivos nesse nível. Há situações, entretanto, definidas como "experimentos naturais", em que o estudo de campo constitui o delineamento mais recomendável (GIL, 2002, p. 131).

Os estudos de campo requerem a utilização de variados instrumentos de pesquisa, tais como formulários, questionários, entrevistas e escalas de observação, sendo aplicados ao longo desse processo investigativo a partir do perfil dos sujeitos envolvidos.

Torna-se necessário, portanto, pré-testar cada instrumento antes de sua utilização, com vista em: (a) desenvolver os procedimentos de aplicação; (b) testar o vocabulário empregado nas questões; e (c) assegurar-se de que as questões ou as observações a serem feitas possibilitem medir as variáveis que se pretende medir. Não se requer, todavia, uma amostra rigorosamente representativa dessa população (GIL, 2002, p. 132).

Como os estudos de campo costumam ser prolongados e requerer contatos variados com as mesmas pessoas, a cooperação da comunidade é essencial. Nesse sentido, Daniel Katz (1974, p. 85-87) sugere vários procedimentos capazes de auxiliar nesse intento: buscar apoio das lideranças locais, aliar-se a pessoas ou a grupos que tenham interesse na pesquisa, fornecer aos membros da comunidade as informações obtidas, preservar a identidade dos respondentes (Gil, 2002).

Preservação da identidade dos respondentes constitui problema de alta relevância ética. Um grande dilema do pesquisador consiste na decisão sobre a revelação ou não de sua identidade ao grupo. Com efeito, manter-se incógnito pode ser vantajoso para a obtenção de determinados dados. A superação desse problema pode estar na solicitação do consentimento dos informantes. Muitos estudos de campo possibilitam a análise estatística de dados, sobretudo quando se valem de questionários ou formulários para coleta de dados. No entanto, diferentemente dos levantamentos, os estudos de campo tendem a utilizar variadas técnicas de coleta de dados. Daí por que, nesse tipo de pesquisa, os procedimentos de análise costumam ser predominantemente qualitativo (GIL, 2002, p. 133).

2.1.1 Redução dos dados

A redução dos dados consiste em processo de seleção, simplificação, abstração e transformação dos dados originais provenientes das observações de campo. Para que essa tarefa seja desenvolvida a contento, é necessário ter

objetivos claros, até mesmo porque estes podem ter sido alterados ao longo do estudo de campo (Gil, 2002).

2.1.2 Categorização dos dados

A categorização consiste na organização dos dados de forma que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir deles. Isso requer a construção de um conjunto de categorias descritivas, que podem ser fundamentadas no referencial teórico da pesquisa. Nem sempre, porém, essas categorias podem ser definidas de imediato. Para se chegar a elas, é preciso ler e reler o material obtido até que se tenha o domínio de seu conteúdo para, em seguida, contrastá-lo com o referencial teórico. Essas leituras sucessivas possibilitam a divisão do material em seus elementos componentes, sem perder de vista sua relação com os demais componentes (Gil, 2002).

Outro ponto importante nesta etapa é a consideração tanto do conteúdo manifesto quanto do conteúdo latente do material. É preciso, portanto, que a análise não se restrinja ao que está explícito no material, mas procure desvelar conteúdos implícitos, dimensões contraditórias e mesmo aspectos silenciados (Lüdke, André, 1986). Por outro lado, nessas pesquisas os dados costumam ser organizados em tabelas, no entanto, dado a natureza também qualitativas, também terá textos narrativos, matrizes, esquemas, etc. (Gil, 2002).

2.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Para tanto, foram realizados estudos em fontes bibliográficas, recorrendo a autores que tratam da questão do Semiárido Brasileiro, com destaque para as formas históricas de intervenção nessa realidade, e as obras que analisam as bases dos diferentes paradigmas ou modelos de desenvolvimento, bem como o Bem Viver e a Convivência com o Semiárido.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. As fontes bibliográficas são em grande número e podem ser assim classificadas em: Livros, publicações periódicas e impressos diversos (GIL, 2002, p. 44).

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos (Gil, 2002).

2.3 ANÁLISE DOCUMENTAL

Foram realizados estudos documentais no âmbito da atuação do IRPAA, com foco em políticas públicas, programas governamentais, ações e proposições de cunho popular e social que foram formuladas nas décadas de 1990 a 2022.

Foram utilizadas fontes de informação que ainda não receberam organização, tratamento analítico e publicação, como tabelas estatísticas, relatórios, ATAS de Assembleias, documentos arquivados como fotografias, noticiários, relatos, documentos institucionais, etc.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (Gil, 2002).

2.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE MATERIAL

A escolha dos instrumentos e das fontes de informação e dados não foi aleatória ou apenas fruto do desejo ou das competências técnicas específicas do pesquisador (Vasconcelos, 2013).

Entendemos por recursos e fontes primárias todo material que não recebeu um tratamento analítico e que geralmente é constituído pelos registros cotidianos e regulares nas organizações e na vida pessoal, grupal e social dos indivíduos. Todo material recolhido pela própria ou por outras pesquisas através, por exemplo, de entrevistas e observações; Todo o material oriundo da documentação formal e informal referente à constituição e manutenção da organização, na forma escrita, computadorizada, mídia ou outra qualquer, tais como projetos, relatórios, etc. O material e os documentos de comunicação de massas, tais como jornais, revistas, cinema e vídeo, programas de rádio e TV, multimídia eletrônica, etc., constituem

importantes fontes de dados para a pesquisa social, econômica e organizacional (VASCONCELOS, 2013, p. 211).

Os recursos e fontes bibliográficas secundárias - Os recursos e fontes secundárias são aqueles cuja captação e sistematização passaram pelo crivo de alguma forma de elaboração teórico-analítica, e os exemplos típicos são os livros, teses, dissertações, monografias e artigos científicos, técnicos e profissionais, na forma de papel ou em meio de registro computacional. Em tese, qualquer investigação exige uma pesquisa bibliográfica, no sentido de acompanhar até onde o conhecimento acumulado já avançou no estudo do tema e nas diferentes formas de abordagem teórica, metodológica e técnica ao problema em foco, evitando, portanto, o tão comum “chover no molhado” e o desperdício de recursos. Além disso, a utilização de fontes bibliográficas permite uma cobertura muito ampla de fenômenos semelhantes, permitindo uma comparação dos dados e resultados que amplia muito a perspectiva de análise (VASCONCELOS, 2013, p. 211).

Foi incluído na categoria de recursos e fontes secundários os registros e bancos de dados estatísticos produzidos por organizações privadas e principalmente pública, tais como IBGE, o Ipea, a FGV, a Fipe e o Dieese, que oferecem uma enorme quantidade de dados econômicos, demográficos, sociais, epidemiológicos, etc., de enorme valia para a pesquisa social em geral (Vasconcelos, 2013).

O conjunto de técnicas de coleta de dados serão: observação direta, registros institucionais (análise documental), entrevista e caderno de campo.

2.4.1 Observação direta – Registro visual e/ou auditivo do comportamento de um fenômeno no seu ambiente natural. A observação, que designamos por científica (apreensão de dados da realidade e sua interpretação), fez nascer a própria ciência. Os principais tipos de observação são: participante e não participante, sistemática assistemática, individual e em equipe, *in loco* e laboratorial. Baseia-se na habilidade do pesquisador de perceber informações de seu interesse, da capacidade de selecioná-las e registrá-las com fidelidade e de examiná-las com objetividade. Requer um sistema de pontuação ou de escala bem preparado e treinamento adequado do observador. Também requer supervisão durante a aplicação e procedimentos de verificação periódica para determinar a qualidade dos registros realizados (Barbosa, 2014) (Santos *et al.*, 2015).

Constitui um recurso sempre utilizado na coleta de dados, mesmo que de maneira informal e assistemática, mas pode ser planejada de forma sistemática e submetida a dispositivos de verificação e controle de validade e precisão que podem inclusive torná-la um procedimento considerado científico e rigoroso, no sentido positivista do termo. Uma das vantagens

comparativas dos diversos tipos de observação é a de que os fenômenos são percebidos diretamente, sem intermediários. Entretanto, a presença física do observador sempre provoca alterações no comportamento dos fenômenos observados, que exigem uma análise crítica desses efeitos e do sentido dessas alterações (VASCONCELOS, 2013, p. 218).

O registro é feito através de caderno de campo, gravadores, câmeras fotográficas, etc.

Observação participante ou ativa: o pesquisador participa ativamente na vida do grupo ou situação. Possibilita o acesso a dados de domínio mais privado e a captação de sutilezas e aspectos subjetivos dos indivíduos e grupos. Os maiores desafios estão em que o pesquisador deve assumir identidades e papéis dentro do coletivo observado ou criar vínculos com determinados indivíduos e grupos, interferindo abertamente no fenômeno, modificando o comportamento dos indivíduos, gerando resistências e/ou alianças, etc., cujos sentidos e implicações na pesquisa devem ser cuidadosamente analisados (VASCONCELOS, 2013).

É importante lembrar que em qualquer processo de observação a relação entre o observador e o mundo observado é bastante crítica e precisa ser cuidadosamente planejada e ter suas implicações sistematizadas e incluídas na própria análise do fenômeno. A interação entre o investigador e os atores sociais do campo de pesquisa constitui sempre, do ponto de vista do paradigma da complexidade, uma relação intersubjetiva e marcada pelos diversos atravessamentos constitucionais, sociais, culturais, ideológicos e políticos (Vasconcelos, 2013).

Todos os possíveis “ruídos de informação”, conflitos e problemas devem ser interpretados e avaliados como importantes dados reveladores das estruturas e das relações de poder subjacentes aos processos e da própria dinâmica de investigação (Vasconcelos, 2013).

Recomenda-se a todo pesquisador em ambientes sociais e institucionais “abusar” da observação direta dos fenômenos, como forma de ter um contato mais direto com a realidade, através de percepções a que os instrumentos mais objetivos e quantitativos não permitirão acesso. Em geral, a observação deve ser combinada com outros recursos e fontes de investigação (Vasconcelos, 2013).

2.4.2 Registro bibliográfico – Fichamento de fontes escritas, tais como livros, documentos, periódicos, relatórios, arquivos. Serve principalmente a três propósitos:

1) revisão de literatura para a formação de um referencial teórico, 2) sustentação teórica de uma observação e experimentação e 3) aprofundamento da análise de conteúdo. Requer alto grau de maturidade, isenção e responsabilidade do pesquisador (Barbosa, 2014) (Santos *et al.*, 2015).

2.4.3 Entrevista – Técnicas baseadas em conversa pautada com sujeitos/objetos de pesquisa. É o método por excelência da pesquisa social, qualitativa, com o objetivo de averiguar fatos, aferir opiniões, determinar percepções, para a obtenção de informações objetivas e/ou subjetivas dos sujeitos da pesquisa. A entrevista pode requerer um tempo maior de aplicação (desde a elaboração da pauta à coleta de material) do que o questionário, e pode ser direta, presencial ou a distância, individual ou grupal (Santos *et al.*, 2015).

O recurso da entrevista é um dos mais largamente utilizados em pesquisas humanas, sociais e organizacionais, e constitui uma interação assimétrica, em uma parte coleta dados e a outra apresenta como fonte ou, na linguagem especializada, como informante. É especialmente adequada para obter informações sobre o que as pessoas ou grupos sabem, acreditam, esperam, sentem e desejam fazer, fazem ou fizeram, bem como suas justificativas ou representações a respeito desses temas. O registro é feito através de anotações, gravadores e filmadoras, e cada um dos tipos de registros tem vantagens e desvantagens que devem ser avaliados com cuidado (Vasconcelos, 2013).

2.5 TRIANGULAÇÃO DOS DADOS E A COMPARAÇÃO CONTEXTUALIZADA

A triangulação na pesquisa foi com os dados, o pesquisador, as teorias e os métodos (Denzin, 1978; Webb *et al.* 1966; Patton, 1999). A questão da pesquisa foi respondida por diferentes fontes de dados e informações. Essa triangulação foi realizada por métodos comparativos, como fazem mitólogos, folcloristas, historiadores da arte e filólogos que buscam novas fontes de dados para confirmar uma hipótese ou um entendimento. Em Estudo de Campo, cruzar as informações com diferentes informantes-chave ou suplementar entrevistas com pesquisa documental também são meios de se triangular.

A lógica de comparação contextualizada⁴ é mais utilizada em estudos qualitativos, mas pode também incluir métodos quantitativos, se apropriando inclusive de metodologias estatísticas e experimentais, mas sem a pretensão de uma neutralidade ou objetividade científicas, desde que enquadrando-as na abordagem mais global do estudo. Isso é feito por meio de uma estratégia chamada de “triangulação”, cujo uso o presente autor recomenda em pesquisas no campo e nas ciências humanas, sociais e de saúde (Vasconcelos, 2013).

A lógica de comparação contextualizada, que também se utiliza da generalização de inferências analíticas. Entretanto, difere radicalmente da lógica anterior pelos seus pressupostos paradigmáticos e epistemológicos. É sustentada nos princípios do paradigma da complexidade e em abordagens teóricas sociais críticas, dialéticas e/ou interpretativas, que enfatizam que a disputa entre diferentes paradigmas, teorias e campos epistemológicos é marcada também pelas características, interesses e contexto sociopolítico das instituições científico-profissionais e de seus atores, como sujeitos do conhecimento e da investigação, processo ainda mais acentuado nas ciências humanas e sociais, e que impossibilita a simples comparação linear ou refutabilidade de estudos e teorias concorrentes. Assim, a possibilidade de generalização do conhecimento é feita não só através da comparação entre os resultados, metodologias, teorias, epistemologias e paradigmas utilizados de cada estudo, mas também e necessariamente por meio da comparação crítica entre as implicações e os interesses sociais envolvidos nas pesquisas, nas abordagens teóricas utilizadas e nas características sociais e subjetivas dos pesquisadores e dos indivíduos e grupos sociais incluídos no estudo (VASCONCELOS, 2013, p. 195 a 197).

Cada pessoa tem sua própria bagagem cultural e pode-se empregar essa multiplicidade de olhares em benefício da pesquisa. O objetivo é gerar novos parâmetros emergindo dos dados e novas interpretações.

Além disso, a definição das fontes e instrumentos de pesquisa depende também da perspectiva metodológica e epistemológica do pesquisador. Como vimos, as concepções mais contemporâneas e críticas de pesquisa e investigação sugerem combinar diferentes tipos de fontes e evidências, qualitativas e quantitativas, por meio de estratégias de triangulação, tentando superar as limitações de fontes unicamente quantitativas ou qualitativas. Buscando uma melhor aproximação ao tema (VASCONCELOS, 2013, p. 210).

Um bom estudo considera os múltiplos ângulos das perspectivas. O uso combinado de diferentes paradigmas e o emprego de diversos níveis micro e macro

⁴ A comparação contextualizada nessa perspectiva de análise, buscou criar uma analogia entre dois termos (Combate x Convivência) baseada em semelhanças (a região em que ambos os termos foram implementados). Essa analogia deve ter um conector que indique o paralelo que se faz entre os dois elementos (a relação com a natureza e os seres humanos).

para lidar com o mesmo projeto de pesquisa ajudam a conseguir uma boa qualidade na investigação.

2.6 PLATAFORMA DIGITAL DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Como produto desse Doutorado, dado sua natureza interdisciplinar e profissional, foi confeccionada uma Plataforma Estalo da Convivência com o Semiárido Brasileiro - ECONSAB, tendo como público alvo: agricultores/as, empreendedores/as, estudantes, pesquisadores/as, organizações da sociedade civil, instituições públicas, governos e organismos internacionais de fomento ao desenvolvimento agrícola e as mudanças climáticas.

2.5.1 Requisitos da Plataforma

- *Acessibilidade*: Ser de fácil acesso, simples e rápido. Ter um alto padrão de qualidade, sendo intuitivo para os usuários e ao mesmo tempo agradável e visualmente atraente. Apresentar página principal (*homepage*) de forma objetiva, curta e direta, fornecendo ligações (links) com o detalhamento dos conteúdos. Menu superior estático contendo ferramentas e opções de acesso às funcionalidades da plataforma. O sistema deve possuir mecanismo de busca que relacione palavras-chave aos metadados de cada objeto cadastrado. O sistema deve permitir a inserção de conteúdo multimídia em diversos formatos e ser otimizados para motores externos de busca – SEO (Search Engine Optimization).

- *Usabilidade*: O *layout* do website deverá ser responsivo, isto é, estar de acordo com o dispositivo a partir do qual o usuário acessa (*smartphones*, computadores e tablets). Entre os recursos técnicos necessários estão: gerar XML, XHTML, e CSS em conformidade com os padrões Web Standards / W3C; suporte a *plug-ins*; suporte a múltiplas categorias e *tags* para postagem; suporte às páginas estáticas; suporte a múltiplos autores; suporte a importação e exportação de dados; acesso administrativo personalizado por níveis de usuários e protegido por protocolos de segurança; Sistema de agendamento de conteúdo e edição de menus. A oferta desse conjunto de funções pode ser implementada através de Sistemas de Gestão de Conteúdos (*Content Management System – CMS*), desde que possuam recursos avançados de segurança, estabilidade, distribuição de informações e sejam estruturados com o código aberto (*open source*).

- *Suporte multilíngues:* A ferramenta deve oferecer a opção de acesso ao conteúdo nos idiomas português (PT-BR) e inglês (EN).
- *Integrações:* A ferramenta deve possuir Integração com redes sociais e com o serviço Google Analytics.

2.7 RISCOS

O projeto de pesquisa que gerou essa Tese, foi submetido ao Comitê de Ética em 28/03/2021, sendo aprovado em 22/05/2021, conforme parecer nº: 4.727.283 e CAAE nº 42403520.0.0000.8166.

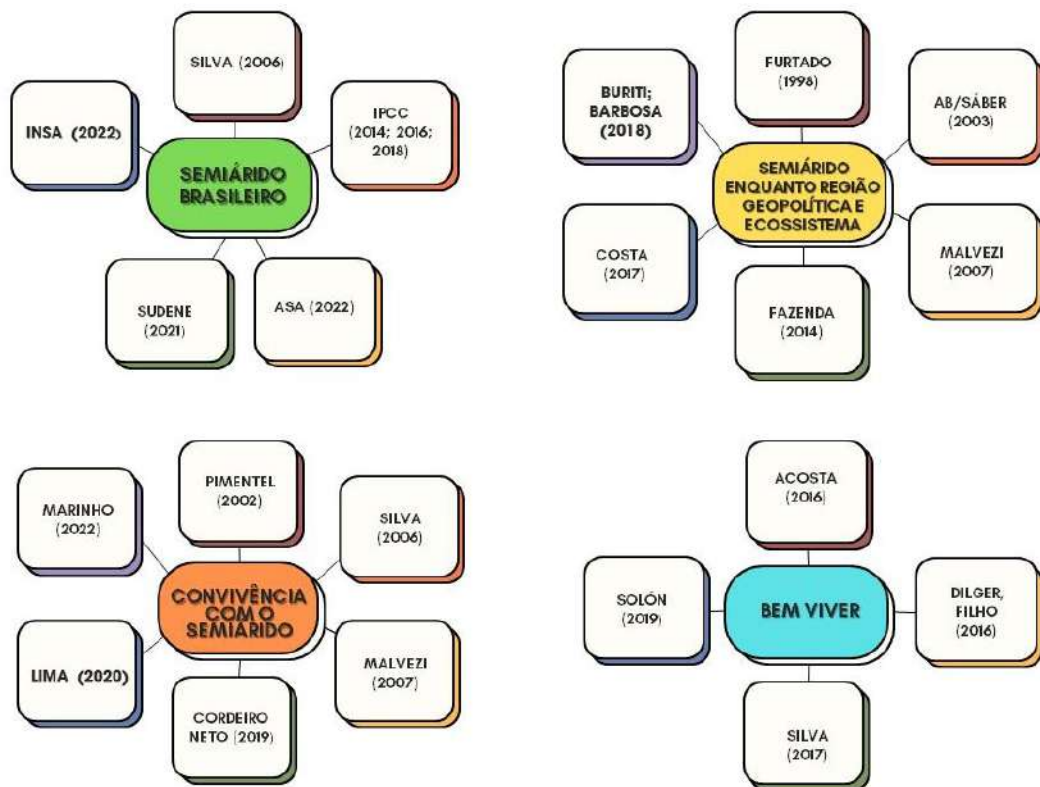
Nesse estudo, os riscos têm potencial mínimo, tendo em vista que não acontecerá em ambientes insalubres, não há necessidade de nenhum tipo de material ou de equipamentos de proteção, não manipula materiais de risco à saúde física ou mental dos participantes. Os riscos se limitam em aspectos como: as pessoas não se sentirem à vontade para participar. Todo estudo que envolve seres humanos traz riscos aos participantes, pois estes serão entrevistados, poderão responder a um questionário e participarão de atividades coletivas.

Caso seja necessário, o pesquisador garantirá aos participantes da pesquisa, o acompanhamento e assistência de forma imediata e integral durante e/ou após o encerramento e/ou interrupção da pesquisa, visando evitar danos materiais ou imateriais, direta ou indiretamente, decorrentes da pesquisa. A participação nessa pesquisa envolve riscos mínimos, pois ao responder aos questionários serão tomadas as precauções para assegurar a ética e o sigilo da identidade dos respondentes e na descrição dos dados do estudo. Em caso de percepção de qualquer risco ou dano significativo, constrangimento e/ou vazamento de informações, lhes será garantida a indenização diante dos eventuais danos decorrentes da pesquisa, assim como será comunicado a CEP, para avaliação da necessidade de adequação ou suspensão do estudo, visando a minimização e proteção do participante da pesquisa. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade. Para minimizar qualquer situação de risco ligada a esses ou outros fatores, o pesquisador estará atento para qualquer alteração nas rotas de pesquisa planejadas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Optou-se no âmbito desse estudo, por quatro categorias de análises, das quais os achados ao longo do processo investigativo foram submetidos a essas teorias já estruturadas e aprofundadas cientificamente.

Figura 01 – Categorias de análises e principais fontes consultadas.



Fonte: pesquisador (2022).

3.1 O SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Antecedendo a definição do Semiárido brasileiro atualmente conhecida, é necessário referenciar que esta região era denominada Polígono das Secas, instituída pela Lei nº 175, de 07 de janeiro de 1936, que regulamentava o disposto no art. 177, da Constituição Federal de 1934. Compreendia totalmente o estado do Ceará e parcialmente os estados de Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Segundo Marinho (2022) no Brasil, a região, hoje conhecida como Semiárido, teve, ao longo da história, várias denominações: "Polígono das Secas", "Sertão",

"Nordeste das Secas", "Norte", entre outras. E apesar de ter tido a primeira delimitação oficial, ainda enquanto "Polígono das Secas", em 1936. Seu conceito técnico "Semiárido" só foi determinado a partir da Constituição Federal de 1988, quando, por meio do art. 159, foi instituído o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, posteriormente regulamentado pela Lei nº 7.827/1989, que estabeleceu o Semiárido como a região inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE⁵ com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm (oitocentos milímetros), definida em portaria daquela Autarquia (Silva, 2006).

Também a denominação Sertão é utilizada para referir-se à região Semiárida, a qual, de acordo com Rego (2012), foi conhecida e disseminada a partir da obra "Os Sertões" de Euclides da Cunha, que solidificou a identidade regional a partir do conceito de Sertão, ou melhor, Sertões que "passou a ser a designação do interior nordestino, hostil à ocupação humana, cujo isolamento secular somente foi quebrado pelo advento das ferrovias e das rodovias" (Rego, 2012, p. 57). Segundo Malvezzi (2009), a expressão "Sertão" traz consigo uma identidade cultural, que vai além do clima e do bioma (Marinho, 2022).

Segundo a Sudene (2021) a principal característica do Polígono das Secas era a escassez dos recursos hídricos de superfície, causada, em especial, pelos baixos índices pluviométricos, que se concentram em uma curta estação úmida e apresentavam irregularidades entre os anos, resultando em secas periódicas. Como agravante, a região também apresenta elevadas taxas de evapotranspiração potencial, baixa cobertura vegetal e a pouca espessura do solo, conjunto que resulta em um ecossistema frágil e em um baixo potencial produtivo.

O Semiárido Brasileiro constitui-se uma realidade complexa, tanto pelos aspectos geofísicos quanto aos aspectos humanos e mesmo os referentes à exploração dos recursos naturais. O que possibilita atribuir-lhe o sentido de pluralidade na sua compreensão Semiárido (Schistek e Carvalho, 2011; Pereira e Baracuhty, 2011).

Em 1988, o Semiárido brasileiro é mencionado na Constituição Federal de 1988 (art. 159, I, c), a qual destina três por cento dos recursos provenientes da

⁵ A SUDENE, órgão do Governo Federal criado em 1959, com sede e foro na cidade do Recife, estado de Pernambuco, e vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

repartição das receitas tributárias advindas dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essa aplicação se dá através de suas instituições financeiras de caráter regional e de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assim assegurada ao Semiárido a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer.

Em razão do Semiárido ser o principal foco de inúmeras políticas na lógica do combate à seca, o governo então promulgou a Lei Federal nº 7.827, de setembro de 1989, que definiu “semiárido, a região natural inserida na área de atuação da SUDENE, definida em portaria daquela Autarquia” (Art. 5, IV). Por muito tempo as políticas de combate à seca foram direcionadas e implementadas, sem consideração e/ou modificação da estrutura agrária.

A primeira atualização dessa delimitação ocorreu em 1995, por meio da Portaria nº 1.181, da Sudene, a qual definia como critério apenas a inclusão de municípios com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 milímetros. Ao longo dos anos seguintes a Sudene publicou outras portarias com a redefinição da região Semiárida, motivadas pela necessidade recorrente de atualização das séries temporais e com a criação de novos municípios em sua área de atuação. Entretanto, com a extinção da autarquia por meio da Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, somada a falta de definição específica de competência sobre este assunto pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, essa atribuição passou a ser exercida pelo Ministério da Integração Nacional (Sudene, 2021).

Sendo assim, por meio da Portaria Interministerial nº 6, de 29 de março de 2004, o Ministério da Integração Nacional constituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI-2005) para delimitação do Semiárido brasileiro. Durante os trabalhos do GTI-2005, foram apresentadas cinco propostas de critérios técnicos para delimitação do Semiárido: Índice de Aridez de Thornthwaite; Fator de Risco de Ocorrência de Seca; Unidades Geossistêmicas; Isoieta de 800mm; e Percentual Diário de Déficit Hídrico. Todos esses índices foram considerados válidos, do ponto de vista técnico e científico. Porém, a objetividade dos indicadores então disponíveis, a

qualidade das séries históricas e o impacto (ou falta dele) na delimitação levaram à seleção de apenas três destes critérios (Sudene, 2021).

Até o ano de 2005, o critério utilizado para delimitar o SAB era determinado pela Lei nº 7.827/1989, que considerava apenas a precipitação pluviométrica média igual ou inferior a 800 mm/ano. No entanto, a partir de uma portaria interministerial⁶, além dos critérios utilizados anteriormente, também passaram a ser considerados os seguintes itens: isoietas de 800 mm, índice de aridez e déficit hídrico (Marinho, 2022).

Embora o GTI-2005 tivesse entre suas atribuições determinadas pela portaria Interministerial nº 6, em seu art. 1º, a de apresentar nova delimitação também para a área do Polígono das Secas, nas Conclusões Gerais e Recomendações do seu Relatório Final, destaca: [...] não utilizar mais o Polígono das Secas como instrumento legal de delimitação de áreas do Nordeste sujeitas às secas, uma vez que após a criação da Região Semiárida, pela Lei Federal nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a delimitação anterior perdeu o sentido (texto original). Ainda de acordo com as recomendações do relatório do GTI-2005, em razão de possíveis mudanças climáticas, a delimitação do Semiárido deveria ser revista a cada década (Sudene, 2021).

Desta forma, em 09 de março de 2005, a Portaria Interministerial nº 01 definiu critérios para a inclusão de municípios no Semiárido: precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 mm; índice de aridez de até 0,5 considerando o período entre 1961 e 1990; e percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano. Além de preservar a contiguidade da região, esta metodologia foi aplicada consistentemente a todos os municípios que pertenciam à área de atuação da Sudene à época, resultando em 1.135 municípios.

Com a promulgação da Lei Complementar nº 125 em 2007, a Sudene foi recriada, delegando ao Conselho Deliberativo da Autarquia - CONDEL - a atribuição de promover futuras atualizações e delimitações do Semiárido. Entretanto, considerando os inúmeros pedidos de inclusão de municípios na região Semiárida e passados mais de dez anos da última delimitação, o Ministério da Integração Nacional interviu e instituiu novo Grupo de Trabalho (GT-2017) através da portaria nº

⁶ Portaria interministerial nº 1 de 09 de março de 2005: Ministros da Integração Nacional, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia.

196, de 28 de maio de 2014, que tinha o objetivo de propor a atualização da delimitação do Semiárido (Sudene, 2021).

Além de equipes do Ministério, integraram o GT-2017 representantes do Ministério do Meio Ambiente - MMA, Sudene, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Instituto Nacional do Semiárido - INSA, Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, Banco do Nordeste do Brasil - BNB e Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN.

O GT-2017 desenvolveu suas atividades no período de 2014 a 2017 e executaram a replicação da metodologia e manutenção dos indicadores do ano de 2005. De acordo com o Relatório Final, foram desempenhados os seguintes procedimentos:

1) Levantamento dos dados de precipitação a partir das estações meteorológica do INPE, INMET e instituições estaduais considerando o período total de 01/01/1981 a 31/12/2010, totalizando um conjunto de 1.127 pontos para, então, seguir com os procedimentos de cálculos;

2) Os dados de precipitação diária foram interpolados para uma grade regular de 0,05 graus de latitude e longitude (que equivale a aproximadamente 5,5 Km);

3) A partir da análise da precipitação diária foi calculado o acumulado mensal e então, gerado o anual no período de 1981 a 2010;

4) O cálculo da porcentagem de dias com déficit hídrico no período 1981-2010 foi determinado por meio do balanço hídrico diário;

5) O Índice de Aridez foi determinado utilizando os dados de precipitação diária e estimativas de evapotranspiração potencial diária com o método de Penman-Monteith, de forma que, para obter o valor anual, foi realizado o quociente diário entre a precipitação e evapotranspiração e então, gerado o valor mensal e anual em cada ponto (ou estação).

Após as revisões, o GT-2017 decidiu em seu Relatório Final por manter tanto os critérios estabelecidos pelo GTI-2005 quanto a questão da contiguidade,

atualizando assim apenas os dados para o período de 1981-2010. Os critérios para delimitação do semiárido foram aprovados pelas Resoluções do CONDEL nº 107, de 27/07/2017 e nº 115, de 23/11/2017, sendo:

- Precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm,
- Índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50, e
- Percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano.

Como resultado, a Delimitação do Semiárido passou a ser composta por 1.189 municípios. O relatório conclusivo do GT-2017, assim como sua minuta de resolução, foi submetido à apreciação e aprovado em 27 de julho de 2017, na XXIª reunião do CONDEL da Sudene, permitindo aos estados apresentar recursos à delimitação proposta. Os estados do Maranhão, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia recorreram da decisão. Após as análises dos recursos, o GT-2017 sugeriu a inclusão de 49 municípios à delimitação. A Sudene, após análise do novo relatório, sugeriu ao CONDEL que fossem incluídos mais outros 24 municípios oriundos dos recursos dos estados que fazem fronteira com o limite do Semiárido. Assim, o CONDEL, acatando as sugestões do GT-2017 e da Sudene, definiu o novo Semiárido com 1.262 municípios (Sudene, 2021).

No Relatório Final é mencionado que o GT-2017 considerou ainda que, após as análises, 123 municípios que figuravam na listagem de 2005, não atingiram os critérios determinados em 2014. Assim, sugeriu a incorporação desses 123 à delimitação atual, em estado de observação para a lista de 2021, no intuito de prepará-los para uma possível retirada da região, uma vez que a saída da área do semiárido implicaria um diferente nível de acesso a políticas públicas federais.

Segundo dados do Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, 2013), o aquecimento do sistema climático é inequívoco, e, desde a década de 1950, muitas das mudanças observadas não têm precedentes ao longo de décadas a milênios. As temperaturas da atmosfera e do oceano subiram, as quantidades de neve e de gelo diminuíram, o nível do mar subiu e as concentrações de gases de efeito estufa aumentaram. De 1880 a 2012, a temperatura média global aumentou 0,85°C. Os oceanos aqueceram, as quantidades de neve e gelo diminuíram e o nível do mar aumentou. De 1901 a 2010,

a média global do nível do mar aumentou 19 cm à medida que os oceanos se expandiam, devido ao aquecimento e ao derretimento do gelo (Sudene, 2021).

O mesmo Relatório também indica que, dadas as concentrações atuais e as emissões contínuas de gases de efeito estufa, é provável que o final do século XXI registre um aumento de 1 a 2 °C na temperatura média global acima do nível de 1990 (cerca de 1,5 a 2,5 °C acima do nível pré-industrial) (Sudene, 2021).

Em 2100, prevê-se que o aumento médio do nível do mar seja de 40 a 63 cm em relação ao período de 1986-2005. A maioria das consequências da mudança climática persistirá por muitos séculos, mesmo se as emissões forem interrompidas. Com base nesse cenário alarmante, o IPCC publicou, em 2018, um relatório especial sobre os impactos do aquecimento global em 1,5 °C, concluindo que limitar o aquecimento global a 1,5 °C exigiria mudanças rápidas, profundas e sem precedentes em todos os aspectos da sociedade. O relatório constatou que limitar o aquecimento global a 1,5°C, em comparação com os 2 °C, poderia garantir uma sociedade mais sustentável e equitativa, com benefícios claros para as pessoas e ecossistemas naturais (IPCC, 2018).

No Brasil, as situações de maior déficit hídrico ocorrem no Semiárido. Além de apresentar o menor nível de chuva do país e altas temperaturas, a região sofre grande influência de eventos El Niño-Oscilação Sul (ENOS) (PBMC, 2016). As elevadas taxas de evaporação e grande variabilidade interanual dos deflúvios proporcionam significativa oscilação na disponibilidade hídrica em superfície da região, cujo futuro climático também não é promissor (PBMC, 2014b). Segundo o Quinto Relatório do IPCC, o nível de chuvas no Nordeste poderá diminuir cerca de 22% até 2100, com baixo grau de confiança, em face das atuais discordâncias entre os modelos climáticos para grande parte do país (IPCC, 2014b).

Marengo (2008), trabalhando com projeções de clima futuro oriundas do Quarto Relatório do IPCC AR4 (IPCC, 2007 a, b), e do Relatório de Clima do Inpe (Marengo *et al.*, 2007 a e b; Ambrizzi *et al.*, 2007), projetou cenários de secas e eventos extremos de chuva em grandes áreas do planeta e do Brasil.

Do ponto de vista social, a região mais vulnerável às mudanças climáticas também é o Semiárido. Ainda segundo o autor, os possíveis impactos da mudança de clima num cenário de aquecimento global, considerando os cenários otimistas e pessimistas identificados pelo IPCC e pelo Relatório de Clima do Inpe, seriam: 1) um

aumento de 3 °C ou mais na temperatura média, tornando ainda mais secos os locais com maior déficit hídrico no Semiárido; 2) um possível desaparecimento da curta estação chuvosa presente hoje, o que impossibilitaria a prática da agricultura na região sem o uso de irrigação, além de dificultar muito o acesso à água; 3) diminuição da água de lagos, açudes e reservatórios pelo alto potencial para evaporação do Nordeste, combinado com o aumento de temperatura; 4) maior vulnerabilidade a chuvas torrenciais e concentradas em curto espaço de tempo, resultando em enchentes e graves impactos socioambientais; 5) maior frequência de dias secos consecutivos e de ondas de calor decorrentes do aumento na frequência de veranicos; 6) possível inviabilidade da produção agrícola de subsistência de grandes áreas, colocando a própria sobrevivência do ser humano em risco; 7) degradação do solo, com aumento da migração para as cidades costeiras, agravando ainda mais os problemas urbanos; e 8) substituição da caatinga por uma vegetação mais ótica de zonas áridas, com predominância de cactáceas (Sudene, 2021).

Confirmadas estas previsões, com o agravamento da escassez de água, segundo Brown *et al.* (2000), surgiriam consequências graves na disponibilidade de alimentos, considerando a necessidade média de mil toneladas de água para produção de uma tonelada de grãos. A competição pela água influenciaria, portanto, na escassez de alimentos para a população sempre crescente, principalmente nas regiões que já sofrem com problemas de falta de alimentos e de água, até mesmo para atender ao consumo humano (Sudene, 2021).

As regiões áridas e semiáridas estendem-se por todos os continentes do globo, ocupando 1/3 de toda a superfície da terra e abrigando cerca de 1/6 de toda a população (Matallo Junior, 2001). O clima semiárido é caracterizado por precipitações pluviométricas escassas, irregulares e concentradas em um curto período de tempo, e cujas médias são abaixo da evapotranspiração potencial (Sudene, 2021).

Segundo classificação proposta pela UNESCO (1979), no mundo, as regiões semiáridas apresentam médias anuais de precipitação que podem variar desde 200-250 milímetros a 700-800 milímetros, com um índice de aridez (calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial) variando entre 0,2 a 0,5 (Verheye, 2009).

O Semiárido Brasileiro - SAB, comparado a outras regiões semiáridas do planeta, é relativamente mais chuvoso, com uma precipitação anual máxima de 800 milímetros. Porém, com uma insolação média de 2.800 horas/ano, temperaturas médias anuais de 23 °C a 27 °C, evaporação média de 2.000 mm/ano e umidade relativa do ar média em torno de 50%, o Semiárido brasileiro, caracteristicamente, apresenta forte insolação, temperaturas relativamente altas e regime de chuvas marcado pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações em um curto período (em média, de três a quatro meses), fornecendo volumes de água insuficientes em seus mananciais para atendimento das necessidades da população (Silva, P. C. G. da *et al*, 2010).

A ausência ou a escassez das chuvas, aliada à sua alta variabilidade espacial e temporal, são responsáveis pela ocorrência das secas estacionais e periódicas - um fenômeno natural e cíclico que, de acordo com registros, vem sendo observado nessa região desde 1605. As secas são determinantes para o sucesso ou o fracasso das atividades agrícolas e pecuárias e, conseqüentemente, para a sobrevivência das famílias, com grande influência sobre os condicionamentos de ordens ecológica, botânica e fitogeográfica (Mendes, 1997).

Outro fator limitante diz respeito aos solos da região. Segundo Silva (2000), 82% da região apresentam solos de baixo potencial produtivo, seja por limitações de fertilidade e de profundidade do perfil, seja por limitações de drenagem e de elevados teores de sódio (Na) trocável (Cunha *et al.*, 2008; Salcedo; Sampaio, 2008). Devido ao fato de 70% do Semiárido estar localizado sob embasamento geológico cristalino, no qual a rocha que dá origem ao solo está localizada próxima à superfície, fica limitado o abastecimento dos aquíferos subterrâneos, pois os solos são, predominantemente, arenosos ou arenoargilosos e rasos, dificultando a drenagem (Sudene, 2021).

Duque (2004), ao realizar uma descrição e caracterização das regiões naturais do Nordeste brasileiro, indica a existência de oito diferentes regiões no SAB, sendo: Caatinga, Carrasco, Seridó, Cariris-Velhos, Curimataú, Sertão, cuja vegetação apresenta características de hiperxerófilas⁷ e o Agreste e as Serras com

⁷ Hiperxerófilas - São as espécies vegetais que vivem em ambientes com poucas condições de umidade e que folhas mesmo em grande do período seco (SANTOS, *et. al.*, 2014, p.21). Perdem todas as suas folhas logo que termina o período das chuvas (SANTOS, *et.al.*, 2014, p.21)

características de hipoxerófilas⁸, sendo todas elas inseridas dentro do bioma Caatinga. Ressalta-se, ainda, a existência, em menor proporção, no Semiárido de áreas de Cerrado e Mata Atlântica (Marinho, 2022).

A constituição da economia do Semiárido se deu a partir das atividades consideradas tradicionais e centradas no campo, no tripé gado-algodão-lavouras alimentares, bem como a cana-de-açúcar com forte base local. Só muito recentemente as atividades relacionadas à agroindústria e ao setor de transformação em maior escala chegaram aos maiores centros regionais. Esse conjunto de atividades tradicionais instalou na região semiárida um quadro fundiário marcado por assimetrias, que atuou decisivamente para o atraso de suas estruturas socioeconômicas. Juntamente à questão do sistema de posse e uso da terra, observam-se uma baixa qualidade dos solos da região e sua reduzida capacidade de absorção de água. Dessa forma, estabeleceu-se um conjunto de fatores que tornam a economia rural da região muito frágil, fazendo-a fortemente dependente da atuação do poder público (Sudene, 2021).

Considera-se, portanto, o Semiárido como uma porção do Brasil onde a miséria se constituiu a partir de fatores estruturais e históricos. Assim, as extensas estiagens associadas ao seu grave quadro de pobreza na sub-região levaram-na a constituir-se foco das políticas e ações governamentais na área social, assegurando-lhe uma posição de prioridade concedida pela Constituição Federal de 1988. As transferências de renda promovidas pelo governo federal chegam a beneficiar mais de 60% das famílias dos municípios com população inferior a 50 mil habitantes, com baixo PIB per capita, e têm melhorado substancialmente as condições de vida das populações (Haddad, 2007).

Portanto, com vistas à realização da nova delimitação do Semiárido, a Sudene publicou a portaria nº 80 de 27 de julho de 2021, com a atualização dos municípios que compõem o novo Semiárido, considerando o período de 1991 a 2020.

⁸ Hipoxerófilas = São boa parte das espécies que vivem nesse ambiente e que permanecem com parte de suas
²⁸- Obra do próprio, CC BY-SA 3.0, disponível em <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=22921932>
Acesso em 22 jan. 2019.

Figura 02 - Delimitação do Semiárido no Brasil.

Fonte: Sudene (2021).

O Semiárido brasileiro ganhou um novo mapa, considerando sua expansão. O Conselho Deliberativo da Sudene alterou a delimitação das fronteiras do Semiárido brasileiro. Com a Resolução 150/2021, a lista dos municípios que integram a região aumentou, passando de 1.262 para 1.427 municípios.

Quadro 01 - Variação da quantidade de municípios entre as delimitações do Semiárido de 2017 e 2021.

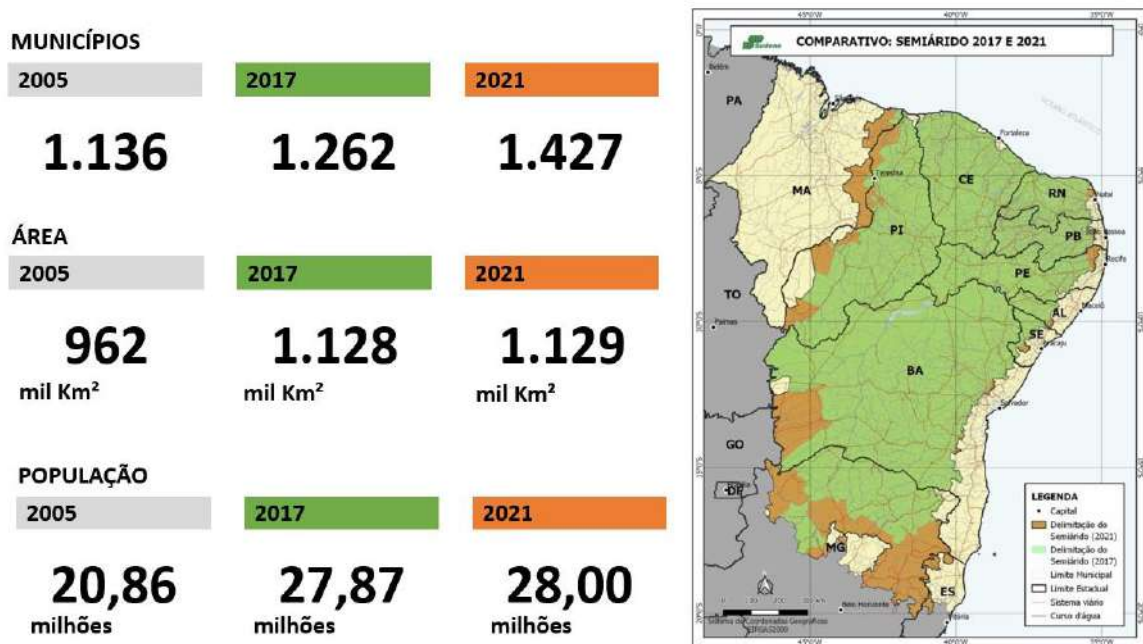
| UF | Semiárido 2017 | Semiárido 2021 | | | |
|--------------|----------------|-------------------|------------|-----------|--------------|
| | | Já constavam 2017 | Inseridos | Excluídos | Total |
| AL | 38 | 34 | 4 | 4 | 38 |
| BA | 278 | 274 | 9 | 4 | 283 |
| CE | 175 | 171 | 0 | 4 | 171 |
| ES | 0 | 0 | 6 | 0 | 6 |
| MA | 2 | 2 | 14 | 0 | 16 |
| MG | 91 | 83 | 126 | 8 | 209 |
| PB | 194 | 184 | 4 | 10 | 188 |
| PE | 123 | 118 | 19 | 5 | 137 |
| PI | 185 | 184 | 31 | 1 | 215 |
| RN | 147 | 140 | 1 | 7 | 141 |
| SE | 29 | 22 | 1 | 7 | 23 |
| Total | 1.262 | 1.212 | 215 | 50 | 1.427 |

Fonte: Sudene (2021).

Foram incluídos 215 municípios. Todavia, outros 50 foram retirados. Uma das consequências, apontadas pelos gestores dos municípios que saíram da lista, é que essa exclusão vai dificultar o acesso a alguns tipos recursos públicos. Os municípios excluídos do novo Semiárido são situados no Litoral, em microrregiões também afetadas por secas. Os trabalhos desenvolvidos nesta delimitação tiveram como resultado a identificação de 1.427 municípios que atingiram pelo menos um dos critérios para classificação de pertencimento do Semiárido.

A delimitação do Semiárido possui uma dinâmica histórica, sendo periodicamente atualizada pelo Conselho. Inclusive, no Livro “Um século de secas”, foi feita uma ampla análise das mudanças no mapa da região, em cada período histórico até os dias atuais. O primeiro mapa foi definido em 1936, quando foi delimitado antigo “Polígono das Secas”, dando início a políticas mais sistemáticas de adaptação à seca.

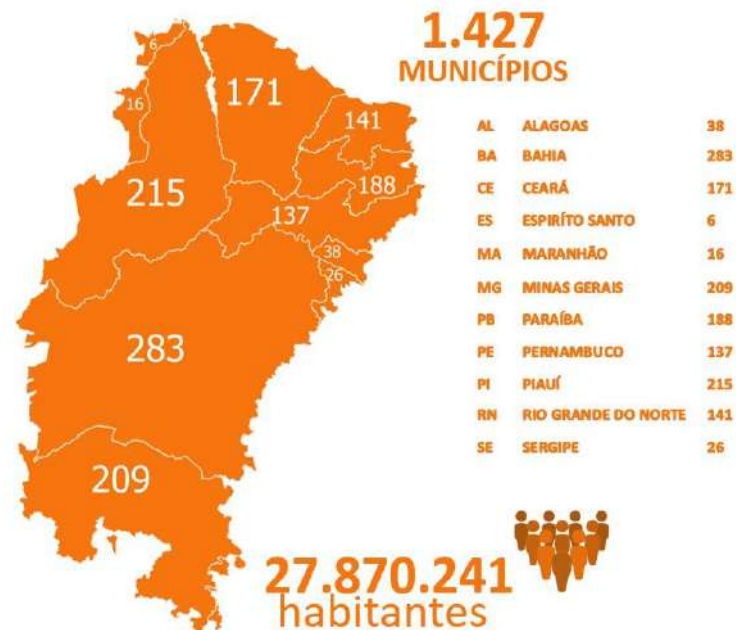
Figura 03 – Demonstração do Crescimento do Semiárido Brasileiro.



Fonte: pesquisador (2022).

O Semiárido brasileiro vigente possui uma extensão total de 1.129.000 km², ocupa 12% do território nacional, e uma população estimada de 28 milhões de habitantes, divididos entre zonas urbanas (62%) e rurais (38%), sendo, portanto, um dos semiáridos mais povoados do mundo (INSA, 2022).

Figura 04 - Mapa do Semiárido com a composição dos estados, municípios e a população.



Fonte: pesquisador (2022).

Em âmbito nacional, o Governo Federal detém a responsabilidade de incentivar ações que visam atingir pessoas com maior nível de carência econômica. Em termos regionais, entende-se que devem existir políticas destinadas à redução das desigualdades entre as regiões, visando promover uma maior oportunidade para a população. Desta forma, diversas políticas nacionais e regionais se concentram no Semiárido Brasileiro, região severamente afetada por fatores climáticos. A Sudene administra dois fundos: o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e o Fundo Constitucional do Nordeste - FNE. Os municípios que fazem parte da fronteira oficial do Semiárido têm acesso a alguns benefícios, como recursos públicos específicos para ações de adaptação à seca (Sudene, 2021).

2.2 SEMIÁRIDO ENQUANTO REGIÃO GEOPOLÍTICA E ECOSSISTEMA

O Semiárido Brasileiro é uma realidade complexa e essa complexidade é percebida também nas atividades econômicas, sociais e ambientais. A construção da consciência com enfoque multidimensional pela perspectiva de uma produção sustentável com a preservação ambiental, acesso à terra, segurança hídrica, segurança alimentar e educação apropriada se fazem necessários há muito tempo.

Não é apenas clima, vegetação, solo, sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só (Malvezi, 2007).

A imagem difundida do Semiárido, como clima, sempre foi distorcida. Vendeu-se a ideia de uma região árida, não semiárida. É como se não chovesse, como se o solo estivesse sempre calcinado, como se as matas fossem secas e as estiagens durassem anos. As imagens de migrantes, de crianças raquíticas, do solo estorricado, dos açudes secos, dos retirantes nas estradas, dos animais mortos, da migração da Asa Branca - essas imagens estão presentes na música de Luís Gonzaga, na pintura de Portinari, na literatura de Graciliano Ramos e na poesia de João Cabral de Mello Neto. É um ponto de vista, ao mesmo tempo, real e ideológico, que muitas vezes serve para que se atribua à natureza problemas políticos, sociais e culturais, historicamente construídos (Malvezi, 2007).

Até 1845, segundo Guerra (1981), a atuação do governo com relação às secas e suas consequências limitaram-se à distribuição de esmolas e à construção de cadeias e igrejas como forma de dar trabalho aos flagelados. De acordo com Duque (2004), há preocupação política com as secas no Nordeste desde o tempo do Império. Em 1857, foi nomeada pelo imperador (Dom Pedro II) uma comissão para realizar estudos climáticos, geológicos, botânicos e etnográficos. No entanto, para Campos (2014), somente após a seca de 1977 a 1979, que matou mais de meio milhão de pessoas, essas passaram a ser encaradas como problema nacional (Marinho, 2022).

Segundo Marinho (2022) de forma geral, observa-se que as intervenções governamentais na região SAB têm sido orientadas conforme:

Três dimensões que se combinam no combate à seca e aos seus efeitos: a finalidade da exploração econômica; a visão fragmentada e tecnicista da realidade local; e o proveito político dos dois elementos anteriores em benefício das elites políticas e econômicas regionais (SILVA, 2007, p. 471).

Segundo Silva (2010) e Marinho (2022), ao longo do século XIX, apesar das diversas recomendações para o enfrentamento das secas e de suas consequências, oriundas de estudos realizados a pedido do governo Imperial, acabaram prevalecendo as soluções hídricas, como a açudagem e irrigação, a fim de "corrigir" a natureza semiárida do Nordeste. Além do mais, os favorecidos, com as soluções

hídricas, eram, em geral, os grandes e médios proprietários, setores das oligarquias locais com poder político, que eram "agraciados" com a construção, em suas propriedades particulares, de inúmeras obras hídricas, mantendo suas vantagens econômicas e a sustentação de seu poderio político.

Segundo Marinho (2022) foi somente a partir do século XX que a ação estatal passou a imprimir uma atuação mais sistemática diante da seca e suas implicações. Isso só foi possível devido a algumas condições sociais e políticas, tais como:

a) os avanços nos meios de comunicação, as obras literárias, os estudos e os discursos de representantes políticos regionais contribuíam para a formação de uma opinião pública em torno da ideia de que a seca no Semiárido era um problema nacional; b) a ascensão política da oligarquia algodoeiro-pecuária, ampliou a defesa dos interesses da estrutura econômica regional, com a utilização do discurso da seca como causa da miséria e do atraso nordestino; e, c) estudos realizados sobre a realidade do Semiárido que justificavam as obras de engenharia como capazes de modificar as condições naturais, além de serem mais eficazes que as ações descontinuas e emergenciais de socorro às vítimas da fome, consumindo recursos volumosos (SILVA, 2006, p. 46).

Segundo Marinho (2022) a insatisfação social com o tratamento destinado ao enfrentamento das secas, que passa por questões como a concentração fundiária, o privilégio no acesso à água, a apropriação privada das obras hídricas, o trato marginal aos flagelados e famintos, a apropriação dos recursos emergenciais destinados às regiões mais afetadas e a manutenção do poder e privilégios das oligarquias locais em detrimento do povo, não é algo recente na história brasileira. No período anterior à ditadura, nas décadas de 1940 e 1950, já existiam grupos sociais insatisfeitos com esse cenário, alguns deles ligados à Igreja Católica, partidos políticos e organizações camponesas entre outros. Com a ditadura muitos foram silenciados, perseguidos, exilados ou resistiram na clandestinidade.

Uma das primeiras ações sociais sistemáticas para minimizar os problemas relacionados às secas e suas consequências, como doenças e fome, remontam ao papel exercido pelo Padre Ibiapina, que executou um importante obra assistencial aos nordestinos (Carvalho, 2007). Nascido em Sobral (CE), em 05 de agosto de 1806, José Antônio Pereira Ibiapina formou-se em direito na Faculdade de Recife (PE), em 1832, e destacou-se por uma notável atuação profissional na área da magistratura e da política, tendo sido deputado federal duas vezes pelo Ceará. A partir de 1850, no entanto, resolveu abandonar a carreira e seguir o sacerdócio,

ordenando-se em julho de 1853, aos 47 anos de idade, como Padre Ibiapina (Gaspar, 2016). Em 1856, deixou a carreira de professor para começar seu trabalho missionário, percorrendo mais de 600 km pelas províncias do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Pelo interior do Nordeste, enfrentou, além da pobreza generalizada e uma sociedade coronelista, três grandes desastres e suas consequências: a primeira cólera, de 1856; a segunda cólera; de 1862 e a seca de 1877-1879 (Rietveld, 2016).

Em sua ação missionária, construiu inúmeros capelas, igrejas, açudes, cacimbas, poços, pequenas barragens, cemitérios, estradas, hospitais, escolas, caxios (casas d'água) e chegou a fundar mais de vinte Casas de Caridade para órfãos carentes. Dessa forma, demonstrou sua preferência pelos pobres, atitude que a Igreja Católica latino-americana iria assumir, de forma mais sistemática, somente um século depois. Destaque especial se dá em relação à sua contribuição na área da construção de diversas modalidades de reservatórios para armazenamento de água em comunidades do Semiárido (Carvalho, 2007).

Padre Ibiapina faleceu no dia 19 de fevereiro de 1883, na casa de caridade Santa Fé, em Arara (PB). Sua obra social-religiosa exerceu importante papel no auxílio às necessidades das pessoas submetidas aos rigores da seca. Seu papel se torna mais relevante se considerado que, naquela época, as políticas públicas emergenciais do governo brasileiro praticamente não chegavam para minimizar os problemas da população que vivia no interior do Nordeste, especialmente em relação ao acesso à água. Tampouco existiam órgãos governamentais ou instituições científicas para pesquisar e definir soluções hídricas, bem como para implementar políticas públicas para a região (Buriti, Barbosa, 2018).

Assim como o Padre Ibiapina, o missionário Antônio Conselheiro, em sua peregrinação religiosa pelas províncias do interior do Nordeste, prestou inúmeros serviços às comunidades das áreas secas (Buriti, Barbosa, 2018).

A obra "O Quinze", de Rachel de Queiroz, abordou a severa seca ocorrida no Nordeste do Brasil, mais precisamente no município de Quixadá (CE), em 1915. Esse evento climático se deu pouco depois da criação da IOCS, em 1909, quando foram institucionalizadas políticas governamentais para combater os impactos do fenômeno. Com a criação do Órgão, investiu-se na "política hidráulica", baseada na construção de grandes reservatórios para armazenamento de água. Embora tenha

sido um passo importante para consolidar uma infraestrutura hídrica básica ainda inexistente na região, a construção dessas represas não beneficiou a população vulnerável que mais necessitava acessar políticas públicas para atravessar a seca (Buriti, Barbosa, 2018).

Em primeiro lugar, porque as águas dos açudes estavam concentradas em pontos geográficos específicos e, por isso, a escala de alcance dessas ações foi limitada e não solucionou os problemas relacionados ao acesso à água por parte da população, especialmente das comunidades rurais difusas. Além disso, a política hidráulica contribuiu para aumentar ainda mais a concentração da propriedade das terras e das águas nas bacias hidrográficas, fortalecendo a "indústria da seca" e os interesses dominantes locais dos estados. Grupos de poder econômico do Nordeste, como grandes latifundiários e fazendeiros influentes no cenário político regional, durante décadas, foram seus maiores beneficiários (BURITI, BARBOSA, 2018, p. 376).

Um século depois do evento climático de 1915, protagonizado no romance "O Quinze"⁹, de Rachel de Queiroz, em 2015, o Semiárido brasileiro enfrentava a pior seca da sua história. A cronologia no quadro nº 02 destaca mais de um século de políticas públicas para as secas no Semiárido brasileiro, abrangendo desde o evento extremo que inspirou a obra de Rachel de Queiroz, até o mais recente, ocorrido no período 2010-2016.

Quadro 02 - Um Século de Secas no Semiárido (1901-2016)

1913-1915: A seca provocou a maior calamidade social da história do Semiárido. Inspirou "O Quinze", de Rachel de Queiroz, e também a construção, no Ceará, dos lamentáveis campos de concentração, para impedir que "retrantes" entrassem nas grandes cidades.

1930-1932: Getúlio Vargas tentou empreender grandes obras hídricas no Nordeste, mas a severidade da seca limitou as ações da IFOCS à assistência social. Em 1932, José Américo de Almeida criou a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste (CTPN), sediada em Campina Grande

1941-1943: Milhares de pessoas morreram de fome ou por doença. Grande contingente populacional se retirava de suas terras e migravam para as capitais nordestinas.

1958-1959: Juscelino Kubitschek, presidente da República, criou a Sudene, em 1959, visando transformar a economia do Nordeste.

1979-1983: Uma das mais prolongadas e extensas secas da história do Semiárido. Morreram cerca de 3,5 milhões de pessoas, a maioria crianças por desnutrição. As frentes de emergência empregaram mais de 26 milhões de trabalhadores rurais. Cerca de 80% dos rebanhos foram dizimados. Os gastos do Governo com a seca somaram mais de 4 (quatro) trilhões de cruzeiros.

1998-1999: Embora uma seca prevista pelos meteorologistas, as ações de emergência do governo brasileiro chegaram com atraso, o que provocou um escândalo nacional e uma enorme catástrofe social.

2007: Iniciado o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF).

Fonte: Lápiss/ Ufal (2016), Queiroz (2004), IFOCS (1934a), Suassuna (2016), Ceped/UFSC (2016), Coutinho (2016) e Wikipédia (2017).

⁹ A obra "O Quinze" teve como tema central a grande seca ocorrida no Nordeste brasileiro, em 1915. O romance contém um forte teor social, narrando o drama de uma família de trabalhadores rurais que, em razão do desastre natural provocado pelo fenômeno, migra para a capital, onde enfrenta, durante o trajeto, muito sofrimento, como sede, fome, miséria e até morte. Cf. Queiroz, 2004.

A seca de "quinze", como ficou conhecida, provocou graves consequências humanas, sociais e econômicas na região. O romance narrou as consequências devastadoras do silencioso desastre natural sobre a vida de pequenos produtores rurais, a exemplo de problemas como migração, fome, sede, falta de trabalho e morte. Também relatou o drama das personagens nos tenebrosos campos de concentração, espaços construídos pelo governo nos arredores de Fortaleza (CE), para alojar "retirantes" ou "flagelados" que fugiam da seca, impedindo que "perturbassem a ordem" dos espaços urbanos da capital. Apesar dos avanços técnicos científicos relacionados ao monitoramento ambiental para a gestão de riscos de desastres naturais, o fenômeno continua acarretando enormes prejuízos nos dias atuais (Buriti, Barbosa, 2018).

Quadro 03 - Cronologia das secas no Nordeste.

| Séculos | Ano/Períodos de Seca |
|---------|---|
| XVIII | 1711, 1720, 1723-1729, 1736-1737, 1744-1746, 1754, 1760, 1766, 1772, 1774, 1766-1767, 1772, 1777-1780, 1784, 1790-1794 |
| XIX | 1804, 1808 1810, 1816- 1817, 1824-1825, 1827, 1830-1833, 1835-1837, 1844-1845, 1877 |
| XX | 1879, 1888-1889, 1891, 1898, 1900 1902-1903, 1904, 1907, 1908, 1909, 1914, 1915, 1919, 1930-1932, 1932-1933, 1936, 1939, 1941 1944, 1946, 1951-53, 1958, 1959, 1966, 1970, 1976, 1979-1981, 1982-1983, 1990, 1992-1993, 1997-1998 |
| XI | 2001-2002, 2005, 2007, 2010 e 2012-2017. |

Fonte: Marinho (2022) a partir de Buriti e Barbosa (2018), Marengo; Cunha e Alves (2016); Campos (2014); Régo (2012); Girao (2012), Duque 2004, Guerra (1981).

Alguns dos períodos mais dramáticos da história do Nordeste foram marcados pelas secas, pelos campos de concentração dos flagelados¹⁰, pelas frentes de trabalho¹¹ ou frentes de emergência, ocorrência do flagelo da população, da fome,

¹⁰ Os campos de concentração dos flagelados das secas, também conhecidos como "Os Currais Humanos" ou "Currais do Governo" foram construídos pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs) em 1915 e 1932 no Ceará, com o discurso humanitário de proteção e ajuda aos flagelados das secas, no entanto esses espaços serviram mesmo como barreiras para evitar que esses retirantes, famintos e desolados chegassem a capital Fortaleza e perturbassem a ordem social da capital. Os campos de concentração funcionavam como uma prisão, os que chagavam tinha a cabeça raspada, eram obrigados a usar uniformes e ficavam sob vigilância constante, não podendo sair exceto quando convocados para o trabalho, como construção de estradas, açudes ou obras de "melhoramento urbano" (RIOS, 2001). As condições subumanas, a aglomeração, a higiene e alimentação precárias propiciavam os surtos de cólera, febre amarela e varíola e dizimaram milhares. Em abril de 1932, "foram contabilizados 72.118 retirantes nos acampamentos, instalados em Ipu, Quixeramobim, Senador Pompeu, Cariús e Buriti, além de 1.800 nos dois campos de concentração de Fortaleza, Alagadiço e Urubu". (ESTADÃO, 2019. s./p.).

¹¹ A expressão "Frentes de Trabalho", "Frentes Produtivas" ou "Frentes de Emergência" buscava amenizar os efeitos das secas junto à população. Nelas uma parte dos flagelados das secas eram alistados para executar obras de infraestrutura local (açudes, barragens, estradas, poços) e recebiam uma remuneração de cerca de 45% do salário mínimo vigente ou até menos (Moreira Filho, et. al. 2002).

da desnutrição, dos saques e a morte, muitas delas de crianças. Esses dramas, por diversas vezes, estamparam manchetes de

Diante de todo desse contexto, seria, no mínimo, simplista atribuir apenas às secas (problemática climática) e seus efeitos (problemática socioeconômica) a responsabilidade pelas desigualdades e pobreza no Semiárido. Em contraposição, a partir do século XX, por meio de obras científicas e literárias, tem sido possível examinar a realidade nordestina com vistas a desvelar e "ênfatar os mecanismos estruturais que criam e reproduzem a concentração fundiária, o domínio sobre a água armazenada, a apropriação privada das riquezas na região e o monopólio do poder político" (Silva, 2006, p. 98).

Nos momentos de crise em decorrência das secas, a ênfase do governo brasileiro recaía sobre políticas emergenciais, a maioria delas tardias, centralizadas, sem o adequado planejamento e insuficientes para resolver o problema. Desde 1915, o Semiárido brasileiro enfrentou diversos eventos climáticos considerados de impacto severo ou extremo (1919, 1932, 1942, 1980, 1983, 1990, 1993, 1998, 2012 e 2016). Há muito, a ocorrência do fenômeno é previsível pela ciência. Porém, no alvorecer do século XXI, a população da região, especialmente agricultores familiares que dependiam das chuvas para manter seus sistemas de produção, ainda necessitavam da ajuda pública para superar os impactos da seca (Buriti, Barbosa, 2018).

Essa problemática da seca, quase sempre atribuída aos baixos índices pluviométricos, e contestada por muitos (Xavier, 2001), tem mudado de paradigma, ainda que lentamente. A seca como elemento de poder no Nordeste também já é retratada há muitas décadas (Guerra, 1985). A conjuntura política por trás do elemento climático, com seus desmandos e interesses próprios é um elemento histórico que acompanha o cotidiano do nordestino. A influência das oligarquias, o sistema de proteção ao grande agricultor e pecuarista, do sertanejo, as leis que compactuam com os mais poderosos, são alguns dos fatores tradicionais que condicionaram e perfizeram a situação atual (Luna & Barbalho, 1983).

A seca é uma deficiência de precipitação pluviométrica durante um período prolongado que resulta em escassez de água para algumas atividades, grupo ou setor ambiental (NDMC, 2007). Embora frequentemente o fenômeno seja definido como um evento climatológico, causado pela insuficiência de chuvas por um longo

espaço de tempo, provocando impactos naturais no regime hidrológico, também pode ser agravado por atividades humanas e processos sociais¹² (Buriti, Barbosa, 2018).

Andrade (1948) analisou a seca no Nordeste, não apenas como um fenômeno natural, mas também como um fenômeno social, levando em conta as particularidades sociológicas geradas pela falta de chuvas no interior da região, ou seja, suas repercussões na organização social. Ele demonstrou como em diferentes épocas, a população nordestina desenvolveu formas específicas de resistir às pressões provocadas por esses eventos climáticos extremos (Buriti, Barbosa, 2018).

Em fins da década de 1950, Celso Furtado colocou na pauta da política brasileira a problemática do Nordeste, marcada por graves desigualdades econômico-sociais. Nos anos de 1958 e 1959, ingressou no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, no qual passou a integrar o "Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste" - GTDN e o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste - CODENO. A região atravessava mais uma crise com a seca de 1958-1959, com consequências humanas e sociais devastadoras, convertendo-se em uma ameaça à segurança nacional. O presidente Juscelino Kubitschek, disposto a planejar políticas sistemáticas para minimizar os efeitos da seca, convidou Celso Furtado para "comandar" a "Operação Nordeste", cuja atribuição consistia em definir e dirigir, a partir de então, as prioridades políticas para a região (Mallorquín, 1999).

No Semiárido brasileiro essa lógica de adoção dos recursos públicos sustentando o crescimento econômico gerou um programa governamental de "combate à seca", ainda no governo de Getúlio Vargas. Em seguida, a SUDENE, por meio da Lei no 3.692, de 15 de dezembro de 1959, criada no Governo de Juscelino Kubitschek, idealizada por Celso Furtado, defendia o estado forte, por meio da ampliação das oportunidades de trabalho e de emprego, fomentando o surgimento de indústrias com isenção de imposto pelo estado. Foi uma forma de intervenção do estado no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região.

¹² Como exemplo das atividades antrópicas estão o crescimento populacional, a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento econômico, as insuficientes infraestruturas de armazenamento de água, o desmatamento e a gestão inadequada dos recursos hídricos.

Para Furtado (1959), o processo histórico de formação da economia do Nordeste explicava as causas dos profundos desequilíbrios regionais no Brasil. Com a estagnação da economia agroexportadora da cana-de-açúcar, a região apoiou-se no mercado do Centro-Sul que, com seu processo de industrialização, tornou patente suas relações de dependência como fornecedora de matéria-prima. A monocultura e o latifúndio, principais bases da economia agroexportadora do Nordeste, eram altamente concentradoras de renda, o que dificultou a formação de um mercado interno, sem o qual não seria possível passar da economia de exportação para a industrial. Enquanto isso estruturou-se no Semiárido um sistema econômico baseado na agricultura de subsistência, altamente vulnerável às secas, que afetavam gravemente a produção de alimentos. O problema tendia a agravar-se com o crescimento populacional, transformando o fenômeno climático em grandes calamidades sociais (Buriti, Barbosa, 2018).

Sobre o Semiárido, é indiscutível a importância das ideias e ações de Celso Furtado para diagnóstico dos principais problemas do território. Para ele, a base da questão é a manutenção da estrutura agrária, concentradora, desigual e excludente. Inspirado principalmente em Josué de Castro e Guimarães Duque, Furtado afirma: (Costa, 2017).

O que não queríamos era agir no sentido de reforçar essa estrutura agrária. Por isso, simultaneamente lançamos a ideia de uma transformação da estrutura agrária. Por exemplo, queríamos que se liberasse terra na Zona da Mata, na zona úmida, onde havia muita terra subutilizada, para absorver gente. E queríamos que fosse adotada uma agricultura adaptada à região semiárida, que emprega pouca gente: sabíamos que era preciso combinar a dry farm com a irrigação. Para isso, tentamos aprovar uma lei de irrigação. Uma das maiores batalhas que tive na Sudene, provavelmente a mais completa derrota que tive, foi no projeto de lei de irrigação (Furtado, 1998, p. 18 e19).

Para Furtado, prover o sertanejo de terras, de água e de domínio técnico e tecnológico para a produção adaptada às condições climáticas seria a base de um novo semiárido. Ele ressalta a qualidade das terras, as condições climáticas como favoráveis, diferenciando da maioria dos territórios semiáridos ou áridos do mundo, e culpabiliza o pensamento retrógrado, limitado e mesquinho das classes dominantes locais, interessadas em se manter no poder e manter seus privilégios (Costa, 2017).

A obra de Celso Furtado tornou-se bibliografia básica e ele foi um dos mais importantes estudiosos da realidade nordestina e dos sertões semiáridos do Brasil.

Sua obra e teses são fundantes. Enquanto Francisco de Oliveira explicitava teoricamente o Nordeste como espaço necessariamente arcaico do desenvolvimento capitalista nacional, Furtado não temia em assinalar que o problema do Nordeste, e especialmente do Semiárido, eram suas "classes dominantes", assim como o seu papel (do SAB) assumido na divisão nacional do trabalho. Também foi Celso Furtado quem melhor planejou e projetou políticas públicas para a promoção de um desenvolvimento socioeconômico, científico e cultural para a região (Costa, 2017).

Furtado diagnosticava como causa fundamental do dito "atraso" do Semiárido a fuga de capitais, braços e cérebros para outras regiões em busca de uma vida melhor. A razão dessa emigração seria a estrutura socioeconômica aqui fundada, economicamente insustentável e socialmente excludente. Como proposta, ele sugeria estancar a fuga de capitais, estimulando o capital a investir na região e promover o desenvolvimento da indústria local, da agricultura familiar e de um forte setor de serviços, contemplando um audacioso programa de desenvolvimento científico e tecnológico, contextualizado às possibilidades e potencialidades específicas, com os recursos naturais e humanos do Semiárido. Por isso e para isso, se criou a Sudene, como mecanismo para alterar a estrutura social e política do lugar (Costa, 2017).

Por essa razão, Furtado foi banido pelos oligarcas nordestinos com o golpe de 1964. A SUDENE, pensada por Furtado, coordenaria todas as ações reformistas na região, desde a industrialização, passando pelo fortalecimento do setor de serviços, pesquisa, ciência e tecnologia, até a reforma agrária, democratizando o acesso à terra e instigando o conseqüente aumento do mercado interno local. Contra tudo isso, foi que a Sudene emergiu na Ditadura como instrumento de manutenção das estruturas econômicas de desigualdades e do status quo sociopolítico do Nordeste e do Semiárido brasileiro. Estrutura intocada nos anos 1980 e 1990, quando a região foi à bancarrota levada pela gravíssima crise econômica do período e pelas políticas de ajustes neoliberais dos anos 1990 que penalizaram fortemente a agricultura familiar, com o esvaziamento e o fechamento de órgãos públicos federais que, bem ou mal, fomentavam investimentos, a exemplo da própria Sudene, que foi fechada em 1998, e do Dnocs, sistematicamente esvaziado em recursos e em seu papel na estruturação da engenharia hidráulica da região (Costa, 2017).

O processo de industrialização iniciado por São Paulo teve como base uma espécie de cinturão verde criado por pequenos agricultores imigrantes, o que propiciou a formação e a circulação monetária gerando capacidade de consumo e, por outro lado, possibilitando a existência de um incipiente parque industrial. Nos sertões do Nordeste predominavam relações de produção que pouco ou nada permitiam a circulação monetária, mantendo um sistema de pagamentos através de escambos. Meia, terça e sorte eram pagamentos com produtos ou bens. No caso da sorte era uma quinta parte do rebanho que o vaqueiro recebia, numa estrutura econômica de grandes concentrações de terra, mantendo uma estrutura social de profundas desigualdades, com uma miséria acentuada e um sistema político sustentado em domínios familiares, alinhavados em oligarquias locais, de poderes estaduais e regionais, que se integravam à estrutura de poder nacional, numa via de mão dupla, em que as primeiras arrebanhavam apoios políticos e votos, recebendo em troca, as benesses do Estado. Essa estrutura de poder mantinha no Nordeste, em última instância, a chamada indústria da seca. Ou seja, a culpa de tudo era a seca, a falta de chuvas. Com isso, desviavam as verdadeiras razões dos desmandos no Nordeste e no Semiárido e ainda conseguiam vultosos recursos para as grandes obras e políticas de combate às secas que, na realidade, beneficiavam os grandes proprietários, os donos do poder regional (Costa, 2017).

As propostas de Furtado na Sudene propunham alterar essas relações no Nordeste e em seus sertões. No entanto, a derrocada do Governo Jango em 1964 e a ascensão da Ditadura Civil-Militar transformou a Sudene em um espaço de domínio e ação das oligarquias locais (Costa, 2017).

Os "anos de chumbo" levaram a região Nordeste a um crescimento econômico acentuado, superior mesmo, ao grande crescimento econômico nacional. Cabe, no entanto, salientar, que esse crescimento econômico se deu basicamente nas regiões metropolitanas, concentradas nas áreas úmidas da região, fruto da política de subsídio fiscal ao processo de industrialização desencadeado por Furtado à frente da Sudene, o qual foi apropriado e deturpado pela Ditadura, na medida em que não alterou a estrutura agrária nem nas áreas úmidas (litoral nordestino e Oeste baiano e Sul piauiense), assim como não tocou na estrutura agrária do grande Semiárido (Costa, 2017).

Dessa forma, o incremento industrial ocorrido beneficiou as oligarquias locais, além do capital do Centro-Sul que recebeu as benesses fiscais, emigrando livremente quando findou esse processo. No Semiárido, a estrutura social intocada continuou a fornecer mão de obra para os novos parques industriais que surgiram ao seu redor (capitais e algumas grandes cidades do interior), mantendo o sentido de sua existência até então, de ser um exército excedente de braços e cérebros que rebaixasse o preço geral da força de trabalho no Brasil e continuasse a sua superexploração (Costa, 2017).

Não há desenvolvimento para o Brasil, sem o desenvolvimento do Nordeste, da mesma forma, não há desenvolvimento para o Nordeste sem equacionar o grande desafio que é o sertão (Celso Furtado, 1920-2020).

A SUDENE foi criada como uma nova institucionalidade que visava transformar esse diagnóstico em autêntica política de desenvolvimento, atendendo aos novos objetivos do Estado brasileiro de diminuir os desequilíbrios regionais da economia e tornar as áreas semiáridas mais resistentes às secas. A nova orientação do governo, a partir da Lei que criou a Sudene¹³, foi realizar o planejamento centralizado dos investimentos para o Nordeste. Procurava-se unificar a política regional, cabendo ao Órgão propor as diretrizes e definir as ações federais na região, bem como integrar os dirigentes das suas agências governamentais mais importantes. Desse modo, a descentralização viria apenas na etapa da execução das políticas, cabendo à instituição coordenadora ainda acompanhá-las em linhas gerais. Além de ter idealizado e conduzido o processo de criação da SUDENE, Celso Furtado foi seu primeiro superintendente, onde atuou por mais de cinco anos (Furtado, 1959).

Furtado abordava de que existia um monopólio na propriedade da terra e da água, concentrada especialmente nas fazendas nordestinas produtoras de açúcar ou naquelas dedicadas à pecuária. Os problemas mais cruciais decorrentes das secas era provocar um colapso na produção do segmento mais vulnerável do sistema: a agricultura de subsistência. Por isso, apontava que a solução para o atraso relativo da economia do Nordeste se encontrava na industrialização. Porém,

¹³ A Sudene foi criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959 (BRASIL, 1959), diretamente subordinada ao presidente da República, administrativamente autônoma e sediada na cidade do Recife (PE). Dentre as finalidades do Órgão, estavam: estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste; supervisionar, coordenar e controlar a elaboração, bem como a execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionassem especificamente com seu desenvolvimento. A área de atuação da Sudene abrangia, além do território de todos os estados do Nordeste, a zona de Minas Gerais compreendida no Polígono das Secas.

embora o projeto da SUDENE para transformar sua estrutura agrária incluísse, desde o início, uma política de industrialização específica, simplesmente suscitou a continuação de um processo que ocorria no Centro-Sul do País, atraindo capitalistas daquela região em razão dos incentivos fiscais oferecidos pelo governo, não gerando forças internas no próprio Nordeste. Como consequência, predominaram nas áreas semiáridas grandes complexos agroindustriais, aumento da concentração de terras e relações sociais capitalistas no meio rural (Mallorquín, 1999).

Por meio da SUDENE, Celso Furtado procurou implantar um plano político estratégico de desenvolvimento para o Nordeste e instaurar reformas de base na sociedade brasileira. No entanto, suas tentativas de mudanças estruturais foram deliberadamente dificultadas por um Congresso dominado por forças políticas tradicionais, com fortes laços latifundistas, principalmente oriundas da maior parte da bancada nordestina ligada à "indústria da seca". Considerava que a característica mais perversa da estrutura agrária do Nordeste era não existir um sistema de assalariados propriamente. Os trabalhadores rurais que não dispunham de terras para produzir, submetiam-se ao regime de "meeiros" nas propriedades dos latifundiários, sobretudo na lavoura de algodão, recebendo apenas parte do resultado da produção dessa xerófila e cultivando uma pequena agricultura de subsistência. A seca tornava-se um grande negócio para os fazendeiros que se aproveitavam da vulnerabilidade social desses trabalhadores para aumentar suas riquezas, bem como favorecia outros setores econômicos que se beneficiavam dos recursos vindos do governo durante a ocorrência do fenômeno (Furtado, 1998).

Conforme Mendes (2005), a proposição de Celso Furtado para enfrentamento a questão regional, expressa uma perspectiva histórica de transição de uma estrutura semicolonial para a do desenvolvimento econômico. Buscava promover a mudança, representada pela industrialização, no empenho de corrigir os desequilíbrios da área nordestina em relação ao crescimento do País. Agregava-se à luta contra o atraso relativo e o sistema de interesses constituído na política brasileira, por meio do enfrentamento da ponta mais resistente de coalizão entre as formas do latifúndio e o domínio dos grupos poderosos para garantir o imobilismo da aplicação dos recursos públicos federais (Mendes, 2005).

Essas forças tradicionais impediram que fossem empreendidas mudanças significativas na organização econômica e social do Nordeste. Desse modo, tornou

frustrada uma das raras tentativas do governo brasileiro de promover melhorias nas condições de vida de grande contingente populacional vulnerável na região semiárida brasileira (Buriti, Barbosa, 2018).

Celso Furtado tentou modificar a estrutura agrária do Nordeste, especialmente buscando a aprovação de um projeto de lei de irrigação. Propunha-se a desapropriação das terras antes que elas se valorizassem para, em seguida, construir obras de irrigação e açudagem com interesse social, não para reforçar a estrutura agrária já estabelecida. Seria necessário controlar o uso do solo que permitisse uma efetiva divisão de renda. Todavia, a proposta foi recusada pelo Congresso, fato que o economista paraibano considerou como uma das suas maiores derrotas à frente da SUDENE. Com isso, concluiu que a questão da mudança na estrutura agrária no Brasil, conseqüentemente, no aproveitamento das águas, era uma questão política. Os governantes brasileiros se valiam da sua posição para dificultar a formulação de medidas que propiciassem mudanças significativas para a maioria da população. Esse projeto de lei de irrigação significava uma reforma agrária moderada, mas que iria permitir investir dinheiro público no setor rural, em grande escala, sendo uma maneira de desconcentrar a propriedade da terra e a renda (Furtado, 1998).

Importante destacar as contribuições fundamentais de Josué de Castro, com seu *Geografia da Fome*, de José Guimarães Duque que abordou a vegetação xerófila e a dinâmica hídrica na região, como base fundamentais para uma interpretação crítica do SAB. Como referências principais para compreensão das desigualdades regionais e especificamente, o papel do Nordeste na divisão social do trabalho no Brasil, elencamos o diagnóstico preciso do economista e planejador Celso Furtado (Costa, 2017).

Um dos fatores marcantes da paisagem e cobertura vegetal do Semiárido é a vegetação de caatinga, que na língua indígena quer dizer mata branca. Trata-se de um bioma caracteristicamente brasileiro, com alta biodiversidade, onde se destaca a formação vegetal xerófila (adaptada à seca), com folhas pequenas que reduzem a transpiração, caules suculentos para armazenar água e raízes espalhadas para capturar o máximo de água durante as chuvas. Além das cactáceas, destacam-se espécies arbóreas, herbáceas e arbustivas, sendo algumas endêmicas (Silva, 2006).

Figura 05 – Umbuzeiro, árvore sagrada do sertão.



Fonte: Banco de dados IRPAA, (2022).

No período chuvoso ela fica verde e florida. Abriga uma das maiores biodiversidades brasileiras de insetos, inclusive a abelha, o que a torna muito favorável para a produção de mel. Entretanto, no período normal de estiagem, ela hiberna, fica seca, adquire uma aparência parda; daí o nome caatinga, expressão indígena que quer dizer "mata branca". Mas não está morta. Quando a chuva retorna, acontece uma espécie de ressurreição: o que parecia morto ressuscita; o que estava seco volta a ser verde. Parece que a vida brota do nada. Na verdade, o É Semiárido tem apenas duas estações: a das chuvas e a sem chuvas.

A Caatinga é o único bioma exclusivamente brasileiro, sendo o terceiro maior bioma do Brasil. Ela ocupa uma área estimada de 6 a 9 x 10⁵ Km², abrangendo todos os Estados da Região Nordeste e o nordeste do Estado de Minas Gerais. Devido a sua grande área de distribuição, o bioma Caatinga sofre a influência de uma grande diversidade de climas, relevos, topografias e tipos de solos, condicionando uma grande diversidade florística. Isto contraria a antiga impressão de que o bioma caatinga representava um ambiente pobre e homogêneo.

Apenas para se ter uma ideia, até o momento, foram definidos 12 tipos diferentes de Caatingas com 932 espécies vegetais conhecidas, das quais 380 são endêmicas. Quanto aos mamíferos; das 148 espécies registradas para o bioma 10 são endêmicas e 10 estão ameaçadas de extinção (das quais cinco são felinos) (INSA, 2022). Segundo o Probio (2000) a Caatinga é um dos biomas brasileiros mais alterados, sendo o bioma que possui o menor número de unidades de conservação

e sofre fortes pressões com atividades que não geram retornos visíveis para as populações locais (que apresentam os piores indicadores sociais do país).

Apesar do alto grau de endemismo, das informações insuficientes e da fragilidade da sua biota em extinção, a Caatinga não se enquadra dentro das áreas prioritárias para conservação da biodiversidade mundial.

A insuficiência e irregularidade na distribuição de chuvas é outra característica, com médias anuais que variam entre 268 e 800 mm, a temperatura elevada e a forte taxa de evaporação são características que se refletem no modelamento da paisagem predominante, ou seja, do bioma caatinga. A hidrologia e a vegetação são totalmente dependentes do ritmo climático. O longo período seco, com alta evaporação, leva a uma desperenização generalizada dos rios, riachos e córregos endógenos. Trata-se, portanto, de um conjunto de fatores hidrológicos e ecológicos relacionados ao clima semiárido regional, "muito quente e sazonalmente seco, que projeta derivadas radicais para o mundo das águas, o mundo orgânico das caatingas e o mundo socioeconômico dos viventes dos sertões" (Ab'sáber, 2003).

A necessidade de se conhecer a Caatinga, assim como se ter presente a ameaça imposta por um processo de desertificação que já está em curso e foi estabelecido em função, principalmente, da falta de cuidado com este ecossistema, remete as organizações da sociedade civil organizada que tenham atenção redobrada com este bioma e busque reverter as consequências deste processo, procurando formas de combater as causas da pobreza, tentando identificar ações que impeçam tal nível de degradação ambiental e social para esta região.

A produção animal é uma das atividades socioeconômicas mais importantes para o Semiárido brasileiro. Aliado a isso, essa região apresenta vocação natural e tradição na criação de animais, com destaque para os ruminantes (caprinos, ovinos e bovinos), aves, suínos, peixes e abelhas. Contudo, os sistemas produtivos são extensivos ou ultraextensivos e, na maioria das situações, não permitem a obtenção de índices zootécnicos ou de rentabilidade adequados, inviabilizando o sustento da propriedade rural, que na maioria das vezes, é baseada em pequenas unidades de base familiar.

A maior parte da vegetação da Caatinga encontra-se em sucessão secundária com predominância de espécies invasoras e de baixo valor nutricional, das quais se destacam, entre as lenhosas, o marmeleiro e a jurema-preta. As plantas herbáceas,

as folhas e ramos das espécies lenhosas produzem cerca de 4.000kg de matéria seca/hectare/ano, mas apenas 10% (400kg) fica disponível ao pastejo dos animais, mesmo assim, as plantas forrageiras da caatinga são os componentes principais da dieta de caprinos e ovinos da região. Esse aspecto, associado ao superpastejo, tem contribuído para o aumento de plantas de pouco valor nutricional, em substituição àquelas de melhor qualidade, o que pode resultar no desaparecimento de plantas forrageiras e acelerar uma possível degradação qualitativa da pastagem. Tal possibilidade tem preocupado técnicos e pesquisadores e os tem levado à busca de alternativas de manejo da caatinga, com vistas a potencializar qualitativa e quantitativamente esses recursos forrageiros da Caatinga para a produção de caprinos e ovinos.

Diante desse cenário, ao longo de décadas, a Embrapa Semiárido, juntamente com diversas instituições parceiras, tem dedicado esforços na busca por alternativas para a criação de animais no Semiárido brasileiro, especialmente com relação ao manejo racional da vegetação nativa da caatinga, à busca por potenciais forrageiras da vegetação nativa a serem cultivadas e utilizadas para a alimentação animal e à adaptação do cultivo e utilização de forrageiras exóticas.

De acordo com a ASA (2018), em termos socioeconômicos, o Semiárido, historicamente, sempre se caracterizou como um espaço com grande concentração de terra, água e meios de comunicação nas mãos de uma pequena elite, uma situação que gera níveis altíssimos de exclusão social e de degradação ambiental, resultando em uma crise socioambiental e econômica. Com relação à divisão das terras propícias à agricultura na região, cerca de 1,5 milhão de famílias agricultoras (28,82% de toda a agricultura familiar brasileira) ocupam apenas 4,2% das terras agricultáveis, ao passo que 1,3% dos estabelecimentos rurais com mais de 1 mil hectares - os latifúndios - detêm 38% das terras do Semiárido.

A relação entre pobreza e degradação socioambiental tem sido um aspecto preocupante pela magnitude com que se apresenta a região do Semiárido. O estabelecimento de um círculo vicioso de insustentabilidade, em algumas regiões, situações crônicas de maior pressão sobre os recursos naturais têm ampliado a incidência das áreas susceptíveis à desertificação, que atingem 75% da superfície e

88% da população do bioma Caatinga¹⁴. Estudos do INPE¹⁵ relacionados às mudanças climáticas apontam conclusões dramáticas para a região Nordeste nas próximas décadas, a exemplo da redução de 60 a 80% das terras cultiváveis nos estados do Ceará, Piauí, Paraíba e Pernambuco; da queda de 11,4% na taxa de crescimento do PIB do Nordeste; do aumento significativo nas taxas de migração; maior susceptibilidade a casos de desnutrição e mortalidade infantil; e agravamento e maior ocorrência de doenças, com elevação dos gastos em saúde (Costa, 2017).

As mudanças climáticas e os processos de desertificação vêm tomando dimensões alarmantes e preocupantes, ameaçando o equilíbrio ambiental do planeta e, por conseguinte, suas populações, especialmente as mais pobres. Nesse cenário, diversas iniciativas têm se manifestado como forma de compreender os fenômenos e construir alternativas capazes de fazer um enfrentamento e dar respostas técnicas, sociais e políticas à questão.

Segundo Vasconcelos Sobrinho (1978), a desertificação é condicionada pela intervenção do clima, dos solos, da flora, da fauna e do ser humano. Ocorre devido à fragilidade dos ecossistemas das terras secas em geral, que, em decorrência da pressão excessiva exercida pelas populações humanas ou, às vezes, pela fauna autóctone, perdem sua produtividade e a capacidade de recuperar-se. Em razão de a população se constituir, em grande parte, como responsável pela desertificação, devem-se identificar as ações sociais que conduzem ao processo. As áreas altamente deterioradas se expandem a cada ano, especialmente com o crescimento populacional que exige novos territórios de ocupação, sendo necessário medidas para conter sua expansão. Os núcleos de desertificação, áreas afetadas de forma grave ou muito grave pelo processo, se constituem em unidades fundamentais de investigação para a compreensão da crescente degradação em toda a área do Semiárido brasileiro (Buriti, Barbosa, 2018).

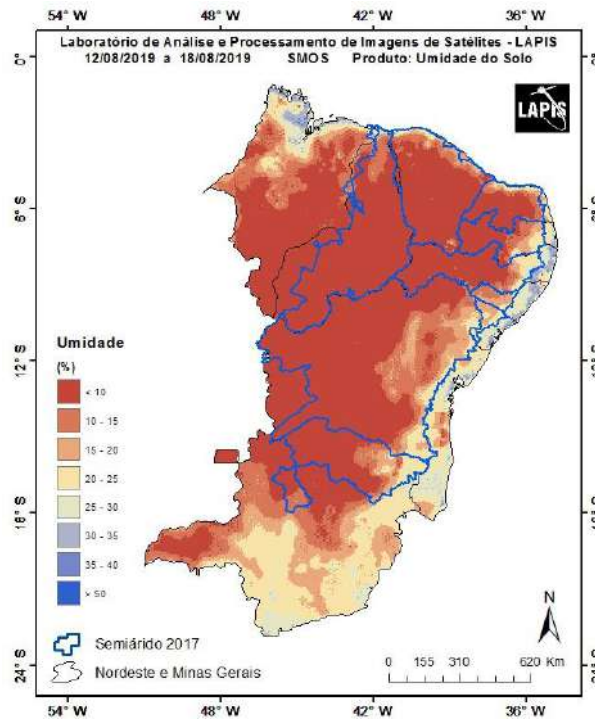
No Brasil, as Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD's) compreendem atualmente cerca de 1.340.863 km², abrangendo 1.488 municípios do Nordeste, além de alguns territórios de Minas Gerais e Espírito Santo. Os estados do Ceará e

¹⁴Os estados do Nordeste mais afetados pelos processos de desertificação são a Paraíba, que tem 63% de sua superfície afetada, seguido do Ceará (52%), Rio Grande do Norte (36%) e Pernambuco (25,5%). Ver Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-Brasil, agosto, 2004.

¹⁵'Mudanças climáticas, migração e saúde: cenários para o Nordeste 2000-2050'. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2009).

Pernambuco são os mais afetados pelo processo, sendo que a Paraíba, proporcionalmente, apresenta-se com maior extensão de área comprometida, alcançando mais de 70% do seu território (Buriti, Barbosa, 2018).

Figura 06 – Mapa da Desertificação no Semiárido Brasileiro.



Problemas ambientais complexos como aquecimento global e mudanças climáticas, aceleração do processo de desertificação, aumento da escassez de água e comprometimento da segurança alimentar para a crescente população global, inserem-se em momento histórico de influência humana sem precedentes sobre o Planeta (Buriti, Barbosa, 2018).

Nesse contexto, o Semiárido e seus povos, principalmente as populações rurais, têm sido afetados por esses fenômenos cada vez mais presentes no dia a dia e nas vidas das pessoas, desencadeando processos sociais de grande impacto, como a migração para centros urbanos e regiões dominadas pelo latifúndio e o agronegócio, onde se explora essa mão-de-obra se aproveitando da miséria gerada por esse conjunto de situações.

Um dos autores responsáveis pela superação de uma percepção apressada e simplista do drama nordestino foi Josué de Castro (1984) que, ao estudar a Geografia da Fome e dedicar um capítulo inteiro ao Sertão, em seu clássico, conclui,

com firmeza, que a fome e a pobreza são expressão do subdesenvolvimento de todo um complexo regional baseado numa arcaica estrutura agrária de latifúndios e minifúndios e na monocultura que estão diretamente ligados ao desemprego (Castro, 1984).

Em termos socioeconômicos, a região Semiárida brasileira é marcada pelo estigma da pobreza crônica, que decorre, fundamentalmente, das desigualdades observadas nas condições de distribuição e acesso das famílias agricultoras aos bens naturais, como a terra e a água. Atualmente a região concentra mais da metade da população que é vítima da fome e da subnutrição no país. Os indicadores de desenvolvimento humano na área da saúde, educação e renda nesta região encontram-se abaixo da média nacional¹⁶ (Costa, 2017).

Apesar de representar mais de 60% da superfície da região Nordeste, o PIB do Semiárido corresponde a 1/3 do PIB regional, que continua sendo o mais baixo das cinco regiões brasileiras. Diante das parcas alternativas de geração de renda e da grande proporção de economias municipais deprimidas, a transferência de recursos federais, como a previdência e os programas assistenciais, é considerada uma das principais fontes de renda para milhões de pessoas no Semiárido brasileiro, em especial na zona rural (Costa, 2017).

Os municípios que fazem parte do Semiárido brasileiro apresentam um quadro comum de vulnerabilidade climática, decorrente da escassez e má distribuição das chuvas, que se torna ainda mais crítica diante da frequente ocorrência do fenômeno da seca. Estas condições naturais, associadas às ações antrópicas de manejo e uso inadequado dos recursos naturais, produzem grande impacto ambiental e econômico, agravando as situações de degradação ambiental e de desertificação na região e criando sérias ameaças à segurança alimentar das famílias agricultoras.

A concentração da terra e dos recursos hídricos representam, historicamente, o principal entrave ao desenvolvimento do Semiárido brasileiro. O latifúndio constituiu a principal expressão do poder privado territorial e esteio da dominação tradicional na região, o chamado 'coronelismo'. Este sistema se manteve hegemônico até meados do século passado, baseado na ação de poderosas oligarquias rurais,

¹⁶Os estados da região Nordeste apresentam as piores posições no ranking nacional do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), incluindo os dois únicos estados do país com IDH médio-baixo, segundo classificação do PNUD, 2005.

perpetuadas por meio de mecanismos como o 'voto de cabresto' e os 'currais eleitorais', bem como pelo estabelecimento de relações de favor e lealdade, que caracterizam a 'política clientelista'. Esta política dominante consolidou, ao longo das décadas, uma relação de profunda dependência da população ao poder local para o acesso a bens e serviços básicos e cristalizou uma estrutura fundiária extremamente concentrada na região, que perdura até os dias atuais¹⁷ (Costa, 2017).

O coronelismo é uma expressão tipicamente nordestina, particularmente do Semiárido. É um modo de manter o poder e de fazer política. Sua definição clássica foi consagrada no livro *Coronelismo, enxada e voto*, de Nuno Leal Maia. A essência do coronelismo se traduzia numa mão que afagava pelo compadrio e os favores, e na outra que reprimia violentamente os que ousassem divergir do "coronel" local, cujo poder sempre se baseou no controle da terra e na patente da Guarda Nacional, que recebia. Além de poder econômico e político, detinha também o direito ao uso da força (Malvezi, 2007, p. 65).

O coronelismo se espalhou pelo sertão, ao longo do vale do São Francisco, e nos deu figuras como o "coronel" Leoba, em Sento Sé (BA), e Franklin Lins, em Pilão Arcado (BA). Foi Getúlio quem começou a diminuir o poder dos coronéis, quando, no Estado Novo, mandou prender alguns deles. Começou ali o enfraquecimento do coronelismo personalizado, mas não daquele modo de fazer política (Malvezi, 2007).

Mesmo enfraquecido, o coronelismo ainda tem força, particularmente nos municípios pequenos, controlados por famílias tradicionais, com vasta rede de relações históricas. Entretanto, mesmo aí, agora com a ação do governo federal por meio de programas sociais, que muitos vêem como uma nova forma de coronelismo, o poder local continuou a perder capacidade de controle sobre a população (Malvezi, 2007).

O que avança agora é o poder do agronegócio e do hidronegócio. O avanço da fruticultura irrigada, a disputa pelos grandes volumes de água e pelas melhores manchas de solos, tem uma visão modernizada, ligada ao capital transnacional e à agricultura de exportação. Entretanto, ainda são "ilhas", pólos restritos e de pouco alcance espacial. O que se desenha é um poder mais agressivo, mais pessoal,

¹⁷ A agricultura familiar no Nordeste ocupa cerca de 2,1% da área total dos imóveis rurais na região, enquanto os 5% maiores imóveis ocupam 67,6% da mesma área. O Índice de Gini na região é de 0,842 (IBGE 2006).

cada vez mais vinculado ao capital internacional e à indústria de exportação. Muitos opinam, com razão, que a economia nordestina sempre esteve voltada para a exportação, particularmente no litoral, através da cana de açúcar. No seu tempo, esses engenhos também foram modernos, não só os usineiros contemporâneos. É verdade. Mas agora se multiplicam empresas associadas, que perdem o rosto e a identidade familiar, embora estas ainda estejam presentes (Malvezi, 2007).

A política de 'açudagem', no contexto das obras contra as secas, concentrou grande parte das obras no interior dos latifúndios, reforçando ainda mais o poder das oligarquias e o 'clientelismo' político na região. A ausência de estratégias para democratizar o acesso à água tem sido um obstáculo à segurança hídrica da agricultura familiar e camponesa, cujas necessidades passam a depender das políticas assistencialistas acionadas nos períodos de emergência, que caracteriza a conhecida 'indústria da seca'. Vale ressaltar que esta é uma situação que afeta mais as mulheres, que são as principais responsáveis por esta tarefa e muitas vezes se sujeitam a longas caminhadas nos períodos de seca, para garantir o abastecimento doméstico de água.

A herança do 'clientelismo' ainda é muito forte na região e o acesso da população a bens e serviços públicos como terra, saúde, educação, água, trabalho, alimentação entre outros, permanece funcionando como moeda de troca nos períodos eleitorais, sem que sejam percebidos e tratados como direitos de cidadania previstos em lei e que demandam a participação da sociedade civil para a sua efetiva implementação.

A seca existe como fenômeno natural, mas seus efeitos sociais e econômicos se agravam sobremaneira diante da falta de ações estruturantes, efetivas e eficazes para mitigar seus impactos. Ao longo da história da região, muitas políticas hídricas foram implementadas como respostas apresentadas pelos governos para impulsionar o desenvolvimento da região, dentre as quais: obras de açudagem, irrigação, perfuração de poços, Projeto de Integração do Rio São Francisco, a maioria delas concentradas nos mandos das oligarquias políticas e econômicas.

O Rio São Francisco é intensamente propalado pelo Estado brasileiro como fundamental para o desenvolvimento do Nordeste, em razão da sua contribuição para a agricultura e para a geração de energia elétrica. No entanto, apesar da grandiosidade dos benefícios propiciados pelo rio, incluindo sua função social de

abastecimento humano, tem enfrentado um intenso processo de degradação, como poluição das suas águas, desmatamento, assoreamento, etc. Essa crítica situação do rio mostra o descompasso e a incoerência das políticas hídricas para a região (Buriti, Barbosa, 2018).

Em um contexto de desafios complexos como projeção de mudanças climáticas para o futuro próximo, aumento da severidade das secas no Semiárido Brasileiro, redução da biodiversidade e intensificação do atual processo de desertificação, torna-se fundamental discutir a efetividade das políticas públicas para a região. A gestão das águas deve-se alinhar aos sistemas de monitoramento e alerta precoce de eventos de seca, buscando-se fortalecer e integrar o processo de governança, bem como oferecer suporte à tomada de decisão sobre ações públicas. As políticas hídricas devem ser planejadas de maneira que permitam a adaptação da população as diversas características quanto à severidade e duração de cada seca, visando implementar estratégias tecnológicas de mitigação dos impactos provocados por esses eventos climáticos (Buriti, Barbosa, 2018).

As políticas de gerenciamento de águas e de desenvolvimento sustentável foram concebidas em um contexto mundial de reação da sociedade aos desastres ambientais, tendo como marco a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992. Desse evento, resultou a formulação da Agenda 21, documento que apresentou as linhas prioritárias de ações para o próximo século, visando assegurar a realização dos compromissos políticos assumidos durante a Conferência. Dentre os programas previstos, destacou-se a política de combate à pobreza, bem como a gestão sustentável e integrada dos recursos naturais (solos, minérios, água). Promover esta transição, com participação social, foi destacada como fundamental para evitar a deterioração contínua dos ecossistemas que sustentam a vida e dos quais depende o bem-estar humano (ONU, 1995).

O documento, resultado da ECO-92, apresentou ainda a necessidade de programas de manejo de ecossistemas frágeis, nos quais se incluem as regiões áridas e semiáridas suscetíveis à seca e ao processo de desertificação. Destacou o fortalecimento de ações de desenvolvimento integrado para a erradicação da pobreza e a promoção de temas alternativos de subsistência, bem como de planos

abrangentes de preparação para a seca e de esquemas para a diminuição dos seus impactos (ONU, 1995).

Ressalta-se também o papel da Segunda Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (ICID), realizada no período de 18 a 20 de agosto de 2010, em Fortaleza (CE). Na ocasião, participantes, oriundos de 80 países, elaboraram recomendações de políticas para consideração na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), reunião de cúpula que ocorreria no Rio de Janeiro, em 2012. Chamaram atenção de que as regiões secas, mundialmente, contêm as maiores concentrações de pobreza e sofrem as mais fortes pressões sobre os seus recursos naturais, tais como água, solo e biodiversidade. Nesse contexto, ressaltaram os desafios para aumentar esforços com vistas a, efetivamente, melhorar as condições de vida das pessoas e promover adaptação resiliente às mudanças climáticas, visando alcançar o desenvolvimento sustentável (ICID, 2010).

Também destacaram que eventos climáticos extremos, em diversas partes do mundo, enfatizam a urgência para que os governos se preparem para um clima incerto no futuro. Os impactos econômicos e sociais de tais eventos extremos de clima, água e tempo incluem redução drástica da produtividade agrícola, sendo necessária melhoria nos processos de governança e esforços para desenvolver maior capacidade institucional para o manejo da variabilidade climática atual, no contexto das mudanças climáticas estimadas (ICID, 2010).

No dia 28 de julho de 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a histórica resolução nº 64/292, reconhecendo o direito humano à água potável segura e ao saneamento básico como essenciais ao pleno gozo da vida (United Nations, 2010a). A decisão foi tomada considerando o dado alarmante de que cerca de 884 milhões de pessoas não têm acesso à água de boa qualidade no mundo e mais de 2,6 bilhões não dispõem de saneamento básico, correspondendo a 40% da população (Buriti, Barbosa, 2018).

O conceito de direito humano à água continua a ser uma questão-chave para a política e gestão desse elemento natural, sobretudo diante da grave situação atual relacionada ao seu acesso e qualidade. Além disso, torna-se relevante diante da neoliberalização em curso da governança hídrica, inaugurando novas formas de privatização acarretarem sérias implicações em muitas partes do mundo. Apesar de

o conceito não abranger todos os importantes desafios hidrossociais, particularmente os problemas ambientais relacionados a esse recurso natural, seu foco em questões de equidade, acesso, vulnerabilidade e universalidade torna-o oportuno no debate sobre políticas de governança contemporânea (Miroso; Harris, 2012).

Tais problemas serão agravados pela necessidade de garantir o acesso equitativo à água potável e ao saneamento diante das mudanças climáticas. De acordo com as previsões do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC - sigla do inglês Intergovernmental Panel on Climate Change), as futuras alterações ambientais constituirão um sério obstáculo à democracia hídrica. Seus impactos negativos provocarão uma grande redução da disponibilidade de água superficial e subterrânea, contribuindo para acirrar a competição pelo recurso natural. A água é um meio fundamental através do qual as mudanças climáticas irão afetar as populações humanas e os ecossistemas, em particular, devido às modificações previstas na sua qualidade e quantidade (United Nations, 2015; United Nations, 2010b).

Com o avanço da produção capitalista, componentes do patrimônio natural passaram a ser tratados como mercadorias (commodities), passíveis de apropriação privada. Dois deles foram a água e a terra, convertidas em mercadoria comercializável e incorporada à lógica de acumulação de capital. No Brasil, o processo de comoditização resultou, por um lado, em acumulação de riqueza nas mãos de poucos, e, por outro, em degradação ambiental e injustiça social.

O processo de urbanização e industrialização do país passou pelo controle das águas para atender às enormes demandas por energia. A expansão da infraestrutura hídrica ou transformação da geografia da água, no entanto, modificou não somente as características físicas, químicas e biológicas da água. Também distribuiu desigualmente o acesso a seus benefícios, apropriados pelas parcelas mais avantajadas da sociedade, enquanto as consequências negativas do crescimento afetaram principalmente as populações mais pobres (Ioris, 2006).

Historicamente, diferentes políticas governamentais foram implementadas no Semiárido brasileiro visando a mitigação dos efeitos das secas. Todavia, muito frequentemente, essas ações não estiveram baseadas em uma visão integrada do

território e consistiram em promover uma solução tecnológica específica para um espaço socionatural heterogêneo (Souza Filho, 2011).

Desde fins do século XIX, com a grave crise enfrentada pela tradicional economia agroexportadora do Nordeste, as elites políticas e econômicas regionais se apropriaram de imagens reduzidas a cenários de seca como um argumento irresistível para conseguir verbas junto ao governo federal, visando, supostamente, "socorrer" a população "flagelada". Esses representantes das oligarquias defendiam a necessidade de "modernizar" a região, por meio da construção de grandes obras públicas, que mobilizassem elevadas somas de recursos públicos. Desse modo, instituíram no imaginário nacional imagens distorcidas em torno das áreas semiáridas do Brasil, que as associavam a um ambiente "hostil", "adverso", "imutável" e "inóspito" por ocasião das secas (Aranha, 2006).

As estiagens impõem muitas dificuldades aos habitantes do Semiárido brasileiro, limitando parte das suas escolhas e ações. Isso decorre, sobretudo, em razão de a maioria da população fazer parte de um modelo econômico extremamente dependente das chuvas, como é o caso da agricultura familiar.

Além do problema da escassez de água, o impacto de possíveis mudanças climáticas podem interferir negativamente em processos produtivos e nas condições de vida da população, em razão de consequências como a redução da disponibilidade hídrica e o aumento das dificuldades de adaptação ao processo de desertificação. Nesse sentido, o fortalecimento dos sistemas de governança e a ampliação da infraestrutura de abastecimento, especialmente para atender às populações rurais difusas, constituem-se em requisitos essenciais para minimizar o problema. Também poderá contribuir como elemento básico para conter o êxodo rural e promover a interiorização do desenvolvimento sustentável (Cirilo; Montenegro; Campos, 2010).

A construção de um modelo de gestão integrada, descentralizada e participativa dos recursos hídricos se constitui como um dos caminhos para fomentar políticas públicas adequadas para a convivência sustentável com o Semiárido brasileiro. Esse processo pode provocar profundas mudanças em relação à tradicional ineficiência institucional que caracterizou as ações e projetos governamentais para a região (Buriti, Barbosa, 2018).

Ao lidar com a complexidade das inter-relações entre sociedades e naturezas, a história ambiental, na busca de escapar dos reducionismos geográfico e biológico, deverá propor uma apreciação holística da questão, que permita uma visão de conjunto, uma articulação sintética de diversas variáveis. Nesse sentido, os ambientes são sistemas abertos, abordados como a resultante de uma complexa imbricação de fatores que têm nos dados da geografia física sua condição inicial e, a partir deles, são moldados continuamente por dois conjuntos principais de fatores: as técnicas e o direito (Martins, 1997).

William Cronon (1996) afirmou que o mundo natural é muito mais dinâmico, mutável e enredado com a história humana do que as crenças populares geralmente reconheceram. Contrário à proposta de natureza entendida como algo dado, o estudioso a considerou como uma construção profundamente inventada pelos valores, suposições, julgamentos e escolhas culturais, de modo que ambas as dimensões não podem ser pensadas de forma separada. O modo de pensar o mundo natural é poderosamente moldado pelo tempo, lugar e cultura. Por essa razão, deve-se entendê-lo por uma perspectiva histórica, considerando as sociedades que a ele atribuem significados morais e políticos. Adotar uma compreensão mais autocrítica do que se entende por natureza pode fortalecer os esforços para sua proteção de forma sustentável. Escolher e repensar essa dimensão, adotar uma visão diferente sobre ela, com a tarefa de reconstruir as relações humanas com o ambiente, pode contribuir para torná-las mais justas e responsáveis (Buriti, Barbosa, 2018).

Na visão de Pádua (2010), uma instigante mudança epistemológica para o diálogo entre as ciências sociais e as ciências naturais é a noção de que a natureza se apresenta cada vez mais como algo em permanente (re)construção ao longo do tempo. Essa visão se distancia da concepção tradicional de uma realidade estática, acabada, fixa e imutável, que apenas serviria de palco para as ações humanas. Esse processo de expansão e transformação permanente do mundo natural, enfatizado pela história ambiental, tem implicações teóricas profundas para o frequentemente lembrado problema da ameaça de determinismo geográfico ou ecológico. Isso porque a longa tradição que defende a ideia de determinação da natureza sobre a vida social, em especial, do clima, apoiava-se exatamente em visões sólidas e imutáveis dos componentes do mundo natural. A meteorologia

contemporânea, no entanto, em seu enfoque historicizante e suas investigações de longa duração, tem assegurado que o clima de cada região, assim como as demais variáveis naturais, sofre grandes mudanças no curto e no longo prazo (Buriti, Barbosa, 2018).

A abordagem interdisciplinar, holística e multidimensional das políticas hídricas permitiu encontrar lições do passado que podem ser fornecidas aos atuais formuladores de políticas de águas. Elas podem contribuir para fortalecer as capacidades dos intervenientes essenciais, do ponto de vista político-científico, para tornar o Semiárido brasileiro menos vulnerável no século XXI e mais adaptado às mudanças climáticas, bem como para atenuar os efeitos da seca e da desertificação (Buriti, Barbosa, 2018).

Marengo, Torres e Alves (2016) afirmam que estimativas dos impactos das alterações no clima da região semiárida brasileira mostram grande aumento das temperaturas e sugerem a ocorrência de secas mais frequentes, severas e duradouras, provavelmente na segunda metade do atual século. Tais condições levam a um aumento da evaporação dos reservatórios e lagos, afetando a irrigação e a agricultura, bem como os principais usos da água, incluindo a energia hidrelétrica e a indústria, interferindo diretamente no bem-estar da população (Buriti, Barbosa, 2018).

Nos últimos anos, as mudanças ambientais e os extremos da variabilidade climática interanual têm se tornado cada vez mais centrais no âmbito dos debates públicos. Seus impactos se constituem em um dos maiores desafios para a promoção do desenvolvimento sustentável contemporâneo. Funções estratégicas essenciais, como a contribuição para a segurança alimentar, são exercidas nos territórios rurais, extremamente vulneráveis às consequências dessas alterações. Em razão disso, agricultores devem desenvolver ainda mais sua capacidade de adaptação a esses diferentes fatores estressantes, não apenas para garantir sua subsistência e melhoria das condições de vida, mas também para manter seu papel estratégico na área de produção de alimentos (Bryant *et al.*, 2013).

Para isso, políticas públicas eficientes e adequadas ao contexto das mudanças e da variabilidade climáticas são fundamentais para fortalecer a resiliência desses agricultores, especialmente referentes à segurança hídrica (Buriti, Barbosa, 2018).

Duque (2004a) ressaltou que a irrigação no Nordeste, antes de ser um fator econômico, deveria ser uma questão social. Chamou atenção que as terras irrigáveis não estavam sendo utilizadas de maneira condizente com sua finalidade social de atender aos agricultores pobres, e não apenas aos proprietários de terras nas bacias de irrigação. Observou que metade das terras particulares nas quais o governo construiu canais de irrigação não era cultivada, estava inculta. O proprietário retardava o seu concurso integral no desenvolvimento da irrigação porque dispunha de outras alternativas de renda, como a pecuária, enquanto a família pobre se interessava em participar do lote irrigado como meio de conseguir alimentos (Buriti, Barbosa, 2018).

As soluções propostas pelo DNOCS para os problemas hídricos do Nordeste seco, particularmente a construção de obras de açudagem, embora tenham dado sua contribuição em termos da implementação de uma significativa infraestrutura hídrica na região, não favoreceram a maioria da população vulnerável aos efeitos do fenômeno. Os benefícios dessas obras eram direcionados a grupos privilegiados de poder político e econômico da região, que já detinham o controle da propriedade das terras onde os açudes eram construídos e passavam, a partir de então, a também ter o poder de controlar o escasso elemento socionatural que era a água (Buriti, Barbosa, 2018).

A proposta tecnológica de armazenar água das chuvas pode ser considerada avançada para aquela época, considerando-se que os atuais diagnósticos em torno das políticas do governo brasileiro ainda hoje continuam a defender enfaticamente a necessidade dessa prática para solucionar o problema hídrico do Semiárido¹⁸. No entanto, afirmar que o represamento de águas iria resolver o problema social da escassez hídrica era uma forma simplificada de enaltecer certa concepção de ciência e tecnologia que justificava a implementação de políticas muitas vezes desvinculadas da realidade social e ambiental do Polígono das Secas (Buriti, Barbosa, 2018).

¹⁸ Brito et al. (2015) afirmaram que os conhecimentos sobre as tecnologias de captação, armazenamento e uso da água da chuva já estão consolidados e contemplados em importantes políticas públicas voltadas para a região, e têm a capacidade de responder às demandas de água das famílias residentes no setor rural do Semiárido brasileiro. O destaque é para os resultados do PIMC, abordado no último capítulo deste livro.

Conforme Nascimento (2015), citando palestra de Paulo Pedro de Carvalho¹⁹, da ASA, as tecnologias são apenas mediadoras do processo de transformação social e econômico na região. Elas fazem parte de um conjunto mais amplo de adoção de boas práticas (estocagem, organização, administração, educação etc.). É necessário superar a ideia equivocada das grandes obras faraônicas ligadas à proposta do "combate à seca". Deve predominar a concepção da convivência com o ambiente, das obras descentralizadas e empoderadas, compatíveis com os conhecimentos das tecnologias sociais que chegam às comunidades. Tecnologias simples, eficientes e de baixo custo, que permitam a captação e armazenamento da água da chuva, como as cisternas, podem promover a convivência sustentável, de forma inclusiva, com a semiaridez (Buriti, Barbosa, 2018).

Sobre isso, Duque (2004a) destacou que o governo deveria se preocupar também com a preparação da população para o trabalho nas terras secas, por meio da popularização de técnicas para bom aproveitamento, em larga amplitude, dos empreendimentos irrigatórios. A educação popular seria um caminho para habilitar a família a produzir bens para a coletividade. "A seca tem de ser vencida com o trabalho metodizado, perseverante, paciente e científico da população". A açudagem e a irrigação, por si só, não seriam suficientes para propiciar transformações, fazendo-se necessário educar os cidadãos (Buriti, Barbosa, 2018).

A educação também era considerada fundamental para manter a saúde da população e auxiliá-la a adquirir novos hábitos de higiene. A escassez de água favorecia o aparecimento de epidemias desastrosas que dizimavam vidas humanas em larga escala durante as secas extremas (Buriti, Barbosa, 2018).

O DNOCS perdeu força, primeiro com o surgimento da SUDENE e hoje com o fortalecimento de uma sociedade civil que implementa a Convivência com o Semiárido, projetos como "Um milhão de cisternas" e "Uma terra e duas águas". A implantação de microrreservatórios, como as cisternas, nas próprias casas e propriedades das famílias, com tecnologias que evitam a evaporação, representa um claro passo à frente em relação ao que se fez anteriormente (Malvezi, 2007).

¹⁹ Palestra realizada durante participação da delegação brasileira na 12 Conferência das Partes (COP), da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), realizada em Ancara, Turquia, no dia 15 de outubro de 2015.

Neste sentido, o contexto atual (século XXI) está profundamente marcado pela transição entre estas duas culturas políticas, a ‘cultura do clientelismo’ e a ‘cultura dos direitos’, que é um processo de longa maturação que envolve mudanças de fundo na arraigada tradição política regional e a construção de uma nova ordem política democrática e participativa. O desconhecimento e a baixa consciência da população sobre seus direitos e o descaso dos gestores públicos para a participação cidadã nos espaços de construção e implementação das políticas públicas são desafios centrais para a construção desta nova ordem, pautada na sustentabilidade e no Bem Viver.

A Sustentabilidade é um conceito amplo e complexo que para ser integrado no ambiente das organizações populares da forma global como as pesquisas sinalizam, poderia acontecer facilitado e mediado pela interdisciplinaridade, apoiando na formação de profissionais interdisciplinares e conseqüentemente dos futuros tomadores de decisão, alinhados todos ao novo planeta em que somos chamados a construir (Fazenda, 2014).

O Bem Viver é um paradigma emergente de cosmovisões dos povos originários e seus saberes ancestrais: uma filosofia de vida, um horizonte histórico de sentido utópico inspirando caminhos para a felicidade dos povos e a sustentabilidade de seus modos de vida (Pazmiño; Quintana, 2016; Silva, 2018).

Figura 07 e 08 – Sistemas de Produção no Semiárido.



Fonte: Banco de dados IRPAA, (2021).

As organizações populares e sociais, há mais de três décadas (desde 1990), vêm debatendo e construindo com os/as camponeses/as, agricultores/as familiares, povos e comunidades tradicionais, uma proposta de Convivência com Semiárido que considere a realidade climática emblemática e com características próprias, mas que

se nutra de forma participativa e propositiva das possibilidades que essa região tem para garantir vida digna e justa às populações. Essas propostas devem ser implementadas e fomentadas pelo Estado brasileiro, através de políticas apropriadas que estabeleçam a convivência harmônica dos seres humanos com a natureza, gerando trabalho, renda e permanência na terra e no território.

A ideia de conformismo e de resignação do povo nordestino diante das calamidades, dentre as quais estão as secas, é refutada a partir da referência aos movimentos sociais populares, que marcam a história da região e que permeiam o imaginário coletivo como experiências históricas de mobilização, resistência e resiliência camponesa na busca por melhores condições de vida no Semiárido. Nesse sentido evoca-se a memória de movimentos como os de Canudos, Caldeirão, Pau de Colher e até mesmo do Cangaço (Marinho, 2022).

3.3 CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Um novo conceito civilizatório para a região: a Convivência com o Semiárido. A ideia parte de um princípio simples: por que os povos do gelo podem viver bem no gelo, os povos do deserto podem viver bem no deserto, os povos das ilhas podem viver bem nas ilhas e a população da região semiárida vive mal aqui? É porque aqueles povos desenvolveram culturas de convivência adequadas ao ambiente, adaptaram-se a ele e tornaram viável a vida. No Semiárido brasileiro, essa integração de pessoa e natureza não encontrou uma solução adequada, de modo que o ser humano permaneceu sujeito às variações normais do clima regional (Malvezi, 2007).

O segredo da convivência está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele. Não se trata mais de "acabar com a seca", mas de adaptar-se de forma inteligente. É preciso interferir no ambiente, é claro, mas respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas surpreendentes. Passa pela produção e estocagem dos bens em tempos chuvosos para se viver adequadamente em tempos sem chuva. O principal bem a ser estocado é a própria água. Parece contraditório falar assim, pois dizem que ali não chove. Mas, como vimos, o Semiárido brasileiro é o mais chuvoso do planeta (Malvezi, 2007).

A primeira lei da Convivência com o Semiárido, então, é a captação inteligente da água da chuva, uma prática milenar, usada pelo povo de Israel desde os tempos bíblicos. A abundância de água em território brasileiro fez com que essa prática fosse quase abandonada. Só recentemente o Plano Nacional de Recursos Hídricos desenhou os primeiros rumos para uma política nacional de captação da água de chuva para consumo humano, consumo animal e agricultura (Malvezi, 2007).

Mas, não basta ter água. Também é preciso ter terra. A concentração fundiária é a mesma das demais regiões brasileiras. O latifúndio tem raízes profundas no Nordeste, desde o litoral e o agreste (cana), até o sertão, principalmente na pecuária extensiva. O Semiárido foi palco de lutas populares que são símbolos para todo o Brasil, principalmente Canudos. Poderíamos citar ainda Caldeirão e Pau de Colher, ligados à figura dos beatos do padre Cícero. Foi no Semiárido que se implantaram também as Ligas Camponesas, e é ali que se dá a Articulação do Semiárido - ASA, congregando aproximadamente oitocentas entidades que levam à frente os projetos "Um milhão de cisternas" e, agora "Uma terra e duas águas" (Malvezi, 2007).

Outro elemento necessário para a Convivência com o Semiárido, que acaba englobando os anteriores, é a exigência de uma profunda revolução cultural. A mudança não passa apenas por novas tecnologias e pela distribuição da terra, mas pela alma, a inteligência, os valores de cada pessoa e das comunidades da região. É necessário um trabalho de educação popular em sentido mais profundo, articulando prática e reflexão, para que se possa superar o conceito de Semiárido que está no imaginário nacional - e se reproduz na população local - e construir um outro conceito. Não há mais como falar em desenvolvimento sem falar em sustentabilidade ambiental. Mais que qualquer outra região brasileira, o Semiárido exige um desenvolvimento que respeite as frágeis leis do seu equilíbrio natural. Ou a convivência sustentável ou o deserto, eis a questão (Malvezi, 2007).

A busca da convivência constitui a alternativa que reivindica a viabilidade e sustentabilidade da vida no Semiárido em todas as suas dimensões. Os processos educativos gerados por essa busca estão inscritos nos encontros entre os sujeitos, no trânsito e na troca de saberes e na dádiva que é a vida na partilha. O avesso, torna-se o lugar em que a gênese cosmológica da Convivência com o Semiárido se anuncia. A convivência aprofunda a complexidade da relação entre os sujeitos e o contexto, à medida que estes retornam à natureza buscando condições de vida em

que a lógica mutilante do combate não se faça mais presente separando homens, mulheres e natureza, de maneira que o convívio entre estes seja marcado por uma hierarquia inflexível (Silva, 2002).

A dimensão fundamental da convivência é da complementaridade, das trocas recíprocas entre todas as partes que constituem o Semiárido, da flexibilização de práticas que permitam a participação efetiva de todos os sujeitos na constituição das ações e reflexões sustentáveis na relação homem-mulher-natureza (Pimentel, 2002).

Embora esteja ainda em processo de formulação, suas propostas buscam contextualizar os princípios da sustentabilidade, possibilitando a harmonização entre a justiça social, a prudência ecológica, a eficiência econômica e a cidadania política no Semiárido brasileiro. Nesse sentido, pode-se definir a "Convivência com o Semiárido" como sendo uma perspectiva cultural orientadora da promoção do desenvolvimento sustentável no Semiárido, cuja finalidade é a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania, por meio de iniciativas socioeconômicas e tecnológicas apropriadas, compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais. Considera-se que é essa a orientação de um novo paradigma civilizatório para a humanidade, de satisfação das necessidades e de expansão de suas capacidades, em comunhão com a natureza (Silva, 2006).

Em síntese, a "Convivência com o Semiárido" significa uma nova orientação estratégica para intervenção naquela realidade, enquanto um processo em construção e de experimentação de alternativas apropriadas, buscando aprender a conviver com as suas especificidades ambientais, e formulando proposições que visam a promoção e o alcance do desenvolvimento sustentável (Silva, 2006).

Para Cordeiro Neto (2019) a construção da CSA é genuinamente não-estatal, isto é, da sociedade civil, caracterizando-se por formas de lidar com o Semiárido diametralmente opostas a uma outra lógica denominada por Combate à Seca, essa sim essencialmente vinculada à ação estatal. Também, aquelas perspectivas analíticas tendem a assumir a CSab como construção de um tipo específico de representação social sobre o espaço geográfico, conflitando com outras representações sociais elaboradas por outros atores, numa disputa de sentidos, geralmente polarizada entre a ideia de uma região de potencialidades e o seu avesso, qual seja, a ideia de uma região de mazelas (Cordeiro Neto, 2019).

Assim, para "os doutores da Convivência": ela se materializa no a) ativismo, engajamento dos atores em causas comuns, pautadas por ideias e sentimentos de justiça, de solidariedade e de participação conjunta em um mesmo agrupamento; b) apreço a relações não hierarquizadas, primazia de comportamentos baseados na confiança, honestidade e ética; c) ideia de relação respeitosa entre pessoas e "natureza", pela qual se procura conhecer e compreender os limites e possibilidades da "natureza", tomando-os como orientadores da atividade humana; d) mobilização de pertencimentos étnicos, valorização de elementos históricos, tradições, ancestralidades que reforçam certa afiliação territorial, não apenas em termos geográficos; e) linguagem acolhedora, capaz de demonstrar familiaridade e valorização em relação às coisas comuns que permeiam o campo; f) estética orientada para a apresentação de um modo de vida digno no Semiárido, ideia de bem-estar, mas sem opulência, desprezioso, sóbrio (Cordeiro Neto, 2019).

Desta forma, a convivência com o Semiárido deixa de ser apenas um termo, ou uma "manchete", difundida pelas ONGs e redes, e passa a se constituir como um novo paradigma orientador de práticas sociais, econômicas e ambientais no contexto da agricultura de base familiar. Outrossim, ela se inscreve na realidade do Semiárido como o novo paradigma em construção, mas também já em disputa por diversas forças políticas e atores sociais (Lima, 2020).

O paradigma da Convivência com o Semiárido surge como alternativa ao antigo paradigma de combate à seca, entretanto este processo não se dá de um momento para outro. Foi construído ao longo de anos e amadurecido nas mobilizações sociais protagonizadas pelos movimentos sociais, ONGs e movimento sindical, incluindo as organizações de base comunitária (Lima, 2020).

O paradigma surge sob forte influência da sociedade civil como fenômeno de coexistência de processos de desenvolvimento, cocriação de tecnologias adaptadas ao ambiente semiárido e coevolução da construção de conhecimento sobre sustentabilidade para a agricultura familiar, fundamentada em processos de experimentação e de construção de conhecimento agroecológico. As redes sócio técnicas, principalmente a ASA, fizeram chegar às mais longínquas comunidades um processo de formação e mobilização social para a convivência com o Semiárido, que resultou na implementação de tecnologias sociais para armazenar a água das chuvas, para beber, cozinhar e produzir. A capacidade de atuação da ASA mudou a

paisagem da região e contribuiu para melhorar as condições de vida de milhares de famílias agricultoras (Lima, 2020).

Nesse contexto, a emergência do "Paradigma da Convivência com o Semiárido", originário dos modos de vida, das experiências e práticas dos povos do Semiárido e desses movimentos de resistência camponesa ao longo da história, ao serem sistematizados por diversas organizações sociais, sobretudo no âmbito da ASA, representa um paradigma contra hegemônico, que tem transformado a paisagem da região, o imaginário coletivo sobre o Semiárido, que passa a atribuir-lhe conotações mais positivas e tem contribuído para a consolidação da pauta dos direitos e da reivindicação de políticas públicas apropriadas à região, gestadas por instituições populares, o que tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida no Semiárido (Marinho, 2022).

As mudanças de paradigma apontam novas possibilidades e novos rumos de desenvolvimento não apenas no campo teórico, mas, sobretudo, no campo prático. No caso do Semiárido brasileiro elas não partem do campo da investigação científica para a demonstração e difusão, mas sim da busca incessante dentro dos sistemas agrícolas e de dentro das relações sociais de produção, identificando, assim, novos sistemas que emergem, com novas possibilidades de organização social e produtiva, com vários efeitos positivos do ponto de vista da Convivência com o Semiárido (Lima, 2020).

3.4 O BEM VIVER

A Convivência com o Semiárido, portanto, significa a construção do Bem Viver no Semiárido Brasileiro, ou seja, à construção de comunidades rurais felizes com modos de vida sustentáveis na região. O Bem Viver é uma oportunidade para construir outra sociedade, sustentada em uma convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a Natureza, a partir do conhecimento dos diversos povos culturais existentes no país e no mundo (Acosta, 2016). O Bem Viver não é um simples conceito. É uma vivência.

Livro de Alberto Acosta, o Bem Viver é um conceito aberto, de origem latino-americana, que se está constituindo em um aporte genuíno ao debate da esquerda mundial do século 21.

A conjugação destes termos: saber viver, saber conviver, viver em equilíbrio e harmonia, respeitar a vida, vida em plenitude, vida plena, emprega-se mais o enunciado de vida com elementos qualitativos subjetivos (bom, tranquilidade, amor, felicidade) e materiais (casa, dinheiro) (Acosta, 2016).

Seu significado é viver em aprendizado e convivência com a natureza, fazendo-nos reconhecer que somos "parte" dela e que não podemos continuar vivendo "à parte" dos demais seres do planeta. A natureza não está aqui para nos servir, até porque nós, humanos, também somos natureza e, sendo natureza, quando nos desligamos dela e lhe fazemos mal, estamos fazendo mal a nós mesmos.

O Bem Viver recupera esta sabedoria ancestral, rompendo com o alienante processo de acumulação capitalista que transforma tudo e todos em coisa. Faz uma crítica ao produtivismo e ao consumismo, desenfreados e fúteis, que inevitavelmente levarão a humanidade ao colapso civilizatório. Também se expressa na articulação política da vida, no fortalecimento de relações comunitárias e solidárias, assembleias circulares, espaços comuns de sociabilização, parques, jardins e hortas urbanas, cooperativas de produção e consumo consciente, comércio justo, trabalho colaborativo e nas mais diversas formas do viver coletivo, com diversidade e respeito ao próximo (Acosta, 2016).

Não há como escrever sobre esta questão a partir de um reduto acadêmico isolado dos processos sociais, sem nutrir-se das experiências e das lutas do mundo indígena, por exemplo. Necessitamos outras formas de organização social e novas práticas políticas. Para obtê-las, é imprescindível despertar a criatividade e consolidar o compromisso com a vida, para não nos convertermos em meros aplicadores de procedimentos e receitas caducas (Acosta, 2016).

Nesse aspecto, o Bem Viver se apresenta como uma oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de vida. É, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza (Acosta, 2016).

A visão de mundo dos marginalizados pela história, em especial dos povos e nacionalidades indígenas, é uma oportunidade para construir outros tipos de sociedades, sustentadas sobre uma convivência harmoniosa entre os seres humanos consigo mesmos e com a Natureza, a partir do reconhecimento dos

diversos valores culturais existentes no planeta. Ou seja, trata-se de bem conviver em comunidade e na Natureza (Acosta, 2016).

Para construir o Bem Viver, a educação intercultural, por exemplo, deve ser aplicada a todo o sistema educativo, obviamente, porém, com outros princípios conceituais (Acosta, 2016).

Segundo Silva (2017) o conceito de Bem Viver rural inclui a felicidade dos povos do semiárido e a sustentabilidade de seus modos de vida; o Modo de Vida Comunitário como unidade de intervenção e transformação da realidade territorial; o conceito de Projeto de Vida Comunitário como fonte de emoção, paixão e compromisso de um grupo de famílias com a construção coletiva de outra compreensão de sua realidade e outro compromisso com a felicidade da comunidade e a sustentabilidade de seu modo de vida no Semiárido Brasileiro.

Uma mudança de época histórica ocorre sob a influência de rupturas e emergências paradigmáticas (SILVA *et al.*, 2001, 2005, SILVA, 2014a). Por um lado, o conjunto das rupturas em curso condiciona uma crise de sentido (SILVA, 2014b), ao determinar a crise do paradigma de desenvolvimento (DOMENACH, 1980; RIST, 1997; SACHS, 2000), que não cumpriu suas promessas de prosperidade, felicidade e paz para todos os povos, deslegitimando marcos intelectuais derivados da “ideia de desenvolvimento”. Por outro lado, entre as emergências, a maioria das quais são alternativas de desenvolvimento, surge na Região Andina uma alternativa ao desenvolvimento, o paradigma do *Bem Viver* (ACOSTA, 2015; AGOSTINO, 2009; ALAI, 2009, 2010, 2011). “Desenvolvimento” é uma ideia ambígua criada para ocultar o capitalismo e a dicotomia “superior-inferior” (civilizado-primitivo, desenvolvido-subdesenvolvido) que facilita sua expansão incontrolável (ESCOBAR, 1998; RIST, 1997; SACHS, 2000; SILVA, 2011). Enquanto as alternativas de desenvolvimento aceitam que a meta universal para todos os povos é “ser desenvolvido”, o *Bem Viver* propõe que o fim para os povos é ser feliz com modos de vida sustentáveis (JIBAJA e VÁSQUEZ, 2016; SILVA, 2013), porque nada é anterior nem superior à vida, que é a origem, centro e fim de todo pensar e atuar humano (SILVA, 2017, p. 6).

No Bem Viver, o que deve ser sustentável não é o desenvolvimento, mas os modos de vida (Silva, 2014b). Portanto, no mundo rural, a agricultura deve ser sustentável para sustentar os modos de vida dos quais é constitutiva, e não porque deve ser sustentável em si ou para si mesma (Silva, 2017).

A sustentabilidade da vida é uma propriedade emergente da interação solidária entre todas as formas e modos de vida, ou seja, a sustentabilidade implica em cultivar as relações, significados e práticas que geram, sustentam e dão sentido à existência de todos os seres vivos e a sua convivência (Silva, 2017).

A geração de conhecimentos/ inovações para o Bem Viver, é:

O conhecimento (localmente) significativo é interativamente gerado e socialmente apropriado no contexto de sua aplicação (dimensão prática) e implicações (dimensão ética); a inovação (localmente) relevante emerge de processos de interação social (intercâmbios) com a participação (diálogos de saberes) e o protagonismo dos atores sociais/econômicos/políticos/institucionais que a necessitam (dimensão prática) e serão por ela impactados (dimensão ética) (SILVA, 2017, p. 12).

Esses são exemplos de perguntas e premissas decoloniais a partir das quais a educação, comunicação, cooperação, pesquisa, extensão, contextualizadas, podem realizar o giro decolonial rumo a um modo contextual, interativo e ético de 'inovação para o Bem Viver' (Silva, 2017).

Os movimentos e as organizações sociais que já são construtores de caminhos ao Bem Viver rural no Semiárido Brasileiro. Nesse caminhar, eu atuaria como um semeador de indignação e esperança, as parceiras de futuros relevantes para todas as formas e modos de vida humana e não humana na região. Eu lançaria sementes prenhes de indignação e esperança no leito fecundo da educação contextualizada, descolonizadora do pensamento dominante, para que germinassem em mentes críticas e corações solidários. Minha esperança floresce em corações solidários de mulheres e homens, de nossos 'Sertões', cujos saberes, desafios, experiências, resistências, insurgências, histórias, sonhos, locais, são imprescindíveis à construção de caminhos ao Bem Viver comunitário, porque ninguém pode ser feliz sozinho (SILVA, 2017, p. 13).

O Bem Viver é o horizonte utópico de construtores de caminhos comprometidos com a felicidade dos povos e a sustentabilidade de seus modos de vida. No século XXI, seguidores de caminhos são reféns de alternativas de desenvolvimento, caminhos para quem aspira ser desenvolvido (ser capitalista) que proliferam sem construir sociedades felizes nem modos de vida sustentáveis. A civilização ocidental está em crise porque seu paradigma de desenvolvimento (o capitalismo e seu *modus operandi*) não consegue sustentar a vida no Planeta, além de não cumprir as promessas de prosperidade, felicidade e paz para todos os povos. O desenvolvimento não tem solução para "problemas de desenvolvimento" (pobreza, fome) criados por suas contradições capitalistas, razão pela qual a humanidade necessita de alternativas ao e não de desenvolvimento (Silva, 2017).

A pedagogia da resposta é a estratégia que nos reduz a meros receptores de valores, ideias, ideais, conceitos, teorias, modelos, paradigmas, forâneos, transformando-nos em seguidores do caminho único ao progresso, colonização

imperial e do caminho único ao desenvolvimento, globalização neoliberal, ou seja, o caminho único ao capitalismo (Silva, 2017).

A colonialidade da natureza (Walsh, 2007) descarta da esfera da existência a dimensão mágica da vida para facilitar a apropriação do mundo da vida biofísica e espiritual. Separa o ser humano da natureza para que esta seja reduzida a matéria inerte, observável, controlável, útil, objeto de dominação para sua exploração. A separação cartesiana cultura/natureza descarta a relação milenar entre humanos e não humanos, negando a premissa de que os humanos são parte da natureza, para eliminar e controlar significados, sentidos, modos de vida. Sua expressão operativa é a divisão binária natureza/sociedade para o controle e dominação da natureza (Leiss, 1972), para sua apropriação e exploração, através de sua redução a recursos naturais, capital natural, serviços ambientais, bionegócios, enfim, economia verde. A economia verde não passa do novo disfarce do capitalismo travestido de desenvolvimento sustentável: o lobo - o capital - vestido da cor da ovelha a natureza que quer devorar (Lander, 2011).

Portanto, frente à colonialidade do poder, saber, ser, natureza, a educação contextualizada necessita realizar a decolonialidade do poder, saber, ser, natureza, começando pela desconstrução cultural e descolonização epistemológica do pensamento vigente sobre a natureza e dinâmica do progresso/desenvolvimento no Semiárido. Nesse processo, a desobediência epistêmica é imprescindível (Silva, 2008), porque quem não descoloniza seu pensamento não pode participar da descolonização da história, da economia, da educação, da saúde, da cooperação, da agricultura, no Semiárido Brasileiro (Silva, 2017).

Não há como construir caminhos ao Bem Viver sem participar de sua concepção. O Bem Viver não é um paradigma tecnológico, mas biocêntrico/espiritual, um horizonte utópico para instigar nossa imaginação, para emocionar-nos, apaixonar-nos e comprometer-nos - eticamente, politicamente, epistemologicamente com o futuro da vida no Planeta, com a convivência entre todos os seres vivos, humanos e não humanos, também do Semiárido Brasileiro (Silva, 2017).

Como paradigma emergente, o Bem Viver é "uma oportunidade para imaginar outros mundos (Acosta, 2013). Somente imaginando outros mundos, onde prevaleça o Bem Viver, teremos critérios para imaginar caminhos para sua construção. Então, por enquanto, como paradigma alternativo ao paradigma de desenvolvimento, ou

seja, alternativo ao paradigma capitalista da civilização ocidental, o Bem Viver nos permite imaginar alternativas não capitalistas, emancipatórias (Silva, 2017).

No Semiárido Brasileiro, para permitir a aprendizagem social e a construção coletiva de saberes locais, o processo de construção do Bem Viver será necessariamente intensivo de perguntas e premissas decoloniais, as parteiras de dois dos caminhos imprescindíveis para a construção do Bem Viver rural na região: o caminho da transição agroecológica (Silva, 2017) e o caminho da convivência com a semiaridez (Silva, 2011a; Oliveira, Silva, 2016).

O Bem viver é uma filosofia de vida, um horizonte utópico, uma fonte de inspiração ética, estética, espiritual, para a concepção de modos de vida outros: outras formas coletivas de ser e sentir, pensar e agir, produzir e consumir, comunicar-se e relacionar-se, entre os humanos e entre os seres humanos e não humanos (Silva, 2017). O Bem Viver nos instiga a imaginar o mundo que queremos (Acosta, 2013), para transformar o mundo que temos, sob outros valores e princípios que nos guiem ao horizonte utópico da felicidade de todos os povos do mundo e da sustentabilidade de seus modos de vida (Silva, 2017).

O comunitarianismo, a solidariedade, a emoção, a paixão, o compromisso, o amor, a suficiência, a complementação, a reciprocidade, o cuidado com o outro, a resistência, a insurgência, a autonomia, a soberania, a pedagogia da pergunta adotada por construtores de caminhos, estão entre os ingredientes para a construção de caminhos ao Bem Viver (Silva, 2017).

O Bem Viver enquanto filosofia de vida é um projeto libertador e tolerante, sem preconceitos nem dogmas. Um projeto que, ao haver somado inúmeras histórias de luta, resistência e propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências existentes em muitas partes do planeta, coloca-se como ponto de partida para construir democraticamente sociedades democráticas (Acosta, 2016).

Como é fácil compreender, questionamentos desse tipo estão além de qualquer correção nas estratégias de desenvolvimento e crescimento econômico permanente. Não se pode mais sustentar o discurso do desenvolvimento que, com suas raízes coloniais, justifica visões excludentes (Acosta, 2016).

Como se não bastasse o fato de a maioria dos seres humanos não ter alcançado o bem-estar material, estão sendo afetadas sua segurança, liberdade e identidade. Se durante a Idade Média a maioria da população estava

estruturalmente marginalizada do progresso, hoje tampouco participa de seus supostos benefícios: está excluída ou recebe apenas algumas migalhas. Em muitos casos, não tem nem o "privilégio" de ser explorada como mão de obra (Acosta, 2016).

Sem negar, em absoluto, a potencial importância dos avanços tecnológicos ocorridos nas últimas décadas, cuja velocidade continuará surpreendendo dia após dia, deve-se ter presente que nem toda a Humanidade se beneficia de tais conquistas. A técnica, sabemos bem, não é neutra: é parte do processo de valorização do capital - o que a torna nociva em vários aspectos - e desenvolve-se em função das demandas de acumulação (Acosta, 2016).

Boaventura de Sousa Santos, diz que o Bem Viver é "um conceito de comunidade onde ninguém pode ganhar se seu vizinho não ganha. A concepção capitalista é exatamente oposta: para que eu ganhe, o resto do mundo tem que perder" (Acosta, 2016).

O modelo de desenvolvimento devastador, que tem no crescimento econômico insustentável seu paradigma de Modernidade, não pode continuar dominando. Haverá, então, que superar a ideia de progresso enquanto permanente acumulação de bens materiais. Implica fortalecer os valores básicos da democracia: liberdade, igualdade e solidariedade, incorporando conceitos da vida em comunidade. Nestas novas formas de vida, sobre bases de verdadeira tolerância, haverá que se respeitar, por exemplo, a diversidade de opções sexuais e de formas de organização familiar e comunitária. O Bem Viver é uma filosofia de vida que abre as portas para a construção de um projeto emancipado (Acosta, 2016).

Devemos embarcar em um novo programa que disponibilize os benefícios de nossos avanços científicos e nosso progresso industrial para a melhoria e o crescimento das regiões subdesenvolvidas. Mais da metade da população mundial está vivendo em condições que se aproximam da miséria. Sua alimentação é inadequada. Elas são vítimas de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estancada. Sua pobreza é um lastro e uma ameaça tanto para eles mesmos quanto para as regiões mais prósperas. Pela primeira vez na história, a humanidade possui conhecimentos e habilidades para aliviar o sofrimento dessas pessoas (Acosta, 2016).

Ao longo dos tempos, a sociedade foi construindo um conjunto de sobrenomes: Desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento local, desenvolvimento global, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável ou

sustentado, ecodesenvolvimento, etnodesenvolvimento, desenvolvimento humano, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento com igualdade de gênero, codesenvolvimento, desenvolvimento transformador... desenvolvimento, no final das contas. O "desenvolvimento", como toda crença, nunca foi questionado: foi simplesmente redefinido por suas características mais destacadas (Acosta, 2016).

O Bem Viver não pretende assumir o papel de um imperativo global, como sucedeu com o desenvolvimento em meados do século 20. O Bem Viver é, por um lado, um caminho que deve ser imaginado para ser construído, mas que, por outro, já é uma realidade. Será, então, uma tarefa de (re)construção que passa por desarmar a meta universal do progresso em sua versão produtivista e do desenvolvimento enquanto direção única, sobretudo em sua visão mecanicista do crescimento econômico e seus múltiplos sinônimos. Apresenta-se como uma oportunidade para construir coletivamente novas formas de vida (Acosta, 2016).

Deve ser considerado parte de uma longa busca de alternativas de vida forjadas no calor das lutas populares, particularmente dos povos e nacionalidades indígenas. São ideias surgidas de grupos tradicionalmente marginalizados, excluídos, explorados e até mesmo dizimados. São propostas invisibilizadas por muito tempo, que agora convidam a romper radicalmente com conceitos assumidos como indiscutíveis. Estas visões pós-desenvolvimentistas superam as correntes heterodoxas, que na realidade miravam a "desenvolvimentos alternativos", quando é cada vez mais necessário criar "alternativas de desenvolvimento". É disso que se trata o Bem Viver (Acosta, 2016).

O Bem Viver deve ser assumido como uma categoria em permanente construção e reprodução. Enquanto proposta holística, é preciso compreender a diversidade de elementos a que estão condicionadas as ações humanas que propiciam o Bem Viver: o conhecimento, os códigos de conduta ética e espiritual em relação ao entorno, os valores humanos, a visão de futuro, entre outros (Acosta, 2016).

O Bem Viver, em suma, ao propor a superação do capitalismo, inscreve-se na linha de uma mudança civilizatória. Forja-se nos princípios de interculturalidade. Vive nas práticas econômicas e solidárias. E, por estar imerso na busca e na construção de alternativas pelos setores populares e marginalizados, terá de se construir

sobretudo a partir de baixo e a partir de dentro, com lógicas democráticas de enraizamento comunitário (Acosta, 2016).

No mundo capitalista, o funcionamento da economia e da própria sociedade se baseia na premissa de que o melhor nível social possível se alcança deixando em liberdade (valor fundamental) cada indivíduo na busca da realização pessoal (a negação do outro) em um ambiente de competição (mercado) a partir da defesa irrestrita da propriedade privada (Acosta, 2016).

E na propriedade privada dos meios de produção, geraria uma ordem cósmica autorregulada, onde se desenvolvem os indivíduos isolados. E esta ordem das coisas terminaria por conduzir-nos ao desenvolvimento (Acosta, 2016).

Nesta perspectiva, o Bem Viver se transforma em ponto de partida, caminho e horizonte para desconstruir a matriz colonial que desconhece a diversidade cultural, ecológica e política. Nesta linha de reflexão, a proposta do Bem Viver critica o Estado monocultural; a deterioração da qualidade de vida, que se materializa em crises econômicas e ambientais; a economia capitalista de mercado; a perda de soberania em todos os âmbitos; a marginalização, a discriminação, a pobreza, as deploráveis condições de vida da maioria da população, as iniquidades. Igualmente, questiona visões ideológicas que se nutrem das matrizes coloniais do extrativismo e da evangelização imposta a sangue e fogo (Acosta, 2016).

Sua preocupação central, portanto, não é acumular para então viver melhor. Do que se trata é de viver bem aqui e agora, sem colocar em risco a vida das próximas gerações (Acosta, 2016).

Uma revolta contra a individualidade, contra a fragmentação e contra a perda de sentidos que reivindica uma territorialidade comunitária não saqueadora, recuperadora de tradições e potencializadora de imaginários utópicos que sacodem todas as percepções da realidade e da história, e conduzem a um mundo em que cabem todos os mundos. Os referenciais epistemológicos colocados pela Modernidade como universais são deslocados, e as interpretações se multiplicam na busca de projetos de futuro sustentáveis, dignos e libertários (Acosta, 2016).

O Bem Viver, além de uma declaração constitucional, significa uma oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de organizar a própria vida. Portanto, o verdadeiro debate deve dar-se na sociedade. E deve-se compreender o alcance que representa esse importante passo qualitativo, que deixa

para trás o "desenvolvimento" e seus múltiplos sinônimos para investir em uma visão diferente. É óbvio que uma cosmovisão dessemelhante à ocidental, que surge de raízes comunitárias e não capitalistas, existentes não apenas no mundo andino (Acosta, 2016).

O Bem Viver, como anotamos, nos ordena a dissolver os tradicionais conceitos de progresso, em sua derivação produtivista, e de desenvolvimento, enquanto direção única, sobretudo com sua visão mecanicista do crescimento econômico (Acosta, 2016).

Necessitamos respostas políticas que possibilitem a "cultura do estar em harmonia", e não a "civilização do viver melhor", como esclarece o jurista equatoriano Atawallpa Oviedo Freire. Trata-se de construir uma sociedade solidária e sustentável, com instituições que assegurem a vida. O Bem Viver, repitamos, sinaliza uma ética da suficiência para toda a comunidade, e não somente para o indivíduo (Acosta, 2016).

O que importa é reconhecer que nestas terras existem memórias, experiências e práticas de sujeitos comunitários que exercitam estilos de vida não inspirados no tradicional conceito de desenvolvimento e progresso, entendidos como a acumulação ilimitada e permanente de riquezas. É imperioso, portanto, recuperar ditas práticas e vivências próprias das comunidades indígenas assumindo-as tal como são, sem idealizá-las (Acosta, 2016).

A organização do aparato produtivo e os padrões de consumo devem mudar de maneira profunda. Para construir o Bem Viver é preciso outra economia que se reencontre com a Natureza e atenda às demandas da sociedade, não às do capital (Acosta, 2016).

No cerne do Bem Viver com projeção global, inclusive, está implícito um grande passo revolucionário que nos leva a caminhar de visões antropocêntricas a visões sociobiocêntricas, assumindo as consequências políticas, econômicas, culturais e sociais desta transição (Acosta, 2016).

Essa ciência e essa tecnologia - ou melhor, essa aplicação da ciência - são questionáveis. Há outras tecnologias perigosas. Por exemplo, as tecnologias agrárias baseadas na química e no monocultivo, que levaram à perda de biodiversidade. A lista pode alongar-se ad infinitum (Acosta, 2016).

Cada vez mais pessoas começam a entender que a acumulação material, mecanicista e interminável, assumida como progresso, não tem futuro. Essa preocupação é crescente, pois os limites da vida estão severamente ameaçados por uma visão antropocêntrica do progresso, cuja essência é devastadora (Acosta, 2016).

Por isso, se queremos que a capacidade de absorção e resiliência da Terra não entre em colapso, devemos deixar de enxergar os recursos naturais como uma condição para o crescimento econômico ou como simples objeto das políticas de desenvolvimento. E, certamente, devemos aceitar que o ser humano se realiza em comunidade, com e em função de outros seres humanos, como parte integrante da Natureza, assumindo que os seres humanos somos Natureza, sem pretender dominá-la (Acosta, 2016).

Ao possibilitar uma força de trabalho extremamente barata, foi uma importante contribuição para o processo de industrialização (Acosta, 2016). Um dos mais lúcidos pensadores latino-americanos neste campo, Enrique Leff, que propõe uma transição a outra forma de organização da produção e da sociedade, questiona:

Como desativar um processo que tem em sua estrutura originária e em seu código genético um motor que o impulsiona a crescer ou morrer? Como levar a cabo tal propósito sem gerar como consequência uma recessão econômica, com impactos socioambientais de alcance global e planetário? (...) isto leva a uma estratégia de desconstrução e reconstrução, não para implodir o sistema, mas para reorganizar a produção, desvincular-se das engrenagens dos mecanismos de mercado, restaurar a matéria usada para reciclá-la e reordená-la em novos ciclos ecológicos. Neste sentido, a construção de uma racionalidade ambiental capaz de desconstruir a racionalidade econômica implica processos de reapropriação da natureza e reterritorialização das culturas (ACOSTA, 2016, p. 116).

Por um lado, os países empobrecidos e estruturalmente excluídos deveriam buscar opções de vida digna e sustentável, que não representem a reedição caricaturizada do estilo de vida ocidental. Por outro, os países "desenvolvidos" terão de resolver os crescentes problemas de iniquidade internacional que eles mesmos provocaram e, em especial, terão de incorporar critérios de suficiência em suas sociedades antes de tentar sustentar, às custas do resto da Humanidade, a lógica da eficiência compreendida como a acumulação material permanente (Acosta, 2016).

Diante destes desafios, aflora com força a necessidade de repensar a sustentabilidade em função da capacidade de uso e resiliência da Natureza.

É necessário reconhecer que o desenvolvimento e o progresso convencional nos conduzem por um caminho sem saída. Os limites da Natureza, aceleradamente transbordados pelos estilos de vida antropocêntricos, particularmente exacerbados pelas demandas de acumulação do capital, são cada vez mais perceptíveis. Isso nos obriga a evitar ações que eliminam a diversidade e a substituem pela uniformidade provocada pela megamineração, pelos monocultivos ou pelos transgênicos, por exemplo, "rompem os equilíbrios, produzindo desequilíbrios cada vez maiores" (Acosta, 2016).

Escrever essa mudança histórica, ou seja, a transição de uma concepção antropocêntrica para uma socio-biocêntrica, é o maior desafio da Humanidade, se é que não queremos colocar em risco a existência do próprio ser humano sobre a Terra (Acosta, 2016).

Na busca do indispensável equilíbrio entre a Natureza e as necessidades dos seres humanos, reconhecer a Natureza como sujeito de direitos significa superar a tradicional visão constitucional do "direito a um ambiente saudável", que está presente no constitucionalismo latino-americano há muito tempo. Estritamente, tal como propõe Eduardo Gudynas, urge precisar que os direitos a um ambiente saudável são parte dos Direitos Humanos e que não necessariamente implicam Direitos da Natureza. A finalidade desta distinção é indicar que as formulações clássicas dos Direitos Humanos, ou seja, dos direitos a um ambiente saudável ou à qualidade de vida, são essencialmente antropocêntricas e devem ser compreendidas à parte dos Direitos da Natureza (Acosta, 2016).

Nos Direitos Humanos, o centro está colocado na pessoa. Nos direitos políticos e sociais, ou seja, direitos de primeira e segunda geração, o Estado reconhece esses direitos ao cidadão como parte de uma visão individualista e individualizadora da cidadania, com os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. A estes direitos se acrescem os direitos de quarta geração, difusos e coletivos, entre os quais se incluem o direito a que os seres humanos gozem de condições sociais equitativas e de um meio ambiente saudável. Com esta bateria de direitos, procura-se evitar a pobreza e a devastação ambiental, que provocam impactos negativos na vida das pessoas (Acosta, 2016).

A soberania alimentar - que incorpora a proteção do solo e o uso adequado da água, um exercício de proteção aos milhares de camponeses que vivem de seu

trabalho e, certamente, à existência digna de toda a população - transformou-se em outro eixo condutor das normas constitucionais. Este deveria ser o ponto de partida das políticas agrárias e, inclusive, da recuperação do verdadeiro patrimônio nacional: a biodiversidade. Na Constituição se expressa inclusive a necessidade de obter soberania energética sem colocar em risco a soberania alimentar ou o equilíbrio ecológico (Acosta, 2016).

Estes direitos defendem a manutenção dos sistemas de vida - do conjunto da vida. Sua atenção se volta aos ecossistemas, às coletividades, não aos indivíduos. Pode-se comer carnes, peixes e grãos, por exemplo, desde que se assegure que os ecossistemas sigam funcionando com suas espécies nativas (Acosta, 2016).

A Humanidade requer respostas inovadoras, radicais e urgentes que permitam definir novos rumos para enfrentar os graves problemas globais. É necessário, uma estratégia coerente para construir uma sociedade equitativa e sustentável, ou seja, uma sociedade que entenda que faz parte da Natureza e que deve conviver em harmonia com ela e dentro dela (Acosta, 2016).

O Direito, as instituições, as políticas e as instâncias governamentais têm evoluído. Desde aquelas já longínquas declarações, mudanças foram introduzidas. Avançou-se muito, mas não o suficiente. A sociedade civil, com crescente consciência global, começa a dar início a uma série de ações e iniciativas. É cada vez mais evidente a necessidade de cooperar para proteger a vida do ser humano e do próprio planeta (Acosta, 2016).

É necessário entender os Direitos da Natureza como "uma reação ao choque de visões, não [com objetivo de provocar uma] fratura, mas de costura de estéticas, emoções, desejos, conhecimentos e saberes", que são elementos consubstanciais do Bem Viver. Precisamos de um mundo reencantado com a vida, abrindo caminhos de diálogo e reencontro entre os seres humanos, enquanto indivíduos e comunidades, e de todos com a Natureza, entendendo que todos os seres humanos formamos parte da Natureza e que, no final das contas, somos Natureza (Acosta, 2016).

Ao longo da história, foram permanentes as lutas políticas para controlar e construir o Estado em função de determinados interesses. Em algumas ocasiões, sociedades foram organizadas em torno do Estado. Em outras, o Estado foi um fator para estruturar a sociedade (Acosta, 2016).

O Bem Viver, como conceito plural e em construção, flui no campo dos debates teóricos. Há avanços práticos, porém, entre os povos e nacionalidades indígenas. Passos substantivos se registram na construção política, como nas constituições de Bolívia e Equador. Além da diversidade de posturas no interior do Bem Viver, surgem importantes elementos unificadores, tais como a contestação ao desenvolvimento e ao progresso ou a exigência de outra relação com a Natureza. O Bem Viver não é, pois, mais uma ideia de desenvolvimento alternativo dentro de uma longa lista de opções: se apresenta como uma alternativa a todas elas (Acosta, 2016).

Fala-se em construir sociedades sustentadas na harmonia das relações dos seres humanos com a Natureza, do ser humano consigo mesmo e dos seres humanos com outros seres humanos. Isso não implica a visão milenarista de um paraíso harmônico. Este processo não exclui lutas sociais: lutas que são múltiplas e diversas, como são múltiplas e diversas as formas de exploração, dominação e exclusão provocadas pelo capitalismo. Estas lutas, porém, não se esgotam na luta de classes. Há que enfrentar as sociedades patriarcais, as sociedades racistas e as sociedades com enormes e crescentes conflitos intergeracionais, para mencionar alguns desdobramentos dos conflitos do capitalismo (Acosta, 2016).

Os princípios do Buen Vivir, expressos pela Constituição equatoriana de 2008, por exemplo, se apresentam paralelamente, com a mesma hierarquia, a outros princípios clássicos, como igualdade, inclusão, dignidade, liberdade, respeito, participação política com equidade social e de gênero, bem-estar comum, responsabilidade, justiça social, etc. Por sua vez, estes princípios estão vinculados diretamente à forma de organização econômica do Estado, que também incorpora conceitos como solidariedade e reciprocidade, com suas múltiplas dimensões (Acosta, 2016).

A ideia do Bem Viver está diretamente atrelada aos saberes e às tradições indígenas. Portanto, há um esforço deliberado para visibilizar concepções que estiveram ocultas e subjugadas por um longo tempo (Acosta, 2016).

Já dissemos que o Bem Viver questiona o capitalismo, que, em essência, acelerou o divórcio entre seres humanos e Natureza. Mas o Bem Viver também critica os socialismos realmente existentes, ou seja, os socialismos antropocêntricos,

como aponta Oviedo Freire. O Bem Viver, enquanto expressão de democracia radical, questiona toda forma de autoritarismo (Acosta, 2016).

Nesta perspectiva, o Bem Viver se projeta como uma proposta de transformação civilizatória. E, por isso mesmo, adquire cada vez mais vigor também fora do mundo andino e amazônico, para além de seus desafios plurinacionais. Em seu cerne, como já dissemos, está um grande passo revolucionário que nos insta a abandonar visões antropocêntricas e trilhar um caminho rumo a visões sociobiocêntricas, com as consequências políticas, econômicas e sociais que hão de surgir no processo (Acosta, 2016).

A proposta de um novo Estado deve incorporar dois elementos-chave: o Bem Viver e os Direitos da Natureza, a partir dos quais devem se consolidar e ampliar os direitos coletivos ou comunitários. Não há contradição com a participação cidadã, pois não se trata de uma democracia que abra as portas unicamente à cidadania individual-liberal: há também cidadanias coletivas e comunitárias. Além disso, os Direitos da Natureza necessitam e, ao mesmo tempo, dão origem a outro tipo de cidadania, que se constrói no contexto ambiental. Como já dissemos, esse novo tipo de cidadania é plural, já que depende das histórias sociais e do meio ambiente. E acolhe critérios de justiça ecológica que superam a visão tradicional de justiça. Eduardo Gudynas denomina estas cidadanias como "meta-cidadanias ecológicas". Para alcançá-las, há que consolidar e ampliar a vigência do pluralismo jurídico, assim como a prática da gestão pública, com critérios plurinacionais e interculturais que assegurem uma maior e efetiva participação cidadã e comunitária (Acosta, 2016).

O Bem Viver, enquanto alternativa ao desenvolvimento, exige outra economia. Uma economia sustentada naqueles princípios fundacionais desta proposta pós-desenvolvimentista, entre os que destacamos a solidariedade e a sustentabilidade, além da reciprocidade, a complementariedade, a responsabilidade, a integralidade (todos os seres vivos somos necessários ao planeta), a suficiência (e, de alguma maneira, também a eficiência), a diversidade cultural e a identidade, as equidades e, claro, a democracia (Acosta, 2016).

A partir da ideia de solidariedade, busca-se outro tipo de relações de produção, de intercâmbio, de consumo, de cooperação, de acumulação de recursos financeiros, de distribuição de renda e riqueza e dos fatores de produção. Um ponto

medular desta economia solidária radica em estabelecer "critérios de suficiência" antes de sustentar a lógica da eficiência, entendida como acumulação material cada vez mais acelerada - diante da qual vacila até mesmo a democracia (Acosta, 2016).

Tudo o que já escrevemos propõe - como meta utópica - a construção de relações harmoniosas da coletividade, e não apenas de individualidades somadas arbitrariamente. Sociedades imersas na competitividade movem-se na direção de uma distopia. Nosso objetivo é construir um sistema econômico sobre bases comunitárias, orientadas por princípios diferentes dos que propagam o capitalismo (Acosta, 2016).

Para alcançar esse duplo objetivo - solidariedade e sustentabilidade - será preciso transitar por caminhos que permitam ir deixando para trás as lógicas de devastação social e ambiental dominantes. O maior desafio das transições encontra-se em superar os padrões culturais assumidos por amplos segmentos da população, que apontam a uma acumulação de bens materiais cada vez maior. Esta busca não assegura necessariamente um crescente bem-estar dos indivíduos e coletividades, tal como já se demonstrou nos países considerados desenvolvidos. A principal preocupação dos economistas ortodoxos é combinar trabalho, capital e recursos naturais para assegurar um permanente crescimento econômico e uma maior acumulação do capital, sem se preocupar pela solidariedade e pela sustentabilidade. Esse empenho é o que provoca os resultados daninhos que afetam a maioria da população e o próprio planeta (Acosta, 2016).

Nesta outra economia, orientada a construir e a sustentar o Bem Viver, o ser humano deve ser o centro das atenções e seu fator fundamental, mas sempre integrado à Natureza, como parte da Natureza (Acosta, 2016).

Outro ponto fundamental radica no reconhecimento de que o Bem Viver não pode circunscrever-se apenas ao mundo rural. É certo que as propostas básicas provêm especialmente desse âmbito. Mas não é menos certo que, como consequência das migrações, cada vez mais pessoas vivem em cidades e que, portanto, se necessita respostas para esses amplos grupos humanos, muitos deles também marginalizados e explorados. Os atuais espaços urbanos aparecem relativamente distantes das práticas de vida solidárias e respeitadas ao meio ambiente (Acosta, 2016).

Todas as pessoas têm direito a uma vida digna, que assegure saúde, alimentação e nutrição, água potável, moradia, saneamento básico, educação, trabalho, descanso e ócio, cultura física, vestimenta, seguridade social e outros serviços sociais. Todos estes direitos, para que sejam cumpridos, exigirão ajustes na distribuição da riqueza e da renda, já que não podem ser garantidos apenas com subsídios aos grupos marginalizados (Acosta, 2016).

Os direitos devem ser garantidos a todos e todas, em qualquer tempo ou circunstância, não apenas quando haja excedentes financeiros. Concretamente, se é preciso oferecer seguridade social para todas as donas de casa e não se dispõe de recursos suficientes com as exportações de recursos naturais, por exemplo, haverá que conduzir uma reforma tributária que permita obter esses recursos dos segmentos com maior renda. O que está em jogo é uma permanente disputa de poder (Acosta, 2016).

É inaceitável que um grupo reduzido da população goze de um estilo de vida confortável enquanto o resto - a maioria - sofre para sustentar a opulência de um segmento privilegiado e opressor. Esta é a realidade do regime de desenvolvimento atual, uma realidade própria do sistema capitalista. O capitalismo demonstrou uma importante capacidade produtiva. Propiciou progressos tecnológicos substanciais e sem precedentes. Conseguiu inclusive reduzir a pobreza em vários países. No entanto, desencadeia sistematicamente processos sociais desiguais entre os países e dentro deles. Sim, o capitalismo cria riquezas, mas são demasiadas as pessoas que não participam de seus benefícios (Acosta, 2016).

A riqueza, como assegurava o próprio Adam Smith em seu clássico: Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações, mais conhecido como a riqueza das nações, publicado em 1776, apenas se explica pela existência de uma massiva pobreza: onde quer que haja grande propriedade, há grande desigualdade. Para cada pessoa muito rica deve haver no mínimo quinhentos pobres, e a riqueza de poucos supõe a indigência de muitos (Acosta, 2016).

Neste ponto, dentro da concepção do Bem Viver, ganha vigor renovado aquela visão que nos diz que não importa tanto as coisas que as pessoas possam produzir durante suas vidas, mas as coisas que fazem pela vida das pessoas. Este é o ponto medular para a construção de uma sociedade diferente. Inclusive, Amartya Sen recomenda que o desenvolvimento deve preocupar-se com o que as pessoas

podem ou não podem fazer, ou seja, se podem viver mais, escapar de doenças evitáveis, estar bem alimentadas, ser capazes de ler, escrever, comunicar-se, participar de tarefas literárias e científicas, etc. Nas palavras de Marx, trata-se de substituir o domínio das circunstâncias e do acaso sobre os indivíduos pelo domínio dos indivíduos sobre o acaso e as circunstâncias (Acosta, 2016).

Esta visão de vida, ainda dentro da lógica do desenvolvimento, exige, certamente, como ponto de partida, uma redistribuição profunda dos bens acumulados em pouquíssimas mãos. Os que não possuem nada ou muito pouco devem dotar-se das coisas mínimas que lhes assegurem uma vida digna. O que se busca é uma convivência sem miséria, sem discriminação, com um mínimo de coisas necessárias, mas sem tê-las como meta final. A ausência de miséria e pobreza, como objetivo fundacional de uma nova sociedade, implica, ademais, a ausência da opulência - provocadora da miséria. O que se deve combater é a excessiva concentração de riqueza, não a pobreza. Esta deve ser totalmente abatida (Acosta, 2016).

Para consegui-lo, além de redistribuir a riqueza e a renda, há que construir novos padrões de produção e consumo coincidentes com a satisfação das necessidades fundamentais - axiológicas e existenciais. Esta aproximação, elaborada por vários pensadores e construtores do que se conhece como desenvolvimento em escala humana, é, sem dúvida, uma visão com muitos pontos que sintonizam com o Bem Viver (Acosta, 2016).

Por isso, é inapropriado e altamente perigoso aplicar o paradigma do desenvolvimento tal como é concebido nos países centrais do capitalismo. Não só porque este paradigma não é sinônimo de bem-estar para a coletividade, mas porque está colocando em risco a própria Humanidade ao deteriorar o equilíbrio ecológico global. Nesta perspectiva, deveríamos aceitar o tão conhecido "desenvolvimento sustentável" apenas como uma etapa transitória a um paradigma distinto do capitalista, ao que seriam intrínsecas as dimensões de liberdade e igualdade - incluindo, claro, a sustentabilidade ambiental (Acosta, 2016).

O Bem Viver, enquanto uma nova forma de organização da sociedade, implica a expansão das potencialidades individuais e coletivas que devem ser descobertas e fomentadas. Não há que desenvolver a pessoa: é a pessoa que deve desenvolver-se. Para tanto, como condição fundamental, qualquer pessoa tem de possuir as

mesmas possibilidades de escolha, ainda que não tenha os mesmos meios. Estes, aliás, não poderão estar concentrados em poucas mãos. A pessoa tem de fortalecer suas capacidades para viver em comunidade e em harmonia social, como parte da Natureza (Acosta, 2016).

O Estado corrigirá as deficiências dos mercados e atuará como promotor da mudança nos campos que sejam necessários. Mas a grande tarefa recai sobre a própria sociedade, que, a partir das comunidades, deverá construir, sobre as bases da igualdade, todas as formas de organização que sejam imprescindíveis para a mudança. O Bem Viver, como caminho e como objetivo, exige equidades e equilíbrios (Acosta, 2016).

As equidades, então, surgiriam como resultado de um processo que reduza dinâmica e solidariamente as desigualdades existentes em todos os âmbitos da vida humana, especialmente no econômico, social, intergeracional, de gênero, étnico, cultural e regional (Acosta, 2016).

Diante destes desafios, aflora com força a necessidade de repensar a sustentabilidade em função da capacidade de uso e resiliência da Natureza. Em outras palavras, a tarefa radica no conhecimento das verdadeiras dimensões da sustentabilidade e em assumir a capacidade da Natureza de suportar perturbações, que não podem subordinar-se às demandas antropocêntricas. Mas isso não é tudo. Esta tarefa demanda uma nova ética para organizar a própria vida. É necessário reconhecer que o desenvolvimento convencional, sustentado no crescimento econômico, nos conduz por um caminho sem saída. Os limites da Natureza, aceleradamente ultrapassados pelos estilos de vida antropocêntricos, particularmente exacerbados pelas demandas de acumulação do capital, são cada vez mais notáveis e insustentáveis (Acosta, 2016).

Por outro lado, se a economia deve subordinar-se às exigências da Terra, o capital tem de estar submetido às demandas da sociedade humana - que não apenas é parte da Natureza, mas é Natureza. Daí, será preciso abrir espaço a esquemas de profunda redistribuição da riqueza e do poder, assim como à construção de sociedades fundamentadas em equidades, no plural. Não apenas está em jogo a superação efetiva do conceito de "raça" enquanto elemento configurador das sociedades dependentes, onde o racismo é uma de suas

manifestações mais cruas: é tarefa fundamental e urgente a superação do patriarcado e do machismo (Acosta, 2016).

A partir desta perspectiva, há que consolidar e ampliar a vigência dos Direitos Humanos e dos Direitos da Natureza, vistos como ponto de partida para a construção democrática de sociedades democráticas, assegurando uma maior e efetiva participação cidadã e comunitária. Escrever essa mudança histórica, ou seja, a passagem de uma concepção antropocêntrica a uma sociobiocêntrica, assim como a superação de uma economia inspirada no crescimento e na acumulação do capital, é o maior desafio da Humanidade, se é que não se deseja colocar em risco a própria existência do ser humano sobre a terra (Acosta, 2016).

A real contribuição do Bem Viver está na criação de possibilidades de diálogo, abrindo as portas a um enorme mapa de reflexões destinado a subverter a ordem conceitual imperante. Uma de suas maiores contribuições poderia estar na construção coletiva de pontes entre os conhecimentos ancestrais e modernos, assumindo, a todo instante, que a construção de conhecimento é fruto de um processo social. Para obtê-lo, nada melhor que um debate franco e respeitoso (Acosta, 2016).

Superar as visões dominantes e construir novas opções de vida levará tempo. Teremos de fazê-lo durante a caminhada, reaprendendo e aprendendo a aprender simultaneamente. Isso exige grande dose de constância, vontade e humildade (Acosta, 2016).

O Bem Viver aceita e apoia maneiras distintas de viver, valorizando a diversidade cultural, a interculturalidade, a plurinacionalidade e o pluralismo político. Diversidade que não justifica nem tolera a destruição da Natureza, tampouco a exploração dos seres humanos, nem a existência de grupos privilegiados às custas do trabalho e sacrifício de outros (Acosta, 2016).

Com o capitalismo desenfreado que importam ao "desenvolver-se", nossos países se encontram hoje à beira do deserto ecológico e do inferno explosivo da miséria das maiorias. Como se não bastasse, o servilismo mimético resultante ameaça nossas raízes históricas e culturais (Dilger, Filho, 2016).

Os tímidos avanços na área social tiveram respostas ferozes das oligarquias regionais, que não hesitaram em promover golpes de Estado de novo tipo, como se tem verificado em Honduras (2009), no Paraguai (2012) e no Brasil (2016). Diante

de alianças pragmáticas com o agronegócio, por exemplo, a reforma agrária tem sido praticamente esquecida (Dilger, Filho, 2016).

Passando por comunidades indígenas, quilombolas ou camponesas, até as cooperativas da economia solidária, que vêm resistindo há tempos a esse projeto neocolonial e construindo alternativas ao capitalismo e ao colonialismo do século XXI (Dilger, Filho, 2016).

Já desde os anos 1970 está comprovado que a partir de certo nível de vida não há correlação entre o crescimento do Produto Interno Bruto - PIB e o bem-estar ou a felicidade de sua população. Segundo dados recentes, os dez países com mais dinheiro para consumir, entre eles Noruega, Dinamarca, Austrália e Estados Unidos, também figuram entre os países com as mais altas taxas de suicídio. Na Alemanha, uma das economias mais fortes do mundo, que tem indicadores macroeconômicos favoráveis nos últimos anos, a desigualdade entre alguns super-ricos, de um lado, e muito pobres, de outro, ampliou-se tanto que, hoje, uma em cada cinco crianças vive na pobreza (Dilger, Filho, 2016).

Os modos de organizar a sociedade e a economia, os modos de conceber o mundo e de estar nele, os conhecimentos e saberes de grande parte da população mundial foram desqualificados como pobres, atrasados, insuficientes, por uma única razão: existiam por fora do sistema de produção e dos mercados capitalistas. Essa é a meta do "desenvolvimento": incluir territórios não totalmente permeados pelas lógicas e práticas capitalistas aos circuitos de acumulação de capital; transformar populações em consumidores, camponeses de subsistência em assalariados ou informais, bens naturais em commodities, propriedade coletiva em privada e vendável. Com um só objetivo: aumentar os fluxos de dinheiro e, assim, o "crescimento econômico", paradigma irmão do "desenvolvimento" (Dilger, Filho, 2016).

A América Latina vem atravessando nos últimos quinze anos uma conjuntura muito especial no contexto global. Enquanto em outras partes regia o neoliberalismo com seus dogmas de austeridade, redução do Estado, privatizações e leis do mercado, em nosso continente houve um período de hegemonia progressista: depois de um ciclo de lutas sociais poderosas, chegaram ao governo forças políticas com programas transformadores que pretendiam superar o neoliberalismo e recuperar um Estado regulador. Com a ascensão de Mauricio Macri à presidência da Argentina, o processo de impeachment contra Dilma Rousseff no Brasil e a grave

crise atravessada pela Venezuela, essa hegemonia parece desmoronar (Dilger, Filho, 2016).

Processos constituintes em três países - Bolívia, Equador e Venezuela - levaram ao que tem sido chamado de "neoconstitucionalismo transformador". Com os Direitos da Natureza, o Bem Viver como princípio regente em vez do "desenvolvimento", o reconhecimento da diversidade cultural e, inclusive, a plurinacionalidade, as Constituições, elaboradas com muita participação de todos os setores sociais, buscam assentar as bases para uma sociedade diferente. É nesse contexto que ressurge na América Latina o debate sobre alternativas ao desenvolvimento, que já havia sido promovido anteriormente, nos anos 1980 e 1990, por um grupo de pensadores de diferentes países, entre eles Gustavo Esteva e Ivan Illich, baseados em Morelos, México, e pelo colombiano Arturo Escobar (Dilger, Filho, 2016).

Em diálogo com múltiplos processos sociais, foram trabalhados inclusive cenários concretos de transição, que incluíam, por exemplo, o fortalecimento dos controles ambientais, a redução gradual da extração de bens naturais, uma política de impostos progressivos e de revisão de subsídios, a democratização e a transformação dos padrões energéticos e tecnológicos, a desmercantilização da Natureza, etc (Dilger, Filho, 2016).

Todas essas correntes compartilham alguns princípios: a colaboração em vez da concorrência que o capitalismo promove; a valorização da convivencialidade; a importância da autonomia, da autogestão e dos processos construídos localmente a partir de baixo; o respeito à diversidade e o valor central da deliberação; a democratização da economia e da tecnologia; a transformação da propriedade privada em propriedade social (que não é o mesmo que propriedade estatal) ou em comuns; a soberania alimentar; a solidariedade e a reciprocidade (Dilger, Filho, 2016).

Nessas estratégias populares, a produção, o controle e a defesa do território se tornaram centrais. Em vez de participar docilmente na elaboração institucional de "planos de desenvolvimento", muitos territórios colombianos, por exemplo, decidiram elaborar planos de vida a partir de baixo, ou seja, pensar formas diferentes de produzir, distribuir, estabelecer relações sociais, organizativas e comerciais. Nesses planos, o Estado não tem o papel central, mas o contrário: dele somente se espera que deixe fazer, que permita a autogestão do território. Processos de construção de

redes comunitárias de comunicação em torno de um diálogo de saberes (Dilger, Filho, 2016).

Portanto, o Bem Viver sintetiza uma oportunidade para construir outra sociedade, sustentada na convivência do ser humano, em diversidade e harmonia com a Natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes em cada país e no mundo. A parte intrínseca a essa proposta, com projeção até mesmo global, está em dar um grande passo revolucionário que nos inspira a transitar de visões antropocêntricas a visões sociobiocêntricas, com as conseguintes consequências políticas, econômicas e sociais (Dilger, Filho, 2016).

A noção de Bem Viver sustenta-se "em reciprocidade, em cooperação, em complementariedade" (Dilger, Filho, 2016).

Seja em uma linguagem de defesa do território e dos bens comuns, dos Direitos Humanos, dos Direitos da Natureza ou do Bem Viver, a demanda aponta para uma democratização das decisões; mais ainda, para o direito dos povos de dizer "não" aos projetos que afetam fortemente as condições de vida dos setores mais vulneráveis e que comprometem o futuro das novas gerações (Dilger, Filho, 2016).

Antes de mais nada, é necessário reconhecer que o atual processo de construção de territorialidade é realizado em um espaço complexo, no qual se entrecruzam lógicas de ação e racionalidades portadoras de valorações diferentes (Dilger, Filho, 2016).

No entanto, a questão é ainda mais complexa se nos referimos aos povos originários e suas organizações, pois a ideia de território e territorialidade aparece cada vez mais ligada à de autonomia, entendida como autodeterminação, o que, como afirma Héctor Díaz Polanco, significa não apenas o reconhecimento da diversidade e da diferença cultural, mas também a inscrição dos direitos coletivos, econômicos e sociais no interior do território (Dilger, Filho, 2016).

O Bem Viver defende que se assegure "qualidade de vida", em um sentido ampliado que transcende a dimensão material, individual e antropocêntrica em benefício de um certo bem-estar espiritual e comunitário que se estende a toda Natureza. O Bem Viver valoriza a Natureza em si mesma. Portanto, deseja manter sua integridade local e globalmente. Isso faz com que essa perspectiva esteja orientada a transcender o dualismo que separa sociedade e Natureza, e também a

romper com a concepção de uma história linear, segundo a qual nossos países devem repetir os estilos e a cultura das nações industrializadas (Dilger, Filho, 2016).

Os sistemas climáticos e as condições que favorecem a vida na Terra registram alterações profundas: mudança climática, perda de diversidade biológica e de solos férteis, desmatamento, contaminação das águas, etc. As comunidades científicas internacionais praticamente coincidem em afirmar que a elevação da temperatura do planeta é consequência do aumento da emissão de gases de efeito estufa, de origem antropogênica (Dilger, Filho, 2016).

Centenas de milhões de pessoas vivem diariamente os impactos dessas severas transformações: secas, inundações, redução da disponibilidade de água, perda da diversidade genética, calores extremos, perdas maciças de colheitas, etc (Dilger, Filho, 2016).

Diante dessa extraordinária combinação de ameaças, não apenas à democracia, à paz e à dignidade humana, como também à própria vida, encontramos povos em movimento e resistência. Em 2011, produziram-se surpreendentes mobilizações em todo o mundo em oposição a esses propósitos e em favor da luta por outro mundo possível (Dilger, Filho, 2016).

Outras formas de fazer político, menos institucionais, mais espontâneas, menos verticais, mais democráticas, colocam sobre a mesa um conjunto de assuntos críticos que devem ser debatidos. Um desses diz respeito às potencialidades das novas tecnologias de comunicação e informação (telefones celulares, YouTube, Twitter, Facebook) para promover uma política radicalmente democrática (Dilger, Filho, 2016).

Essas tecnologias permitem romper o monopólio dos meios corporativos e estatais. A repressão, que cada vez é mais divulgada, às vezes praticamente em tempo real, pelo YouTube, com frequência tem efeitos contraproducentes para as autoridades, pois gera protestos ainda maiores do que os que buscava sufocar (Dilger, Filho, 2016).

Os territórios ricos em biodiversidade, em "estoques de carbono", em fontes de água, passam a ser alvo prioritário do capital especulativo e, ao mesmo tempo, por meio de contratos, passam a servir de lastro para o valor desses novos títulos "verdes" no mercado financeiro (Dilger, Filho, 2016).

Estas cosmovisões, relacionadas a territórios específicos, propõem opções distintas da visão de mundo ocidental, uma vez que nascem de raízes comunitárias não capitalistas e harmonicamente relacionadas com a Natureza. O Bem Viver, assim, propõe uma transformação de alcance civilizatório, uma vez que é biocêntrica e não mais antropocêntrica (trata-se, na verdade, de uma trama de relações harmoniosas que não possui um centro); comunitária, e não individualista; sustentada na pluralidade e na diversidade, não unidimensional nem monocultural. Para compreendê-lo é necessário submeter-se a um profundo processo de descolonização intelectual nos aspectos político, econômico e, claro, cultural (Acosta, 2018).

Um ponto comum entre as ações coletivas nas lutas sociais atuais costuma ser o "território", compreendido no sentido amplo da palavra. As lutas territoriais mostram quem exerce o poder político e econômico no território, com quais meios, legitimação e conceitos de organização social e cultural. As áreas rurais onde se amplia cada vez mais os cultivos de soja transgênica e a mineração, e onde a propriedade de terras se concentra em poucas mãos, ou os bairros urbanos (pobres) valorizados economicamente e controlados pelo Estado não são apenas unidades de administração territorial. São espaços onde a população luta por autonomia política, participação e reconhecimento, e por direitos fundamentais, como soberania alimentar e acesso à terra e à água. Poderíamos dizer que as lutas sociais atuais "por território" na América Latina aspiram a uma prática social democrática diferente, pois, ao ocupar terras com o objetivo de assegurar o acesso ou a redistribuição, ao bloquear ruas e estradas com o objetivo de evitar a instalação de uma mina, ao ocupar casas com o objetivo de assegurar moradia, não se trata somente de questões materiais, mas da criação de espaços que permitam a geração de novas alternativas de desenvolvimento (Acosta, 2018).

Cada vez se destinam mais e mais extensões de terra para uma agricultura fundamentada na monocultura, o que acarreta uma perda acelerada de biodiversidade. Os organismos geneticamente modificados e seus pacotes tecnológicos completam este cenário, que, desde o início do século XX, levou a uma redução de 75% na diversidade genética das plantas em todo o mundo (Acosta, 2018).

Hoje, sem dúvida, a luta contra as mudanças climáticas é crucial para muita gente e muitas regiões que já estão sendo afetadas pelo aquecimento global. No

médio prazo, será crucial também para grande parte da população global e inúmeras espécies animais e vegetais. As mudanças climáticas são um efeito direto do capitalismo industrial e do socialismo realmente existente, que também tentou dominar e explorar a Natureza, que se baseia na combustão de matéria-prima de origem fóssil, como ocorre em todo modo de vida imperial (Acosta, 2018).

Em quarto lugar, devem-se considerar os "limites da Natureza", uma vez que, a partir de um certo nível de degradação, a reprodução biofísica local, regional ou global não funciona mais. A ação dos seres humanos, organizados dentro das relações capitalistas de produção, causa secas ou inundações, reduz aceleradamente a fertilidade, produz uma série de contaminações cada vez mais nocivas, dá lugar à perda da biodiversidade, destroça os ecossistemas... (Acosta, 2018).

Exemplos disso são os movimentos de resistência contra os megaprojetos econômicos e de infraestrutura, como usinas hidrelétricas e grandes monocultivos, ou os movimentos favoráveis às "cidades em transição" (transitions towns) e ao "direito à cidade". Aqui surgem ações que defendem igualmente a democracia energética, a soberania alimentar e a justiça climática. Existe uma multiplicidade de enfoques econômicos alternativos concretos no âmbito comunitário, inclusive em níveis mais amplos, também globais. A partir dos conceitos do Bem Viver, sobretudo, se propõem alternativas para uma transformação civilizatória (Acosta, 2018).

Para enfrentar o desafio, são necessários outros paradigmas, conceitos, teorias, indicadores e ferramentas, destinados a conceber e realizar essa nova forma de vida solidária, equilibrada e repleta de sentido entre indivíduos e coletividade, sociedade e Natureza. Vemos diariamente, em todo o planeta, muitíssimas e múltiplas práticas alternativas, sustentadas em outras visões de mundo, que surgem do cotidiano social e da prática política, mais que de alguma teoria. Aqui se encontra o grande potencial transformador (Acosta, 2018).

O fomento e o fortalecimento de modos de vida alternativos, baseados na justiça social e na sustentabilidade ecológica, requerem apoio político e institucional, e implicam uma aprendizagem (Acosta, 2018).

Para tanto, os novos motores da economia devem girar em torno da solidariedade, da reciprocidade, da complementariedade, das harmonias e da

relacionalidade. Assim, de acordo com as reflexões de Leff, deve-se desconstruir a racionalidade capitalista e reconstruir alternativas para superar o capitalismo. Ao reconhecer e valorizar outros saberes e práticas, e ao reinterpretar socialmente a Natureza a partir de imaginários culturais, como os do Bem Viver e do Sumak Kawsay, se poderá construir essa nova racionalidade social, política, econômica e cultural indispensável para a transformação (Acosta, 2018).

Os principais debates passam pela soberania alimentar, o direito à cidade e à cidadania. Pouco a pouco, porém, os movimentos sociais vêm se relacionando e se aproximando dos paradigmas do Bem Viver (Acosta, 2018).

Com as propostas do Bem Viver não se pretende "regressar" ao passado ou idealizar modos de vida indígenas ou comunitários. Busca-se reconhecer e respeitar os múltiplos conhecimentos, experiências e práticas de vida existentes na região. Na Bolívia, por exemplo, os ayllus revelam-se unidades de organização social fundamentais para a convivência nas comunidades indígenas e também para organizar resistências e alternativas (Vega Camacho, 2013) (Acosta, 2018).

Diante de tais desafios, aflora com força a necessidade de repensar a sustentabilidade em função de assegurar as condições biofísicas de todas as formas de vida e a resiliência da Natureza. Ou seja: é preciso conhecer as verdadeiras dimensões da sustentabilidade e assumir a limitada capacidade da Natureza para suportar perturbações, que não podem se subordinar às necessidades do ser humano. Para tanto, necessitamos de uma nova ética de organização da vida. Temos que reconhecer que o desenvolvimento convencional nos conduz por um caminho sem saída. Reconhecer que os limites da Natureza são cada vez mais perceptíveis e insustentáveis - e que nosso estilo de vida e a acumulação de capital estão constringendo ainda mais esses limites - é o primeiro passo para impulsionar uma grande transformação (Acosta, 2018).

Ao invés de manter o divórcio entre a Natureza e o ser humano, é preciso proporcionar seu reencontro, reatar o elo que se desfez pela força de uma concepção de vida predatória e intolerável. Bruno Latour (2007, p. 8) diz que "a questão é sempre a de reatar o nó górdio, atravessando, tantas vezes quantas forem necessárias, o corte que separa os conhecimentos exatos e o exercício do poder, digamos, a natureza e a cultura" (Acosta, 2018).

O Bem Viver, entendido como filosofia de uma vida sem filósofos, abre as portas para construir um projeto emancipador. Um projeto que, ao congregiar muitas histórias de lutas de resistência e de propostas de mudança, ao se nutrir de experiências locais de diversas latitudes, posiciona-se como ponto de partida para construir democraticamente sociedades sustentáveis em todos os âmbitos. Temas como a construção de uma nova economia ou os Direitos da Natureza também se perfilam como questões que devem interessar a todos e a todas, e ser discutidas e abordadas a partir de experiências locais ou regionais específicas (Acosta, 2018).

Portanto, quando falamos em construir alternativas sistêmicas, estamos nos referindo não apenas à superação do capitalismo, mas as estratégias que sejam capazes de enfrentar e superar o patriarcado, o produtivismo, o extrativismo e o antropocentrismo. As alternativas não surgem no vazio. Emergem de lutas, experiências, iniciativas, vitórias, derrotas e do ressurgimento dos movimentos sociais, e aparecem em um processo muitas vezes contraditório de análises, prática e propostas que são validadas na realidade (Solón, 2019).

Não há somente uma alternativa. Há muitas. Algumas vem dos povos originários, como o Bem Viver. Outras, como o decrescimento, vêm à tona em sociedades industrializadas que já ultrapassaram os limites do planeta. O ecofeminismo aporta a dimensão essencial para superar o patriarcado e o antropocentrismo. Os direitos da Mãe Terra buscam construir novas formas de relacionamento com a natureza. Os "comuns" enfatizam a autogestão das capacidades humanas. A desglobalização se concentra na análise do processo globalizante e no desenvolvimento de novas vias de integração mundial que garantam centralidade aos povos e à natureza (Solón, 2019).

O ecossocialismo, a soberania alimentar, a economia solidária, o ubuntu e muitas outras visões contribuem a partir de diferentes perspectivas. Todas têm pontos fortes, limitações, contradições e semelhanças. Todas são propostas em construção, peças de um quebra-cabeças com múltiplas respostas e que se altera na medida em que se agrava a crise sistêmica (Solón, 2019).

Nenhuma destas propostas é capaz de enfrentar, sozinha, essa crise. Todas e muitas outras que ainda podem surgir, precisam complementar-se para forjar alternativas. Complementar-se significa completar-se: articular-se para criar um todo que ofereça respostas à complexidade do problema. É aprender com o outro,

enxergar-se através do outro, descobrir a força alheia, explorar as fraquezas e os vazios comuns. E, sobretudo, pensar em como encadear forças para resultar em algo superior (Solón, 2019).

A diversidade de realidades que interagem em nosso planeta requer alternativas sistêmicas diversas. Por isso é que falamos em "alternativas", no plural, e que o objetivo deste trabalho reside em promover um diálogo construtivo e criativo entre essas diferentes visões.

O Bem Viver, Buen Vivir ou Vivir Bien é um conceito em construção que passou por diferentes momentos ao longo da história. Não existe uma definição única para o termo, que hoje é alvo de disputa. Ironicamente, há instituições do grande capital que também falam em Bem Viver, mas de um ponto de vista muito diferente do imaginado há mais de uma década por seus defensores, engajados na luta contra o neoliberalismo. Assim, o Bem Viver se tornou um espaço de controvérsia e diálogo, no qual não há verdade absoluta, mas múltiplas verdades e inumeráveis mentiras canonizadas em seu nome (Solón, 2019).

A luta indígena em defesa dos territórios provocou não só solidariedade, mas despertou interesse por compreender essa visão autogestionária. Setores da esquerda e intelectuais progressistas que haviam perdido a utopia devido à queda do Muro de Berlim começaram a embrenhar-se na compreensão das cosmovisões indígenas. Assim foram surgindo os conceitos de Bem Viver ou Viver Bem, tradução incompleta e insuficiente do suma qamaña e do sumak kawsay, que têm um conjunto mais complexo de significados, como "vida plena", "vida doce", "vida harmoniosa", "vida sublime", "vida inclusiva" e "saber viver" (Solón, 2019).

O Bem Viver, como conceito original, ainda não havia alcançado a maioria quando subitamente entrou em uma nova fase com a ascensão dos governos de Evo Morales na Bolívia, em 2006, e de Rafael Correa no Equador, em 2007. Ambos os termos foram institucionalizados por esses países em suas novas constituições e se transformaram em referências para várias reformas normativas e institucionais. O Bem Viver passou a ser parte do discurso oficial e foi incorporado pelos planos nacionais de desenvolvimento (Solón, 2019).

A força do Bem Viver, em comparação com outras alternativas, está nos seguintes elementos: Sua visão do todo ou da Pacha; a convivência na

multipolaridade; a busca do equilíbrio; a complementaridade da diversidade; a descolonização (Solón, 2019).

Para o Bem Viver, o "todo" é a Pacha, conceito andino que muitas vezes foi traduzido simplesmente como Terra daí a referência a Pacha Mama como a Mãe Terra. No entanto, Pacha tem um sentido muito mais amplo, com uma compreensão indissolúvel entre espaço e tempo. Pacha é o "todo" em movimento constante, o cosmos em permanente evolução. Pacha não se refere apenas ao mundo dos humanos, dos animais e das plantas, mas ao mundo de cima (hanaq pacha), habitado pelo sol, pela lua e pelas estrelas, e o mundo de baixo (ukhu pacha), onde vivem os mortos e os espíritos. Para o Bem Viver, tudo está interconectado e forma uma unidade (Solón, 2019).

Na Pacha não existe separação entre seres vivos e corpos inertes: todos têm vida. A vida só se explica pela relação entre as partes do todo. A dicotomia entre seres vivos e objetos não existe, pois não há uma separação entre seres humanos e a natureza. Somos todos parte da natureza, e a Pacha, como todo que é, tem vida (Solón, 2019).

O objetivo dos humanos não é controlar a natureza, mas cuidá-la como se cuida da mãe que te deu a vida. Aí, sim, a expressão Mãe Terra faz sentido. A sociedade não pode entender-se apenas na relação entre humanos, mas como uma comunidade que tem a natureza e o todo como centro. Somos a comunidade da Pacha, a comunidade de um todo indissolúvel em permanente processo de mudança cíclica. Para viver bem, é preciso valorizar todas as experiências. A vida material, por exemplo, é apenas um aspecto e não se reduz à acumulação de coisas e objetos (Solón, 2019).

Temos de aprender a comer bem, dançar bem, dormir bem, beber bem, a praticar a crença que se tenha, trabalhar pela comunidade, cuidar da natureza, valorizar os mais velhos, respeitar tudo o que nos rodeia e aprender também a morrer, porque a morte é parte integral do ciclo da vida (Solón, 2019).

Para o Bem Viver, sempre há uma dualidade: tudo tem pares contraditórios. O bem puro não existe. O bem e o mal sempre convivem. Tudo é e não é. O indivíduo e a comunidade são polos de uma mesma unidade, e uma pessoa só existe enquanto atua pelo bem comum da comunidade a que pertence (Solón, 2019).

O Bem Viver é aprender a conviver nessa dualidade. O desafio não é "ser", mas "aprender a se interrelacionar". A existência não é algo dado: depende de um conjunto de relações. Não é igualitarista, e essa é uma quimera, porque sempre existem desigualdades e diferenças. A chave não é anular essas diferenças, mas conviver com elas, a fim de evitar que as desigualdades se agravem e polarizem a ponto de desestabilizar o todo. O fundamental é aprender e reaprender a viver em comunidade, respeitando a multipolaridade (Solón, 2019).

O objetivo do Bem Viver é a busca do equilíbrio entre os diferentes elementos que compõem o todo. Uma harmonia não apenas entre seres humanos, mas também entre os humanos e a natureza, entre o material e o espiritual, entre o conhecimento e a sabedoria, entre diversas culturas e entre diferentes identidades e realidades (Solón, 2019).

O Bem Viver não é uma versão de desenvolvimento mais democrática, não antropocêntrica, holística ou humanizante. Ao contrário das civilizações ocidentais, essa cosmovisão não abraça a noção de progresso, pois persegue o equilíbrio em oposição ao crescimento permanente. Um equilíbrio que tampouco é eterno e perene, o que resulta em novas contradições e desencontros que demandam novas ações para um reequilíbrio. Essa é a fonte principal do movimento, da mudança cíclica no tempo-espaço. Logo, a busca da harmonia entre os humanos e com a Mãe Terra não é a busca de um estado idílico, mas a razão de ser do todo (Solón, 2019).

Esse componente essencial tem grandes implicações porque não apenas questiona o paradigma dominante do crescimento, mas também promove uma alternativa concreta. Uma sociedade é forte quando contribui para o equilíbrio tanto entre humanos como com a natureza. Nesse processo, supera-se o conceito dos humanos como produtores, conquistadores e transformadores da natureza.

O equilíbrio entre contrários que habitam um todo só é possível através da complementaridade, sem anular o outro. Complementar significa ver a diferença como parte do todo, porque a alteridade e a particularidade são intrínsecas à natureza e à vida. Nunca seremos todos iguais. O que devemos fazer é respeitar a diversidade e encontrar maneiras de articular experiências, conhecimentos e ecossistemas (Solón, 2019).

O capitalismo opera sob uma dinâmica muito diferente. Segundo a lógica do capital, o fundamental é a competição para aumentar a eficiência. Tudo que coloque limites a essa competição é negativo. A concorrência fará com que cada setor ou país se especialize no que faz de melhor. Ao final, cada um se tornará mais eficiente, a inovação será incentivada e a produtividade crescerá (Solón, 2019).

Já da perspectiva da complementaridade, a concorrência é negativa porque uns vencem e outros perdem, desequilibrando o todo, ao passo que o correto é buscar a combinação de forças. Quanto mais um se articula com o outro, maior é a resiliência individual e do todo. A complementaridade não reside na ideia de que opostos se neutralizam, mas no reconhecimento das possibilidades que a diversidade forja no equilíbrio do todo. O Bem Viver é o encontro da diversidade. Saber viver é praticar pluriculturalidade. É reconhecer e aprender com a diferença, sem arrogância ou prejuízo (Solón, 2019).

Na visão do Bem Viver, há uma luta contínua por descolonização. A colonização espanhola deu início, há mais de quinhentos anos, a um novo ciclo. Mas esse legado de exploração não se encerrou com os processos de independência e formação das repúblicas, no século XIX: ainda continua, sob novas formas e estruturas de dominação. Descolonizar-se é dismantelar esses sistemas políticos, econômicos, sociais, culturais e mentais que imperam. É um processo de fôlego, que não se produz de uma vez e em definitivo. Podemos nos tornar politicamente independentes de uma potência estrangeira e acabar ainda mais dependentes de sua hegemonia econômica (Solón, 2019).

Para construir o Bem Viver devemos descolonizar nossos territórios e nosso ser. A descolonização do território implica a autogestão e à autodeterminação em todos os níveis. Deve ser ainda mais complexa, superando muitas crenças e valores que impedem nosso reencontro com a Pacha (Solón, 2019).

O primeiro passo para o Bem Viver é ver com nossos próprios olhos, pensar por nós mesmos e sonhar nossos próprios sonhos. Um ponto chave é o encontro com nossas raízes, nossa identidade, nossa história e nossa dignidade. Descolonizar-se é reclamar nossa vida, recuperar o horizonte. Não é voltar ao passado, mas dotar o passado de conteúdo presente. Uma nova forma de convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a natureza, para alcançar o Bem Viver (Solón, 2019).

4. TECENDO OS FIOS DA MEMÓRIA DE SURGIMENTO E ATUAÇÃO DO IRPAA E DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

*Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais, braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Caminhando e cantando e seguindo a canção*

Geraldo Vandré



4.1 CANUDOS: UM EXEMPLO DE CONVIVÊNCIA COM O SERTÃO

A segunda metade do século XIX representou para o Brasil um tempo de mudanças profundas sociais, políticas e econômicas. O café das plantações do sul se transformou aos poucos no artigo mais importante das exportações e substituiu as plantações decadentes de cana de açúcar e algodão. Ao contrário da exportação de açúcar, cujo capital era transferido para Portugal, a mantenedora do monopólio, ficaram os lucros do comércio do café nas mãos dos plantadores de café e possibilitaram desta maneira o desenvolvimento do mercado interno. O comércio mudou logo as estruturas rural e urbana. As cidades começaram a crescer rapidamente, se abrigaram bancos e comércio; foram construídas linhas ferroviárias e instalados serviços de telégrafo e de correio. O comércio de importação que dava vigor à indústria inglesa começou a ser substituído pela indústria local: entre 1890 e 1895 foram fundadas 425 fábricas; em 1850 só existiam 50 (Schistek²⁰, 1993).

Estas mudanças influenciaram o setor social. Surgiram novas profissões, as existentes são ampliadas: médicos, advogados, militares e especialmente operários. Os donos das plantações de café adquiriram influência nacional. Os ideais do ainda pequeno setor empresarial, mas em franco crescimento, a favor de um regime republicano e contra a escravatura, ganharam importância. A classe média urbana crescente apoiou estes ideais integralmente (Schistek, 1993).

A monarquia, politicamente conservadora, apoiada no centralismo e na escravatura, se isolava cada vez mais. O exército, depois do fim da guerra contra Paraguai, descobriu seu poder e queria ganhar influência em nível nacional. Com a abolição da escravatura em 1888, a monarquia enfraqueceu cada vez mais e é derrubada pelo golpe militar de 15 de novembro de 1889. A mudança de monarquia para república não representou uma revolução, que aboliria privilégios ou daria influência à massa popular. Menos ainda se realizou uma distribuição das terras aos trabalhadores rurais sem terra e aos escravos libertados (Schistek, 1993).

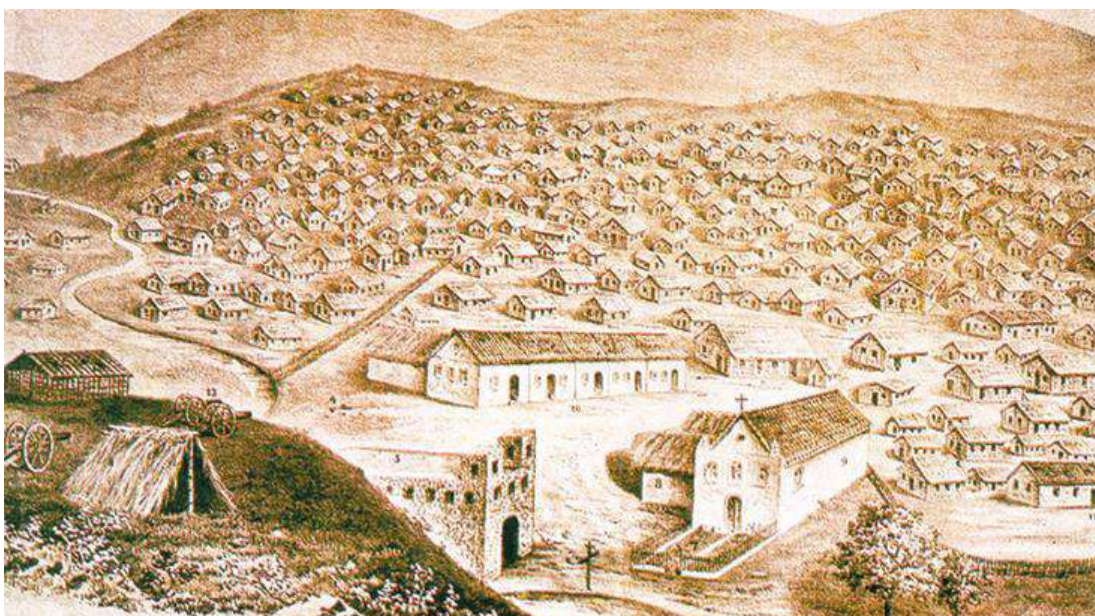
A Proclamação da República não modificou a antiga estrutura, somente se trocaram certos grupos que, sob o novo regime, puderam melhor impor seus

²⁰ Texto escrito por Haroldo Schistek com referência ao ano de 1993, sendo disponibilizado para essa Tese em virtude de sua participação no processo de elaboração e na banca de qualificação.

interesses. A terra continuava na mão de poucos e a maioria da população vivia sob a ameaça do desemprego e da fome.

No Nordeste estas mudanças praticamente não apareceram. A maioria da população continuava vivendo na área rural, as plantações de cana de açúcar, com seus exércitos de mão de obra não qualificada, continuavam produzindo para a exportação e o "coronel" com seus patriarcalismos continuava a pessoa politicamente mais importante e dominava todos os municípios. O papel da mulher, seja no latifúndio, seja na família pobre do trabalhador rural, era restrito às tarefas da casa. O homem tinha a última palavra em tudo e também ele escolhia o noivo para as filhas (Schistek, 1993).

Figura 09 – Belo Monte – Canudos.



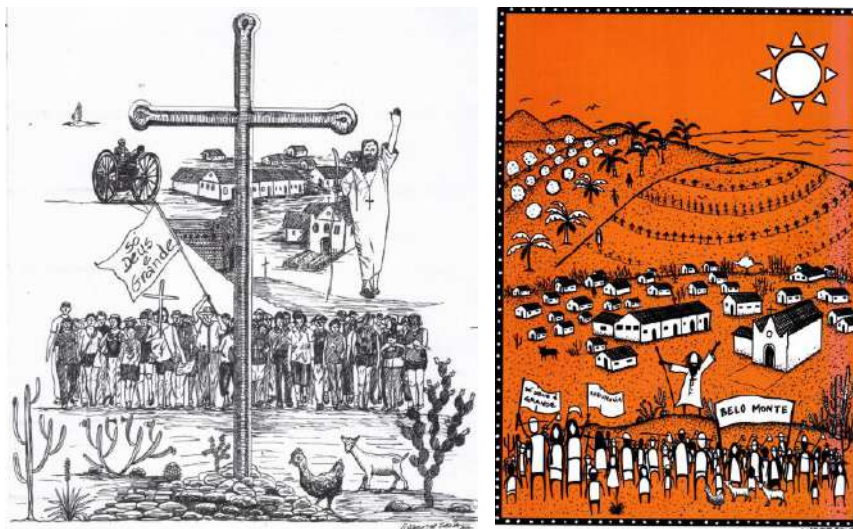
Fonte: Banco de dados do IRPAA, (1990).

A zona semiárida com as frequentes secas catastróficas dificultava ainda mais a vida da população. Sem a terra, ela era obrigada a cuidar do gado do seu "senhor" e plantar roças que nunca possuiria. Neste contexto aparece a figura de Antônio Conselheiro (Schistek, 1993).

Muitos movimentos milenaristas existiram no Brasil, mas nenhum foi comparável com o que aconteceu em Canudos. O que no início só foi um movimento religioso, se transformou com o correr dos acontecimentos num movimento de protesto social e político e foi a maior demonstração social de camponeses que o Nordeste produziu. A diferença para Antônio Conselheiro foi que ele não somente se

preocupava com o aspecto religioso, mas cuidava também da sobrevivência material da população, fundando uma sociedade igualitária.

Figura 010 e 011 – Imagens do Belo Monte.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (2022).

Seu nome é Antônio Vicente Mendes Maciel. Nasceu no ano de 1828 no estado do Ceará, como filho de um pequeno comerciante. Ele teve acesso à escola e gostava de ler livros. Desde criança conheceu a grilagem e a desigualdade perante a lei, num conflito sangrento entre um latifundiário e sua família, cuja pequena posse de terra acirrou a inveja do grande. Mais tarde ele foi acusado, injustamente, de assassinato, foi mal tratado e espancado pela polícia.

A sua formação religiosa conseguiu através do estudo da bíblia e durante um tempo em que foi discípulo de um missionário peregrino carismático. Antônio Conselheiro possuía além da sua profunda convicção religiosa, uma clara ideologia política e social. Nas suas pregações ele tocava exatamente na situação de milhares de camponeses que o escutaram. Seu conhecimento teórico o habilitou a uma análise profunda sobre as relações sociais existentes entre os trabalhadores e os fazendeiros e a questão da posse da terra (Schistek, 1993).

O que Antônio Conselheiro queria também pensar nessa situação, na conjuntura, a fundação de Canudos e o Antônio Conselheiro já tinha andado bastante pelo semiárido, e aí ele conheceu o povo largado que na realidade era um conglomerado na escravidão, desestruturou o povo. Então era escravos soltos, povos indígenas, sem-terra, era jagunços. Então Antônio Conselheiro conseguiu juntar esse povo de uma terra, uma comunidade e conseguiu até fazer produzir. Produzia. Criava, criava cabras, plantavam à

beira do rio vasa barris, era uma sociedade não capitalista não tinha dinheiro, usava o cruzeiro (João Gnadlinger, 2022).

Depois de diversas profissões e dois casamentos fracassados ele começou a andar pelo sertão. Num roupão azul, comprido, cabelo e barba compridos, ia de povoado em povoado, pregando à população. O caráter religioso inicial logo foi completado por conteúdos sociais e políticos. E destacou injustiças e desigualdades e nem poupou o clero e a Igreja oficial, que estavam inclinados aos privilégios e à riqueza da elite. Ele foi um orador brilhante e todos procuraram seus conselhos. Cada vez ficou mais conhecido e aos poucos se formou um grupo de discípulos que o seguia constantemente (Schistek, 1993).

A Igreja oficial não sabia como reagir: de um lado, a população seguia mais a Antônio Conselheiro do que ao clero, mas de outro lado suas pregações causaram um grande crescimento de missas, batizados, casamentos, novenas, etc. Também nunca se apresentou como padre e nem pedia dinheiro. Constantemente interrompia suas caminhadas para construir igrejas, cemitérios e açudes. Porém, já no ano de 1887, a Diocese da Bahia exigiu do Presidente da Província que afastasse o Conselheiro, pois seus ensinamentos subversivos causariam grande prejuízo à Religião e ao Estado (Schistek, 1993).

Os latifundiaristas logo ameaçaram e perseguiram Antônio Conselheiro, tinham medo de perder a mão de obra barata e temiam a linguagem aberta se suas pregações: nenhum outro explicava tão abertamente aos camponeses sua situação social e exigia a existência de uma sociedade justa (Schistek, 1993).

Com a Proclamação da República, novos impostos surgiram, pesando especialmente na população pobre, que cada vez pagava mais, sem nada receber de volta em serviços dos órgãos públicos. Antônio Conselheiro se opunha radicalmente a estes impostos, mandou arrancar os editais de proclamação das paredes e queimava-os. Com isso, ele tocou na autoridade da jovem república. Daqui em diante começam as tentativas de afastá-lo. Uma tropa de 30 soldados é enviada, mas os então 200 seguidores conseguem afugentá-los. Uma segunda tropa de 80 soldados começa a perseguição, mas desiste logo (Schistek, 1993).

Antônio Conselheiro reconheceu que daqui em diante não podia mais pregar livremente nos povoados, sem pôr em perigo a si mesmo e seus seguidores. Ele decidiu procurar um lugar seguro para seu grupo e onde a população pudesse

encontrá-lo em segurança. Nos 20 anos de peregrinação pelo Sertão, conheceu como nenhum outro o Nordeste. Escolheu uma fazenda abandonada com o nome de Canudos, em 1893. O lugar é circundado por uma sequência de serras e possuía amplos pastos naturais para cabras e ovelhas e dividido pelo rio Vaza-Barris, cujo leito seco servia para cavar cacimbas que forneciam água o ano todo (Schistek, 1993).

Uma velha igreja existente no local vira símbolo da nova ordem social. Canudos cresce rapidamente. Todos os dias se constroem três casas. Casas simples, de barro, com três divisórias: uma cozinha, que serve também de sala, um dormitório e um pequeno oratório. Nenhuma das casas possui fechaduras. Só existem algumas armas de fogo, arcaicas, para a caça e os instrumentos de trabalho. Em pouco tempo o número de habitantes cresce para 25.000 pessoas. Aqui todos são livres, têm trabalho; para todos as crianças existem salas de aula e se um adulto quer aprender a ler e escrever é ensinado também (Schistek, 1993).

A nova Comunidade se desenvolve em ordem e sob leis claras, mas não escritas. A terra é de posse comum e ninguém cobra qualquer imposto. Não existe prostituição, pois nenhuma mulher precisa se vender para garantir sua sobrevivência. Elas vivem em liberdade e, embora o casamento religioso seja a regra, as mulheres podem se unir livremente com o homem ou começar outra união. Também mães solteiras são plenamente aceitas pela comunidade (Schistek, 1993).

O álcool é proibido. Entre os habitantes de Canudos não circula dinheiro, pois todos recebem aquilo que precisam para uma vida digna. Não existem diferenças sociais, baseadas na posse de terra ou bens. Em Canudos não existem mendigos. Cada um trabalha segundo sua capacidade. A jornada de trabalho diário é de 5 horas. O restante do dia é dedicado ao lazer e à oração (Schistek, 1993).

Deve ser destacado que o lugar escolhido por Antônio Conselheiro se encontra no meio da zona semiárida, com oito meses de estiagem e sem fonte permanente de água. É exatamente aqui onde Antônio Conselheiro encontra uma maneira de agricultura adaptada ao clima que alimenta este grande número de habitantes e ainda produz excedentes que são vendidos para outros lugares. Todos os alimentos são produzidos em Canudos. Nas margens férteis e úmidas do rio se pode plantar roças até nos primeiros meses da estação seca. Se a chuva faltar, os plantadores carregam água em potes para irrigar as plantas (Schistek, 1993).

Porém, a fonte mais importante de recursos e fornecedor de leite e carne é a criação de cabras e ovelhas. As peles destes animais são preparadas com cuidado, secadas e enviadas para Juazeiro, na beira do Rio São Francisco, de onde um amigo de Antônio Conselheiro as exporta através do porto de Salvador para Europa e os Estados Unidos. As peles de cabras e ovelhas do Nordeste são consideradas de melhor qualidade do mundo e peças fabricadas desta pele, como luvas e bolsas para Senhoras, são comercializadas como objetos de alto valor. Antônio Conselheiro conseguiu uma comunidade que vivia do seu trabalho, onde não havia diferenças, mas que aproveitou também da realidade do mercado internacional com jeito e organização a seu favor (Schistek, 1993).

Em novembro de 1896, surge o primeiro conflito armado contra os habitantes de Canudos. Os 100 Soldados são afugentados. O então Governador da Bahia ainda tenta impedir um novo ataque contra Canudos, mas o orgulho dos militares está ferido e se organiza uma nova expedição, com mais de 500 soldados e armamento pesado: dois canhões Krupp e duas metralhadoras Nordenfeldt. As baixas no lado de Antônio Conselheiro são grandes, faltam armas e experiência de guerra, mas mais uma vez os soldados fogem. O sucesso na defesa de Canudos pode ser explicado pelo fato que eles tinham um ideal para defender, mas também conheciam extremamente bem à região: pastores de cabras e ovelhas andam nos lugares mais difíceis atrás de pasto, e por último desenvolvem rapidamente uma técnica eficiente de guerrilha, para a qual a tropa não está preparada (Schistek, 1993).

A terceira expedição, composta de quase 1.300 homens, com excelente equipamento e artilharia pesada, começa os ataques no dia 2 de março de 1897 e termina outra vez com a derrota. Os soldados fogem desordenadamente, deixando para trás equipamentos, canhões e uma grande quantidade de munição (Schistek, 1993).

Agora o orgulho dos militares está definitivamente ferido. Para manter a agitação da guerra contra Canudos viva, eles espalham a informação que isto seria uma luta pela sobrevivência da república. Caso Canudos não fosse extinta, os monarquistas chegariam novamente ao poder. De todo Brasil chegam batalhões, ao total 20: do Rio Grande do Sul, Pará, de Minas Gerais, Ceará, do Piauí, Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia e da capital Rio de Janeiro. Mas também este poderio de guerra, excelentemente equipado - um dos canhões tão

pesados que mal 20 bois de tração conseguem arrastar o equipamento - é repellido pelos defensores de Canudos. No dia 18 de julho de 1897 os generais confessam sua derrota, pedindo reforços (Schistek, 1993).

Começa a composição da 5.^a expedição. De todas as partes do Brasil são chamados soldados. O número final conta com 30 batalhões de exército, policia, três unidades de artilharia, o corpo policial de Salvador e um batalhão patriótico. Somam-se 5.000 homens. No dia 1^o de outubro começa o ataque com bombardeio por canhões, no dia 5 de outubro os soldados quebram a última resistência; os últimos quatro defensores de Canudos são um velho, dois homens e um jovem. Até hoje em cantos populares se entoa: " Canudos não se rendeu". Foram 300 Mulheres, crianças, velhos e feridos que se entregaram aos generais, com a promessa de garantia de suas vidas, tiveram seus pescoços cortados, junto com todos os prisioneiros. O restante foi morto em batalha, alguns fugiram. Antônio Conselheiro não viveu o fim. Ele morreu no dia 22 de setembro de 1897 de uma morte natural. Terminada a batalha, os militares descobrem seu corpo e, mesmo morto, cortam-lhe a cabeça. O que sobra da cidade é saqueada, destruído e incendiado. Cerca de 30 anos depois, o Governo constrói no lugar da cidade de Canudos uma grande barragem, para apagar para sempre as últimas lembranças nas profundezas das águas (Schistek, 1993).

Ainda durante a guerra contra Canudos, quando ficaram conhecidas as crueldades das tropas, muitas vezes se levantaram no Brasil, chamando os acontecimentos uma vergonha nacional e exigiram um procedimento judicial contra os culpados (Schistek, 1993).

Mas a elite, os latifundiaristas, o exército, festejaram esta guerra covarde e também juridicamente plenamente injustificada, com uma vitória sob pesadíssimas perdas, como grande ato de heroísmo. Até hoje, em quartéis de Recife (e talvez também em outras cidades), é festejado o dia da vitória em Canudos, como dia de festa especial, com pronunciamentos, minuto de memória e homenagem aos heróis.

Até hoje se tenta encobrir a verdade em relação a Canudos: Antônio Conselheiro teria sido um fanático, perturbado mental, chefe de bandos e infrator de leis. Assim vemos escrito muitas vezes até em livros escolares; nos anos passados da ditadura militar, ninguém podia falar de Canudos. E a nova cidade de Canudos, surgida no alto, ao lado do lago artificial, não se encontrava em nenhum mapa.

Costumamos dizer em várias situações que Canudos é o nosso grande referencial histórico do ponto de vista da concepção do paradigma da convivência com o semiárido. O povo que vivenciou Canudos na época de Conselheiro não empregou esse termo, mas desenvolveu muito bem a proposta convivência, resistência e adaptabilidade. Canudos ali naquele período histórico era o segundo povoado em termos de população nucleada do estado, depois de Salvador, Canudos era o segundo em dimensão populacional. Então ali as pessoas no sertão baiano numa região com as médias de chuvas, aquelas pessoas elas conseguiram desenvolver conhecimentos, desenvolver estratégias, pra produção de alimento, pra aquela população toda pra abastecer as feiras regionais. Então muitas feiras ali eram abastecidas com produtos de Canudos. E pra inclusive fazer comercialização internacional Canudos conseguia exportar produtos pra fora do Brasil. Então tinha relações internacionais de mercado, e garantia educação pra crianças, garantiu uma vida sociocultural. No povoado de Canudos, religiosa. Canudos provou que é possível viver bem nessa região. O bem viver nessa região foi provado com a experiência vivenciada pelo povo de Canudos ali há mais de cem anos atrás, e do ponto de vista da viabilidade da convivência Canudos é um testemunho histórico (João Gnadlinger, 2022).

No livro "Canudos: a luta pela terra" de Edmundo Moniz, um dos grandes pesquisadores dos acontecimentos em torno de Canudos, diz no seu resumo:

Lutando contra o latifúndio, desafiando a monarquia e a república, derrotando o Exército várias vezes, Antônio Conselheiro, à frente dos camponeses insubmissos, tornou-se a figura mais destacada dos que se bateram, entre nós, pela revolução agrária. Duas grandes personagens, na América Latina, sobrepuseram-se a todas as outras na sua luta dos camponeses: Emiliano Zapata no México e Antônio Conselheiro no Brasil. O Brasil deve um monumento oficial ao Conselheiro, como tem Zapata no México.

Não mudou a pobreza e a exploração da população rural. Ela ficou mais eficiente, através de "modernos grandes projetos. A utopia de Canudos entrou na história. Na última década as organizações de base tentaram acordar a lembrança de Canudos entre a população rural e descobrir como os acontecimentos podem ajudar hoje na luta pela justiça, sobrevivência e organização. Há anos se realiza a Romaria de Canudos onde milhares de trabalhadores rurais, lavradores e sem-terra, rezam, cantam e revivem em procissões a comunidade do Belo Monte. E transmitem aos seus companheiros as alegrias, sofrimento e opressão, adquirindo novas forças para continuar a caminhada.

Este movimento, em torno dos acontecimentos de Canudos, conseguiu arrebanhar muitos companheiros/as, de diversas profissões, mas que defendem o mesmo ideal de justiça e igualdade. Hoje reúnem-se em torno da lembrança do Belo Monte através da Romaria de Canudos, as Dioceses do Sertão, Igrejas Evangélicas,

grupos de jovens, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Escolas Famílias Agrícolas, organizações de base dos lavradores e até as universidades.

Depois surgiu um movimento da paróquia os Batistas de Salvador e Djalma Bispos, padres, irmãs, eram pessoas com pé no chão que queria a vida do povo. Como se pode se ressuscitar Canudos hoje? nesse tempo todo a gente participou de arte da romaria, sempre foi essa conscientização, tem a missa, tem a procissão, a passeata, tem trabalho em grupo, palestras... Então aqui, se vê essa ligação com a convivência. Antônio Conselheiro queria viver para mostrar para o povo uma possibilidade de como pode viver no sertão. No início do IRPAA estávamos preocupados em encontrar o caminho certo para viver economicamente e saudavelmente com o meio ambiente, e aos poucos se descobriu que tinha comunidades tradicionais mesmo apesar de ter a tradição muito apagada mais ainda existe (João Gnadlinger, 2022).

Trata-se de um grupo não formal, mas que se reúne regularmente, para elaborar materiais, realizar seminários, preparar a Romaria e fazer conhecidos os acontecimentos de Canudos. Mas precisa receber um destaque especial, não se pretende destacar a guerra e a destruição de Canudos, mas a entrada na terra nova, a liberdade, igualdade, e também da posse da terra, com seus métodos de produção adaptadas ao clima semiárido e de chuvas irregulares.

Figura 012 e 013 – Procissão na Romaria de Canudos.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2014).

No ano de 1988 um grupo de sonhadores iniciava uma caminhada: a Romaria de Canudos, que na mente de todos, ela tinha um começo, porém não sabia até onde poderia chegar. Naquela década a sociedade brasileira era um campo onde vicejavam muitas experiências sociais que se constituíam em germens de vida nova. A retomada de sindicatos pelegos, o nascimento de muitas e diferentes associações e entidades populares, a participação na elaboração da nova constituição, o empenho na participação político-partidária e etc. Eram expressões dessa nova

consciência que pipocavam também no nosso Nordeste Brasileiro. A primeira romaria com o tema: “Povo que Reza Resiste”, foi concebida com a intenção de dar um suporte ideológico e religioso a muitas pessoas carregadas de uma utopia admirável. Elas precisavam de uma mística evangélica para não serem cooptadas pela máquina do poder. Também deviam ter os joelhos firmes para não vacilarem diante das primeiras dificuldades (Schistek, 1993).

Ao longo dos anos cada romaria tem sido um exercício de aproximação aos acontecimentos históricos do nosso Brasil. Nestes anos tem procurado encarar a realidade sem medo e sem prepotência. A intenção tem sido sempre fornecer aos bons sertanejos, aos estudantes, aos jovens, aos seguidores da utopia de Canudos, uma ferramenta sócio-religiosa para poder entender os diferentes momentos históricos e para juntos construirmos uma sociedade mais justa e fraterna.

No início do século XXI se olha para a natureza e percebe como as mãos humanas estão contribuindo para o fenômeno do aquecimento global e as mudanças climáticas por causa da destruição da natureza. No Semiárido estão destruindo a caatinga que é a vegetação que a natureza inventou para conviver com o clima.

Antes de Antônio Conselheiro chegar em Canudos em 1893, esta terra já era uma fazenda abandonada. A caatinga tinha sido em grande parte queimada para plantar capim para o gado. O capim não agüentava a seca, o solo foi erodido pelas chuvas fortes e o gado para não morrer de sede e de fome procurou outra área para pastar novamente capim que igualmente foi plantado no solo queimado da caatinga, continuando assim sua marcha de destruição pelo Semiárido (Schistek, 1993).

Canudos foi fundado como ocupação desta fazenda abandonada à beira do Rio Vaza Barris. O conselheiro natural Quixeramobim, no Ceará sabia da necessidade de cuidar da caatinga. Com ele se juntaram homens, mulheres, jovens, velhos de toda a região. Eles começavam a cuidar da terra, cuidavam do criatório, de porcos, de aves. Na beira do rio faziam plantações de milho, feijão, batata doce, abóbora, bananeiras, cana... Canudos cresceu muito e depressa e se tornou em quatro anos a segunda cidade da Bahia com 20 mil habitantes. Pouco depois da fundação se deu a este lugar o nome de Belo Monte. Eles aprenderam da convivência e da resistência dos mandacarus, xique-xiques, quipás e faixeiros um exemplo como eles mesmo devem resistir às injustiças que estavam sofrendo da

sociedade. O conselheiro e seu povo não tinham uma “consciência ecológica” como se tem hoje, mas eles admiravam e respeitavam a natureza, a criação de Deus (Schistek, 1993).

O desastre ecológico sobre a região de Canudos veio com as guerras com que os coronéis e os exércitos do governo federal tentaram dispersar e finalmente conseguiram destruir o povo de Canudos. Como em cada guerra não se obedecia o mandamento de Deus (em Deuteronômio 20,19): *“Nem numa guerra deve cortar as árvores a machado; alimente-se delas sem cortá-las: Por acaso a árvore do campo é um homem, para que você a trate como inimigo?”* Uma guerra não só é um desastre para o povo, mas também para a natureza. Até hoje a natureza em redor de Canudos não se recuperou da guerra (Schistek, 1993).

O povo do sertão tem uma relação muito estreita com a caatinga. Cada planta tem uma importância prática no dia a dia das pessoas, mas também tem um significado simbólico: O umbuzeiro é a árvore sagrada que dá água e alimento para as pessoas e animais, mesmo e principalmente, nos meses mais secos; o mandacaru é usado como símbolo de resistência a todas as adversidades; o juazeiro é a planta mãe que abriga e refrigera os mais cansados de longas jornadas; a carabeira é a mensageira da esperança, anuncia a boa nova, soltando suas flores no mês de setembro quando toda a vegetação está cinza; a macambira é a mãe zelosa que protege os pequenos animais e as plantatas novas.

Se depende da riqueza da caatinga como os nossos ancestrais. Por isso, se deve ter e respeitar as reservas ambientais nos fundos de pasto e nas propriedades, preservar as aguadas, cuidar da terra para que ela produza para as atuais e futuras gerações. Mas muitas vezes em vez de cuidar a terra é explorada sem dó: lenha, carvão, queimadas, sobrepastoreio, grandes projetos de monocultivos....

Um dos grandes achados nesse processo, tendo Canudos como inspiração, o povo começa a se reunir e se juntar novamente na construção do Canudos Novo, o povo sabe mais, se une e confia mais em si mesmo, aprende a conviver com o clima semiárido, lutam e buscam a conquista políticas públicas que beneficiam o povo, acessando seus direitos historicamente negados.

Nos anos de 2005 a 2011 aconteceu outra seca no sertão, mas por causa da proposta de Convivência com o Semiárido, fruto do preparo do povo com conhecimento e tecnologias apropriadas e sociais, não houveram mais saques e

nem retirantes. Estes sinais positivos não impedem que tem também os sinais de ódio e de injustiça que estão devastando a natureza e explorando o povo. Não podemos deixar esta devastação prevalecer, porque as conseqüências para a natureza e para o povo serão piores do que a guerra de Canudos.

A importância de Canudos agora também é reconhecida em nível nacional e internacional, contribuindo assim para uma maior consciência das populações acometidas pelos desmandos.

No início do trabalho do IRPAA ainda não tínhamos essa compreensão profunda do que seria a CSA. Nos primeiros anos estava acontecendo as comemorações dos 100 anos de fundação de Canudos e a denúncia dos 100 anos do massacre de Canudos. Os historiadores e a mídia se debruçaram sobre o massacre, que chamavam de guerra. O IRPAA acompanhou o trabalho das dioceses do entorno de Canudos que celebravam a vida em Canudos e estudavam as estratégias de organização social, política e produtiva. Esse estudo nos fez enxergar muitos aspectos do que hoje chamamos de CSA. Canudos foi e é uma inspiração para a CSA a partir da vivência e experiência popular (José Moacir Santos, 2022).

Há fortes evidências que Canudos contribuiu fortemente com a inspiração da proposta de Convivência com o Semiárido, através do resgate da cultura, tradição, rebeldia e resistência de um povo que sempre lutou por vez, voz e lugar, e pela defesa dos territórios e dos modos de vidas sustentáveis, considerando o Belo Monte como um grande Fundo de Pasto no século 19.

Figura 014 – Divulgação da 36ª Romaria de Canudos com enfoque na superação da fome.



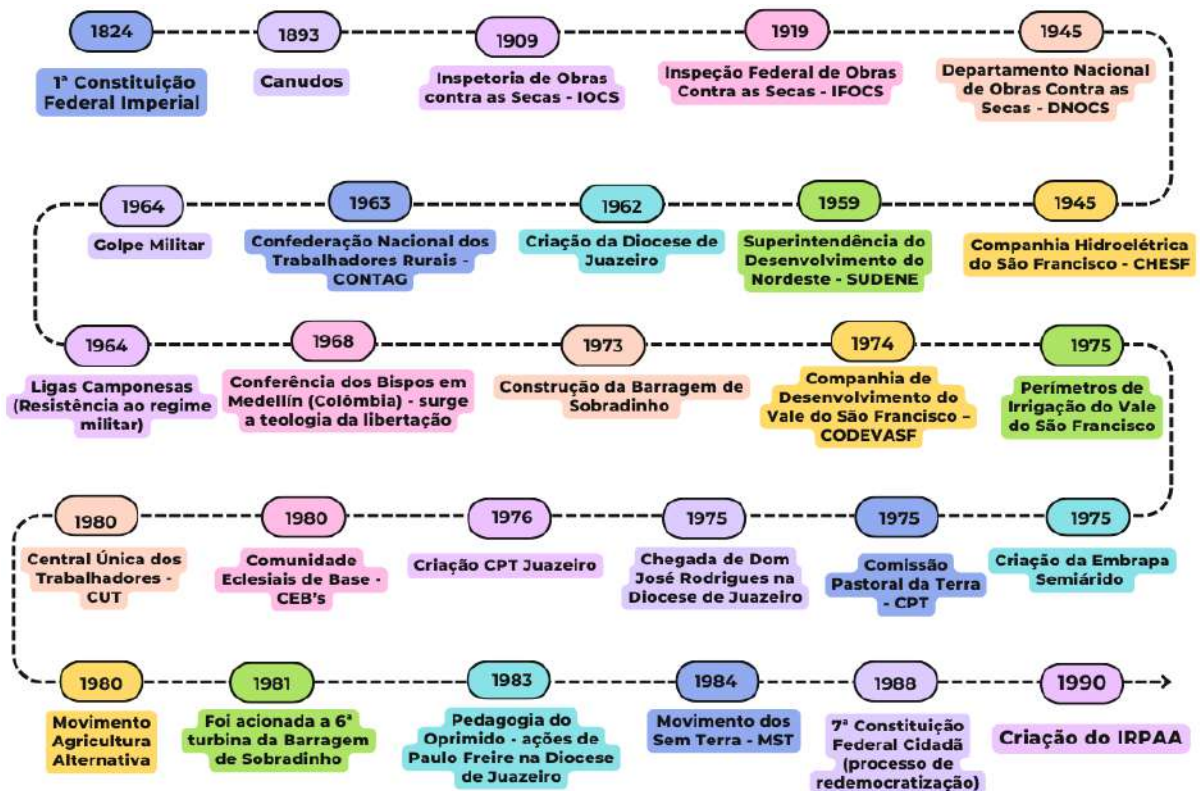
Fonte: IPMC, (2023).

Em 2023 se celebra os 130 anos de um amplo movimento popular de invenção do Belo Monte, que continua sendo fonte de resistência para aquelas pessoas que acreditam numa sociedade melhor de se viver. Seus temas, continuam sendo reflexo da realidade vivida pela população, nesta 36ª edição a superação da fome dado aos retrocessos vivenciados pela população no período de 2016 a 2022.

4.2 CONTEXTO E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS FATOS HISTÓRICOS

Partindo de uma compreensão teórica, epistemologicamente construída, neste capítulo, apresenta-se acontecimentos práticos e institucionais, que sob orientação política, econômica e social foram se constituindo por um lado a serviço do grande capital e por outro lado a serviço da classe trabalhadora, até chegar no processo de constituição do IRPAA com seus processos metodológicos, pedagógicos e políticos para construção da Convivência com o Semiárido. Em síntese, na figura nº 015, em linha do tempo, se apresenta marcos importantes para interpretação dos contextos.

Figura 015 - Linha do Tempo dos marcos históricos.



Fonte: Dados do pesquisador, (2022).

A região Semiárida é marcada naturalmente por períodos de estiagem, já no início do século XX (1909) o governo federal cria a Inspeção de Obras Contra as Secas - IOCS, em 1919 a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS, em 1945 cria o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, como forma de combater as secas em toda a região.

Na região do Vale do São Francisco, um marco em 1945 é criado a Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF, com a primeira barragem hidrelétrica em Paulo Afonso, no estado da Bahia. Depois o Rio São Francisco vai ser cortado por barragens como Três Marias (Minas Gerais), Sobradinho (Bahia), Itaparica (Bahia), outras em Paulo Afonso (Bahia) e, finalmente, Xingó (entre Sergipe e Alagoas). Com elas vem a agricultura irrigada no dipolo Juazeiro-Petrolina, principalmente. Em 1948 se cria a Comissão do Vale do São Francisco - CVSF, criada pela Lei nº 541, de 15 de dezembro de 1948, que atuou durante os 20 anos estabelecidos pela Constituição. Para sucedê-la, foi criada, em 28 de fevereiro de 1967, pelo Decreto-Lei nº 292, a Superintendência do Vale do São Francisco - SUVALE, autarquia vinculada ao então Ministério do Interior. Em 16 de julho de 1974, para suceder a SUVALE, a Lei nº 6.088, criou a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF para atuar, originalmente, na bacia hidrográfica do rio São Francisco, abrangendo 636.073,10 km² (7,47% do território nacional), em 504 municípios, em seis estados: Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe, além do Distrito Federal.

A CODEVASF atuou fortemente com enfoque na fruticultura irrigada, gerando concentração de terras e renda a partir dos monocultivos, grandes lavouras, uso intensivo de agrotóxicos e adubos sintéticos.

A partir da década de 1940, inicia-se um cenário favorável à generalização dos movimentos sociais. Estes começam a perder seu caráter local e articular formas mais abrangentes de organização. Adquirem, assim, outra qualidade. Tendem a fazer a crítica da situação de vida e de trabalho dos que vivem nos campos e procuram novas formas de inserção na sociedade (Correia, 2011).

Referindo-se a esse período, Leonilde Medeiros (1989) diz que

[...] é nesse momento [...] que surgem propostas políticas diversas. Vinculando a realidade dos trabalhadores do campo com os projetos de desenvolvimento para o país. Forjam-se, então, as bandeiras que até hoje são centrais nas suas lutas: os direitos trabalhistas, a previdência social e principalmente a reforma agrária.

Esses movimentos surgem num momento em que grandes transformações se processavam no país: a intensificação do processo de industrialização, a redefinição do papel da agricultura na economia, a constituição de um projeto desenvolvimentista e as lutas dos trabalhadores rurais, provocando a emergência de novos

sujeitos. Na linguagem política da época: não se fala mais em colonos, parceiros, etc., mas em *camponeses* (Medeiros, 1989).

No período que vai de 1945 a 1964, começaram a vir à luz diversos conflitos no campo e se procurou, pela primeira vez, dar-lhes uma articulação maior através de bandeiras de lutas comuns. Nesse período, a sociedade brasileira viveu seu primeiro ensaio democrático, embora marcado por restrições à liberdade de organização partidária, pela presença de um sindicalismo vinculado ao Estado, pelas sucessivas crises políticas e, principalmente, pela negação do direito de organização e de direitos sociais, já há algum tempo conquistados pelos trabalhadores urbanos. É época de intensa industrialização, diferentes forças sociais discutiam projetos de desenvolvimento para o país. Nesse debate, a agricultura era considerada atrasada e pouco capaz de responder às necessidades que a indústria apresentava. É nesse quadro que as lutas emergiram, politizando determinadas bandeiras e impondo a necessidade do reconhecimento político dos camponeses e trabalhadores do campo (Correia, 2011).

Importante refletir sobre o posicionamento constitucional da época, onde o Brasil experimentou, até o momento, sete constituições. A primeira, conhecida como Constituição Imperial, de 1824, outorgada por D. Pedro I após a independência, instalou o Império do Brasil e foi a de maior vigência, durando 65 anos. Em, 1891, a primeira Constituição promulgada constituiu o Estado republicano, federativo e presidencialista. A terceira constituição foi promulgada em 1934, após o golpe de Estado de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder. Ela seria suspensa em 1935 pelo estado de sítio decretado pelo presidente e, em 1937, como resultado de novo golpe de estado, quando Getúlio Vargas implantou o Estado Novo, de inspiração fascista, é outorgada a Constituição que ficou conhecida como 'polaca'. Em 1946, como resultado de um período de redemocratização, nova Constituição instituiu o Estado federativo, presidencialista, com autonomia dos estados. Com a crise da renúncia de Jânio Quadros, uma emenda em 1961 instituiu o parlamentarismo, que seria, no ano seguinte, derrubado por um plebiscito. O golpe civil-militar de 1964 levou ao país à Constituição de 1967, promulgada por um Congresso Nacional mutilado por diversas cassações de mandatos e impelido a dar ares de legitimidade ao regime. Emenda constitucional de 1969 incorporou efeitos de instrumentos autoritários, como o Ato Institucional nº 5 (CNTE, 2007).

Referindo-se aos anos de 1960 a 1964, Wanderley (1984) nos diz que

[...] o populismo dos setores dominantes gerara seu antídoto, isto é, o fortalecimento progressivo de setores populares, com intensa mobilização política de vários segmentos da sociedade civil. Os setores populares reivindicavam maior participação na política econômica e salarial, na luta pelas reformas de base. O campo foi sacudido pela ação das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais; os sindicatos urbanos organizavam greves constantes; o Movimento Estudantil se politizara na discussão dos temas nacionais e se organizava com ressonâncias amplas no cenário político; a campanha anti-imperialista encontrava respaldo numa política externa independente. Essa emergência de sujeitos coletivos populares através dos movimentos operário e camponês pressionava as outras classes sociais no sentido de uma tomada de posição. [...] Políticos, professores, estudantes e técnicos polarizavam-se contra ou a favor.

Na sociedade, de uma maneira geral, surgiram várias organizações que, através das mais diversas reivindicações, conquistaram alguns direitos trabalhistas, e a questão da reforma agrária entra na ordem do dia. Esse período de grande efervescência social e política se encerrou com o golpe militar de 1964 (Correia, 2011).

O golpe de Estado de 1964 depõe o presidente João Goulart e põe fim à "democracia populista" iniciada em 1946. Fruto de uma coalizão civil e militar, o golpe configura a ascensão de um novo bloco no poder, que envolve uma articulação entre o conjunto das classes dominantes, ou seja, a burguesia industrial e financeira - nacional e internacional – e o capital mercantil. Latifundiários e militares, bem como uma camada, de caráter civil, de intelectuais e tecnocratas. O espectro de interesses representados por esse conjunto autoriza-nos a qualificá-lo como uma elite dominante (Correia, 2011).

Como consequência também da fragilidade do populismo, a partir do golpe de 1964, instala-se uma conjuntura de intensa repressão, atingindo os movimentos operários, as Ligas Camponesas, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e os mais diversos setores que se opuseram ao regime militar. Esse cenário repercutia no campo da educação e da cultura. Campanhas, movimentos de educação e cultura popular despontavam em todos os pontos do país, notadamente no Nordeste, com propostas de conscientização política e social do povo (Correia, 2011).

No período que se encerra com o golpe militar de 1964, desenvolveram-se experiências abrangentes de organização de vários setores da sociedade. As lutas dos trabalhadores do campo, através de suas reivindicações imediatas, articularam

se com demandas que questionavam determinadas formas de exercício de poder, das quais a concentração de terra era o maior símbolo. Evidentemente isso ocorreu numa conjuntura muito particular, ligada ao nacional-desenvolvimentismo, ao populismo e ao crescimento do movimento operário (Correia, 2011).

Podemos citar também, no Nordeste: as Ligas Camponesas, as experiências dos Centros Populares de Cultura - CPC, o Movimento de Cultura Popular - MCP, o trabalho de educação popular desenvolvido pelo Movimento de Educação de Base - MEB, entre outros. A Igreja Católica preocupava-se com a situação social e política, organizando várias ações no campo, chegando a criar o MEB e a se envolver em campanhas eleitorais em favor de candidatos cristãos (Correia, 2011).

Nesse contexto, havia uma luta entre os vários atores sociais do campo. As Ligas Camponesas no início dos anos 1960 se expandiram para 10 Estados, se estruturando em comitês regionais.

Um outro fato marcante foi a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG, fundada em 20 de dezembro de 1963 e reconhecida pelo Decreto Presidencial nº 53.517, de 31 de janeiro de 1964. Coordena um sistema composto por 27 Federações estaduais e aproximadamente 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que representa a luta pela garantia, manutenção e ampliação de direitos de mais de 15 milhões de trabalhadores rurais, agricultores e agricultoras familiares, distribuídos em 3,9 milhões de estabelecimentos rurais por todo o país (CONTAG, 1964).

A CONTAG tem como princípios e diretrizes que orientam a sua ação e prática sindical a ética, a democracia, a solidariedade, boas práticas, transparência, combate ao nepotismo, respeito à igualdade e diversidade de gênero, sexualidades, geração, crença, raça e etnias (CONTAG, 1964).

Voltando um pouco na história, até 1968, a CONTAG, em aliança com setores da Igreja, o Partido Comunista e a Ação Popular, ficou sob a direção de interventores designados pelo regime militar. Essa situação, por si, afastava a possibilidade de disputas de correntes sindicais em seu interior (CONTAG, 1964).

Para Novaes (1994), afirmar, depois de 1968, a independência e a autonomia dos STRs, frente às correntes políticas e à Igreja Católica, foi a forma encontrada pelos sindicalistas que, em 1969, resgatam a Confederação, para viabilizar sua representação e a própria construção do movimento sindical em nível nacional.

No final da década de 1960 e início da década de 1970, os movimentos sociais começam a retomar suas lutas. Na conjuntura da época, o movimento estudantil passou a ter grande presença na luta pela democracia. A Igreja da América Latina realiza a Conferência dos Bispos em Medellín (Colômbia) em 1968. Essa conferência denunciou a violência institucionalizada (consequência das ditaduras) e viria a mudar a postura da Igreja, assumindo o compromisso de "unir-se aos pobres". Possibilitou, também, o desenvolvimento de uma nova corrente teológica, a Teologia da Libertação, somada a outros processos que favoreciam o fortalecimento dos setores mais progressistas do clero e reforçariam sua opção por uma pastoral dirigida para os trabalhadores (Correia, 2011).

Durante o regime militar, desencadeou-se, por parte dos movimentos sociais do campo, uma intensa "caminhada no chão da noite", como diz Martins. Configurou-se, então, uma conjuntura de intensa repressão, tanto sobre os movimentos operários como sobre os movimentos sociais do campo. As lutas do campo, que haviam experimentado um processo inicial de articulação, atomizaram-se, isolaram-se, porém não desapareceram. Muito pelo contrário. A modernização conservadora da agricultura que se verificou, amplamente respaldada pela política agrícola do Estado; a opção pela manutenção de uma estrutura de propriedade concentrada no campo, jogando por terra as esperanças em uma reforma agrária e o estímulo oficial da ocupação da fronteira pelo grande capital intensificaram os conflitos, as lutas de resistência (Martins 1983; Medeiros, 1989). Do ponto de vista organizativo, o período foi marcado, em que pese a repressão, pela constituição de um sindicalismo rural centralizado pela CONTAG (Correia, 2011).

A Comissão Pastoral da Terra - CPT nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Nasceu ligada à Igreja Católica. O vínculo com a CNBB ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e a se manter no período em que a repressão atingia agentes de pastoral e lideranças populares. Logo, porém, adquiriu caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de

agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB. A CPT foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização. O homem e a mulher do campo são os que definem os rumos a seguir, seus objetivos e metas. Eles e elas são os protagonistas de sua própria história. A CPT os acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico (site da CPT, 2010).

Embora pouco eficaz no sentido de impedir despejos e garantir os direitos já conquistados, esse sindicalismo consolidou-se como porta-voz das bandeiras históricas dos trabalhadores. Ao lado dele, também setores da Igreja se tornaram canais de expressão dos anseios desse grupo social, denunciando a miséria e a opressão, de que eram vítimas, e também buscando colaborar na sua organização (Correia, 2011).

É importante assinalar que, mesmo se emancipando da tutela da Igreja Católica, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais carrega marcas profundas da formação pedagógica dessa instituição. Muitos sindicalistas continuam fiéis ao método da Ação Católica no campo (Correia, 2011).

A rigor, a relação do movimento sindical (STR, FETAG e CONTAG) com o Estado se fez pela imposição do enquadramento sindical e pelos poderes que os governos tinham para tornarem legais ou ilegais as eleições sindicais. Fez-se também por uma legislação específica aprovada em 1964, que regulamenta a posse e o uso da terra no Brasil: o Estatuto da Terra (Correia, 2011).

Moacir Palmeira (1990), discorrendo sobre a relação modernização/Estado/questão agrária, afirma que a legislação para o campo (Estatuto do Trabalhador Rural e Estatuto da Terra), resultado de um longo processo de lutas sociais e políticas, impôs um novo recorte da realidade, pois “criou categorias normativas para o uso do Estado e da sociedade capaz de permitir modalidades de intervenção do primeiro sobre esta última, antes, impensáveis”. Assim, o Estatuto da Terra deu ao Estado o poder de nomear diferentes tipos de pequenos agricultores (posseiro, renteiro, minifundista, entre outros) e de estipular seus direitos (previstos em lei), a serem assegurados pelo poder público e defendidos pelo movimento sindical (Correia, 2011).

Podemos constatar isso quando emergiram as oposições sindicais no campo nos anos 1980, no período de consolidação da Teologia da Libertação. Depois de

introduzir na organização eclesial formas especializadas de ação, a Ação Católica criou o método *ver, julgar e agir*, da Juventude Operária Católica - JOC, que introduzia uma maneira diferente de compreender a pedagogia da educação da fé, ainda que restrito inicialmente ao meio operário. A simplicidade do método e sua facilidade operacional, integrando a fé e a vida, fizeram dele o embrião de todo o processo futuro de planejamento pastoral (Correia, 2011).

No fim dos anos 1970, surgiram os primeiros sinais de enfraquecimento do regime militar. O chamado *milagre econômico* havia se esgotado. Diversos setores da sociedade empreendiam formas de lutas, que tornavam mais visíveis as contradições que se acumularam nos anos mais obscuros; reapareceram as greves; muitos sindicatos renovaram suas práticas, trazendo não só novas formas de expressão como também uma crítica radical à estrutura sindical. A luta pela anistia e a condenação econômica e política ao regime ganharam força (Correia, 2011).

Entre 1964 e 1980, o Brasil concentrou mais de um quarto de todo o desenvolvimento industrial do Terceiro Mundo e ampliou, diversificou e elevou o nível técnico da produção nos campos e fábricas. Ao término do governo Geisel, o Brasil estava entre as dez economias com maior Produto Interno Bruto - PIB e era a economia mais industrializada do Terceiro Mundo²¹. Depois de um período de reajuste (1965-1967), tem início, a partir de 1968, um ciclo de expansão econômica que ficou conhecido como "o milagre brasileiro" (1968-1973) (Correia, 2011).

Os anos 1970, enfim, foram, no Brasil, tempos de profundas mudanças econômicas e políticas, provocando a emergência vigorosa de novas demandas sociais. O Estado burocrático autoritário, que se estabeleceu com a ditadura militar, fechou, no entanto, até mesmo os precários canais de expressão e de negociação de interesses e conflitos mantidos pelo populismo (Correia, 2011).

Nesse contexto de ausência de canais de interlocução, emergem novos movimentos sociais como captadores dessas novas demandas sociais. Sua ação abre novos espaços ou "lugares" para a política. Na ausência de espaços legítimos de negociação de conflitos, o cotidiano, o local de moradia, a periferia, o gênero, a raça tornam-se espaços e questões públicas, lugares de ação política, constituindo-

²¹ Fazem parte desse grupo os países que possuem economia subdesenvolvida ou em desenvolvimento, geralmente nações localizadas na América Latina, África e Ásia. O criador da expressão foi o economista francês Alfred Sauvy, a mesma foi emitida pela primeira vez no ano de 1952.

se sujeitos com identidades e formas de organização diferentes daquelas do sindicato e do partido (Correia, 2011).

Se os anos 1970 podem ser caracterizados pela disseminação de uma multiplicidade de organizações populares de base, nos anos 1980 temos a sua articulação entre movimentos, cuja expressão mais forte é a construção da Central Única dos Trabalhadores - CUT e do Partido dos Trabalhadores - PT, um partido que, no dizer de Luiz Inácio Lula da Silva, um de seus fundadores, nasceu da percepção de que os trabalhadores precisavam, também, fazer política partidária, para garantir "na lei" as conquistas obtidas nas lutas reivindicativas. Um partido que se pensa como expressão, na política maior, de toda a mobilização social desse período, do espaço público construído pelas lutas dos trabalhadores. No campo, como resultado das lutas de resistência dos trabalhadores rurais, especificamente no Sul e Centro-Sul do país, é criado o Movimento dos Sem Terra - MST, fundado em 1984 (Correia, 2011).

Nesse quadro, as lutas do campo se diversificaram e se intensificaram, trazendo à cena política não só a sempre renovada luta pela terra, mas também greves de assalariados rurais em diversas regiões e lutas dos pequenos produtores modernizados e integrados por melhores preços para seus produtos.

Para Medeiros (1989) no início dos anos 1980, verificou-se um encontro entre o novo sindicalismo, que surge nas cidades, e as organizações de trabalhadores do campo, especialmente por meio do processo de construção de uma central sindical. O debate, que em torno dessa questão se verificou e que acabou por gerar duas centrais - CUT e CGT, foi rico de consequências para as entidades sindicais, trazendo a elas novos temas e novos questionamentos.

Estruturaram-se, então, diferentes visões de mundo e perspectivas de ação, diferentes concepções sobre a missão da Igreja no temporal, no seio das instituições, dos grupos e movimentos católicos (Ação Católica, Sindicalismo Rural e MEB), nas relações entre clero e laicato, nas relações entre clero e hierarquia. Toda essa constelação de elementos tendia para o nascimento da chamada "Igreja Popular", na qual as classes trabalhadoras irrompem com a presença mais efetiva dentro da instituição, cujos modelos mais típicos são as pastorais populares e as Comunidades Eclesiais de Bases - CEB. Germinavam as primeiras elaborações da Teologia da Libertação: a voz e as ações de setores significativos da Igreja em

relação ao Estado, depois de 1964. É importante assinalar que dos anos 1960 até os anos 1980, ocorreram três grandes mudanças estratégicas no campo econômico, político e religioso. Conforme Martins (1989),

[...] no econômico, mudaram as relações de trabalho, com a expulsão dos trabalhadores residentes [...]. Num certo sentido, mudaram as relações de propriedade (...). A propriedade da terra ganhou consistência e pureza jurídica, já não precisa de um exército de dependentes que a garanta para o proprietário.

De fato, as CEB's que nasceram no início dos anos 1960, propondo a toda a Igreja que "ser cristão é viver um evangelho com implicações humanas e sociais". Os ventos do Concílio Vaticano II (1962-1965), que preparou o chão para o surgimento das CEB's e que estimulou toda a Igreja para uma verdadeira renovação. O envolvimento social e político das comunidades na superação da ditadura militar (1964-1984) hoje são águas passadas.

As CEB's, portanto, resgatam esta realidade fundamental da Igreja: ser comunidade. Internamente e também externamente elas criam suas estruturas de articulação e serviço, como trabalho de base, ajuda solidária e conscientização sócio-política, que alimentam a sua experiência de fé comunitária. Houve um tempo em que alguns achavam que as CEB's forneceria o modelo da futura Igreja. Algumas dioceses foram até reorganizadas na base das CEB's, para chegar a ser uma Igreja como rede de comunidades, substituindo a velha estrutura paroquial. Essa ideia estava nas mentes e nos corações de muitos. Como era de se prever, esse projeto ainda era prematuro. As paróquias tradicionais continuaram a existir.

Em Medellín (1968) e Puebla (1979), cidades da Colômbia e do México, respectivamente, os bispos e as comunidades da América Latina, com os bispos unidos ao Papa que foi visitá-los, finalmente, passaram a dizer, com mais firmeza e clareza, que para sermos "evangélicos" - isto é, seguidores do Evangelho de Jesus - todos devemos reconhecer que os pobres estão sempre mais perto do coração de Deus, como os filhos menores e mais necessitados estão sempre mais perto do coração da mãe e do pai. Por causa disso devem estar também mais perto do coração de todo povo de Deus.

Os anos 1970 marcam a fase da grande efervescência das CEB's, da vitalidade da articulação entre fé e vida, de sua criatividade bíblica e litúrgica, de sua atuação pública mais definida. A conjuntura política no Brasil neste período foi

marcada pela transição de um autoritarismo absoluto para uma abertura gradual e controlada.

As CEB's, a partir de 1980, estavam diante de uma situação diversificada tanto no campo político como eclesial. A realidade da nova conjuntura política de transição ou "abertura" favoreceu o surgimento de novos canais de presença e participação política na sociedade civil. O período que vai de 1978 a 1985 será caracterizado por um forte crescimento do movimento popular no Brasil, expressando novas e profundas tendências na sociedade brasileira e a perda de sustentação do sistema político instituído. A direção política e econômica tomada pelo Governo, a partir de 1989 e aprofundada nos oito anos de governo Fernando Henrique, desmobilizou os movimentos sociais, aumentou a exclusão, com o crescimento do desemprego, aumentou a insegurança da população com a explosão da violência e fez com que muita gente não acreditasse e nem sonhasse mais em novos tempos (Martins, 1989).

No que se refere às mudanças ocorridas no político, esvaziaram-se os currais eleitorais. O autor prossegue, dizendo:

[...] O desaparecimento ou a redução drástica do número de trabalhadores residentes, submetidos aos vínculos de dependência pessoal e às relações de favor, diminuíram a autoridade dos fazendeiros e a sua fonte de poder. Comprometeu profundamente o clientelismo político e a subjugação da consciência dos trabalhadores rurais (Martins, 1989).

Para Martins (1989) nas áreas em que as grandes propriedades se expandiram, nos anos 1980, elas se expandiram pela expulsão dos pequenos proprietários e não pela sua inclusão (ou por sua reinclusão mediante o assalariamento). No passado, segundo esse autor, o posseiro era convertido em agregado, incluído no círculo da clientela política dos potentados locais. Hoje, ele é expulso e submetido a violências físicas.

No aspecto religioso, conforme o autor, também houve mudanças importantes.

O monopólio das almas e das consciências pelo catolicismo, no meio rural brasileiro, sempre dependeu da cooptação da Igreja em relação à violência da dominação pessoal dos fazendeiros, às formas de subjugação da crença e da vontade dos trabalhadores e agregados por parte do proprietário e patrão. Uma espécie de catolicismo cativo, instrumentalizado pela autoridade e pelos interesses do grande proprietário de terras (MARTINS, 1989).

Sabemos, historicamente, que a Igreja sempre teve suas contradições em relação a essa troca de favores. Isso porque, embora favorecendo o fazendeiro, ela foi, por longo período, um apêndice institucional do Estado, mesmo depois da Proclamação da República, quando dele se separou legalmente. No topo da hierarquia, os bispos permaneceram cooptados pelo Estado (Martins, 1989). Na base, os padres foram cooptados pelos grandes proprietários de terra. Seguindo a análise de Martins (1989),

[...] quando se abre o conflito entre a Igreja e o Estado, nos anos 60, é a hierarquia que avança primeiro e, em grande parte, avança em nome de projetos políticos que são os mesmos do Estado centralizador e autoritário. É por isso que a Igreja assumirá também, desde então, o velho conflito do Estado centralizador e absolutista, cujo grande herdeiro é o Exército, com as oligarquias políticas regionais, constituídas basicamente pelos grandes proprietários de terra.

Com base nesses fatos, possivelmente a Igreja oscilou entre duas alternativas igualmente desastrosas: de um lado, assumir a modernização proposta pelo Estado autoritário, que incluía uma reforma agrária contra as oligarquias, o que representaria assumir o moderno e autoritário contra o agrário, oligárquico e liberal. De outro lado, recuar para o oligarquismo localista e agrário, o que reforçaria as forças arcaicas da política e da dominação locais (Correia, 2011).

Aqui se estruturou uma sociedade arcaica, dominada por oligarquias rurais, dona de latifúndios e de podres poderes coronelísticos, patriarcais, ultraconservadores, cumprindo o papel de expulsar braços e cérebros para alimentar o processo urbano-industrial-dependente, do Centro-Sul brasileiro. Vitor Nunes Leal denunciou essa estrutura já em 1946, em seu clássico: *Coronelismo, Enxada e Voto*, Ruy Facó, com o seu magnífico: *Cangaceiro e Fantástico*, de 1963, além de muitas outras obras clássicas da História Social e Econômica brasileira desmentem essa ideia que aponta como razões do chamado “atraso” dos sertões semiáridos brasileiros, as climáticas (COSTA, 2017, p. 154).

Sobre essa questão, Martins (1989) prossegue, argumentando:

A Igreja optou por outro caminho: buscou uma base própria de legitimidade política. [...] Essa fonte alternativa estava na massa de excluídos, posseiros, trabalhadores rurais, expulsos pela grande propriedade, migrantes, moradores pobres das periferias, quase sempre de origem rural. Massa que, ao se libertar dos currais políticos do grande proprietário, da dependência pessoal, das relações de favor, se libertou também do monopólio religioso católico, como mostra a disseminação de seitas religiosas não católicas entre as vítimas dessas expulsões.

Nesse processo, destacam-se as Igrejas na constituição dos novos movimentos que emergem na cena pública brasileira. Essa nova postura decorre de uma mudança na visão eclesial sobre o modo como se dá o desenvolvimento. Vários autores, como Doimo (1985), Wanderley (1984), Germano (1982), entre outros, assinalam essa mudança a partir da Encíclica *Mater et Magistra*, passando pelo Concílio Vaticano II e pelas Conferências Episcopais Latino-Americanas (Medellín e Puebla). Deixa-se uma visão de desenvolvimento assentado na ação do Estado, para pensá-lo centrado na participação do povo como sujeito das conquistas. Essa mudança é fundamentada pela *Teologia da Libertação* e redimensiona fortemente a ação pastoral de parte da Igreja Católica e de outras Igrejas Cristas, gerando uma cultura que valoriza a inserção dos padres, freiras e outros "agentes de pastoral" no meio do povo. Essas pessoas, inconformadas com as injustiças e contaminadas pelo fervor de uma Teologia que se renovava, se dedicam a mobilizar o povo, acompanhando e apoiando o dia a dia de greves e ocupações, motivando e dinamizando processos organizativos de defesa e conquista de direitos (Correia, 2011).

No Nordeste, havia um crescente empobrecimento dos trabalhadores. O regime militar fazia propaganda do suposto "milagre brasileiro" ou "boom econômico", no início dos anos 1970. A Igreja Regional do Nordeste começou a reagir, denunciando, através de documentos, a situação real dos trabalhadores, a mentira da propaganda do regime, suas alterações arbitrárias do sistema legal, seu flagrante desrespeito às liberdades civis e aos direitos humanos (Correia, 2011).

No ano de 1978, a aprovação da Lei da Anistia marcaria indícios de abertura democrática. A luta pelas eleições diretas materializada pela Proposta de Emenda Constitucional nº 5, do Deputado Dante de Oliveira, marcou o Movimento Diretas Já, levando milhões de pessoas às ruas. A emenda foi derrotada no Congresso Nacional e a eleição do primeiro presidente civil após a ditadura deu-se pela via indireta. O presidente eleito, Tancredo Neves, não tomaria posse em função de sua internação hospitalar. Sua morte, que adviria no dia 21/4/1985, levaria José Sarney, vice-presidente eleito na mesma chapa a tomar posse no dia 22/4/1985 para a Presidência que já vinha exercendo interinamente. Ele manteve o compromisso assumido por Tancredo de convocar uma Assembleia Constituinte, mandando ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional nº 43/1985, convertida na

Emenda Constitucional nº 26/1985, que convocou a Assembleia Nacional Constituinte para reunir-se a partir de 12/02/1987, concedendo poderes constituintes ao Parlamento Federal a ser eleito em 1986. Além das fragilidades próprias de uma assembleia congressual, como a facilitação da eleição de velhos políticos ligados às máquinas eleitorais e a tendência de manter a estrutura do Poder Legislativo sem maiores questionamentos, a legislatura contava, ainda, com um terço dos senadores não eleitos pela população, mas encaminhados ao Senado da República em 1982 pelas assembleias legislativas dos estados, de acordo com a legislação do período ditatorial (CNTE, 2007).

A crise econômica da década de 1980 acertou em cheio essa estrutura produtiva frágil mantida no Semiárido. Se o encurtamento das distâncias com as modernas vias de transportes colocava a produção do Semiárido e do Nordeste sem condições de concorrer com os setores de ponta da indústria nacional, a crise nacional, com a estrutura produtiva absolutamente inapta às condições climáticas, destruiu de vez as condições sociais nos sertões nordestinos (Costa, 2017).

O incremento da emigração foi violento. Esvaziaram-se os sertões secos. Milhões de pessoas deixaram seu torrão natal e foram "inchar" as grandes cidades. Primeiramente, as do litoral nordestino; em seguida, as grandes metrópoles do Centro-Sul. A cotonicultura, o sisal e algumas atividades agrícolas que geravam muitas oportunidades de trabalho e das mais importantes no território, findaram. Fazendas fecharam e a pecuária de pouca ocupação foi o que restou aos sertanejos. Uma pecuária dependente das condições climáticas (Costa, 2017).

Nesse contexto, em meados dos anos 1980, começa a proliferar a criação de Organizações Não Governamentais - ONGs, inclusive ligadas ao movimento de Agricultura Alternativa, de assessoria as organizações populares e outros Movimentos Sociais Rurais. Essa década é considerada como um período muito rico para a implementação de mudanças significativas na linha de trabalho.

Em 22 de setembro de 1988, o Congresso Nacional aprovou uma Constituição para o Brasil, que acabou se tornando conhecida, nas palavras de Ulisses Guimarães, como a "Constituição Cidadã". Marco no processo de redemocratização do País, após 21 anos de ditadura civil-militar, ela estabeleceu um conjunto de direitos sociais e políticos, destacando-se a educação como direito social subjetivo.

Numa conjuntura política litigada pelos atores sociais em presença, expressou as contradições do contexto histórico de seu tempo (CNTE, 2007).

Figura 016 – Linha do Tempo das Constituições no Brasil.



Fonte: Câmara dos Deputados (2022).

Foram as Comunidades Eclesiais de Base - CEB que, a partir da década de 1980 do século passado, criaram um terreno fértil, organizado, consciente para mudar a face da região. É nesse terreno das CEBs que a sociedade civil popular organizada, em grande parte, vai propor uma nova forma de ver e viver nessa região. As CEBs tiveram grande influência na formação de uma base comunitária e de um conjunto de lideranças sindicais, associativas, comunitárias e políticas.

No contexto mais global, segundo Mainwaring (1989), “a Igreja internacional vinha encorajando uma renovação eclesial”, fazendo com que os bispos de várias partes do Brasil, e destacadamente no Nordeste, promovessem ações renovadoras. No entanto, depois do golpe de 64, alguns desses bispos retrocederam nas suas posições. Porém, os setores mais identificados com a incipiente Igreja Popular continuam recebendo estímulo da Igreja Internacional, especialmente de Roma e da Conferência de Medellín, realizada em 1968.

Havia uma grande inquietação dos setores progressistas da Igreja frente à interrupção de várias experiências de educação popular. Sobre esse assunto, Mainwaring (1989) nos diz que “o documento de Paulo VI, *Populorum Progressio* publicado em 1967, causou contentamento aos católicos progressistas de toda a América Latina”. A encíclica criticava as nações ricas, por suas transações comerciais com o Sul, insistia num desenvolvimento mais igualitário entre os países.

Argumentava que os direitos a uma forma de vida decente e digna e a participação no processo político são aspirações justas de todas as pessoas (Correia, 2011).

A Igreja Nordestina, que ocupou um lugar proeminente na transformação da Igreja brasileira, passa a se posicionar, em decorrência de vários fatores, a favor dos pobres e oprimidos no contexto de ditadura militar implantada com o golpe de 64.

No início dos anos 1960, essa entidade fundou os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, posteriormente, num contexto de ditadura, foi mudando a sua linha de ação a partir das demandas dos movimentos sociais. Teve um papel fundamental no apoio às lutas dos trabalhadores rurais, atuando em várias frentes de luta: questão agrária, campanhas salariais nas áreas de produção de cana-de-açúcar (anos 1980) e fruticultura irrigada (anos 1990), organização de grupos de mulheres trabalhadoras rurais, as quais contribuíram para a organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR (Correia, 2011).

Para o acompanhamento e o apoio às lutas, as ações político-pedagógicas da igreja católica tinham como objetivo a conscientização dos trabalhadores rurais a partir da realidade local e dos problemas em que eles estavam inseridos. Esse trabalho se dava num contexto complexo e tenso de mudanças, onde frações das classes dominantes lutavam pela hegemonia política.

Nesse processo educativo, as questões do campo são tratadas como motivadoras das ações dos grupos nas comunidades, a partir de temas, como a participação na política, a conscientização, a democracia, o desenvolvimento, a construção de uma nova organização sindical e a luta pela Reforma Agrária.

As ações educativas, como práticas que se pretendem como libertadoras de determinadas atitudes de acomodação, tiveram um importante papel na formação de sujeitos individuais e coletivos na luta por direitos. Na literatura produzida sobre os movimentos sociais do campo, foi verificado que os trabalhos ressaltam a importância da igreja no processo de rompimento de antigas relações sociais de clientelismo no campo, bem como sua articulação com vários atores sociais.

Em Juazeiro, região norte do estado da Bahia, a Diocese de Juazeiro foi criada em 21/07/62, pelo Papa João XXIII, pela Bula "Christi Ecclesia" (Igreja de Cristo), sendo instalado em 10/02/63, com a posse de primeiro bispo, Dom Tomás Guilherme Murphy, tendo como segundo Bispo, Dom José Rodrigues de Souza, que tomou posse em 16/02/75, onde permaneceu até 2003, ao completar 75 anos de

idade, quando encaminhou à Santa Sé seu pedido de renúncia, que foi aceito em junho de 2003.

Era o ano de 1963, uma época muito importante para a caminhada de toda a Igreja, acontecia o Concílio Vaticano II. Em março de 1964 aconteceu o golpe militar no Brasil e a instalação da ditadura militar que durou até 1984.

Em 1975, chegava à Diocese o 2º Bispo, Dom Jose Rodrigues de Souza, em um momento marcado por esses fatos da Igreja e diante da situação do povo da região atingido por circunstâncias como: a construção da barragem de sobradinho e consequente deslocamento das cidades; a expulsão do povo das terras inundadas; as grandes e pequenas grilagens de terra; secas; o inchaço das periferias. Para ser fiel ao Evangelho e ao Espírito de Deus não teria outro caminho a não ser a defesa dos oprimidos. E assim toda a Diocese vai tomando, através de suas pastorais, esse caminho libertador.

Em 1976 foi criada a CPT da diocese de Juazeiro, um ano depois do nascimento da CPT Nacional com o objetivo de conhecer a realidade social, despertar para a vida em comum, tomar consciência dos problemas, e dar segurança aos posseiros, prestando um serviço de apoio e assessoria aos camponeses e camponesas de forma articulada com outros parceiros. Ouvindo o grito das populações que estavam sendo expulsas de suas terras para dar lugar a barragem de Sobradinho, a Diocese de Juazeiro, através do então bispo D. José Rodrigues, decidiu criar a Pastoral da Terra para apoiar essas populações sofridas com o impacto da seca.

O então bispo diocesano, em Assembleia Geral da Diocese de Juazeiro realizada de 22 a 26 de novembro de 1976, em Carnaíba - BA, elegeu a Pastoral da

Figura 017 – Dom José Rodrigues.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2022).

Terra e da Seca como uma das prioridades do Plano Pastoral para o ano de 1977. Localizada no Polígono das Secas, a diocese de Juazeiro reunia, naquela época, sete municípios: Juazeiro, Curaçá, Casa Nova, Sento Sé, Remanso, Pilão Arcado, Campo Alegre de Lurdes, atendidos por 12 paróquias. Eram tempos de secas prolongadas e de mudanças provocadas pela barragem de Sobradinho: inundação de quatro cidades (Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado); transferência de quatro mil famílias para agrovilas da Lapa; desapropriação; indenizações precárias; grilagem de terras. E ainda o êxodo das populações rurais para as grandes cidades devido à grande estiagem (site CPT, 2022).

Numa dessas assembleias, avaliando as consequências da seca se perguntava se realmente valia a pena lutar por essa terra que muitas vezes não alimenta seu povo, essa terra que causa tanta dor, sofrimento e morte. O contra argumento usado foi de que a terra de Deus, a terra prometida, a terra que corre leite e mel também é uma terra semiárida, mas que alimenta seu povo e foi, aos olhos de Deus, a melhor terra para os seus filhos. Essa comparação bíblica entre o semiárido e a terra prometida foi muito importante para animar a luta das comunidades rurais. Logo outra pessoa lembrou da passagem bíblica que fala do sonho do faraó decifrado por José do Egito, Sete vagas magras devoram sete vagas gordas. A interpretação era de que o Egito passaria por sete anos de chuva abundante e de muita fartura, mas que depois passaria por sete anos de seca que causaria grande sofrimento e morte. O Imperador ordenou então que se criasse um ministério para armazenar alimento para toda a população consumir durante a seca. A seca veio e o povo do Egito não sofreu nem passou fome pois tinha comida armazenada (José Moacir dos Santos, 2023).

A Pastoral da Terra, ao longo dos anos, esteve a serviço dos camponeses e camponesas contribuindo na luta e organização para a defesa dos seus direitos. Iniciou com a defesa dos atingidos pela barragem de Sobradinho e pelos projetos de Irrigação, em seguida pela permanência na terra na defesa contra as grilagens, pela regularização fundiária, pela Convivência com o Semiárido, pelos direitos dos assalariados. Contribuiu também na criação das organizações dos trabalhadores em seus sindicatos, a exemplo do SINTAGRO, nas Associações de Fundo de Pasto, no apoio aos Movimentos Sociais. Foi um trabalho difícil e prazeroso: muitas perseguições aos trabalhadores e agentes, chegando até ao assassinato de companheiros, mas os camponeses e camponesas cresceram na consciência e na conquista de alguns direitos que estavam sendo negados, melhoraram a qualidade de vida, criaram autonomia. Apesar das conquistas, as ameaças à vida dos camponeses e camponesas e da natureza continua. Novos e velhos problemas em

nome do capital com roupagem de progresso e desenvolvimento continuam gerando insegurança ao modo de vida das comunidades camponesas, a exemplo das hidroelétricas, carvoarias, mineração, energia eólica, transposição do rio São Francisco (site CPT, 2022).

Essa época era marcada por sofrimentos e lutas: seca, dominação política, fome, grilagens, doenças, abandono, barragens, analfabetismo, dentro outros problemas sociais e estruturantes. Sobre as igrejas, a comunidade dizia: o povo não tinha voz na igreja (Casa Nova); o povo não conhecia o evangelho e nem a comunidade (Campo Alegre de Lourdes); o povo ouvia a missa de ano em ano (Sento Se); só se preocupava com a doutrina (Remanso); o padre ficava sempre na casa das pessoas mais ricas (Pilão Arcado); as festas religiosas eram comandadas pelos poderosos do lugar (Juazeiro - Cidade); o padre não explicava nada, celebrava a missa e nos respondíamos "amem" (Juazeiro-Interior); o povo não tinha nenhum princípio religioso, aqui se matava tanto que ficou com o nome de "cai duro" (Sobradinho) (Diocese de Juazeiro, 1995).

Em 1979 a 1985 o Semiárido passou por mais uma grande seca cíclica. Seca de grande impacto social. Nesse período a CNBB em seu livro "O genocídio da seca", atesta que um milhão de pessoas morreram em decorrência da falta de água e alimento nesse período. Essa seca já havia sido prevista anos antes. Era época de ditadura civil militar e o estado nada fez para e amenizar as consequências da seca. Com o fim da ditadura e a abertura democrática garantida pela constituição federal de 1988 vários movimentos sociais e organizações sócias foram criadas e uma grade efervescência de proposta de ações e de políticas surgiram para reconstruir o Brasil. Na diocese de Juazeiro acontecia anualmente a Assembleia Diocesana dos Agricultores, evento em que era feito análise de conjuntura, avaliação e planejamento das ações sociais da diocese. A diocese de Juazeiro sob a gestão do bispo Dom José Rodrigues, foi um marco de resistência e de luta contra a ditadura e contra os grandes projetos de desenvolvimento que causavam morte e despejo das famílias rurais (José Moacir dos Santos, 2023).

O trabalho da Diocese ficou amplamente conhecido através de Dom José Rodrigues no apoio às comunidades rurais aos menos favorecidos – a classe trabalhadora que, historicamente, vinha sendo oprimida pelo Estado através das oligarquias políticas locais e regionais, bem como pelo sistema capitalista de produção (grileiros, agro e hidronegócio, fazendeiros, empreendimentos econômicos, multinacionais) e as situações de injustiças geradas na região (fome, miséria, expulsão de famílias das terras férteis para construção da barragem).

A Diocese de Juazeiro teve forte contribuição na defesa da vida e dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, através da resistência dos trabalhadores na defesa de suas terras; da organização dos trabalhadores em sindicatos, partidos políticos, associações, comunidades. Mesmo contra toda exploração, toda dominação os trabalhadores lutam para conquistar seu espaço.

Aqui nasce uma ligação com a Pedagogia do Oprimido, onde um encontro memorável aconteceu em 1983, em Juazeiro/BA: Paulo Freire aceita o convite de Dom José Rodrigues para ministrar curso sobre o método de alfabetização que revolucionou o ensino de adultos em Angicos.

Figuras 018 e 019 – Encontro de Paulo Freire com Dom Jose Rodrigues e Formação.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2022).

Segundo relatos, o curso durou uma semana e Paulo Freire conheceu de perto a realidade local, numa região que construía a barragem de geração de energia hidroelétrica com o maior lago do mundo, e cidades próximas ou mais distantes, como Campo Alegre de Lourdes, ainda não tinha energia elétrica. Eram tempos de retirar pessoas das terras para serem alagadas, de efervescência, de longas discussões e embates. Dom José Rodrigues era o enfrentante de muitas dessas discussões. Foi Paulo Freire quem sugeriu a Dom José Rodrigues adquirir livros para formar uma biblioteca popular. Teve um tempo que a biblioteca da diocese era a maior da região. Segundo Leonardo Boff, lembrar de Dom José Rodrigues “é lembrar dos pastores fiéis e dos profetas destemidos que souberam estar sempre do lado dos fracos e perseguidos, sem temor e sem subterfúgios” (IRPAA, 1990).

Segundo Correia (2011) a construção de uma ação educativa foi tramando, num complexo processo de mudanças da sociedade brasileira e do mundo, uma forma própria de ações educativas. Nesse sentido, buscou sua inspiração em outras experiências da América Latina (programas radiofônicos, associativismo) e nos documentos da Igreja, que procurava se adequar à nova ordem mundial.

Figura 020 – Barragem de Sobradinho em 2022.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2022).

A construção da Hidrelétrica de Sobradinho marcou de tal modo a Diocese de Juazeiro que se pode falar da Diocese antes e depois de Sobradinho. Para fazer esse imenso Lago, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF - expulsou 72 mil pessoas da região, entre 1975 e 1980, tendo inundado as sedes de quatro municípios: Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado e Sento Sé, com dezenas de distritos, povoados e fazendas.

A população, desalojada, foi transferida para as novas cidades e novos núcleos habitacionais, no princípio, sem as mínimas condições de vida. Uma parte foi levada para as Agrovilas de Bom Jesus da Lapa - BA, tendo voltado muitas famílias para a região, como para Barra da Cruz, em Casa Nova, em situação de miséria. Outras vieram a inchar as periferias de Juazeiro e Petrolina, criando o cinturão de pobreza absoluta das duas Cidades. Em 20/11/81, foi acionada a 6ª e última turbina da

Hidrelétrica de Sobradinho, totalizando 1.050 Mw de energia (Diocese de Juazeiro, 1995).

Existem vários registros sobre a construção da Hidrelétrica de Sobradinho e seus impactos sociais e ecológicos. Merecem destaques:

1) Depoimento de D. José Rodrigues de Souza na CPI das Enchentes do São Francisco no Congresso Nacional, em 07/05/81, publicado na Revista VOZES, set/81, da pág. 05 a 65;

2) DO QUE AS ÁGUAS NÃO COBRIRAM – Dissertação de Mestrado sobre o Movimento dos Camponeses atingidos pela Barragem de Sobradinho, da Universidade Federal da Paraíba, por Rúben Alfredo de Siqueira, que já foi Agente Pastoral da Diocese de Juazeiro e Assessor da CPT Nacional.

Figura 021 – Perímetros de Irrigação em Juazeiro - BA e Petrolina - PE.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2021).

Com a Barragem de Sobradinho, toda geografia dessa região foi modificada, criando as narrativas do progresso à luz do crescimento econômico, o que inclusive a Diocese e várias organizações de base questionam esse fator de desenvolvimento pelo impacto das famílias camponesas, bem como pela miope dos grandes projetos de irrigação – instalação na agricultura irrigada no Vale do São Francisco.

As paisagens semiáridas da caatinga ainda são cortadas pelos grandes projetos de irrigação, pelas promessas de expansão da agroindústria para o abastecimento de mercados externos, pela política do voto casado com a cesta básica ou com o carro pipa, pela 'mão e o chicote invisíveis' dos

pecuaristas que mantêm a rédeas curtas seus currais eleitorais. No semiárido, a lei do mercado confunde-se ainda com a lei do coronel. Avançar na ruptura com estes modelos políticos, que ora se prevalecem da oligarquia ora da tirania fundiária do semiárido brasileiro para a manutenção do controle sobre o poder local, é fundamental para que a ampliação do espaço público seja também a constituição de um espaço permanente de interlocução entre o legítimo e o ilegítimo na política pública (SILVA, 2002, p. 214 e 215).

De acordo com o "Inventário dos Projetos de Irrigação", publicado pela CODEVASF (Brasília, 1991): no conhecido dipolo Juazeiro-BA e Petrolina-PE, a CODEVASF implantou ou está implantando 09 Projetos de Irrigação, numa área de 221.023,4 hectares de terras férteis, antes ocupadas por posseiros e pequenos proprietários:

a) Bebedouro (Petrolina-PE): área de 1.862,2 ha, com 118 lotes para colonos com 954 ha e 7 lotes para empresas com 908,2 hectares, entre as quais a EMBRAPA (540,5ha), Delta Agropecuária, Empresa Agrícola Trinacria e Martin Eugene Mason. Os principais produtos cultivados são: melão, melancia, aspargo, tomate, uva e manga, sementes selecionadas e prática de piscicultura. Método de irrigação: sulcos, enquanto na EMBRAPA, é por pivô central.

b) Mandacaru (Juazeiro-BA): área de 376 hectares, dos quais 325 destinados a 51 lotes para colonos e 51 ocupados pela EMBRAPA, com instalações do CPATSA.

c) Curaçá (Juazeiro-BA): área de 4.165,2 hectares, dos quais 1.771,3 destinados a 261 lotes para colonos e 2.423,9 para 16 lotes às empresas: Cooperativa Agrícola de Cotia, Bandeirante, Curaçá Agrícola, Frutinator, Graúna, Fruteb, Frutibrás E J. C. Agrícola.

d) Maniçoba (Juazeiro-BA): área de 4.196,8 hectares, dos quais 1.787,7 destinados a 234 lotes para colonos e 2.409,1 para 47 lotes para Empresas: Maniçoba Agrícola e Cicanorte.

e) Tourão (Juazeiro-BA): área de 10.548,4 hectares, dos quais 191,9 destinados a 33 lotes para colonos e 10.356,5 para 28 lotes para empresas, entre as quais sobressaem a AGROVALE (6.083 ha) e ALFANOR (2.498 ha). O cultivo da cana é o predominante, sendo processada pela Usina Mandacaru (AGROVALE), com capacidade anual de 2 milhões de sacos de açúcar e de 15 milhões de litros de álcool. O grupo da AGROVALE é procedente de Alagoas. Vem-se expandindo pela compra de grandes áreas no município de Juazeiro, promovendo a concentração da terra nas mãos das grandes empresas.

f) Nilo Coelho: começa em Petrolina-PE e termina em Casa Nova-BA. Área de 20.310,8 hectares, encontra-se parcialmente em operação. O conjunto "Áreas Iniciais" tem 13.145,8, dos quais 9.048 destinados a 1.508 lotes para colonos e 3.674 ha para 97 lotes para as empresas: AGROFLORA, MAPEL, MANDACARU, PRODOMO, AGROEXPORT E CICATER. Principais produtos: maracujá, figo, goiaba, citros, manga, melancia, melão, tomate, cebola, banana e aspargo, cultivados com aspersão e gotejamento - O Conjunto "Área Adicionais", com 7.165 hectares, serão ocupadas por 844 colonos (5.064 ha) e por 06 Empresas (2.101 ha).

g) Salitre (Juazeiro-BA): área de 57.853 hectares, em fase de estudos, destinada a colonos, técnicos agrícolas, agrônomos e Empresas Agrícolas e Agroindustriais, comportando quatro partes distintas: Salitre propriamente dito (46.460 ha), Área da CHESF (6.815 ha), Área FAO (3.122 ha) e Área Aluvião (1.456 ha), onde a CODEVASF construiu um sistema de barragens galgáveis, possibilitando a irrigação nas margens do Rio Salitre.

Em 1993, a CODEVASF publicou 02 fascículos: 01) Projeto Amanhã: Organização e Capacitação do Jovem Rural da Bacia do Rio São Francisco; 2) A CODEVASF na Transformação do Semiárido São Franciscano (1993). A própria Diocese e as organizações locais e pastorais já teciam críticas a esses projetos de irrigação, segundo o Boletim Informativo da Diocese de Juazeiro – Caminhar Juntos, 1995, p. 03 e 04, a saber:

01) Para implantá-los, os posseiros e pequenos proprietários são tirados de suas terras, com indenizações irrisórias, tornando-se boias-frias ou indo inchar as periferias de Juazeiro e Petrolina.

02) Depois de receberem toda infraestrutura, as terras são alugadas ou vendidas às grandes empresas, nacionais ou multinacionais (são uma centena!), que irão produzir para exportação para o Sul do País e para o Exterior. Em 1994, foram exportadas cerca de 1,5 milhão de caixas de 5 kg de uva tipo Itália e Piratininga para a Europa e Oriente Médio para o consumo "in natura". Por sua vez, a Vale-Export exportou 2 milhões de caixas de manga para o Mercado Europeu e 750 mil caixas para os E.U.A.

Produzimos a "sobremesa" para exportar, utilizando um conjunto de pacote tecnológicos, enquanto os lavradores não têm à "mesa" os alimentos necessários para sobreviver: arroz, feijão, milho, mandioca, batata.

3) Baixos Salários: precárias condições de trabalho, muitas vezes lidando com agrotóxicos; péssimos alojamentos para os boias-frias, como os 05 barracões do Bairro João Paulo II, na periferia de Juazeiro.

A Imprensa denuncia de vez em quando: "Por trás da prosperidade do São Francisco: Trabalho semiescravo nas plantações de Petrolina/Juazeiro" (Jornal do Comércio, 23/07/93) e "Projeto Nilo Coelho: Crédito de colonos vai para apadrinhados" (Jornal do Comércio, 06/02/94).

4) A irrigação, entregue aos próprios colonos, entrou em crise por diversas razões: falta de crédito bancário ou crédito direcionado à monocultura, juros altos, falta de assistência técnica, alto custo da água dos canais e da energia elétrica. Muitos colonos ficam inadimplentes: vendem seus lotes e vão embora. Ainda em dez/92 e jan/93, a Imprensa noticiava as dificuldades por que estão passando os colonos dos Projetos Maniçoba, Tourão e Mandacaru (A Tarde 05/ 10/93).

5) Danos à saúde e ao meio ambiente: uso indiscriminado de agrotóxicos, muitos deles proibidos nos seus países de origem. Na AGROVALE, na queima de cana, a fuligem vem sobre Juazeiro e arredores, provocando danos à saúde da população. Em março/84, o vinhoto da AGROVALE, lançado ao rio, matou mais de 300 toneladas de peixe, no "maior desastre ecológico do Vale do São Francisco".

6) Por fim, a Salinização de nossas terras. Afirma Jorge Coelho, funcionário da SUDENE há 26 anos, que "no Nordeste, 50% dos solos já estão salinizados, por defeitos de irrigação, nos Projetos Oficiais do DNOCS e da CODEVASF.

Em 1981, pela Portaria nº 017 do MINTER (Ministério do Interior), criou-se o Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco - PLANVASF: É um diagnóstico da realidade que classifica as aptidões de desenvolvimento do Vale do São Francisco, seja na Agricultura Irrigada e na Agricultura de Sequeiro, seja na Indústria, na Pecuária e na Mineração. Descobriu-se que a área irrigável do Vale do São Francisco é de 10,3 milhões de hectares, embora nem tudo possa ser irrigado por falta de água.

Ao traçar uma estratégia de ação, regionaliza o Vale do São Francisco em 16 APS (Áreas nos Programas). O PLANVASF atingiu a Diocese de Juazeiro através da "Área do Programa XI", que inclui os Municípios de Pilão Arcado e Sento Sé. Foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 03/09/93 e pelo Senado em 12/01/94,

obtendo a sanção presidencial e passando a fazer parte do "Plano Regional de Desenvolvimento para o Nordeste".

Em entrevistas à Imprensa, o ex-diretor da CODEVASF, Dr. Erasmo José de Almeida, afirmava mais vezes que o PLANVASF iria transformar o Vale do São Francisco numa "Nova Califórnia", nome que ficou conhecido na Europa, principalmente na Alemanha. No entanto, recentes estudos denunciam o desastre ecológico que a irrigação vem provocando na Califórnia-USA: a salinização das terras, efeitos danosos dos agrotóxicos nas plantas, animais e aves (Discover, 1985). Portanto, esses mesmos desastres se assemelham ao vivenciado no Brasil, em especial no Vale do São Francisco.

Aqui se evidencia mais uma grande contradição, por um lado, o Vale do São Francisco estruturado, pujante e exportando, e do outro lado, a classe trabalhadora refém das migalhas do Estado e da opressão dos grandes grupos econômicos.

Em 1990, a fome e a subnutrição atingiam dois terços da população brasileira, resultado direto da política agrícola implementada nas duas últimas décadas e do sistema de distribuição de renda. A inserção da agricultura brasileira no sistema produtivo mundial, a partir de 1960, sinalizou o rumo da modernização, que se caracterizou pela implantação de monoculturas como o café, soja, laranja, trigo e cana-de-açúcar, através de dois fatores combinados: a intensificação do uso de máquinas e insumos modernos e o aprofundamento das relações sociais capitalistas de produção. Esses fatores induziram o aumento da concentração fundiária e a uma forte migração rural-urbana, elevando substancialmente a demanda de alimentos no mercado interno (Brasil, 1991, p. 166).

A par do aumento dos índices de fome e desnutrição, a modernização da agricultura brasileira provoca mudanças aceleradas, que desestabilizam o meio ambiente. A erosão constitui um exemplo do processo de deterioração, perda da fertilidade e degradação de grande parte dos solos (Brasil, 1991, p. 166).

O processo de institucionalização da agricultura, subsidiada pelo Estado, provocou o aumento exponencial da pauperização da população e a dilapidação de parte substancial dos recursos naturais. Reverter este quadro significa mudar as prioridades da política agrícola, implementar um novo modelo, que contemple a melhor distribuição da população rural no território, que priorize a produção de

alimentos, o manejo adequado dos solos, a alocação correta de recursos hídricos e que pressuponha o uso de tecnologias adequadas para cada região (Brasil, 1991).

Com essa situação acentuada de fome e a subnutrição, cria-se o famigerado "Polígono das Secas²²", numa das regiões compreendida pelos governos e pela grande mídia como mais seca, quente e pobre do Brasil.

Segundo Marinho (2022) a 'indústria da seca' caracteriza-se por "um arranjo de certos segmentos das classes dominantes que se beneficiam indevidamente de subsídios e vantagens oferecidas pelo governo" (Menezes, *et. al.*, 2002, apud MATOS, 2012), tendo como justificativa a promoção de ações de implantação de infraestrutura hídrica e de assistência social emergencial. Dito de outra forma, essa compreende "os mecanismos através dos quais os latifundiários transformam os problemas decorrentes da seca em um grande negócio" (Morais, 2012).

Figura 022 – Noticiários da época sobre a seca e a população.



Fonte: Boletim Informativo Caminhar Juntos da Diocese de Juazeiro, nº 181, 1993.

No período de 1987 a 1993, a região teve invernos fracos e irregulares. Naquela ocasião, de 04 a 08/11/87, os Agentes Pastorais da Diocese de Juazeiro

²² Compreende a área do Nordeste brasileiro reconhecida pela legislação como sujeita à repetidas crises de prolongamento das estiagens e, conseqüentemente, objeto de especiais providências do setor público (SEI, 2022).

Bispo, Padres, Religiosas e Leigos (as) fizeram "jejum de solidariedade" aos flagelados da seca. No primeiro comunicado à imprensa diziam: "A fome e a sede que matam novamente no sertão, atizam nossa indignação. Jejuamos evangelicamente em favor da vida, politicamente em protesto contra o novo genocídio que se abate sobre o povo nordestino". Esse gesto da Diocese de Juazeiro teve larga repercussão na Imprensa e nos meios políticos (Diocese de Juazeiro, 1993).

O então Governador da Bahia, Waldir Pires, enviou a Juazeiro: Dr. Filemon Matos, Secretário do Governo, Dr. Alberto Nascimento Dourado, Diretor da CEPA e Dr. Armênio Souza Santos, Coordenador da CORDEC. Foram criadas "frentes de trabalho", distribuída alimentação e multiplicados os carros-pipas para levar água aos flagelados. A Diocese recebeu centenas de telegramas e moções de apoio. Tudo isso foi narrado no "Boletim Informativo Caminhar Juntos", nº 132, dezembro/87 (Diocese de Juazeiro, 1993).

Depois de seis anos de invernos fracos, teve um o pico da seca em 1993. Em 1994, voltaram as chuvas, embora não generalizadas. Se pensava que a situação se normalizaria, mas não foi assim. Na região, quando existe chuva, ocorre entre os meses de novembro a março. As chuvas, no entanto, só voltaram em fevereiro de 1995 e ainda são parciais e localizadas (Diocese de Juazeiro, 1995).

Depois de largamente debatido o assunto da seca na primeira reunião da Diocese de Juazeiro, em 1993, foram tomadas duas decisões: a) No Domingo de Ramos, todas as Paróquias e Comunidades foram mobilizadas para o problema da seca; b) Dia 06/04/93, a bênção dos Santos Óleos ocorreu em Casa Nova-BA. Os Agentes Pastorais passaram o dia em oração e jejum, tendo em vista o problema da seca (Diocese de Juazeiro, 1993).

Reunidos em Assembleia dos dias 02 a 04 de março de 1993, Agentes da Pastoral da Diocese de Juazeiro, depois de muita reflexão e análise do então momento político do país, de acordo com a função pastoral, concordaram em tomar uma posição diante do plebiscito que foi realizado no dia 21 de abril de 1993. Como o plebiscito é uma consulta ao povo para que, através do voto, ele decida alguma coisa que lhe diz respeito, nesse caso, o povo deveria decidir se queria que o Brasil continuasse sendo República ou voltaria a ser Monarquia (sob o governo de um rei). Além disso, deveria escolher também se o sistema de Governo do Brasil continuaria

sendo o Presidencialismo ou passaria a ser o Parlamentarismo (Diocese de Juazeiro, 1993).

Naquele momento, o Brasil já era uma República Presidencialista, isto quer dizer que o país era governado por um presidente eleito por voto direto da população. Esse Presidente tem todos os poderes e é auxiliado e por uma equipe de ministros, escolhida pessoalmente por ele. Mesmo que o presidente não tenha o apoio da maioria dos deputados e senadores, ele continua no governo por 5 anos.

Diante da grave situação de miséria, desemprego e alto custo de vida que vivia a população brasileira, os Agentes de Pastoral concordavam que o plebiscito de 21 de abril legitimava a participação popular prevista na Constituição de 1988, quando foi definido o presidencialismo como sistema de governo. Se não fosse as mobilizações populares, o país já sinalizava para o parlamentarismo, um tipo de governo que não se sabia como seria na prática; seria como assinar uma folha ou cheque em branco para os Deputados e Senadores escreverem o que quisessem (Diocese de Juazeiro, 1993).

Para o Bispo, no Brasil existiam problemas graves que precisavam ser urgentemente resolvidos e que a simples escolha do jeito de governar, por si só, não resolveria. O Brasil precisava de reformas políticas, como a partidária e eleitoral, além das reformas de base, como a agrária e a urbana. Antes de gastar tempo e recursos em propagandas e campanhas, tanto monarquistas como presidencialistas ou parlamentaristas, os políticos brasileiros deveriam preocupar-se primeiramente com o gravíssimo problema da miséria do povo que aumenta assustadoramente. Não tem democracia que se sustente com um povo na miséria, faminto, analfabeto, doente e com tantos outros males que destroem a população (Diocese Juazeiro, 1993).

Naquele momento a Diocese também já se preocupava com a Reforma Agrária - Lei 8629, sancionada pelo presidente Itamar Franco, em 25/02/1993. Se não é, ainda, a ideal, tem vários dispositivos válidos para a reforma agrária. Orientava os Agentes Pastorais a conhecê-la para exigir seu cumprimento.


Uma das preocupações da Diocese era que a partir de 05 de outubro de 1993, começaria a Revisão da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral (Artigo 3º das Disposições Transitórias) e, se naquele momento não ficassem atentos, perderiam as conquistas

da Nova Constituição, pois o atual Congresso é mais conservador do que a Assembleia Constituinte (Diocese de Juazeiro, 1993).

Nesse mesmo Boletim Informativo Caminhar Juntos da Diocese de Juazeiro, nº 181, de março e abril de 1993, na primeira reunião com os Agentes Pastorais, Dom José Rodrigues colocou em comum o Centenário de Canudos e a criação do IRPAA em 1990. Em setembro de 1992, o bispo e primeiro presidente do IRPAA envia uma carta aos bispos do Nordeste, convidando para um Encontro sobre a Realidade do Semiárido Nordestino, a ser realizado no Centro de Treinamento em Juazeiro - BA.

Figura 023 – Carta a Bispos do Nordeste – Dom José Rodrigues.

VI - INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA



Objetivo do IRPAA:
Formação e valorização da pessoa humana, sem discriminação de raça, política ou religião, ensinando na prática uma agropecuária adaptada ao clima semi-árido-quente, que possa melhorar as safras do pequeno agricultor e garantir a permanência dele em sua terra, seja irrigada ou de sequeiro (Estatuto Art. 1º, § 4º).

Cursos:

- De 15 a 30/03/93, realizou um Curso para 40 lavradores, vindos de diversas regiões do Nordeste, entre os quais estavam 2 índios.
- Para Bispos, Padres, Religiosos e Agentes Leigos(as) está previsto um Curso em julho próximo. Em nome do IRPAA, o Presidente, D. José Rodrigues, dirigiu-lhes uma carta, datada em 09/09/92.

Fundado em 17/04/90, em Juazeiro-BA. É entidade autônoma da Diocese, embora o Bispo Diocesano, D. José Rodrigues, tenha sido eleito seu 1º Presidente. Coordenador e Haroldo Schistek, Engenheiro Agrônomo. Já publicou 3 Cartilhas, coloridas, com desenhos: Busca da água no Nordeste, Criatório e Roça de Sequeiro.

Saudações cordiais em Cristo

O IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada) planeja para os dias 19 a 23 de julho de 1993 um Encontro sobre a REALIDADE DO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO. Terá duração de 4 dias completos, começando na 2ª feira, 19/07/93, à noite, e terminando na 6ª feira, dia 23/07, à tardinha. Local: Centro de Treinamento do IRPAA, em Juazeiro, na Vargem da Cruz.

Vamos reunir Padres, Irmãs, Agentes Leigos Liberados(as), Bispos, que queiram aprofundar-se na realidade nordestina, sobre a produção apropriada para o nosso clima e procurar saídas para a comercialização do pequeno agricultor.

Partimos do pressuposto de que o Nordeste não é uma região catastrófica, calamitosa, castigada, mas cheia de recursos e muita vida, mas que homens e mulheres precisam aprender uma convivência harmoniosa com o clima. Podemos mudar tudo, menos o regime de chuvas, os ventos.

Esboçamos o seguinte programa:

- 2ª feira: à noite: Acolhimento, distribuição das tarefas, situar-se no contexto.
- 3ª feira: a realidade do clima, o porquê das secas, influências extracontinentais, como por ex. "El Niño", a política de água do Governo, como deve ser nossa ação.
- 4ª feira: como conviver com a água que cada ano cai do céu. Quais as medidas práticas que podemos tomar para o povo ficar independente do carro-pipa, por ex., fazendo caxios, cisternas.
- 5ª feira: a partir da realidade, que atividade econômica se adapta melhor ao nosso clima? A relação entre atividade econômica e resistência na terra, a luta pelos direitos humanos e reforma agrária. Como criar melhor cabras e ovelhas. Quais os conhecimentos necessários, o que fazer para evitar a grande mortalidade de animais, como prevenir para ter pasto nos meses de seca.
- 6ª feira: A roça de chuva, na caatinga. Qual a importância que o plantio deve assumir na economia do lavrador. O que fazer para plantar com relativa segurança no semi-árido. Integração criação-roça, uso do esterco como reservatório de água no solo etc.

Nos 4 dias, teremos uma sucessão de partes teóricas com trabalhos e demonstrações práticas, seja na terra, na fabricação de composto, no manejo de cabras e ovelhas ou com a captação de água da chuva etc.

Discutiremos as implicações políticas deste trabalho.

Analisaremos cânticos populares e religiosos que nos ensinam algo sobre a convivência com o clima do Nordeste. Importante para estes dias será também a reflexão bíblica. O povo de Israel se firmou numa terra muito semelhante ao nosso semi-árido. Procuraremos as paralelas e aquilo que pode fortalecer-nos na Fé e nesta caminhada nordestina.

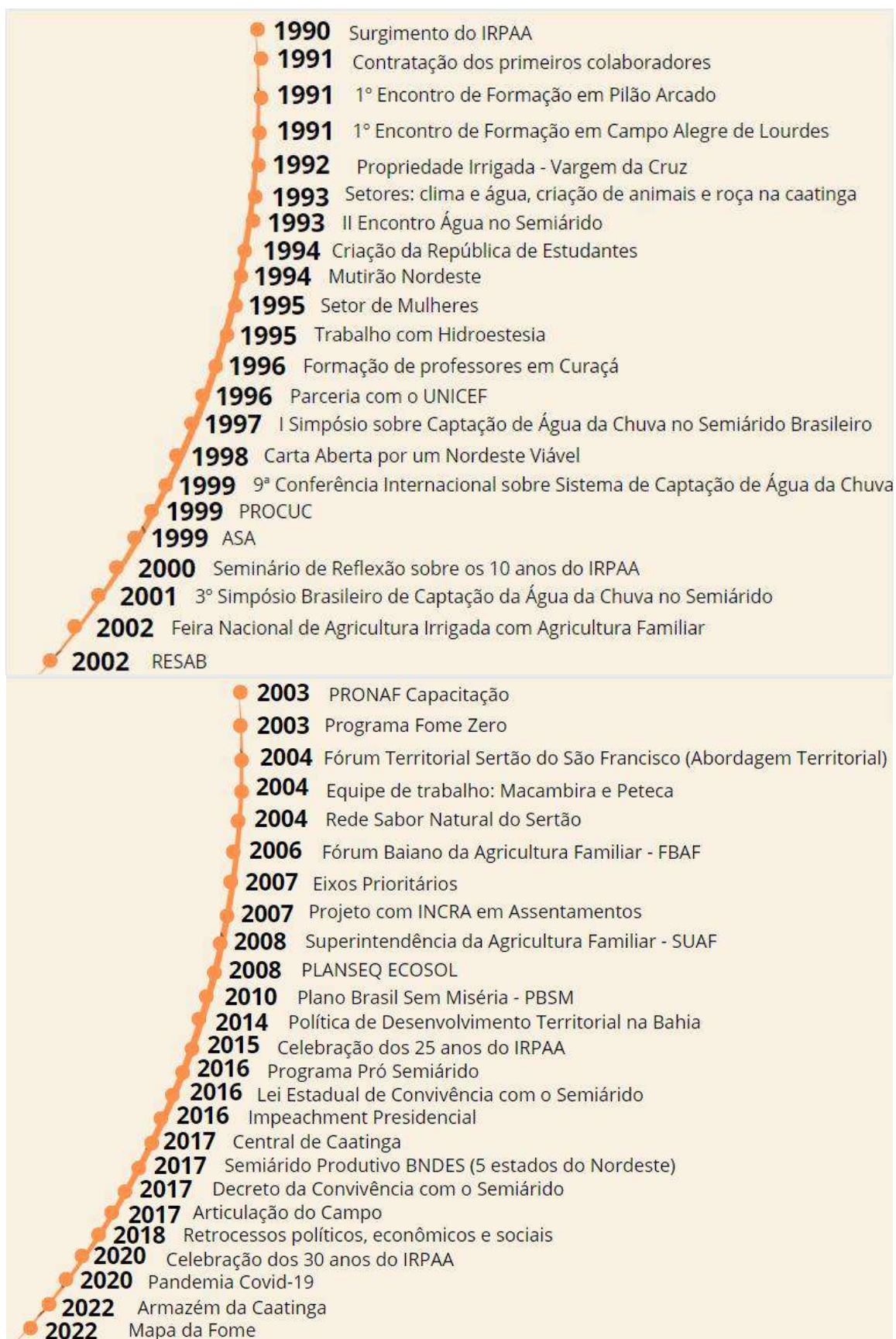
Peço a Você, caro Irmão, transmitir este convite aos Padres, Irmãs, a Agentes Leigos(as) de sua Diocese, e estar presente também, caso seus compromissos o permitam. Eu mesmo participarei deste Encontro. Com abraços fraternos em Cristo,

D. José Rodrigues de Souza C.S.S.R.
Bispo de Juazeiro e Presidente do IRPAA

Fonte: Boletim Informativo Caminhar Juntos da Diocese de Juazeiro, nº 181, (1993).

Após percorrer esses acontecimentos históricos, conforme anunciado na Figura nº 023, nasce o IRPAA com a proposta de Convivência com o Semiárido, com foco na formação e valorização da pessoa humana, que será tratado no próximo subcapítulo desse trabalho. A Figura nº 024 expressa a trajetória dessa Instituição:

Figura 024 - Linha do tempo do IRPAA (1990 a 2022).



Fonte: pesquisador, (2022).

Destaca-se nessa linha do tempo alguns destaques ao longo da caminhada de atuação do IRPAA pela Convivência com o Semiárido, não perdendo de vista macros acontecimentos em torno da atuação e relação com os Governos, considerando o que isso gerou implicações e mudanças de posicionamento e atuação da Instituição em determinadas conjunturas e períodos históricos.

É importante destacar que ao longo desse processo investigativo foram encontrados vários termos para se reportar as pessoas, público do trabalho do IRPAA: lavrador, agricultor, criador, pequeno agricultor, pequeno lavrador, agricultor familiar, camponês, trabalhador rural, produtores familiares. É perceptível que o emprego desses termos se dava em períodos históricos em que se tinha uma certa intencionalidade, seja ela de ser diferente da atuação do Estado, seja ela pela aderência com a parceria firmada com determinados financiadores, principalmente do poder público, bem como com a cooperação internacional. Exemplo: Na relação com as políticas públicas, após a aprovação da Lei Federal n.º 11.326, de 24 de julho de 2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, aqui se cria uma categoria prioritária do trabalho do IRPAA.

No âmbito desse estudo, considerando a natureza do trabalho do IRPAA e a sua aderência com a proposta de Convivência com o Semiárido, elemento chave da existência institucional, considera-se Agricultor/a Familiar e/ou Camponês, categorias do público de atuação do Instituto.

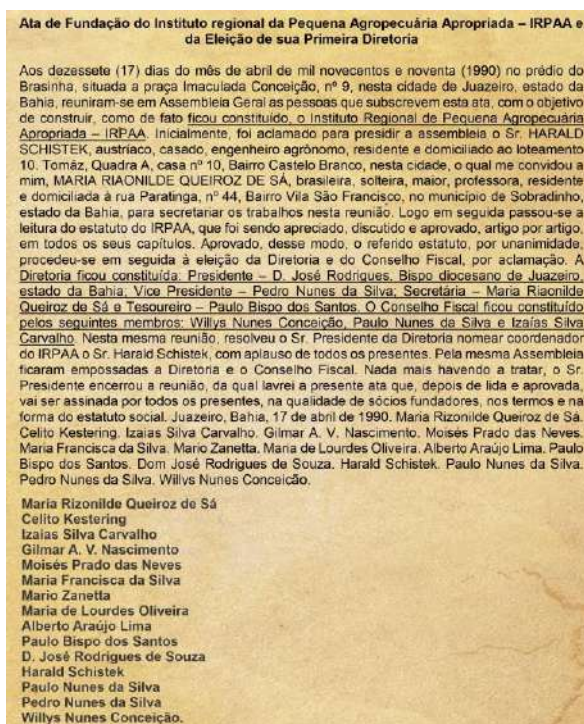
4.3 O SURGIMENTO DO IRPAA E A IDEIA DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO



O Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA é uma entidade filantrópica que desenvolve um trabalho pedagógico, educativo e técnico, procurando transmitir uma visão real sobre a região Semiárida, baseando-se em exemplos e conhecimentos concretos de tecnologias apropriadas ao clima, fundado por entidades de trabalhadores rurais e pessoas de âmbito eclesial, social e privado.

Em 17 de abril de 1990, acontece a Assembleia Geral de constituição do IRPAA, num endereço na Praça Imaculada Conceição, nº 09, na cidade de Juazeiro - Bahia, com a presença de quinze sócios/as fundadores/as, sob a liderança do Bispo da Diocese à época, Dom José Rodrigues e Haroldo Schistek – grande entusiasta da proposta de Convivência com o Semiárido, que chega no Brasil como assessor de uma organização da Cooperação Internacional, denominada de Misereor.

Figura 025 – Ata de Constituição do IRPAA.



Fonte: IRPAA, (1990).

Conhecer o primeiro instrumento jurídico do Instituto – a Ata de Fundação, traz a importância de revisitar esse momento histórico de uma instituição que nasce pequena e se torna grande, dada a relevância do trabalho pelo Semiárido brasileiro.

O IRPAA tem, nas suas origens, a solidariedade com os sujeitos e os contextos do Semiárido como fundamento ético-político para a construção social dos espaços habitados nesta região do país. A busca pela convivência tem constituído a sua filosofia e a sua história institucional, e a educação o seu instrumento de transformação socioambiental da política e da economia agrária (Pimentel, 2002).

Figura 026 – Primeira sede do IRPAA em Juazeiro - BA.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (1990).

Nos dois primeiros anos, o Instituto atuava com o apoio da cooperação internacional, através de um projeto ponte com a Misereor, e se tinha uma construção de um projeto grande.

Com uma equipe pequena, mas, cheia de vontade de atuar no Instituto, sete colaboradores deram os primeiros passos. Segundo informações da Ata de Assembleia Geral de 1991, o coordenador geral, Haroldo Schistek, fez um pequeno relato em assembleia *“sobre os funcionários, o motivo da não contratação de técnicos sofisticados, preferindo assim, pessoas simples que tenha convivência com o povo e com as comunidades”*.

Figura 027 – Assembleia do IRPAA.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (1995).

A “filantropia” é um termo utilizado a organizações e pessoas que dedicam tempo e recursos em ações e projetos solidários e/ou de grande relevância social. São ações que partem do sentimento filantropo, de amor à humanidade, e que oferecem ajuda a quem precisa, sem pedir nada em troca e, nesse caso, o IRPAA se caracteriza como uma organização/instituição de educação, desenvolvendo serviços de assessoria, mobilização social, incidência política e implementação de políticas públicas.

O IRPAA nasceu do trabalho de base da igreja católica, dentro da teologia da libertação. Acredita que solidariedade entre os povos em harmonia com os demais seres da natureza e na gestão pública e democrática do Estado. No nosso último seminário interno, em fevereiro desse ano reafirmamos esse propósito político nos juntando a muitos outros povos, entidades e movimentos sociais, na construção dos princípios e indicadores do Bem Viver como política de Estado (José Moacir dos Santos, 2022).

Segundo Cícero Felix dos Santos, entrevistado no âmbito desse estudo e um dos primeiros colaboradores do instituto, o seu surgimento tem uma relação direta com as problemáticas da época e urgência das secas e seus impactos na vida das pessoas.

O IRPAA surge depois de uma grande seca que acontece aqui nessa região, um de um período de longas estiagem que foi ali no início dos anos oitenta, final dos anos setenta, na época nordeste do Brasil que o semiárido ainda não aparecia, também estava se instalando a barragem de Sobradinho então tinha muita gente morrendo por conta da seca, por falta de água, por falta de água pra beber, por falta de água pra produzir

alimentos e ao mesmo tempo tinha muita gente morrendo afogada. Muita gente sendo expulsa das suas terras pela barragem de Sobradinho. Estima-se que em torno de setenta mil pessoas ou mais de setenta mil pessoas foram expulsas por conta da construção do lago de Sobradinho. Então é uma contradição muito grande as pessoas morrem de fome por conta da seca e morre de sede por conta da seca e morre afogadas ou são expulsas por conta da cheia do lago de Sobradinho. Acho que esse é um demarcador importante. Porque aí tem a ver também com todo o projeto de desenvolvimento instalado nessa região a partir também de Sobradinho (Cícero Felix dos Santos, 2022).

No seu nascimento enquanto Instituto, se fez necessário um amplo debate sobre ser uma organização ligada à Diocese de Juazeiro ou ser autônoma, independente. Com a sábia decisão do Bispo, o IRPAA surge a partir do trabalho pastoral e eclesial, mas, com autonomia para trilhar seus caminhos, sem perder de vista sua essência, missão e visão de sociedade e de mundo.

Problematizavam o que fazer diante daquele flagelo: da seca, onde muita gente indo embora, o êxodo rural muito forte, existe registro de livros que fala em torno de um milhão de mortes no Nordeste, naquela época não tinha o termo Semiárido, inclusive o livro Genocídio no Nordeste, que fala disso. Então o contexto, de surgimento do IRPAA eu diria que é um contexto extremamente desesperador. É um contexto de desespero assim. E essas pessoas que se reuniram pra construir o IRPAA elas, construíram nessa perspectiva de encontrar saída pra essa situação de desespero, essa situação desesperadora, de morte mesmo. E ali no surgimento da ideia tinha duas possibilidades: o IRPAA ser uma entidade ligada à Diocese de Juazeiro ou o ir pra ser uma entidade autônoma. Independente. E depois de muitas reflexões se decidiu principalmente a partir do posicionamento de Dom José Rodrigues que foi o primeiro presidente do IRPAA de criar uma entidade autônoma, entidade independente da diocese pra poder inclusive atuar para além da diocese (Cícero Felix dos Santos, 2022).

Associado a esses aspectos e à conjuntura política e econômica, os trabalhos feitos pela Diocese de Juazeiro, na organização da classe trabalhadora, foram de grande relevância para interpretação da região e organização do seu povo.

Se decide então criar o instituto, uma entidade de estudos para estudar melhor a problemática da região e ajudar as populações, contribuir para que elas possam encontrar as saídas possíveis a partir dos seus conhecimentos, das suas histórias de vida, das suas culturas, dialogando com esses conhecimentos, também com outros conhecimentos. Com os conhecimentos acadêmicos, com os conhecimentos do centro de pesquisa de outras regiões semiáridas, de outras regiões que também tinha seca porque na época o semiárido é importante frisar o semiárido não existia enquanto espaço político. Enquanto região política não aparecia o semiárido para o Brasil então eu diria que, que é nesse contexto que surge o IRPAA pra enfrentar esse flagelo, enfrentar essa situação desesperadora que se abatia sobre as populações dessa região. Naquele momento histórico, o IRPAA é resultado do trabalho das pastorais sociais, principalmente das

Comunidades Eclesiais de Base - CEBs. Isso das reuniões, das entidades, dos grupos e das comunidades foi surgindo a ideia de se criar o IRPAA e se reuniu um grupo de pessoas que são lideranças populares de associações e cooperativas, agentes de pastorais, e outras lideranças que decidiram criar essa instituição (Cícero Felix dos Santos, 2022).

O IRPAA nasce sobre uma visão sistêmica que o bispo tinha sobre a sociedade e a natureza, utilizando da fé para construir as saídas para uma realidade sofrida e desassistida, onde tudo isso só seria possível se organizações populares e movimentos sociais atuassem a favor dos menos favorecidos.

Dessa e de muitas outras observações, agentes de pastoral, lideranças dos agricultores, animados pelo Bispo Dom José Rodrigues, buscaram criar uma entidade para pensar como garantir que na próxima grande seca a população não sofresse tanto quanto nessa última seca. Uma das pessoas idealizadoras dessa entidade foi Haroldo Schistek, teólogo e agrônomo conhecia o Semiárido brasileiro e tinha muito conhecimento de outras regiões semiáridas do mundo. Nesse contexto foi criado o IRPAA, com a missão de contribuir para a prevenção dos efeitos de uma próxima seca (José Moacir dos Santos, 2022).

Desde o início da sua fundação trabalha principalmente com lavradores/as e criadores/as do Nordeste, termo comumente utilizado pelos seus colaboradores e diretores/as na época. O trabalho era realizado através de cursos de formação para os/as lavradores/as que estavam organizados em comunidades, sindicatos e associações, tendo como objetivo principal a formação e valorização da pessoa humana, sem discriminação de raça, política ou religião, ensinando, na prática, uma agropecuária adaptada ao clima semiárido quente, que possa melhorar as safras do pequeno agricultor e garantir a permanência dele em sua terra.

Figura 028 e 029 – Mobilização Social e Capacitação sobre Clima e Água.



Fonte: IRPAA, (1992).

No estatuto provisório das transições existenciais que dá à luz ao estado pedagógico, no diálogo, na leitura de mundo e no transformar-se, transformando o mundo, homem-mulher-natureza formam os seus ecossistemas socioeducativos; interagem na constituição de vínculos em que cada um torna-se pessoa no seu jeito de ser, saber, dizer e viver em comunidade; constituem suas tribos, transformando o social numa teia de socialidades e a educação num jogo semântico que produz suas teias de significados e práticas de convivência (Pimentel, 2002).

A experiência do IRPAA se distribui na dimensão educativa da relação entre sociedade e natureza, perfazendo caminhos nunca antes trilhados, é uma prática que gera suas teorias (Pimentel, 2002).

É na cultura local das comunidades rurais do semiárido produzidos os sentidos para a convivência com este contexto: a prática educativa subjacente à experiência do IRPAA constitui-se no sentir-pensar-agir que perfaz o circuito cultural homem-mulher-natureza presente no semiárido; a lógica das transformações na Convivência com o Semiárido está presente na construção dos vínculos sociais que se estabelecem entre sujeitos e contextos e na sustentabilidade do estar-junto que alimenta suas comunhões existenciais; o reconhecimento da legitimidade desses sujeitos na produção e promoção dos saberes apropriados à convivência, constitui as condições de possibilidades para a sua inclusão no debate e na participação política da construção social da vida comum; as distâncias a serem percorridas entre Estado e Comunidade na busca pela convivência não eliminam os paradoxos das relações de poder entre um e outro. No entanto, trabalham no interior destas relações abrindo vasos comunicantes em que Estado e Comunidade dialogam e se complementam, apesar dos seus paradoxos (Pimentel, 2002).

O espaço das relações pedagógicas entre técnicos, técnicas, lavradores e lavradoras é a comunidade rural e a caatinga. O tempo das ações pedagógicas é o tempo da partilha, da espera paciente da troca no encontro e do trânsito dos saberes necessários à convivência. A prática educativa propugnada por esta experiência é, por excelência, exponencial - como diria Álvaro Vieira Pinto (2001) uma vez que o seu único fim é a multiplicação do ensinar/aprender sobre a vida na caatinga, radica-se na transição entre cultura, sendo produto/produtora de cultura na confecção e no diálogo do saber-fazer dos conviventes. Os resultados desta experiência compõem um currículo estranho aos currículos formais presentes nos sistemas oficiais (e

particulares) de ensino, currículo dinâmico e atópico, *mutatis mutandi*, cujo significado e sentido emergem da educação que promove a gestão da vida que nasce, cresce e morre nos ciclos bioantropossociológicos do Semiárido (Pimentel, 2002).

Lições de se escrever com a enxada, de se ler nas paisagens mais próximas, de se multiplicar com os vizinhos, de se dividir com os amigos, de somar com a comunidade, de diminuir na retribuição e na espera pelo algo mais que vem da entrega que cada um faz ao outro quando se percebe inacabado. Lições de convivência cuja forma e conteúdo estão enraizados no contexto vivido (Pimentel, 2002).

Desde a logomarca institucional já acontece o processo de comunicação e educação. O que significam os símbolos: o BODE, espécie comum no sertão, fonte de sobrevivência para o ser humano que vive no bioma caatinga; busca do instituto por conhecimentos para se ter mais êxito com a criação de animais; a ENXADA representa o trabalho manual do pequeno agricultor; divulga as técnicas apropriadas, para colher com bastante margem de segurança, mesmo em anos de chuvas irregulares; a ÁGUA é o tema central; mostra questões concernentes ao clima, o porquê das secas e como ter água o ano todo no clima semiárido.

Importante destacar que em 1992 o Instituto já tinha uma propriedade na zona rural do município de Juazeiro - BA, denominada de Centro Irrigado da Vargem da Cruz, para inclusive experimentar a implementação de uma proposta de agricultura apropriada a região.

Na assembleia de 1992, foi apresentada a primeira proposta de construção de cisternas de cal, onde o IRPAA fornecia o material (cal, cimento, etc.) e a comunidade realizava o trabalho de construção em mutirão, visando a formação da comunidade, atuante, unida, organizada e sólida. Essa primeira experiência foi realizada na comunidade de Praia Nova, e posteriormente expandida em outras comunidades caso tivesse êxito. Neste mesmo ano, já se tinha realizado o curso de formação de lavradores/as, hoje chamado de Escola de Convivência com o Semiárido, anualmente realizado no Centro de Treinamento na Vargem da Cruz - Roça do IRPAA.

Importante destacar a atuação e articulação com a União das Associações de Sobradinho e Arreadores - UASA e com a Escola Família Agrícola de Sobradinho -

EFAS que, naquele momento, já se preocupava em colocar os assuntos do Semiárido no currículo escolar (programa de aulas). A grande dificuldade era o processo de multiplicação dos conhecimentos junto às comunidades, devido a algumas práticas irem de encontro às antigas tradições (queimadas, desmatamentos, cultivo morro abaixo, pequenos monocultivos, etc.).

A presença de Haroldo Schistek²³ também foi muito importante no processo de constituição do IRPAA, ele não era apenas um lutador pela causa da justiça e contra a opressão dos pobres, era um visionário cujas visões se tornaram realidade por causa de seus incansáveis esforços. Austríaco de nascimento, ele trabalhou para Misereor no final dos anos 1970 como encarregado de projetos no Brasil, sendo atraído de volta ao Brasil, onde já havia trabalhado como beneditino. Ele percebeu que o trabalho educacional só não o satisfaria. Por isso, estudou ainda agronomia, deixou a ordem, casou-se e, após o interlúdio nas mesas de Misereor, voltou para o Nordeste do Brasil em 1980.

Naquela época o Nordeste era visto como uma região árida da qual houve um verdadeiro êxodo da população rural, devido a secas devastadoras e à falta de oportunidades de direito. A fim de evitar a fome, especialmente das crianças, as famílias, chamadas de "flageladas pela seca", se mudaram em massa para as cidades, onde ampliaram -se as favelas.

Haroldo passou quatro anos na Diocese de Juazeiro, parte como membro do pessoal da diocese, parte ainda em nome de Misereor, até que em 1984 se tornou um colaborador inteiramente local e estava convencido de que para a sobrevivência, na verdade a convivência com a região semiárida e suas secas recorrentes, é possível se adaptar a forma de agricultura e vida.

Nos primeiros 10 anos nunca tivemos vagas, viajamos pelo SAB sem parar. Sempre cursos para agricultores. As ONGs foram conquistadas pelos próprios lavradores... O primeiro organismo grande que aderiu a proposta da CSA foi a Cáritas Nacional. Assim de baixo, a proposta começou ocupar os espaços políticos até entrar na política pública (Haroldo Schistek, 2021).

Para permitir que as famílias pobres desta região vivam com dignidade, ele dedicou sua vida e criou o trabalho de uma vida. Isso é reconhecível na organização

²³ Em 9 de dezembro de 2021, o ex-operário de Misereor da Alemanha, e ex-presidente do IRPAA, morreu completamente inesperadamente de um ataque cardíaco em Juazeiro - Bahia, aos 79 anos de idade.

IRPAA, a instituição de referência para a "Convivência com o Semiárido", onde ele foi desde colaborador, coordenador, assessor e presidente, ajudando o IRPAA a combinar a pesquisa agropecuária atual com o conhecimento tradicional e as iniciativas de educação popular das comunidades de base da igreja.

A "convivência" foi mais do que um simples conceito, tornou-se um processo e uma agenda política, uma conquista popular que mudou e vem mudando a vida de milhões de pessoas.

Figura 030 – Imagem de Haroldo Schistek.



Terminei meu estudo de agronomia em janeiro de 1980. Para a proposta da Convivência tive a sorte de ter estudado antes teologia. Ao longo destes anos cheguei à conclusão que temos agrônomos demais e que temos filósofos demais. Precisamos de agrônomos com uma visão do mundo atrás das cortinas, que admiram as maravilhas da natureza e precisamos de filósofos que saibam cavar a terra para plantar trigo. Eu tive a sorte de ter vivido nestes dois mundos, o mundo do transcendental, da filosofia que questiona a vida e os porquês das nossas presenças neste planeta. E o mundo dos grãos da terra, do arado e da criação e sua morte para nos alimentar. A tensão entre estes dois mundos me deu a sensibilidade, mas também a visão da realidade prática para analisar os problemas do SAB e chegar a uma conclusão radicalmente contrária do geral das ONGs, Igrejas e Governo: não se trata de combater a seca, mas entender a natureza e esculpir a vida dos humanos conforme às condições pré-existentes ditadas pela natureza (Haroldo Schistek, 2021).

Essa visão de Haroldo, é a base também da convivência com a semiaridez de Guimarães Duque. Além da presença de Haroldo, sendo o primeiro colaborador, o IRPAA é fundado por um grupo composto de animadores sociais, militantes dos movimentos eclesiais de base, religiosos e técnicos da área agrícola. Todos com trajetória e origem em ações populares e comunitárias. Esse é, sem dúvida, um dos diferenciais do Instituto e base do reconhecimento que obteve ainda nos primeiros anos junto à população do Semiárido.

O IRPAA tem como missão: consolidar a Convivência com o Semiárido visando alcançar a plena qualidade de vida, e Visão: viver numa sociedade igualitária, plural, democrática e solidária, com justiça social.

Seus valores e princípios estão ancorados: Espiritualidade; Respeito às diferenças; Valorização da pessoa humana, independente de etnia, credo, gênero ou raça; Liberdade; Participação nas decisões; Fortalecimento da autonomia dos

sujeitos populares; Diálogo entre o saber popular e o científico; Construção coletiva; Gestão compartilhada e transparente; Cuidado com o meio ambiente; Humildade; Ética e Coerência.

A metodologia do trabalho procura se integrar na cultura nordestina e na realidade do Semiárido Brasileiro, onde a teoria e prática formam um conjunto sólido: os conhecimentos são embasados na realidade vivida pelo povo e uma maior compreensão da natureza e suas leis, e novos conhecimentos se aprendem na ação-reflexão-ação.

Figura 031 e 032 – Aplicação dos recursos didáticos na formação dos lavradores/as.



Fonte: IRPAA, (1995).

Os recursos utilizados no trabalho, principalmente nos cursos são: cartazes, cartilhas, slides e vídeos. Os cartazes primeiro foram feitos de cartolina, depois com a opinião dos/das lavradores/as foram melhorados e são passados para o pano, que tem melhor resistência, durabilidade e resiste melhor aos intemperismos físicos. Cada setor/eixo tem suas cartilhas que são feitas com uma linguagem simples e clara, porque se destina aos lavradores/as que irão utiliza-la para repassar os conhecimentos em suas comunidades de origem.

O trabalho desenvolvido pelo IRPAA, a partir das imagens expressas nas cartilhas e nos panos, auxilia-nos a pensar sobre o lugar das artes, em suas mais diversas manifestações culturais, como uma linguagem importante, mas muitas vezes invisibilizada, no âmbito das ações extensionistas. A luz da cultura popular camponesa e da arte, entendida como forma de comunicação, interação e expressão consigo e com os outros, como meio de dar forma a sentimentos e sensações individuais e coletivos, as ações extensionistas podem contribuir com a valorização do local, das culturas locais e de identidades sociais. No entendimento

desta pesquisa, as cartilhas e os panos cumprem têm cumprido com esse propósito (Marinho, 2022).

Aponta três "passos" fundamentais na constituição metodológica da atuação do IRPAA: i) ouvir os/as agricultores/as; ii) conhecer suas realidades e práticas (observar o que eles já fazem, como fazem) e; iii) problematizar tais realidades e práticas. Na compreensão desse sujeito, esses são os constitutivos do processo de construção de conhecimentos e mobilização de mudanças (Marinho, 2022).

Figura 033 e 040 – Material pedagógico produzidos pelo IRPAA.



Fonte: IRPAA, (2022).

Segundo Marinho (2022) é importante apontar que essas cartilhas começaram a ser pensadas e construídas mesmo antes da fundação oficial do IRPAA, a partir de trabalhos realizados nas paróquias de Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes, pertencentes à Diocese de Juazeiro/BA, como indicado na referência a seguir:

Nas formações e encontros nas comunidades tentamos dar um suporte visual às falas através de desenhos no quadro negro, depois em desenho em cartolina ou papel madeira. Os desenhos eram sempre discutidos com o grupo e modificados para melhor compreensão. Porém recebemos a cobrança dos/das participantes que queriam passar os conteúdos nas suas comunidades e só falando, sem o suporte visual, era mais difícil. Após algumas tentativas com os desenhos mimeografados – eu não era muito certo resolvemos imprimi-los, colocando um texto explicativo (IRPAA, 2001a, p. 7).

O que a gente vê? Momento de pedir aos participantes a falarem o que estão vendo na imagem;

O que significa? Momento onde quem facilita a atividade fala sobre o assunto mostrado na imagem;

O que aprendemos com isso? Momento do debate entre os/as participantes e os mediadores do conteúdo debaterem sobre o assunto, pontuando aprendizados e compreensões (IRPAA, 2019, p. 4).

Foi possível constatar que as cartilhas e os panos são parte de um instrumental metodológico do IRPAA e que a utilização destas não se dá no sentido de limitar as discussões e os aprendizados dos conteúdos ou textos ali expostos, mas, sim, para subsidiar e ilustrar as discussões das temáticas abordadas. Destaca-se, nessas, a representatividade nas imagens (nas quais é possível visualizar o povo, a roça, as práticas e as paisagens do Sertão) e a contextualização dos textos e abordagens, que partem não de percepções generalistas, mas, sim, das realidades e da vivência com o "pé no chão" do Sertão (Marinho, 2022).

O IRPAA vem construindo, ao longo de sua trajetória, um referencial metodológico bastante diversificado fundamentado, sobretudo, em quatro pilares: a escuta (ao ouvir os/as agricultores/as), o conhecimento da realidade dos/as agricultores/as e das comunidades (parte da escuta e vai além ao buscar compreender suas motivações, contextos e práticas); a problematização (subsidiada pela "pedagogia da indaga") e a participação (a partir de metodologias participativas e atividades práticas protagonizadas pelos próprios agricultores/as) (Marinho, 2022).

Esse processo de partir de questões problematizadoras, de indagar e questionar os sujeitos participantes sobre suas realidades, práticas e percepções chegou a ser apelidado de "pedagogia da indaga" (Marinho, 2022).

Essa "pedagogia da indaga" pode ser compreendida como uma intenção de superar os processos de invasão cultural, muitas vezes, verificadas nas intervenções de ATER difusionista. Esta pedagogia proporciona a compreensão, por parte dos agentes de ATER, desses outros, os/as agricultores/as como sujeitos reflexivos e pensantes e não como depósitos ou recipientes a serem "enchidos" por aqueles de fora (Marinho, 2022).

A preocupação com os aspectos metodológicos das intervenções acompanha o IRPAA desde sua gênese. Percebe-se que essa emerge das críticas aos modelos de intervenções empreendidos à época por outras instituições e tem inspiração nas práticas das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), na Teologia da Libertação, nos princípios da Educação Popular e nas metodologias de Diagnóstico Rural Participativo (DRP) (Marinho, 2022).

Considera-se que, a opção inicial e permanente da instituição, de primeiro se debruçar sobre a realidade; conhecendo o semiárido, sistematizando as experiências vivenciadas pelos agricultores e agricultoras, para então, a partir disso, elaborar princípios e propostas de intervenções, foi determinante para a ruptura com os modelos de intervenções tutoriais (Marinho, 2022).

A produção de cartilhas pelo IRPAA, já no início dos anos de 1990, representou uma inovação importante para o desenvolvimento dos trabalhos na perspectiva da Convivência com o Semiárido na região, por diversos aspectos, entre os quais estão: a capacidade de sistematização e abordagem das práticas de agricultura e criação animal apropriadas à região, a participação dos/as agricultores/as na elaboração do material, a linguagem simples e objetiva com a qual o texto foi elaborado, a preocupação em representar, a partir das ilustrações, a natureza semiárida, seu povo e trabalho e a orientação de trabalhar as temáticas a partir de uma abordagem problematizadora (o que a gente vê?, o que significa? e o que aprendemos com isso?) (Marinho, 2022).

A necessidade de transposição de algumas das partes das cartilhas (em geral ilustrações) para os panos surgiu como estratégia de lidar com limitações de transporte e custo de impressão, mas os panos acabaram virando uma marca da organização. Atualmente, eles continuam sendo utilizados em diferentes atividades em campo junto a agricultores/as, mas também como elemento simbólico em místicas e outras atividades (Marinho, 2022).

Para além das cartilhas e panos, os técnicos do IRPAA também utilizam metodologias fundadas nos DRPS como a elaboração e problematização de mapeamentos, diagramas, matrizes, entre outras. Acrescentam-se atividades baseadas na concepção metodológica do Campesino a Campesino como os intercâmbios e as caravanas, práticas cada vez mais frequentes nas intervenções da organização por possibilitar a construção de conhecimento entre os agricultores e contribuir para o protagonismo, o reconhecimento e a valorização de sujeitos, grupos e comunidades em interações horizontais, participativas e dialógicas. Destacam-se também as rodas de conversa/aprendizagem/diálogo, as oficinas, as experimentações participativas, os mutirões, o dia de campo, entre outras (Marinho, 2022).

Os aprendizados da luta, a percepção dos direitos e o fortalecimento das organizações sociais dos/as agricultores/as também emergem da atuação da organização, considerando a tomada de autonomia das comunidades diante de suas problemáticas a partir de suas próprias articulações e organizações sociais. Isso evoca uma intervenção fundada na abordagem educativa e participativa da Educação Popular, como prática da liberdade, que alimenta a vocação humana de ser mais (Marinho, 2022).

Desde a primeira ideia-força no surgimento do IRPAA, já se tinha a compreensão de que o Nordeste era a terra prometida aos nordestinos e, por isso, era preciso saber conviver com ele, e a ação institucional nesse período se concentrava nos seguintes Setores: Clima e Água, Criação de Animais, Roça na Caatinga e, a partir de 1995, se cria o setor Mulheres, atuando:

Clima e Água: neste setor se estudava as chuvas do Nordeste, o clima, a irregularidade da chuva e a seca como parte integrante do clima nordestino. Se falava também nas tecnologias de captação de água em cisternas, caxios, etc. e sobre a localização e construção de poços rasos e profundos. O setor representava, naquele momento o embasamento do IRPAA, pois sem água disponível para o ano inteiro, nenhuma atividade produtiva teria êxito.

Criação de Animais: A partir das informações transmitidas sobre clima e água, ficava evidente que o meio de vida para a população rural deve ser predominantemente a criação de animais. Os animais mais apropriados para a maior parte do Nordeste são os caprinos e ovinos. No trabalho com os/as lavradores/as, se

transmitiam os conceitos básicos para a criação de animais bem sucedida: os cuidados sanitários, o manejo, a prevenção para os meses sem chuva ou de estiagens imprevistas em termos de água e alimentação. É a criação de animais de caprinos e ovinos que garante a sustentabilidade do “homem/mulher” na caatinga.

Roça na Caatinga (Agricultura de Sequeiro): A ocorrência de anos com chuvas abundantes seduz muitos a utilizar práticas e plantas que não são adaptadas ao clima nordestino. A fonte principal deve ser a criação de animais que, por sua vez, produzem bastante esterco, que é indispensável no plantio de uma roça em um clima semiárido, nem tanto por sua ação fertilizante, mas pelo fato da matéria orgânica no solo representar uma fonte de água para as plantas. Se transmite ainda tecnologias adaptadas de baixo custo que possam garantir anualmente uma razoável produção agrícola, como plantio em curva de nível, cobertura seca, plantio sem queimada – e ainda o e adaptadas ao clima local, como: sorgo, gergelim, andu..

Mulheres: O sucesso do IRPAA pode ser medido também pelo fato de ter conseguido interessar e engajar os homens no processo de aprendizagem, já que, em muitos trabalhos de base se vê mais presença de mulheres. O homem no Nordeste é responsável pela roça, criação de animais e construção dos reservatórios de água. A mulher, porém, tem funções importantes na família e na comunidade. É ela quem dá a motivação em muitos processos comunitários e, frequentemente, é ela que, em casos de conflitos, mostra mais coragem e determinação que o homem. É também a mulher que mais sofre nas secas catastrófica. Ela carrega a água na cabeça para casa e procura soluções para alimentar a família numerosa. É muitas vezes o trabalho da mulher que faz a família sobreviver: com os ovos das poucas galinhas; com um, dois porcos que ela consegue alimentar; com uma horta minúscula que ela irrigava com uma lata na beira do açude. O trabalho do IRPAA considerava especialmente o papel da mulher no contexto da sobrevivência no Nordeste. Além disso, eram transmitidas informações importantes para a mulher na Caatinga, como criação de animais, prevenção de falta de água, mini horta.

Os primeiros dez anos do IRPAA, o foco foi entender o clima semiárido e desenvolver uma metodologia de trabalho educativo para as comunidades do campo. Formação de equipes de trabalho. Foi tempo de muito estudo sobre os dados oficiais sobre o clima e o solo do Semiárido; sobre a presença humana na região; sobre a cultura e sociedade do Semiárido. Foi tempo de muitas visitas e vivência com as comunidades rurais, compreendendo e conhecendo as estratégias de sobrevivência e as técnicas de captação de água e produção de alimento; foi tempo de conhecer outros semiáridos no mundo e de conhecer outras organizações

sociais e suas metodologias de trabalho popular (José Moacir dos Santos, 2022).

Para o IRPAA naquela época, só se podia esperar uma mudança da mentalidade fatalística em relação ao Nordeste depois que as pessoas entendessem os princípios climáticos e ecológicos e se engajassem a favor de uma tecnologia adaptada ao clima.

“Viver no Sertão é Conviver com ele”.

A questão central no Nordeste, também ratificada pelo IRPAA, era a água. O objetivo era proporcionar à população carente da região semiárida um abastecimento seguro de água, e não a dependência de carros pipas e frentes de serviços.

No período de 16 a 31 de outubro de 1993, o setor Clima e Água, realizou um curso para 39 pessoas (dividido num grupo com sensibilidade aprovada e outro de iniciantes) e começou o trabalho com Hidroestesia (sensibilidade para achar a água no subsolo, embaixo da terra). Para garantir a água durante todo ano, também nos oito meses sem chuva, se apresentavam várias possibilidades. A prioridade era o aproveitamento da água de chuva, que precisa ser captada e armazenada através de cisternas, tanques, barreiros. Além disso, se tinha a possibilidade de usar a água depositada no subsolo e onde há fontes ricas, ainda pouco exploradas.

Figura 041 – Formação sobre Hidroestesia com Maria que assume a partir de 1995.



Fonte: IRPAA, (1997).

Destacava-se os poços rasos entre 30 e 60 metros, que podiam ser cavados manualmente e podem ser alcançados com a força do braço, através de um equipamento simples chamado de "bate-estaca" em subsolo de arenito. Para maiores profundidades e em subsolo rochoso precisa-se empregar maquinário motorizado porque no subsolo de granito (maior parte do Semiárido tem o subsolo de granito) se encontra água em profundidades de 80 a 100 metros somente (rachaduras), enchidas de areia e pedra onde nas fendas a água fica depositada.

No granito é muito importante marcar o ponto exato e perfurar no prumo da fenda para encontrar mesmo a água. A água pode ser de várias qualidades (boa, mas muitas vezes salgada). Rocha de granito tem em grandes partes da Bahia, por exemplo na região de Juazeiro, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte.

No subsolo de arenito a água pode ser retirada através cacimbas e poços perfurados através de bate-estaca. O arenito tem várias camadas que deixa a água passar até encontra a rocha mãe (granito). Aqui água pode ser encontrada numa "bacia" e também pode ser encontrada em pouca ou em grande profundidade (200 metros ou mais), depende de onde tem a camada impermeável. A água é normalmente de boa qualidade. Arenito tem em pequenas partes da Bahia (Cicero Dantas, Barreiras) e na maior parte do Piauí.

Através da Hidroestesia são encontrados os pontos certos para cavar poços rasos e profundos. Portanto, o trabalho tinha como objetivo: procurar lavradores/as, que tenham esta sensibilidade de achar água. Em geral apenas 1% das pessoas tem esse dom. Depois da escolha do pessoal (através de testes dos participantes nos cursos de vários setores da instituição) eles são convidados para os cursos especiais de hidroestesia e em seguida recebem acompanhamento nas comunidades. A instituição também fez as marcações dos poços nas comunidades (porque até aquele momento faltava pessoas que já saibam marcar poços profundos) e o acompanhamento das perfuratrizes.

A Vida no Sertão é Viável!

Com esse foco, se tinha como proposta e entendimento, segundo dados do IRPAA (1990 a 1995): *Toda água no Nordeste vem da Chuva; a quantidade da chuva vai diminuindo do Litoral para o interior do Nordeste; o comportamento da chuva é diferente em cada ano, seja na quantidade, seja na distribuição; as secas grandes voltam em tempos previstos e por isso podemos enfrentá-las; nem por isso*

o Nordeste fica sem solução, ele é viável!; devemos colher e armazenar a água da chuva em caxios, caldeirões, cisternas de tijolos e cal, tanques de ferro-cimento, barragens, açudes, para garantir a água para as famílias e as comunidades; devemos fazer obras maiores como açudes ou poços para providenciar água para as secas grandes; em todo o Nordeste existe água embaixo da terra, que pode ser aproveitada através de poços rasos ou profundos; por pessoas sensíveis podem ser detectadas através da vara adivinhadeira os lugares para poços onde a água é bastante e de boa qualidade; o comportamento irregular da chuva nos leva a confiar mais na criação do que na lavoura; a lavoura sempre fica arriscada, a não ser que escolhamos culturas adaptadas a um clima seco, como sorgo, guandu, mamona, capim búfalo, leucena, etc.; devemos rejeitar a “politicagem da seca” com que os grandes fazem política e enganam o povo; em nossas comunidades, sindicatos e municípios vamos nos engajar por uma “política da água” que sabe conviver com o clima do nordeste e resolve as necessidades do povo; falando do Nordeste, se associa logo a ideia de uma falta d’água quase absoluta; a população indígena do Nordeste, antes da chegada dos portugueses, conseguia uma vida em equilíbrio com a real oferta d’água; a precipitação, mesmo nos “piores anos de seca” seria suficiente para atender homens e animais.

Ainda segundo o IRPAA (1991) não podemos falar, de maneira absoluta, em “seca”; precisa-se guardar esta água para os meses sem chuva; a população rural está aumentando (enquanto a terra disponível diminui), o que cria maior pressão de uso nas fontes d’água existentes; para poder sobreviver, o povo ocupa novas áreas, mais distantes, com fontes d’água precárias; fatores limitantes, p.ex. climático: alta evaporação, podem ser contornados e outros, p.ex. geológico: solos rasos, com rocha longa abaixo da superfície, podem até ser aproveitadas, em favor do armazenamento d’água; deste modo se vê, que a falta d’água no Nordeste, é antes de ser um problema técnico, uma questão: política, sociológica e a falta de adaptação ao clima; em tudo isso, o povo nordestino recebe uma grande força pela experiência do povo de Deus na Bíblia que conseguiu resolver o problema da água num país com uma natureza, clima, criação, lavoura e problemas semelhantes no Nordeste; acreditamos que o Nordeste é uma terra prometida que os nordestinos até agora não conquistaram.

Terra Prometida onde corre leite e mel!

Assim, a ação do IRPAA, em relação à questão do clima e da água era, em primeiro lugar, uma ação educativa, conscientizadora, organizatória em relação ao clima, com seu real potencial d'água, grande em precipitação, mas muito irregular e de grande evaporação. As causas políticas da falta d'água aos bloqueios nas cabeças das pessoas e nas comunidades, de não enxergar a próxima "seca" e ainda em considerar a inexistência de "seca" no Nordeste, em demonstrar o desconhecimento da realidade climática.

Seca existe no Rio Grande do Sul, Paraná, onde num clima normalmente chuvoso, de repente falta chuva. No Nordeste, os períodos de estiagem entre uma chuva e outra são parte integrante do clima. Ao contrário, um "ano bom de chuva" significa uma anormalidade (IRPAA, 1991, p. 01).

Figura 042 e 043 – Processo de formação dos lavradores/as.



Fonte: IRPAA, (2001).

No trabalho com as comunidades existiam dois eixos: o conhecimento teórico, através da conscientização e a educação; e, a preocupação prática, de conhecer a situação real de cada comunidade em relação à água existente e um levantamento sobre as necessidades de água para pessoas e animais.

Estes dois eixos resultaram em efeitos práticos: em ações concretas em torno da água, que deve engajar os órgãos públicos, STR, Igreja, comunidade; em nível comunitário e familiar: mutirões para construção de pequenos reservatórios de água potável; em nível regional, engajando prefeituras e outras entidades maiores para construção de reservatórios que atendem várias comunidades; lutas municipais, direcionadas especialmente ao Governo do Estado e/ou Federal, para construção de barragens, pequenos açudes, estritamente comunitários. Estes níveis de ações

concretas só foram eficientes e duradouras por terem sido assumido integralmente pelo povo (IRPAA, 1991).

A questão técnica de armazenamento de água, há milhares de anos já encontra soluções, como se vê nas regiões áridas e semiáridas do mundo. Também existem propostas novas, umas apropriadas, outras usando tecnologias caras e/ ou complicadas. A tarefa do IRPAA foi a seleção e descoberta, junto ao povo, daquelas tecnologias que se adaptassem melhor a cada região, e que pudessem ser realizadas pelo povo, utilizando os recursos disponíveis (IRPAA, 1991).

Em determinados momentos é perceptível o foco do Instituto no trabalho com o tema da água, no aprofundamento do clima, em busca de respostas apropriadas as necessidades das pessoas em cada período histórico. Porém, é fato que o IRPAA conseguiu desenvolver uma proposta de mobilização social e um projeto político popular, quando questiona o paradigma vigente a partir da atuação do Estado brasileiro e apresenta a Convivência com o Semiárido em contraponto ao modelo vigente.

Em síntese, o IRPAA percorreu quatro fases, conforme Quadro nº 04, com relevantes contribuições extrapolando sua área de atuação.

Quadro 04 – Fases de atuação do IRPAA.

| FASE | FOCO | DESTAQUES |
|--|--|---|
| 1ª 1990 - 1999 | - Conhecer e divulgar o Semiárido; - Elaborar a proposta de Convivência com o Semiárido. | - Construir uma visão positiva do Semiárido; - Região Nordeste; - Combate à Seca; - Ação em rede: Mutirão Nordeste. |
| 2ª 2000 - 2009 | - Experimentação da proposta; - Implementar a Convivência com o Semiárido. | - Projetos pilotos; - Parcerias nacionais e internacionais; - ASA com foco na tecnologia; - Ação em rede: RESAB, ASA, RSNS... |
| 3ª 2010 - 2019 | - Sistematização das experiências; - Consolidar a Convivência com o Semiárido. | - Incidência política; - Políticas públicas; - Agroecologia enquanto ciência e movimento; - Atuação em redes, fóruns, conselhos e comitês. |
| 4ª 2020 - Atual | - Criação de novas tecnologias e conhecimentos; - Defender e retomar a Convivência com o Semiárido. | - Retrocessos, perdas de direitos (instabilidade); - Retomada do Combate à Seca; - Inovação frente as novas conjunturas climáticas e social; - Política Nacional de Convivência com o Semiárido. |

4.4 A PRIMEIRA DÉCADA DE ATUAÇÃO DO IRPAA (1990 a 1999) – CONHECER O SEMIÁRIDO



O processo de constituição do IRPAA se dá no contato com as comunidades rurais, em sua maioria desassistidas pelo Estado, em que se tinha, naquela época, um trabalho pastoral muito forte que ajudou na projeção da ação do Instituto nessa região.

Num tempo histórico de transições, ainda sem o devido aparato do Estado, o processo de redemocratização do país acenava para possibilidades e efetivação de direitos historicamente negados à população. Em seus primeiros dez anos, o IRPAA, imerso na realidade e nas comunidades, forja um processo metodológico assentado nos anseios e aspirações da classe trabalhadora, sendo nutrido pelo processo de redemocratização do país e subsidiado pelo apoio da cooperação internacional.

Figura 044 – Presença do Bispo na vida das comunidades e apoio aos trabalhadores/as.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (1990).

Um trecho da carta de Dom José Rodrigues que em 17/04/1990 disse que: “*essa entidade que começa hoje humildemente pode ser importante e decisiva para essa região*”. Essa seria a grande profecia sobre o IRPAA.

Os cursos para agricultores em Pilão Arcado começaram alguns anos antes da fundação do Irpaa. A solicitação de Pe. Guilherme era ensinar como defender a plantas contra insetos, sem uso de produtos químicos, agrotóxicos. Na medida que os dias de cada encontro avançaram, percebemos que a turma não possuía as noções mais básicas sobre o funcionamento da natureza, os mecanismos da natureza. Como explicar o porquê do ataque por lagarta no milho, se não consegue logicamente fundamentar que o milho é uma planta exótica, bom para outro regime de chuva, diferente do SAB. Não sabiam a origem da chuva, não sabiam o que é SAB, achavam que a seca é uma catástrofe, etc. Assim, estou dando neste instante até risada, pois eu no quadro na frente, a cada instante, tinha que parar, para explicar (tentar) porque a lagarta ataca, que a planta murcha é sinal de planta fraca, que precisa ser eliminada, assim as leis da natureza. Desta forma foram construídos os cursos, inventadas à partir da prática, do empírico. E bem mais tarde as cartilhas (Haroldo Schistek, 2021).

Tudo começou fortemente na paróquia de Pilão Arcado. Haroldo Schistek termina o curso de Agronomia pela Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco - FAMESF em 1979 e começa a trabalhar na Diocese de Juazeiro. O Padre de Pilão Arcado, Pe. Guilherme Mayer, o convida para discutir com agricultores cursos sobre manejo de insetos na agricultura. Porém, Haroldo reflete que divulgar esse tipo de conhecimento aumenta a pressão sobre a Caatinga. Nas formações em Pilão Arcado foi identificado que é preciso dialogar sobre o funcionamento da natureza, onde não se tinha o conhecimento sobre a chuva, sobre sua origem. Haroldo trouxe que prevalecia a ideia de tecnologia como resposta aos problemas sociais sem levar em consideração a construção do conhecimento popular. É um processo de transferência que era bastante praticado pela Embrapa Semiárido²⁴ e por financiadores internacionais que formavam pessoas para a divulgar tecnologia.

Na sua reflexão, para se usar uma tecnologia, é preciso compreender o mundo, o local onde se aplicará. O debate de que se passa somente pela tecnologia, em diversos locais do mundo, era o processo de divulgação e não a construção do conhecimento capaz de mudar de fato a vida da população. A partir deste conhecimento é que era possível que as famílias tivessem autonomia para a resolução dos problemas conforme suas necessidades.

Neste sentido, houve a necessidade de reconhecer o Semiárido. A missão para os dez primeiros anos foi divulgar que existia uma região Semiárida no Brasil, que

²⁴ A Embrapa Semiárido é uma Unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA. Está localizada na cidade de Petrolina (PE), com atuação voltada para a sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola no Semiárido brasileiro, nas áreas de agropecuária dependente de chuva, agricultura irrigada e recursos naturais. Criada em 10 de março de 1975, em Petrolina-PE, a Embrapa Semiárido vem executando, ao longo de sua história, um amplo programa de pesquisa e inovação para o desenvolvimento sustentável das áreas semiáridas do Brasil. A região abrange 12% do território nacional e engloba municípios em todos os estados do Nordeste, parte de Minas Gerais e Espírito Santo (Embrapa, 2022).

era diferente do Nordeste. Há relatos de discussões com a igreja sobre a compreensão dos efeitos naturais e os castigos divinos. Tudo isso mostrava que a região é específica e precisava-se conhecer para se pensar as tecnologias e suas aplicações, após um processo amplo de construção de conhecimentos.

A primeira década ela é marcada por essa disputa de paradigma, a gente começa a firmar junto às comunidades, a partir dessa ação conjunta, vivenciando com as comunidades, observando a natureza do semiárido, estudando o clima do semiárido, estudando todo o ecossistema do semiárido que ainda não existia enquanto semiárido eu preciso de marcar isso sempre ainda era a região das secas, conhecido ali na primeira década ainda era a região do Polímero das Secas. E que o problema dessa região não era falta de água, não era a seca em si, que a seca é algo do ambiente dessa região. É algo que faz parte desse ambiente. Períodos de seca e períodos de chuvas. E, todo ano tinha chuva nessa região. Apesar de que tenha períodos de longas estiagens. A primeira década ela foi marcada por enfrentamento de paradigmas. O IRPAA ajudando a olhar o semiárido por uma outra lupa. Olhar o seminário numa outra numa outra perspectiva, levantando informações, argumentos, levantando subsídios para confrontar o paradigma do combate à seca e da indústria da seca e ali a gente falava bem no início que era possível conviver com a seca. A convivência no semiárido ela aparece mais à frente na nossa história. Porque como que marcou a gente foi a seca, a história da indústria da seca. E romper com a lógica do combate à seca. Como a seca é algo da natureza, é possível conviver com ela (Cícero Felix dos Santos, 2022).

O Combate à seca era a proposta vigente na região. Porém, a disputa de ideias era de que não se combate um efeito natural – as secas eram previsíveis. Existia fortemente com atuação institucional do IRPAA um contraponto entre a Convivência com o Semiárido e o Combate à Seca, e a tecnologia e conhecimento.

Para Haroldo, somente com o conhecimento é possível construir uma proposta política. Essa movimentação em 1990 contribuiu para a fundação do IRPAA e seu trabalho ao longo dos primeiros dez anos.

Figura 045 – Formação com camponeses em Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (1991).

Em Pilão Arcado (BA), conforme Figura nº 045 na Casa da Roça da Paróquia, durante os dias 15 e 18 de julho de 1991, aconteceu o 2º Encontro da Busca da Água na Caatinga. O encontro foi coordenado por Haroldo Schistek e João Gnadlinger, ambos do IRPAA, contando com a colaboração de Cicero Félix dos Santos, estagiário da Escola Agrotécnica de Juazeiro, BA.

No fragmento do Relatório do 2º Encontro (ver anexo), é possível compreender a importância do processo de formação da classe trabalhadora para emancipação das pessoas sobre o entendimento dessa região, construindo suas possibilidades, apesar das dificuldades. A metodologia da atividade contava com vários recursos, sempre pensados a partir da realidade das lideranças comunitárias, muitos sem estudos e com baixo nível de concentração.

Em Campo Alegre de Lourdes - BA, esses processos de formação aconteceu no Centro Comunitário da Paróquia, durante os dias 22 e 25 de julho de 1991, realizou-se o 1º Encontro da Busca da Água na Caatinga. O encontro foi coordenado por Haroldo Schistek e João Gnadlinger, com participação de Cícero, conforme descrição do relatório em anexo.

Retornando a Pilão Arcado - BA, na Casa da Roça da Paróquia, durante os dias 20 a 24 de julho de 1992, aconteceu o 3º Encontro da Busca da Água no Sertão (relatório da atividade em anexo).

Esses dois municípios foram de fundamental importância para elaboração da proposta de Convivência com o Semiárido, ainda no início dos anos 1990.

Na Assembleia de 1993, já sinalizavam os sócios que o trabalho desenvolvido pelo IRPAA tinha uma grande abrangência e alcance, citando como exemplo os municípios de Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes, onde os agricultores já comprovavam, na prática, que os ensinamentos da CSA fizeram com que a vida ficasse bem melhor, quando uniram o criatório ao plantio em suas roças, sendo o grande divisor de águas esse reconhecimento de que o Instituto estava no caminho certo quando consegue formular tecnicamente o que os agricultores do Nordeste, em especial do Semiárido, precisavam naquele momento para permanecer no campo de forma digna.

Nesta mesma assembleia, se colocou o desejo de criar no IRPAA uma escola rural para meninos abandonados de rua. Era muito forte o trabalho da Diocese, de freiras, de Haroldo e sua esposa, em bairros periféricos de Juazeiro - BA, como o

bairro Tabuleiro, encontrando fortemente uma situação de calamidade, sem acessos a saúde, educação, com prostituição, assassinatos... Fruto desse anseio surge a Republica de Estudantes na Vargem da Cruz – roça do IRPAA, conforme figuras a seguir de jovens residentes de diversas regiões do Semiárido.

Figura 046 e 047 – Estudantes da Republica e Colaboradores do IRPAA no ano 2007.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (2007).

Já em 1995, a república de estudantes contava com dezoito jovens, recebendo uma bolsa de estudo de meio salário mínimo, financiado por um grupo da Alemanha, e ali já se começava as construções das casas para os estudantes. *“o trabalho com esses jovens tem objetivo que no futuro possamos ter técnicos de cabeças renovadas para desenvolverem os trabalhos em prol dos agricultores”*.

Foi em 1993 que o IRPAA começou a refletir sobre a importância de prestar assistência técnica para aproveitamento da área de sequeiro, já que naquele momento a Codevasf desenvolvia projetos para as áreas irrigadas. Conforme relato de Dom Mário Zanneta *“seria interessante que o IRPAA se preocupasse em incluir em seu programa um atendimento mais perto aos relocados pela barragem de Itaparica, para ajudar cultivar suas áreas de sequeiros”*. Além disso, era importante que se dedicassem à criação de minhocas, construção de biodigestores e aproveitamento do lixo urbano.

Em 1995, sócios do Instituto e lideranças comunitárias colocam novamente em assembleia a necessidade de que as associações têm de receber assistência técnica para fazer projetos, pois a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA²⁵ não estava conseguindo prestar esses serviços aos agricultores devido ao

²⁵ A Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA, foi constituída em 1991, incorporando as atividades de pesquisa até então desempenhadas pela Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia - EPABA e as ações

sucateamento na época, sendo uma possibilidade de atuação para o IRPAA, a CPT. *“Também é importante que os agricultores pressionem os técnicos da EBDA, pois os mesmos estão ociosos e é dever deles desenvolver esse trabalho”*.

Foi lembrado em diversas conversas com Haroldo que, em Pilão Arcado, durante uma atividade, o governo da época fazia a distribuição de feijão duro para as famílias. Também existia o trabalho por comida estimulado pela Igreja. Ou seja, do ponto de vista político, era um momento marcado por ações assistencialistas, clientelistas e alienadoras. Nesse período, toda comercialização dos trabalhadores era feita *in natura*, sem nenhum tipo de agregação de valor e muita dependência do mercado externo, por limitações em produzir na própria propriedade sem auxílio do poder público da época.

Figura 048 e 049 – Comercialização em feiras livres, uma prática comum na região.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (1998).

Em 1993, Haroldo na condição de coordenador geral do IRPAA sugere a assembleia uma justa homenagem ao Padre Guilherme Mayer, sendo ele um dos primeiros idealizadores da criação do Instituto e implementação da proposta de Convivência com o Semiárido, sempre dando apoio aos trabalhos junto aos agricultores da Paróquia de Pilão Arcado. Na carta de homenagem cita: *“foi através de seu incentivo que começou o trabalho na paróquia, você mostrou a importância da ação pedagógica junto ao povo em relação a Convivência com o Semiárido e ajudou sempre na organização e viabilização dos trabalhos”*, sendo então concebido como um membro de honra do IRPAA.

Cicero Felix dos Santos afirma que realmente, nos primeiros dez anos, a estratégia era divulgar a Convivência com o Semiárido, onde se viaja todo o Semiárido, desde o norte de Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Norte, entre outros, falando sobre a possibilidade de trabalho nessa perspectiva.

O pilar do trabalho como marco histórico é que o IRPAA surge numa intencionalidade de acabar com o paradigma do combate à seca, destruindo a perspectiva da indústria da seca, sendo uma opção consciente da equipe, da reflexão sobre tecnologia e da produção de conhecimento, recusando-se a participar de espaços com os governos no primeiro momento, afirmando o compromisso de estar do lado dos trabalhadores e comunidades para construir o conhecimento. Nessa medida, o IRPAA também aponta qual a perspectiva a ser construída nesse processo sendo ela a da Convivência com o Semiárido.

Então eu diria que esses primeiros dez anos foi o grande desafio foi fazer esse enfrentamento de paradigmas e o grande avanço foi conseguir nesses dez anos difundir, espalhar e divulgar nos vários cantos dessa região conhecida como Polímero das Secas, essa boa nova: Que era possível conviver com essa região. Apesar das secas. Que é possível desenvolver, tinha tecnologias já inclusive trabalhada nessa perspectiva, mas as tecnologias elas estavam isoladas em alguns lugares... tecnologias de garantir estoque e gestão de água de chuva, tecnologias pra melhorar o manejo dos solos, tecnologias pra melhorar a produção, tecnologia pra beneficiar a produção, pra garantir melhores condições de oferta de água, de alimentos pra populações. Enfim, então existia possibilidades reais. A gente identificava isso por onde a gente andava. Já existiam outras entidades, PATAC na Paraíba, o MOC na Bahia, etc., outras experiências muito focadas no aspecto mais tecnológico (Cícero Felix dos Santos, 2022).

O trabalho vai ganhando força, outras organizações sociais vão aderindo à proposta, conforme constatado no Relatório do II Encontro “Água no Semiárido Brasileiro”, realizado no período de 13 a 15 de abril de 1993, através da Articulação Regional em torno do tema “Água” que foi iniciado com a apresentação das experiências, a saber:

CAA – CENTRO DE ASSESSORIA DO ASSURUÁ- BA: O trabalho abrange 11 comunidades no município de Gentio do Ouro, nas áreas de: Educação popular, Organização popular, Agroecologia e Ação Cultural. Os planos futuros são: Levantamento dos recursos e problemas com a água em todos os povoados; Construção de novos tanques com o uso de tecnologia de placas; Difusão da tecnologia através de cursos e treinamentos na região.

CENTRU CENTRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO TRABALHADOR RURAL-PE: O trabalho abrange 4 municípios na região do Pajeú em comunidades. Foram construídos/realizados COM o apoio financeiro da OXFAM: 05 poços amazonas; 03 barragens de pedra; 01 barragem subterrânea: 01 caixa de águas; Limpeza em dois açudes. O apoio financeiro, de caráter emergencial, consistiu no pagamento de diárias reduzidas para as pessoas das comunidades envolvidas, destinado ao custeamento das despesas de alimentação dessas pessoas. Além dessas construções, o trabalho compreendeu assistência técnica e apoio financeiro aos criadores de caprinos. Para estimular a multiplicação futura desses projetos, há um trabalho de conscientização discussão nas comunidades, incentivando-as a encaminharem as reivindicações ao poder público local.

CEPFS - CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E FORMAÇÃO SINDICAL-PB: A partir da preocupação com a poluição dos rios foi feito um trabalho de conscientização com alunos e moradores de bairro periférico de Caicó. O trabalho teve como resultado prático a instalação de um sistema de reciclagem de esgotos e o aproveitamento da água reciclada para fins de irrigação de fruteiras e hortas.

CEFAS - CENTRO EDUCACIONAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS-PI: O trabalho se desenvolve nos Estados de Piauí e Maranhão, com um programa amplo de apoio aos pequenos produtores em diversas áreas com o objetivo de melhorar suas condições de vida. Existe um trabalho com hortas comunitárias individuais e em dois assentamentos de reforma agrária. Para realizar estes trabalhos foram construídas duas barragens de pedra com rodas de águas e adutoras para o transporte da água até as áreas de irrigação. A partir da articulação com o Programa Água do CAATINGA foram construídas duas cisternas com a tecnologia de placas, 01 de 15.000 litros e outra de 30.000 litros, financiadas com recursos externos. A mão-de-obra utilizada na construção das referidas cisternas foi das comunidades envolvidas. Será desenvolvido um trabalho relacionado com a qualidade da água pelo setor de saúde do CEFAS. Há uma demanda, já apresentada, para construção de mais 20 cisternas na região. Será feito um trabalho de conscientização para pressionar o poder público local para entender as reivindicações dos produtores em relação à água.

ITEP - INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO: O ITEP está realizando uma pesquisa sobre as qualidades físico-químicas e bacteriológicas da água coletada nos barreiros da região do Araripe. Até agora a pesquisa chegou aos seguintes resultados: - Características físico-químicas: Quanto à decantação: Com gesso: inadequado, pois apresenta uma concentração de SO_4 acima dos 400mg por litro; Com cimento: inadequado, pois apresenta uma elevação do PH acima dos 8,5 permitidos pela Portaria no. 36 do Ministério da Saúde. Quanto à filtragem: Filtro rústico (modelo usado pelo CAATINGA): ineficiente, pois apresentou aumento de turbidez, sais minerais e cor. Filtro de velas: ineficiente, pois não resulta em melhoria substancial. - Características bacteriológicas: A presença de agentes patogênicos indica condições higiênic-sanitárias insatisfatórias. A partir desses resultados o ITEP iniciou a pesquisa sulfato de alumínio, pelo fato de apresentar baixo custo, eficiência comprovada, ser disponível no mercado e de fácil manejo e aplicação. Nos testes estão sendo analisados os seguintes parâmetros: Dosagem; Tempo de agitação; Tempo de decantação; O procedimento após a conclusão destas pesquisas será o seguinte: Apresentação dos resultados a institutos de pesquisas que desenvolvem trabalhos relacionados com alimentação para apreciação. Divulgação dos resultados e das apreciações pelos meios de comunicação e materiais impressos; Colocação do sulfato de alumínio à disposição dos consumidores através de Cooperativas e/ou do comércio local.

FUNDAÇÃO RURAL DE MILAGRES/SACTES-CE: Trabalha-se aos com técnica 10 associações prestando assistência técnica aos agricultores nas áreas de irrigação. A irrigação se desenvolve a partir de açudes, cacimbas e nascentes através de bombas de uso comunitário. As principais culturas são: milho, arroz e feijão. A irrigação é feita tradicionalmente através de sulcos. A Fundação está iniciando um trabalho com fruticultura.

CEPAVA - CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR VALENÇA-PI: A partir da articulação com o Programa Água do CAATINGA foram construídas 02 cisternas de 25.000 litros empregando-se a tecnologia de placas. As construções foram financiadas com recursos externos, feitas em mutirão e são de uso comunitário.

GARRA - GRUPO DE APOIO E DE RESISTÊNCIA RURAL E AMBIENTAL-BA: O GARRA desenvolve atividades nas áreas de agricultura e ecologia, administrando cursos para pequenos agricultores, dando assistência técnica a 04 áreas de geração e difusão de tecnologias alternativas e a 10 pequenos produtores. Em relação à água o GARRA presta assistência técnica a projetos comunitários de irrigação. Participa da Comissão Regional que estuda e discute com a população os projetos de irrigação apresentados no PLANVASF (Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco).

CAATINGA - CENTRO DE ACESSORIA E APOIO AOS TRABALHADORES E INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS ALTERNATIVA: O trabalho do CAATINGA com o tema água foi iniciado em 1987. O Programa Água ganhou impulso a partir de 1992. O Programa água se divide em: Pesquisa - Onde são estudadas novas propostas tecnológicas e sistemas de tratamento e manejo de água; Capacitação - Formação técnicos agricultores de cursos, treinamentos, acompanhamentos através visitas técnicas; Difusão - Divulgação de material técnico através de cartilhas, vídeos, jornais, revistas, audiovisuais, etc. Implantação de Projetos - Elaboração aplicação de projetos específicos da instituição ou em cooperação com outras instituições; Articulação em torno do Tema Água - Participação animação do trabalho de troca de informações entre as entidades. Fazem parte das tecnologias trabalhadas no Programa Águas: Barreiro Trincheira - É um barreiro estreito e profundo, com tanques escavados na pedra. Está sendo preparada uma cartilha e um audiovisual para sua divulgação; Cisterna de Placas - É feita com placas pré-moldadas de cimento, construídas pelos agricultores na propriedade; Manejo de Pequenas Barragens - É o aproveitamento racional da água para uso doméstico e animal, pequena irrigação e produção de forragens. O Programa Água tem usado como estratégia: Cursos e Treinamentos - Feitos com as pessoas mais interessadas de uma área. Abordam um tema específico. Grupos de Trabalho - São formados por, no máximo 5 pessoas, no sistema de troca de serviço. Fundo Rotativo - Alguns agricultores recebem uma ajuda para ser paga em cinco anos. Foi repassada na feira e ferramentas. A ideia é que cada proposta técnica tenha número razoável adoções para que sirva de demonstração para a colocação em de programas de governo.

AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS DA ARTICULAÇÃO ÁGUA: Pontos Positivos: Intercâmbio de informações e conhecimentos técnicos (cisternas de placas e barreiro trincheira); Capacitação e treinamentos nessas tecnologias; Despertou muitas entidades para a questão da água, levando-os reformularem projetos e programas; Conquista de espaços dentro de órgãos públicos como: SUDENE, Secretaria de Irrigação; Pontos Negativos: Falta de comunicação na articulação; Pouquíssima resposta as correspondências enviadas pelo CAATINGA; Muitas desistências não comunicadas; Falta de um maior equilíbrio entre a questão tecnológica política; Centralização no CAATINGA criando dependência.

DEFINIÇÃO DO CARÁTER DA ARTICULAÇÃO: Após prolongada discussão, chegou-se à conclusão que o objetivo da articulação é instrumentalizar as entidades na busca de soluções na questão da água. A questão da viabilização deverá ser discutida e encaminhada nos fóruns políticos a nível municipal, estadual e regional (por exemplo: Fórum Seca do Estado de Pernambuco).

OUTRAS PROPOSTAS DE AÇÃO: Elaborar um inventário com todas as tecnologias conhecidas na questão da água; definir os pontos de intervenção em todos os aspectos de manejo da água; conhecer e relacionar as políticas públicas referentes a questão da água; incrementar a discussão sobre a questão da água a nível de cada microrregião com a colaboração de entidades ligadas à articulação água; Realização de seminários regionais e estaduais sobre questão da água.

ENCAMINHAMENTOS: - Boletim: O boletim terá o objetivo central de manter as entidades da articulação informadas sobre as atividades de cada entidade referentes à questão da água; Terá uma tiragem de 50 exemplares: O prazo para apresentação de matérias será até o dia 15 de junho/93; AS-PTA Regional NE ficará responsável pela edição e distribuição do boletim, sendo que os custos serão rateados pelas entidades da articulação. - Próxima Reunião: Local: CEFAS - Floriano-PI, data proposta - 06 e 07 de julho de 1993, pauta: Agenda de trabalho para cada tema; Compatibilização das agendas; Definição de uma agenda global de trabalho para os próximos 2 anos; Reavaliação do boletim. OBS.: Nesta reunião cada entidade responsável por um tema deverá apresentar uma agenda de trabalho, com programas de atividades e propostas de datas.

As despesas da reunião (alimentação/hospedagem) serão divididas entre as entidades participantes. (Relatório do II Encontro "Água no Semiárido Brasileiro, 1993, p. 01 a 05).

O IRPAA resume bem a forma considerada ideal para minimizar a falta de água no sertão. O instituto prega que uma comunidade sertaneja enfrentará com sucesso as piores estiagens. Basta, segundo o Instituto, garantir a água da família (cisternas), a água da comunidade e animais (lagos, pequenos açudes, barreiros), e água da emergência (poços artesianos, profundos e amazonas).

Os agricultores gostaram e começaram espalhar a notícia. Assim recebemos um dia um convite da Diocese de Bonfim, para administrar cursos deste tipo lá. Os convites se seguiram de outros lugares. Porém, do lado de ONGs estabelecidas só colhemos críticas e rejeição. Estas ONGs estavam no nível da ajuda para desenvolvimento realizado pelo 1º mundo: transferência de tecnologias. Cada país tinha um órgão, pois, pensavam que o atraso subdesenvolvimento é devido à falta de tecnologias. A EMBRAPA teve esta proposta, a ONG Caatinga tinha isto na sua sigla, Patac, etc. Para estas entidades a proposta do Irpaa, levar ao povo o que é o Semiárido, fazer formação, significava nada mais do que um afronto (Haroldo Schistek, 2021).

Como resultado do trabalho do IRPAA, os agricultores conseguiram, por meio de leis municipais, a inclusão de verbas fixas do orçamento dos municípios de Curaçá e Remanso para a construção de cisternas. Em Remanso, 3% do orçamento municipal é repassado à diocese local para a construção de cisternas. Em Curaçá, 1% do orçamento municipal é destinado a este tipo de armazenamento de água de chuva para o consumo humano.

Além de destinar 1% do orçamento municipal de R\$ 250 mil mensais para a construção de cisternas, o prefeito de Curaçá, Salvador Lopes Gonçalves (PSDB), em 1996, treinou os 180 professores do município com as cartilhas do IRPAA, uma forma, segundo ele, de inserir as técnicas da convivência com a seca. O município foi um laboratório na implementação da Educação para Convivência com o Semiárido.

Fruto desse trabalho, em 1996 o Instituto começa uma parceria com o Unicef de Recife, que já via a possibilidade de criar uma outra escola na região no ritmo das Escolas Famílias Agrícolas - EFA. Importante destacar que desde a fundação da EFA de Sobradinho²⁶, o IRPAA já apoiava pedagogicamente e nos processos de formação de professores, e também através da União das Associações de Sobradinho e Arredores - UASA.

²⁶ A Escola Família Agrícola de Sobradinho - EFAS, surge em 1990, através da União das Associações de Sobradinho e Arredores - UASA. Em 1994 passa a gestão para Associação Comunitária Mantenedora da Escola Família Agrícola de Sobradinho - AMEFAS.

O Unicef, o IRPAA, a Fundação Abrinq, o Ministério da Educação e Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Juazeiro fizeram a primeira cartilha a ser utilizada na rede pública, na qual valoriza o trabalho de Convivência com a região. Os elaboradores buscaram exemplos populares locais, dos folclores aos ditos populares, que foram utilizados didaticamente nas cartilhas.

Em Campo Alegre de Lourdes - Bahia, município localizado na divisa da Bahia com o Piauí, é o local do sertão nordestino onde mais se construiu cisternas na época. Foram 1.650 cisternas de placa construídas beneficiando 8.250 moradores dos 27 mil habitantes. Dessas 1.241 foram implantadas pelo Sindicato dos Produtores Rurais em parceria com a Diocese, IRPAA e com recursos de doações internacionais, sobre forte articulação do padre Bernardo Hanke.

As cisternas instaladas em Campo Alegre de Lourdes acumulavam 24.750.000 litros de água, volume que seria transportado por 3.536 carros-pipa. Isso representa uma economia anual de R\$ 247,5 mil aos beneficiados, já que cada carro pipa na região custava R\$ 70,00. Naquela época para praticamente extinguir os carros-pipa, o município precisaria construir mais 2.500 cisternas.

As cisternas eram construídas no município desde 1993, quando a Oxfam, entidade inglesa que tem sede em Recife-PE, destinou recursos a fundo perdido para a construção das 100 primeiras cisternas.

O município era um exemplo de que as cisternas proporcionam melhores condições de vida a seus proprietários mesmo em anos de grande seca. Na época, a organização dos produtores rurais faz com que todo financiamento para investimento em propriedades através do Banco do Nordeste, por exemplo, seja acompanhado de um valor que se destina à construção de cisterna.

“Conseguimos apagar a imagem de que a seca é castigo de Deus e mostra ao governo, mesmo que em proporção reduzida, que com pequenos investimentos podemos melhorar as condições de vida de nossa gente”, conclui o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Campo Alegre de Lourdes, Armínio de Deus Braga, 39 anos, ano.

Assim como trabalham as ONGs, o Sindicato de Campo Alegre de Lourdes criou seu próprio fundo rotativo. Cada família que recebe uma cisterna se compromete a reembolsar o sindicato, que volta a construir nova cisterna para outro agricultor. Os novos beneficiários eram escolhidos por sorteio.

É impossível basear a independência financeira dos pequenos produtores rurais apenas na agricultura. É necessário um consórcio de atividades adequadas ao clima e solo sertanejos para agregar renda e segurança.

Numa perspectiva mais ampla, surge a introdução do conceito de desenvolvimento sustentável, e no sertão nasceu do resultado matemático e negativo de que os conhecimentos tradicionais em frentes de trabalho, distribuição de alimentos e de água via carros-pipa, representam um desperdício de recursos públicos. Apesar de altos, esses investimentos evaporam sem deixar uma opção de renda e de cidadania para os sertanejos. Organizações Não Governamentais - ONGs criavam “núcleos de desenvolvimento” no Sertão, um trabalho financiado pela cooperação internacional.

O trabalho que o IRPAA, enquanto ONG, vinha realizando no interior do Semiárido brasileiro indica que investimentos de baixo custo em tecnologias apropriadas, construção de conhecimento e com a organização comunitária era possível dar o esperado salto na qualidade de vida dos sertanejos.

Figura 050 – Formação de Multiplicadores/as da CSA.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (1997).

Essas instituições denominadas de ONG, a exemplo do IRPAA, difundem e apropriam tecnologias desenvolvidas nas próprias instituições, na Embrapa Semiárido e universidades da região, especialmente na experimentação junto aos próprios agricultores e lavradores. O resultado da transferência de conhecimento já

era sentido por milhares de sertanejos de vários Estados nordestinos, localidades onde a mortalidade infantil foi reduzida pelo fato de as famílias beberem água potável, por exemplo.

As tecnologias apropriadas e sociais mais difundidas pelo IRPAA são a construção de cisternas (captação de água da chuva) para se obter água para o consumo humano, barragens subterrâneas para irrigação de áreas de agricultura familiar e a construção de poços amazonas (rasos). Também apoiava com financiamento a compra de cabras, ovelhas e apiários, por exemplo, uma fórmula que tem o objetivo de agregar renda às famílias.

Figura 051 – Noticiário da época sobre o trabalho do IRPAA.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (1994).

As cisternas já mostravam que era possível o sertanejo deixar de consumir água barreta e infectada durante todo o ano, inclusive no período de maior estiagem. As cisternas de placas chegam às comunidades rurais em regiões do semiárido onde a água do Rio São Francisco nunca chegou, apesar da proximidade.

O trabalho que o IRPAA desenvolvia no sertão nordestino com comunidades organizadas em grupos informais, sindicatos, associações e cooperativas de pequenos proprietários de terra apagam aquela imagem de que na região nada se cria, que seus milhões de habitantes não chegarão nunca a ter uma vida com qualidade, renda e cidadania. Com a utilização, divulgação e adequação de tecnologias e conhecimentos se criaram "ilhas de prosperidade²⁷" no sertão de vários Estados, projetos baseados na organização comunitária.

Figura 052 – Mesa de abertura do Simpósio.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (1997).

Sete anos depois já era possível verificar a expansão dos preceitos da Convivência com o Semiárido, com a realização do I Simpósio sobre Captação de Água da Chuva no Semiárido Brasileiro, em parceria com a Embrapa Semiárido. Um outro aspecto marcante nesse período foi a realização da 9ª Conferência Internacional sobre o Sistema de Captação de Água da Chuva, que aconteceu de 6 a 9 de julho de 1999, em Petrolina (PE), onde se discutiu fórmulas baratas e apropriadas de convivência do “homem” sertanejo com o semiárido, recebendo especialistas de 30 países. A ideia dos organizadores do evento era promover a

²⁷ Esse termo foi usado por um jornalista da época.

troca de experiências realizadas com o apoio governamental em outros países e por ONGs do interior do Brasil. O principal objetivo da conferência foi mostrar que o sertão nordestino pode oferecer uma qualidade de vida superior aos seus milhões de habitantes, bastando apenas aplicar tecnologia apropriada de “convivência do homem com o semiárido”.

Um outro objetivo foi a criação da Associação Brasileira de Captação de Água de Chuva - ABCMAC, que tinha como primeira missão elaborar um Plano de Água para o Semiárido do Nordeste. O Brasil, apesar de ter o semiárido mais populoso do planeta, ainda caminhava a passos lentos no que se refere à utilização de água de chuva para o consumo humano e agricultura.

A utilização da água de chuva já era um sucesso no sertão, mas ainda estava restrita a atuação de ONGs, que criam “ilhas de prosperidade” no semiárido com o aproveitamento da água da chuva. A intervenção dessas ONGs já mostrava que as propriedades na caatinga podem garantir qualidade de vida aos sertanejos, afastando aquela imagem de que nada cresce ou prospera no sertão.

A água de chuva é captada nos telhados das casas rurais e armazenadas em cisternas de placa, que eram mais baratas quando construídas em mutirão. A presença das cisternas no Nordeste tem facilitado a vida, principalmente, de mulheres e crianças, que andava até 4 quilômetros por dia para conseguir água, além de ter um reflexo imediato na saúde das famílias beneficiadas. Na maioria das vezes, água consumida por essas famílias vinham de barreiros (pequenos açudes) onde animais urinavam, banhavam-se e defecavam, ou de carros-pipas, que depositavam a água em buracos na terra, também desqualificando o produto para o consumo humano.

Figura 053 a 055 – Imagens do Semiárido no período de chuva x estiagem.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (1999).

A falta de água potável nos períodos de longas secas ou mesmo em situações normais era a grande responsável pelos recordes nordestinos no índice de mortalidade infantil. Dados do Ministério da Saúde da época, apontavam que de cada quatro crianças que morriam na região, uma deixa a vida acometida por diarreia, consequência indesejável do consumo de água imprópria, o que vem sendo eliminado com a construção de cisternas.

“A construção de cisternas vem se mostrando muito eficiente no combate à mortalidade infantil. A implantação de cisternas, barragens subterrâneas e outras tecnologias, deixa claro que a seca não é imbatível e que o sertão pode garantir cidadania a seus moradores” afirmou o coordenador da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência) de Recife-PE, Jaques Shwarsteine em 1999.

As experiências das ONGs que atuam no sertão também foram apresentadas na 9ª Conferência Internacional sobre o Sistema de Captação de Água da Chuva. O evento acontece a cada dois anos em países que possuem regiões semiáridas, áridas ou de deserto e é promovida pela Associação Internacional de sistemas de Captação de Água de Chuva - IRCSA, a qual o Brasil se filiou após a pretendida criação da associação nacional.

O acúmulo de água de chuva é uma preocupação mundial. Basta saber que 54% do território do planeta é composto de áreas semiáridas, áridas e de desertos. Em Singapura, por exemplo, toda a água destinada ao consumo humano é captada por cisternas. A experiência Chinesa, segundo Johann Gnadlinger²⁸ do IRPAA e representante da IRCSA para a América do Sul, é um bom indicativo de que os pequenos proprietários de terras do sertão nordestino podem conseguir uma renda familiar que os tire da miséria absoluta utilizando técnicas de convivência baseadas no consórcio da criação de animais e agricultura familiar, sempre utilizando água acumulada durante o período chuvoso.

²⁸ Johann (João) Gnadlinger se formou em gestão ambiental e teologia. Desde 1991 está trabalhando na organização não governamental IRPAA que se dedica a aperfeiçoar e divulgar o conceito da Convivência com o Semiárido. Em 1999 foi um dos fundadores da ABCMAC (Associação Brasileira de Captação e Manejo de Água de Chuva) e foi presidente da entidade de 2003 a 2007. Gnadlinger fez pesquisas sobre diferentes sistemas de captação de água de chuva e está engajado na promoção destas tecnologias em comunidades rurais no Brasil e no exterior. Ele trabalhou na organização de onze Simpósios Brasileiros de Captação e Manejo de Água de Chuva (realizados entre 1997 e 2018). Internacionalmente, foi Vice-presidente da IRCSA - International Rainwater Catchment Systems Association (Associação Internacional de Sistemas de Captação de Água de Chuva) de 1999 a 2003 e continuou sendo Diretor da IRCSA para a América Latina até 2016. Além do mais, ele colaborou nas sessões sobre Captação de Água de Chuva nos Fóruns Mundiais da Água em Haia (2000), em Kyoto (2003), na Cidade do México (2006), em Istambul (2009) e em Marselha (2012). Ele tem experiência em sistemas de captação de água de chuva da China, Índia, Irã, Israel, México, Quênia e Etiópia. Assim ele apresentou o Programa 1-2-1 de Gansu na China que aproveita a água de chuva em grande escala para o uso doméstico e a agricultura no Brasil, que resultou no P1+2 (Programa 1 Terra e 2 Águas). Desde 2010 atua como membro do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Atualmente relaciona os assuntos terra, água, mudança climática e desenvolvimento sustentável no Semiárido Brasileiro e está envolvido na elaboração de projetos agro hidro ambientais na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

“No Brasil havia fortes lobbies para a perfuração de poços profundo e para grandes projetos de irrigação, o que dificultou um pouco a divulgação de projetos mais baratos e apropriado no sertão que não podiam serem atingidos por projetos grandiosos de irrigação” constata Gnadlinger em 1999.

No mesmo simpósio, foi apresentada a experiência chinesa é desenvolvida na região da Mongólia, onde chove a metade do que chove no semiárido brasileiro. Em 1998, após fazer seu plano de aproveitamento de água da chuva, a China já construiu 200 mil cisternas, o que vem garantindo uma melhor condição de vida aos habitantes no noroeste e norte daquele país. Lá foi concebido um sistema chamado 1-2-1, ou seja, a construção de uma área para captação de água de chuva – no Brasil são utilizados os detalhes das casas sertanejas – duas cisternas (uma para consumo humano e outra para irrigação) e uma horta. Segundo o governo da China, 1,2 milhão de pessoas foram beneficiadas e passaram a ter água potável e uma melhor alimentação.

“Estamos trabalhando para de forma gradual substituímos os carros-pipa por formas perenes de abastecimento de água, como são as cisternas. Construimos cisternas, perfuramos e recuperamos poços, instalamos dessalinizadores, capacitamos e alfabetizamos pessoas, abrindo uma substituição do tipo de gasto com seca que vinha sendo apenas emergencial”, afirmou Telúrio Homem de Siqueira Cavalcante, diretor de Desenvolvimento Social da Sudene em 1999.

O governo brasileiro já despertava para os benefícios da captação de água de chuva para o consumo humano e agricultura. Durante a seca de 1998, o ex-superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Sérgio Moreira, se encantou com os projetos das ONGs e conseguiu um financiamento de 6 milhões em educação, construção de cisternas comunitárias e em escolas, além da capacitação de mão de obra. O projeto envolveu também o Programa Comunidade Solidária.

Outro marco histórico é que IRPAA conseguiu jogar luzes sobre o Semiárido durante as atividades em conjunto com outras organizações, criando o Mutirão Nordeste, onde foram realizadas uma diversidade de reflexões que diferenciam o Nordeste do Semiárido, assegurando que são realidades diferentes. Esse ato de reflexão, inclusive, fez com que a frase original de Dom José Rodrigues fosse alterada para o que se conhece hoje, inicialmente ela era: *no Nordeste não falta água, falta justiça*. Hoje, *no Semiárido não falta água, falta justiça*.

Importante destacar que a partir de 1997 o Instituto começa empoderar seus colaboradores, dando-lhes autonomia na representação e apresentação dos trabalhos, o que nos anos anteriores era uma responsabilidade do coordenador geral. Nas Assembleias, por exemplo, começa a ser a própria equipe técnica de cada Setor de Atuação que apresenta seus resultados. “O IRPAA realmente está desenvolvendo um trabalho importante para convivência do homem nordestino com o clima semiárido”. Esse trabalho já estava despertando inúmeras outras entidades que queriam formalizar parceria. Uma constatação é que nos documentos da época eram muito presentes o foco no trabalho nos homens, mesmo sendo as mulheres protagonistas de muitas atividades e labutas na manutenção das famílias e até mesmo da vida em comunidade. O poder da fala ainda era muito concentrado nos homens, os chefes de família.

Figura 056 – Equipe do IRPAA ao final do primeiro ciclo.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (1999).

Naquele momento, a equipe do Instituto que, no início cabia num Chevette, já não era mais possível, dada a ampliação dos trabalhos na região, ainda com forte apoio da cooperação internacional e pontualmente de alguns municípios. E a partir

de 1998 a nova sede do IRPAA passa ser na Avenida das Nações, nº 04, bairro Castelo Branco, em Juazeiro - BA.

Figura 057 – Equipe do IRPAA e Estudantes da República em 1998.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (1999).

Em 1998, o Instituto começa os trabalhos com foco nos professores rurais, além de ampliar o leque de atuação que era voltado para a agropecuária apropriada. Já tinha o trabalho com as mulheres, a hidroestesia, a bíblia, a comunicação e a pequena irrigação.

Percebe-se que a ideia da Convivência pegou, mas é necessário discutir os pontos futuros mais importantes para os próximos anos. Quando o IRPAA começou, a ideia para salvação do Nordeste era a irrigação, a seca tinha que ser combatida. Mas, não se pode combater a seca, como se combate outras coisas. Portanto, não se trata de combater a seca, mas sim, conviver com o Clima da natureza, conviver com o semiárido (Ata de Assembleia do IRPAA, 1998).

A Instituição também, ao final desse ciclo, fez uma forte discussão sobre tecnologia e construção do conhecimento. Foi um embate forte. Mais tarde surge a Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA, considerando que era preciso avançar para além das tecnologias e que não podia se fechar em uma única tecnologia. Essa discussão não estava clara para a maioria das organizações e esse debate contribuiu para o avanço da ASA na mobilização e organização social para a Convivência com o Semiárido.

Figura 058 – Três visionários do IRPAA: Dom André, Dom José Rodrigues e Haroldo.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (2000).

O que marca a avaliação do trabalho desenvolvido pelo IRPAA é uma grande celebração que acontece à luz dos seus 10 anos, no Centro de Treinamento no bairro Jardim Primavera em Juazeiro - BA. Era, portanto, importante debater os avanços na compreensão sobre a Convivência com o Semiárido e definir com mais clareza os novos rumos.

“conhecer a região, mostrar a viabilidade do Semiárido e divulgar a Convivência”.

Pausa para Reflexão

Ao lançar o IRPAA há 10 dez anos, com a proposta de mostrar a viabilidade do Semi- Árido e difundir a Convivência com o Semiárido, que é muito mais do que um pacote tecnológico, mas representa um conjunto de ideias, de comportamentos, de vida em harmonia com o meio ambiente, estimamos que necessitaríamos de 10 a 15 anos para divulgar estas ideias no Nordeste Semiárido... Podemos dizer que as ideias espalharam, fazem hoje parte do pensamento básico, daqueles que buscam soluções, mas não somente no Nordeste, conquistaram também o norte, semiárido de Minas Gerais. Fica então a pergunta: o que é que o IRPAA ainda pode fazer? Vale dizer, cumprimos a missão, fecharemos as portas? É correto que as ideias se espalharam. Mas estes anos nos deram também oportunidade de descobrir os entraves, para uma realização integral da Convivência com o Semiárido na nossa Sociedade.

Voltemos um pouco para a história do nosso trabalho: Foram 10 anos de trabalho muito intenso. A maior parte passada com os/as lavradores/as nas suas comunidades, em cursos, treinamentos, visitas às suas roças e seus rebanhos. Sempre com a meta de mostrar que o Semiárido é viável, mas é necessário seu profundo conhecimento, para não destruir o equilíbrio frágil da Natureza, mas construir uma vida e produção apropriados ao clima. Tínhamos constatado, ainda antes da fundação formal do IRPAA, que faltam os mais básicos conhecimentos sobre o Semiárido. Mas não somente aos lavradores/as e suas entidades, também entre os agentes da Igreja, de ONG's, entre os políticos administradores existem as ideias mais conflitantes sobre o Semiárido. Começamos organizar três tipos de cursos, para transmitir, a partir de tecnologias concretas, as informações básicas sobre a região:

O curso CLIMA/ÁGUA: Neste curso se começa explicar a origem da chuva, as causas da irregularidade das pluviométricas no Semiárido, el niño etc., mas também outros fatores que influenciam a disponibilidade de água, como a formação do subsolo, evaporação etc. O fundo prático neste curso são as tecnologias de captação da água da chuva em cisternas, caxios etc. e perfuração de poços. Também faz sempre parte deste curso a implementação social e política do abastecimento de água, como as três linhas de luta pela água, levantamento dos recursos hídricos nas comunidades e como elaborar um plano de água para a região dos participantes.

O curso a CRIAÇÃO DE ANIMAIS no Semiárido: Este curso só é administrado a pessoas que participaram no curso anterior sobre Clima/Água, pois os conhecimentos transmitidos nele, são indispensáveis compreender as exigências de uma pecuária apropriada para a região. Neste curso se discute a escolha da espécie certa para o Semiárido, os cuidados necessários para ter ração nos meses secos, mas também conhecimentos fundamentais para a pecuária, como mineralização, combate a vermes; beneficiamento e comercialização. Fazem parte também, a questão fundiária, como fundo de pasto, lei do pé alto, etc. A mensagem deste curso é que a pecuária (de caprinos e ovinos) é a atividade econômica mais segura no Semiárido.

O curso A ROÇA NA CAATINGA: O pré-requisito é a participação nos dois cursos anteriores. O conceito que se tenta passar, é que no Semiárido, a agricultura (plantios de culturas anuais, para fins comerciais) não representa uma fonte segura de renda. Porém, a chamada roça da família, um plantio consorciado com tudo de que a família precisa e conduzida conforme as tecnologias apropriadas, pode garantir, com exceção de pouquíssimos anos, o alimento na mesa do lavrador, entre uma estiagem e a outra. Porém, culturas permanentes representam um complemento indispensável e seguro. Plantios com fins comerciais, de ciclo curto, desde que a economia da família se baseia nos três pilares mencionados, a pecuária, roça da família e cultura permanente, representam em anos de chuva suficiente, uma renda extra, precioso. No curso da Roça na Caatinga se discute desde a origem do solo, a sua vida, fotossíntese, ciclo de nutrientes, adubo químico verso adubo orgânico, etc., até assuntos ligados à comercialização, mercado e beneficiamento local.

Um forte componente em todos os cursos são as atividades práticas, desde a fabricação de pluviômetros caseiros, ou cavando trincheiras para ver o perfil do solo, até a pesagem diárias do esterco no curral para determinar a quantidade de adubo orgânico produzido por unidade animal.

Em todos os cursos a religiosidade do povo é totalmente respeitada e integrada no dia a dia dos cursos. Com facilidade se encontram paralelas entre o Povo de Deus da Bíblia e o habitante do Semiárido Brasileiro, pois as duas terras possuem climas semelhantes. Fica sempre a grande meta de fazer do Semiárido Brasileiro uma "Terra onde corre Leite e Mel".

Os públicos destes cursos são sempre multiplicadores; existem cursos em duração diversa: pode variar de três dias para cada um, ou duas semanas para os três juntos... No início, elaborados somente para o/a lavrador/a, logo notamos o interesse de outros setores. Assim, ao longo dos anos elaboramos versões para agentes, para professores, para mulheres e para pessoal de Assistência Técnica.

Introduzimos também cursos específicos, complementares à Convivência com o Semiárido: sobre a Bíblia e o Nordeste, sobre Hidroestesia, Agricultura Orgânica, a Mulher na Caatinga, beneficiamento de produtos da roça.

Para o bem da verdade, ao longo destes anos, também os cursos básicos mudaram. Muitos dos assuntos fundamentais não precisamos mais argumentar. Nos primeiros anos, parecia uma ofensa para o lavrador, quando falamos que deve se dedicar mais à pecuária, que a captação da água de chuva é a fonte de água mais indicada no Semiárido, que dê prioridade aos caprinos, por serem resistentes às secas.... e muitos outros assuntos tocantes à sociedade, políticas públicas, gênero, etc.

Porém o essencial continua intacto: transmitir ao maior número possível de pessoas o mesmo conteúdo básico, assim como nos tem explicado o Filipe Teller, há muitos anos atrás.

Nos últimos dois anos investigamos bastante, se estes cursos básicos, sobre Clima/Água, Criação de Animais, Roça na Caatinga, ainda forem necessários. Notamos nos participantes de nível técnico a necessidade de uma maior especialização. A resposta dos lavradores/as e agentes de trabalho de base foi sempre a mesma, que de vemos transmitir estes conhecimentos ainda a muitas outras pessoas que não participaram.

Passaram 10 anos. Detectamos assim uma demanda ainda muito forte no grupo meta tradicional. Mas detectamos também pontos-chaves, novos grupos meta, assuntos básicos ou temas centrais em torno dos quais precisamos concretamente trabalhar a Convivência com o Semiárido. Não se trata mais de descobrir o que é a Convivência com o Semiárido, nem de convencer de sua atração lógica, mas de trabalhar a Convivência junto com setores-chaves da Sociedade. Queremos harmonizar estas duas demandas em um conjunto só, onde se encontrem amparadas no atual nível de percepção sobre o Semiárido e dentro da conjuntura do país.

Fonte: IRPAA (2000).

O fim do primeiro ciclo do IRPAA também era o início de um novo tempo para os trabalhos pela Convivência com o Semiárido, conforme registros de 1999: aprovação de projeto com a comunidade europeia para a região de Canudos, Uauá e Curaçá; crédito do PRONAF na região da borda do lago de Sobradinho; escola para o Semiárido; trabalho com mulheres; profissionalização dos lavradores. Foram temas importantes em debates, que ajudavam a orientar os próximos anos de atuação.

É importante destacar que, nos anos 2000, o deputado federal Wellington Dias, do estado do Piauí, apresentou o primeiro projeto de Lei de Convivência com o Semiárido. *“Eu chamava a atenção para o que se montou ao longo do tempo na Região Nordeste, a exemplo do DNOCS, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, como se alguém pudesse ser contra a seca. Seria o mesmo que ser contra a chuva, contra o vento, contra o relâmpago. Pode-se até ser contra, mas isso em nada altera a situação, porque se trata de um fenômeno natural. O Semiárido é uma região em que naturalmente, por uma dádiva de Deus, há determinada condição climática, um ecossistema realmente adequado a algumas espécies. Qual é, então, o grande desafio? Tenho defendido duas teses. Aliás, eu dizia à época que sequer precisaríamos mudar a sigla do DNOCS, apenas o significado, ou seja, ele se transformaria em Departamento Nacional de Obras para a Convivência com o Semiárido. Nem as letras seriam mudadas. Mas se deve mudar a cultura, o viés do tratamento dessa região. Durante muitos anos no Brasil trabalhou-se essa ideia de que o problema do Nordeste era a questão climática. É claro que esse é um grande desafio, assim como é alguém morar, por exemplo, numa região em que neva, a exemplo do que ocorre no Canadá, coberto de neve por 7 ou 8 meses por ano, às vezes mais. Portanto, o mesmo desafio temos em relação ao Semiárido, que tem 2 ou 3 meses de chuva por ano. Chuva muito irregular, ora começando em dezembro, ora em janeiro, ora em fevereiro, ora em*

março, ora em abril. Há momentos de chuva intensa e outros de grande escassez de chuva. Na minha opinião, o grave problema do Semiárido é a educação. Quando pegamos o mapa do analfabetismo, o mapa de quem não tem o ensino fundamental completo no Brasil, batemos exatamente com esse mapa da região semiárida. Esse, para mim, é o grave problema que temos de olhar com todo o carinho. Mas não me refiro a uma educação qualquer: temos de trabalhar uma educação contextualizada”.

Aqui portanto, nasce a primeira possibilidade efetiva da Convivência com o Semiárido se transformar em política pública, sendo algo que vai orientar o trabalho do IRPAA nos próximos anos.

4.4.1 O Uso da Bíblia para Difundir Tecnologias Apropriadas

O destaque do Instituto está na forma didática que encontrou para transmitir conhecimentos aos sertanejos, a maioria com pouco ou nenhum grau de instrução, tendo a bíblia como uma importante ferramenta. Para isso, desenvolveu cartilhas que explorem a regionalidade do sertanejo e transmitem ensinamentos sobre o clima, composição e formação do solo, a importância do acúmulo da água da chuva e a criação de animais estão cheios de exemplos bíblicos.

Figura 059 e 060 – Curso sobre o Uso da Bíblia no Semiárido.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (2000).

Com o provérbio 27, 23-27, o IRPAA estimula a criação de cabras e ovelhas como forma de agregar renda às famílias e mostra que é necessário o manejo do rebanho. *“Observe bem o aspecto de suas ovelhas e preste atenção em seu rebanho, porque a riqueza não dura para sempre, nem fortuna passa de geração em geração. Corte o capim, quando ele brotar, junte o feno dos montes. Dessa forma, as ovelhas lhe darão roupa, os cabritos darão para você comprar um campo e as cabras darão leite para alimentar você e sua família”*, diz o provérbio.

Com explicações sobre o clima e a geologia do semiárido, foi possível mostrar que o sertão é seco, mas com o gerenciamento da água é possível conviver nele. *“Que a pouca chuva que cai na região não é culpa de Deus, mais sim uma consequência do clima”*, afirmou o idealizador do instituto Haroldo Schistek.

Em tudo que escrevo evito meter Deus no meio, nunca digo: este mundo maravilhoso que Deus criou. Pois se acha que é maravilhoso tem que falar das tsunamis que destroem costas inteiras, matam milhares de pessoas e todas as catástrofes naturais que são nada de catástrofes, mas a expressão da natureza em constante fluxo e transformação. Precisa falar que o mundo é nada maravilhosamente perfeito, como alguns gostam de exaltar. Precisamos considerar que a vida neste planeta é baseada na morte de outros seres vivos. Os únicos seres vivos que conseguem crescer e se multiplicar, são as plantas, que constroem seu corpo através da síntese de gás carbônico em açucares (Haroldo Schistek, 2021).

Para transmitir a mensagem aos lavradores de que é necessário acumular a água da chuva para beber em cisternas, os técnicos do Instituto lembravam que, na Jerusalém em que Cristo nasceu, existiam 3 mil cisternas.

Quando as pessoas colocam todo o flagelo da seca como um resultado dos castigos de Deus e a gente tem que dialogar com isso e ajudar as pessoas a perceberem que não era Deus que castigava essa região, mas era toda uma questão que estava sendo produzida politicamente (Cícero Felix dos Santos, 2022).

Assim, através dos conhecimentos sobre a região, os sertanejos deixaram de acreditar que a seca é culpa de Deus.

4.4.2 Programa de Convivência com o Semiárido – PROCUC

O Programa de Convivência com o Semiárido em Canudos, Uauá e Curaçá - PROCUC é um programa de apoio educativo, técnico e comunitário para a vida escolar, produção, beneficiamento e comercialização sustentáveis no contexto climático dos três municípios do Semiárido Brasileiro. Foi implementado através de

um projeto financeiro trienal (de outubro de 1999 a setembro de 2002) e financiado pela Comunidade Europeia através de Termo de Referência com a instituição Alemã Horizonte 3000.

Figura 061 – Formação de Multiplicadores/as do PROCUC no Centro de Treinamento do IRPAA.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (1997).

Havia uma grande carência em serviços básicos (saúde, transporte, eletrificação, educação, saneamento) nesses municípios. Além disso, a educação tradicional fora do contexto não preparava as pessoas para o desenvolvimento sustentável local e a assistência técnica, totalmente ineficiente, está em descordo à realidade local (IRPAA, 2002).

Com população rural ainda expressiva de 63%, esta região da Bahia enfrentou nas décadas de 1970 e 1980 expressivos fluxos migratórios para o estado de São Paulo, principalmente. As secas acentuadas e cada vez mais frequentes, com oferta d'água às famílias e criações em quantidades insuficiente e com baixa qualidade, levavam as famílias à condição de penúria e miséria, pressionando por alternativas (IRPAA, 2002).

O "Milagre Econômico" pregado pelo governo federal era muito representativo no estado de São Paulo, que acolheu grandes levas migratórias desta região. O núcleo familiar estava fragmentado: por um lado, os familiares de São Paulo com o compromisso de envio de pequenas parcelas financeiras mensais aos que ficavam

no sertão, já estes, por sua vez, com o compromisso de garantia da casa, da terra e das criações, raiz rural da sobrevivência e existência (IRPAA, 2002).

Findado o sonho do Milagre Econômico Brasileiro, veio a crise dos anos 80 e, com ela, a dificuldade de empregos para mão-de-obra não especializada. A violência urbana, crescente, surge aliada a uma nova influência, do tráfico de drogas, nas áreas de moradia das periferias.

Dos novos desafios, apontava uma alternativa de vida no Sertão: a Convivência com o Semiárido. Neste contexto de mudanças políticas e econômicas no cenário nacional, era presente e intenso o trabalho da Pastoral Rural nos municípios em Curaçá, Uauá e Canudos. Lideranças das comunidades rurais e das paróquias se uniram para a conquista da terra como marco para a liberdade, autonomia econômica e política da população. Cresce o movimento de construção e consolidação das Comunidades Eclesiais de Base - CEB's (IRPAA, 2002).

Em 1999, surge o PROCUC, somando às práticas das pastorais, em especial das CEB's, os conhecimentos apropriados à Convivência com o Semiárido, fortalecendo a perspectiva de que é possível se viver no Sertão, associando Fé e Dignidade com Práticas Adaptadas à Convivência com o Semiárido. Tem como base de trabalho as seguintes temáticas: 1. Disponibilidade d'água às famílias e criações. 2. Criação animal e organização de associações na defesa de áreas comunitárias, 3. Beneficiamento de frutas e o papel da mulher no contexto da sobrevivência no Semiárido e 4. Formação de professores municipais e qualificação da educação, reforçando a identidade e autoestima sertaneja do meio rural (IRPAA, 2002).

Os municípios de Canudos, Uauá e Curaçá situados na região semiárida da Bahia, nordeste do Brasil, no centro do Semiárido, é uma região com oito meses de estiagem por ano. As estiagens acentuadas são cada vez mais frequentes e os intervalos mais curtos, resultando em baixa oferta d'água às famílias e criações. As quantidades d'água eram insuficientes e de baixa qualidade, levando famílias à condição de penúria e miséria e pressionando por alternativas. A carência d'água era o fator mais limitante à vida e ao desenvolvimento da região e por isso seu caráter prioritário.

O trabalho do PROCUC garantiu significativos avanços para mais da metade do público beneficiário que passou a contar com acesso à água para os meses de estiagem, através, principalmente da construção de cisternas de baixo custo para

armazenamento da água de chuva. As parcerias de movimentos sociais, paróquias e prefeituras, apoiados por financiamentos governamentais especiais para a construção das cisternas, garantiu o forte impacto de melhoria na qualidade de vida das pessoas. O PROCUC conta com o reconhecimento da sociedade regional, rural e urbana, do seu desempenho e eficácia neste tema (IRPAA, 2002).

Assim, em 1999 a área de atuação e as atividades do programa foram ampliadas e resultaram nas questões ligadas à água, criação animal, papel da mulher no contexto da sobrevivência no semiárido, e da roça na propriedade de sequeiro com enfoque específico na linha da organização de associações e da defesa de Fundo de Pasto. Complementarmente, houveram ações voltadas para a formação dos professores e qualificação da educação (por exemplo currículo escolar), de forma a se reforçar a identidade sertaneja e autoestima da zona rural (IRPAA, 2002).

No município de Curaçá existia o Movimento Água para Todos e Todos pela Água - MAPTA, formado por representantes de organizações populares, paróquia e prefeitura que administra os recursos do município destinados a obras hídricas (1% do orçamento total). Em Canudos, havia um grupo chamado "Comissão da Água" que acompanhava e se mobiliza pelo bom uso dos investimentos em prol da água no município. Em Uauá, após forte mobilização popular, conseguiu-se a aprovação, na Câmara dos Vereadores, da lei de caráter popular para destinar o uso de 3% do orçamento total do município na melhoria do sistema hídrico (IRPAA, 2002).

Um dos poucos programas de créditos governamentais para melhoria da estrutura hídrica é de caráter especial "Programa um Milhão de Cisternas no Nordeste", formado a partir de pressões desenvolvidas por um conjunto de entidades populares e Organizações Não Governamentais - ONG's no nordeste do Brasil.

Ressalta-se o empenho do IRPAA, através do PROCUC, em mobilizações regionais e nacionais em prol do desenvolvimento em Convivência com o Semiárido e conquistas junto às políticas públicas. Infelizmente, o apoio governamental na época era insuficiente para suprir as necessidades da população rural.

As organizações populares parceiras (pastoral rural, sindicatos dos trabalhadores rurais, paróquias, associações comunitárias, bem como os grupos informais) tinham pessoas com conhecimento e experiência na área, integrando com

o PRO CUC, força de mobilização. Também as instituições governamentais como EMBRAPA/CPATSA²⁹, Universidade do Estado da Bahia - UNEB e prefeituras reconhecem a importância da temática e a sua viabilidade enquanto tecnologias de baixo custo em acordo à realidade local (IRPAA, 2002).

A principal atividade econômica da região era a criação de caprino e ovinos e a melhoria tecnológica era fundamental para o desenvolvimento regional. O sistema de criação é extensivo e utiliza áreas comunitárias chamadas Fundo de Pasto, garantindo alimentação pelo uso da caatinga - vegetação típica de alto valor alimentício e acesso a fontes de água. Apesar de garantidas por lei, essas áreas evocam a ganância de grileiros e latifundiários e com isso, fortes conflitos fundiários na região.

A totalidade das famílias beneficiárias dependiam desta atividade, mas, para o sucesso da criação sustentável na região, é preciso estabilidade fundiária para os Fundos de Pasto. Os conflitos fundiários desde então eram presentes e carregados de violência e as associações contavam com o apoio fundamental, inclusive jurídico, do PRO CUC/IRPAA.

Apesar dos investimentos em cursos, visitas, práticas, mutirões, etc. empreendidos pela equipe e multiplicadores/as, os resultados foram ainda pontuais e contavam com maior aceitação das atividades técnicas e práticas, como: cura do umbigo, vacinações, vermifugações e armazenamento de alimento (fenação). Dentre os que adotaram tais práticas havia a clareza e contentamento pela redução da mortalidade dos animais, principalmente (IRPAA, 2002).

Os/as multiplicadores/as reúnem um mínimo de condições para a continuidade de ações básicas do Programa de Convivência com o Semiárido. Porém, com menor frequência de visitas às comunidades e menor grau de abrangência. As mudanças conjunturais indicavam um menor apoio às organizações de base e ação dos multiplicadores/as, faltando a eles uma ação de articulação, planejamento e capacitação. O desafio na época era medir até que ponto o PROCUC se adaptaria às novas conjunturas menos mobilizadoras, ou a que nível em seu trabalho, teria que atuar mais junto ao caráter formativo junto às comunidades, fomentando lideranças novas e o fortalecimento das ações comunitárias (IRPAA, 2002).

²⁹ O Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido (CPATSA), criado em 1975 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), é uma das instituições localizadas no Nordeste do Brasil, especialmente em Petrolina – PE e Juazeiro – BA, procurando contribuir para o desenvolvimento rural da região.

No início, a referência de trabalho eram quatro comunidades e os multiplicadores/as potencializando esta proposta. Este trabalho de acompanhamento e multiplicação exigia um trabalho de apoio que era o da organização das comunidades, um Trabalho de Base. Para isto se contava com o apoio das pastorais rurais, mas a conjuntura da época apontava para mudanças na redução das ações e as comunidades e lideranças já sentiam o impacto no ano de 2001 e 2002 (IRPAA, 2002).

O serviço de extensão pública era precário e ineficiente. Divulgam técnicas caras e exigentes no acompanhamento com diversos fracassos como, por exemplo, fabricação de toneladas de ensilagem que se perderam por fermentação. Pode-se apontar esta dualidade tecnológica e estes fracassos técnicos como um dos fatores que dificultaram a adoção massal da proposta de agropecuária adaptada do PROCUC, bem como o tradicionalismo e reacionarismo a mudanças característicos da cultura sertaneja (IRPAA, 2002).

As Prefeituras Municipais assumem uma postura politicamente comprometida com os latifundiários poderosos, se abstendo assim em apoiar o PROCUC neste tema (IRPAA, 2002).

Foi então que surgiu na época um crescente envolvimento de novos grupos e formação de multiplicadores entre os jovens e, principalmente, entre as mulheres. Os resultados econômicos eram favoráveis. Com taxa de retorno média de 1,8 ao ano (para cada R\$1.00 aplicado, há o retomo de R\$1,80 em um ano), provocou a confiança e aceitação da proposta de beneficiamento da produção local. Os beneficiários participam diretamente da administração e gestão dos trabalhos e dos recursos do PRODUC através de duas comissões, uma de âmbito municipal, com dois representantes de cada grupo trabalhado e outra ao nível dos três municípios, que faz a coordenação dos trabalhos como um todo. A participação feminina é crescente, situando-se em torno de 80% dos integrantes, garantindo maior envolvimento, ampliação dos horizontes, fortalecimento de sua influência no contexto familiar, satisfação e aumento da autoestima (IRPAA, 2002).

O cultivo do umbu se destacou por ser um fruto oriundo de uma planta do sertão, um diferencial de mercado como produto orgânico e assumido prioritariamente por mulheres. Presente nas áreas dos beneficiários, era de fácil obtenção nas safras. A visão das prefeituras ainda era limitada e naquela época se

teve um pequeno apoio e pontual da Prefeitura de Uauá, que comprou, por um período, geleias e suco para a merenda escolar. Na época já se tinha a necessidade de capacitação e intercâmbios com outros grupos e cooperativas do nordeste que progrediram. Os produtores precisavam avançar na área de gestão comunitária, definição do produto (receita), controle de qualidade, acesso a mercados e outros (IRPAA, 2002).

A parceria entre PROCUC e as Prefeituras dos municípios de Curaçá, Uauá e Canudos para formação dos professores no contexto da Convivência com o semiárido refletia diretamente nos estudantes. Em todas as escolas com cisternas, as comemorações na semana da água eram recorrentes e bem valorizadas: haviam mobilização para lutas por questões comunitárias, uso de material pedagógico adaptado à realidade local, motivação dos professores e envolvimento da comunidade com as temáticas da sala de aula. Cerca de 80% dos professores eram jovens ou mulheres. O trabalho aumentou seu poder de barganha, prestígio de reivindicações, mas a mobilização pela implantação de uma política educacional no município ainda enfrentava dificuldades (IRPAA, 2002).

Foram produzidas pela Equipe Pedagógica várias cartilhas e materiais resultantes da participação de todos os envolvidos nas oficinas pedagógicas. O trabalho já gerou tese de graduação, mestrado e doutoramento para a Universidade do Estado da Bahia. As prefeituras, o UNICEF e a Universidade Estadual da Bahia - UNEB colaboraram com o desenvolvimento das ações. O PROCUC e o IRPAA encaravam este trabalho como prioridade. O IRPAA tinha chamado para si a responsabilidade, compondo uma equipe pedagógica financiada por projetos como o PRO CUC e outros. A equipe pedagógica estava bem preparada e contava com aprovação das prefeituras, mas, para o crescimento das ações de forma integrada, era necessária uma capacitação pedagógica continuada interna à equipe do PROCUC de forma a elevar a qualidade de assessoria do Programa em todos os seus setores. As prefeituras não tinham clareza na sua contribuição enquanto parceiras de um processo maior de desenvolvimento local e regional, colocando-se numa postura utilitarista "*para a prefeitura é muito bom porque é um trabalho sem custos maiores*" (IRPAA, 2002).

A presença do PROCUC foi a principal força nas conquistas pela água, com contribuições de outras entidades (parceiras ou não). São forte referência nas

práticas de Convivência com o Semiárido garantindo credibilidade junto a instituições e comunidades da região. Melhorou consideravelmente a situação da água nos três municípios de atuação e a dependência de favores políticos tem diminuído (IRPAA, 2002).

As crescentes adesões aos trabalhos de beneficiamento das frutas, principalmente por jovens e mulheres, e a melhoria nos rebanhos caprinos e ovinos têm-se constituído num alívio na situação de pobreza da região. As famílias que estão envolvidas nestes dois trabalhos possuem padrão de vida acima da média da região (IRPAA, 2002).

Na educação, setores da prefeitura podem levantar novos convênios para continuar as ações. Mas a maior parte do trabalho ainda dependia de ajuda financeira externa (IRPAA, 2002).

Sem dúvida, a integração do conjunto das atividades contribuiu para o desenvolvimento do projeto. Mas havia necessidade de melhor planejamento e monitoramento das ações de forma a concentrar esforços e recursos na obtenção de resultados, implicando numa maior eficiência e eficácia à luz dos efeitos. A militância da equipe e seu engajamento em prol da Convivência com o Semiárido era grande. A característica da equipe técnica e a sua formação por jovens de 23 anos em média, extremamente dedicados. Isto reforçava a necessidade de uma coordenação mais instrumentalizada e com atividades e metas bem definidas (IRPAA, 2002).

Assim, a continuidade da construção do marco lógico era de grande importância, como apoio à administração e coordenação das atividades. É recomendável uma explicitação dos objetivos ao nível de compreensão maior do grupo envolvido com o programa (equipe técnica, multiplicadores e parceiros) simplificando-os e facilitando a participação e acompanhamento de todos.

A falta de Planos Operativos Anuais melhor sistematizados, destacando o que vai ser realizado naquele ano específico de atuação, dificulta uma ação mais integrada dos temas. Isto compromete até mesmo o sucesso das avaliações semestrais. Sem uma sistematização dos dados satisfatória, ficava difícil à equipe avaliar o entrosamento e integração das atividades do projeto, limitando sua análise e poder de intervenção nas comunidades. Manter organizados dados e conquistas do trabalho ajudam na reflexão sobre o andamento do projeto, sobre os resultados alcançados a partir de atividades realizadas, bem como os resultados e impactos

produzidos pelo mesmo na realidade dos grupos onde o programa atua. Este planejamento estratégico ajuda na garantia da qualidade do trabalho e alcance de resultados, priorizando ações, definindo tempos para atividades e vistas de comunidades, limitando eventos às disponibilidades pessoais e materiais. Não há porque a equipe abraçar e querer enfrentar todos os desafios que surjam porque um trabalho social exige persistência e parcerias com diversos atores daquela realidade, muito maior do que o projeto financeiro e o compromisso de militância conseguem alcançar. Era característica da região a resistência as mudanças. Isso faz com que os resultados no trabalho apareçam também de forma lenta (IRPAA, 2002).

O trabalho do IRPAA já existia antes do projeto financeiro do PROCUC. Os multiplicadores, junto com as equipes pastorais, acompanhados por um técnico e por uma assessoria mais pontual do IRPAA tocavam o trabalho. Com o projeto financeiro, houve a ampliação do trabalho, metas mais arrojadas e, para se atingir os objetivos ampliados, aumentou-se a equipe com técnicos comprometidos com a causa. As dificuldades iniciais de entrosamento foram superadas, mas algumas posturas de trabalho merecem atenção: a equipe técnica buscando no projeto o embasamento de suas ações e os multiplicadores/as mais livres e flexíveis às mudanças das conjunturas locais (IRPAA, 2002).

Figura 062 – Equipe Técnica presente na vida das comunidades – reunião comunitária.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (1998).

O programa se organizava pelos municípios envolvendo e criando laços fortes dos integrantes da equipe com as localidades. Isso é bom na medida em que humaniza o trabalho e permite um rápido conhecimento da realidade local. Por outro lado, o trabalho ganha dimensão de rotina e de grande subjetividade de cada técnico. Análises integradas dos acontecimentos nos municípios e como isso se refletia no andamento e resultado dos trabalhos do programa devia ser feito para cada município e também, a um nível mais amplo, para a região. Com isso, crescia a dimensão política e técnica do programa para a equipe como unidade de trabalho.

Essa memória e atuação do PROCUC, à luz dos autos da época, foram de fundamental importância no processo de experimentação e implementação da proposta de Convivência com o Semiárido, sendo sustentáculos na proposição de programas e políticas públicas para a região.

4.4.3 O Mutirão Nordeste de Convivência com o Nordeste

Na cidade de Juazeiro (BA), entre os dias 29 de novembro e 02 de dezembro de 1994, aconteceu o Encontro de Entidades, criando o Mutirão Nordeste, que surgiu a partir de trabalhos em conjunto de diversas entidades do Nordeste que se preocuparam com a divulgação, junto ao pequeno lavrador, de uma visão correta de Convivência com o Semiárido. Se sentiu uma necessidade de aprofundamento, de uma metodologia de trabalho e de se perceber o conflito existente entre o saber popular e o saber científico (IRPAA, 1994).

Segundo a ata de Assembleia do IRPAA de 1995, foi relatado que outras entidades estão querendo trabalhar na mesma linha do Instituto, daí a constituição do Mutirão Nordeste, que está preocupado com a questão pedagógica e método didático, para melhor atingir seus objetivos e abrir caminhos à realidade nordestina.

Além do aprofundamento acima mencionado, o encontro visava um conhecimento maior entre as entidades, o conhecimento do trabalho, suas prioridades e suas práticas pedagógicas.

As seguintes organizações participaram do encontro: APAEB de Valente-BA; Área da Agricultura, Diocese Rui Barbosa-BA; CEFAS, Floriano-PI; PROCUC, Uauá-BA; Diocese de Paulo Afonso, regional de Cicero Dantas-BA; IRPAA, Juazeiro-BA; Reforma Agrária de Angical-BA; SEAPAC, RN; Setor de Produção, CPT- Diocese

Bonfim-BA. A equipe da ACESA, Bacabal-MA, não participou devido a um acidente trágico na viagem para Juazeiro.

Assim, num primeiro passo, cada entidade apresentou-se e em seguida mostrou uma didática típica do seu trabalho, do qual destacamos duas relevantes nesse processo investigativo de doutoramento:

Neste primeiro encontro do Mutirão Nordeste, houve um relato do PROCUC, cujo nome vem das iniciais dos três municípios abrangidos: Curaçá, Uauá, Canudos. Em 1992 dois agrônomos realizaram uma pesquisa em Canudos sobre a vida do povo na caatinga, a situação da água, da criação, da roça e voltaram para sua terra. Nesta época surgiu também muito forte que Canudos de Antônio Conselheiro, não era somente uma revolta ou um fato político e social, mas a experiência de uma sociedade bem sucedida, baseada no que é mais importante, numa atividade econômica produtiva e rentável exatamente neste Nordeste semiárido. Com o resultado da pesquisa e a nova visão de Canudos, se sentiu que faltava algo no trabalho popular. Após a participação de alguns lavradores em cursos do IRPAA, perceberam a necessidade de transmitir os novos conhecimentos aos companheiros e começaram com reuniões nas comunidades (IRPAA, 1994).

A função do técnico não é de assumir o trabalho da divulgação, mas facilitar o trabalho e capacitar os lavradores para que eles possam fazer melhor o trabalho de divulgação. O trabalho estava demonstrando resultados, existem propriedades onde o lavrador não se interroga mais se o próximo ano vai ser de seca. O marrão se desenvolve rápido com chiqueiro limpo, tratamento contra verme, água e comida para a seca. Chega a ter 9 kg em seis meses, enquanto antes levava dois anos para alcançar 10 kg. Uma nova consciência estava se espalhando entre os criadores: como se prevenir das próximas secas; o cuidado com a criação, não deixando o bode por conta no mato; e a orientação dos filhos e netos (IRPAA, 1994).

O costume na região era vender criação para plantar milho e feijão. Depois não chovia o suficiente e tem que vender mais criação para comprar milho e feijão para o consumo. Já tiveram lavradores que, em vez de plantar milho e feijão, plantaram palma. Na estiagem tinha comida para os animais e sobrava para vender para os menos prevenidos. Com o lucro se conseguia comprar mais cabras. No início, o povo tinha a impressão de que o PROCUC traria dinheiro para as pessoas individualmente, depois entenderam que as mudanças precisavam partir deles e

podiam ser feitas com os recursos de cada um, isso fruto de um amplo processo de formação, acompanhamento e implementações realizadas (IRPAA, 1994).

A metodologia de trabalho nos encontros com os lavradores usava pouco material escrito, eles priorizavam: cartazes, slides, a bíblia, fantoches, músicas e práticas. Apresentação de fantoches: dona Agripina e Sr. Tibúrcio conversam sobre as três formas de armazenar água. A apresentação é utilizada nos cursos para motivar a discussão. Os bonecos provocam a plateia a participar. É importante preparar o texto antes para não se perder no assunto e conseguir passar a mensagem (IRPAA, 1994).

Metodologia significa a forma, maneira e o jeito de se trabalhar. É um conjunto de métodos adaptáveis a determinado trabalho, segundo objetivo, conteúdo, público etc., ou seja, um caminho que leva a conquistar determinados objetivos. Em síntese, a seguinte definição compreendida pelo IRPAA: "*Metodologia é o conjunto de ideias, métodos, técnicas...., utilizado no (nosso) jeito de trabalhar, para tornar acessível a mensagem que se quer passar.*"

É importante abdicar a um certo romantismo de um lado, que o povo seria o dono do saber, e de outro lado a hipocrisia de que a tecnologia seria a solução dos problemas. Precisamos evoluir a nossa perspectiva de vida, deixando o fatalismo de lado (não plantar fruteiras, porque demora muito!). O trabalho deve valorizar o saber de todos, mas ressaltando que precisa acrescentar novos conhecimentos (apropriação do saber), para despertar a potencialidade de cada um, criar uma consciência crítica, em vista da transformação da realidade (IRPAA, 1994).

A humildade era a bússola para a metodologia, pois o saber é sempre incompleto e se constrói constantemente na interação do saber traidado com o saber recém-construído. Importante parece igualmente que o participante se aproprie não somente do conteúdo, mas também da metodologia.

O próprio IRPAA enquanto integrante do Mutirão Nordeste, relatou os fundamentos que vêm do trabalho da CPT de Juazeiro, a expulsão causada pela barragem de Sobradinho, projetos de irrigação, grilagens. Tentativas de pequenos projetos para garantir uma estabilidade econômica do lavrador na terra dele, produziram pouco resultado financeiro devido à seca, pouca produtividade, preços baixos (IRPAA, 1994).

Numa reunião em 1987, Haroldo foi convidado para falar sobre o clima do Nordeste, as causas da seca e a água. O grande interesse mostrou que todo mundo trabalha no Nordeste, mas faltam conhecimentos básicos sobre a realidade. O próximo passo foram encontros em Pilão Arcado, para transmitir os mesmos conhecimentos, acrescentados de informações sobre roça, criatório e tecnologias apropriadas, em linguagem popular aos lavradores. O interesse maciço e os primeiros resultados nas terras dos lavradores, motivaram a continuar este caminho. O jeito pedagógico-didático foi se esboçando aos poucos e começavam chegar chamadas de diversos lugares para encontros semelhantes (IRPAA, 1994).

Conforme relato do IRPAA, no encontro se viu a necessidade de dispor de uma estrutura própria para atender a demanda, não só de Juazeiro, mas também de outras partes do Nordeste. A fundação oficial do IRPAA se deu em 1990. O IRPAA trabalha nos seguintes setores: clima e água; criação de animais de pequenos e médio porte; plantio na área do sequeiro; a pequena irrigação. Um novo setor de trabalho com a mulher está sendo fundado, mas que se considera integrado com os outros setores e pretende dar especial atenção ao papel da mulher nordestina no contexto da sobrevivência da família no sertão (IRPAA, 1994).

O Nordeste é plenamente viável, desde que se tome consciência da vocação da região. Se deve procurar as atividades econômicas que combinam com a chuva irregular, terras rasas, etc. e não insistir em criar e plantar algo que não tem resistência no semiárido. O Nordeste deve ser visto a partir da água e não da seca. Estes pontos de vista devem fazer parte de qualquer política para o Nordeste, Reforma Agrária, etc., ser do conhecimento dos políticos da linha popular (IRPAA, 1994).

O IRPAA possui um Centro de Treinamento onde famílias de lavradores tiram seu sustento da terra, demonstrando assim a viabilidade da proposta. O Centro, porém, é uma mistura entre agricultura irrigada e de sequeiro. Estava sendo montada uma unidade de demonstração prática, nas terras de um lavrador (IRPAA, 1994).

A Bíblia estava presente em todos os encontros: a terra do povo judeu é uma região semelhante ao Nordeste, ou até pior, pois tem grandes desertos. E para o povo de Israel era a Terra Prometida onde corre leite e mel. Como podemos transformar o Nordeste numa terra onde corre leite e mel?

Eram dadas demonstrações de como se trabalha com os cartazes. Os três passos pedagógicos: o que a gente vê, o que significa isso, o que aprendemos disso. Experiências práticas mostravam também o uso de uma folha com a contraposição de esterco/composto com adubo químico. O esterco é para a planta o que é a cisterna para a família: segura a água. Durante os cursos todos os participantes pesam de manhã cedo, o esterco produzido durante a noite pelas cabras para aprender quanta terra podem plantar com um certo número de animais. Uma demonstração prática faz evidente como o composto ou o esterco segura melhor a água do que a terra pura: em duas garrafas furadas, se coloca terra em uma e esterco na outra, o mesmo peso em ambas. Se adiciona em cada uma um copo de água e deixa encharcar. Na garrafa onde tem terra pura, quase toda água escorre pelos furos, já a garrafa com esterco fica com a água retida (IRPAA, 1994).

Importante é a visão do conjunto: o animal precisa de pasto e os restos da roça, esse mesmo animal produz o esterco, o esterco serve para produzir pasto e roça, ou seja, o esterco garante a roça, porque a chuva é irregular, e a criação garante o lavrador e a roça. Água, criação e roça é um conjunto: para ter uma roça, tem que saber cuidar da criação e guardar água.

Importante destacar o desafio da época frente ao conflito de conscientização lenta e à necessidade dos rápidos resultados desejados pelos lavradores e pela equipe do IRPAA. A tradição agropecuária no Nordeste era algo muito recente. O clima mudou para semiárido há 10.000 - 12.000 anos atrás. O saber da população nativa, que sabia perfeitamente conviver com este clima, foi destruído pelos conquistadores europeus e colonizadores. E a nova população rural vinha de regiões chuvosas. A ocupação do interior pela agricultura se deu há 100 anos, em muitos lugares há 30 ou 50 anos. Assim, embora o aprendizado seja lento, a adaptação às mudanças climáticas exige que o ser humano conviva com o novo clima (IRPAA, 1994).

As populações nas partes do "velho mundo" com clima trópico semiárido sofrem hoje com as secas, não por falta de adaptação ao clima, mas pelas mudanças sócio estruturais que os colonizadores introduziram, por exemplo, a introdução forçada do milho na África pelos franceses, substituindo o sorgo, que era adaptado às oscilações climáticas (IRPAA, 1994).

A grande utopia era fazer o Nordeste viável, a partir de uma agropecuária de sequeiro, mas não se tinha aprendizados empíricos das populações nativas durante milhares de anos. Em substituição usava métodos pedagógicos ativos, nos quais o empírico é substituído pelo aprendizado ativo das leis da natureza, pelo raciocínio e da dedução lógica, a partir de observações. Assim se vê que a metodologia enfrenta um desafio muito maior: não se trata de mudar hábitos relativos, dentro de um sistema funcionando, mas mexer com uma visão de mundo que não corresponde com a realidade em que a população vive.

No trabalho fica também o desafio que mudanças precisam às vezes acontecer rapidamente, pois um grupo precisa viver de um pedaço de chão, numa ocupação ou mostrar sua independência econômica perante um grileiro. Mas normalmente, o aprendizado da Convivência é mesmo um processo lento, precisa ter tranquilidade para ajudar a nascer a mudança, se trata de um projeto de décadas e quem quer queimar etapas precisa ser freado, pois a mudança não acontece na tecnologia, mas na cabeça de cada um.

Naquele momento, a centralidade era que a metodologia de trabalho popular teria efeito e as mudanças aconteceriam mais rápido quando se falasse a mesma língua (e o Mutirão Nordeste era o começo) e repetisse as mesmas mensagens inúmeras vezes, sempre para novas pessoas.

A mensagem da convivência tinha que ser enraizada nos aspectos políticos e na religiosidade. O próprio agente/técnico/educador muitas vezes estraga a melhor metodologia, por ser "agoniado" demais, na esperança de mudanças rápidas.

Precisava deixar claro que nem só as entidades presentes no Mutirão eram agentes de transformação. Existe transformação para a convivência e transformação para o desespero do abandono das terras. A não compreensão do Nordeste não era uma questão de ser somente trabalhada com lavradores, ela passa pela sociedade toda: políticos, técnicos, governantes, bispos, padres, etc. Para que as mudanças acontecerem mais rápidas, precisa-se mexer com as políticas públicas, precisa de recursos, mudar a cabeça dos políticos que estão ao lado do povo e mudar também a metodologia da Pastoral. Mas ninguém deve se enganar, a convivência com o semiárido não acontecerá por decreto, nem com as melhores linhas de crédito ou projetos. A mudança tem que acontecer, antes, na cabeça dos caatingueiros (IRPAA, 1994).

Naquele momento já havia uma tensão entre o saber popular e o saber científico. Foi feito um debate sobre essa temática, depois um júri simulado, onde uma parte do grupo trouxe qualquer tipo de argumentos a favor do saber científico e o outro a favor do saber popular. As principais contribuições do júri simulado foram:

Quadro 05 – Comparação entre conhecimento científico e Conhecimento popular.

| Conhecimento Científico | Conhecimento Popular |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - é o verdadeiro, comprovado por números, pesquisa, centenas de anos de estudo, entende melhor o mundo, possibilita a sociedade sobreviver, resolve os problemas; - hoje tem avião, carro, para transportar comida para lugares com seca; - como ficamos sabendo da seca de 2005? através da ciência! - o povo se rendeu à ciência - eletricidade, irrigação, sem ciência não seria possível a produção de uva em Juazeiro; - facilita a vida: roupa, agulha, hospital, cura a paralisia infantil; - também civilizações antigas usavam a ciência, não é a ciência que domina, mas o povo que se deixa dominar. - no 1º mundo todos tem acesso ao saber científico, são países ricos; - guerra não é do saber científico, antes se matava de pedra e pau.... | <ul style="list-style-type: none"> - a base da vida do povo fica no saber popular, vem do povo, aprendizado de gerações; - é mais superstição, sem comprovação; - o saber científico é fabricado, a partir do saber popular, com segundas intenções, faz a história e muda a história, é uma busca constante; - é um saber solidário, não precisa pagar, é prático, cura e comprova, por exemplo: as ervas medicinais são por acaso descobertas científicas? - o saber científico nos trouxe poluição do ar, efeito estufa e mais seca, o povo assimila, mas fica dependente; - não é corrupto; - a ciência moderna gerou a maior doença: a fome. |

Fonte: Relatório do 1º Encontro do Mutirão Nordeste, p. 13, (1994).

No plenário foi compreendido que o saber popular é algo abrangente, não se limita à tecnologia popular, ele é a base de vida das famílias e das comunidades que resistirem às adversidades climáticas, políticas e sociológicas. Precisa de muita "manha", como Paulo Freire diz, para sobreviver dentro do sistema opressor do latifúndio e do coronelismo (IRPAA, 1994).

Criou-se um acervo de atitudes e saberes que dá uma resposta tranquilizadora para todas as eventualidades durante uma vida. Muitas destas respostas se baseiam num método empírico e são de comprovada eficiência. Outras ultrapassam a capacidade de compreensão do mundo e são nada mais do que respostas tranquilizantes perante o inexplicável (IRPAA, 1994).

Fica evidente que o saber popular possui duas faces: gostamos de destacar o que ajuda, mas por trás ficam crenças que não explicam nada, deixam o povo em desvantagem em termos de conhecimento ou, pior ainda, que prejudicam ou podem ser até mortais, como o costume de colocar esterco de cavalo em cortes ou no umbigo da criança (tétano) (IRPAA, 1994).

Assim seria útil fazer uma diferenciação semântica: chama-se aquilo que ajuda ao povo viver de "saber popular" e aquilo que prejudica de "crença popular". Mas logo, querendo pôr em prática uma tal discriminação, surge a dúvida: como saber o que realmente prejudica? Não poderia haver circunstâncias onde essa crença poderia ajudar? Uma pista foi dada na discussão: precisa-se identificar onde está o bloqueio que impede o desenvolvimento do povo. O saber do povo não é completo, mas o científico também não é. Precisa-se de uma abertura dos dois lados. O saber científico tem que provar perante o saber popular que funciona e ajuda, assim cria credibilidade. Por outro lado, precisa-se discutir o saber popular, para descobrir o que realmente funciona. Unindo os dois, com credibilidade e comprovação, se criará um novo saber completo. O saber científico virou saber popular e deixa de ter dono. Daqui a um tempo, plantar sem queimar vai ser saber popular! (IRPAA, 1994).

Com o encaminhamento dessa primeira atividade, ficou acertado que o grupo se reuniria uma vez por ano. A próxima reunião seria entre 02/11/95 e 05/11/95 no CEFAS no Piauí. O assunto geral: aprofundar o saber popular versus saber científico, troca de experiências, procedimentos em comum (IRPAA, 1994).

O grupo das entidades queriam trabalhar numa meta comum sem abdicar de suas particularidades e de sua vocação. Daí nasce o Mutirão da Convivência com o Nordeste, pois, num mutirão, cada um trabalha na sua especialidade para realizar uma obra em conjunto (IRPAA, 1994).

O outro passo importante deste Mutirão foi ter lançado uma Carta Aberta por Um Nordeste Viável, em 21 de agosto de 1998, apresentando os desafios e possibilidades para avançar nessa região, conforme fragmento a seguir:

CARTA ABERTA POR UM NORDESTE VIÁVEL
MUTIRÃO DE ENTIDADES PARA CONVIVÊNCIA COM O NORDESTE

A diversidade biológica, principalmente em plantas, as várias formas de manifestações culturais e até mesmo os diferentes tipos de climas existentes, fazem do Nordeste brasileiro uma região extremamente rica e com grande potencial para o desenvolvimento.

Dentre os vários climas do Nordeste destaca-se o semiárido que ocupa cerca de 70% de toda a área. Também conhecido como Ser tã, o semiárido é caracterizado pela irregularidade das chuvas, temperaturas elevadas, intensa evaporação, baixa umidade do ar, solos na maioria rasos, pedregosos e de baixa capacidade de retenção de água, vegetação com predominância da caatinga, formada por plantas caducas (perdem as folhas no verão para economizar água), espinhentas, de porte baixo e tortuosas porém com muita diversidade e com propriedades medicinais, forrageiras, melíferas e outros valores importantes para as populações locais. Já na parte mais a Oeste, encontra-se a região pré amazônica, caracterizada por dois regimes bem definidos: seis meses de seca (verão) e seis meses de chuva (inverno), com temperaturas elevadas, umidade relativa bastante alta e chuvas torrenciais. A vegetação sofre mudanças bruscas onde o babaçu predomina, ocupando os locais da antiga mata pré amazônica.

O Nordeste tem na riqueza dos ecossistemas, um importante recurso de desenvolvimento. Apesar de rico, tem um ecossistema frágil e com pouca capacidade de reconstituição. Esta fragilidade é decorrente dos

próprios fatores climáticos e da pouca compreensão que o homem tem da natureza na região, que o leva a uma ação predatória involuntária, na busca de recursos para sua sobrevivência e pela ação criminosa de grandes empresas e grupos econômicos.

As atividades econômicas predominantes são as culturas de subsistência com pequenos roçados, o criatório de animais, o artesanato e o extrativismo, com produções voltadas para o consumo familiar e à comercialização nas feiras regionais.

O Nordeste é a região que possui a maior concentração da população no meio rural. O povo é forte, consegue resistir à dominação, exploração, abandono e adversidades climáticas. A forma como o povo vivencia a fé é expressada através da diversidade religiosa e crenças afro e indígenas que se misturam à fé cristã (terços, ofícios, novenas, procissões, romarias, ...), manifestando-se lado a lado com o terecô, candomblé e entidades da floresta e gestos concretos de solidariedade (mutirões, adjutórios, partilhas, trocas de serviços e produtos, ...).

Apesar desse potencial, o Nordeste é a região mais pobre do país, com alto índice de analfabetismo e com a mais baixa renda per capita. Essa situação é decorrente não do clima, mas da estrutura sócio-política e econômica implantada na região, que traz várias dificuldades para se viver bem no Nordeste.

E nesse contexto que surge o Mutirão de Entidades para a Convivência com o Nordeste.

A partir do intercâmbio entre entidades que atuam nesta região, percebeu-se a semelhança entre os trabalhos, a existência de várias alternativas para a melhoria das condições de vida da população e pelo menos, três pontos comuns:

1. o trabalho educativo para a convivência com o meio;
2. o trabalho diretamente com as famílias e comunidades rurais;
3. a ligação entre a fé e a vida.

Como num mutirão, a partir das nossas diversidades de realidades, de trabalhos e de metodologias, mas com procedimentos comuns e uma mesma visão de Nordeste (uma região viável, bonita, com poesia e fé no seu potencial), juntamos forças nessa busca constante de transformação da realidade.

Há entre essas entidades um intercâmbio de informações, correspondências, visitas, etc. Uma vez por ano o Mutirão se encontra para estudar, trocar experiências, refletir sobre sua própria identidade e questões do povo e de suas aprofundar algumas de suas organizações.

Constatamos que o Nordeste é uma região rica, com água, beleza natural, poesia, povo sábio, forte, de fé e com grande potencial econômico, mas a VIDA na região encontra dificuldades por causa da complexidade dos problemas gerados, principalmente, pela não compreensão do ambiente e pelas estruturas políticas que levam à exploração e dominação da população.

Entendemos que as saídas para essas dificuldades passam por um processo educativo com pedagogia popular e participativa que parta da vida do povo, de suas necessidades, descobertas e experiências, valorizando seus conhecimentos e costumes e introduzindo tecnologias simples, baratas, eficientes e apropriadas à região.

Queremos, num grande mutirão, somar forças para fazer desta terra que foi prometida aos nordestinos, "a terra onde corre leite e mel."

Nordeste do Brasil, 21 de agosto de 1998.

Assinam esta carta:

ACESA - Animação Comunitária de Educação em Saúde na Diocese de Bacabal - MA.

APAEB - Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente - BA.

ARCAS - Associação Regional de Convivência Apropriada à Seca em Cícero Dantas - BA.

CEFAS - Centro Educacional São Francisco de Assis em Floriano - PI.

Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Senhor do Bonfim - BA.

Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Juazeiro - BA.

CUC - Programa de Convivência com o Semiárido em Canudos, Uauá e Curaçá- BA.

Diocese de Rui Barbosa - BA.

Educação Popular de Oeiras - PI.

Escola Família Agrícola de Angical - BA.

Escola Família Agrícola de Cícero Dantas - BA.

IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada em Juazeiro - BA.

Centro de Formação Mandacaru em Pedro Segundo - PI.

UAEFAMA - União das Associações das Escolas Família Agrícola do Maranhão.

Carta Aberta
Por Um Nordeste Viável

4.4.4 O Surgimento da Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA

Figura 63 – Ilustração da composição familiar no Semiárido: Pessoas, Casa, Roça e Tecnologia.



Fonte: ASA, (2022).

Durante a severa seca ocorrida no Semiárido brasileiro em 1998, a sociedade civil iniciou um processo de luta para a inserção de uma política pública com o potencial de atender às demandas hídricas das populações rurais difusas. O projeto de convivência sustentável com a região, empreendido pelas organizações naquele contexto, questionava os tradicionais modelos de desenvolvimento para o Nordeste, marcados pela ação estatal centralizada. Até então, as alternativas utilizadas pelos governos para ações de "combate à seca" eram baseadas principalmente na construção de vultosas obras de açudagem para regulação da oferta de água, associadas a ações emergenciais assistencialistas. Essas iniciativas não amenizavam o processo de exclusão social a que estavam submetidas as populações que mais necessitavam acessar as políticas hídricas. Pelo contrário, permitiam a recorrente apropriação privada dos benefícios dos investimentos públicos por parte das oligarquias políticas e econômicas regionais, que detinham o controle sobre o acesso à terra e à água (Paredes, 2011; Gomes, Heller, Pena, 2012).

A partir dos anos 1990, as organizações da sociedade civil desempenharam um importante papel na mobilização social em torno de um projeto de políticas públicas para a convivência com o Semiárido brasileiro. Essa proposta buscava

deslocar o foco da intervenção estatal da construção de grandes obras hídricas, que supostamente iriam "combater a seca" ou modificar as condições climáticas da região, em direção a uma nova orientação das políticas. Questionavam-se os vultosos projetos de desenvolvimento estabelecidos até então, marcados pela forte exclusão de grande parte da população rural, ao mesmo tempo em que permitiam a apropriação privada dos investimentos públicos, geravam concentração de poder econômico e político pelo controle do acesso à terra e à água. Nessa nova proposta, buscava-se uma mudança fundamental em relação ao sujeito da ação, que deixava de ser o aparato governamental e passavam a ser os moradores da região (Assis, 2012).

A insegurança hídrica, base para o clientelismo político e a indústria da seca, continua a servir aos interesses das elites locais para se manterem no poder.

Desse modo, a "cultura da subalternidade" permanece imperando e talvez seja o obstáculo mais forte para à inclusão social na região, pois manteve no poder até hoje uma classe política cujo interesse é que a população continue em situação de pobreza e dependência (Duque, Mello, Araújo, 2012).

Em novembro de 1999, Recife (PE) foi sede da 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca - COP3, patrocinada pelas Nações Unidas. Na ocasião, a sociedade civil organizada e atuante na região do semiárido brasileiro, reproduzindo a experiência da RIO-92, promoveu o Fórum Paralelo da Sociedade Civil à COP3, onde aconteceram vários eventos, tais como: seminários, exposições, encontros, oficinas, conferências, exibições de vídeos, apresentações artísticas e culturais, que contaram com a participação de diversas entidades dos cinco continentes. A repercussão deste evento assumiu grandes proporções a nível local e nacional, dando maior visibilidade às questões do semiárido brasileiro. Este processo foi coordenado pela Articulação no Semiárido Brasileiro - ASA, criada em julho de 1999, e definida em fevereiro de 2000 no seu I Encontro Anual, enquanto espaço de articulação política da sociedade civil no semiárido brasileiro (ASA, 1999).

A ASA tomou como base para a sua constituição o resultado mais importante daquele evento, que foi, o documento intitulado Declaração do Semiárido, que consolidava, de forma propositiva, as expectativas e reivindicações da sociedade civil organizada no que diz respeito a um programa permanente de ações que

conduzam a uma convivência harmônica e de desenvolvimento do semiárido brasileiro. Tal documento foi elaborado com o consenso dos diversos segmentos lá representados, assinado por sessenta instituições (ASA, 1999).

Desde então, a preocupação da ASA vem sendo trabalhar de forma coerente com a sua Declaração do Semiárido³⁰ e Carta de Princípios, e fazer com que as ações propostas sejam mediadas por critérios éticos e transparentes para a construção de um futuro digno à população local.

A Declaração do Semiárido Brasileiro propunha uma política adequada ao Semiárido brasileiro, defendia o direito a um verdadeiro programa de desenvolvimento econômico, humano, ambiental, cultural, científico e tecnológico para a região. Implementada essa política, acreditava-se que em pouco tempo a sociedade teria autonomia, e não mais seriam necessárias as históricas medidas assistencialistas e antieconômicas, baseadas nas operações dos carros-pipa e na distribuição de cestas básicas (frentes de serviços). Afirmava-se ser possível abalar as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária, historicamente perpetuadas. Uma das principais propostas lançadas para um programa de convivência com o Semiárido foi a universalização do abastecimento de água para beber e cozinhar, como demonstração de que tecnologias simples e baratas, como a cisterna de placas de cimento, poderiam se tornar o elemento central de políticas públicas para as secas. A captação da água da chuva era considerada pelos especialistas uma fonte hídrica suficiente para as necessidades produtivas e sociais da região (ASA, 1999).

A COP-3 foi apenas um momento raro de discussão sobre as regiões áridas e semiáridas do planeta, com interlocutores do mundo inteiro. Foi, também, uma oportunidade ímpar para divulgar, junto à população brasileira, a amplitude de um fenômeno mundial da desertificação do qual o ser humano é, por boa parte, responsável e ao qual o desenvolvimento humano pode remediar.

Para além da verdade, a não ser em momentos excepcionais como a Conferência da ONU, pouca gente naquele momento se interessava pelas centenas

³⁰ A Declaração do Semiárido foi o documento elaborado pelas 61 organizações da sociedade civil, fundadoras da ASA, por ocasião do Fórum Paralelo à Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação, a COP3, em 1999, no Recife. Ela é a base de constituição da ASA, e sintetiza as aspirações de todas as entidades e organismos que a compõem.

de milhares de famílias, social e economicamente vulneráveis do Semiárido. A COP-3 registrou alguns avanços no âmbito do combate à desertificação. Porém, no mesmo momento em que as portas da Conferência estavam se fechando em Recife, uma grande seca, iniciada em 1998, continuava vigorando a menos de 100 quilômetros do litoral.

O ano de surgimento da ASA era marcado por uma grande seca, onde no sertão já se fazia presente a fome crônica. Em muitos municípios era alarmante a falta de água, terra e trabalho, e medidas de emergência eram tomadas imediatamente, inclusive como demanda da própria sociedade civil, reforçando a intervenção em todos os níveis: dos conselhos locais até a Sudene e os diversos ministérios afetos.

Uma das propostas centrais da ASA para a convivência com o Semiárido, a construção de cisternas, foi a semente que deu origem ao P1MC, Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um milhão de Cisternas Rurais. Mais tarde, este anteprojeto se transformou em um convênio firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e a ASA, por meio da Diaconia, que foi a entidade indicada pela Articulação para ser responsável pela recepção e administração dos recursos. Inicialmente, com apoio do MMA, foram construídas, de forma experimental, 500 cisternas³¹. Em seguida, com o apoio da recém-criada ANA, previa-se a construção de 12.400 cisternas de placas no Semiárido, incluindo componentes a serem incorporados ao Programa, como comunicação, capacitação, controle social, mobilização e fortalecimento da sociedade civil.

A implementação do P1MC estava planejada para acontecer em cinco anos, com custos totais de 424,3 milhões de dólares americanos. Para este período, estabeleceu-se a meta de capacitação de famílias, além da construção de um milhão de cisternas rurais. A capacitação devia envolver, diretamente, pelo menos, um milhão de famílias. O desencadeamento do P1MC criou no Semiárido a grande expectativa de que a parceria entre sociedade civil e governo pode, efetivamente, transformar as políticas públicas voltadas ao bem-estar social.

A prioridade do Programa 1 Milhão de Cisternas é a família rural. Por isso, orienta suas ações pelos seguintes princípios:

³¹ A cisterna de nº 0000001 do P1MC foi inaugurada em novembro de 2000, na comunidade de Lagoa Grande, em Sobradinho, na Bahia (Cf. ASSIS, 2012).

- Gestão Compartilhada - o programa é concebido, executado e gerido pela sociedade civil organizada na ASA. As ações fazem parte de uma política ampla e processual.
- Parceria - a ASA buscará parcerias para a execução do programa com Governo, empresas, ongs, etc., a partir de critérios pré-estabelecidos.
- Descentralização e Participação - o programa foi executado através de uma articulação em rede, segundo os princípios de descentralização e participação.
- Mobilização Social - a natureza do P1MC é de educação-cidadã, mobilização social e fortalecimento institucional para a convivência com o semiárido brasileiro.
- Educação Cidadã - o Programa busca a educação-cidadã que situa criticamente a realidade histórico-cultural, visando a convivência com o semiárido brasileiro.
- Direito Social - afirmar os direitos da população de acesso e gestão dos recursos hídricos.
- Desenvolvimento Sustentável - afirmar a viabilidade do Semiárido, desmistificando a fatalidade da seca.
- Fortalecimento Social - o Programa deve ser uma ferramenta de fortalecimento e consolidação dos movimentos sociais.
- Emancipação - O Programa busca a construção de uma nova cultura política, rompendo com a dominação secular das elites sobre o povo, a partir do controle da água.

Participar da rede ASA, significa aderir a Cartas de princípios, elaborada em Igarassu (PE), em 15 de fevereiro de 2000:

1. A Articulação no Semiárido - ASA é o espaço de articulação política regional da sociedade civil organizada, no semiárido brasileiro;
2. São membros ou parceiros todas as entidades ou organizações da sociedade civil que aderem à “Declaração do Semiárido” (Recife 1999) e à presente Carta de Princípios;
3. É apartidária e sem personalidade jurídica, e rege-se por mandato próprio; respeita totalmente a individualidade e identidade de seus membros e estimula o fortalecimento ou surgimento de outras redes de nível estadual, local ou temático, adotando o princípio de liderança compartilhada;
4. Se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares, baseado em: a) a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido; b) a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção-de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do semiárido;
5. Busca contribuir para a implementação de ações integradas para o semiárido, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional, demandadas das entidades que atuam nos níveis locais; apoia a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o semiárido;
6. Se propõe a sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e as decisões políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do semiárido;
7. Busca contribuir para a formulação de políticas estruturadoras para o desenvolvimento do semiárido, bem como monitorar a execução das políticas públicas;
8. Se propõe a influenciar os processos decisórios das Conferências das Partes da Convenção de Combate à Desertificação, das Nações Unidas, para fortalecer a implementação das propostas da Sociedade Civil para o

Semiárido, e busca articular-se aos outros Fóruns Internacionais de luta contra desertificação.

A missão da ASA, discutida no II Encontro Anual, em agosto de 2001, foi assim explicitada: *“Fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e convivência com o semiárido, referenciados em valores culturais e de justiça social”*.

Figura 064 – Placa de identificação da 1ª cisterna.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (2000).

Como consequência da avaliação positiva dos resultados dessas primeiras ações pontuais, em 2002, e com a emergência da “segurança alimentar” como tema prioritário do governo brasileiro, por meio do Programa Fome Zero, o P1MC passou a ser situado como uma política pública de destaque no âmbito federal. Em 2008, a ASA figurava como uma das organizações que mais recebiam recursos governamentais para implementar tecnologias na área de universalização do acesso à água no Semiárido, através do Programa Cisternas (Assis, 2012).

O Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas) foi lançado em 2003. A iniciativa foi inspirada no “Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas”, criado pela ASA em 1999. O objetivo é promover o acesso à água para o consumo humano e também garantir a famílias rurais de baixa renda a possibilidade de produção de alimentos saudáveis. A

cisterna é um equipamento de baixo custo, que originalmente tem capacidade para 16 mil litros, já chegou a mais de 1,2 milhão de famílias do Nordeste e de Minas Gerais, e hoje é referência mundial na democratização da água e no combate à desertificação.

Desse modo, o governo federal brasileiro passou a ser o principal financiador do P1MC, cujo objetivo é alcançar as famílias residentes nas áreas rurais dispersas do meio rural Semiárido brasileiro. Baseado em uma política de construção de cisternas em larga escala, o Programa representa uma das mais importantes ações destacando a ampliação do acesso à água para consumo humano de populações difusas da região. Além disso, constitui-se em um dos maiores programas de aproveitamento da água da chuva em todo o mundo (Gomes, Heller, 2016).

Figura 065 – Família acessando tecnologia social e água de qualidade.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (2002).

O P1MC tem sido considerado um dos casos de desenvolvimento de tecnologias sociais mais exitosos do Brasil, fundamentando-se na construção de cisternas de placa como alternativas tecnológicas simples, de baixo custo e de fácil replicação, características que explicam sua rápida disseminação pelo Semiárido brasileiro. Trata-se de uma solução hídrica adaptada à realidade dos pequenos agricultores e consumidores de baixo poder econômico na região, capaz de permitir o desenvolvimento de saberes tradicionais, o empoderamento das comunidades locais, com potencial para amenizar a falta de água e para diminuir a vulnerabilidade social (Dias, 2013; Assis, 2012; Gomes, Heller, 2016).

O referido Programa representa uma das mais importantes ações com vista à ampliação do acesso à água para consumo humano de populações dispersas na zona rural do Semiárido brasileiro, além de se constituir em um dos maiores projetos mundiais em larga escala de aproveitamento da água da chuva. Dentre as inovações apresentadas, está a de ser pautado em um sistema simplificado para cumprir essa finalidade e por ter um modelo de gestão sustentado na participação da sociedade civil (Gomes, Heller, 2016).

Nesse sentido, o P1MC representa um papel de grande relevância na história das políticas hídricas para o Semiárido brasileiro, contribuindo para promover algumas rupturas nas tradicionais intervenções governamentais que tinham como primazia a reprodução das estruturas locais de dominação (Buriti, Barbosa, 2018).

A ASA é uma articulação que congrega mais de 3.000 organizações da sociedade civil, como as igrejas católica e evangélicas, ONG's de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores(as) rurais e urbanos(as), entidades comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores(as) rurais, movimentos sociais e organismos de cooperação internacional públicos e privados, que trabalham para o desenvolvimento social, econômico e político. As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos 10 estados que compõem o Semiárido Brasileiro (MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA).

A ASA lança mais fortemente o termo e o conceito do Semiárido Brasileiro, enquanto região imensa, invisível, mostrando a força, a esperança, a riqueza cultural de sua gente, se contrapondo à imagem da seca que castiga a região e as câmeras de televisão começam a mostrar as eternas imagens de chão rachado, água turva e crianças passando fome. Não nega a existência desta realidade, mas não aceita cometer a injustiça de reduzir o semiárido brasileiro e sua gente à imagem da dor, da desesperança e da miséria. Sempre afirmou que esse pedaço do Brasil tem outras imagens e perspectivas, muito positivas, alegres e plenas de esperanças. São justamente estas imagens que a Articulação no Semiárido Brasileiro, se propôs a resgatar, a defender, a se empenhar por elas e as divulgar.

Traçou vãos na busca de uma mudança de paradigma para o semiárido brasileiro. Ao invés do velho e malfadado "combate à seca", propôs a nova e ditosa "Convivência com o Semiárido", e a construção de um novo modelo de desenvolvimento para a região. Essa proposta trouxe muita energia, um novo olhar

sobre a região e uma nova forma de articular a sociedade civil. A ASA conseguiu que seu projeto de sociedade se juntasse a outros tantos pedaços de esperança em cada canto deste Brasil.

O Semiárido que a ASA está construindo é aquele em que os recursos são investidos nos anos “normais”, de maneira constante e planejados, em educação, água, terra, produção, saúde, informação. Busca-se romper com expressões como “frente de emergência”, “carro-pipa” e “indústria da seca”, de modo que possa trocá-las por outras, como convivência, autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento, ecologia e justiça.

Figura 066 – Tecnologia Social – Cisterna de Calçadão.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (2010).

Ao longo de sua trajetória, surge o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), criado pela ASA, em 2007, com o objetivo de garantir uma estrutura mínima necessária para que as famílias possam produzir o espaço para plantio e criação animal, a terra e a água para cultivar e manter a vida das plantas e dos animais. Integra o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, da ASA. Esse programa guarda-chuva abrange também o P1MC. Os objetivos do P1+2 são promover a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras e fomentar a geração de emprego e renda para as mesmas.

Figura 067 – Produção de Alimentos a partir da Cisterna de Calçadão.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (2011).

Juridicamente a ASA tem a Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido, denominada AP1MC, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, constituída na forma de associação civil, em 09 de maio de 2002, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público-OSCIP, pelo Ministério da Justiça e com prazo de duração indeterminado.

Tem como objetivo preponderante o fomento e o fortalecimento da política e Convivência com o Semiárido na perspectiva da garantia de direitos sociais fundamentais e da qualidade de vida das populações, referenciados pelas estratégias de formação e mobilização social, luta pelo acesso à terra e a água, defesa da agricultura familiar e da agroecologia e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Para consecução dos seus objetivos, a AP1MC executa o Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC; o Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Segurança e Soberania Alimentar através do Manejo Sustentável da Terra e das águas - P1+2; o Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Cisternas nas Escolas; Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Manejo da Agrobiodiversidade - Sementes do Semiárido e a Iniciativa de Conhecimento em Adaptação à Terras Secas (DAKI) - Semiárido Vivo; e celebra termos de parceria,

termos de colaboração, contratos de patrocínio, convênios, acordos de cooperação técnica e financeira e acordo de subvenção com vários parceiros, objetivando a execução dos Programas por ela implementado e o fortalecimento das organizações parceiras integrantes da Articulação Semiárido Brasileiro - ASA.

Um das ações importantes são os Encontros Nacionais da ASA, os EnconASAs, que têm se constituído como um importante espaço de debate político-organizativo da rede, onde se formulam e propõem políticas e ações de desenvolvimento para o Semiárido pautadas na proposta de convivência com o semiárido. Participam dos EnconASAs delegados eleitos de todos os estados que formam a ASA e convidados, que são os parceiros que têm apoiado a ASA na sua intervenção política. Fazem parte desse espaço, além de organizações e pessoas, as ideias, crenças, saberes e aspectos culturais que moldam as ações da ASA. Cada encontro contribuiu, de forma especial, para momentos e debates específicos que fizeram a rede ASA avançar na construção do projeto de convivência com a região. E ainda, conta com uma importante estratégia de Comunicação que tem contribuído nas disputas políticas no âmbito do Semiárido.

Os boletins "O Candeeiro", elaborados pelas organizações sociais integrantes da ASA Brasil, têm o intuito de dar voz aos agricultores e agricultoras familiares do Semiárido brasileiro que participam do P1+2. A ASA defende a perspectiva de direito à comunicação, de modo que a prática comunicacional é considerada um dos instrumentos de mobilização que compõem seus programas. Nesse sentido, por meio da análise do conteúdo dos boletins, foi possível avaliar os impactos das políticas sociais de águas sobre a vida das famílias do Semiárido (Buriti, Barbosa, 2018).

Figura 068 e 069 – Plenária de Comunicação da ASA, em Juazeiro BA.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (2022).

Em um século de secas (1915-2015), houve a consolidação de importantes pesquisas científicas sobre a região, que podem subsidiar a tomada de decisão sobre políticas públicas. Os atuais sistemas de alerta precoce sobre secas apresentam dados de monitoramento cada vez mais precisos. Tecnologias de sensoriamento remoto, por exemplo, têm permitido o estudo em larga escala dos impactos das secas sobre a vegetação, os solos e a agricultura familiar. Esses mecanismos tecnológicos permitiram avaliar os impactos da seca recentemente ocorrida no Semiárido brasileiro, com característica excepcional de ter alcançado pelo menos seis anos de duração (Buriti, Barbosa, 2018).

É importante destacar que, no ano de 2012, o Semiárido brasileiro passou por um dos piores eventos climáticos da sua história. A ação lenta e silenciosa da seca, seus impactos negativos generalizados, foi considerada como um verdadeiro desastre natural para a região, acarretando graves prejuízos humanos, sociais, econômicos e ambientais. Os impactos da intensa seca, prolongada até 2016, afetaram diretamente a economia nacional, especialmente a população das metrópoles, quando houve grande redução na oferta de produtos e aumento nos preços dos alimentos (Buriti, Barbosa, 2018).

Naquele momento já se estima que, em um futuro breve, a região seria uma das mais afetadas pelas mudanças ambientais, podendo sofrer uma redução de cerca de 40% das chuvas, afetando diretamente diversos setores sociais e produtivos (Buriti, Barbosa, 2018).

Nas últimas décadas, iniciativas governamentais, fundamentadas na implantação de tecnologias sociais para abastecimento de água, a exemplo do P1MC e do P1+2, têm provocado impactos positivos na agricultura familiar. A participação da sociedade civil na gestão de políticas hídricas, com destaque para o papel da ASA, tem contribuído para assegurar maior resiliência aos agricultores familiares diante dos eventos climáticos extremos. Todavia, apesar de esses programas estarem contribuindo para a segurança hídrica e alimentar, bem como para a geração de renda a diversos agricultores, a quantidade de tecnologias sociais implantadas ainda está muito aquém das necessidades da população, sobretudo em relação à disponibilidade de uma segunda água para produzir (Buriti, Barbosa, 2018).

Depois dessa primeira parceria, vieram outras, o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) para a captação de água de chuva para a produção agrícola e abastecimento animal, instituído em 2007, o Programa Cisternas nas Escolas para captação de água das chuvas em escolas do campo, iniciado em 2009 e o Programa Manejo da Agrobiodiversidade – Sementes dos Semiáridos, que buscou reforçar a cultura do estoque de sementes crioulas a partir da estruturação e gestão de cerca de 600 bancos de sementes no Semiárido, a partir de 2015 (MARINHO, 2022, p. 86).

Tais programas não tratam apenas da construção das cisternas. Esse é um processo que busca, sobretudo, o envolvimento da sociedade civil e sua capacitação para a CSAB, a partir de seis componentes: mobilização, controle social, capacitação, comunicação, fortalecimento institucional da sociedade civil e a construção da tecnologia propriamente dita. Esses programas atacam diretamente o monopólio do acesso à água e a tradição de construção de obras de grande porte que pouco atendia aos mais pobres (Marinho, 2022).

Mais de 1,1 milhão de cisternas/tecnologias sociais foram entregues desde 2003, considerando cisterna de consumo, cisterna de produção e cisterna na escola (a quase totalidade no Semiárido Brasileiro) através do Programa Cisterna. Só no Estado da Bahia 319.118 tecnologias foram construídas com forte cooperação entre a ASA, as organizações não governamentais e os governos.

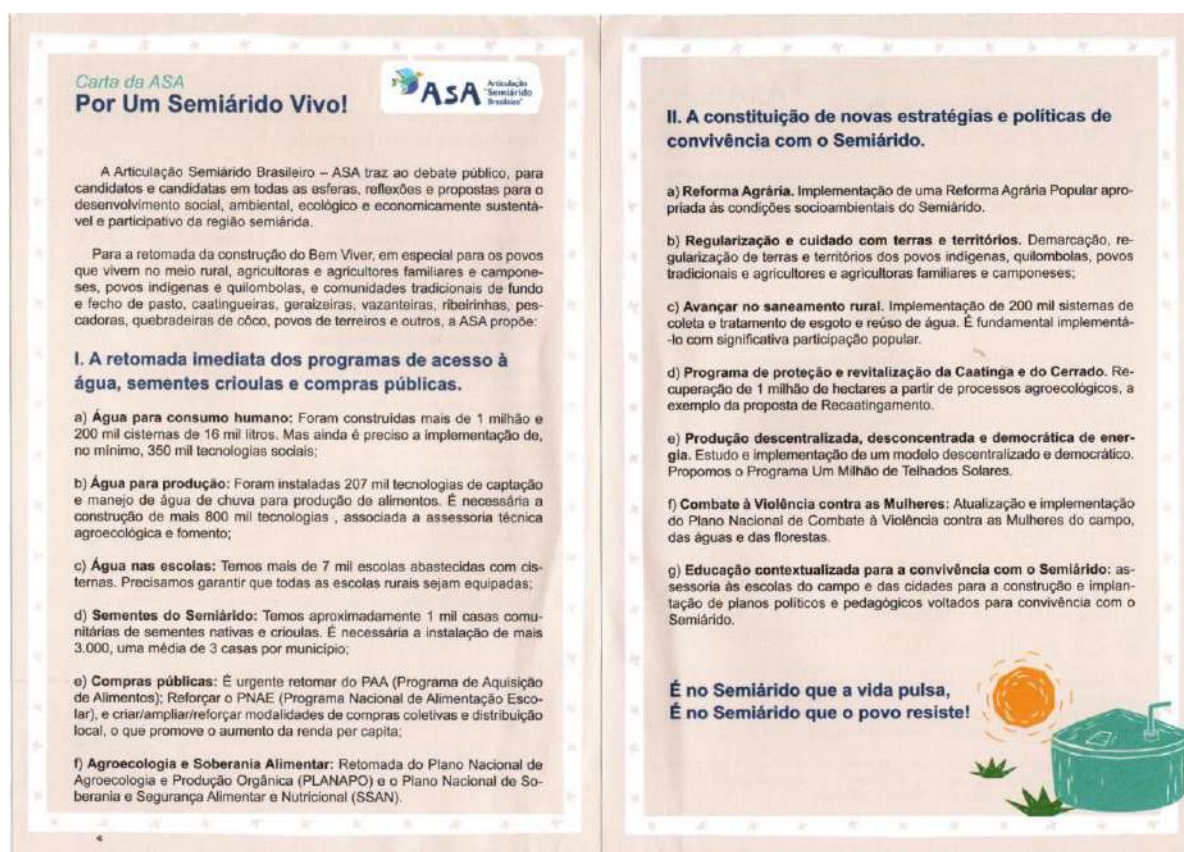
Quadro 06 – Dados das implementações de Cisternas no Estado da Bahia.

| Cisternas do MDS na BAHIA | | | |
|----------------------------------|-----------------|----------------|--------------|
| Consumo | Produção | Escolas | Total |
| 258.799 | 58.918 | 1.401 | 319.118 |

Fonte: MDS (2022).

No período de 2016 a 2022, a ASA vive o seu mais desafiador ciclo institucional, sendo fortemente afetada pelo golpe no Brasil, que gerou um conjunto de desmontes nas políticas públicas e, conseqüentemente, agendas retrógradas voltam a ser implementadas no Semiárido com foco no combate à seca, capitaneadas pelos órgãos federais como o DNOCS, Sudene e a Codevasf, desvinculando o protagonismo das organizações da sociedade civil.

Figura 070 – Carta da ASA por um Semiárido Vivo.



Fonte: ASA (2022).

Diante da severidade dos últimos seis anos de retrocessos, em 2022, a ASA lança uma Carta aberta à sociedade em defesa de Um Semiárido Vivo, fazendo um amplo debate com a sociedade, líderes políticos, gestores públicos, movimentos sociais e populares, sobre a importância e urgência de se reestabelecer os processos democráticos, participativos e descentralizados no Brasil.

Embora o processo de consolidação do Paradigma da Convivência com o Semiárido seja percebido a partir de diferentes organizações da sociedade civil articuladas pela ASA, a origem da Convivência remete aos saberes e práticas dos povos do Semiárido, que historicamente, vivem e resistem na região. Nesse processo, a percepção das lutas, da resistência e da resiliência dos povos do Semiárido, muitas vezes, é apontada como base que sustenta os movimentos na atualidade (Marinho, 2022).

O esperar de um novo tempo, faz com que a ASA realize um grande evento - Ato Público Celebrativo em 2023, celebrando os trinta anos da ocupação da SUDENE, um marco na construção das Políticas Públicas para a Convivência com o Semiárido e os 20 anos do Programa Cisterna criado no âmbito do governo federal

em 2003, bem como os 30 anos da primeira Caravana da Cidadania, quando, ainda enquanto candidato, o Presidente Lula ajudou a evidenciar junto à sociedade, a necessidade de um novo projeto de desenvolvimento para o Semiárido brasileiro, ações que hoje a ASA celebra como parte do Programa Permanente de Convivência com o Semiárido. O evento aconteceu no Espaço Ciência, em Recife - PE, local onde, em 1999 aconteceu a Conferência das Partes nas Nações Unidas de Combate à Desertificação - COP3, momento em que foi lançado o Programa Um Milhão de Cisternas, e por sua vez, constituída a Articulação Semiárido Brasileiro - ASA.

4.5 A SEGUNDA DÉCADA DE ATUAÇÃO DO IRPAA (2000 – 2009) – IMPLEMENTAR A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO



Fundado em abril de 1990, as atividades do IRPAA no início dos anos 2000 já era uma parte integrante da vida no Nordeste. Mostrou nestes anos, através da vivência prática dos lavradores, que a sua proposta da Convivência com o Semiárido é acertada e preencheu uma lacuna. Se descobriu nestes anos que o conceito da Convivência é algo bastante abrangente. O clima semiárido do Nordeste influencia não somente as atividades agropecuárias, mas toda vida humana, toda sociedade, a fé, a organização política, etc. O IRPAA já se fez presente em uma grande parte do Nordeste. Queremos prestar um serviço cada vez melhor ao Nordeste e precisamos de pessoas que ajudam a pensar e a descobrir as prioridades para uma ação eficiente. Queremo-nos dirigir especialmente às pessoas e entidades que já realizam no seu trabalho dia a dia, o conceito e divulgação da Convivência com o Semiárido. (D. Mário Zenetta, Presidente IRPAA, 2000).

Após os seus dez anos, com uma visão mais ampla da região, conhecendo suas características, especificidades, potencialidades, culturas e desafios estruturais, o Instituto adentra a região Nordeste, fortemente preconizada naquele momento, com o termo e conceito da Convivência com o Semiárido. Ainda lidando com um conjunto de desafios conjunturais à época, em ambientes de coronéis e de fortes confrontos com as oligarquias políticas e econômicas que imperavam a perspectiva do combate à seca, com grandes projetos, que ainda continuavam gerando desigualdades sociais e o êxodo rural.

A transição da primeira para segunda década coloca pra gente também um desafio do ponto de vista conceitual, uma disputa conceitual que é apresentar a região do Polígono da Seca não como o Polígono da Seca, mas como a região Semiárida do Brasil. Portanto uma região que é árida, mas que também é úmida. Que é seca, mas também chove, tem períodos de estiagem, mas tem período de chuvas, enfim. Tem período de seca e de verde. Tem fragilidades, mas tem potencialidades, que tem seus problemas, mas tem suas riquezas. Suas forças. Trouxe pra gente essa disputa que aqui era uma região semiárida e existe outras regiões semiáridas no mundo que a gente pode estar aprendendo juntos, enfim, desenvolvendo tecnologias, políticas apropriadas a essas condições socioambientais dessa região. Tirando a polêmica da seca do mapa político, porque aí o semiárido começa a aparecer na geografia política do Brasil (Cícero Felix dos Santos, 2022).

Figura 071 – Celebração e Avaliação dos 10 anos do IRPAA.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (2000).

Naquele momento não se tinha clareza da manutenção dos trabalhos do Instituto, e fruto de um processo de escuta e debate à luz dos dez anos de atuação, com a presença das comunidades rurais, lideranças, associados e apoiadores, se faz necessário uma atualização estatutária que permita o IRPAA continuar com sua missão, contribuindo na criação de um novo paradigma para a região, o da Convivência com o Semiárido.

“o objetivo superior consiste em contribuir para a viabilidade da proposta de convivência com o semiárido, com vista na melhoria da qualidade de vida das pessoas”.

Com toda experiência acumulada, o Instituto amplia sua atuação através dos Setores, mantendo o Setor de Clima e Água; criando o Setor de Produção, a partir da fusão (Criação, Roça e Mulheres), cria o Setor Pedagógico, Setor de Comunicação e o Grupo de Trabalho sobre Políticas Públicas.

Um destaque importante da Assembleia do IRPAA em 2003, apresentado pela coordenação do PROCUC, foi o conflito de Terra no município de Curaçá que resultou no atentado a bala, deixando quatro lavradores feridos, a exemplo de Seu Manoel, uma liderança comunitária e multiplicador da Convivência com o Semiárido.

A luta pela Terra e pelo Território além de ser algo estrutural nessa região, é a principal centralidade do trabalho da Convivência com o Semiárido, considerando a necessidade destes aspectos para a permanência digna das pessoas em seus modos de vida. O fato é que, ao longo dos tempos, essa região é marcada por conflitos, criminalizações e perseguições, fruto de uma estrutura política e econômica a serviço das oligarquias e da elite conservadora que ainda impera na disputa pelos bens naturais para fins de exploração e expropriação.

*Se você for olhar pra missão institucional do IRPAA, poderia ter acabado nos primeiros dez anos. O estatuto inicial fala dessa missão mais de curto prazo de olhar a região de ter uma outra imagem da região e essa outra imagem da região a gente conseguiu trabalhar nos primeiros dez anos, então isso poderia ter terminado ali, poderia ter fechado as portas, mas foi feito uma grande avaliação. E com essa perspectiva de **criar esse novo paradigma**, avaliaram que o IRPAA teria uma outra missão na segunda década que era trabalhar as ideias da convivência, efetivando essas ideias, fazendo essas ideias deixarem de ser apenas iniciativas pontuais e pudessem ganhar escala pra ter um impacto no coletivo mais amplo da sociedade, deixar de ser apenas algumas ilhas de prosperidade, assim com boas experiências e que isso passasse a ser de fato algo do cotidiano das pessoas no semiárido brasileiro, que é essa história de ganhar escala... E impactando populações de municípios, de territórios, de regiões, de estados, e aí não tinha outra possibilidade que não fosse o IRPAA se embrenhar pelas políticas públicas (Cícero Felix dos Santos, 2022).*

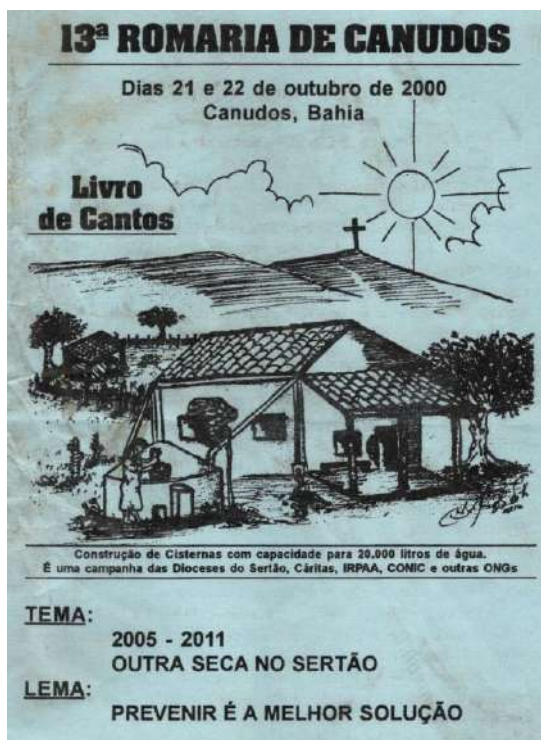
Para criação desse novo paradigma, se fazia necessário romper as narrativas carregadas de estereótipos e propagar um imaginário positivo e propositivo do Semiárido Brasileiro, rompendo a lógica do Combate à Seca, assistencialista e clientelista, perpassando pela Convivência com a Seca, fortemente preconizado pela Embrapa Semiárido e as Universidades, diante dos confrontos epistemológicos na região, e mantendo firme o perspectiva da Convivência com o Semiárido, como uma outra lógica, um outro projeto para essa região e um novo paradigma.

O segundo ciclo de dez anos, foi o tempo de consolidar o conceito de Convivência com o Semiárido. No início do IRPAA prevalecia o conceito de combate à seca. Programas de governo assistencialista divulgava um imaginário negativo do Semiárido. Um lugar inóspito. Com a divulgação das informações reais do Semiárido avançamos para o conceito de Convivência com a Seca e em seguida consolidamos o conceito de Convivência com o Semiárido. Região bonita, viável e autossuficiente que precisa de políticas públicas para a sua estruturação, em especial na defesa dos povos e territórios e na criação de um imaginário positivo. Um novo paradigma. (José Moacir dos Santos, 2023).

Um registro importante é que, naquele momento, só se tinha como estratégia o resgate histórico de Canudos, através das romarias e, em 2000, já se anunciava uma seca no sertão, faziam um conjunto de denúncias, apontavam a necessidade

da prevenção como melhor solução para o enfrentamento ao fenômeno da seca. Naquele momento a Diocese de Juazeiro, o IRPAA, a Cáritas, CNBB, dentre outras organizações trabalhavam com a construção de cisternas de 20.000 litros de água.

Figura 072 – Imagem do Livro de Canto e Cartaz da 13ª Romaria de Canudos.



Fonte: IPMC de Canudos (2000).

A escassez de água para o consumo humano na região ainda era um drama social, principalmente, durante as secas. Nesses períodos, a necessidade diária de se buscar água para o consumo doméstico obriga, sobretudo as mulheres e crianças, a longas caminhadas. Dos 3,3 milhões de domicílios rurais do Nordeste, indicados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, era provável que mais de dois terços se encontrassem nesta situação. Na maioria dos casos, era utilizada água imprópria, e por vezes contaminada, para o consumo humano.

Havia ocasiões em que se esperava dias, e até semanas, pelo abastecimento do caminhão-pipa. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Semiárido, na época da seca, uma família, com cinco pessoas, gasta uma média mensal de três dias para obter água. Registrava-se, ainda, perdas de cinco semanas por ano de trabalho, em decorrência de diarreias contraídas pelo consumo de águas contaminadas. O Fundo das Nações Unidas para Infância - UNICEF, a

partir de dados do Ministério da Saúde, alertava para o fato de que, a cada quatro crianças que morrem na região, uma deixa a vida acometida por diarreia, consequência imediata do consumo de água imprópria (ASA, 2002).

Já existiam centenas de experiências bem sucedidas de captação e armazenamento de água de chuva, por meio de cisternas rurais, integradas a um processo educativo para um bom gerenciamento do uso da água. Os impactos desses trabalhos, vivenciados na última grande seca (1998/1999) foram, indiscutivelmente, marcantes no que diz respeito ao acesso à água de qualidade para o consumo humano e, conseqüentemente, à melhoria da saúde das famílias (ASA, 2002).

Figura 073 – 3º Simpósio Brasileiro de Captação e Armazenamento de Água de Chuva.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (2001).

Diante dos desafios e das oportunidades já constatadas na região, sendo o Semiárido um ecossistema específico, seus habitantes têm direito a uma verdadeira política de desenvolvimento econômico e humano, ambiental e cultural, científico e tecnológico. Implementando essa política, em pouco tempo não precisaríamos continuar distribuindo água e pão. Já se afirmava que: a caatinga e os demais ecossistemas do semiárido, sua flora, fauna, paisagens, pinturas rupestres, céus deslumbrantes formam um ambiente único no mundo e representam potenciais extremamente promissores; homens e mulheres, adultos e jovens podem muito bem tomar seu destino em mãos, abalando as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária; toda família podia, sem grande custo, dispor de água limpa para beber e cozinhar e, também, com um mínimo de assistência técnica e crédito,

viver dignamente, plantando, criando cabras, abelhas e galinhas; enfim, que o semiárido era perfeitamente viável quando existe vontade individual, coletiva e política nesse sentido.

Já se tinha um entendimento de que a água era um elemento indispensável, longe, porém, de ser o único fator determinante no Semiárido. Não há como simplificar, reduzindo as respostas a chavões como "irrigação", "açudagem" ou "adutoras". Além do mais, os megaprojetos de transposição de bacias, em particular a do São Francisco, são soluções de altíssimo risco ambiental e social.

O Semiárido brasileiro é um território imenso, com duas vezes mais habitantes que Portugal, um território no qual caberiam a França e a Alemanha reunidas. Essa imensidão não é uniforme: trata-se de um verdadeiro mosaico de ambientes naturais e grupos humanos. Dentro desse quadro bastante diversificado, se encontram problemáticas próprias à região (o acesso à água, por exemplo) e, outras, universais (a desigualdade entre homens e mulheres). As problemáticas da época eram: agricultores familiares que plantam no sequeiro, praticamente sem acompanhamento técnico, colonos e grandes empresas de agricultura irrigada, famílias sem-terra, famílias assentadas, muita gente com pouca terra, pouca gente com muita terra.

Figura 074 – Imagem da natureza do Semiárido em tempo chuvoso.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (2010).

Naquele momento, já se tinha um programa de Convivência com o Semiárido - CSA, sendo materializado através do PROCUC/IRPAA, fundamentado em duas premissas: a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido; a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção. O Programa constitui-se, também, de seis pontos principais: conviver com a região, orientar os investimentos, fortalecer a sociedade, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais e buscar meios de financiamentos adequados.

O Semiárido brasileiro caracteriza-se, no aspecto socioeconômico, por milhões de famílias que cultivam a terra, delas ou de terceiros. Para elas, mais da metade do ano é seco e a água tem um valor todo especial. Além disso, as secas são fenômenos naturais periódicos que não podemos combater, mas com os quais podemos conviver.

Estas características fazem com que o Semiárido apresente problemas bem peculiares, como o próprio acesso à água, a falta de oportunidades de trabalho para homens e mulheres, a desnutrição infantil e suas consequências, entre outros. Tudo isso implicava na adoção urgente de medidas que ensinem a população do Semiárido Brasileiro a conviver com o seu tipo climático e, mais do que isso, promovam a mobilidade social e o conseqüente desenvolvimento da região e de sua gente.

Vale lembrar, também, que o Brasil assinou a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, comprometendo-se a "atacar as causas profundas da desertificação", bem como "integrar as estratégias de erradicação da pobreza nos esforços de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos da seca". Partindo dessas reflexões, o Programa de Convivência com o Semiárido incluiu o fortalecimento da agricultura familiar, como eixo central da estratégia de Convivência com o Semiárido, em módulos fundiários compatíveis com as condições ambientais.

Por isso, o Programa de Convivência com o Semiárido compreende, entre outras medidas: a descentralização das políticas e dos investimentos, de modo a permitir a interiorização do desenvolvimento, em prol dos municípios do semiárido; a priorização de investimentos em infraestrutura social (saúde, educação, saneamento, habitação, lazer), particularmente nos municípios de pequeno porte; maiores investimentos em infraestrutura econômica (transporte, comunicação e

energia), de modo a permitir o acesso da região aos mercados; estímulos à instalação de unidades de beneficiamento da produção e empreendimentos não agrícolas; a regulação dos investimentos públicos e privados, com base no princípio da harmonização entre eficiência econômica e sustentabilidade ambiental e social.

A compreensão que o Semiárido brasileiro não é uma região apenas rural. É também formada por um grande número de pequenos e médios centros urbanos, a maioria em péssima situação financeira e com infraestruturas deficientes. Pior ainda: as políticas macroeconômicas e os investimentos públicos e privados têm tido, muitas vezes, efeitos perversos. Terminaram por gerar novas pressões, que contribuíram aos processos de desertificação e reforçaram as desigualdades econômicas e sociais. Esquemas de dominação políticos quase hereditários, bem como a falta de formação e informação representa fortes entraves ao processo de desenvolvimento do Semiárido.

Um dos aliados na pauta da Convivência com o Semiárido foi a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, que já orientava sobre a obrigatoriedade da participação da sociedade civil em todas as etapas da implementação dessa Convenção.

A pauta das mulheres representava uma força de trabalho no campo em que mais da metade começam a trabalhar com 10 anos de idade. Foi algo muito necessário naquele período. No Sertão eram, muitas vezes, elas as responsáveis pela água da casa e dos pequenos animais, ajudadas nessa tarefa pelos (as) jovens. Apesar de cumprir jornadas de trabalho extenuantes, de mais de 18 horas, as mulheres rurais permaneciam invisíveis. Não existia reconhecimento público da sua importância no processo produtivo, muitas delas nem sequer existiam para o estado civil, sem certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF ou título de eleitor. Sub-representadas nos sindicatos e nos conselhos, as mulheres rurais não podiam exercer sua cidadania.

Na Assembleia do IRPAA de 2003, Dom André de Witte, presidente do Instituto, destacou a necessidade de procurar ajuda financeira também no Brasil, globalizando a solidariedade, ficando encaminhado que o Seminário Interno elaborasse as linhas de trabalho para os próximos dez anos, considerando o acesso a recursos no país. Naquele momento, inspirado nas orientações da CNBB, o presidente destacou que o trabalho do IRPAA apresenta o melhor programa “Fome

Zero” para o sertão, com objetivo de superação da fome, e não de combate à fome que é algo mais complexo e estrutural.

Para os próximos dez anos, a Assembleia delibera: tem que dar mais visibilidade da CSA e mudar opinião pública em relação à Convivência, pois só a cisterna não resolve; a necessidade da preservação da caatinga num modelo sustentável de produção em que toda bacia do rio deve ter um grande programa de revitalização; a necessidade em participar em colegiados que construa políticas públicas e defenda direitos da classe trabalhadora; defender a importância da água, já que ninguém pode produzir água; deve se constar algum tipo de apoio de programa para pessoas em situação de rua, principalmente crianças, adolescentes e jovens.

Diante desse contexto, o Instituto passa a mudar seus rumos, ampliando horizontes, áreas de atuação *in loco*, com uma melhor organização interna, atua na proposição, mobilização, execução, controle social e avaliação de políticas públicas.

A atuação do Instituto na organização da Feira Nacional da Agricultura Irrigada - FENAGRI, permitiu pela primeira vez ter um espaço dedicado à Agricultura Familiar, ao tempo que vai ampliando a visibilidade da Convivência com o Semiárido em setores conservadores e com outra visão de relação com a natureza.

Foi em 2003 que o IRPAA apresentou o primeiro projeto para o governo, através do Pronaf Capacitação, por intermédio da Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais - SECOMP, ligada ao Estado da Bahia. Os cursos ofertados foram todos pautados e estruturados através da Convivência com o Semiárido, com foco no beneficiamento e na comercialização do Umbu.

A segunda década foi o grande desafio de deixar de ter uma relação mais vamos dizer assim mais tranquila, mais cordial, mais cômoda com a cooperação internacional e passar a se embrenhar, a se envolver na proposição e execução de políticas públicas a partir das experiências apropriadas que já se tinha. É se embrenhar nesse mundo das políticas públicas. Eu acho que foi o grande desafio pra instituição na segunda década e aí com essa missão de viabilizar a proposta da convivência (Cícero Felix dos Santos, 2022).

Essa realidade começa mudar com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, onde um dos primeiros atos do presidente em 2003, dez dias após sua posse, foi promover uma viagem com uma comitiva de 30 ministros ao Semiárido e à periferia do Recife. O objetivo era levar os formuladores de políticas públicas ao contato

direto com a realidade da extrema pobreza, reiterando assim o foco no combate à fome. Lula e ministros visitam Brasília Teimosa, na periferia do Recife.

A eleição do Presidente Lula em 2002 permitiu restituir à região novos projetos de desenvolvimento económico. Se o Semiárido era visto como espaço da miséria, fome e do desespero social antes, passou a ser visto como espaço possível de desenvolvimento do agronegócio e de uma economia marginal, periférica, que provesse a população local de alguns bens de primeira necessidade, historicamente a ela negados (COSTA, 2017, p. 158).

No fim de janeiro de 2003, o governo federal lançou o programa Fome Zero, com o objetivo de integrar políticas emergenciais de combate à fome com políticas públicas estruturais. Destaque para a criação do Programa Cartão Alimentação, destinado à compra de alimentos pelas famílias mais pobres, e o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, com compras públicas dirigidas para a agricultura familiar. No PAA, o governo comprava diretamente de produtores e cooperativas em larga escala, eliminando os atravessadores.

Figura 075 - Ministros José Graziano (Segurança Alimentar), Benedita da Silva (Assistência e Promoção Social) e Ciro Gomes (Integração Nacional) visitam Guaribas (PI), município símbolo do combate à fome por ter um dos menores IDH do país.



Fonte: (José Cruz e Ana Nascimento /Agência Brasil, 2003).

Entre janeiro de 2003 e janeiro de 2004, o Fome Zero beneficiou 11 milhões de pessoas, em 2.369 municípios concentrados especialmente no Semiárido e nas regiões mais pobres do Nordeste. O programa partia da premissa de que o problema

da fome no Brasil estava muito mais conectado à falta de dinheiro para comprar alimentos do que à falta de alimento. O Fome Zero também recebeu doações de pessoas físicas e jurídicas. Uma única empresa de embalagens doou 1 milhão de litros de leite, artistas nacionais e internacionais de renome, como Lenny Kravitz, Bono Vox e Shakira participaram da campanha. Cantor norte-americano Lenny Kravitz doa guitarra para o programa Fome Zero.

O Fome Zero sofreu uma série de dificuldades em sua implementação, desde a ausência de um cadastro atualizado de beneficiários até a articulação com outras políticas sociais. A situação começa a mudar com o surgimento do Bolsa Família, em 2004. Unindo os programas Cartão da Alimentação, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás, o Bolsa Família superaria essas dificuldades se tornaria o maior programa de transferência de renda do mundo.

Grandes investimentos foram levados para o Nordeste e para o Semiárido a partir de 2003, especialmente às margens dos grandes rios da região. Atraídos por políticas fiscais favoráveis e obras de infraestrutura realizadas pelo Estado brasileiro, os rios Açu, no RN; Jaguaribe, no Ceará; São Francisco, na Bahia; passando por Pernambuco até Sergipe e Alagoas receberam vultosos investimentos do agronegócio. Até mesmo pequenos canais de irrigação ligando bacias internas no próprio Estado receberam investimentos e nacionais para desonerações fiscais para atrair investimentos de grandes corporações estrangeiras ou produzir frutas, açúcar e álcool, outra exigência do mercado internacional (Costa, 2017).

Em paralelo, a sociedade civil retomava processos organizativos sobre novas configurações, novos conceitos, novas propostas socioprodutivas, culturais e políticas. A sociedade sertaneja se organizava em outra lógica. O paradigma central que conduziu as políticas públicas no Semiárido, ou seja, as políticas de combate às secas passaram a ser substituídas por políticas de convivência com o semiárido, dando sentido e valorizando sua ecologia, seus biomas, seus saberes populares, suas diversidades culturais e suas formas de vida e de se relacionar com a natureza. Vislumbrou-se um projeto de desenvolvimento nessas terras sob outra lógica, vinculando o desenvolvimento econômico ao desenvolvimento social, amparado pelo crescimento sociocultural (Costa, 2017).

Os estudos recentes da professora Tânia Bacelar, sob o título: "Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras" se aproximam mais de uma

leitura correta da realidade, apontando que, no geral, a principal atividade econômica produtiva no SAB ainda está fortemente ligada ao universo rural, à agropecuária (Costa, 2017).

Os desafios da produção científica, tecnológica e de inovação precisam, sobretudo, estar sintonizados com esse contexto e na direção de colaborar com sua superação. Nesse sentido, o fortalecimento da agricultura familiar com vistas à transição para a construção de uma prática agroecológica nos indica novos horizontes de possibilidades e potencialidades que recuperem o ambiente violentamente degradado deste território e restabeleçam condições de vida digna à população, sob o signo da solidariedade e da harmonia com o meio ambiente, abrindo trilhas para o bem-viver em comunidade (Costa, 2017).

Em 2004, o foco do trabalho do IRPAA tinha as seguintes prioridades: ordenamento agrário no semiárido, fundo de pasto, recaatingamento, agricultura orgânica, beneficiamento, criação de animais, produção de materiais como cartilhas, registro dos produtos da caatinga no Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, cursos de comunicação em TV e rádio, GT de desertificação, Comitê da Borda do Lago de Sobradinho, ABCMAC, tendo uma inovação nesse ano que foi a produção da bomba d'água popular – bomba hidráulica manual, atuação na RESAB, produção de livros paradidáticos, execução do PETI com recursos federais, Baú de Leitura, renda equilibrada apesar das irregularidades climáticas, dentre outras prioridades em execução à época.

Um destaque importante para o processo de interiorização das políticas públicas foi a abordagem territorial, tendo os Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável e Solidário - PTDSS como principal instrumento orientador das estratégias de intervenções no Território. Essa ação naquele momento foi coordenada pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial - SDT/MDA.

No Território Sertão do São Francisco, no estado da Bahia, surge o Fórum Territorial Sertão do São Francisco, que foi instituído em 30 de novembro de 2004, em ato realizado no prédio da Câmara de Vereadores da cidade de Juazeiro - BA, contando com representantes do poder público, da sociedade civil, do Projeto de Cooperação Técnica MDA/FAO, da Secretaria de Agricultura de Juazeiro - BA, da FAO-Brasil e da 6ª Superintendência da CODEVASF. Atualmente é constituído por

68 (sessenta e oito entidades) da sociedade civil e do poder público, um núcleo diretivo e câmaras temáticas.

Foi aprovada na Assembleia de 2006, a nova estrutura funcional do IRPAA, bem como novo ajuste organizacional, saindo de Setores para Eixos Temáticos, assegurando o trabalho interdisciplinar, pensando no equilíbrio e na transversalidade da proposta, conforme apresentado pelo Coordenador Geral, José Moacir dos Santos. Nesse processo de transição e aprimoramento se constituiu duas Equipes de Trabalho: 1. Macambira, composta por Maria, Ângelo, Edimilson e Bete. 2. Peteca, composta por Dário, Lucineide, Edineusa, Cleberlito e Haroldo. Neste período, o trabalho do IRPAA estava focado no Território Sertão do São Francisco - TSSF. Ali o Instituto estava “inventando” um novo jeito de trabalhar a Convivência com o Semiárido. Somente no ano de 2007, se define os Eixos Prioritários para o trabalho do IRPAA: 1. Terra; 2. Água; 3. Produção; e 4. Educação.

Foi em 2007 que o Instituto teve o primeiro apoio direto do Governo Federal, através do INCRA, tendo como pano de fundo a geração de renda e a preservação do meio ambiente em assentamentos. O projeto envolvia sete assentamentos e duas comunidades de fundo de pasto, num raio de 200km. A intenção era se tornarem áreas de preservação e reservas legais. Foi um contato após a recepção pelo INCRA da proposta de Convivência com o Semiárido.

No governo Lula, no período de 2003 a 2010, há uma intervenção do Estado em favor das populações excluídas com uma série de políticas públicas, que chegam no chão. Porém, o que esses governos fizeram foi encampar a proposta da sociedade civil organizada na ASA e financiar programas de Convivência com o Semiárido, como o Programa Um Milhão de Cisternas - P1MC e o Programa Uma Terra e Duas Águas - P1+2. Junto a outras políticas públicas, pela primeira vez na história, as populações difusas são efetivamente beneficiadas com uma infraestrutura de água, energia, telefonia, etc., que vai impactar para melhor a qualidade de vida das famílias.

Nesse período, a partir das proposições e mobilizações das organizações da sociedade civil, foram asseguradas diversas conquistas para a classe trabalhadora, em especial aos agricultores e agricultoras familiares junto ao poder público, sendo destaques: Inclusão do trabalhador e da trabalhadora rural no Regime Geral da Previdência Social; Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006); Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf; Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER; Programa Fomento Rural (Lei 12.512/2011, Decreto 9.221/2017); Proagro Mais e Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF; Comercialização: Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; Selo Arte e Selo da Agricultura Familiar; Acesso à Terra e Reforma Agrária - assentamento de milhares de famílias, créditos iniciais para famílias assentadas da Reforma Agrária e Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF (Programa Terra Brasil); Políticas Sociais: Habitação Rural, Luz para Todos, Água para Todos, Cisternas; Educação: Programa Nacional de Educação do Campo - Pronacampo, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec Campo; Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR; unidades móveis de combate à violência contra as mulheres e Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural; Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO.

Esse conjunto de conquistas é fruto de muita mobilização social envolvendo outros segmentos da sociedade (movimentos sociais, organizações populares, redes, fóruns, articulações), a exemplo das Mobilizações por um Semiárido Vivo, Grito da Terra Brasil, Marcha das Margaridas, Festival da Juventude Rural e de ação permanente no Congresso Nacional e com os governos pelo movimento sindical.

Figura 076 – Romaria da Terra e das Águas – anúncios e denúncias.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2012).

Essas políticas, entretanto, não aconteceram sem conflitos. Num primeiro momento, o governo Lula optou novamente por grandes projetos, como a Transposição de Águas do São Francisco para o Nordeste Setentrional. Foi preciso resistência e lutas sociais da população civil organizada para que outros programas, com captação da água de chuva para beber e produzir, fossem financiados em larga escala pelos governos federal e estaduais.

O Paradigma da Convivência com o Semiárido, financiado em larga escala, logo vai mostrar seus resultados. Embora com todos os seus limites, o Índice de Desenvolvimento Humano formulado pela ONU indica com clareza as mudanças no Brasil, particularmente nessa região. Outro indicador bastante ilustrador é a diminuição da mortalidade infantil na região Semiárida. Esses dois indicadores ajudam entender o que aconteceu.

Nesse mesmo período, surge com força através da Via Campesina³² o conceito da Agroecologia, que mais tarde graças a sua capilaridade se institui enquanto ciência, e se apresenta como elemento e fundamento importantes para a Convivência com o Semiárido, resultado de um conjunto de práticas agrícolas que se preocupam com o manejo e conservação do solo, uso racional dos recursos hídricos, entre outras ações que estão voltadas para o equilíbrio ambiental, que já eram realizadas por famílias que compartilham dos preceitos da agroecologia.

A agroecologia na minha concepção é uma estratégia importante de viabilizar a convivência nessa região. Não tem como você produzir alimentos saudáveis na região semiárida se não for via agroecologia o cuidado com a água, o cuidado com os bens comuns... Nessa região ou em qualquer outra precisa passar pela agroecologia para se ter de fato produção de alimentos saudável. Mas claro que a agroecologia não se resume apenas a produção de alimentos, tem outras dimensões. Uma dimensão importante da convivência é a agroecologia, como uma ciência (Cícero Felix dos Santos, 2022).

As práticas agroecológicas vêm sendo praticadas pelos pequenos agricultores e agricultoras, através da Agricultura Familiar e Camponesa. Essa metodologia fortalece as técnicas do cooperativismo, associativismo e vai de encontro à prática do agronegócio, que persiste na produção de monoculturas e no uso de agrotóxicos, degradando o meio ambiente.

³² É uma organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais e organizações de todo o mundo. A organização visa articular os processos de mobilização social dos povos do campo em nível internacional.

A filosofia da agroecologia é um dos aspectos da Convivência com Semiárido, considerando que é necessário pensar a agroecologia no Semiárido, seja de que forma eu posso produzir usando o mínimo de água, ou preservando, potencializando a capacidade que a natureza já tem de armazenar água e que esse método resgata algumas tradições rurais, como a de troca de sementes entre agricultores/as, cooperação com a natureza e com a população, criação coletiva, etc.

A agroecologia trabalha voltada para ações de sustentabilidade e respeitando as riquezas ambientais e as características de cada região. Com isso os agricultores e agricultoras precisam conhecer o clima, a fauna e flora da sua comunidade para implantar o cultivo e criação de animais que são adaptados ao meio ambiente no qual estão inseridos. Tem-se como exemplo a criação de bovinos como uma prática não ecológica para a região do Semiárido, pois o boi bebe muita água, enquanto as criações de caprinos e ovinos são mais apropriadas para a região.

Essas técnicas oferecem alternativas de trabalho aumentando a renda e melhoria da qualidade de vida para o/a agricultor/a familiar, além de garantir a preservação das plantas das regiões, a Caatinga, o beneficiamento das frutas e o cultivo coletivo, formando comunidades organizadas e fortalecidas, aumentando a quantidade e qualidade de seus produtos.

No exercício de contextualizar a emergência da agroecologia no Semiárido, é salutar compreender o papel das organizações da sociedade civil organizada e da diversidade de suas experiências, algumas com intervenções mais relacionadas às iniciativas da denominada Agricultura Alternativa e/ou da contestação do modelo de intervenção estatal na região, fundamentado no Combate à Seca, e da busca por construir alternativas apropriadas aos modos de vida e produção, o que tem se consolidado como a Convivência com o Semiárido. Com a criação da ASA, em 1999, acontece a articulação entre essas organizações e, conseqüentemente, o compartilhamento de suas experiências, o que acaba por ressignificar a atuação dessas e a promover a interconexão entre a Agroecologia e a Convivência com o Semiárido (MARINHO, 2022, p. 320).

A Convivência entendida como expressão da Agroecologia no Semiárido remete à percepção de sinergias nas relações entre a Convivência e a Agroecologia. Essas têm contribuído para a superação de visões simplista, reducionistas e preconceituosas na relação cultura natureza no Semiárido ao possibilitarem a construção de conhecimentos e práticas, que se colocam como alternativas no enfrentamento das problemáticas vivenciadas por agricultores e agricultoras da região (Marinho, 2022).

Os processos de Construção do Conhecimento Agroecológico e da Convivência com o Semiárido enquanto processos relacionais, sociais e culturais buscam superar as concepções simplistas, reducionistas e preconceituosas quanto aos conhecimentos tradicionais e aos saberes e às práticas do/as agricultores/as impostas pela monocultura da ciência moderna e das práticas extensionistas fundadas nessa. Entende-se que o conhecimento se constrói por sujeitos ativos diante de suas realidades, na dialética ação-reflexão-ação e articulam em sinergia diferentes epistemes oriundas das experiências e práticas camponesas (MARINHO, 2022, p. 318 e 319).

No contexto do Semiárido, a pesquisa evidenciou que, na percepção dos sujeitos, a Convivência com o Semiárido pode ser entendida como a expressão da Agroecologia no Semiárido, o que reforça a compreensão de que a Agroecologia tem se consolidado, especialmente nos espaços políticos e institucionais e na atuação de diferentes organizações civis, incluindo a ASA e o IRPAA, a partir da Convivência com o Semiárido (Marinho, 2022).

Essa relação e sinergia entre a Agroecologia e a Convivência com o Semiárido vem sendo gestada e alimentada na compreensão de que, apesar de suas distinções, no bojo histórico da atuação contra hegemônica, diante dos modelos da modernização conservadora e de padrões de desenvolvimento exógenos, degradantes e excludentes, seus percursos e objetivos se encontram, a partir da atuação dos movimentos sociais, sindicais, religiosos e de ONGs, que buscam realinhar o curso alterado da relação natureza e cultura, incidindo, inclusive, no plano das políticas públicas apropriadas à região semiárida (MARINHO, 2022, p. 319).

A base para agroecologia na região é a Convivência com Semiárido, o que já vem sendo praticado há muito tempo pelos camponeses/as e agricultores/as e agora vem conquistando espaços de discussões e implementação enquanto ciência e política pública.

De acordo com Silva (2006), a concepção da Convivência com o Semiárido está sendo conduzida por novos sujeitos que defendem uma política alternativa e sustentável para a região. Um conjunto de organizações sociais, aglutinadas na ASA, assume atualmente o protagonismo na busca de ampliar os espaços decisórios, de formulação e controle social das ações governamentais. Contrapõe-se, assim, às antigas e decadentes oligarquias políticas e econômicas que influenciavam na elaboração dos modelos de intervenção, com base em seus próprios interesses.

Contudo, o diálogo com o poder público não deve ficar restrito às medidas específicas (formulação, negociação e execução de programas), mas avançar para

um processo de mobilização regional e nacional de debate sobre as estratégias de construção de um Semiárido sustentável social, econômica e ambientalmente (Buriti, Barbosa, 2018).

Nesse cenário, essa nova orientação de propostas e práticas para a Convivência com o Semiárido, empreendida pela sociedade civil, por meio do incentivo às tecnologias sociais sustentáveis, inaugura um novo paradigma de políticas públicas, especialmente para a região. Tal paradigma está baseado na crítica social em relação às raízes dos seus problemas estruturais, a exemplo da concentração fundiária, do domínio da água armazenada, do monopólio do poder político, da concentração das riquezas produzidas etc., de modo a desmistificar a seca no Semiárido como a causa do subdesenvolvimento (Silva, 2006).

Um elemento importante foi a greve de fome de Dom Luiz Cappio em 2007, por sete dias em Sobradinho - BA, em defesa do Rio São Francisco e contra a transposição das suas águas. Defender o rio, a natureza, os menos favorecidos é, sem dúvida, defender a Convivência com o Semiárido.

Em 2008, foi importante para o Instituto o acesso às políticas públicas do governo do estado da Bahia, através da Superintendência da Agricultura Familiar - SUAF, ligada à Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura - SEAGRI. A criação desta superintendência é um grande marco e teve a participação do IRPAA através do Fórum da Agricultura Familiar - FBAF.

Neste contexto o IRPAA começa a olhar para uma relação mais próxima com os governos e observa-se o seu grande crescimento nos anos que seguiram, passando de 29 colaboradores em 2009 para mais de 100 pessoas nos anos seguintes. Este aspecto mexe com a dimensão institucional e política do IRPAA, ampliando o horizonte de atuação e sem perder de vista que a região norte do estado da Bahia é estratégica no processo de experimentar e consolidar o processo de Convivência com o Semiárido.

Nessa transição de períodos, no fim desse ciclo, fica evidente a necessidade de descentralização da Assistência Técnica como estratégia política. Os serviços que antes só eram prestados pela EBDA (empresa pública), em que com a criação da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural -

BAHIATER³³, passam agora a acontecer através de chamamentos públicos e com a participação de organizações não governamentais na execução dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, e isso beneficia, em muitos aspectos, o trabalho pela Convivência com o Semiárido.

4.5.1 O Surgimento da Rede de Educação do Semiárido – RESAB

A criação da Rede de Educação do Semiárido - RESAB em 2002, com a integração de 21 entidades, foi de fundamental importância para avançar no debate e implementação da Educação para Convivência com o Semiárido - ECSA, dando conta da educação contextualizada³⁴ enquanto concepção diferenciada, em contraponto à concepção de educação bancária e rural implementada pelo Estado. Existe uma familiaridade entre a educação contextualizada e a concepção de educação do campo³⁵, hoje instituída no âmbito da política de educação brasileira.

Um dos grandes achados dos primeiros dez anos do IRPAA foi a consciência institucional de que o que estava faltando não era tecnologias e técnicos, mas, pedagogos e pedagogias, pois, naquele momento, havia uma grande necessidade de incluir no processo educacional a Educação para Convivência com o Semiárido, pois o atual Sistema de Educação educava para o êxodo rural através da propagação de visões estereotipadas sobre a região. Por meio da RESAB, o Instituto como integrante queria adentrar a Escola Pública semiárido a fora.

Em 2003, segundo ata de Assembleia do IRPAA, o Instituto, além de atuar diretamente em quatro municípios através da RESAB, tinha uma cooperação para elaboração de livros didáticos para as primeiras quatro séries do ensino básico, bem como o acompanhamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil³⁶.

³³ Órgão em regime especial de Administração direta, integrante da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR, criado pela Lei nº 13.204, de 11 de dezembro 2014, com a finalidade de promover a execução de políticas de desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural, especialmente as que contribuam para a elevação da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos e serviços rurais para a melhoria das condições de renda, da qualidade de vida e para a promoção social e desenvolvimento sustentável no meio rural baiano (Bahiatel, 2022).

³⁴ Esse novo paradigma de ensino está centrado na Educação Contextualizada, que prioriza as questões da vida dos sujeitos, as problemáticas e as potencialidades do contexto local. É um modelo educacional que defende um currículo escolar no qual o estudante se reconheça e procure compreender o seu próprio ambiente (IRPAA, 2011).

³⁵ A educação do campo é a educação formal oferecida à população do campo. De acordo com Roseli Salette Caldart, autora da obra "Pedagogia do Movimento Sem Terra" a Educação do campo pode ser compreendido como fenômeno social constituído por aspectos culturais, políticos e econômicos.

³⁶ O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) teve início, em 1996, como ação do Governo Federal, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para combater o trabalho de crianças em carvoarias da região de Três Lagoas (MS). Sua cobertura foi, em seguida, ampliada para alcançar progressivamente todo o país num esforço do Estado Brasileiro para implantação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento do trabalho infantil, atendendo as demandas da sociedade, articuladas pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI). Em 2005, ocorreu a integração do

Durante os primeiros sete anos, o IRPAA teve como prioridade exclusiva a formação de lavradores e lavradoras. Somente no ano de 1997 se inicia a discussão da Convivência nas escolas do município de Curaçá (anos depois em Canudos, Uauá- BA e Coronel José Dias- PI) entendendo que a proposta só teria o impacto desejado, se discutida e vivenciada por mais pessoas. A Escola era, portanto, o lugar ideal, inclusive por ser um dos mais importantes espaços de construção do conhecimento, instrumento essencial para a mudança e transformação de qualquer realidade.

Figura 077 – Processo de Formação de educadores/as pelo IRPAA.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2002).

Promover essa discussão, no entanto, era um verdadeiro desafio principalmente para os professores e professoras, primeiro porque esta não é uma necessidade que nasce espontaneamente dentro da escola e sim emerge da comunidade, num movimento de fora para dentro que entrelaça escola e

PETI com o Programa Bolsa Família, o que trouxe mudanças significativas para o aprimoramento da gestão da transferência de renda. Em 2011, o PETI foi instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) como um programa de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social, que compreende: transferências de renda; trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontram em situação de trabalho. A partir de 2013, foi iniciada a discussão sobre o Redesenho do PETI, considerando os avanços da estruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da política de prevenção e erradicação do trabalho infantil, além da nova configuração do trabalho infantil no Brasil, revelada pelo Censo IBGE 2010. O novo desenho do programa tem como objetivo acelerar as ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil de acordo com o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (Reedição 2ª edição, 2011-2015) e com a Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente (MDS, 2023).

comunidade, saber e necessidade, conhecimento e desenvolvimento. A intenção era reverter a lógica até então instituída e que tem limitado a instituição escolar a um espaço de transmissão e reprodução de saberes muitas vezes distanciados da problemática de vida dos alunos e alunas, saber este que tem servido também, para reforçar inúmeras desigualdades, bem como a manutenção de uma visão extremamente negativa da região semiárida brasileira.

Essa discussão possibilita, portanto, caminhos para a criação de situações de aprendizagens pautadas na problemática social, suscitando indagações acerca dos saberes socialmente legitimados e dos paradigmas que se forjam no bojo dessas construções.

São poucas as pessoas que sabem que o clima nessa região nem sempre foi semiárida. A mudança climática de úmida para semiárida ocorreu há cerca de 10 mil anos. A população nativa que há pelo menos 52 mil anos vivia nessa região conseguiu adaptar-se e estabelecer uma relação mais equilibrada com a mãe natureza.

A chegada dos portugueses quebrou o equilíbrio existente, pois eles não reconheceram a vocação da região e não souberam introduzir um outro modelo de vida e produção apropriado às condições climáticas específicas. O não-reconhecimento da vocação do Semiárido Brasileiro perdura até hoje e tem sido a principal causa para fracassos contínuos, mortes e de êxodos.

Com essa visão fragmentada da região, de uma área marcada pela calamidade que tem o problema da estiagem como principal vetor, se institui o combate à seca. A lógica do combate à seca gerou uma série de políticas assistenciais de emergência, não atentando para produzir um conhecimento mais aprofundado desta região do país e de suas potencialidades, sobretudo não gerou ações integradas e intersetoriais, deixando, por exemplo, o campo educacional de fora das preocupações políticas para a região. Naquele momento o Semiárido vive os mesmos velhos problemas de sempre, apresentando os mais baixos índices sociais, educacionais e de desenvolvimento humano (IRPAA, 2003).

De fato, as secas e a particularidade do clima semiárido dotam esta região de uma relativa vulnerabilidade, uma vez que a precipitação fica em média entre 250 e 800 mm por ano devido à proximidade do equador e às conseqüentes altas temperaturas durante e ano todo e a uma evaporação potencial de até 3.000 mm por

ano. Por consequência, verificamos em boa parte da região, um déficit hídrico acentuado (quer dizer, a precipitação não consegue restituir a quantidade de água evaporado) mesmo nos meses e anos mais chuvosos. Porém a especificidade climática não se limita a isso, as chuvas nesta região apresentam uma grande irregularidade. Na região de Juazeiro e Curaçá, encontramos anos chuvosos com até 1.045 mm (ano agrícola 1977/78) e escassos 155 mm (ano agrícola 1992/93).

As condições climáticas não são, porém, o único determinante sobre a vida vegetal, animal e humana. Na maior parte da região encontramos um subsolo cristalino, sem lençol freático e solos rasos com escassa capacidade de armazenar subterraneamente a água para os meses sem chuva. Mas nem por isso a natureza se encontra em estado de catástrofe e basta um conhecimento razoável desta realidade e de tecnologias adequados para os efeitos das secas e da escassez serem revertidos em oportunidades.

A Convivência com o Semiárido propõe superar esta discrepância entre visão e realidade e implementar um novo estilo de vida e produção, sustentáveis dentro do contexto da região semiárida.

Nesse contexto, ao direcionar o olhar para a instituição escolar, vemos que essa problemática não tem feito parte das discussões dentro da escola. O que encontramos é um currículo desarticulado e distante da realidade do semiárido, onde os livros didáticos adotados, por exemplo, tratam de conceitos e conhecimentos que muitas vezes não têm significado para a vida dos estudantes, distanciando-os cada dia mais da escola.

A educação no Semiárido Brasileiro jamais prestou um serviço condizente à viabilização da melhoria das condições de vida no contexto em questão e as políticas assistencialistas e desintegrados não foram suficientes para enfrentar o ciclo de geração da pobreza e frear o fluxo migratório das populações semiáridas para outras regiões e centros urbanos do país. Os currículos desarticulados do contexto local e propagadores da ideia de que as outras regiões são melhores do que o Semiárido, funcionaram sempre como um passaporte para a saída e para o inchaço nas periferias urbanas, aumentando os bolsões de miséria nos principais centros urbanos do país, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, fato pelo qual é possível afirmar que o problema dos grandes centros passa pela requalificação das condições de vida no Semiárido. Aprender a conviver com o clima é uma das

condições essenciais na qualificação das condições de vida no Sertão brasileiro, o que significa “conhecer” suas características, as possibilidades e limites que ele nos proporciona, “refletir” sobre estes e construir formas de “intervenção” que provoquem as melhorias necessárias (IRPAA, 2003).

O trabalho de repensar o currículo escolar para a promoção de aprendizagens mais significativas, teve início no município de Curaçá (1997) onde a parceria entre IRPAA, Secretaria Municipal de Educação, UNICEF e UNEB, possibilitou aos professores e professoras o acesso aos conhecimentos sobre o Semiárido que já vinham sendo discutidos nas comunidades e que até então estavam distanciados da escola (IRPAA, 2003).

Com o êxito do trabalho em Curaçá, os municípios de Canudos e Uauá, resolveram se integrar a esta parceria (desde 1999), cuja experiência vem se desdobrando para muitos outros municípios (como a exemplo de Coronel José Dias - PI e Lagoa de Dentro - PB) que já compreenderam a importância de se investir na promoção de uma educação contextualizada a serviço da melhoria das condições de vida no Semiárido (IRPAA, 2003).

O trabalho nos municípios ocorre através de uma parceria estabelecida entre o IRPAA e a Prefeitura (por via da Secretaria de Educação) e tem como foco, a formação de docentes, coordenadores/as e diretores escolares. Foi pela certeza da necessidade de se fazer uma revolução na educação do Semiárido, que se buscou a parceria com o poder público municipal, compreendendo, principalmente, que a construção de um novo tempo na educação brasileira só se efetiva com o compromisso dos agentes políticos em propiciar melhores condições de ensino-aprendizagem (IRPAA, 2003).

Tornar o processo ensino-aprendizagem significativo, é de fato a principal intenção de Educação para a Convivência com o Semiárido. Por isso, se tinha quatro Eixos que visavam facilitar as discussões nos momentos de formação com professores e professoras e que mostram a percepção de como a educação escolar se inter-relaciona com os outros campos que compõem à vida neste ambiente diverso que é o Semiárido do Brasil (IRPAA, 2003).

Os eixos trazem discussões sobre a natureza, a cultura, o trabalho e a conjuntura da sociedade. Eles reúnem um conjunto de conhecimentos/questionamentos, que permitem o professor/professora, criar na sala de aula um

ambiente de aprendizagem reflexivo, participativo e propositivo, visto que as discussões contextualizadas permitem um maior envolvimento dos alunos e alunas nas discussões. Como ressalta o livro introdutório dos Parâmetros Curriculares Nacionais (2001) “os conhecimentos que se transmitam e se recriam na escola ganham sentido quando são produtos de uma construção dinâmica que se opera na interação constante entre o saber escolar e os demais saberes entre os que o aluno aprende na escola e o que ele traz para a escola, num processo contínuo e permanente de aquisição, no qual interferem fatores políticos, sociais, culturais e psicológicos” (IRPAA, 2003).

Os quatro eixos - natureza, cultura, trabalho e sociedade, estão sustentados pelos quatro pilares da Educação para o Século XXI: aprender a conhecer, fazer, conviver e ser, que traduzem a concepção de que a escola precisa estar comprometida com a formação integral dos meninos, meninas, jovens e adultos, possibilitando-lhes aprender e construir novos conceitos, refazendo as formas de proceder e agir em sociedade, visando o bem-estar coletivo.

As perspectivas educacionais para este novo século apontadas nos quatro pilares, configuram a necessidade cada vez maior de ampliar as possibilidades docentes, para que estes possam lidar com as demandas atuais postas para a escola. Entre tantas atribuições, a “escola na perspectiva de construção de cidadania, precisa assumir e valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando às crianças, pertencentes aos diferentes grupos sociais, acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional, como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade” (PCN: 2001)³⁷

Dentro dessa perspectiva, a Educação para a Convivência privilegia e enfatiza a necessidade de que as escolas do Semiárido, ao garantir o desenvolvimento das diferentes capacidades “cognitivas, afetivas, físicas, estéticas, de inserção social e de relação interpessoal”, propiciem aos seus alunos os instrumentos sociais necessários para que possam intervir de forma consciente e propositiva no ambiente em que vivem, o que certamente vem a exigir do docente, uma série de novas

³⁷ Parâmetros Curriculares Nacionais.

competências, entre elas, as que se relacionam à capacidade de traçar um novo tipo de relação entre os saberes escolares e aqueles produzidos nas comunidades.

Entende-se que o investimento na qualificação permanente dos profissionais da educação é um passo fundamental na construção de uma educação de qualidade. Esse investimento, porém, não pode ocorrer isolado das outras ações mais amplas no município, já que os problemas educacionais não são produzidos e nem podem ser resolvidos apenas dentro da escola ou por seus profissionais, visto que estão diretamente ligados à definição de outras políticas sociais mais efetivas (IRPAA, 2003).

Perceber o espaço escolar como uma possibilidade significativa de reflexão e intervenção sociais, exige uma nova postura não só da própria instituição, bem como da sociedade como um todo. Sabemos, contudo, que estas ações são processuais e a mudança desejada vai se construindo na medida em que os sujeitos envolvidos vão percebendo e reconstruindo o seu papel social.

É por via da participação consciente e envolvimento de cada sujeito no processo de aprendizagem, que a educação no Semiárido vem criando novas perspectivas de vida nas inúmeras crianças, jovens e adultos, que movidos pela inconformidade e pelo desejo de mudança (próprios daqueles que sonham) descobrem-se como condutores do seu destino e buscam incessantemente alterar a realidade em que vivem atribuindo um maior significado às experiências que vivenciam em casa e na escola (IRPAA, 2003).

Como ressalta o filósofo americano John Dewey (1978:17), a vida é toda ela uma longa aprendizagem. Vida, experiência, aprendizagem não se podem separar. Simultaneamente vivemos, experimentamos e aprendemos e esse entendimento caracteriza a educação para a Convivência como um processo contínuo de aprendizagens decorrentes de um conhecimento que se produz pela reflexão, pelo fazer e pela reconstrução desse fazer, ou seja, pela práxis (ação-reflexão-ação). É essa a base que direciona a formação dos educadores e educadoras, por via da tematização da prática, onde esse saber-fazer é investigado, refletido e direcionado pelo próprio sujeito da ação. Certamente que essa proposição de reinvenção da prática, se traduz num grande desafio para os educadores e educadoras que atuam no semiárido, posto que não é uma mudança meramente metodológica, não bastando apenas aprender a fazer de um novo jeito, mas, sobretudo, saber porque e

para que fazer. Essa é, certamente, a grande diferença que essa educação vem produzindo na região, entrelaçando escola e comunidade, saber e necessidade, conhecimento e desenvolvimento, revertendo aos poucos, as linhas de um processo educativo que tem limitado a instituição escolar a um espaço de transmissão e reprodução de saberes pouco significativos para quem aprende e que não alteram as possibilidades de vida.

Sendo assim, a Educação para a CSA precisa produzir saberes necessários. Saberes estes que instrumentalizem aquele que aprende, para interferir em diferentes situações e modificar conscientemente a sua realidade.

A Educação Contextualizada surge inicialmente no Semiárido Brasileiro como conceito essencial à construção de um sistema de conhecimento concernente com as especificidades do lugar, a partir de uma leitura crítica do meio socioambiental, cultural e histórico desse lugar. Surge a partir das lutas coletivas no Semiárido Brasileiro no processo de transição paradigmática de análise da realidade desse território.

Fundamental para compreender a Convivência com o Semiárido como condição para uma educação crítica e emancipadora neste território, a Educação Contextualizada se realiza coletivamente, nas lutas dos sujeitos sociais atuantes na região do Semiárido.

Em busca de tal conceito, vale resgatar, primeiramente, um dos conceitos basilares de Educação, sendo esta, estruturas ou processos de trocas de saberes entre os membros de uma sociedade, que pode ocorrer nos mais diversos espaços. Ao definir o que deve ser ou não estudado, tal estrutura, a educação, ajuda a construir e legitimar crenças, valores e ideias. Como uma parte da estrutura da vida humana, a educação sempre foi criada, recriada e modificada a depender de cada sociedade e de cada momento histórico em que se encontrava essa sociedade (Brandão, 1981).

No Brasil, a educação formal que acontece no espaço escolar desenvolvida ao longo dos anos, em muitos casos, ignora o conhecimento da realidade em que se insere os/as estudantes. Ao definir o que deveria ser aprendido, as ideias a serem reproduzidas, praticou-se uma educação distanciada da realidade objetiva e dos processos subjetivos forjados no meio em que se realiza a elaboração e reelaboração dos saberes, dos conhecimentos.

Assim, ou, sobretudo, o processo de descontextualização da Educação no Brasil foi fundamental para o processo de colonização econômica e, sobretudo, cultural, formatado em nosso processo histórico e que ainda se mantém na atualidade.

Nesta mesma direção, se desenvolveu o processo educacional no meio rural brasileiro. Sem a compreensão do processo histórico em que se insere a realidade agrícola nacional, o campo e sua subordinação foram submetidos aos interesses oligárquicos e do grande capital, sem a compreensão de como se forma o contexto social que produz a realidade do campo, sem a compreensão do meio ambiente, do ecossistema e do bioma em que se está inserido, se praticou e se pratica uma educação que serve aos interesses dos sujeitos históricos sempre vinculados às classes dominantes e ao processo de escravizar a terra para dela e nela se extrair o lucro, realizar suas ganancias.

O processo de colonização cultural e de formação de um conhecimento subordinado à lógica mercadológica, urbanocêntrica, unicamente voltados para atender ao capital, incrementou antagonismos entre produção e meio ambiente. Separou os interesses humanos, subordinados ao Capital, da necessária harmonia socioambiental e impôs modelos de agricultura e de exploração da natureza como a lógica de construção de um conhecimento estreito, voltado unicamente para fins econômicos, dissociado do contexto em que se encontrava.

Buscando contrapor-se a essa perspectiva é que se cria, na articulação entre camponeses, organizações da sociedade civil, da academia e de escolas, a perspectiva da Educação Contextualizada. Constitui-se, assim, como uma proposta educativa de construção do conhecimento, a partir dos conceitos da Educação Popular de Paulo Freire, crítica-transformadora, elaborando e reelaborando o conhecimento, em toda sua diversidade e plenitude, tendo por pressuposto um processo de contextualização histórica e socioambiental no qual se produz e para o qual se produz a interpretação da realidade por parte do educando. Norteia-se também pelos princípios da Educação do Campo, ainda que não seja uma Educação Contextualizada somente ao espaço rural, visto que, o processo de contextualização necessita ser utilizado no espaço rural e urbano.

A Educação Contextualizada busca levar ao centro do processo de ensino-aprendizagem a compreensão do sujeito social no lugar que ele habita, conhecendo

o seu mundo e o universo de sua vivência. Nesse aspecto, o conhecimento histórico do local, da região, micro ou macro, com suas contradições e diversidades, suas inserções e conexões com o sistema mundo e as questões nacionais, regionais e locais, são fundamentais para o devido processo de contextualização.

Conhecer em detalhes os Ecossistemas, Biomas, Geografias, Topografias, Culturas e as complexas dimensões sociais do meio em que está se produzindo o conhecimento são fatores essenciais de uma Educação Contextualizada.

Figura 078 e 079 – Implementação da Educação Contextualizada com as Crianças.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2007).

A Educação Contextualizada busca promover a compreensão de todos os processos que intercedem na agricultura, na vivência harmoniosa com o meio socioambiental e cultural, no sentido de promover também, a libertação da terra. De não ter a terra simplesmente como um meio de exploração e apropriação de valores. A terra como instrumento utilizado à acumulação. Libertar a terra no sentido de conceder a ela a condição de um meio de produzir vidas e de manter-se como organismo vivo, livre, respeitado, ao conceber os elementos da natureza: terra, água, flora, fauna, sol, chuva, ar, como seres integrantes e imprescindíveis para, de forma harmoniosa, gerar vida e o bem viver.

Nesta perspectiva, uma educação de base contextualizada passa a ser elemento central na Agroecologia uma vez que essa, conforme as indicações de Sevilha Guzmán, (2001, p. 63):

pretende ativar potencial endógeno, gerando processos que deem lugar a novas respostas e/ou façam surgir as velhas (se estas são sustentáveis). O mecanismo de trabalho, através do qual se obtém esta ativação, é constituído pelo fortalecimento dos marcos de ação das forças sociais internas à comunidade local (Guzmán, 2001, p. 63).

Ou seja, parte de uma base real, de identificação da realidade local e de sua identidade para, a partir dessa realidade recriar a heterogeneidade do meio rural, através de diferentes formas de ação social coletiva.

Se a Educação Contextualizada se apresenta com clareza acerca de seu posicionamento político, ela tem de ter clareza quanto à sua transitividade.

E não pode ser contextualizada à reprodução de desigualdades e de exclusão. Então, a Educação Contextualizada exige posicionamentos políticos em defesa dos produtores, diretos e claros. Naqueles processos em que estejam inseridos uma educação não-contextualizada, busca-se proliferar um conhecimento estéril, vazio, na compreensão do que a educação é e ou precisa ser para a emancipação dos trabalhadores. Produz-se uma educação objetivamente comprometida com os interesses das classes dominantes e da lógica de apropriação privada de riquezas. Não é possível, sob os preceitos da Agroecologia, se trabalhar uma educação descontextualizada.

A Educação Contextualizada, inspirada nos princípios da Educação Popular, da Educação do Campo e da Agroecologia, tem como seu lugar de referência o Semiárido brasileiro, enxerga a agricultura não só como a produção de alimentos, mas como a cultura do povo do campo, suas estratégias de reprodução social, em que o cultivo e a geração de renda estão intimamente vinculados à sua relação com a terra, água, fauna e flora. Uma Educação voltada à integração e respeito à temática de gênero, da diversidade sexual e inclusão sociocultural de crianças, adolescentes e jovens.

4.5.2 A Criação da Rede Sabor Natural do Sertão – RSNS

A Rede Sabor Natural do Sertão surge como resultado de uma ação pragmática por um conjunto de medidas desenvolvidas pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA e “seus parceiros”, através de um Programa de Convivência com o Semiárido implementado nos municípios de Canudos, Uauá e Curaçá, o PROCUC, no decorrer dos anos de 1999 a 2004.

Figura 080 – Trabalho em Mutirão – Raspa da Mandioca.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2001).

Essa ação parte do princípio em que se faz necessário a adoção de medidas que estanque ou que pelo menos amenize a prática do assistencialismo político que agride a dignidade humana e o capitalismo que cria expectativas de crescimento constante, alheia às classes menos favorecidas do Nordeste, as quais se afirmam no agravamento das condições de vida das pessoas.

Tendo como foco central a Convivência com o Semiárido, as ações técnico-educativas desenvolvidas pelo IRPAA, através do PROCUC, pautaram-se, entre outros conteúdos no aprofundamento dos conhecimentos sobre a região, no fortalecimento das organizações populares, no melhoramento dos sistemas de produção agropecuária, nas formas de captação e armazenamento de água, na educação contextualizada e na transformação e comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Figura 081 – Beneficiamento das Frutas em Unidade de Processamento em Uauá.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2005).

No decorrer desse processo de formação e experimentação de tecnologias apropriadas, a partir do ano 2000, surgiu o Grupo Unido no Sertão, que em pouco tempo criou a sua própria marca, e, mais tarde, se institucionalizou recebendo a denominação de Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá - COOPERCUC. A partir daí, a COOPERCUC assume a articulação dos produtores/as nesses municípios, especialmente para o processo de organização da produção, do beneficiamento e comercialização de frutas nativas da região, em escala comercial, para atender com qualidade a demanda do mercado que ali se despontava com grande êxito.

Nesse contexto, e paralelamente ao trabalho em Canudos, Uauá e Curaçá, outros grupos foram surgindo em outros municípios e regiões. Foi aí que o IRPAA, entendendo a importância de fortalecer a organização dos produtores/as diante das demandas da produção e comercialização dos produtos (padronização, garantia da patente da marca, articulação de mercado, etc.), estimulou a organização de uma Rede de instituições e empreendimentos que, de forma coletiva, se fortalecessem nesses aspectos, cuja identificação passaria, especialmente, pelo uso coletivo da marca o Sabor Natural do Sertão.

Figura 082 e 083 – Criação da Marca: O Sabor Natural do Sertão.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2004).

Em 2004, o IRPAA mobilizou outras entidades representativas dos agricultores/as do Semiárido para discutir sobre o registro e a utilização da marca³⁸ O Sabor Natural do Sertão, bem como sua importância, objetivos e definição de critérios para que, de forma coletiva, possibilitassem que outros grupos e cooperativas do Semiárido pudessem também utilizá-la.

Após muitas discussões, já no ano de 2005, foram realizadas reuniões com as entidades interessadas para definir processos de funcionamento, tomadas de decisões referentes ao registro de produtos e a utilização da marca O Sabor Natural do Sertão - SNS.

As entidades discutem a forma de gestão da Rede e elegem uma primeira comissão formada por sete entidades: CAA – Irecê (BA), CÁRITAS - São Raimundo Nonato (PI), COAPRE – Remanso (BA), COOPERCUC – Uauá (BA), COOPERVIDA – Juazeiro (BA), IRPAA – Juazeiro (BA) e SASOP – Remanso (BA). Elas dariam continuidade ao processo de funcionamento da Rede.

Atualmente a Rede O Sabor Natural do Sertão tem atuação nos Estados da Bahia, Pernambuco e Piauí, e tem nos seus princípios e horizontes, os valores e práticas fundamentadas e inspiradas na Economia Solidária, na ótica da formação/capacitação para uma política de fortalecimento de Empreendimentos Econômicos e Solidários, que os fortaleça e os afirme como pontas de lança para a construção de um novo modelo de desenvolvimento baseado na cooperação e na solidariedade em diversos espaços sociais e territoriais.

³⁸ Elisabete de Oliveira Costa Santos. A Importância da Marca para o Marketing Social da Rede O Sabor Natural do Sertão. <https://irpaa.org/publicacoes/artigos/marca-rsns-dissertacao-bete.pdf>

Nesse contexto, e dentre as potencialidades regionais, o aproveitamento de frutas nativas da caatinga, especialmente do umbu, representa um dos maiores potenciais da região Semiárida do Brasil devido a uma grande produção anual. O umbu, por exemplo, é o símbolo da convivência com o Semiárido e da abundância, pois independentemente das condições do tempo, o umbuzeiro produz. Além disso, o beneficiamento de frutas proporciona para a agricultura familiar a agregação de valor (melhor preço para a comercialização do produto); facilita e amplia a comercialização; reduz a perda; geração de emprego agrícola e não agrícola no interior do município; geração de renda para os produtores/as; incentivo para melhorar a produção; despertar para a necessidade de preservação e/ou cultivo de plantas nativas; organização das comunidades.

Assim, uma das razões que levou a motivação da criação da Rede O Sabor Natural do Sertão foi o beneficiamento de frutas nativas como possibilidade para a geração de trabalho e renda no Semiárido Brasileiro.

A Rede O Sabor Natural do Sertão era uma agremiação de empreendimentos coletivos que tem como objetivo promover o fortalecimento das organizações representativas dos trabalhadores/as da agricultura familiar e comunidades tradicionais em prol de seus interesses coletivos. Em seus princípios e filosofia, a Rede SNS considera a Economia Solidária³⁹ uma aspiração de promoção da sustentabilidade socioambiental e da economia justa.

No segundo ciclo de atuação do IRPAA (2000 a 2009), percebe-se que o grau de organização e participação dos produtores familiares em organizações sociais, como as cooperativas e associações, bem como grupos informais (com interesse na produção, participação de mulheres) tem demonstrado maior capacidade para a aplicação de novos modelos de produção e comercialização de maneira mais adequada e mais eficiente no tocante ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Para isso, a implementação de programas e projetos apropriados à realidade tem representado algo positivo como estratégia de enfrentamento ao processo de empobrecimento e exclusão social.

Após esse trabalho na região do CUC, as ações do IRPAA se ampliam a outras regiões com foco no beneficiamento, comercialização e gestão de grupos informais e

³⁹ como as atividades de organização de produção e comercialização de bens e serviços, do consumo e do crédito, observados alguns princípios – como a autogestão e o comércio justo e solidário, e a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente.

formais, se soma aos parceiros locais, e em 2007 a rede já tinha atuação nos estados da Bahia, Pernambuco e Piauí.

Figura 084 – Mapa de atuação da Rede SNS.



Fonte: IRPAA, (2010).

Diante disso, é importante destacar a importância Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, com o Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária - PlanSeQ Ecosol 2008/2009 e 2010/2011, destinado aos trabalhadores/as de empreendimentos econômicos solidários organizados em Redes de Cooperação, como uma política pública de fundamental relevância para estruturação e ampliação da Rede Sabor Natural do Sertão, sendo oportuno esse projeto de qualificação como instrumento que fortalece as relações sociais, configurando-se num espaço privilegiado de formação pedagógica, voltada para a qualificação social e profissional dos trabalhadores e trabalhadoras.

A partir de 2006, o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e da COSPE, com foco na agricultura familiar e na economia solidária, foram de fundamental importância.

O primeiro programa de formação da Rede O Sabor Natural do Sertão foi implementado através da parceria entre o IRPAA, o Instituto Paulo Freire - IPF e o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no âmbito das ações do Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária – PLANSEQ ECOSOL, por meio do convênio firmado entre o IPF/MTE/IRPAA, desenvolvido no período de agosto de 2007 a setembro de 2008, tendo contemplado oito turmas de educandos e

educandas em núcleos regionais dos territórios da Serra da Capivara (São Raimundo Nonato – PI), Sertão do São Francisco (Juazeiro, Remanso e Uauá – BA), Velho Chico e Bacia do Rio Corrente (Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, – BA), Irecê – BA, Sertão Produtivo – Serra Geral (Caetité – BA) e Médio Rio de Contas (Manoel Vitorino – BA).

O segundo programa, trata-se convênio celebrado diretamente pelo IRPAA com o MTE/SPPE/CODEFAT nº 00097/08, utilizando inclusive do SICONV, com vigência 29 de dezembro de 2008 a 31 de março de 2011, que contemplou trabalhadores e trabalhadoras que encontram-se representados nos segmentos e empreendimentos coletivos, numa positiva perspectiva de fortalecer o desenvolvimento sustentável a partir de uma metodologia com fundamentos na Economia Solidária, na articulação e formação da Rede O Sabor Natural Sertão, com um processo socioeducativo dos seus integrantes e grupos representativos.

Figuras 085 a 090 – Processos de Formação de Rede SNS.



Fonte: Arquivos IRPAA, (2010).

As ações do Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária - PLANSEQ ECOSOL, por meio do convênio firmado entre o MTE/IRPAA destinado à formação das instituições e empreendimentos integrados em rede, em vigência de 29 de dezembro de 2008 a 31 de março de 2011, contemplou as seguintes metas: quinze turmas de educandos e educandas em núcleos regionais nos municípios de São Raimundo Nonato – PI, Mirandiba – PE, Remanso – BA, Casa Nova – BA, Sento-Sé – BA, Curaçá – BA, Uauá – BA, Jaguarari – BA, Manoel Vitorino – BA, Caetité – BA, Brotas de Macaúbas – BA, Riacho de Santana – BA, Correntina – BA, Irecê – BA e Rui Barbosa – BA. Além dessas turmas dos cursos de qualificação, na meta 02 foram realizadas três Oficinas Pedagógicas de aperfeiçoamento sobre Rede, Economia Solidária e Comercio Justo nos municípios de Remanso – BA, Jaguarari – BA e Irecê – BA. Na meta 03, duas Oficinas de Formação de Formadores, nos municípios de Juazeiro – BA e Ibotirama – BA. Na meta 04, realizados quatro Seminários Estaduais de Articulação e Intercâmbio, nos municípios de Juazeiro – BA, Remanso – BA, Irecê – BA e Caetité – BA. E na meta 05 articulado, mobilizado e preparadas as capacitações e matrículas das 15 turmas de educandos/as.

Trata-se, por definição, de um PlanSeQ Social, sendo seu desenho voltado às aspirações e adequado às condições sócio-econômicas dos empreendimentos solidários organizados em redes de cooperação solidárias, e direcionado ao fortalecimento ou criação de redes de produção e comercialização dos diferentes setores produtivos, adotando como perspectiva estratégia as diretrizes do comércio justo e solidário (Informativo SENAES/MTE, janeiro de 2009).

O PlanSeq Ecosol surge como uma oportunidade para fortalecer e legitimar uma nova concepção de desenvolvimento que questiona e opõe ao modelo capitalista que na sua essência produz riquezas gerando misérias e exclusões, além das atitudes que degradam a natureza e coloca em risco o desenvolvimento sustentável. É também uma oportunidade para o protagonismo da rede SNS que tem nos seus princípios e horizontes, os valores e práticas fundamentadas e inspiradas na Economia Solidária, na ótica da formação/capacitação para uma política de fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários que os fortalece e os afirma como pontas de lança para a construção de um novo modelo de desenvolvimento baseado na cooperação e na solidariedade.

A Economia Solidária no olhar da Rede O Sabor Natural do Sertão, parte ainda do entendimento de que, nesse contexto em que os avanços tecnológicos vêm agredindo a natureza e colocando em risco a saúde humana, os/as agricultores/as, especialmente na dimensão da produção familiar, ainda dispõem de alternativas bem mais saudáveis e de sistemas de controle tanto da produção de novas vidas e possibilidades, quanto de suas difusões. E ainda que, mesmo com investimentos relativamente pequenos, os modelos agroecológicos continuam avançando, tanto em nível científico como no campo da realidade econômica e social.

Figuras 091 a 093 – Processos Produtivos da Rede SNS



Fonte: Arquivos IRPAA, (2010).

Assim, os processos educativos, inspirados na Economia Solidária, contribuíram na construção de novas relações entre as pessoas e seus empreendimentos e, também, entre elas e a natureza, bem como na formação política e cultural voltada para a autogestão, considerando a gestão solidária e participativa, preocupada com a bem comum, sendo uma necessidade daquele momento nos empreendimentos coletivos, considerando as novas formas de relações humanas que ela trouxe.

Projetos de incubação foram realizados junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, com o objetivo de aumentar a capacidade de geração de trabalho e renda, baseada na produção, transformação e comercialização dos produtos típicos da agricultura familiar e economia solidária, dos empreendimentos integrantes da Rede O Sabor Natural do Sertão, nos territórios do estado da Bahia (Sertão de São Francisco, Irecê, Velho Chico e Sertão Produtivo), difundindo e promovendo práticas de sustentabilidade ambiental, econômica, e sócio-política e que, junto à Fundação Banco do Brasil, através do Ecoforte, foram de fundamental importância no processo de estruturação da Rede Sabor O Natural do Sertão, resultando na Central da Caatinga.

Em 2017 surge a Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga, um centro que reúne diversos empreendimentos cooperativistas da região norte do estado da Bahia, com o intuito de desenvolver ações estruturantes de apoio à comercialização e acesso a mercados.

A Central surge num ambiente promissor, onde após a aprovação da Política Estadual de Convivência com o Semiárido em 2016, tendo a execução do Programa Pro-Semiárido⁴⁰ como principal laboratório de experimentação, através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR da estrutura da Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR com recursos do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA. Um outro importante programa foi o Bahia Produtiva, também da CAR/SDR, com recursos do Banco Mundial, viabilizando ações como o Aliança Produtiva para apoio à Central da Caatinga.

Figuras 094 – Armazém da Caatinga, na Orla Nova de Juazeiro - BA.



Fonte: William França, (2022).

⁴⁰ O Governo da Bahia está aplicando R\$ 500 milhões para ajudar 70 mil famílias a conviverem melhor com o semiárido em 32 municípios do sertão baiano. O Projeto Pró-Semiárido é parte integrante de um conjunto de compromissos do Estado para seguir avançando na erradicação da pobreza, levando serviços e investimentos diretamente para a população, a partir de um acordo de empréstimo firmado com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), da Organização das Nações Unidas (ONU). Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) contínua e especializada; Fomento às atividades de segurança hídrica e de produção sustentável; Agroindustrialização e comercialização da produção; Acesso às políticas públicas para o meio rural e a Agricultura Familiar (Pronaf, Água para Todos, Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida, PAA, PNAE, CEFIR, Regularização Fundiária, Garantia Safra, entre outros). Princípios do Programa: • Agroecologia; • Estoque de água e de alimentos nas propriedades e nas comunidades; • Participação das mulheres e dos jovens; • Associativismo e cooperativismo; • Inclusão de povos e comunidades tradicionais; • Agregação de valor aos produtos e acesso a mercados.

Em 2022, o Armazém da Caatinga surge, como uma das suas principais conquistas, resultado do trabalho árduo pela Convivência com o Semiárido. O Armazém da Caatinga é resultado dos esforços de homens e mulheres, agricultores/as familiares que, ao longo dos últimos trinta anos, passaram a se organizar para aprender a conviver com as adversidade do clima semiárido, desenvolveram em suas comunidades, associações e cooperativas para beneficiar a produção agrícola e os frutos nativos do bioma caatinga, modernizaram suas estruturas com o apoio diversas organizações internacionais e projetos governamentais para construção de tecnologias sociais e agroindustriais modernas para a fabricação de produtos de alta qualidade, com embalagem adequada e cumprindo todos requisitos da legislação e da inspeção sanitária.

A Convivência com o Semiárido não é contrária as inovações tecnológicas, mas, sim as propostas que usam as tecnologias e se apropriam dos modos de vida a serviço do capital. As tecnologias sociais implementadas ao longo das décadas na região, contribuíram para melhorar a qualidade vida da população, nos aspectos social, cultural, laboral, ambiental, dentro outros. A CSA não é uma proposta parada no tempo, está sempre em movimento, avançando em questões fruto das mudanças societárias. Um grande exemplo, são as agroindústrias, que surgem fruto das demandas locais no aprimoramento dos processos organizativos, produtivos e comerciais.

4.6 A TERCEIRA DÉCADA DE ATUAÇÃO DO IRPAA (2010 a 2019) – CONSOLIDAR A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO



A terceira década, foi uma fase que chamamos de consolidação da proposta de Convivência com o Semiárido. Passamos a ocupar espaços de proposição de políticas públicas com o objetivo de influenciar no currículo da escola pública, nos programas de captação e armazenamento de água, nos programas de ATER e de fomento para a agricultura familiar (José Moacir dos Santos, 2023).

Chegar aos vinte anos, para o IRPAA, teve um aspecto diferenciado que foi experimentar os diversos elementos da proposta de Convivência com o Semiárido através de programas e políticas públicas no âmbito do governo estadual e federal, buscando sempre a melhoria da qualidade de vida das famílias da região.

“sua missão é consolidar a Convivência com o Semiárido, visando alcançar a plena qualidade de vida”

Figuras 095 e 096 - Celebração dos 20 anos e a Equipe do IRPAA ao final do segundo ciclo.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2010).

A celebração dos vinte anos, num evento reunindo a equipe, os/as sócios/as, os parceiros e organizações populares permitiu ao Instituto fortalecer os laços de atuação pelo Semiárido, através dos Eixos Temáticos: 1. Terra; 2. Água; 3. Produção; 4. Educação; e 5. Comunicação⁴¹, com foco na consolidação da Convivência com o Semiárido. Transversalmente se tinha o Eixo Políticas Públicas e

⁴¹ Em 2016, a Comunicação vira um Eixo, deixando de ser uma linha transversal.

Território, já que naquele período se tinha forte a construção de Planos de Desenvolvimento Territorial. O grande desafio daquele momento era a participação social em processos direcionados pelas políticas públicas em processos de implementação na região.

Em 2014, no estado da Bahia, a Lei nº 13.214 de 29 de dezembro, que dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – CODETER.

No âmbito do Colegiado de Desenvolvimento Territorial - CODETER, são definidas e pactuadas ações em torno do Plano Territorial, com visão e as estratégias de desenvolvimento econômico, sociocultural e ambiental, tendo como principal finalidade nortear, apoiar e articular a implantação de políticas públicas, programas e projetos que viabilizem o desenvolvimento sustentável e solidário no Território de Identidade. Os CODETERs correspondem aos fóruns de discussão e de participação social, constituídos por representantes do poder público e da sociedade civil presentes no Território de Identidade, com a finalidade de promover a discussão local das ações e projetos de desenvolvimento territorial, sustentável e solidário.

Fruto de um amplo processo de participação social e proposição, que surgiu desde 2004, e contribuiu fortemente para que entidades como o IRPAA acessassem os recursos públicos a partir das demandas locais no âmbito do Território de Identidade. Do ponto de vista mais amplo, essa capacidade de acesso ao orçamento público nesse período se dá com forte atuação da Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA.

Na terceira década o IRPAA já ganha experiência nesse mundo das políticas públicas. Da incidência das políticas públicas tanto do ponto de vista de estar sistematizando experiência, apresentando propostas e ganha força política junto as redes. A ASA ganha densidade política, a gente cria a ASA exatamente para ganhar força política para incidir nas políticas e apresentar proposta de política pública, com base social. Mas eu acho que é demarcado também por essa criação da rede, porque o IRPAA também tem a clareza de que não vai conseguir avançar nesse mundo da incidência da política pública de forma isolada ou ganha força em rede ou não vai conseguir (Cícero Felix dos Santos, 2022).

Durante esses anos de experiência, iniciando sua terceira fase de atuação, se encerra o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, quando foi possível divulgar as riquezas naturais do Semiárido Brasileiro e implementar possibilidades sustentáveis

no âmbito da produção apropriada, da educação contextualizada, da comunicação popular, da terra e do território tradicional, em especial dos Fundos de Pastos, do acesso, gestão e implantação tecnologias sociais de captação e armazenamento da água da chuva, principal fonte hídrica dessa região.

Em 2010, com a eleição da presidenta Dilma Rousseff, havia uma sinalização para necessidade de continuidade do programa de governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores, que vinha mudando a realidade do país, em especial de municípios historicamente esquecidos. Um destaque nesse período é a criação do Plano Brasil Sem Miséria - PBSM.

Naquele momento a pobreza se manifestava de múltiplas formas além da insuficiência de renda, incluindo insegurança alimentar e nutricional, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, fragilidade de inserção no mundo do trabalho, acesso precário à água, energia elétrica, saúde e moradia, entre outras.

Superar a extrema pobreza requer, portanto, a ação intersetorial do Estado. Por isso o Plano Brasil Sem Miséria foi organizado de maneira multidimensional⁴², em torno de três eixos de atuação. O primeiro deles é dedicado a proporcionar um rendimento mínimo estável ao público alvo do Plano. O segundo envolve esforços de inclusão produtiva, para oferecer, na cidade e no campo, oportunidades de qualificação, ocupação e geração de renda. O terceiro eixo diz respeito à melhoria do acesso a serviços públicos, especialmente em educação, saúde e assistência social, direcionando a expansão das redes de serviços para as áreas com maior incidência de pobreza extrema. Várias das políticas que compõem os três eixos se articularam, potencializando seus resultados.

O Brasil Sem Miséria envolvia o trabalho de 22 ministérios, além de todos os estados e municípios brasileiros, que juntos executavam as cerca de 100 ações do Plano, em vários casos contando com a parceria do setor privado e do terceiro setor.

A existência de um sistema robusto de proteção social, a maturação de programas sociais como o Bolsa Família e o desenvolvimento de ferramentas inovadoras como o Cadastro Único levaram o Brasil a um novo patamar em políticas sociais. Todos esses fatores, aliados à boa dose de liderança e vontade política proporcionaram solo fértil para a implementação de uma estratégia nacional

⁴² Texto retirado da série que se baseiam-se em artigos elaborados pela equipe do Plano para o livro “O Brasil sem miséria”, publicado em 2014 e disponível no site do WWP.

multidimensional coordenada para a superação da pobreza em todo o território brasileiro.

A existência de sistemas públicos de alcance nacional dedicados à provisão universal de serviços gratuitos de saúde, educação e assistência social foi basilar para o enfrentamento da pobreza de um ponto de vista multidimensional no Brasil. O sistema previdenciário, que no Brasil conta com elementos contributivos (seguros, aposentadorias e pensões ligados ao mercado de trabalho formal) e não contributivos (aposentadoria rural) também foi imprescindível.

A coordenação desse plano se deu pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, através da Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza. O público prioritário era a população em situação de extrema pobreza em todo o país, definida a partir de uma linha estabelecida no decreto que criou o Plano (atualmente a linha é de R\$ 77,00 por pessoa da família por mês). O objetivo era a superação da extrema pobreza no Brasil.

A construção do Plano Brasil Sem Miséria partiu do acúmulo de políticas e ferramentas desenvolvidas anteriormente, dando continuidade às experiências de sucesso na redução da pobreza, que foram ampliadas, revigoradas e articuladas a outras ações. É o caso do Programa Bolsa Família, do Cadastro Único, do Programa Mais Educação e do Programa Luz para Todos. Mas o Plano também trouxe novos programas, como é o caso das lanchas e equipes móveis da assistência social, dos cursos de qualificação profissional do Pronatec, do Programa Água para Todos e do Programa Bolsa Verde.

Nas atividades de coordenação do Plano Brasil Sem Miséria, a Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza adotou um modelo de monitoramento intensivo de ações, por meio de “salas de situação” e sistemas informatizados de suporte, em articulação constante não só com as diferentes áreas da administração federal, mas também com estados, municípios e sociedade civil. Criou-se assim uma espécie de “fast track” de gestão de restrições, facilitando a superação de obstáculos e gargalos na execução das ações do Plano.

Do ponto de vista político-administrativo, a região Semiárida estava longe de ser homogeneamente desenvolvida, pois experimenta, ainda, grandes descompassos intersetoriais no processo de desenvolvimento, onde a riqueza está concentrada numa minoria da população. Sendo importante destacar que em muitos

desses aspectos se avançou no governo Lula, porém, o passivo estrutural existente estava aquém de ser solucionado num curto espaço de tempo.

Foi ao ter contato com a macro gestão pública, acessando recursos públicos e disputando as narrativas de um Semiárido possível, que o IRPAA percebe a necessidade de transformar a Convivência com o Semiárido em política pública, sendo esse o principal meio para sua consolidação enquanto proposta e paradigma sustentável. Aqui os horizontes de atuação institucional são alicerçados em vista da Consolidação da Convivência com o Semiárido, como sendo sua principal missão nesse novo ciclo institucional.

Isso se dava por uma efetiva aproximação com os órgãos públicos a nível federal e estadual, seja através dos espaços colegiados e de representações, seja pelas inúmeras visitas *in loco* que os gestores públicos faziam conhecendo experiências, experimentando algumas políticas públicas ou participando de atos políticos, como se vê na figura a seguir, a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário - MDA, Afonso Florence e do Secretário Nacional de Desenvolvimento Territorial - SDR, Jerônimo Rodrigues, no Festival do Uumbu de Uauá em 2012.

Figura 097 - Festival do Uumbu em Uauá – BA.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2012).

O debate em torno do desenvolvimento econômico desta região é antigo, mas considerando as suas outras dimensões (sociais, culturais, ambientais e políticas) e a participação de agentes sociais, entes públicos e empresas, ele é muito recente,

tendo sido intensificado a partir de 2003 com o reconhecimento dos territórios rurais e de cidadania no âmbito das políticas conduzidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT.

“[...] a democracia como fundamento básico da cultura política e das relações sociais; a sustentabilidade, em suas múltiplas dimensões, como orientação fundamental para reduzir as desigualdades sociais e regionais; a inclusão como ampliação dos mecanismos de democratização política, social, cultural e econômica da sociedade brasileira, assegurando a participação igualitária de todos os segmentos sociais; a diversidade como reconhecimento da importância dos patrimônios ambiental, sociocultural, econômico e político existente nos espaços rurais; a igualdade como resultado das transformações na dimensão da vida social para superação das desigualdades econômicas, de gênero, geração, raça, cor e etnia na sociedade brasileira; a solidariedade como responsabilidade individual e coletiva compartilhada em favor de ordem econômica, social, política, ambiental e cultural mais justa, tendo por base os princípios da autogestão e da cooperação (BRASIL, 2015).”

Em nível local e regional, observava que muitas organizações populares tinham se empenhado para implementar as propostas da Convivência com o Semiárido independente da participação do poder público, criando modelos de infraestrutura própria para o desenvolvimento em algumas comunidades. Bem como, muitas organizações sociais foram fortalecidas com os editais públicos, ampliando seus quadros e experimentando não só propor e fazer controle social, mas, fazer execução e prestação de contas das políticas públicas implementadas.

No caso do IRPAA, através do Plano Brasil Sem Miséria, foi possível ampliar sua equipe e atuação com os serviços de Assessoria Técnica e Extensão Rural - ATER, presente nos dez municípios do Território Sertão do São Francisco - TSSF, com um quadro de pessoal de quase 200 pessoas de múltiplas áreas do conhecimento, que começa a experimentar a construção da CSA a partir da execução da política pública, não ficando restrito somente à implementação de tecnologias. Neste sentido o IRPAA começa a experimentar a CSA a partir da construção do conhecimento e a universalização das práticas e tecnologias junto às comunidades e famílias.

Figura 098 – Adoção de metodologias participativas na Extensão Rural.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2014).

Um dos principais desafios desse período era acompanhar a equipe de colaboradores/as que praticamente foi triplicada, bem como a relação com o poder público dado aos novos ritos nos processos de gestão dos contratos e convênios.

Um diferencial nesse período foi a atuação da ATER com o Programa Fomento Rural às Atividades Produtivas, que combinava duas ações: o acompanhamento social e produtivo e a transferência direta de recursos financeiros não-reembolsáveis às famílias para investimento em projeto produtivo, no valor de R\$ 2,4 mil ou R\$ 3 mil. O programa foi criado pela Lei 12.512/2011 e regulamentado pelo Decreto 9.221/2017. Essas duas ações são articuladas com o objetivo de apoiar a estruturação produtiva das famílias rurais mais pobres e o desenvolvimento do projeto produtivo de cada uma, a fim de que ampliem ou diversifiquem a produção de alimentos e as atividades geradoras de renda, contribuindo para a melhoria da segurança alimentar e nutricional e a superação da situação de pobreza.

Figura 099 e 100 – Capacitação de agricultores/as através das ações de ATER.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2015).

O programa foi uma inovação importante no conjunto das políticas públicas de superação à pobreza rural, pois incentiva a inclusão produtiva de famílias rurais que estão em condição social mais vulnerável.

Os agentes técnicos articulam as políticas sociais e as ações de desenvolvimento rural para atender às famílias beneficiárias e as apoiam na elaboração de um projeto produtivo, no qual devem ser aplicados os recursos financeiros repassados por meio da estrutura de pagamentos do Bolsa Família.

A relação com o poder público municipal sempre foi um desafio. Cada gestor que assume um mandato constrói o seu plano de governo com ações que não estão interligadas de modo a garantir o desenvolvimento integral do município sob o olhar das organizações sociais. Com o encerramento do mandato, encerram junto todas as ações e os compromissos com os diversos setores da gestão pública, interrompendo, independentemente dos resultados, as ações e os projetos. Dessa forma, as parcerias com a sociedade civil são dificultadas, comprometendo a implementação de políticas que venham de fato consolidar a proposta de Convivência. A proposta não alcança o efeito desejado por ser pensada de forma fragmentada. É preciso trabalhar uma proposta conjunta, contendo todos os elementos da Convivência com o Semiárido a partir da participação direta e efetiva da sociedade civil e do poder público.

A análise realizada sobre os seus significados e expressões práticas mostra que a "convivência com o Semiárido" não significa uma postura conservadora em relação à realidade socioeconômica, nem de acomodação diante das condições físico-climáticas locais. Não é possível, por exemplo, conviver com a falta de água e a escassez de alimentos nos períodos anuais de estiagem. Por isso, ela não significa uma volta ao passado, para uma civilização sustentada unicamente em atividades extrativistas, sem modificações nos ambientes, para melhorar a produção e a satisfação das necessidades. A "convivência" não é, portanto, negadora das possibilidades do desenvolvimento e não expressa uma renúncia ao ideal humanitário da satisfação das necessidades e da melhoria das condições de vida das pessoas. Ao contrário, a "convivência com o Semi-árido" vem se caracterizando como uma perspectiva cultural orientadora de processos emancipatórios, de expansão das capacidades criativas e criadoras da população sertaneja (SILVA, 2006, p. 271).

De maneira geral, a região Semiárida tem se constituído em um grande desafio para todos, pois ao mesmo tempo em que se firma como promotora de inúmeras oportunidades, exige (muito mais do que em regiões de clima regular) planejamento, estratégia, proposição e implementação de políticas públicas consistentes para a

promoção do bem comum às pessoas que aqui vivem, sendo imprescindível a mobilização e a parceria entre as organizações populares, e os governos em todas as esferas.

Em síntese, a "convivência com o Semiárido" significa uma nova orientação estratégica para intervenção naquela realidade, enquanto um processo em construção e de experimentação de alternativas apropriadas, buscando aprender a conviver com as suas especificidades ambientais, e formulando proposições que visam a promoção e o alcance do desenvolvimento sustentável (SILVA, 2006, p. 271).

O IRPAA sempre esteve apoiando as famílias e as comunidades na luta por direitos, no enfrentamento aos grandes projetos, na luta pela autonomia dos povos e garantia da vida com qualidade. Nos seus 20 anos, considerando o contexto político da época, foram feitos muitos debates e reflexões, onde o IRPAA constantemente, contribuiu com a implementação da proposta de Convivência com o Semiárido acreditando que, para consolidá-la e buscar o pleno desenvolvimento das famílias na região, devem ser instituídas, primordialmente, quatro ações: redistribuição e reordenamento das terras, conforme a realidade climática; produção apropriada às condições climáticas da região; captação, armazenamento e gestão adequada das águas; educação contextualizada à realidade local.

Figura 101 a 103 – Mobilização Social em Defesa do Programa Cisterna em 2011.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2011).

Frente a tais desafios, o IRPAA vivia um momento de redução do apoio da cooperação internacional e ampliação do acesso aos recursos públicos, desenvolvendo ações de acordo com projetos desenvolvidos por seus Eixos Temáticos, que trabalham de maneira autônoma e interligada. Algumas linhas transversais perpassam pelos Eixos, como Políticas Públicas, Meio Ambiente, Organização Social, Gênero e Juventude. Todas as atividades e ações são desenvolvidas a luz da proposta de Convivência com o Semiárido, pensada e reavaliada constantemente e coletivamente junto às comunidades atendidas, os parceiros e os apoiadores, sendo validadas em Assembleia Geral do Instituto realizada anualmente.

Figura 104 – Assembleia do IRPAA do ano de 2010.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2010).

Ao longo desses trinta e dois anos, o Instituto já contou com doze presidentes, em sua maioria ligados ao clero da Igreja Católica, num dado período com a presença de agricultor e, mais recentemente, experimentando, na presidência, colaboradores que se afastam do exercício da profissão executiva e se dedicam à gestão política.

Quadro 07 – Relação de Presidentes do IRPAA (1990 a 2025).

| Nº | NOMES | PROFISSÃO | ANO |
|----|---------------------------|-------------|-------------|
| 1 | Dom José Rodrigues | Bispo | 1990 a 1993 |
| 2 | Dom Mario Zanneta | Bispo | 1993 a 1996 |
| 3 | Dom Mario Zanneta | Bispo | 1996 a 1999 |
| 4 | Dom André de Witte | Bispo | 1999 a 2002 |
| 5 | Dom André de Witte | Bispo | 2002 a 2005 |
| 6 | Luiz Mota Souza | Agricultor | 2005 a 2008 |
| 7 | Luiz Mota Souza | Agricultor | 2008 a 2011 |
| 8 | Dom André de Witte | Bispo | 2011 a 2014 |
| 9 | Haroldo Schistek | Colaborador | 2014 a 2017 |
| 10 | Haroldo Schistek | Colaborador | 2017 a 2021 |
| 11 | Padre João Mendes de Sena | Padre | 2021 a 2022 |
| 12 | José Moacir dos Santos | Colaborador | 2022 a 2025 |

Fonte: pesquisador (2022).

Um dos diferenciais do Instituto é a gestão compartilhada, tendo uma Coordenação Colegiada, composta por: Coordenação Administrativa, Coordenação Institucional e Coordenação Geral, além das Coordenações de Eixos Temáticos, Gerentes Administrativos e Responsáveis de Projetos. Esse modelo de gestão é implantado em 2011, após reflexões e amadurecimentos, inclusive considerando que a gestão nos primeiros dez anos foi feita por um único coordenador geral. A primeira gestão colegiada e condução se deu com José Moacir dos Santos (Coordenador Geral), Cícero Felix dos Santos (Coordenador Adjunto Institucional) e Ana Maria Ferreira Dias (Coordenador Administrativa).

Figura 105 – Organograma do IRPAA.

Fonte: Dados do pesquisador, (2019).

Além da Coordenação Colegiada que tem seus poderes delegados pela Assembleia e Diretoria Executiva eleita, o Instituto reforça a Coordenação dos Eixos Temáticos, e cria a figura dos Articuladores Municipais, Estaduais e Interestadual.

Nesse período (2010-2019) caracterizado pela expansão do trabalho do Instituto, com a acesso aos recursos públicos de nível Estadual e Federal, foi possível aumentar substancialmente a equipe de colaboradores/as, se fez necessário melhor construir um desenho de gestão colegiada, já experimentado no segundo ciclo de atuação institucional, sem a complexidade do atual momento. Para tanto, fruto de um processo coletivo de escutas, debates e construção de entendimentos, optou-se pela descentralização do processo de gestão institucional e política, centralizando somente o aspecto administrativo-financeiro, que mesmo assim, tinha uma relação direta com a gestão descentralizada.

Com sede em Juazeiro - BA, o Instituto consolidou sua credibilidade com base no comprometimento dos colaboradores e parceiros, despertando a consciência das famílias rurais do Semiárido brasileiro. É o que demonstra a opinião de Seu Isaías (2010), cooperado da COOPERCUC e símbolo da adoção da proposta de Convivência com o Semiárido:

Nós vivíamos com os olhos vendados, sem enxergar as riquezas, o valor e o potencial da região. Eu tenho 64 anos, mas nasci há 20 anos (...) quando participei da Escola de Lavradores do IRPAA, no centro de treinamento. Um dia já fui como o cego de Jericó, mas hoje entendo que é possível viver no Semiárido Nordestino, aplicando tecnologias apropriadas à nossa realidade. Pra mim, aqui é o melhor lugar do mundo, um tesouro encantado! Plantei uma semente e vejo multiplicar a cada dia.

Em 2013, em memória ao seu fundador e primeiro presidente, o Instituto muda o nome do Centro de Formação Vargem da Cruz para Centro de Formação Dom José Rodrigues, sendo um importante espaço de experimentação e difusão da Convivência com o Semiárido enquanto proposta estruturante para o Semiárido Brasileiro. Neste espaço é que se tem a República de Estudantes (masculina e feminina).

A conjuntura política da época favorecia a participação da sociedade civil, principalmente por meio de suas organizações, na proposição, execução e fiscalização das políticas de desenvolvimento, especialmente no Semiárido brasileiro. No entanto, ainda faltava, para grande parte das organizações, informações necessárias e suficientes sobre o desenvolvimento humano sustentável

com ênfase na estruturação econômica, social e política que garantam, de fato, o desenvolvimento da região e, de modo especial, a dignidade da pessoa humana em todos os aspectos.

No projeto institucional e estratégico concebido em 2009 foi apontado um desafio de aproximar/dialogar a Agroecologia e a CSA, inserir os debates de juventude, gênero e mulher, além do desafio da consolidação institucional a partir dos eixos temáticos.

Esse processo de consolidação institucional possibilitou ao IRPAA avançar no processo de incidência em políticas públicas, estabelecendo relações, a partir de 2011, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Anteriormente houve uma relação com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE através do Planseq Ecosol.

A proposta de desenvolvimento territorial, ao mesmo tempo que era uma grande inovação na gestão e implementação de políticas públicas, era outro desafio, principalmente pelas diferenças socioculturais existentes entre os municípios do Território Sertão do São Francisco - TSSF, área central de atuação do IRPAA⁴³. Era necessário que os menos organizados alcançassem níveis maiores de organização e, conseqüentemente, capacidade de representação política, mas era possível também considerar os avanços no tocante à participação popular na proposição das políticas públicas, embora ainda constatada limitação na execução e fiscalização das mesmas.

Figura 106 – Atuação junto às organizações sociais.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2010).

⁴³ Nesse período, o IRPAA define como prioridade de atuação do TSSF, em vista da experimentação da proposta de Convivência com o Semiárido.

Mais do que nunca, fez-se necessário contribuir para o fortalecimento das associações, conselhos, cooperativas, movimentos sociais, pastorais, sindicatos, ONG's, fóruns, redes e qualquer outro espaço de discussões e decisões políticas onde se possam propor e defender políticas públicas apropriadas e bem definidas para o desenvolvimento sustentável no Semiárido.

Mobilização e articulação entre essas organizações, também com o poder público, foram necessárias nesse período, garantindo a proposição e implementação de políticas de acordo com a Convivência com o Semiárido, bem como seu acompanhamento e controle.

Foi um período de fortalecimento das comunidades para o enfrentamento aos grandes projetos que chegaram junto com a proposta neodesenvolvimentista dos governos progressistas, lutando pela permanência da vida na região Semiárida.

A vida do povo nas comunidades ameaçada pelo chamado “agronegócio”, isto é, modelo de agricultura que exploradora, sustentada pelos fazendeiros que ganhou um novo nome. São projetos mantidos por empresários ou empresas nacionais e internacionais que, em nome do acúmulo financeiro próprio, acabam com a caatinga e o meio ambiente, precarizam a relação de trabalho, fazem uso indiscriminado de agrotóxico e expulsam as famílias das suas terras em favor de uma produção para exportação, enquanto milhares de famílias na região e no Brasil passam fome. Em outras palavras, o agronegócio é nocivo ao meio ambiente e contribui para o crescimento das desigualdades sociais, enquanto a agricultura familiar que é quem garante a alimentação na mesa dos brasileiros e brasileiras está a serviço da soberania alimentar.

Em 2017 o IRPAA passou a gestar uma operação através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com o Projeto Semiárido Produtivo, o que coloca ritos administrativos diferentes do que vinha sendo executado pelo Instituto, inclusive as tratativas dessa parceria demoraram quase quatro anos para serem consolidadas. Esse projeto permitiu ao Instituto ampliar sua atuação direta para cinco estados do Semiárido: Bahia, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Alagoas.

Esse novo momento de atuação institucional fez com que o IRPAA ampliasse sua atuação com o acesso aos programas governamentais e políticas públicas, principalmente com o Governo do Estado da Bahia, tendo que cuidadosamente

adequar os processos metodológicos das ações e projetos para não perder os seus princípios e ideologias.

O foco do trabalho nesse novo ciclo se destacava como fundamental por todos os aprendizados já vivenciados, lutar para garantir terra em tamanho suficiente para as famílias no Semiárido, água para consumo humano, produção agrícola e animal, educação de qualidade com foco na realidade local, valorização da cultura e do lazer sadio, entre outros direitos que garantam a qualidade de vida das famílias do e no campo, principalmente.

Assim, a organização e mobilização das culturas tradicionais era um importante instrumento para garantir o espaço da agricultura familiar⁴⁴ e a soberania alimentar do país contra a destruição provocada pelo agronegócio e os latifúndios geradores e mantenedores de tanta desigualdade no campo e nas cidades. A grande ação institucional era para que fossem assumidas pelo Estado políticas públicas permanentes.

Na terceira década que eu diria que uma contradição muito forte aí no campo da política. Ao mesmo tempo que a gente avança na consolidação da convivência com o semiárido a gente consegue apresentar para Brasil um outro semiárido não mais Polígono da Seca, mas é o semiárido com belezas, com suas potencialidades, sem esconder as fragilidades, as fraquezas e os problemas. Na terceira década a gente avança para consolidar essa perspectiva da convivência, o paradigma da convivência é um paradigma que começa a aparecer inclusive em outros espaços. A pesquisa começa a se interessar mais por esse mundo do semiárido, as academias. Então não é só o IRPAA, mas a proposta, o paradigma da convivência começa a ganhar outros espaços de incidência, de debates, de problematizações, e aí então essa é década da consolidação (Cícero Felix dos Santos, 2022).

É, de fato, um período de muitas contradições, onde as questões enfrentadas pelos camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras rurais, notadamente pelos pequenos produtores rurais, posseiros, meeiros, arrendatários, sem-terra, acampados e assentados, assalariados rurais e pelas diversas e diferentes comunidades ribeirinhas, extrativistas, fundos de pastos, quilombolas e povos indígenas, precisavam ter uma atenção maior por parte dos governos brasileiros, uma vez que os discursos evidenciavam o compromisso com o povo e o pleno exercício dos direitos de todos os cidadãos e cidadãs.

⁴⁴ Conceito fortalecido com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

4.6.1 Eixo Terra

A concentração de terras e de água tem sido um dos principais limitadores do desenvolvimento da agricultura familiar no Semiárido. Além de faltar uma política de crédito e acompanhamento técnico continuado voltado para atender às reais necessidades da população rural, desde aquela que vive e desenvolve sistemas de produção agrícola ou pecuário em áreas de sequeiro, àquela que desenvolve cultivos para auto sustento em pequenas áreas irrigadas.

A ineficiência dos processos para titulação das terras, gerando os minifúndios, pequenas propriedades onde é quase impossível produzir dignamente é um problema a ser enfrentado na região semiárida. Conforme a Embrapa Semiárido, em grande parte do semiárido, na chamada depressão sertaneja, uma família precisa de uma área entre 100 e 300 hectares para viver bem. Diante de tal realidade, o modo de vida através dos Fundos de Pasto (forma comunitária de utilização da terra), mostra-se como viável, para garantir a terra em tamanho suficiente, pois nos moldes de uso coletivo as famílias tem mais terra e liberdade para exercer as atividades produtivas (IRPAA, 2020).

Figura 107 – Povo organizado em defesa do território comunitário.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2012).

Além disso, o avanço dos grandes projetos vem aparecendo em diversas faces: mineração, carvoarias, cana de açúcar, projetos de irrigação, construção de

barragens, usina nuclear, transposição do Rio São Francisco, e através de uma infinidade de iniciativas que concentram renda e arrebatam com a caatinga, o cerrado e a vida das pessoas. Os que estão à frente desses e de outros grandes projetos pouco ou nada se importam com a vida do povo, dos rios, da caatinga, o que importa é produzir riqueza para uma minoria, enquanto a grande maioria dos/as trabalhadores/as não tem seus direitos assegurados e vivem em condição de miséria, na maioria das vezes passando fome ou vivendo nos arredores das cidades, sem políticas públicas que ajudem as famílias a terem uma boa qualidade de vida.

Esse modelo de desenvolvimento caminha na contramão da proposta de Convivência com o Semiárido, que se baseia nas experiências bem sucedidas das comunidades de como conviver com essa região, as quais já estão consolidadas, multiplicadas aos milhares e se estabelecem como alternativa viável para garantia da permanência das famílias no semiárido, em especial as famílias que vivem no campo.

A Terra enquanto Eixo temático do IRPAA teve um importante papel no processo de organização e mobilização das comunidades para o enfrentamento aos grandes projetos, associado ao processo de formação sobre Direito, tamanho e uso da terra, modos de vida tradicional, associativismo, dentre outros temas relevantes.

No período de crise política a partir de 2018, nós desaparecemos com eixo terra, porque a gente avaliou ali que nós não queríamos chamar a atenção, mas a gente não ia ficar sem fazer o trabalho da terra. Então o instrumento a gente vai moldando-o para se manter fiel à construção da proposta (Cícero Felix dos Santos, 2022).

Para o próximo ciclo, o Instituto, apesar das incertezas e desafios macropolíticos e econômicos, já começa ajustar a organização de trabalho frente à necessidade de adequação da sua missão à conjuntura do momento.

4.6.2 Eixo Clima e Água

A água é, portanto, uma das questões centrais do Semiárido. A região, aparentemente, apresenta muitos problemas relacionados à disponibilidade hídrica no decorrer dos doze meses do ano. No entanto, o potencial hídrico da região, aliado à implantação de políticas públicas de acordo com as características do clima, pode possibilitar às famílias e comunidades o abastecimento de água seguro de maneira permanente.

Figura 108 e 109 – Processo de formação de multiplicadores/as.

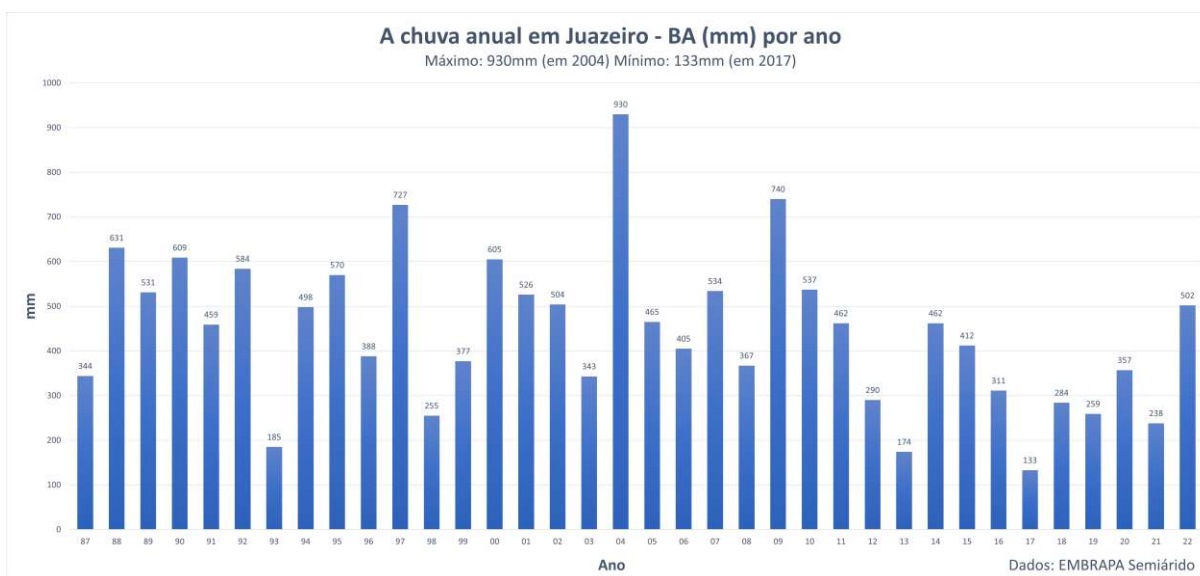


Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2011).

É preciso compreender as especificidades do clima semiárido (regime de chuva, temperatura) e do bioma caatinga (solo, plantas, animais, povos), aprender sobre a “Convivência com o Semiárido” e transformá-la em política pública, e fortalecer uma cultura de estocagem de sementes, alimentos e água da chuva.

A chuva cai concentrada em poucos meses e a elevada perda de água por evapotranspiração, que chega a 3.000 mm ao ano, em contraposição a uma precipitação média de 700 mm, deixa secar rapidamente o solo e os reservatórios abertos. Na sequência histórica abaixo, em 2004 a precipitação máxima foi de 930 milímetros e em 2017 a precipitação mínima 133 milímetros, com uma média de 450 milímetros nessa região.

Figura 110 – Linha do Tempo da precipitação anual no município de Juazeiro – BA.



Fonte: Embrapa Semiárido, (2023).

Com exceção do Rio São Francisco, não existem rios perenes que garantam a quantidade de água suficiente para a subsistência da população local. Ainda com este rio largo e farto de água, a poucos quilômetros da sua margem existem populações que dependem dos carros-pipa.

A captação e o armazenamento da água da chuva colocariam uma fonte quase inesgotável de água à disposição da população, porém o nível de aproveitamento destas ainda é considerado baixo. Os reservatórios existentes ainda são poucos e não apropriados, tendo sido utilizada, até hoje, a tecnologia dos grandes açudes que concentram a água em amplos e espaçosos reservatórios, com grandes espelhos d'água que facilitam a evaporação.

Mesmo sendo comum a preocupação por parte dos governos de investir em tecnologias apropriadas e sociais, ainda não se conseguiu universalizar o acesso à água. Nesse sentido, necessita-se de um plano de infraestrutura hídrica descentralizada. Grande parte da população ainda não possui e não tem condições de construir seus reservatórios com recursos próprios. Esses fatores contribuem para que, no período de seca, a população fique na dependência dos carros-pipa e vulnerável à manipulação por parte de alguns políticos.

Durante mais um período de grande seca, entre 2005 e 2011, diversas ações foram realizadas pelo IRPAA com base na proposta de Convivência com o Semiárido, a fim de transformar essa realidade, com foco na melhoria da qualidade de vida das famílias. A abordagem do Eixo para o manejo da água no Semiárido vem sendo feita de várias maneiras com base numa visão mais atualizada sobre gestão integrada das fontes de água: chuva, superfície, solo e subsolo, com destaque especial ao armazenamento da água da chuva.

O problema principal é o acesso à água, não somente pela irregularidade das chuvas ou do subsolo impróprio para armazenamento, mas, sobretudo pela concentração das terras e das fontes de água nas mãos de latifundiários e empresas do agronegócio, com a conseqüente exclusão da maioria do povo. Por isso, a abordagem do manejo, seguida pela Articulação do Semiárido - ASA e por outras entidades populares, é a partir das necessidades das comunidades e seres humanos.

A atuação do Eixo está organizada em três linhas de ação: 1. Gestão participativa no uso e preservação dos recursos hídricos; 2. Cooperação técnica e

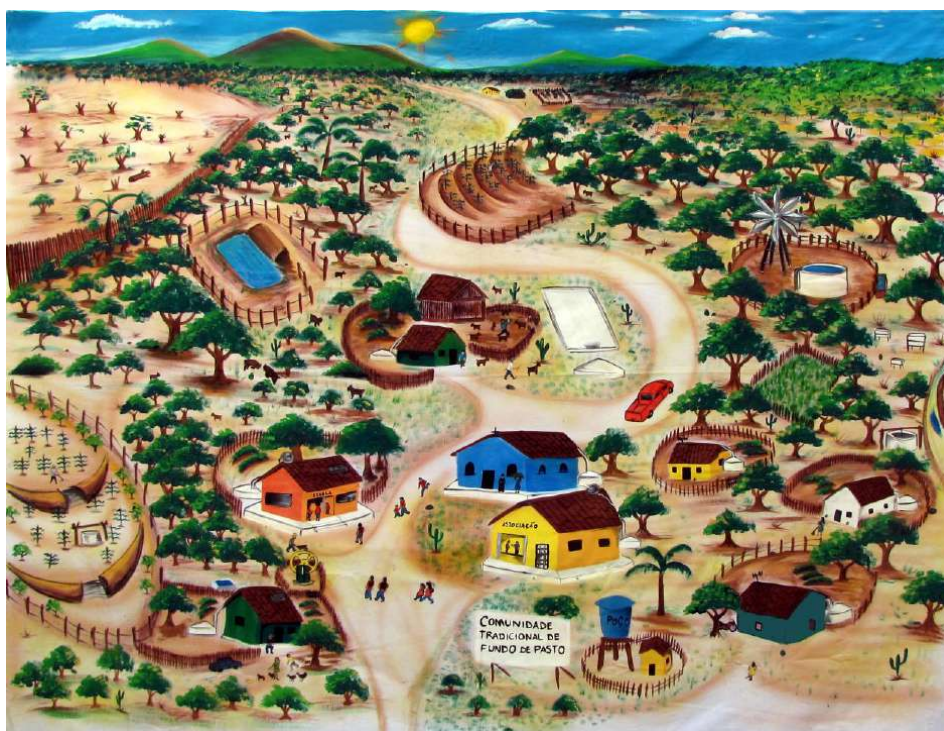
educativa; 3. Água e Meio Ambiente: prevenção aos efeitos da seca, mudança climática e desertificação.

Um grande diferencial do trabalho do Instituto é a implementação na proposta de Convivência com o Semiárido, das cinco linhas de luta pela Água:

1. Água da Família (por meio de cisternas unifamiliares para água de consumo humano);
2. Água da Comunidade (reservatórios de médio e grande volume para água de uso na higiene pessoal e do lar, sob gestão unifamiliar e/ou comunitária);
3. Água da Produção Animal e Vegetal (diversas tecnologias de estoque de água para dessedentação animal, manutenção de hortas, pomares, e beneficiamento de produtos agropecuários, no âmbito familiar e/ou comunitário);
4. Água de Emergência para anos de estiagem (uso emergencial do carro pipa, e em locais de subsolo cristalino, poços, para uso apenas quando as demais fontes já não dispõem mais de água – em virtude do maior dispêndio econômico e/ou energético destes, sobretudo, quando dispõe de elevado teor de sais, o que é predominante);
5. Água do Meio Ambiente (manutenção da caatinga em pé, recuperação e preservação de estruturas de recarga de fontes naturais – recaatingamento e intervenções hidroambientais em microbacias hidrográficas, coleta e tratamento de esgotos para reuso agrícola das águas servidas).

Nitidamente, a partir da Figura nº 111, se vê que uma comunidade sustentável na depressão sertaneja precisa ter um conjunto de linhas de água implementadas.

Figura 111 – Comunidade tradicional de Fundo de Pasto e as 5 linhas de água.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2012).

No período de 2010 a 2016 o IRPAA implementou tecnologias de captação e armazenamento da água da chuva, isso é fruto da incidência da Articulação do Semiárido Brasileiro junto aos governos desde 2003, o que assegurou mais tarde a Lei nº 12.873 de 24 de outubro de 2013, que trata da instituição do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas e o Decreto nº 9.606, de 10 de dezembro de 2018, que Regulamenta o Programa Cisternas. Centenas de milhares de cisternas que hoje armazenam água da chuva são exemplos da importância dessa política pública.

Quando a Presidente Dilma Rousseff foi reeleita em 2014, a "convivência" foi mencionada pela primeira vez na história em um discurso de posse do mais alto dignitário político. Há mudanças que determinam o futuro por causa de sua inovação e caráter coletivo. Eles não podem mais ser apagados, eles sempre mostrarão o caminho.

É importante destacar que, desde o nascimento do IRPAA, a temática da água sempre foi tratada como central no trabalho, num determinado momento como Setor e agora como Eixo, ampliando sua engrenagem e intencionalidade.

4.6.3 Eixo Educação Contextualizada

“É preciso valorizar o contexto de vida dos alunos e alunas, para que seja possível tornar o ensino aprendizagem mais significativo”.
(Celso Antunes)

A educação no Semiárido brasileiro não conseguiu promover um serviço condizente à viabilização da melhoria das condições de vida da população. As políticas assistencialistas desintegradas não foram suficientes para enfrentar o ciclo de geração de pobreza e frear o fluxo migratório da população para outras regiões e cidades metropolitanas do país.

Os planos pedagógicos dos quais o currículo faz parte são desarticulados da realidade local e propagadores da problemática da região, entre elas a incapacidade de resolver suas necessidades. Funcionam como passaporte para levar as pessoas, sobretudo do campo, para os grandes centros urbanos, contribuindo para o aumento da miséria nas periferias em função da falta de infraestrutura, disponibilidade de

trabalho e renda, elementos que as políticas públicas não são capazes de responder às demandas da população.

A educação enquanto processo fundamental para os seres humanos possibilita transformações significativas. Essas transformações, necessárias no processo de formação pessoal, crescem a cada dia em função de demandas do cotidiano. A promoção de uma humanização do trabalho docente é urgente, implicando numa ampliação da autonomia do professor e da professora e, ao mesmo tempo, a apropriação de conhecimentos, habilidades e valores fundamentais que proporcionem conhecimentos significativos e necessários aos educandos, assegurando, assim, uma convivência saudável com o contexto social, ambiental, político, cultural, entre outros.

O Semiárido é um ambiente natural e social onde existem possibilidades de vida diferenciadas. Mesmo com condições climáticas bastante semelhantes, as pessoas se organizam de várias maneiras e se portam distintamente neste ambiente. Portanto, as políticas públicas para a região devem ser pensadas de modo que atenda a estas especificidades.

Esta realidade peculiar sugere que a educação faça o “recorte” nas discussões propostas pelos programas comuns, colocando em foco o contexto de vida em que as escolas se inserem.

A ideia do IRPAA, em especial através do Eixo Educação, é desmistificar um tipo de conhecimento que tem reforçado, constantemente, a manutenção de uma simbologia negativa sobre a região Semiárida brasileira e, ao mesmo tempo, lançar um grande desafio: o de implementar uma proposta de educação que esteja ancorada na convivência com a região, propondo-se a (re)pensar o espaço escolar que se configurou ao longo da história como o espaço de detenção do saber, mas que não consegue dar respostas às necessidades e problemáticas advindas das comunidades.

É preciso pensar, sobretudo, uma educação no sentido de formar um novo olhar sobre a região, ampliando e (res)significando o papel da escola para que esta seja mais adequada às diversidades regionais e, assim, promova um tipo de conhecimento que contribua com o desenvolvimento humano e sustentável da região.

Figura 112 e 113 – Adoção de metodologias participativas.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2017).

A Educação Contextualizada comprometida com a Convivência com o Semiárido são essenciais para promoção do conhecimento e de produção de novos valores, técnicas e tecnologias sociais que contribuam com uma sociedade mais justa e fraterna, construindo uma nova ética no relacionamento de homens e mulheres entre si e com a natureza, contribuindo na formação de pessoas mais propositivas e humanas, sendo capazes de também provocar políticas públicas que corroborem com o bem estar dos povos e de toda a natureza (IRPAA, 2020).

Visando dar concretude a esta filosofia, o Eixo trabalha com três prioridades/linhas de atuação que nortearão as ações a serem desenvolvidas: Formação Continuada de Agentes Educativos; Currículo Contextualizado; Políticas Educacionais.

4.6.4 Eixo Produção

O Semiárido brasileiro possui características próprias, com peculiaridades há muito tempo conhecidas. Esta porção significativa do território nacional necessita há séculos de políticas públicas eficientes e que tratem da questão das chuvas irregulares e das secas periódicas de maneira permanente, com a participação efetiva dos atores que vivenciam sua realidade, para assim, viabilizar uma vida digna às famílias sertanejas.

Nesse cenário, têm sido marcantes, principalmente até a década de 1980, as migrações inter-regionais como alternativa à falta de sustentabilidade para a população mais vulnerável no Semiárido, sendo que, nos últimos anos e nas últimas

secas, tem sido registrado um fluxo maior para as cidades, concentrando-se nas áreas periféricas de porte médio no Brasil, e na região nordeste em particular.

Ficam patentes a desestruturação das unidades familiares, diante da impossibilidade de sobrevivência nos períodos de seca e a ineficiência das ações do poder público, historicamente baseadas em medidas emergenciais e políticas compensatórias. É necessário partir para estratégias de políticas públicas estruturais, com foco integrado, de objetivos simultaneamente socioeconômicos, político-institucionais, culturais e ambientais.

Para dar conta da complexidade do trabalho naquele momento, alicerçado na proposta de CSA, o Eixo Produção possuía cinco linhas de atuação: 1. Beneficiamento da Produção; 2. Comercialização; 3. Gestão e Organização; 4. Políticas Públicas de Desenvolvimento da Agropecuária Familiar; 5. Agropecuária (subdivida em criação de animais, roça e diversificação das propriedades rurais).

Figura 114 e 115 – Potenciais produtivos do Semiárido.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2012).

No estado da Bahia, 77% dos estabelecimentos rurais são da agricultura familiar. São 593.411 estabelecimentos, do total de 762 mil, distribuídos em biomas como: Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado.

Diante desse cenário, com os governos de Jaques Wagner e Rui Costa, foi necessário compartilhar o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, com a participação das organizações da sociedade civil organizada, partindo do princípio de que, quem conhece a realidade de fato, de cada município, é quem está no município. Desde 2012, uma nova modelagem de ATER vem sendo adotada, com a contratação, via Chamada Pública, de organizações sociais prestadoras

desse serviço, com identidade e conhecimento local, que prestam o serviço a agricultores e agricultoras familiares e povos e comunidades tradicionais.

Figura 116 e 117 – Capacitação dos agricultores/as em CSA.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2011).

A partir de 2015 com a criação da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural - BAHIATER foi possível atrelar o serviço da ATER aos investimentos coletivos e produtivos.

Então, todos os investimentos feitos por meio de projetos como o Bahia Produtiva e do Pró-Semiárido, por exemplo, estão atrelados ao serviço de ATER, que não pode ser uma ação que acontece de forma espaçada e isolada. Ela deve estar atrelada às demais políticas públicas, porque a Assessoria Técnica e Extensão Rural é a grande indutora das demais políticas públicas.

Vale destacar que o Eixo Produção no Instituto sempre contou com a presença de mais colaboradores/as, dado a oferta de ações, programas e políticas correlatas.

4.6.5 Eixo Comunicação

O processo de comunicação veio nessa história com a Diocese de Juazeiro, principalmente com a ação de Dom José Rodrigues, tinha os 15 a 20 agentes pastorais e 40 a 50 animadores de comunidades, onde realizavam os encontros anuais com a Assembleia dos Trabalhadores da Diocese e mais 3 cursos por ano de formação. Após essas atividades, esses grupos faziam ações nas comunidades e tinham como estratégia o uso do rádio.

José Moacir dos Santos conta que participou de um curso sobre ser comunicador, a ideia era uma formação sobre como dar entrevista. A partir disso o IRPAA foi desenvolvendo a importância de dedicar mais tempo, e não só transmitir,

mas fazer a discussão sobre a comunicação como um direito, sendo uma estratégia de como pensar a comunicação de forma geral.

Eu fui um dos primeiros que começou e a história foi assim que Haroldo coordenava, tinha um setor da diocese, e disse tem um curso e você vai aprender a dar entrevista, aprender a falar no microfone e aí chegamos lá então já era uma demanda a gente aprendia... todo mundo no meio do mato, então a gente andava no meio do mato com aquele gravador e mandava pelo correio para diocese e aqui tinha o Josenaldo ou Moisés antes, que faziam a comunicação diocese todinha e porque tinha mais trinta jovens que mandava o material, então eu ia organizando o assunto interessante e conseguia comunicar e render frutos com o surgimento do setor de comunicação do IRPAA (José Moacir dos Santos, 2022).

As entidades da sociedade civil organizada tem utilizado cada vez mais a comunicação como estratégia para diversas finalidades, entre elas: criação de propostas de trabalho e divulgação de conceitos em todas as esferas da sociedade; busca de novos parceiros e doadores; informação a conselheiros e outros parceiros sobre o andamento das atividades; aumento do envolvimento dos beneficiários e de suas famílias; prestação de contas à sociedade sobre como estão sendo investidos os recursos recebidos; entre outros (IRPAA, 2016).

Figura 118 e 119 – Mídia noticiando o trabalho do IRPAA.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2015).

A comunicação é, portanto, umas das estratégias para fomentar o desenvolvimento sustentável através da Convivência com o Semiárido como proposta abrangente para solucionar as questões sociais. As informações sobre o Nordeste brasileiro, e, particularmente, sobre o Semiárido, produzidas pelos diversos meios de comunicação que fazem a mídia nacional, têm, ao longo dos anos, revelado somente as faces negativas da região, como se estas fossem as únicas.

Em geral, os noticiários das TV's e os veículos impressos fazem enorme sensacionalismo quando registram o sofrimento das pessoas nos períodos de estiagens recorrentes na região. As imagens do Semiárido, levadas para todo o país são carregadas de fatalidades e já se tornaram conhecidas, pois são quase sempre as mesmas: “um chão seco e rachado que acomoda algumas carcaças de animais mortos ou famílias de retirantes deixando sua terra”. Esses símbolos acabam mostrando o Semiárido como um lugar catastrófico e reforçam fortes paradigmas de que a seca e suas consequências são as únicas razões que permeiam o dia a dia do povo que insiste em viver numa região vista como atrasada e inviável (IRPAA, 2016).

Todo esse conjunto de informações cheio de significados negativos, produzidos e reforçados por alguns meios de comunicação, acaba sendo absorvido como “verdade excêntrica” no imaginário popular do país e até do povo que habita a região semiárida (IRPAA, 2016).

Constituindo essa mesma ideia nos meios sociais e políticos, a região é vista como um lugar sem solução, onde as ações de desenvolvimento chegam sempre de forma emergenciais e paliativas, muito distantes das resoluções que verdadeiramente poderiam transformar a região, caso fossem concebidas a partir de suas condições climáticas, geográficas e culturais próprias (IRPAA, 2016).

As ações voltadas para Convivência com o Semiárido executadas pelo IRPAA e outras entidades vêm ganhando espaço nos fóruns de discussão que desenvolvem ideias e projetos para formulação de políticas de desenvolvimento para o Semiárido. Porém, percebe-se, ainda, a ausência de uma política de divulgação mais sistemática na disseminação das propostas que estão aos poucos transformando a vida do povo. Certamente, faltam planejamentos mais estratégicos e permanentes capazes de influenciar os meios de comunicação regionais e nacionais para que estes percebam melhor as transformações que hoje ocorrem na região (IRPAA, 2016).

Acredita-se que, para alcançar um considerável nível de influência nos meios de comunicação, conseqüentemente em outros espaços, de modo a desmistificar a imagem negativa que ainda se mantém sobre o Semiárido, é necessário fortalecer a política de comunicação em favor da Convivência com o Semiárido, partindo das experiências mantidas tanto pelo IRPAA e outras entidades, e tentando construir parcerias entre estas e demais instituições.

Para tanto, torna-se necessário, a princípio, melhorar e/ou incrementar as experiências já existentes, dando-lhes condições e instrumentos para produzir as informações necessárias e corretas sobre a região, de modo que essas estejam cotidianamente na pauta dos noticiários dos meios de comunicação de massa, sejam eles comerciais ou alternativos (IRPAA, 2016).

Após 2010 com a ampliação da equipe de Comunicação do IRPAA, as atividades básicas necessárias a esta ação (registros, produção, arquivamento, distribuição de materiais e divulgação geral), foram consideravelmente ampliadas.

A comunicação é uma das estratégias para fomentar o desenvolvimento sustentável do Semiárido, bem como dá visibilidade a ideia de Convivência com o Semiárido, como proposta abrangente para uma região historicamente desassistida de políticas estruturantes (IRPAA, 2016).

4.6.6 Lei Estadual, Fórum e Plano de Convivência com o Semiárido na Bahia

A Convivência com o Semiárido no Estado da Bahia se consolidou enquanto política pública, através da Lei nº 13.572 de 30 de agosto de 2016 que Institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido e dá outras Providências, garantindo-lhe a intersetorialidade e transversalidade, considerando que dois terços desse estado está inserido em regiões semiáridas.

Figura 120 e 121 – Articulação Política do IRPAA diretamente com os Governos.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2014).

Fruto de um amplo processo de mobilização social e da pactuação com o Governo do Estado e Deputados/as, é uma conquista do povo baiano graças às

reivindicações da sociedade civil organizada. Tal norma reconhece a riqueza de bens naturais e culturais da região e defende o seu acesso democrático e uso sustentável. Dessa forma, não precisa combater o clima seco, mas sim criar meios para o convívio com a natureza.

Figura 122 – Registro da Sociedade Civil na votação da Lei na ALBA, em 23/08/2016.



Fonte: Banco de dados do IRPAA (2016).

Após um ano de aprovação na Assembleia Legislativa da Bahia, a Lei teve seu decreto de regulamentação assinado em 21/09/2017, pelo Governador Rui Costa (PT) em ato público no município de Jacobina - BA. A Lei é uma conquista da população do Semiárido baiano e foi construída a partir de reivindicações da sociedade civil organizada que também participou da elaboração da mesma.

Figura 123 – Ato de anúncio do Decreto em Jacobina.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2017).

O documento trata também da composição do Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido, colegiado paritário que será composto por 26 representantes das secretarias de Estado, conselhos e colegiados territoriais, instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil; e do Comitê Governamental de Convivência com o Semiárido. Consta ainda no decreto o Sistema de Informações, Monitoramento e Avaliação e específica aspectos referentes à regularização fundiária, conforme informações da Secretaria de Comunicação do governo.

Durante o ato em Jacobina - BA, Naidson Batista, da Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA, destacou que a Lei contempla diversos elementos da Convivência com o Semiárido e que é uma lei *“que saiu da prática, da vida, do dia a dia dos agricultores”*, celebrando a importância da participação dos movimentos e organizações sociais no processo de construção. Para ele, o desafio agora é *“fazer a lei sair do papel e entrar na prática de cada dia e se nós conseguirmos isso estaremos efetivamente mudando a vida de muita gente”*.

Figura 124 e 125 – Visita do Governador Rui Costa e do Secretário da SDR à Coopercuc em Uauá.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2016).

O governador Rui Costa, ao assinar o decreto, comemorou o fato de a Bahia ser o segundo estado a ter uma política específica voltada para esta temática. O primeiro estado a aprovar uma Lei de Convivência com o Semiárido foi Pernambuco, em 2013. A aprovação da Lei reafirma uma mudança de compreensão acerca da região e é um instrumento legal para reivindicar, independente do governo, dotações orçamentárias para investir em ações de Convivência com o Semiárido.

No estado da Bahia, 70% de seu território possui clima semiárido, onde também predomina o Bioma Caatinga. Esta região abriga uma média de 6,7 milhões

de pessoas, o que representa algo em torno de 48% da população baiana. Dos 417 municípios da Bahia, 265 estão nesta região.

Apesar desta importância geográfica e de possuir um conjunto de elementos naturais, sociais e culturais que contribuem significativamente para o estado, os governos baianos por muitas décadas negligenciaram o potencial desta região. Ao juntar as diversas linhas de produção, pode-se considerar que o Semiárido chega a produzir metade da riqueza do estado. Porém, essa abundância econômica ainda se encontra concentrada e acaba por gerar grandes impactos ao ecossistema de modo geral.

O grande interlocutor no governo para aprovação da Lei, foi o então Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR, Jerônimo Rodrigues, e no poder legislativo contou com a relatoria da deputada Fátima Nunes (PT).

A Convivência com o Semiárido, enquanto política pública, surge em contraponto à eleitoreira “Indústria da Seca”, sustentadora de uma politicagem desmedida no Nordeste e no país, no Semiárido brasileiro, há aproximadamente trinta anos, uma série de ações começou a impulsionar formas de produção apropriadas às características climáticas e socioculturais, valorizando os saberes tradicionais e buscando pautar direitos como acesso à água, à terra, à educação contextualizada, à segurança alimentar e nutricional.

A Lei reconhece a riqueza de bens naturais e culturais que o Semiárido possui e aponta o uso sustentável dos mesmos, prezando pelo acesso democrático à terra, água, educação contextualizada a região, incentivo à produção agropecuária familiar, prezando, sobretudo, pela valorização do meio ambiente e qualidade de vida da população do Semiárido.

4.6.7 Atuação junto ao Fórum Baiano da Agricultura Familiar e da Articulação do Campo

Um dos espaços importantes que o IRPAA participa através das redes é a Articulação do Campo, criada a partir do Fórum da Agricultura Familiar - FBAF que surgiu em 2006 no âmbito das relações de incidência política junto ao governo de Jaques Wagner. Naquele momento a grande porta de diálogo era através da Superintendência da Agricultura Familiar - SUAF.

Uma das principais conquistas do FBAF, foi a criação da Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR, em 2015, pelo governador Rui Costa, no seu primeiro ano de governo. Uma pauta de reivindicação dos segmentos articulados.

A Articulação do Campo, desde 2017, se configura como espaço de aglutinação e fortalecimento dos povos das águas, do campo e das florestas na perspectiva de construir um desenvolvimento rural com justiça socioambiental, gerando para a população nos diferentes biomas do estado da Bahia, modos de vida sustentáveis na perspectiva do bem viver. Ou seja, para além do crescimento econômico atua construindo um desenvolvimento das satisfações humanas e ecológicas.

Compõe essa Articulação: a Articulação do Semiárido - ASA Bahia; o Fórum Baiano da Agricultura Familiar - FBAF; a Articulação de Agroecologia da Bahia - AABA; o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA; o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB e a Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido - REFAISA.

Figura 126 – Plenária dos Movimentos Sociais no Programa de Governo Participativo 2022.



Fonte: pesquisador, (2022).

Considerando que a Bahia é o estado da federação com maior número de agricultores e agricultoras familiares, continuar a investir em políticas públicas para a agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais é essencial para melhorar a qualidade de vida do povo baiano. Temas como Convivência com o Semiárido, democratização do acesso à terra e território, produção e comercialização de

alimentos agroecológicos, valorização da sociobiodiversidade, educação contextualizada do/no campo, participação democrática e controle social são alguns dos eixos que a Articulação do Campo entende como fundamentais, e com isso, atua na incidência política junto ao Estado.

Defende que algumas políticas públicas estaduais devem ser criadas, mantidas e/ou aprimoradas dentre elas: Política de Segurança Alimentar e Nutricional; Política de Convivência com o Semiárido; Política de Agroecologia e Produção Orgânica; Política de Economia Solidária; Política de Educação Contextualizada; e Política Direitos das Populações Atingidas por Barragens.

Considerando as políticas públicas citadas são essenciais para que fortaleça e dinamize as relações entre campo e cidade, a Articulação tem uma pauta conjunta prioritária dos movimentos e articulações para fortalecer o debate público, participativo e construtivo.

4.7 A QUARTA DÉCADA DE ATUAÇÃO DO IRPAA (2020 à atual) – DEFENDER E RETOMAR A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO



Foi um período também que a gente usou pra gente criar mais conhecimento, desenvolver mais tecnologias sociais, mais conteúdos, mais proposições para no momento oportuno avançar na perspectiva da convivência. E isso nós experimentamos nesses últimos anos de crise. Nós não ficamos na crise esperando, se defendendo e esperando a crise passar, nós ficamos na crise se preparando para um momento oportuno avançar, esse foi o lance, a tática mais importante nesse período (Cícero Felix dos Santos, 2022).

Os retrocessos vividos no Brasil nos últimos anos afetaram diretamente a classe trabalhadora, desde 2016 com golpe da presidenta Dilma Rousseff e com a eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro em 2018. Consequentemente, nesse período de seis anos as organizações não governamentais, e muitos órgãos públicos e privados foram criminalizadas, perseguidas e desestruturadas.

A quarta década, começa com os retrocessos desde 2016 com o golpe contra Dilma e eleição da extrema direita. Adotamos a tática de defesa da proposta de Convivência com o Semiárido e de defesa do direito de existir do IRPAA. Os recursos públicos federais cessaram. Sofremos várias tentativas de criminalização da entidade e tentativas de desabilitar o CNPJ do IRPAA. Continuamos os trabalhos de articulação política nos espaços, a nível nacional, ainda democráticos como a ASA, o Fórum Mudanças Climáticas, a Conferência Popular de SAN, Fórum da Agricultura Familiar da Bahia - FBAF... no estado da Bahia, mantivemos a construção de políticas públicas. Elaboração de novas tecnologias sociais para quando o país voltar à normalidade tenhamos proposta de projetos para a continuação da consolidação da CSA (José Moacir dos Santos, 2022).

Neste período, o IRPAA foi fortemente afetado pela interrupção de contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para execução do Projeto Semiárido Produtivo, onde iria iniciar a fase dos investimentos coletivos em cinco estados do Nordeste. Mas simplesmente sem motivações técnicas, o contrato foi encerrado. Diante dessa instabilidade, uma decisão do Instituto nesse período foi evitar qualquer tipo de relação com o Governo Federal, retomando o apoio da Cooperação Internacional e mantendo o apoio do Governo da Bahia.

Só que no meio ali vem o golpe contra a presidenta Dilma. E a gente tem que fazer um recuo, ao invés de continuar investindo fortemente na consolidação da convivência com o semiárido a gente tem que passar a defender a convivência de novo. Então eu diria que é uma volta ao início

sim, não podemos retroceder, a palavra de ordem muito forte é: semiárido vivo, nenhum direito a menos. Esse nenhum direito a menos está muito embebido, influenciado ou lastreado por essa perspectiva da defesa da convivência com o semiárido, que era uma necessidade ali que com o golpe contra a presidenta, se tendo ausência de políticas públicas, retirada de direitos, a PEC da Morte, as reformas trabalhista e previdenciária. Então muitos direitos sendo retirados, a perspectiva de trazer e tecnologias de novo de enfrentamento a seca. Enfim ali o IRPAA fez um várias reflexões e avaliou que era necessário esse movimento de defesa. A gente decidiu que não ia ficar só defendendo (Cícero Felix dos Santos, 2022).

Na transição da terceira para a quarta década, seis anos se passaram e, não negando sua essência, o IRPAA coloca na centralidade do trabalho à Defesa da Convivência com o Semiárido. Se fortalecendo através da ação em rede, em articulação e em fóruns, se ecoava o grito de ordem por um Semiárido Vivo: Nenhum Direito a menos.

Em 2019, o Instituto, em Assembleia, aprovou sua nova estrutura organizacional, perpassando pela necessidade de juntar alguns Eixos Temáticos, dada a conjuntura do momento. Ficando assim composta: 1. Eixo Terra e Produção; 2. Eixo Clima e Água; e 3. Eixo Educação e Comunicação.

No ano de 2021, essa estrutura fica ajustada da seguinte forma: 1. Eixo Clima e Água; 2. Eixo Produção Apropriada e 3. Eixo Educação e Comunicação.

A gente também ia aproveitar esse momento pra preparar o terreno pra numa oportunidade a gente poder avançar com a perspectiva de convivência, numa oportunidade que a gente fosse criar nos próximos tempos a gente pudesse avançar. Preparar significava criar outras propostas de inovações, fazer experimentações, testar algumas coisas que a gente estava burilando, conversando, dialogando, problematizando, então isso acho que foi muito importante nesse tempo. A gente não ficou só na defesa, no sentido de proteger, de se defender, mas no sentido também de se preparar pra um momento oportuno a gente avançar politicamente na perspectiva da convivência (Cícero Felix dos Santos, 2022).

O IRPAA vive vários processos de transição na relação com os governos e as políticas públicas, o que se aprofunda a partir de 2016 com o golpe de estado, em que com Governo Temer (2016-2018) e o Governo Bolsonaro (2019-2022), restabelecem um conjunto de políticas neoliberais na ótica do fascismo, neutralizando programas e políticas públicas que vinham emancipando a classe trabalhadora. Na prática as Propostas de Emendas Constitucional - PECs de congelamento de gastos para educação, saúde, assistência social; fragilização do Programa Cisterna; perseguição e criminalização as organizações sociais e populares; dentre outros retrocessos perversos.

Figura 127 – Mobilização Social pelo Programa Cisternas.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2014).

Nesse período, por decisão institucional o IRPAA corta todas as relações com o Governo Federal e Estatais Públicas Federais. Essa dinâmica colocava o desafio de repensar os próximos anos do Instituto, compreendendo que a dimensão estratégica de ampliar o debate da CSA através do fomento público vinha sendo reduzida cada vez mais por conta da perspectiva orientadora da política nacional.

O que ajudou o IRPAA nessa transição de período foi sua relação saudável com a cooperação internacional e o apoio do Governo do Estado da Bahia, com destaques aos programas Pro Semiárido, Bahia Produtiva e Assessoria Técnica e Extensão Rural – ATER, ambos com a Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR.

A Convivência com o Semiárido é a materialização de uma outra sociedade, embasado na proposta orientadora do Bem viver. O IRPAA tem contribuído com a Felicidade Interna Bruta - FIB, numa perspectiva da relação sustentável e emancipadora do ser humano com a natureza. Afirma o Semiárido enquanto região geopolítica, não só na nomenclatura, mas também na disputa política, nas incidências, na formação de lideranças, na organização da classe trabalhadora, nas lutas por direitos. E isso, ao longo dos tempos, incomoda os governantes e os parlamentares que são fruto das oligarquias políticas e econômicas.

Porém, neste tempo histórico atual, compreender a complexidade dos fatos é um desafio, ciente de que ora precisa avançar, ora precisa recuar na relação com os governos, nunca perdendo de vista o foco nas políticas públicas, no acesso aos direitos constitucionais e no seu papel essencialmente a serviço da classe trabalhadora.

Outro fato importante no período de 2020 a 2022 foi o distanciamento social em função da Covid-19⁴⁵, sendo implementadas medidas cada vez mais restritivas pelos órgãos competentes. Num primeiro momento da chegada do Coronavírus, o IRPAA circulou um comunicado aos colaboradores recomendando calma, proibindo o uso de transporte público para viagens não municipais e limitando atividades coletivas em máximo de 30 participantes. Na sequência, com o agravamento da crise e seguindo recomendações dos órgãos de saúde e de parceiros institucionais, suspendeu todas as atividades de campo no período de 24 de março a 12 de abril de 2020, mantendo as ações possíveis de realização em casa e/ou no escritório (home office). Num segundo momento, tendo em vista aspectos sanitários prioritariamente, mas, também financeiros e seguindo especificidades legais, decidiu em 13/04/2020 por conceder férias coletivas no período de 15 de abril a 15 de maio de 2020, a praticamente toda a equipe.

Num terceiro momento, de retorno das férias e dada a continuidade da Pandemia com agravamento dos casos acometidos e número de mortes no país e na região, as atividades a serem realizadas nos próximos 60 dias foram apenas no modo “à distância” usando as tecnologias de comunicação, com exceções de visitas esporádicas que venham ser feita em segurança e de significativa necessidade em concordância com as comunidades. Nesse formato até o mês de julho de 2020.

Nesse período, aconteceu a execução de projetos emergenciais destinados a atender a população mais vulnerável em bairros periféricos de Juazeiro e zona rural de municípios do Território Sertão do São Francisco (estado da Bahia), dentre essas ações com envolvimento do Irpaa, destacamos: 1. Distribuição de Cestas Básicas em parceria com a Fundação Banco do Brasil; 2. Articulação para produção pelos empreendimentos da economia solidária de mascaras em parceria com o Governo da Bahia; 3. Viabilização de projetos de apoio às famílias junto a Articulação do

⁴⁵ Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos.

Semiárido junto ao Conselho da Criança e Adolescente da Bahia e a Fio Cruz (Fundação Oswaldo Cruz); 4. Participação em reuniões e articulações de enfrentamento a crise gerada pela Pandemia, juntamente com as redes, fóruns e conselhos (CONSEA, ASA, FBAF, AABA, REFAISA, Fundo de Pasto, Articulação do Campo, RESAB, dentre outras, locais, regionais e nacionais).

No contexto geral, no Brasil, com a falta de atuação mais eficaz e responsável por parte do Governo Federal, o número de pessoas acometidas, curadas ou não, cresciam progressivamente, e no interior estamos cada vez mais num processo de interiorização do vírus, variando em cada região e localidade. Lamentavelmente, naquele momento o país já tem passada a marca de mais de 100 mil mortes.

A gravidade fez o IRPAA continuar em alerta e restritos em realizar apenas o que é considerado seguro ou essencial, inclusive considerando a possibilidade de testagem na equipe. Ao passo que o progresso por mais que lento no sistema público de saúde, a aprendizagem sobre novos hábitos de proteção e amadurecimento das estratégias de convivência com a existência deste vírus, dada sua persistência estimada em anos, no mês de agosto de 2020 o Instituto se prepara para a flexiva e gradativa retomada das atividades, ainda sem aglomerações pessoais (formações), porém avançando em consentimento com as famílias e comunidades nos processos de implementação de tecnologias. Acontece a retomada das ações inerentes à Segurança Hídrica e Alimentar, no contexto seguinte:

- a) Seguir contribuindo na melhoria da segurança hídrica e sanitária das famílias, dando continuidade aos serviços de construção civil que operamos, por meio das cisternas, aguadas, tecnologias de tratamento de esgoto, entre outros;
- b) Seguir na melhoria da estrutura produtiva de alimentos, implementando os quintais produtivos e demais sistemas agroecológicos, de serviços ambientais e de recaatingamento;
- c) Assessoria virtual e quando necessário presencialmente às comunidades na defesa dos direitos e garantia da permanência nos territórios tradicionais;
- d) Possibilitar o acesso a informações presenciais sobre temas complexos como o manejo de sistemas de tratamento de esgoto pelas famílias beneficiadas com reuso de água, assegurando as medidas de proteção, em ambiente aberto, em pequenos grupos, sem crianças, nem idosos e com as pessoas

em distâncias seguras entre si;

- e) Assegurar a utilização dos recursos orçamentais disponíveis dentro dos prazos, em prol da melhoria das estruturas e saberes indispensáveis à resistência, resiliência e progresso dos povos no Semiárido.

Ressalta-se que tais atividades retornaram apenas para comunidades e famílias que estejam de acordo ao exposto, bem como com projetos cujo financiador também compartilha da ideia. Ao mesmo tempo em que medidas contrárias poderão ser adotadas em caso de mudanças nas deliberações dos órgãos competentes ou na conjuntura de saúde dos territórios atendidos.

Após um ano de Pandemia, o IRPAA já trabalhava em exercitar a Convivência nos mais amplos aspectos, e agora à luz da Convivência com o Coronavírus, com as mais de 250 mil vidas ceifadas por esse vírus, a gravidade fazia continuar em alerta e restritos em realizar apenas o que é considerado seguro ou essencial.

Desde o final de fevereiro de 2021, surgia os decretos estaduais estabelecendo Lockdown e toques de recolher de 17hs às 5hs da manhã, e com isso, seguindo as orientações dos órgãos de saúde em vista do pico de proliferação do vírus e suas mutações, bem como o Decreto Estadual nº 20.289 de 07 de março de 2021 e Decreto Estadual nº 19.528 de 16 de março de 2020, foi acordado a suspensão mais uma vez das atividades de campo (individuais e coletivas) e o funcionamento do escritório no período de 08 a 22 de março de 2021, onde nesse período manteve o trabalho remoto, de sistematização e lançamentos em sistemas.

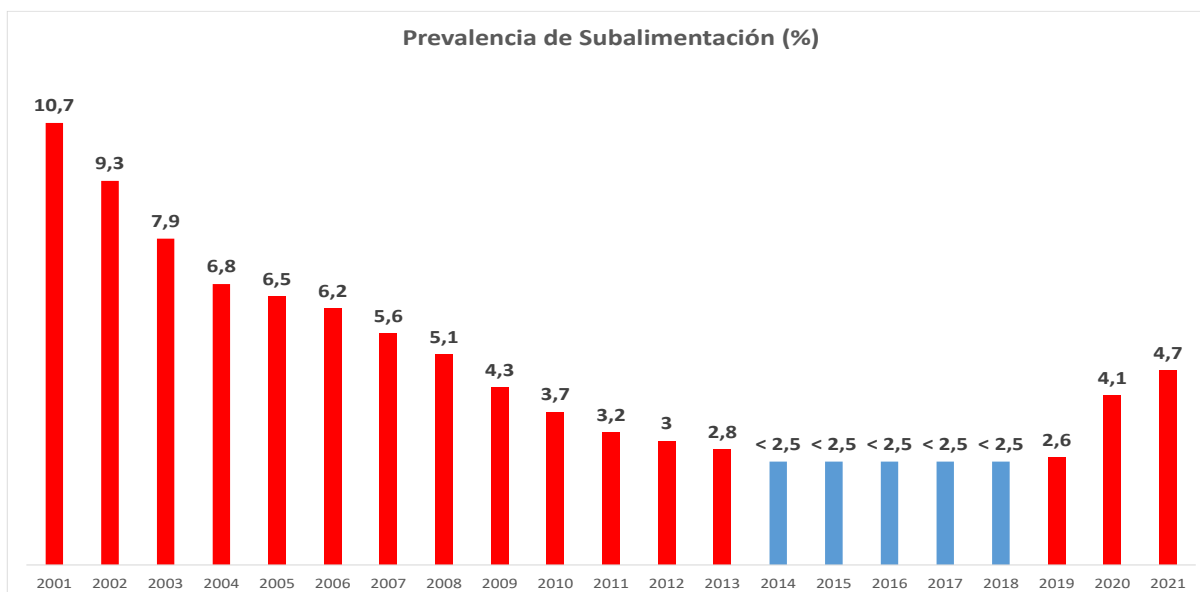
O uso de mascaras, álcool em gel e o distanciamento social se tornou uma obrigatoriedade no período da Pandemia, o que o IRPAA na condição de entidade de assessoria foi de fundamental importância no processo de orientação junto as comunidades rurais e bairros periféricos de Juazeiro - BA.

Importante destacar que em consequência dos desmontes nas políticas públicas, o desgoverno nos últimos seis anos e o estado pandêmico, contribuíram para o agravamento das desigualdades sociais e o aumento da pobreza, miséria e fome em boa parte da população brasileira.

O Relatório FAO 2023 apontou que o Brasil voltou aos Mapas da INSAN (medida pelo FIES) e da Fome (PoU). No período 2020-2022, mais de 70 milhões de brasileiros (um em cada três) enfrentaram algum nível de insegurança alimentar; mais de 21 milhões passavam fome; entre 2014 e 2016, eram 3,9 milhões. O

indicador de Prevalência de Subalimentação (PoU) foi estimado em 4,7%, portanto superior a 2,5% da população, fazendo com que o Brasil voltasse ao Mapa da Fome. A FAO considera que las estimativas de prevalencia de subalimentación en nivel nacional inferiores a 2,5% no son suficientemente precisas para sus valores serem publicados.

Figura 128 – Prevalência de Subalimentação % (PoU) – Brasil (média para três anos)



Fonte: FAOSTAT <http://www.fao.org/faostat/en/#country/21> y https://public.tableau.com/app/profile/fao.sdg/viz/SDG2_1_1V202204/Story1

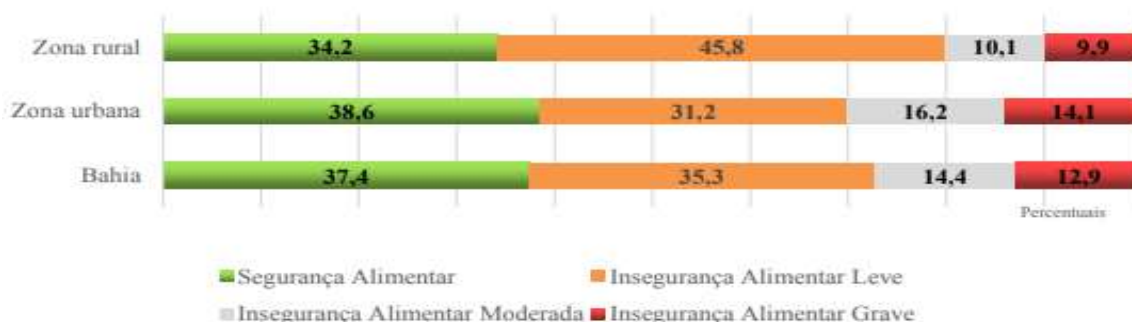
Pensar nesses desafios da contemporaneidade, é considerar o agravamento acelerado da insegurança alimentar e hídrica no país, que ganhou contornos mais concretos a partir de abril de 2022, quando foram divulgados os dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid - 19 no Brasil, produzido pela Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN). Segundo o levantamento, 33,1 milhões de brasileiros conviviam cotidianamente com a fome no país, um aumento de mais de 73% em relação aos números do final de 2020, quando o 1º Inquérito produzido pela Rede PENSSAN durante a pandemia apontou que 19,1 milhões de pessoas não tinham o que comer. No total, o número de pessoas convivendo com algum grau de insegurança alimentar no país saltou de 117 milhões para 125 milhões no período, o equivalente a mais da metade da população brasileira.

Um planeta que tem a tragédia da fome para ser enfrentada aí por bilhões de pessoas, e deve ser superada através de uma política de segurança alimentar e nutricional. A perspectiva da convivência ela é uma chave importante pra

responder o enfrentamento às mudanças climáticas. Trabalhar as agriculturas resilientes ao clima é um pouco com base na convivência. Não vamos avançar na convivência com a estrutura agrária que nós temos. Mais uma questão estrutural vamos dizer assim para gente avançar na perspectiva da convivência é romper com a estrutura agrária que nós temos. Inclusive no urbano. As pessoas que vem para cidade elas vivem mal nas cidades. Saem do rural, saem do semiárido rural, vem para semiárido urbano e vive em barracas, vive em situações de pobreza, então a questão da estrutura agrária nessa região ela é estruturante para gente avançar com a convivência. A gente for olhar ainda está muito no rural. Não é só rural. O semiárido é rural e urbano. Não avançou na perspectiva da saúde apropriada ao semiárido, das edificações apropriada, porque as pessoas principalmente com as mudanças climáticas vão ter que começar analisar mais as cidades (Cícero Felix dos Santos, 2022).

No estado da Bahia, segundo o II VIGISAN (2021-2022) os domicílios rurais se apresentaram com menor risco de insegurança alimentar grave que os domicílios urbanos. Isso aponta para o sucesso das políticas públicas implementadas nos últimos 16 anos, quando, de fato, essa região começa experimentar o ciclo de efetivação dessas políticas, a partir de governos progressistas e com compromissos sociais.

Figura 129 - Níveis de Segurança e Insegurança Alimentar.



Fonte: II VIGISAN, Bahia (2021-2022).

Outro grande desafio, em especial para o Semiárido e as regiões inseridas na depressão sertaneja é o aquecimento global, pelas condições edafoclimáticas. Segundo o secretário-geral da ONU, Antônio Guterres, mostra bem a dimensão do problema, afirmando é vital que a comunidade internacional não altere a meta do Acordo de Paris de 2015, que limitou o aquecimento a 1,5°C até o final do século. No seu discurso durante a COP27, Guterres defendeu ainda a criação de um fundo internacional para perdas e danos provocados pela mudança climática, através do qual os países mais industrializados, que poluem mais, possam garantir apoio financeiro às nações em desenvolvimento, que sofrem mais os efeitos do aquecimento global.

A perspectiva de estar sempre olhando o horizonte mais longe e nesse momento que a gente está vivendo da humanidade e da história do planeta a questão das mudanças climáticas tem tanta centralidade, mas no nosso caso específico aqui olhando o que nós conseguimos trilhar até agora precisamos focar no semiárido urbano. É claro que a maioria dos municípios que compõem o semiárido ele é rural urbano. É um urbano rural vamos dizer que são cidades, são municípios com cidades que tem vinte mil, trinta, quarenta mil habitantes. Claro que tem uma ou outra como Juazeiro que tem mais de duzentos mil habitantes. Olhando essa nessa perspectiva das mudanças climáticas para reduzir a emissão de gás de efeito estufa. Então assim, tem uma diversidade, tem um mundo para ser estudado, para ser problematizado, para ser projetado do ponto de vista de saídas de um mundo mais quente (Cícero Felix dos Santos, 2022).

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC em suas publicações recentes ao Sexto Relatório de Avaliação Climática, alerta para impactos “irreversíveis” caso a humanidade não freie o aquecimento global. Existem duas regiões brasileiras que são particularmente vulneráveis. No Nordeste, onde a queda de 22% na chuva, que já é pouca, combinada com aumento de temperatura de 3°C a 4°C, pode tornar a região semidesértica. A agricultura brasileira pode ser fortemente impactada, com queda forte na chuva, aliada ao aumento da temperatura e de eventos climáticos extremos. Isso mostra que o Brasil tem que repensar o seu modelo de desenvolvimento econômico. Nas cidades e áreas costeiras também têm vulnerabilidades importantes que precisam ser equacionadas em um plano de adaptação climática.

Nesse contexto, os cientistas listam problemas que já afetam o meio ambiente e apontam o Nordeste como uma das três regiões do planeta que estão em um processo de secagem dos rios. A conclusão deriva do acompanhamento de tendências no fluxo de rios entre 1971 e 2010, com dados de 7.250 observatórios no mundo. Segundo o relatório, mais de metade dos rios no mundo passam por secas periódicas que reduzem seu fluxo, mas o crescimento da frequência e intensidade das secas pode provocar intermitência em rios perenes e desaparecimento dos intermitentes, como boa parte dos rios nordestinos. Além do Nordeste do Brasil, o sul da Austrália e a região do Mediterrâneo.

Quando o assunto é seca e calor, o Semiárido (no Nordeste e norte de Minas Gerais) é um bioma que já sentiu a força dos chamados eventos extremos. Entre 2012 e 2017, a região viveu a maior seca da história. Isso gerou consequências ambientais, como a morte de animais, migrações e problemas para as plantações e a vegetação. Por exemplo, com o aumento da aridez e o aumento de áreas

desérticas, com o solo cada vez mais pobre, já houve perda na ordem de 30% da vegetação nos últimos anos na região.

A situação segue se agravando, no ano passado vivenciamos temperaturas de até 41°C em média, enquanto nos anos anteriores 1,5°C a menos. O ano de 2021 foi bem severo para o Semiárido, sendo o desmatamento como um dos problemas que impacta a temperatura na região.

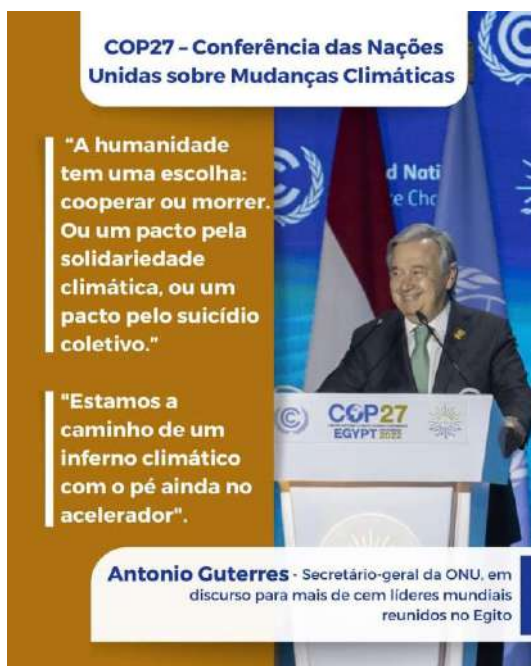
Os problemas já são sentidos por quem vive no Semiárido. A mudança já é bem evidente, e as famílias percebem que há uma mudança no sistema de chuva: elas estão mais escassas e mal distribuídas, tanto no tempo, como no espaço. Já chove pouco em épocas de chuva abundante e a temperatura está muito alta. Esse processo ao longo dos anos tem gerado degradação dos solos, inclusive com espécies nativas sem resistir ao aquecimento. Em muitos locais não compensa mais investir no solo para agricultura, porque não se produz mais alimentos.

Ademais, há em curso uma substituição da rica vegetação da Caatinga, que gera maiores áreas erodidas, o que também se alia à questão da diminuição de chuva. Consequentemente a pastagem vai invadindo e as áreas vão ficando com solo frágil. E sem chuva, a dificuldade é maior para o plantio e para a economia da região. Por exemplo, a bacia do maior rio 100% brasileiro passou por um período de sete anos de pouca chuva, o que reduziu a vazão e causou impactos.

Já para a região costeira do Nordeste isso pode trazer chuvas mais intensas. A distribuição das chuvas não será linear, podendo ter áreas com secas intensas e no mesmo estado ter regiões com inundações.

Na COP 27, a frase ilustrada na Figura nº 130, causa certo impacto à comunidade internacional e de certa forma enaltece o que ao longo desses trinta e dois anos o IRPAA e as organizações afins vêm buscando com a Convivência com o Semiárido.

Figura 130 – Depoimento do Secretário-geral da ONU.



Fonte: Internet (2022).

As organizações ligadas à Articulação do Semiárido Brasileiro, com apoio de agências como o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA, Misereor e Caritas da Alemanha, tem provocado e apoiado a Convivência com o Semiárido enquanto proposta de enfrentamento às mudanças climáticas, criando no âmbito dessa proposta inovações que perpassam pelo saneamento apropriado, reuso de águas, recaatingamento, sistema agroka'atinga, e o conjunto de elementos que já nutrem a Convivência com o Semiárido.

É importante destacar a convivência com o semiárido como uma resposta ao enfrentamento às mudanças climáticas. Enfrenta as causas, toda a problematização em relação aos que chega fazendo ameaças, gerando impactos pra dentro das comunidades regionais, dos territórios, das comunidades, enfim os grandes empreendimentos... também é a adaptação e mitigação dos efeitos. Em determinadas situações você precisa ainda mitigar efeitos das mudanças e tem situações que você tem que se adaptar porque não tem mais como voltar ao voltar ao que era antes. Na questão da água, destaco muito fortemente todo o debate que a gente avançou nesses últimos anos na perspectiva do saneamento rural, o reuso da água, recuperação de áreas degradadas, gestão das águas, recaatingamento... você recuperar e fazer o enfrentamento as áreas em processo desertificação (Cícero Felix dos Santos, 2022).

O acesso à água para consumo humano é o principal benefício com efeitos significativos em termos de saúde, segurança alimentar e nutricional, autonomia e dignidade humana. O trabalho acerca da promoção de uma agricultura mais

resistente à seca, principalmente através de práticas de manejo dos animais, culturas adaptadas e extrativismo e beneficiamento de frutas nativas, têm potencial para o aumento da renda das famílias de forma consistente e crescente.

As iniciativas de formação, assessoria técnica, educação contextualizada, tem mostrado de forma significativa um aumento da compreensão das famílias sobre a necessidade de se prepararem para o período da seca e para as mudanças climáticas. É importante dar continuidade a essas práticas de uma cultura de armazenamento de estoques para os períodos de escassez, não apenas em relação à água, mas também à alimentação dos animais e o beneficiamento de frutas.

As iniciativas de Agroka'atinga e Recaatingamento através do manejo da Caatinga, somadas a outras iniciativas do IRPAA como a educação ambiental, tem aumentado visivelmente a consciência das famílias sobre a importância da preservação da vegetação nativa e tem colaborado para mudança de padrões de comportamento, em especial, no combate às queimadas e na diminuição do desmatamento.

O fortalecimento da organização comunitária representa um importante fator para a conquista de melhorias sociais e econômicas nas comunidades rurais. Hoje, em várias comunidades acompanhadas pelo IRPAA, as associações comunitárias atuam de forma organizada, com diretorias conscientes de suas funções, e gozam de autonomia e reconhecimento público em suas localidades. A participação das organizações comunitárias assessoradas pelo IRPAA em redes e articulações aumentou consideravelmente sua capacidade de acesso a projetos e recursos públicos, a exemplo de estruturas de armazenamento de água, minifábricas de processamento de frutas e de ração para animais, comercialização para o PAA e o PNAE, dentre outros.

A atuação do IRPAA tem contribuído para o aumento da capacidade de incidência política das comunidades em conselhos de gestão, colegiadas territoriais e em negociações diretas com instancias de governo.

O IRPAA investe na capacitação sobre relações de gênero e incorporou várias mudanças em relação a uma maior participação de mulheres em suas atividades e espaços institucionais. Mas o olhar ao campo evidencia que esta abordagem ainda não trouxe os frutos desejados na sua totalidade. O IRPAA deveria investir mais nesse campo, procurando a cooperação com outras organizações congêneres.

O contexto de 2016 a 2022 da política nacional fragilizou a democracia participativa, direitos humanos, sociais, ambientais, de minorias, de comunidades tradicionais e indígenas, a agricultura camponesa e a própria Convivência com o Semiárido. A partir do ano 2019, foram várias tentativas de descredibilização institucional e da desconstrução dos avanços da CSA por grupos políticos, e, por outro lado, pela massiva restrição de programas e financiamentos públicos para suas ações, colocando em risco os avanços na conquista do protagonismo e da soberania das comunidades em risco, e ainda, trazendo à tona a perspectiva do combate à seca como política de governo, com fortalecimento do DNOCS com recursos públicos, para fins de construção de asfaltos em cidades e urbanização.

Isso provocou um desafio de repensar as estratégias de trabalho junto aos parceiros, ao público beneficiário e diante da sociedade em geral, visando garantir a continuidade da atuação de uma maneira eficiente e eficaz. Em grande parte das organizações esta reflexão tem provocado uma maior consciência sobre a necessidade de atuar em redes e articulações que visam a incidência nas políticas públicas. E preciso, diante do cenário político nacional, desenvolver estratégias de defesa da CSA, senão corre-se o risco de perder o que já foi conquistado.

As mudanças decorrentes do final do ano de 2022, com a eleição do terceiro mandato do presidente Lula Inácio Lula da Silva e o restabelecimento do Estado Democrático e de Direito são sinais para o esperar de um novo tempo, em que a pesar dos desafios estruturais, se precisa avançar na retomada e consolidação da Convivência com o Semiárido enquanto política pública federal.

Continuar o trabalho de educação popular para a consolidação do novo imaginário para o Semiárido. Consolidar na cultura e na ciência o novo paradigma de CSA. Ampliar a produção e implantação de tecnologias sociais para a CSA. Estabelecer e Educação contextualizada para a CSA. **Ter uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido.** Priorizar a permanência dos povos e comunidades do campo em seus territórios em detrimento dos grandes projetos de exploração para exportação (José Moacir dos Santos, 2022).

Estando o IRPAA num momento oportuno de olhar para os seus próximos anos, sem perder de vista sua essência, seus valores e a sua missão, existem um conjunto de desafios postos que precisam ser incorporados no seu projeto institucional, a destacar: as mudanças climáticas; a Convivência nos centros urbanos; a crise agroalimentar e a situação de fome e pobreza em que se encontra a população; o marco temporal que limita o reconhecimento das comunidades

tradicionais de fundo de pasto; a implementação de uma proposta de saneamento rural apropriado; a adoção da educação contextualizada no sistema público de ensino; a titulação de terras rompendo com os minifúndios; a universalização do acesso a primeira água (cisterna para consumo) e ampliação do acesso a segunda água (cisterna de calçadão), revendo inclusive os tamanhos das tecnologias considerando as mudanças climáticas; e outros temas emergentes da classe trabalhadora.

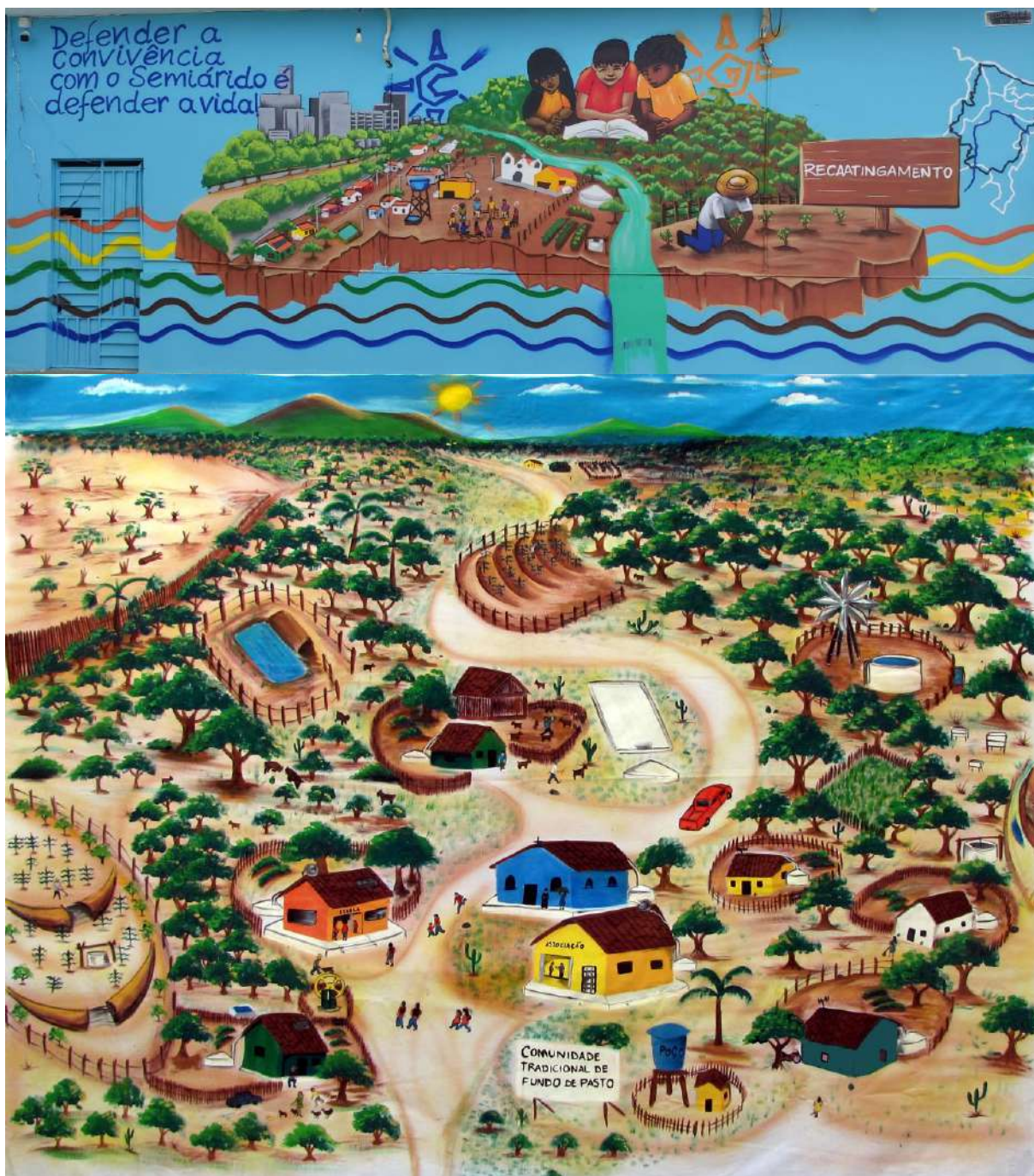
A quarta década nós estamos nesse momento novo de retomar uma conjuntura que é possível num contexto que apesar de todas as dificuldades está se desenhando as possibilidades de a gente poder de novo avançar na consolidação da convivência. Estamos agora num momento de elaboração do plano estratégico dos próximos 10 anos do IRPAA. E o que aparece mais fortemente é essa perspectiva de a gente poder avançar na consolidação da convivência com o semiárido. E avançando na conciliação inclusive nesses outros aspectos que a gente tem falado, considerando o que está posto do ponto de vista global que é esse enfrentamento às mudanças climáticas, acho que a chave nossa hoje é apresentar para sociedade a convivência como essa grande possibilidade de enfrentamento que não começou agora a gente vem desenvolvendo ela há muito tempo aqui nessa região. É porque nós bebemos da fonte de Canudos, de Ibiapina, de outras de outras experiências, mas que ela foi se conformando enquanto proposta política nessas décadas agora. Enquanto proposta política é intencional, uma intencionalidade, com algo elaborado, sistematizado, inclusive experimentado e executado em algumas em algumas linhas, ganhou uma nova robusticidade, inclusive apresentando para sociedade que nós temos proposições experimentadas inclusive para enfrentar as mudanças climáticas (Cícero Felix dos Santos, 2022).

Ao longo dessa construção da Convivência com o Semiárido, percebe-se que a proposta implementada fruto de um amplo processo de participação social e mudança paradigmática nessa região, aumentaram a capacidade de resiliência das famílias em relação aos períodos secos.

5. PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NA ÓTICA DO BEM VIVER

*Pelos campos há fome em grandes plantações
Pelas ruas marchando indecisos cordões
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão
E acreditam nas flores vencendo o canhão*

Geraldo Vandré



5.1 O ESTALO DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO



“Nós, técnicos, argumentávamos com os produtores que assim como se colhe e armazena alimentos, era preciso também colher água. Isso não era tecnologia, era um novo conceito. Uma vez que a ideia fosse aceita, íamos buscar as formas de fazer” (José Moacir dos Santos, 2022).

O surgimento da Convivência com o Semiárido, conforme descrito no capítulo anterior, se dá num contexto de muitos desafios em que se encontravam as populações do Semiárido, sem o devido apoio do Estado brasileiro, aumentando ainda mais as desigualdades sociais e a fragilização da vida.

Em Campo Alegre de Lourdes, no primeiro de maio de 1989, Dia do Trabalhador, uma multidão de 3 mil pessoas invade as ruas da cidade, no sertão da Bahia. Mãos empunham pés de milho esturricados, enxadas e foices desgastadas, panelas vazias... Dia de feira fracassada, mas portas de armazéns estão arriadas, à frente, semblantes preocupados de comerciantes. A multidão cantava *“Nosso direito vem, se não vem nosso direito, o Brasil perde também”*. Depois, esbraveja o refrão: *“Governo, o que é isso? Queremos é serviço!”* (Malvezzi, 1998).

A data comemora a luta pela redução da jornada de trabalho, em 1889, na qual operários foram mortos pela polícia dos patrões. Ironia da história: naquele momento em Campo Alegre de Lourdes, trabalhadores pedem mais trabalho (Malvezzi, 1998).

É que no semiárido nordestino, o “inverno” (chuvas) foi mais uma vez fraco, a safra agrícola toda perdida, quase não há água, a fome e a sede já campeiam, a doença dá no corpo e na alma. De novo, a miséria, companheira mais constante do sertanejo, chega a níveis intoleráveis. As estatísticas, cruéis: o Nordeste tem 53% da pobreza absoluta do Brasil, 23,7 milhões sobrevivendo com renda inferior a 1/4 do salário-mínimo (IBGE, 1993).

Os dirigentes do país o que faziam? Ações emergenciais, tardias, paliativas, desde que D. Pedro II disse empenhar as joias da coroa em prol dos flagelados da grande seca de 1875-1881, até as “frentes produtivas de trabalho” decretadas por Itamar Franco em 29.03.93. Foi preciso que a sede da SUDENE, em Recife, fosse

invadida por lavradores, sindicalistas e prefeitos, para que o governo federal, desta vez, liberado 4,7 trilhões de cruzeiros para o enfrentamento da seca (Malvezzi, 1998).

O que diferencia as atuais “frentes de serviço” das antigas é a participação da sociedade organizada na sua coordenação, fruto inegável do processo de democratização do país, conquista popular. Através de comissões estaduais e municipais das quais fazem parte autoridades e representantes dos sindicatos de trabalhadores rurais, da Igreja e de organizações civis, tenta-se escapar dos velhos esquemas clientelísticos e de favorecimento das elites sertanejas. As comunidades beneficiárias deveriam serem ouvidas na definição das obras a serem construídas e estas devem visar recursos hídricos e saneamento e ser concluídas em três meses, tempo de duração do programa emergencial. Isto era tudo o que se progrediu na época em termos de enfrentamento do problema há séculos existente... (Malvezzi, 1998).

*O trabalho do IRPAA foi juntar informações técnicas e científicas com experiências de vida dos povos do Semiárido brasileiro e comparar com outras regiões do planeta com clima semelhante. Em especial ter noção da enorme quantidade de água disponível que temos, mas que ainda falta a cultura do guardar essa água, de colher essa água no tempo de abundância. Medindo a quantidade de água que temos e calculando a necessidade de água que temos chegamos à conclusão de que no Semiárido não falta água, falta é justiça social e políticas públicas para conhecermos realmente o Semiárido e as várias possibilidades de políticas de captação e armazenamento de água. **Esse foi o Estalo.** Deus manda chuva sim, falta é onde guardar essa água. Ter onde guardar a água não é obrigação de Deus, é obrigação da sociedade. Esse foi o grande estalo. Depois de compreender que o ambiente Semiárido é viável a população deixou de pedir esmolas e passou a exigir políticas públicas de Convivência com o Semiárido (José Moacir dos Santos, 2022).*

Era fato os avanços em termos de conhecimento do fenômeno climático. Estudos do Centro Técnico Aeroespacial - CTA, de São José dos Campos-SP, concluíram que existe um “ciclo das secas”, isto é, tornou-se possível prever com antecedência a chegada e a duração dos períodos de estiagem. As secas duram em torno de 6 anos e acontecem de 26 em 26 anos, as grandes, e de 13 em 13, as pequenas. Na época do fato na região norte do Estado da Bahia, a seca era das pequenas, mas pior, dado o empobrecimento da população, em consequência da crise geral que arrasava o país (Malvezzi, 1998).

O Semiárido é viável. A principal fonte de água do Semiárido são as chuvas que precisam ser captada e armazenada de forma descentralizada. Cada metro quadrado do campo do Semiárido já está ocupado por povos, comunidades tradicionais e agricultoras familiares. O Semiárido pode

produzir comida, energia, água, serviços ambientais, sem ser necessário destruir o ambiente e nem expulsar as pessoas (José Moacir dos Santos, 2022).

Mas, o problema não é a seca. Um lavrador já disse, com toda clarividência, que “é a cerca”. Os coronéis persistem, sobre o monopólio da terra e da água. Quem tem a terra, tem a água; quem tem a terra e a água, tem o poder econômico e político, que possibilita manter a terra e a água. Que o diga Inocêncio de Oliveira, pernambucano presidente do Congresso Nacional, com seus poços do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS. E muitos outros “senhores” do Nordeste: dos 3.900 poços perfurados pelo DNOCS, nos últimos quatro anos, cerca de 2.900, 3/4, foram em terras particulares. Só uma reforma corajosa e realista na propriedade e no uso da terra e da água pode pôr fim ao círculo vicioso e perverso da dominação e da miséria nordestinas (Malvezzi, 1998).

Compreender o ambiente natural do Semiárido. Tendo claro suas oportunidades, desafios e limites. O clima e o solo são limitantes para a agricultura de larga escala, mesmo familiar. Mas é excelente para a criação de animais e para o extrativismo. A criação de uma agricultura com plantas nativas é um desafio cultural e científico que precisa ser enfrentado. A atual política agrária e fundiária não se aplica ao Semiárido. A tradição dos Fundos de Pasto do uso coletivo de grandes áreas sem cerca é mais apropriado. Todas as políticas públicas de ensino e pesquisa devem ser formuladas dentro do Semiárido e não mais importadas de outras regiões de clima e cultura diferentes. O modelo econômico baseado em grandes empresas, monopólios e conglomerados internacionais não prestam para o Semiárido. Os pequeno e médios negócios e empreendimento fazem a economia girar localmente sem explorar até a exaustão os bens naturais (José Moacir dos Santos, 2022).

É que o modelo de exploração agropastoril do Semiárido Brasileiro era inadequado e inviável técnica e economicamente. Não considera a irregularidade do clima, presente mesmo nos anos de bom “inverno”. As culturas principais, de milho, feijão e mandioca, requerem chuvas em quantidade e regularidade que raramente acontecem. Não há cuidados básicos com os solos, como não queimar, promover rotatividade das culturas e utilizar adubação orgânica, principalmente o estrume de caprinos, que retém água. A produção, de subsistência e a destinada à comercialização, não era planejada, não obedecia a um cálculo econômico preestabelecido, que leve em conta o mercado.

Uma transformação deste modelo, que por razões culturais não pode se dar de uma hora para outra, implica principalmente em priorizar o “criatório”, sobretudo de caprinos, plantando um mínimo de alimentos para a subsistência, prevenindo

forragens para os animais no tempo de estiagem. Trata-se de adaptar o modelo ao clima semiárido, conviver com ele, mais que isto, tirar proveito dele. Seu limite restará sendo apenas questão da água, solucionável com infraestrutura suficiente de captação e armazenamento.

*Fico entusiasmado de participar do maior ato missionário defensor dos indígenas no século dezesseis, isso foi um outro padre jesuíta me contou essa história quando eu me preparei para o Brasil, e na universidade estudei uma lista problemas brasileiros. Então pensei **esse é o estalo**. Esse é o estalo bem importante, **construir uma proposta em resposta e esses problemas**. Nos encontros tem sucesso quando dar um estalo nas pessoas. Esse estalo é que vale a pena ficar no semiárido. A convivência com o semiárido. Dá valor a criação das cabras e ovelhas, acreditar na captação da água de chuva. Então realmente até fizemos a avaliação depois que certas pessoas deram esse estalo. Há trinta anos atrás foi dado esse estalo (João Gnadlinger, 2022).*

O que a manifestação dos flagelados em Campo Alegre de Lourdes reivindicava era o aumento do número de vagas destinadas à “frente produtiva” daquele município, apenas 1760. Até aquele dia, já eram 2.948 famílias necessitadas, conforme levantamentos que chegavam à sede do Sindicato, feitos de acordo com as normas da SUDENE (uma inscrição para uma família de até 5 membros; duas para uma família de 6 a 10 membros; três para família de mais de 10 membros). O meio salário-mínimo a ser recebido mensalmente, por três dias de trabalho semanal, durante três meses apenas, e para essa gente a única esperança de sobrevivência mais decente do que os “saques” (Malvezzi, 1998).

Estalo: caiu a ficha, despertar... são termos usados quando temos um insight. Quando compreendemos ou descobrimos algo que estava em nossa mente, mas ainda de forma desorganizada. Esse estalo nos faz ver o mundo de forma diferente, transforma nosso modo de pensar e de agir. O IRPAA desde sua fundação se apresentou como um educador popular e não como um criador de tecnologias. Partimos do princípio de que o que estava errado era o modo como aprendemos a ver o Semiárido, como um espelho quebrado das regiões chuvosas do Brasil. Tudo que dá certo nessas regiões dá errado no Semiárido. Era necessário mudar o clima do Semiárido ou a população migrar para outro clima (José Moacir dos Santos, 2022).

Enquanto a velha "seca" continuar sendo encarada pelo governo e pelos trabalhadores como problema e, como solução, carro-pipa e frentes de serviço, estaremos assistindo, cada vez mais habituados talvez, ao Genocídio no Nordeste⁴⁶. A única alternativa é as elites dirigentes terem, ou serem levadas a ter, vontade

⁴⁶ <https://irpaa.org/geral/genocidio-nordeste-baixa.pdf>

política suficiente para promover uma política de convivência e adaptação ao semiárido nordestino, a qual passa necessariamente por uma reforma agrária e agrícola (Malvezzi, 1998).

*Deu esse estalo e agora tem o IRPAA, o **estalo da convivência**. Um curso lá em Cícero Dantas tem um rapaz que tinha dezenove anos eu acho, tinha casado pouco tempo, ele disse nós vamos para São Paulo e depois ele disse não, vamos ficar aqui porque eu tenho convicção que aqui tem futuro. Tenho convicção que aqui tem futuro. Em 2022 a ASA Bahia fez um encontro, tinha um homem que participou e disse eu participei desse encontro feito pelo IRPAA na década de 90. Eu fiquei aqui na região e não fui embora... Então a gente vê, e isso são experiências que chamamos de **estalo**. Agora estalo pode ser qualquer uma coisa que descobre. O estalo que dá também uma explicação pedagógica (João Gnadlinger, 2022).*

Diante desses desencontros entre as ações viabilizadas pelos governos e o trabalho de base das organizações populares, já se tinha um conjunto de mudanças em curso, principalmente na forma como as pessoas viam o Semiárido – criando assim um novo olhar, com foco nas potencialidades e não somente nas limitações e lamentações. O processo de formação e a apropriação de saberes foram de fundamental importância no Estado da Convivência com o Semiárido.

*Existem três grandes fontes de sabedorias: uma fonte é a natureza do semiárido, é uma grande fonte. A outra fonte são os povos do semiárido. Claro que os povos fazem parte também da natureza do semiárido, mas eu destacaria os povos como uma fonte importante de sabedoria, com toda a sua capacidade de elaboração. E a outra fonte são os conhecimentos desenvolvido pelos centros de pesquisa, pelas academias que estão desenvolvendo conhecimentos na região. Eu diria que essas três fontes que elaboram conhecimentos possibilitam viver e gerar condições de vida nessa região. **O estado da convivência, ao meu ver foi a capacidade que pessoas desenvolveram para se adaptar a essa região.** Esse estalo ele não saiu de uma cabeça, ele foi elaborado coletivamente. E eu acredito pelo que eu colaborei na construção desse estalo foi muito desse caldeirão de fontes, dessa junção de fontes, dessa articulação de fontes. Foi a capacidade que as pessoas que estavam ali no início da instituição de **observar, de estudar, de beber dessas fontes**, essas três fontes. E a partir da realidade das comunidades, das populações do semiárido, das situações vivenciada por essas populações chegar em um momento e dar esse estalo. Olha as pessoas tem demonstrado apesar das secas, apesar das situações difíceis, apesar das desgraças todas, apesar das misérias, da fome, da morte, tem sinais de vida, tem sinais de potencialidades, tem sinais de saídas. Tem estratégias importantes de produção de alimentos, de garantia de água, de culturas. Então assim eu acho que esse estalo ele surge nesse caldeirão. E aí um determinado momento que não foi assim no estalar de dedos, mas foi nessa efervescência, nessa elaboração e nessa articulação com essas fontes de geração de conhecimentos que se percebeu que as pessoas já conviviam com essa região apesar de todo o drama, toda desgraça, toda a miséria que tinha aqui. Então essa convivência era possível (Cícero Felix dos Santos, 2022).*

Esse Estalo é fruto de um processo lento e processual, de observação, de estudo, de trocas de experiências, de experimentação, formulando um novo olhar sobre a região, um novo conceito e abordagem, gerando uma mudança paradigmática a luz da Convivência com o Semiárido.

O trabalho do IRPAA tem na essência no processo de formação e de organização social, quando a gente apresentou e ajudou a construir o que hoje é conhecido como programa cisterna o IRPAA foi uma das entidades que defendeu fortemente que não deveria ser apresentado um programa de construção de cisterna, mas deveria ser apresentado como política nacional, sendo um programa de formação e mobilização social para convivência com o semiárido. Então o que norteia o trabalho do IRPAA é formação, organização, mobilização social para convivência com o semiárido para viabilizar, para consolidar e quando é necessário para defender convivência com o semiárido. É um trabalho de formação e de fortalecimento das organizações populares pra defender esse projeto. Esse projeto político que é o projeto político que tem na centralidade na convivência (Cícero Felix dos Santos, 2022).

Notadamente, a Convivência com o Semiárido em contraponto ao Combate à Seca, se apresenta como um projeto político, emergido através das organizações sociais e populares, gerando uma nova consciência planetária.

O IRPAA não é uma entidade que tem vínculo partidário, é uma entidade da organização da sociedade civil que defende o projeto político de sociedade e esse projeto político está lastreado na perspectiva da convivência com o semiárido. Dialogamos com as forças políticas que possam ajudar, que possam colaborar, contribuir com o fortalecimento dessa perspectiva da convivência, então nós conseguimos politicamente nas diversas esferas de governo seja em nível municipal, estadual, federal, articulado diversas redes e fóruns para fazer valer o avanço desse projeto político. Independente de cores partidárias. (Cícero Felix dos Santos, 2022).

O paradigma da convivência com o Semiárido, surge sob forte influência da sociedade civil como fenômeno de coexistência de processos de desenvolvimento, cocriação de tecnologias adaptadas ao ambiente semiárido e coevolução da construção de conhecimento sobre sustentabilidade para a agricultura familiar, fundamentada em processos de experimentação e de construção de conhecimento agroecológico. As redes sociotécnicas, nomeadamente a ASA, fez chegar às mais longínquas comunidades, um processo de formação e mobilização social para a convivência com o Semiárido, que resultou na implementação de tecnologias sociais para armazenar a água das chuvas, para beber, cozinhar e produzir, mudando a paisagem da região e contribuindo para melhorar as condições de vida de milhares de famílias agricultoras (Lima, 2019).

5.2 FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NA ÓTICA DO BEM VIVER

A emergência de um novo tipo de consciência planetária, uma lógica, sendo a da complexidade, da transdisciplinaridade e uma nova cosmologia, seguindo os preceitos de Leonardo Boff (2003), vê na Convivência com o Semiárido uma filosofia e paradigma que tem gerado uma nova racionalidade para as populações historicamente esquecidas pelo Estado brasileiro. Está nos faz ver a Terra como parte do cosmos ainda em processo de evolução.

Convivência com o Semiárido é a vivência harmoniosa com o ambiente natural do ser humano mediada por uma organização sócio política que permite a vida com dignidade da pessoa humana e a conservação do ambiente e de todas as formas de vida do bioma. A CSA busca compreender o ambiente natural, reconhecendo seu potencial, seus desafios e seus limites e a partir dessa compreensão desenvolver uma forma de intervenção que possibilite essa convivência do ser humano com o bioma (José Moacir dos Santos, 2022).

Um imenso organismo vivo, Gaia, realidade una e diversa, contraditória e complementar, nossa pátria (pai) e mátria (mãe) comum. O ser humano se entende como filho e filha desta Terra, emergindo de forças e energias ancestrais que estão atuando no universo há bilhões de anos (Boff, 2003).

A "convivência com o Semiárido", ao contrário, reinterpreta os significados da sustentabilidade a partir de visão multidisciplinar sobre uma realidade concreta marcada pela complexidade, como é o caso do Semiárido brasileiro. Em relação às demais concepções sobre o Semiárido, a "convivência" explicita e valoriza efetivamente duas dimensões fundamentais do desenvolvimento: o meio ambiente e a cultura (Silva, 2006).

A contextualização da sustentabilidade requer a observação do ambiente para redescobrir, compreender e seguir a lógica da natureza. A dimensão ambiental é uma referência para a leitura crítica sobre as tecnologias descontextualizadas, sobre a produção não-apropriada ao ambiente e sobre o uso político do fenômeno natural para justificar o subdesenvolvimento. As proposições da "convivência com o Semiárido" consideram as características ambientais ou naturais do Semiárido para a definição das alternativas de desenvolvimento. A visão sistêmica da complexidade e a valorização da diversidade dos ambientes ou ecossistemas, evitando a visão fragmentada e reducionista da realidade, são princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável (SILVA, 2006, p. 270 e 271).

Da mesma forma, a dimensão cultural da sustentabilidade implica e requer que sejam consideradas as características físicas, geográficas e simbólicas dos espaços territoriais nos processos de desenvolvimento. A construção de uma nova racionalidade sobre o desenvolvimento deve considerar a dimensão cultural articulada ao contexto socioambiental. Requer a valorização da diversidade cultural, evitando a homogeneização dos modelos e propostas de intervenção na realidade. Nesse sentido, a convivência significa uma contextualização cultural do processo de intervenção para modificação qualitativa da realidade, mas considerando as crenças, as experiências, a memória e as diversas formas simbólicas de relação da população com a sua realidade local. Trata-se do sentido cultural da convivência que possibilita resgatar e construir, de forma dialógica, novos valores e implementar novas práticas de intervenção e transformação da realidade (Silva, 2006).

Figura 131 – Comunidade tradicional em processo de formação.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2015).

Neste sentido, a ideia essencial do “bem-viver”, preconizada pela Constituição Equatoriana de 2008, é de extrema importância no que se refere à crise ambiental vivenciada atualmente. Trata-se de um novo Constitucionalismo, com base em uma democracia comunitária latino-americana, que tem como fundamento a solidariedade dos povos originários desta região em relação à natureza, onde está assumida a condição de sujeito de direitos (Ananda Aron, 2015).

*O Bem viver é uma proposta de vida em sociedade vivida pelos povos originários de várias regiões do mundo que a milhares de anos vivem em harmonia entre si e com o ambiente. **Hoje esses povos apresentam seu modo de vida, seu modo de ver o mundo como uma possibilidade***

***prolongar a presença humana no planeta.** A agroecologia enquanto ciência é uma proposta de organização da sociedade, da cultura acidental, conviver com o ambiente e com as pessoas, na busca de prolongar a presença humana no planeta. A Convivência com o Semiárido é a busca contextualizada da junção dessas duas possibilidades de cultura humana num contexto de clima semiárido e quente, com forte presença de povos e comunidades tradicionais, mas também onde a cultura ocidental tem forte presença e forte impacto (José Moacir dos Santos, 2022).*

O crescimento numérico das mentes humanas cada vez mais conscientes das inter-retorrelações entre elas funcionam como os neurônios do sistema-Terra. Caminhamos rumo à irrupção de uma nova consciência coletiva e a emergência de uma nova civilização planetária. Ele está se realizando especialmente em três vertentes: por uma mutação tecnológica, pela globalização da economia de mercado e pela emergência de uma nova consciência planetária (Boff, 2003).

Embora esteja ainda em processo de formulação, suas propostas buscam contextualizar os princípios da sustentabilidade, possibilitando a harmonização entre a justiça social, a prudência ecológica, a eficiência econômica e a cidadania política no Semiárido brasileiro. Nesse sentido, pode-se definir a "convivência com o Semiárido" como sendo uma perspectiva cultural orientadora da promoção do desenvolvimento sustentável no Semiárido, cuja finalidade é a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania, por meio de iniciativas socioeconômicas e tecnológicas apropriadas, compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais. Considera-se que é essa a orientação de um novo paradigma civilizatório para a humanidade, de satisfação das necessidades e de expansão de suas capacidades, em comunhão com a natureza (SILVA, 2006, p. 272).

O fator ecológico faz-se presente hoje em dia de forma irrecusável. Ele deve ser tomado em alta conta e ainda mais que os outros critérios de uma política econômica de desenvolvimento sustentado:

1. Garantir a reprodução das forças produtivas e dos fatores de produção, sem a qual reentram a carência, a fome e a miséria;
2. Produzir valores socioculturais que acompanhem as mudanças das condições de vida das sociedades, por isso sem pré abertos, impedindo o desenraizamento cultural e o vazio de sentido de vida; e
3. Cuidar do meio ambiente com a aplicação de uma tecnologia que trabalha com a natureza e não à custa dela ou contra ela, visando extrair sem destruir e transformar sem desequilibrar o ecossistema (BOFF, 2003, p. 26).

Para fazer funcionar uma economia multidimensional é importante o papel dos poderes públicos (Estado). Eles, historicamente, não se mostraram bons como prestadores de serviços sociais, pois em quase todos os países são minados pela corrupção e pelo desperdício. Mas são indispensáveis como lugar onde se definem

as regras do jogo e do controle jurídico e ético dos processos e como instância de integração da dimensão de futuro nas estratégias de presente para que se garanta o desenvolvimento sustentado, que atenda o presente sem prejudicar as gerações que não de vir (Boff, 2003).

Com o Estado, deve ser fortalecida a sociedade civil. Por ela se discutem as questões do bem comum e se constroem as escolhas e se definem as orientações. Por isso, não basta apenas contentarmos nos com uma democracia delegatícia, mas, sem prescindir dela, praticarmos mais e mais uma democracia participativa e ecológico-social. Ela vem reforçada enormemente pelos milhares e milhares de ONG's que ativam a sociedade civil (terceiro setor) e que vivem internamente relações de democracia direta e participativa (Boff, 2003).

Não é possível prever qual será o destino das massas mundiais, totalmente à margem ou excluídas dessa nova cultura da informação. Há sinais cada vez mais eloquentes de que precisamos chegar a uma nova ordem política mundial com centros de poder e organismos que sirvam às questões planetárias, abertos a um governo mundial. A ONU, o Conselho de Segurança, o FMI, o Banco Mundial e outros organismos afins apontam nesta direção, embora ainda dominados por esquemas de controle e de tomada de decisão saídos do fim da Segunda Guerra Mundial, ou pelos G-8, obedecendo a um paradigma político de blocos que hegemonizam a política mundial. A imbricação que todos os problemas maiores das nações guardam com a interdependência global obriga mais e mais a formulação planetária das soluções, especialmente aquelas concernentes ao preço ecológico do desenvolvimento e à criação de alimentos e de infraestrutura mínima aos dois terços de pobres e marginalizados do mundo (Boff, 2003).

A formulação da hipótese Gaia, feita pelo cientista inglês James E. Lovelock. Segundo esta hipótese, Gaia (o nome mitológico dos gregos para a Terra) seria um superorganismo vivo cujo equilíbrio dinâmico mantém todos os elementos físicos, químicos e energéticos dosados de tal forma que garantem a vida e sua evolução (Boff, 2003).

A vida é uma emergência da Terra, e a história da vida possibilitou a vida humana, Gaia-Terra é viva e geradora de vida.

Segundo Boff (2003), o capitalismo criou uma cultura do eu sem o nós. O socialismo criou uma cultura do nós sem o eu. Agora precisamos da síntese que

permita a convivência do eu com o nós. Nem individualismo nem coletivismo, mas democracia social e participativa. Precisamos fazer uma autocorreção com referência à concepção do ser humano, à integração do feminino e à aliança com a natureza. Daí podem nascer a nova espiritualidade e o fio que tudo religa (Boff, 2003).

Esta realidade humana precisa ganhar uma expressão política. Além do socialismo e do capitalismo precisamos, se quisermos sobreviver coletivamente, construir uma democracia social, participativa, de baixo para cima, que inclua todos. Esta talvez seja hoje a palavra-chave no ideário político mundial: democracia social e participativa (Boff, 2003).

A participação: o ser humano é inteligente e livre; não quer ser apenas assistente e beneficiário, mas ator e participante do projeto coletivo. Só assim ele se faz sujeito da história. Esta participação deve começar de baixo para cima, para não excluir ninguém (Boff, 2003).

A igualdade: resulta da participação de todos. Quanto mais alguém participa de tudo, tanto mais constrói a igualdade. Cada um é singular e diferente. Mas a participação impede que a diferença se transforme em desigualdade. É a igualdade na dignidade e no direito e no que sustenta a justiça social. Com a busca de igualdade vem a equidade, isto é, a porção que recebo pela minha colaboração na construção do social (Boff, 2003).

A diferença: deve ser respeitada e acolhida como manifestação das potencialidades das pessoas e das culturas e como riqueza nas formas de participação. São as diferenças que revelam a riqueza da mesma e única humanidade (Boff, 2003).

A comunhão: o ser humano possui subjetividade, capacidade de comunicação com sua interioridade e com a subjetividade dos outros; é capaz de valores, de compaixão e solidariedade com os mais fracos e de diálogo com a natureza e com a divindade. Eis a espiritualidade (Boff, 2003).

Estas quatro dimensões vêm sempre juntas e compõem o nosso sonho de uma humanidade comunitária, participativa, solidária e espiritual. Ela nos educa a limitarmos, pessoal e comunitariamente, os próprios desejos por amor aos desejos coletivos (Boff, 2003).

Essa democracia social e participativa se abre à dimensão cósmica, pois não podemos existir sem a comunidade de vida (meio ambiente) da qual dependemos em nossa existência. Os demais seres da natureza pertencem ao nosso convívio. São sujeitos de direitos. Por isso devem ser incluídos, como concidadãos, e conformar a democracia sociocósmica. Desta forma, o bem comum humano é um momento do bem comum da natureza e da vida em todas as suas formas (Boff, 2003).

Figura 132 – Ato de fé, solidariedade e comunhão em Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2015).

A ordem do capital hoje mundializada não resolveu nenhum problema deixado pelo socialismo nominal (o real continua a ser ainda um projeto a ser historiado). Ao contrário, agravou-se a situação mundial. Entregue à sua própria lógica, sem oposição e sem alternativa, esta ordem hegemônica dramatizou ainda mais a situação dos pobres do mundo. A aceleração do processo de acumulação tornou os pobres ainda mais pobres - e o que é pior, com menos esperança - e agravou pelo consumismo a qualidade de vida dos ricos (Boff, 2003).

O capitalismo agora não tem desculpas. Mal consegue esconder sua voracidade e seu rosto perverso, porquanto não funciona mais o pretexto de combater o socialismo e impedir os ideais comunistas. Ele está corroendo as duas pilstras sobre as quais sempre se sustentou; a natureza e a força de trabalho. A natureza sofre uma bárbara espoliação. E a força de trabalho, depois de séculos de

exploração, está sendo maciçamente dispensada sem nenhuma compensação em nome da nova tecnologia da informação e da automação (Boff, 2003).

*A Convivência com o Semiárido é uma utopia, porque **não se realiza dentro do sistema capitalista**, são antagônicos, o sistema capitalista tem na sua centralidade o lucro a qualquer custo, inclusive em detrimento de diversas formas de vida, passa por cima de várias formas de vida, inclusive às vezes do humano, de vidas humanas, para poder garantir o lucro. A convivência com o semiárido na sua essência tem na centralidade a vida. Portanto são antagônicos porque vai defender a vida nas diversas formas em detrimento de qualquer outro valor. O valor vital está acima de qualquer coisa. Então o que nós temos conseguido ao longo desses anos com muita energia, com muito labor, muitas dedicações de diversas pessoas e de diversas organizações, diversas redes é avançar em perspectiva na lógica da convivência, mas em algumas dimensões da convivência. Eu diria que fragmentos da convivência a gente consegue avançar. E que são importantes. São conquistas importantes. Você garantir que milhões de pessoas tenham acesso à água, a garantir que milhões de pessoas tenham acesso à educação diferenciada, garantir que milhões de pessoas tenha acesso à alimentação, garantir que milhões de pessoas comece a ter orgulho de viver nessa região, que jovens comecem a se orgulhar de ser catingueiro e catingueira é algo fantástico, mas isso são fragmentos porque tem nós temos um enfrentamento muito forte com o sistema aí dominante que bota sempre muitos empecilhos no avanço da convivência (Cícero Felix dos Santos, 2022).*

Lentamente está surgindo uma nova esperança. Políticos de origem popular, alguns filhos da pobreza, chegam ao poder de Estado, abrindo esperanças novas com políticas centradas no social e diretamente direcionadas aos mais pobres e excluídos (Boff, 2003).

Assim como é longa a história dos projetos das elites no semiárido, também é longa a história de resistência e da luta dos pobres da região, querendo construir vida digna. Através da resistência, de sua invenção e da sua luta, eles falam da pobreza; eles dizem que o problema da pobreza não é técnico e não se pode resolvê-lo através da criação e da implementação de projetos emanados de sujeitos de que não vivem a pobreza e que não sabem o que é fome. Eles proclamam, ao invés disso, que o enfrentamento da pobreza só será possível com base nos projetos dos pobres (FAVERO; SANTOS, 2002, p. 09 e 10).

Segundo March (2013), entende-se por neoliberalismo a filosofia econômica e política que questiona (e inclusive rechaça) a intervenção dos governos nos mercados e nas relações econômicas dos indivíduos. O projeto neoliberal planeja soluções aos problemas ambientais que se baseiam em aprofundar a hegemonia do mercado e a responsabilidade individual na gestão dos recursos naturais. Existem distintos processos através dos quais ocorre a neoliberalização do ambiente: a

privatização, a comercialização, a corporatização, a desregulamentação/regulação e a mercantilização (Buriti, Barbosa, 2018).

Tendo em vista o modo de vida insustentável que impera hodiernamente, é necessário ultrapassar a visão antropocêntrica, descolonizar o pensamento estruturado pelas ideias do progresso econômico a qualquer custo. O atual modelo de desenvolvimento vem impedindo a mudança de paradigma para um modelo estabelecido pelas ideias do “bem viver”, que se opõe ao antropocentrismo (Ananda Aron, 2015).

Desta forma, diante da crise ecológica universal, o texto constitucional equatoriano vem romper com o paradigma dogmático mecanicista, fazendo emergir uma emancipação ecológica. Trata-se de uma nova forma de compreender as relações do ser humano com a natureza, que não seja instituída por um modelo de crescimento econômico desenfreado. Com isto, não se está querendo dizer que o desenvolvimento deva ser combatido, ou que o progresso tenha de ser rejeitado. A ideia do “bem viver” surge como princípio fundamental para uma convivência harmônica do ser humano com a natureza (Ananda Aron, 2015).

*A convivência no semiárido é a perspectiva do viver com, então é viver com as pessoas, viver com os outros seres, tem na centralidade vida. Não nos interessa sobreviver no semiárido, a nossa perspectiva não é de sobrevivência, é de garantia de vida, garantir a plenitude da vida, das pessoas tendo o ser humano como um ser importante, mas não como ser mais importante. É um ser importante, mas que esse ser possa conviver com os outros seres, com a natureza. Então é viver bem entre si, entre os humanos, **o sentido da coexistência**. Ter condições de viver bem e essa região tem possibilidades pra garantir essas condições de vida digna do semiárido. Tendo a centralidade a vida e a coexistência entre as pessoas é garantir esse ambiente bom de se viver pra todo mundo, pra todos os existentes nesse ambiente. A chave disso é garantir esse ambiente saudável pra todas as formas de vida que existe e coexiste nessa região (Cícero Felix dos Santos, 2022).*

A incorporação da natureza ao direito constitucional como sujeito de direitos dá início a um novo capítulo na história do direito, a respeito do qual a nossa imaginação é pobre, uma vez que nos movemos ainda dentro do paradigma que nega direitos a todo o não humano. O paradigma do bem viver trata da ética que deve reger a ação do Estado e conforme a qual também devem relacionar-se as pessoas entre si, e em especial com a natureza (Ananda Aron, 2015).

Assim, verifica-se que a doutrina do “bem viver” revela uma ideia de solidariedade e de coletividade, uma vez que abandona o individualismo que

evidencia o modo de vida atualmente. Deste modo, o ser humano deixa de ser o centro do universo e passa a integrar a natureza. A relação do indivíduo com a *Pachamama* passa a ser outra, a qual renuncia o ideal eurocêntrico de desenvolvimento, provocando uma verdadeira transformação no direito, indicando uma tendência ecocêntrica. Trata-se de uma epistemologia própria, que reivindica a prática de novos conceitos, fundada na convivência harmônica e interdependente do ser humano com a natureza, afinal, como aduz Gudynas, são os humanos que tem a capacidade de se adaptar aos contextos ecológicos, não se podendo esperar que as plantas e os animais se adaptem às necessidades de consumo das pessoas (Ananda Aron, 2015).

A emergência dessa nova consciência planetária, perpassa pelo aprofundamento epistêmico sobre as sociedades emergentes, o fortalecimento da sociedade civil, da democracia participativa, pela compreensão integral sobre o planeta terra, gerando relações igualitárias entre os seres humanos e suas corresponsabilidades, recuperar a memória cultural de iniciativas vencidas, a exemplo de Canudos e do Belo Monte, repensando a relação do ser humano para com a verdade e a veracidade, com a transparência, a qualidade de vida, integração e a complexidade atual exige a razão dialógica e a lógica inclusiva da vida.

Na prática a sustentabilidade dos sistemas de produção encontra suporte no novo paradigma de Convivência com o Semiárido, que se contrapõe ao antigo paradigma de "combate à seca", o qual se configura a partir de atividades de implementação de boas práticas de produção e reprodução da agricultura familiar e camponesa, na gestão dos recursos naturais, nas estratégias de produção sustentável cuja base de expressão social é a capacitação técnica e a formação de lideranças para compreender, interagir e lidar com o novo paradigma (Lima, 2019, p. 282).

Diante das questões evidenciadas ao longo desse processo investigativo, se faz necessário um conjunto de princípios e fundamentos orientadores da Convivência com o Semiárido sem perder de vista as questões estruturais e estruturantes para sua consolidação plena.

No olhar dos entrevistados, sem o profundo aprofundamento do conceito de princípios, apontaram para elementos como a diversidade, a valorização da região, a solidariedade, o cuidado, a partilha, o mutirão e o observar a natureza.

Princípios: 1) da diversidade no sentido de que todas as formas de manifestação e de vidas importam para essa região; 2) da valorização dessa região, se ver como importante; 3) da identidade e do pertencimento,

e pertencer a essa região e sair do coitadismo; **4)** da solidariedade, estar solidário, ser solidário; **5)** do cuidado, com o outro, com a outra, o cuidado com o que está presente, mas com o que está por vim no sentido de preservar, de cuidar desse lugar para gerações que vem depois; **6)** da partilha, partilhar aquilo que você tem com o outro, essa troca de conhecimentos, essa troca de saberes, essa troca inclusive de bens materiais; **7)** do mutirão, fazer conjuntamente, fazer coletivamente. Isso vem desde Canudos, era fortíssimo as construções coletivas de igrejas de cemitérios, de casas de saúde, de casas das pessoas, os mutirões para construir também conhecimento, pra refletir, pra debater. A gente vivenciou durante um tempo o Mutirão Nordeste, inclusive foi bebendo disso, dessa construção dessas experiências dos mutirões nas comunidades. **8)** de observar a natureza do semiárido, as formas com que o povo lida com a natureza, com que com os povos, os principalmente os agricultores, as agricultoras lidam com as situações vividas no cotidiano. Ler os sinais da caatinga (Cícero Felix dos Santos, 2022).

No aprofundamento epistêmico, a partir da experiência e trajetória do IRPAA e de suas redes de colaboração e participação, olhando para a Convivência com o Semiárido enquanto projeto político e paradigma na lógica do Bem Viver, os seus princípios são orientadores para um conjunto de interrelações que sustentam essa premissa numa sociedade cheia de contradições e disputas. Assim sendo, parte-se da compressão que os princípios aqui sistematizados são alicerces, bases, sustentáculos, que caso não sejam implementados plenamente, não se tem consolidação e efetividade da Convivência com o Semiárido.

Figura 133 – Princípios da Convivência com o Semiárido.



Fonte: pesquisador, (2022).

A Figura nº 133 apresenta de forma ilustrativa e gráfica um conjunto de princípios que são bases e alicerces no âmbito da Convivência com o Semiárido, a saber:

1. Democracia social e participativa, mobilização da sociedade e a cooperação;
2. Valorização da cultura e saberes locais;
3. Conhecimento do Clima e da região (bioma, cultura, modos de vida, processos históricos e sociológicos);
4. Estrutura Fundiária Compatível (acesso à terra, reforma agrária e reordenamento fundiário);
5. Acesso a Água (tecnologias, captação e armazenamento, reaproveitamento, gestão);
6. Cuidar, Valorizar e Guardar;
7. Organização popular, atuação em redes e consciência cidadã;
8. Fortalecimento dos povos originários e povos e comunidades tradicionais.

Esse conjunto de princípios surge no âmbito de uma forte interconexão dos seres humanos com a natureza, através da diversidade, valorização, identidade, pertencimento, solidariedade, cuidado, partilha, mutirão e observação da natureza. Para tanto, os fundamentos apontam os caminhos para viabilização desses princípios sem perder de vista do paradigma da Convivência com o Semiárido, na construção de uma sociedade a luz do Bem Viver.

Fundamentos: 1) é a valorização da vida, colocar a vida na centralidade de qualquer ação. 2) a defesa da vida, a preservação da vida, o cuidado da vida na centralidade de qualquer iniciativa, de qualquer projeto, de qualquer movimento que se faz e aí quando a gente está falando da vida não apenas a vida humana que já seria extraordinário, mas, todo tipo de vida. Mas é a centralidade da vida nas suas diversas formas. Na sua complexidade. 3) a valorização das culturas dos povos, a valorização cultural dos povos, daquilo que os povos elaboram, daquilo que os povos desenvolvem como arte, como culinária, na música, na dança, nas diversas expressões culturais. 4) a valorização do que há de diversos do ponto de vista das religiosidades populares, é uma dimensão importante para o trabalho, de cuidar, de considerar, de respeitar a adversidade de valorizar. 5) a defesa intransigente dos bens comuns, a defesa da terra, dos territórios, das águas como bem comum para todos os seres vivos e pessoas que habitam essa região, dos biomas que compõe essa região na caatinga, no cerrado, nas matas, das plantas... se você for olhar os primeiros cartazes do IRPAA sempre tem o sol. E a gente tem que falar o sol é a principal fonte de energia dessa região. Mas essa a defesa o sol como um bem comum como fonte de energia, como ar, os ventos, enfim, tudo que compõe, a natureza. Defender isso para o bem do conjunto da sociedade é fundante na elaboração da proposta da convivência semiárida, mesmo ela sendo utopia. (Cícero Felix dos Santos, 2022).

Os fundamentos se apresentam como um conjunto de elementos que dentro de suas particularidades e premissas, formam a totalidade que é a Convivência com o Semiárido. Destacando-se:

1. Agroecologia (ciência, movimento e prática);
2. Educação Contextualizada;
3. Agricultura Apropriada (sistemas produtivos vegetal e animal);
4. Educomunicação ou Comunicação Popular;
5. Tecnologias sociais e apropriadas;
6. Agregação de valor à produção;
7. Segurança Alimentar e Nutricional;
8. Fortalecimento da organização social e popular;
9. Gênero e geração (mulher, jovem, sucesso familiar);
10. Preservação da vegetação (fauna, flora);
11. Experimentação;
12. Processos participativos e coletivos.

Figura 134 – Fundamentos da Convivência com o Semiárido.



Fonte: pesquisador, (2022).

Atualmente, as características e dinâmicas sociais, econômicas, políticas, geoambientais, enfim, todos os fatores que enredam os contextos do Semiárido Brasileiro e suas potencialidades têm sido pautadas em estudos e pesquisas atuais que giram em torno da temática. Todavia, ainda há muito que se estudar e desvelar sobre a região. Dessa forma, elencar propostas na perspectiva da Convivência com o Semiárido Brasileiro dentro da ciência política, visando a desconstrução da ideia de que este é um lugar hostil e improdutivo, requer um olhar sobre as suas múltiplas nuances, para se propor a reconstrução e reestruturação de conceitos e opiniões acerca da subjetividade e diversidade das dimensões antropossociais do Semiárido. Neste sentido, se faz necessário continuar aprofundando os princípios e fundamentos, sem perder de vista as mudanças ocorridas, o olhar na totalidade da vida e os aspectos estruturantes e estruturais na construção de uma sociedade melhor de se viver: mais justa, plural e soberana.

A construção de um mundo possível é a principal força motriz das organizações sociais e populares, a exemplo do IRPAA, que vê na Convivência com o Semiárido sua principal missão na contemporaneidade, apesar das contradições societárias e das limitações impostas ao terceiro setor.

É fato que ao longo desses anos muitas luzes foram lançadas, tendo hoje a Convivência na perspectiva da coexistência e os Fundos de Pastos, como expressões do Bem Viver, socialmente construídos, culturalmente resistentes, ambientalmente resilientes e economicamente sustentáveis.

5.3 A EMERGÊNCIA DOS FUNDOS DE PASTOS ENQUANTO PERSPECTIVA DE VIDA DIGNA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

No estado da Bahia, o Fundo de Pasto é essencialmente uma prática do Bem Viver numa sociedade de muitas contradições, disputas e resistência a um modo de vida campesino, onde há uma cosmovisão enquanto comunidades tradicionais que se organizavam a partir do coletivo.

Em 1997, o IRPAA começa a despertar para o trabalho com os Fundos de Pasto, ajudando inclusive na nomenclatura e organização das comunidades. Foi nesse ano que firmou parceria com a Associação dos Agricultores de São Gonçalo da Serra em Sobradinho - BA, para regularização do Fundo de Pasto daquela comunidade (IRPAA, 1998).

Figura 135 – Organização das comunidades para a luta pelo Fundo de Pasto.



Fonte: Banco de dados do IRPAA, (2000).

No que diz respeito ao fundo de pasto, a sua definição mais utilizada está presente num documento organizado pelo Instituto Popular Memorial de Canudos que traz, numa perspectiva histórica, social, econômica, política e ecológica, a trajetória dos conflitos e da utilização do fundo de pasto como espaço de preservação dos recursos naturais na constituição de um espaço coletivo de

exploração dos bens materiais presentes na caatinga. A sua definição mais corrente diz o seguinte:

"O fundo de pasto tradicional esconde dimensões ecológicas surpreendentes. Como sistema de administrar as terras do semiárido, depende do equilíbrio natural da caatinga. Obedece ao ciclo das secas e escassez à época das chuvas que trazem de volta, a abundância. Ao contrário dos projetos modernizantes, a produtividade do fundo de pasto baseia-se no fortalecimento e ampliação daquilo que a natureza oferece. Trata-se de adaptar-se ao ritmo da natureza, investir nos recursos naturais de água e ração, evitar o desmatamento para dar lugar ao capim ou a culturas irrigadas, fortalecer a criação em regime extensivo, valorizar a fauna e a flora natural da caatinga " (Ehle, 1997, p. 40) (SILVA, 2002, p. 171).

É um modo de vida que abarca a relação entre as pessoas, a natureza e o modelo econômico em sociedades que não tinham no capitalismo o modo possível de se organizar. Em sua concepção, dá centralidade à relação harmônica, saudável, sustentável e integral entre os seres humanos e a natureza.

Diz Alberto Acosta: "O 'bem viver' nasce da experiência de vida coletiva dos povos e nacionalidades indígenas. Procura a relação harmoniosa entre os seres humanos e destes com a Natureza... Com isso, percebe-se a relação orgânica entre o Fundo de Pasto como sendo uma prática do Bem Viver e da Convivência com o Semiárido enquanto novo paradigma societário e projeto político contemporâneo.

A experiência de uso comum das terras e territórios é uma experiência que vem de outros povos inclusive dos povos originários que já tem as suas diversas formas de uso comum dos territórios. A forma de uso da terra através do fundo de pasto bebe das nossas histórias dos povos originários, dos povos pretos que vieram também com as suas formas de uso comum, inclusive o povo europeu na França tem também experiência de uso comum, chamado compasto, o pasto comum, então essa mistura dos povos, inclusive os pobres europeus que vieram para aqui para trabalhar para os grandes fazendeiros, donos que herdaram terras da coroa, com a instalação do fim da escravidão do ponto de vista legal com a criação da Lei Áurea, as comunidades tiveram para que sobreviver, porque foram largadas, abandonadas a própria sorte, sem casa, sem comida, sem teto, sem-terra, para trabalhar elas tiveram que ocupar as áreas chamadas áreas devolutas, que estavam nos fundos das grandes fazendas ou áreas que a coroa não tinha resgatado, enfim. É ali nasce as experiências de fundo de pasto, essa experiência é muito importante para a CSA, porque traz esse acúmulo histórico da relação com o território (Cícero Felix dos Santos, 2022).

A ideia do "Bem Viver" surge como princípio fundamental para uma convivência harmônica do ser humano com a natureza, isso no sertão brasileiro chama-se de Convivência com o Semiárido. Nasce com os povos originários, e ganha força a partir da nova Constituição do Equador, que reconhece os direitos como

interdependentes e rompe com a ideia que prioriza determinados direitos sobre outros.

O modo de vida das comunidades de Fundo de pasto é uma cultura milenar encontrada em todos os continentes do planeta, com diferentes nomes, mas o mesmo modo de conviver em sociedade e ambiente natural. Todos os de regiões com pouca vocação para a agricultura se desenvolveram a partir da criação de animais e do extrativismo vegetal não madeireiro. Segundo dados da Embrapa Semiárido apenas 20% do Semiárido brasileiro é agricultável. Oitenta por cento do Semiárido tem vocação para o extrativismo e para a criação de animais. Por questões históricas da colonização do Brasil, o Semiárido não despertava interesse dos colonizadores, se tornando um refúgio para parte dos povos sobreviventes do extermínio e da escravidão. Esses povos e comunidades logo perceberam a vocação natural do ambiente e se adequaram a ele. O IRPAA concorda com a leitura que a Embrapa faz do Semiárido e ver nas comunidades de Fundo de Pasto um exemplo de boa convivência das pessoas entre si e com o ambiente. Desde então buscamos contribuir na defesa e no fortalecimento da tradição dos Fundo de Pasto, para que seu modo de vida e de uso da terra seja uma política pública de Convivência com o Semiárido (José Moacir Santos, 2022).

A mudança de paradigma em relação à natureza e o ser humano é medida imprescindível na contemporaneidade. É preciso superar o sistema que considera os seres humanos como o centro do universo, bem como renunciar às estruturas formadas a partir da primazia eurocêntrica, buscando uma nova relação baseada na solidariedade e cooperação com a natureza, abandonando o pensamento de exploração e dominação fundado no modelo do antropocentrismo cartesiano.

Segundo Alcântara e Germani (2009), fundo de pasto (FP) é uma área de caatinga caracterizada pela criação de animais em terras de uso comum em articulação com áreas de lotes individuais. Os criadores são pastores, lavradores e extrativistas que, na área comunal criam principalmente cabras e ovelhas e praticam extrativismo vegetal e nas áreas individuais, onde residem, cultivam lavouras e criam outros pequenos animais para sua subsistência.

Com o território semiárido então as comunidades que conseguiram resistir aos períodos de longa estiagem vivendo principalmente da criação de animais de pequeno e médio porte nessa região são principalmente as comunidades tradicionais, então essas comunidades desenvolveram muitas estratégias aprendendo com as caatingas, aprendendo com as plantas da caatinga, com os animais que se adaptaram as caatinga, porque nem a cabra, nem a ovelha são animais nativos dessa região, são animais que foram trazidos pelos colonizadores. Mas foram se adaptando a essa região. Esses animais foram aprendendo a viver, a sobreviver depois a desenvolver condições de vida nessa região. E os povos também foram aprendendo. Então eu diria que os fundos de pasto é uma escola importante de convivência com o semiárido. Porque essas comunidades envolveram estratégias de permanência nessa região. Apesar das secas é importante destacar que geralmente as comunidades manejaram bem as suas áreas individuais e coletivas principalmente trabalhando com a criação de pequenos e médios animais, essas comunidades sofreram menos com a as secas, as longas secas, as longas estiagens. Elas tinham mais oferta de alimento para passar as novas estiagens. Elas podiam inclusive, ofertar carne para feiras livres e comprar os grãos,

*comprar o café, o açúcar, o sal, nas feiras que elas não conseguiam produzir nas comunidades de fundo de pasto. E **Canudos na verdade foi um grande fundo de pasto**, a comunidade de Canudos quando você vai olhar um pouco como ela foi trabalhada, planejada, pensada ali (Cícero Felix dos Santos, 2022).*

Formam comunidades tradicionais regulamentadas internamente pelo direito consuetudinário (baseado em costumes de um determinado grupo social, sem necessariamente estar formalizado em leis), baseado em laços de sangue (parentesco) ou de aliança (compadrio). Entre essas práticas organizativas, mostra-se como de maior prioridade a regularização fundiária dos Fundos de Pastos, sem a qual o restante das práticas demandadas não poderá ser aplicadas (Guimarães Filho, 2011).

Trata-se, portanto, de uma experiência que se nutre do referencial de Canudos a partir do Belo Monte, se materializa através do paradigma da Convivência com o Semiárido, e hoje se sustenta na teoria e filosofia do Bem Viver, considerando que segundo Acosta (2018) os modos de vida alternativos se concebem muito mais em nível social e coletivo, globalmente, e menos em escala individual.

6. PRODUTO: PLATAFORMA ESTALO DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO - ECONSAB

A Plataforma Estalo da Convivência com o Semiárido Brasileiro é um ambiente digital interativo voltado a difundir os conhecimentos acumulados sobre a convivência com a região do Semiárido Brasileiro, reconhecendo do seu potencial, com foco na superação de seus desafios, fornecendo subsídio para a formulação de políticas públicas estruturantes, com capilaridade para tornar real a visão de futuro de um Semiárido mais resiliente, produtivo, inclusivo e sustentável.

Figura 136 – Produto do Doutorado: Plataforma digital.



Fonte: <https://econsab.org/>

No acervo da plataforma, estão disponíveis recursos educacionais gratuitos em diversas mídias e idiomas (vídeos, imagens, áudios, textos, gráficos, tabelas, infográficos, tutoriais, artigos, mapas, hipertextos) que atendem desde os agricultores/as, jovens do campo, estudantes, pesquisadores/as, movimentos sociais, instituições públicas e organizações populares. A plataforma é um recurso digital dinâmico e interativo que pode ser utilizado para suporte na educação, na extensão rural apropriada ao Semiárido, como fonte de dados sobre a Convivência com o Semiárido, dentre outras possibilidades. Nesse sentido, é possível afirmar que a plataforma permite o compartilhamento de objetos de aprendizagem, mas sem recursos de interoperabilidade semântica aplicados no mapeamento da informação, como esquemas de metadados, classificações, tesouros e ontologias.

A interligação semântica de bases de dados permite o acesso e recuperação de dados de forma inteligente e compreensível por diferentes usuários. Nesse sentido, é importante destacar o recurso de interoperabilidade como um requisito fundamental para uma eventual evolução da plataforma, tendo por objetivo, a formatação de um repositório de objetos educacionais interligado com outras bases de dados existentes. Por enquanto, limita-se ao conceito de plataforma, comportando objetos estruturados e disponíveis para livre consulta e compartilhamento pela web.

A plataforma funciona como um ambiente de apoio especializado na área da educação, permitindo seu uso para atividades de extensão, pesquisa, difusão e estímulo do conhecimento sobre a Convivência com o Semiárido, visando orientar a aprendizagem, bem como, a redescoberta e a reconstrução do conhecimento sobre esta região emblemática, possibilitando assim, o desenvolvimento do raciocínio crítico e da capacidade de decisão com base em informações sólidas e estruturadas sobre os problemas, desafios, conquistas e potenciais relativos ao desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental, os quais, permeiam a proposta do “bem-viver”. O objetivo primordial é a garantia da qualidade de vida das populações do Semiárido, as quais convivem com as adversidades e oportunidades desta que é considerada a região semiárida mais populosa do mundo.

A estrutura da plataforma eConsab, é baseada na tecnologia CMS (*Content Management System*), ou Sistema de Gestão de Conteúdos, em português. Trata-se de um software executado no navegador que permite a criação, organização e gestão de conteúdos na internet. Para a implementação desta solução, foi adquirido a contratação de um serviço de hospedagem em um servidor web, no qual, foram instaladas as ferramentas WordPress e MySQL Database para comportar a aplicação selecionada. O Sistema de Gestão de Conteúdos utilizado é formulado integralmente com código aberto (*open source software*), sua estrutura de *back-end* é programada na linguagem PHP (Hypertext Preprocessor) e conta com diversos recursos interativos para a edição e gestão de conteúdo online. Possui interface (*front-end*) leve e atraente desenvolvida com as tecnologias CSS (*Cascading Style Sheets*), Javascript e HTML. Os dados são armazenados em um banco de dados robusto e estável (MySQL).

Uma das características da solução tecnológica eConsab, é a responsividade, ou seja, a possibilidade de acesso multiplataforma por diferentes tipos de computadores e dispositivos móveis, possibilitando um alto padrão de usabilidade dos usuários. Além disso, possui escalabilidade, que por definição consiste na possibilidade de ampliação do conteúdo sem comprometer os recursos disponíveis e o desempenho da aplicação. A segmentação por categoria também é um recurso que facilita a navegação do usuário, complementando o campo de busca. Esse método de organização das seções, facilita o processo de localização dos conteúdos. As categorias estão disponíveis através do menu principal da plataforma, banners com hiperlink localizados no corpo da página principal e no rodapé da interface. Essa redundância facilita o rápido acesso às principais categorias segmentadas na aplicação.

Outro objetivo da plataforma, é facilitar o processo de busca de informações consistentes sobre o Semiárido Brasileiro, trazendo uma compreensão abrangente, lastreada em registros históricos de organizações e instituições que atuam no processo de construção social e política dos interesses regionais, pesquisas científicas e produções acadêmicas. Tendo em vista a limitação deste tipo de conteúdo na internet, e quando disponível, fragmentado nos mais diversos ambientes digitais, a plataforma eConsab surge como solução segmentada na temática da Convivência com o Semiárido Brasileiro - CSAB.

Funciona como um pivô central, capaz de congrega dados e informações em um ambiente digital centralizado, capaz de tornar possível o acesso rápido e efetivo de conteúdos relacionados. Neste sentido, para a plataforma conseguir alcançar sua capacidade efetiva de impacto informacional, e ser localizada na web através de palavras-chave relacionadas diretamente aos conteúdos cadastrados ou através de pesquisas exploratórias diversas sobre tópicos relacionados aos conteúdos existentes, necessita de configurações específicas que promovam o ranqueamento do seu conteúdo através dos principais mecanismos de busca existentes, tais como: Google, Bing, Yahoo, entre outros.

Para a obtenção de resultados significativos, neste sentido, a tecnologia adotada possui recursos avançados de SEO, acrônimo para *Search Engine Optimization*, que pode ser traduzido livremente como Otimização para Mecanismos de Busca. Sua principal função é possibilitar que os conteúdos sejam mais bem

posicionados ou ranqueados nos mecanismos de busca, aumentando as chances de atrair usuários. Por esta razão, todo conteúdo publicado precisa seguir critérios que facilite o algoritmo no seu processo de escaneabilidade. Isso envolve, clareza na definição de títulos, intertítulos, meta-description, tags HTML, estruturação de URL's e definição de palavras-chave relacionadas ao conteúdo.

A formação de bases de conhecimento interdisciplinares e transdisciplinares, que possibilitam um salto no desenvolvimento das pesquisas científicas sobre o Semiárido Brasileiro é uma necessidade fundamental e que subsidia o processo de construção deste acervo dinâmico com capacidade de fomentar inclusive a proposição de políticas públicas estruturantes com base nas informações compiladas na plataforma. Com o anseio em tornar a aprendizagem mais fácil e acessível, aliado ao processo de desenvolvimento tecnológico, a plataforma eConsab posiciona-se como uma opção capaz de permitir a interação, preservação, armazenamento e divulgação de informações organizadas e catalogadas em diferentes formatos com o intuito de apresentar condição eficiente de usabilidade e clareza.

Em suma, os recursos educacionais digitais disponíveis neste sistema de informação, batizado de Plataforma Estalo da Convivência com o Semiárido Brasileiro, permitem o aproveitamento de conteúdos educacionais e sociais inéditos, entre outros já existentes na web, porém disponíveis de forma fragmentada e agora, estruturados em um acervo dinâmico capaz de subsidiar as mais diversas práticas pedagógicas, técnicas e políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Os amores na mente, as flores no chão
A certeza na frente, a história na mão
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Aprendendo e ensinando uma nova lição*

Geraldo Vandré

Fazer nascer essa produção científica e acadêmica é possibilitar, por meio da sistematização e construção de conhecimentos apropriados e contextualizados sobre a região, a promoção de qualidade digna de vida a partir do respeito aos direitos civis, sociais, educacionais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. É também colaborar para a defesa, retomada e a consolidação da Convivência com Semiárido enquanto paradigma sustentável na ótica do *Bem Viver*, contribuindo para o fortalecimento das comunidades rurais e tradicionais, territórios de identidades, especialmente da classe trabalhadora, onde tudo isso só é possível se as pessoas estiverem sensibilizadas, capacitadas e estimuladas para os novos caminhos da sustentabilidade de suas vidas e de seus modos de permanência na terra e no território camponês.

Considerando que as perguntas movem o mundo, essa construção teórica é estruturada na Pedagogia da Pergunta e na Pedagogia da Natureza, nas contradições da sociedade, tendo a dialética como método, e os resultados não são respostas, mas sim caminhos, experiências e vivências, que resultaram numa proposta diferenciada que é a Convivência com o Semiárido. Aqui portanto, perpassa o valor do conhecimento popular entrando na academia, gerando conhecimento científico transdisciplinar.

O IRPAA é uma instituição sem fins lucrativos, que por sua natureza e desde a sua criação desenvolve processos educativos, técnicos e tecnológicos através da Convivência com o Semiárido na ótica do Bem Viver, na perspectiva da construção do conhecimento contextualizado e da implementação de tecnologias sociais e apropriadas aos contextos de vida das populações, predominantemente do campo/meio rural, com inserções pontuais nos centros urbanos.

No período de 1990 a 2009 as atividades do Instituto estão explicitamente registradas nas Atas de Assembleias Gerais que acontecem anualmente. Com a

expansão das atividades, a partir de 2010 já não se consegue obter tantas informações, já que anualmente é produzido um Relatório com mais detalhamento e com o olhar mais amplo e institucional do contexto. Aqui seria, portanto, uma grande ferramenta dada a seriedade do Instituto em manter transparência das informações, já que também executa recursos públicos. Esses relatórios anuais, bem como as Atas das Assembleias foram importantes fontes de informações nessa Tese.

Dois fundamentos foram os pilares de sustentação no processo de constituição do IRPAA: primeiro, os modelos de produção mais comuns e por isso mesmo os mais “em moda”, não funcionavam no Semiárido. Seria preciso buscar formas apropriadas a essa região, partindo do princípio de que existia um profundo conhecimento empírico de convivência. Segundo, mais do que tecnologia, era preciso difundir um imaginário, uma ideia-força de que a vida existe, segue e se perpetua também nas regiões secas. Com esta abordagem, não se revia apenas como fazer, mas principalmente se desenvolvia um entendimento do porquê fazer. *“Mais vale uma ideia na cabeça de cem pessoas, do que cem ideias na cabeça de uma pessoa”* Schistek (2020).

Tendo como princípio e valor a espiritualidade, os fundadores do IRPAA têm na mística cristã o alicerce para troca de saberes com a população local. A descrição bíblica da Terra Prometida servia como o diário de uma comunidade que por anos conviveu e superou os desafios de um clima semelhante à região Semiárida. A participação da Igreja Católica, inclusive, foi fundamental.

A difusão das ideias do IRPAA era feita pela rede representada pela Igreja Católica na região. No entanto, essa ação do instituto buscava também romper com o conformismo religioso tão presente na cultura sertaneja de que *“Deus que manda chuva, quando não manda é porque não quer”*. Na nova forma de compreender as coisas que aconteciam na região, cabia uma nova questão: o que fazer com a chuva que Deus manda? E a resposta é: guardar!

A atividade rural dos municípios assessorados pelo IRPAA é principalmente a criação de caprinos e ovinos no sistema extensivo com uso frequente de áreas de Fundo de Pasto, hoje reconhecidas como comunidades tradicionais. Estas áreas de Fundo de Pasto são comunitárias tendo seu uso definido pelo relacionamento histórico entre as famílias das comunidades usuárias da mesma. As áreas de Fundo de Pasto são fundamentais no manejo dos animais, dado o acesso às fontes de

água e de alimentação aos rebanhos pelo consumo da caatinga (vegetação típica desta região, de grande valor nutritivo para os animais).

Apesar do Estado da Bahia ser o único do Brasil a garantir por Lei esta forma de posse e uso da terra, o atraso político da região, registrado pela grilagem de terras e poder de mando dos "Coronéis Latifundiários" e dos grandes empreendimentos no dia a dia das comunidades, muitas vezes reflete em violentos conflitos fundiários e consequente dominação e expropriação.

Com a ampliação dos processos de formações de agentes multiplicadores/as para práticas de Convivência com o Semiárido dentre as lideranças comunitárias envolvidas com a Pastoral Rural, Paróquias e CEB's, nos primórdios do surgimento do IRPAA, crescia a ideia de se aumentar significativamente o número de multiplicadores/as, produtores e produtoras com nível básico de conhecimento para formas apropriadas de se produzir e viver com dignidade na região, massificando o conceito de que é possível viver com dignidade no Nordeste / Semiárido Brasileiro.

Um exemplo importante foi a atuação do PROCUC, uma grande referência com relação as técnicas e práticas de Convivência com o Semiárido. A equipe era respeitada e tinha credibilidade junto às instituições e comunidades da região, sendo que ao longo de seus trinta e dois anos, o IRPAA nunca perdeu esse "respeito" junto às populações e instituições locais, regionais, nacional e até internacional.

As crescentes adesões aos trabalhos de beneficiamento da produção (frutas, mel, leite, carne, ovos), principalmente de jovens e mulheres e a melhoria nos rebanhos de caprinos e ovinos têm-se constituído um alívio na situação de pobreza da região. As famílias que estão envolvidas nestes dois trabalhos possuem padrão de vida acima da média da região. Ainda é muito forte a Roça/Quintais Produtivos onde cultivam forragens para alimentação dos animais e agricultura de sequeiro, dependentes do período das chuvas, cultivando mandioca, milho, feijão, abóbora e melancia.

A parceria com a Embrapa Semiárido conquistou abertura para visitas e trocas técnicas junto às comunidades rurais, notadamente no início com foco no processamento do umbu e criação de cabras dentro da linha orgânica. Ajudou a instrumentalizar a Convivência com o Semiárido, compreendendo que essa empresa de pesquisa tinha um conjunto de inovações que, dialogadas com as práticas

apropriadas desenvolvidas pelo IRPAA, ajudavam na mudança de realidade das famílias e melhoramento das comunidades rurais do sertão da Bahia.

O incentivo à autogestão, à coletividade, à consolidação da economia solidária e principalmente ao reconhecimento e experimentação das diversas práticas de Convivência com o Semiárido resumem o propósito deste trabalho de acompanhamento aos grupos produtivos inseridos no contexto da agricultura familiar. Neste sentido, a entidade procura atender uma grande demanda de cursos, oficinas, capacitações, apoio à realização e participação dos grupos em feiras, exposições e eventos semelhantes. Além disso, é frequente também a assessoria técnica para viabilizar as condições de acesso aos mercados, com vistas a garantir a comercialização dos produtos e assim oportunizar o crescimento do consumo desta produção diversificada oriunda destes empreendimentos.

Destaca-se, ao longo do processo metodológico construído pelo IRPAA, a partir do desenvolvimento de uma Pedagogia da Convivência, alguns aspectos interessantes: o trabalho com fantoches; a preocupação de todos de repassar a mensagem da melhor maneira; a busca de aspectos bem palpáveis, como pesar o esterco, em vez de só ler nos livros ou passar cursos teóricos. Importante foi a preocupação de todos com a participação do agricultor e da agricultora que passa de ouvinte a construtor de ideias; a preparação antecipada das atividades; construir uma metodologia diferenciada para as populações do campo; as comparações; as atividades práticas a luz de teorias apropriadas; o uso de cartazes, cartilhas, bíblia, panos, facilitando a compreensão pelas pessoas, na maioria das vezes analfabetos.

Tais ações têm contribuído com o fortalecimento e credibilidade da instituição, bem como contribuem significativamente para a difusão e comprovação da viabilidade deste modelo de Bem Viver que considera os recursos naturais, as culturas, tradições e principalmente, as pessoas, sem as quais não seria possível, centrado no ideal da Convivência com o Semiárido.

O conhecimento sobre a região, observações estratégicas e propositivas sobre o Semiárido e seu ecossistema bem peculiar, têm norteado diferentes formas de desenvolver a região do ponto de vista produtivo e humano, associando-o com novas tecnologias que constituem um conjunto de informações sobre as mais corretas formas de produzir na região apropriadamente.

A participação em articulações, conselhos, redes, fóruns e comitês vem ganhando espaços nos ambientes de discussões que elaboram ideias e projetos para formulação de políticas públicas para o Semiárido Brasileiro. Porém, se percebe ainda a ausência de uma política de divulgação mais sistemática na disseminação dessas ideias e projetos que estão aos poucos transformando a vida do povo, mesmo considerando positivas as ações de comunicação presentes. Certamente falta-lhes ainda um planejamento mais estratégico e permanente capaz de influenciar os meios de comunicações regionais e nacionais para que esses percebam melhor as transformações que hoje ocorrem na região, vista e mostrada muitas vezes a partir do fenômeno das secas e suas consequências.

Muitas coisas já mudaram na região de atuação do IRPAA, principalmente no tocante à mídia regional, mas, percebe-se que muito ainda precisa avançar na consolidação de uma ação mais estratégica e propositiva de comunicação para o Semiárido, à luz da Convivência e do Bem Viver, partindo sempre da realidade concreta, suas limitações, potencialidades e possibilidades.

Para tanto, torna-se necessário a princípio, melhorar ou incrementar as experiências já existentes dando-lhes condições e instrumentos para produzir as informações necessárias e corretas sobre a região de modo que essas estejam cotidianamente na pauta dos noticiários dos meios de comunicações de massas, sejam eles comerciais ou alternativos, gerando debates e apontando respostas e soluções significativas aos tantos problemas decorrentes da falta de conhecimentos corretos sobre o Semiárido e as formas apropriadas para desenvolver e viabilizar a produção, comércio, economia e sobretudo a vida das pessoas que o habitam.

As ações do IRPAA apontam para transformações sociopolíticas de caráter estrutural de uma região do Brasil historicamente renegada, diferentes de ações de cunho assistencialista, onde se busca responder aos anseios imediatos do público beneficiário. Os efeitos alcançados enfatizam os ganhos obtidos em termos de organização comunitária e de articulação da sociedade civil, para a intervenção nas políticas públicas no âmbito do acesso à terra e território, da conquista de acesso à água e de investimentos para geração de renda a partir de atividades econômica, cultural e ambientalmente sustentáveis. Vale destacar que muitos benefícios gerados nas comunidades rurais, em termos de infraestrutura produtiva resultam, em

grande parte, da intervenção qualificada das associações comunitárias junto as políticas públicas.

Nesse contexto, a emergência do "Paradigma da Convivência com o Semiárido", originário dos modos de vida, das experiências e práticas dos povos do Semiárido e desses movimentos de resistência camponesa ao longo da história, ao serem sistematizados por diversas organizações sociais, sobretudo no âmbito da Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA, representa um paradigma contra hegemônico que tem transformado a paisagem da região, o imaginário coletivo sobre o Semiárido que passa a atribuir-lhe conotações mais positivas e tem contribuído para a consolidação da pauta dos direitos e da reivindicação de políticas públicas apropriadas à região, gestadas por instituições populares, o que tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida no Semiárido (Marinho, 2022).

O Programa Pro Semiárido, executado pela CAR/SDR com financiamento do FIDA, foi o principal laboratório prático da Política Estadual de Convivência com o Semiárido, aprovada em 2016, sendo implantado em trinta e dois municípios da região norte do estado da Bahia. Vale destacar a necessidade de futuros estudos comparativos e analíticos do impacto/efeito desse programa na vida das pessoas, considerando que, nitidamente, as mudanças ora decorrentes dessa intervenção já estão sendo visibilizadas, extrapolando a fronteira de sua implementação.

A mudança de paisagem no ideário do Semiárido brasileiro, só foi possível por conta da resistência do povo sertanejo, gerando novas narrativas e criando um novo paradigma regional fruto da junção de esforços entre sociedade civil, academia, centros de pesquisas e os poderes públicos.

A Convivência com o Semiárido não pode ser confundida com tecnologia, como a cisterna, pois é um processo social fruto da resistência de um povo que historicamente ficaram a margem do Estado. Hoje, a CSA é política pública que orienta a atuação do Estado na efetivação de Direitos, serviços e bens, com foco nas demandas da classe trabalhadora.

Não são as técnicas ou tecnologias que garantem a consolidação da Convivência com o Semiárido, mas sim, assegurar aspectos estruturantes para manutenção e desenvolvimento da vida humana, como o acesso à terra e condições para trabalhar nela, acesso à água e as tecnologias de armazenamento, e acesso ao conhecimento que perpassa pela valorização cultural, transcultural e apropriação

de saberes e fazeres contextualizados. Se, por um lado, a sociedade demanda alimento, água e energia para satisfação de suas necessidades existenciais, por outro lado esta mesma sociedade exige níveis compatíveis de proteção do meio ambiente com vistas à sua condição de vida. Portanto, a terra e a água não podem ser mercadorias, e nem o conhecimento escolar e informal deve ser privado aos que têm condições de acesso: se fazem necessárias políticas públicas que assegurem as reparações necessárias na contemporaneidade.

Fica claro a tensão entre a tecnologia e o conhecimento, em que durante muito tempo os pacotes tecnológicos chegavam com mais intensidade do que a apropriação do conhecimento numa região com alto índices de pessoas analfabetas. A ideia da tecnologia sempre como resposta aos problemas sociais, sem a construção do conhecimento, é um processo de transferência que já era bastante praticado pelos órgãos públicos e financiadores internacionais que formavam pessoas para difundir tecnologias. Conhecimento - e não as tecnologias - é o carro chefe da CSA: Somente o conhecimento é capaz de gerar autonomia para a resolução dos problemas conforme a necessidade da população e da região. Somente com o conhecimento é possível construir uma proposta política, sendo esse o carro chefe do trabalho do IRPAA.

No Semiárido Brasileiro, a Convivência Proativa dos seres humanos com a natureza e as comunidades tradicionais de Fundo de Pasto, caracterizam-se como o Bem Viver no Sertão, fruto de inspirações que vêm da cosmovisão, em constante evolução, gerando os modos de vida sustentáveis numa sintonia entre o passado, o presente e o futuro, através de uma outra forma de se relacionar com a terra, sendo alternativas sistêmicas ao modelo de sociedade conservadora e depredatória em curso. Nessa perspectiva, o ser humano não deve ser o centro, e sim as totalidades da vida plena (natureza, terra, os seres humanos...), descolonizando processos num paradigma plural de convivência e sustentabilidade.

A compreensão de que o Bem Viver enquanto filosofia de comunidades e territórios e práticas sustentáveis, transita em toda essa produção científica, sendo caracterizada como algo não institucionalizado, formalizado e verticalizado. Nesse sentido, a Convivência com o Semiárido Brasileiro se traduz numa prática política de Bem Viver, onde a vida está no centro da existência humana e planetária, e se materializa numa perspectiva socialista de sociedade.

A Convivência com o Semiárido propõe uma nova forma, através do Bem Viver no âmbito local, regional e sustentável, considerando e respeitando elementos da cultura, valores e conhecimentos tão presentes na vida do povo dessa região. Esse conjunto de propostas considera ainda, a natureza e as manifestações climáticas e geoambientais como determinantes na concepção do Bem Viver e dos modos de vidas sustentáveis, que aos poucos vem trazendo relevantes resultados nos modos de vidas e produção das populações do Semiárido.

Para o IRPAA (2002), a Convivência com o Semiárido é uma proposta de desenvolvimento que se pauta na lógica de um sistema de vida e de produção eficiente e sustentável, onde se busca através da formação de uma consciência coletiva, construir um equilíbrio ambiental e social capaz de garantir melhores condições de vida às populações dessa região.

No âmbito desse estudo, compreende-se a Convivência com o Semiárido: uma relação proativa dos seres humanos em seus modos de vida locais, tradicionais e sustentáveis, respeitando os saberes, a cultura local, as trajetórias marcadas por lutas, resistências e resiliências, utilizando de conhecimentos contextualizados, tecnologias e procedimentos apropriados ao contexto ambiental e climático, construindo processos de vivência na diversidade e na harmonia entre as pessoas e a natureza, possibilitando assim, permanência na terra e melhor qualidade de vida, apesar das variações climáticas, sociais, econômicas e políticas.

A visão ocidental que precisa ser descolonizada, apaga memórias, destrói o presente, esconde trajetórias, nega as minorias que ajudaram edificar uma região com características específicas, belezas raras, potencialidades adormecidas e limitações claras e estruturantes, carecendo assim de práticas que garantam: Cuidar, Valorizar e Guardar. O desafio, portanto, está no aprender a Conviver com as diferenças, os costumes, a natureza, os seres humanos, bem como, dar voz aos silenciados, marginalizados e injustiçados.

A Convivência com o Semiárido - CSA não é só paradigma, é um projeto político e de mobilização social na região, e que vem se legitimando como contraponto às políticas e programas governamentais de Combate à Seca e de modernização tecnológica e conservadora. Ao longo de mais de três décadas, vem se constituindo a partir das demonstrações práticas junto às comunidades e organizações de base, implementada e assumida por vários sujeitos sociais e

políticos, adotando conhecimentos contextualizadas e as tecnologias sociais e apropriadas às condições edafoclimáticas da região, tendo a agroecologia como ciência orientadora das bases epistemológicas e filosóficas, e o referencial do Bem Viver na construção de uma sociedade possível.

A Convivência enquanto proposta política e paradigma é a materialização de uma outra sociedade, embasada na filosofia do Bem Viver, contribuindo assim com a Felicidade Interna Bruta - FIB. Isso não é disputa de nomenclatura ou conceito, é sobretudo, disputa política e epistêmica.

O alcance da Convivência com o Semiárido e sua efetivação em diversas frentes, inclusive enquanto política pública, já é um forte indicativo de sua consolidação, sendo que isso só foi possível através de um processo eficiente e participativo de capacitação e qualificação dos atores envolvidos na temática e inseridos na região em questão. Eles é que estão dando algum diferencial nos rumos e na história do Semiárido Brasileiro.

O inédito dentre os achados é a Convivência com o Semiárido enquanto processo que gera uma consciência social e política à luz do tempo, num mundo concentracionista, tendo em sua centralidade a vida, porque viver é a arte de existir. Percebe-se que a proposta implementada fruto de um amplo processo de participação social e mudança paradigmática nessa região, aumentaram a capacidade de resiliência das famílias em relação aos períodos secos.

A chegada nessa etapa não significa o esgotamento do objeto de estudo, mas sim, a construção de bases teóricas sob a ótica do pesquisador que em confronto com outras novas pesquisas, pode manter acesa a Convivência com o Semiárido na agenda científica, social e política, considerando a sua aderência aos processos democráticos, compreendendo que o Semiárido não é só físico-climático, é histórico-político, fruto de relações sociais, lutas sociais, conflitos, contradições, conexões amplas e sociabilidade.

Considerando as novas formulações sobre o Semiárido Brasileiro, as novas delimitações, espera-se que estudos acadêmicos dessa natureza possam subsidiar as futuras produções, evidenciando seus efeitos na qualidade de vida da população e manutenção da natureza, sem perder de vista os processos democráticos e participativos protagonizados pelas mais diversas experiências locais e regionais.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os Sertões: a Originalidade da Terra**. Revista Ciência Hoje: Eco-Brasil. Rio de Janeiro: Bloch Editores, p. 4-14, 1992.
- AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. In: Estudos Avançados. **Dossiê Nordeste seco**, v. 13, n. 36, p. 7-59, 1999.
- AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ACOSTA, Alberto. "Extratativismo e neoextrativismo". GUDYNAS, Eduardo. Transições ao pós-extratativismo". In: Gerhard Dilger, Miriam Long, Jorge Pereira Filho (Org.): **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento / traduzido por Igor Ojeda**. – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 1º edição, 2016. 472 p.
- ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos / tradução de Tadeu Breda**.- São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.
- ACOSTA, Alberto. **Pós-extratativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista / Alberto Acosta, Ulrich Brand**. Elefante, 2018. -- São Paulo: 224 p.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FNJ, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- ALVES, A. M. et al. **Cartilha Conviver: Programa de desenvolvimento integrado e sustentável do Semiárido**. Brasília-DF: Ministério da Integração Nacional, 2009.
- ALVES, J. **História das Secas: séculos XVII a XIX**. Fortaleza-CE: Instituto do Ceará, 1953.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1981. 176 p.
- ANDRADE, J. L. **Oligarquias, secas e açudagem: um estudo de suas inter-relações funcionais**. João Pessoa-PB: Editora Universitária-UFPB, 1980.
- ANDRADE, Jailton dos Santos. **Pedagogia da Alternância e a Convivência com o Semiárido: as Comunidades Tradicionais de Fundo De Pasto**. Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016.
- ANDRADE, Lopes de. **Introdução à sociologia das secas**. Rio de Janeiro-RJ: A noite, 1948.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANDRADE, Manuel Correia. **Lutas camponesas no Nordeste**, 2ª edição. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A problemática da seca**. Recife: Líber Gráfica, 1999.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Herança de diferenciação e futuro de fragmentação**. Revista Estudos Avançados, Dossiê Nordeste, São Paulo, v. 11, n. 29, abr. 1997.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan; Fase, 2000.

ASA, Articulação Semiárido Brasileiro. **Carta Política do VIII Encontro Nacional da ASA – ECONSAs**, 2012.

ASA, Articulação Semiárido Brasileiro. **Declaração do Semi-árido**: propostas da Articulação no Semi-Árido Brasileiro para a convivência com o semi-árido e combate à desertificação. Recife-PE, 1999.

ASA, Articulação Semiárido Brasileiro. **Diretrizes para a convivência com o semiárido**. 2013. Disponível: http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_NOTICIA=7707&WORDKEY=diretrizes. Acesso: 23/08/2016.

ASA, Articulação Semiárido Brasileiro. **Mapa de tecnologias**. 2016a. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/mapatecnologias/>. Acesso em: 19 nov. 2016.

ASA, Articulação Semiárido Brasileiro. **Programa de Formação e Mobilização Social Para a Convivência com o Semi-Árido**. Recife: ASA, 2001. Mimeogr.

ASSARÉ, Patativa do. **Cante Lá que Eu Canto Cá**. Petrópolis: Vozes, 1992. 355p.

ASSIS, T. R. P. Sociedade civil e a construção de políticas públicas na região semiárida brasileira: o caso do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). **Revista Políticas Públicas**, v. 16, n. 1, p. 179-189, 2012.

BACELAR, Tania. **NORDESTE, NORDESTES: QUE NORDESTE? Observa nordeste**, Recife, abril, 2002.

BAPTISTA, N. Q; CAMPOS, C. H. **Conhecendo o Semiárido e as razões dos seus problemas**. In: CONTI, Irio Luiz (Org.). Editora IABS, Brasília-DF - 2012. 83-96p.

BAPTISTA, Naidison de Quintella e CAMPOS, Carlos Humberto. **Possibilidades de construção de um modelo sustentável de desenvolvimento no Semiárido**. In: Conti, Irio Luiz; Schroeder, Edni Oscar (Orgs). Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social. Brasília - DF: IABS, 2013.

BARTHOLO JÚNIOR, Roberto. **A crise do industrialismo: genealogia, riscos e oportunidades**. In: BURSZTN, M.; LEITÃO, P.; CHAIN, A. (Orgs.). Que crise é esta? São Paulo: Brasiliense, 1984.

BERGER, P.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes (2a Edição). Petrópolis: Vozes. 2004.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**, Brasilense, São Paulo, 1981.

BLOCH, Didier. **As Frutas Amargas do Velho Chico**. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 117p.

BLOCH, Didier & KÜMMER, Marta. **SECA 98: retrato de uma calamidade anunciada**. Recife: Oxfan/Unicef, 1998. 25p.

BOFF, Leonardo. **Civilização planetária: desafios a sociedade e ao cristianismo/ Leonardo Boff**. – Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BOFF, Leonardo. **Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres**. São Paulo: Ática, 1996. 341p.

Boletim Informativo Caminhar Juntos da Diocese de Juazeiro, nº 181, março-abril, 1993.

Boletim Informativo Caminhar Juntos da Diocese de Juazeiro, nº 186, outubro, 1993.

Boletim Informativo Caminhar Juntos da Diocese de Juazeiro, nº 189, janeiro a março, 1995.

BRANDÃO, Carlos. Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. BRASIL.

BRASIL. **Lei nº7.679, de 23 de novembro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7679.htm. Acesso em: 04 ago. 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA). **Primeiro Relatório Nacional para a Convenção Sobre Diversidade Biológica**. Brasília: MMA, 1998.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP). Produto 4: **guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. MMA. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos/Universidade Federal da Paraíba. **Atlas das Áreas Susceptíveis à Desertificação do Brasil**. Brasília (DF), 2007.

BRASIL. MMA. Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF). **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Caatinga**. Brasília: MMA/SBF, 2002.

BRASIL. MMA/PNMA II. **Diagnóstico da gestão ambiental no Brasil**. Brasília: MMA, 2001. v. 2.

BRASIL. Presidência da República. Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. pref. do Presidente Fernando Collor. Brasília: Cima, 1991.

BRÜSEKE, F. Josef. **O problema do desenvolvimento sustentável**. In: CAVALCANTI, Clovis (Org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável São Paulo: Cortez; Recife: FUNDAJ, 1995.

BURITI, Catarina de Oliveira, BARBOSA, Humberto Alves, (org.). **Imaginário social, semiárido e representações da natureza na obra Vidas Secas**: interfaces entre literatura, ambiente e história. Dissertação de Mestrado em História. UFCG, 2010.

BURITI, Catarina de Oliveira. BARBOSA, Humberto Alves. Um Século de Secas: Porque as políticas hídricas não transformaram o semiárido brasileiro? . Ed. Chiado, p. 432, 2018.

Caderno de Histórias de Vida dos Técnicos do IRPAA. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

CAMPELLO, Tereza; MELLO, Janine. **O processo de formulação e os desafios do Plano Brasil sem Miséria: por um país rico e com oportunidades para todos**. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patricia Vieira da (Orgs.). O Brasil sem miséria. Brasília: MDS, 2014.

- CANUDOS, Instituto Popular Memorial de. **Almanaque de Canudos 2000**. Paulo Afonso: Fonte Viva, 2000.
- CANUDOS, Instituto Popular Memorial de. **Canudos 100 anos de produção**. Paulo Afonso (Ba): Fonte Viva, 1997.
- CANUDOS, Instituto Popular Memorial de. **Canudos: Fundo de Pasto No Semiárido**. Paulo Afonso: Fonte Viva, 1997.
- CANUDOS, Instituto Popular Memorial de. **Canudos: Uma História de Luta e Resistência**. Paulo Afonso: Fonte Viva 1993.
- CAPORAL, Francisco Roberta. AZEVEDO, Edísio Oliveira de. (Orgs). **Princípios e perspectivas da agroecologia**. Instituto Federal do Paraná, 2011. 192p.
- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. 21.ed. São Paulo: Cultrix, 1999.
- CÁRITAS BRASILEIRA; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA; FIAN/Brasil: **Água de chuva: o segredo da convivência com o Semi-árido brasileiro**. São Paulo: Bagaco, 2001.
- CARVALHO, Luzineide Dourado. Resignificação e reapropriação social da natureza: **Práticas e programas 'convivência com o semiárido' no território de Juazeiro (Bahia)**. – São Cristóvão, SE, 2010.
- CARVALHO, Luzineide Dourado e SCHISTEK, Harald. **A formação histórico-eográfica do Semiárido Brasileiro**. In: Educação e Convivência com o Semiárido: Reflexões por dentro da UNEB. Juazeiro: UNEB/NEPEC-AB/MCT/CNPQ/INSA/Selo Editorial RESAB, 2011.
- CARVALHO, Otomar de. **A Economia Política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento**. Brasília: Campus, ANBID, 1988.
- CASTRO, Gustavo et alli. **Ensaio de Complexidade**. Porto Alegre; Sulina Ed, 1997. 270p.
- CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- CASTRO, Josué. **Sete palmas de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- CHALOULT, Yves. **A Nova República e os Pequenos Produtores Rurais**.
- CHILCOTE, Ronald H. **Transição Capitalista e a Classe Dominante no Nordeste**. São Paulo: TAQ EDUSP, 1991. 368p.
- CNBB - Regional Nordeste II. Relatório da Assembleia Regional da Pastoral Rural. **Migrações forçadas e suas causas**. Olinda-PE: [s. n.], 1980.
- CNBB. **Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil**, Doc. da CNBB, n. 25, 1982.
- CONSTANTINO, Luciana. **Afirmção de FHC diverge de relatório**. Folha de São Paulo, São Paulo, 29 de maio de 1998, Brasil, p. 1.6.

CORDEIRO NETO, José Raimundo. **Enactment em processos de organizar: lições da convivência com o Semiárido brasileiro**, numa abordagem da prática / José Raimundo Cordeiro Neto. - 2019. 292 folhas: il. 30 cm.

CORDEIRO, Aila Maria Alves. **Convivência Sustentável com o Semiárido: Análise do Impacto das Políticas Públicas na Agricultura**. Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, Universidade Federal Do Cariri, Juazeiro do Norte, 2015.

CORREIA, Cícero Gomes. **A ação política-pedagógica do Serviço de Assistência Rural (SAR)** / Cícero Gomes Correia, Marta Maria Castanho Almeida Pernambuco – Brasília: Liber Livro, 2011. 156 p.

COSTA, José Jonas Duarte da. **Apontamento sócio-histórico para uma discussão sobre a agroecologia no seminário brasileiro**. Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia. Organização: Dionara Soares Ribeiro *et al.*--2.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2017, 164 p.

COSTA, Patricia Vieira da; FALCÃO, Tiago. **Coordenação intersetorial das ações do Plano Brasil sem Miséria**. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patricia Vieira da (Orgs.). O Brasil sem miséria. Brasília: MDS, 2014.

COSTA, Tiago Pereira da. A Convivência com o Semiárido como Paradigma Sustentável na Perspectiva do Bem Viver. **REVASF**, Petrolina-PE, v.7, n.12, p. 79-100, abril, 2017.

COSTA, Tiago Pereira da. **Os Pressupostos da Política Estadual de Convivência com o Semiárido no estado da Bahia: Lutas e Conquistas**. Anais do II Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido - CONIDIS. V.1, ISSN 2526-186X, Campina Grande – PB, 2017.

CPT. CEPAC. IBASE. **O Genocídio do Nordeste 1979-1983**. Edições Mandacaru Ltda. São Paulo. 1984.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1992. 297p.

DUQUE, J. G. **Perspectivas nordestinas**. 2. ed. Fortaleza-CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2004a. 424 p.

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Agropecuária). **Zoneamento agroecológico do Nordeste: diagnóstico do quadro natural e agrossocioeconômico**. Petrolina: EMBRAPA/CPATSA/SNLCS, 1993.

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Agropecuária); EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural). **Semi-árido brasileiro: proposta de implantação de sistemas de exploração de propriedades agrícolas para assegurar a convivência do homem com a seca**. Brasília: Embrapa, Embrater, 1982.

EQUIPE Pastoral de Juazeiro. **Caminhando e Cantando em Comunidade**. Juazeiro: Diocese, 1992.

Exposição de Motivos. **Boletim da IFOCS**, v. 1, n. 1, p. 45-48, [1923]. jan. 1934.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.); GODOY, Herminia Prado (coord. Téc.). **Interdisciplinaridade: pesar, pesquisar, intervir**. São Paulo: Cortez, 2014.

FERGUSON, Marilyn. **A conspiração aquariana**. Rio de Janeiro: Record, 19080.

- FILHO, A. A. **Desenvolvimento de comunidade: Uma revisão crítica à luz da teoria da delimitação dos sistemas sociais**. Dissertação de Mestrado, Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina. 1982.
- FILHO, João Medeiros & SOUZA, Itamar de. **A Seca do Nordeste: um Falso Problema**. Petrópolis: Vozes, 1988. 161p.
- FRANÇA, F. M. **Estratégias do Banco do Nordeste para o desenvolvimento sustentável do semi-árido regional**. Coleção Mossoroense, v. 1135, p. 109 -116, 2000
- FREIRE, Paulo.; FAUNDEZ, A. **Por uma pedagogia da pergunta**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.
- FREY, Claus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente e Sociedade**. N. 9, Campinas, jul/Dez. 2001.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais**. In: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (Orgs.). Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes, 1995.
- FROTA, L. S. A. **Documentação oral e temática da seca**. Brasília: Centro Gráfico, Senado Federal, 1985.
- FURTADO, C. **A operação Nordeste**. (Série: textos brasileiros de economia, 5). Rio de Janeiro: Iseb, 1959.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. **Seca e Poder**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 94.
- FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Nacional, 1980.
- FURTER, Pierre. **Educação e Vida**. Petrópolis: Vozes, 1973. 191p.
- GEHLEN, Ivaldo. Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural. **São Paulo em Perspectivas**, v. 18, n. 2. São Paulo, Abr./Jun, 2004.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- Governo conhecia todas as previsões**. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 de maio de 1998, Brasil, p. 1.6.
- GRUPO PERMANENTE SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. **Más allá del desarrollo**. Quito: Fundación Rosa Luxemburg / Editorial Abya Yala. 2011.
- GTDN (Grupo de Trabalho Para o Desenvolvimento do Nordeste). **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.
- GUATARRI, Félix. **As Três Ecologias**. Campinas: Papirus, 2000. 56p.
- GUERRA, P. B. **A civilização da seca**. Fortaleza: DNOCS, 1981.

GUILHERME, R. C. Desenvolvimento de comunidade e o Serviço Social: Entre o conformismo e a crítica. **Emancipação** (Ponta Grossa-PR), v.12, n. 1, 131-141 (Disponível: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>>. 2012. Acesso: 23/08/2016.

GUIMARÃES FILHO, Clovis. **Fundo De Pasto, Um Patrimônio da Caatinga Ameaçado**. (versão preliminar), Juazeiro – BA, 2011.

HOLZER, Werten. O conceito de lugar na Geografia Cultural-Humanista: **uma contribuição para a Geografia Contemporânea**. In: Revista da Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, UFF, Rio de Janeiro, Ano V, nº 10, junho de 2003.

INSA. **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro**, 2012.

IRPAA. **Difusão de Conhecimentos e Tecnologias Apropriadas para a Agricultura Familiar no Semiárido Brasileiro**. Juazeiro: IRPAA, 2000.

IRPAA. Relatório do 1º Encontro em Campo Alegre de Lourdes - BA, 1991.

IRPAA. Relatório do 2º Encontro da Busca da Água, em Pilão Arcado - BA, 1991.

IRPAA. Relatório do 3º Encontro em Pilão Arcado - BA, 1992.

IRPAA. Relatório do Mutirão Nordeste, 1994.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JÚNIOR, Odilardo Viana Avelar. **A Política de Combate a Seca no Nordeste: uma Ideologia para o planejamento regional**. Doutorado em História Econômica, Universidade De São Paulo, São Paulo, 1994.

KARL MARX. Manuscritos econômico-filosóficos. **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento** / Gerhard Dilger, Miriam Lang, Jorge Pereira Filho (Orgs.); traduzido por Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. 472 p.; 14,5cm x 23cm.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. O município e o regime representativo no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1960.

LIMA, Aline Silva. **Um projeto de “Combate às Secas” os engenheiros civis e as Obras Públicas: Inspetoria de Obras Contra as Secas - IOCS e a Construção do Açude Tucunduba (1909 – 1919)**. Mestrado Em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

LIMA, Marcelino de Souza. **Cooperação internacional, organizações e redes da sociedade civil influenciando políticas públicas para a convivência com o Semiárido: contextos locais e sustentabilidade da agricultura familiar**. (Tese de Doutorado), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, Portugal, 2019. 339p.

LISBOA, M. A. O problema das secas. Conferência realizada a 28 de agosto de 1913. In: **DNOCS: pensamento e diretrizes**. Edição comemorativa do 75º aniversário do DNOCS. Fortaleza-CE, 1984.

LUNA, L. & BARBALHO, N. **Coronel dono do mundo**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra/Pró Memória, 1983.

- MACÊDO, Odomaria Rosa Bandeira. **A Convivência com o Semi-Árido: Desenvolvimento Regional e Configuração do Local no Projeto do IRPAA.** Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- MADUREIRA, Eduardo M. Prata. Desenvolvimento regional – Principais teorias. **Revista Thêma et Scientia.** Vol. 5, no 2, jul/dez 2015.
- MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil. 1916-1985.** São Paulo: Brasiliense, 1989. 300 p.
- MALVEZZI, Roberto. **Império do Sol: quatro anos na seca e nas CEBs do Sertão.** São Paulo: Edições Paulinas, 1985.
- MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido: uma visão holística.** Brasília: CONFEA, 2007. Coleção Pensar o Brasil.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARINHO, Cristiane Moraes. Agroecologia, Convivência com o Semiárido e Extensão Rural: **Um olhar sobre a experiência do IRPAA no Território Sertão do São Francisco/BA.** 2021. 356.
- MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil.** Recife: UFPE, 1999. 440p.
- MARTINS, José de Souza. Caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MAZALLA-NETO, Wilon; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. “**A experiência agroecológica e o fortalecimento da racionalidade camponesa na relação com a natureza**”. In: Delgado, Guilherme Costa; Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.
- MEDEIROS, L. Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. “Trabalho de Campo: **Contexto de Observação, Interação e Descoberta**”. In: Minayo, Maria Cecília de Souza; Deslandes, Suely Ferreira; Gomes, Romeu (Org.) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 34. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** – 30 ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2011.
- Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos. **Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos efeitos da Seca (PAN-LCD).** Relatório III Oficina Nacional. Olinda (PE), 22 e 23 de abril de 2004.
- MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 341p.
- MORIN, Edgar. O Método I: **A natureza da natureza;** tradução Ilana Heineberg. – Porto Alegre: Porto Alegre: Sulina, 2005. 2ª ed.

Mulheres na Agroecologia: semeando o orgulho de ser agricultora. In: **O Candeeiro**: Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas, Ano 8, n. 1942, dez. 2014f.

NETO, Mariana Moreira. **Da Seca à Convivência, do Sertão ao Semi-Árido: Enunciados e Territorialidades**. Doutorado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

Nordestinos. In: Cidadão, Estado e Políticas no Brasil Contemporâneo. stro Brasília: UNB, 1986. 33p.

Nova Era: a civilização planetária. São Paulo: Ática, 1994. 87p.

O trabalho das mulheres no Semiárido: um exemplo de força e resistência. In: **O Candeeiro**: Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas, Ano 8, n. 1941, dez. 2014g.

OLIVEIRA, Lucia Marisy Souza Ribeiro de. **Educação rural e desenvolvimento local sustentável**: a lógica subjacente das relações inter-setoriais. (Tese de Doutorado), Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém – PA, 2005. 288p.

OSORIO, Vitor Do Amaral. **Bem Viver: Neoliberalismo e Unidade Política**. Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo, 2019.

PAULA, Josiane Souza de. **Celso Furtado e as grandes questões do subdesenvolvimento brasileiro**. X ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, Salvador, Set. 2014.

PAZMINO, W. F.; QUINTANA, I. V. **Ser desarrollado o ser feliz? Propuesta pedagógica para una transición paradigmática, de la gestión social del “desarrollo” a la gestión social del Buen Vivir**. Tesis de Maestría, Escuela de Trabajo Social, Pontificia Universidad Católica del Ecuador-PUCE. 2016.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues; TAVARES, Maria da Conceição; ANDRADE, Manuel Correia de. **Seca e Poder**. Entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

PIMENTEL, Álamo. **Caderno de Histórias de Vida dos Lavradores Lavradoras da Comunidade de Algodões**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

PIMENTEL, Álamo. **Processos educativos e suas gêneses na convivência com o semiárido**. 2000. 85p.

PONTES, Emilio Tarlis Mendes. **Transições Paradigmáticas: do Combate à Seca à Convivência com o Semiárido Nordestino, o Caso do Programa Um Milhão de Cisternas no Município de Afogados da Ingazeira – PE**. Mestrado em Geografia, Universidade Federal De Pernambuco, Recife, 2010.

RESAB. <http://resabnacional.blogspot.com/>

RESAB. Rede de Educação do Semiárido Brasileiro. **Diretrizes da Educação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro**. Juazeiro, BA: Selo Editorial RESAB. 2006.

Retratos da Escola / Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (**Esforce**) – v. 12, n. 24, nov. / dez. 2018. – Brasília: CNTE, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Rafael Winter. **A Construção da Aridez: Representações da Natureza, Regionalização e Institucionalização do Combate à Seca (1877-1909)**. Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio De Janeiro, 2001.

SABINO, Sylvia Thereza Bené de Oliveira. **Programas Emergenciais de Combate aos Efeitos da Seca: o que mudou na década de 90?**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**. In: BURSZTYN, M. (Org.) Para pensar o desenvolvimento sustentável São Paulo: Brasiliense, 1993.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, W. (Org.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Editora Vozes. 2000.

SANTOS, B. de Souza. **Um discurso sobre as Ciências**. Porto: Afrontamento, 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um Discurso Sobre as Ciências**. Lisboa: Afrontamento, 1999. 58p.

SANTOS, Pedro António dos; KIENEN, Nádia; CASTIÑHEIRA, Maria Inés. **Metodologia da pesquisa social: da proposição de um problema à redação e apresentação do relatório**. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTOS, Thiago Araujo. **Articulação no Semiárido Brasileiro (Asa Brasil): A Convivência com o Semiárido e a Construção de um Regionalismo de Resistência**. Doutorado em Geografia (Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SCHISTEK, Haroldo. **Canudos: Um Exemplo de Convivência com o Sertão**. 1993. (versão impressa e sem publicação).

SELLTIZ, Claire. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.

SEVILHA GUZMÁN, E. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre. Emater, 2001.

SILVA, Francisco Evanildo Simão da. **Uma Análise do Projeto Paulo Freire, sob a ótica dos princípios do Bem Viver (Sumak Kawsay)**. Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, Universidade Federal do Cariri, Crato, 2020.

SILVA, José de Souza. **A construção Social da convivência com o Semiárido Brasileiro: Experimento metodológico para a construção coletiva de Projetos de Vida Comunitários**. Campina Grande-PB: Núcleo de Agroecologia da Embrapa Algodão. 2017.

SILVA, José de Souza. **Construindo caminhos de coloniais para o Bem Viver - Alternativa de ou alternativas ao desenvolvimento?**, 2017.

SILVA, José de Souza. **Investigación Científica: ¿Para el desarrollo o para la vida?** Saarbrücken, Alemanha: Editorial Académica Española – EAE. 2018.

SILVA, José de Souza. O dia depois do desenvolvimento: Giro filosófico para a construção de uma agricultura familiar agroecológica. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 401-420. 2014.

SILVA, José de Souza.; PANELAS, O. **Convivência com o Semiárido: Manifesto poético do Bem Viver no Sertão**. Recife: Articulação do Semiárido – ASA. Brasil. 2019 (No Prelo).

SILVA, José. de Souza. Agroecologia e a ética da inovação na agricultura. **Revista REDES**, Universidade de Santa Cruz do Sul, Vol. 22, n. 2, p. 352-373. 2017.

SILVA, Luiz Mendes da. **O Bem Viver: Uma Experiência em Comunidade Indígena**. Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2019.

SILVA, Roberto Marinho alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. **SciELOBooks**, 2011.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dez. 2003.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. (Tese de Doutorado), Universidade de Brasília – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília – D.F, mai./2006. 298p.

SÓLON, Pablo. **Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização / organização de Pablo Solón**; tradução de João Peres 224 p. São Paulo: Elefante, 2019.

SOUZA, Maria Sueli Rodrigues de. **A ação Institucional político-pedagógica do IRPAA, na perspectiva de Gênero**. Picos: Projeto de Assessoria ao IRPAA 2000.

SUDENE. **As Secas do Nordeste**. Recife: SUDENE/MINTER, 1981.

SUDENE. **Processos de desertificação no Nordeste do Brasil: sua gênese e sua contenção**. Recife-PE: Sudene, 1983. Mimeogr.

SUDENE. **Relatório Final Delimitação do Semiárido**, Recife – PE, 2021.

Tecnologias sociais para a convivência com o Semiárido: barragem subterrânea. 7. ed. Recife-PE, 2014c (Série estocagem de água para a produção de alimentos).

Tecnologias sociais para a convivência com o Semiárido: barreiro-trincheira. 5. ed. Recife-PE, 2014d (Série estocagem de água para a produção de alimentos).

Tecnologias sociais para a convivência com o Semiárido: bomba d'água popular. 3. ed. Recife-PE, 2014e (Série estocagem de água para a produção de alimentos).

Tecnologias sociais para a convivência com o Semiárido: cisterna calçadão. 10. ed. Recife-PE, 2014a (Série estocagem de água para a produção de alimentos).

Tecnologias sociais para a convivência com o Semiárido: cisterna-enxurrada. 5. ed. Recife-PE, 2014b (Série estocagem de água para a produção de alimentos).

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. Gabinete da Reitoria. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos da UNIVASF/ UNIVASF.** – 3. ed. – Petrolina, 2016. 82 f. : il. ; 29 cm

URBANO, L; DUQUE, G. **Técnicas de captação e uso da água no semiárido brasileiro.** In: 6º Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água de Chuva. Belo Horizonte-MG, 09 a 12 de julho de 2007.

UTOPIA. **Unidade Técnica Objetivando Práticas Inovadoras e Adaptadas.** Campina Grande-PB, s/d.

VASCONCELOS SOBRINHO, J. **Metodologia para identificação de processos de desertificação:** manual de indicadores. Recife-PE: SUDENE-DDL, 1978.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar:** epistemologia e metodologia operativa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

VENTURA, Andrea Cardoso. **Tecnologias Sociais de Convivência com o Semiárido Baiano: Estratégia para a Governança Global do.** Doutorado em Administração, Universidade Federal Da Bahia, 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

VIEIRA, Denes Dantas. FREITAS, Helder Ribeiro. MARINHO, Cristiane Moraes. COSTA, Tiago Pereira da. **A Emergência do Fortalecimento do Campesinato no Semiárido Brasileiro.** Santa Maria – RS: UFMS - RS. 2017.

VILLA, M. A. **Vida e morte no sertão:** história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educar para transformar educação popular, Igreja Católica e política no movimento de educação de base.** Petrópolis: Vozes, 1984. 534 p.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 180 p.

WWP. Iniciativa Brasileira de Aprendizagem. **Relatório do Mundo Sem Pobreza - Análise do Plano Brasil Sem Miséria.** 2014.

XAVIER, T. B. S. **Estudos Climáticos e de previsão para o Ceará e Nordeste Setentrional.** Fortaleza: ABC Editora, 2001.

Sites

ASA, 2022. Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/>>.

INSA, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/insa/pt-br/semiario-brasileiro>>.

IRPAA, 2022. Disponível em: <<https://irpaa.org/>>.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2022. Disponível em:

<<http://memorialdademocracia.com.br/card/combate-a-fome/3>>.

SEMIÁRIDOS, 2022. Disponível em: <<https://www.semiaridos.org/pt-br/>>.

ANEXOS

- Roteiro de Entrevista Semiestruturada:
 1. Como nasce a ideia de criação do IRPAA e como foram os primeiros passos?
 2. Considerando as três décadas e dois anos de atuação institucional, o que destacaria enquanto desafios e avanços do período?
 - 1ª década (1990 a 1999)
 - 2ª década (2000 a 2009)
 - 3ª década (2010 a 2019)
 - 4ª década (2020 a atual)
 3. Qual a relação da Convivência com o Semiárido com o Belo Monte (Canudos)?
 4. Qual o conceito de Convivência com o Semiárido?
 5. Qual a direção política que orienta o trabalho do IRPAA?
 6. Como nasce a ideia de Fundo de Pasto, e qual sua relação com a Convivência com o Semiárido?
 7. O que significa esse “estalo” da Convivência com o Semiárido?
 8. O que seria essencial destacar como FUNDAMENTOS⁴⁷ da Convivência com o Semiárido?
 9. E os PRINCÍPIOS⁴⁸ da Convivência com o Semiárido?
 10. Qual a relação da CSA, Bem Viver e Agroecologia?
 11. O que seria importante olhar na construção e fortalecimento de um “novo” Semiárido nesse próximo ciclo de atuação do IRPAA?

⁴⁷ São aspectos que são essenciais e estruturantes em se tratando da CSA, ajudando no norteamento e compreensão micro e macro dessa proposta.

⁴⁸ São elementos que orientam o que podemos chamar de CSA... As diretrizes orientadoras para uma proposta política de CSA....

o Relatórios do IRPAA (1ª Fase)

O IRPAA fundado em 17 de abril de 1990, o primeiro encontro formativo como entidade estabelecida aconteceu em Pilão Arcado (BA), na Casa da Roça da Paróquia, conforme relatório a seguir:

1º ENCONTRO SOBRE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO SEMI-ÁRIDO

Realizou-se, em Pilão Arcado, Diocese de Juazeiro, de 23 a 25/07/90, o 1º Encontro sobre captação de água no semi-árido. Foi coordenado pelo Agente Pastoral, Agrônomo, Haroldo Schistek, contando com a participação do João Gunther Gnadlinger, técnico em Educação Popular, e do Engenheiro Agrônomo, Jorge Coelho, coordenador da "Associação Brasileira de Reforma Agrária-ABRA", técnico há 30 anos da SUDENE, posto em disponibilidade pelo Governo Collor, numa inequívoca demonstração de incapacidade administrativa e volta aos métodos agrários de perseguição política somente praticados durante a Ditadura Militar, mesmo assim, sem espalhar o clima de terror que se abate no seio dos Servidores Públicos e da própria sociedade.

Jorge Coelho integra o "Grupo de Resistência" da "SUDENE PARALELA", criado, recentemente, como forma de demonstrar à sociedade que os técnicos daquela Instituição, criada para servir ao povo, contam agora com um Grupo de Técnicos capacitados, inclusive com Cursos no Exterior, dispostos a prestar serviço à sociedade e, não, dela receber salários, sem trabalhar, como deseja o Governo Collorido, de forma irresponsável e inaceitável, social e administrativamente. Este "Grupo de Resistência" conta com o apoio de vários Governos Estaduais, que deverão requisitar seus serviços para colaborar nas soluções dos problemas da região, como os discutidos no Encontro de Pilão Arcado.

CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS E SUBTERRÂNEAS

Com a participação de 25 lavradores, vindos das diversas Comunidades, foram tratados os seguintes assuntos:

- 1 - A captação das águas pluviais (chuvas), através da superfície aproveitável dos telhados das residências dos lavradores, recebeu total aprovação. Aliás, isso já era recomendado pelo Pe. Cicero, lá por 1930.
- 2 - Origem das chuvas; distribuição da queda pluviométrica (chuvas) no sertão e em outras regiões; influência da vegetação no clima; interferência das correntes aéreas na distribuição das chuvas e previsão das secas.
- 3 - Sobre a previsão das secas, os técnicos falaram dos estados realizados pelo CIA em São Jose dos Campos-SP em 1978 e alertaram sobre a seca que poderá ocorrer a partir de 1994, repetindo 1979/84, com maior gravidade devido às secas totais e especiais (secas verdes) que já vêm ocorrendo.

FORMAS ACONSELHADAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA

Os lavradores fizeram um balanço das necessidades de água para suas famílias, chegando à conclusão de que a grande maioria precisa entre 25 mil a 50 mil litros d'água, por ano, para atender seus consumos básicos.

- 1 - Essa quantidade d'água pode ser acumulada em cisternas, a custos baixos. Outra vantagem das cisternas é a qualidade da água. Já, por natureza, é de boa qualidade e não contém as impurezas daquelas trazidas em carros-pipa que, além disso, servem para especulação política, não atendem ao consumo e têm custos altíssimos.
 - 2 - Outras formas de captação d'água: poço tipo amazonas (cacimbão) de acordo com a região e os caxios (tanques escavados em rocha) para assegurar consumo animal e pequena irrigação (pomar, hortas).
 - 3 - O poço tubular, por ser caro, de baixo rendimento no crystalino (média de 2.000 litros/hora), e por conter água sempre com elevados teores de sais, particularmente os cloretos de sódio e magnésio, que prejudicam a qualidade das águas, foi descartado, somente aconselhado para áreas de sedimento e construído pelos Governos, com subsídios ou a fundo perdido. O mesmo foi dito das barragens.
- Os lavradores concluíram que as Prefeituras Municipais devem incentivar e participar de um amplo Programa de Construção de Cisternas Públicas, utilizando a cobertura das escolas, postos médicos, mercados etc, empregando de imediato os recursos da emergência coordenada pela SUDENE, dos Programas São Vicente, Padre Cicero e Projeto Nordeste (FAPP), além dos definidos pelo Art.159 da Nova Constituição, operacionados pelo Banco do Nordeste do Brasil.
- Para setembro próximo está programado um Encontro sobre Tecnologias Agropecuárias para o Tropicó Semi-Árido.

Em Pilão Arcado (BA), na Casa da Roça da Paróquia, durante os dias 15 e 18 de julho de 1991, aconteceu o 2º Encontro da Busca da Água na Caatinga. O encontro foi coordenado por Haroldo Schistek e João Gnadlinger, ambos do IRPAA, contando com a colaboração de Cicero Félix dos Santos, estagiário da Escola Agrotécnica de Juazeiro, BA.

Até as 18.00hs da 2a. Feira, dia 15 de julho, chegaram 33 lavradores, representantes das comunidades do município de Pilão Arcado. No mesmo dia só houve a apresentação das pessoas por Pe. Guilherme. Na 3a. feira pela manhã, o dia foi começado pela reflexão do Salmo 103, que fala da água e da natureza que nos foram entregues para cuidar, mas que muitas vezes destruímos ou poluímos. Depois da apresentação do trabalho do IRPAA por Haroldo, foi feito um levantamento sobre a situação da água no município, sobretudo na época da seca. Na região de Feijão tem na seca uma cacimba com água só, onde busca-se água de até 8 léguas distante, em Nova Holanda não falta água, outros buscam água 2 léguas distante; na região do Morro tem dois poços de corda com 20 m que não secam; em Casa Verde, uns tem barreiros grandes, outros carregam água de 2 léguas distante; na Beira Rio tira-se água do rio São Francisco de até 2 léguas de distância porque proíbe-se pegar água mais perto. Os problemas que a seca cria são: falta de alimento para homens e animais, perda do criatório e da lavoura, desidratação das crianças, perda enorme de tempo para conseguir água longe de casa, falta de administração no município e dominação política (a prefeitura tem 8 tanques-pipa, mas não tem caminhão), o povo não está preparado para a seca.

A partir disso, Cicero explicou a origem da chuva e o ciclo da água. Para muitos isso era uma coisa bastante nova, já que para muitos é simplesmente Deus que manda chuva. Para entender melhor a evaporação, olhamos os pingos d'água na tampa da panela na cozinha.

A tarde, com a orientação de João, falamos sobre o clima do Nordeste. O vento na maior parte do ano sopra do Sudeste, mas quase não traz chuva. Chove quando o vento muda para o norte. Nossas chuvas muitas vezes são chuvas fortes com pouca duração. A distribuição da chuva durante o ano é bastante irregular. Também muda a precipitação anual cada ano. Olhamos a precipitação de Juazeiro, BA, nos últimos 10 anos. Até nos meses de chuva entre dezembro e abril existem meses em que não chove. Uma conclusão importante tirada disso foi que a nossa região não é boa para a lavoura, mas que é boa para criar animais, especialmente cabras.

Falamos ainda sobre a previsão das secas grandes, sobre o ciclo das secas de 26 anos, descoberto por cientistas do Centro Técnico Aeroespacial, em S. José dos Campos, SP. Se as secas são previsíveis, pode-se também enfrentá-las ou conviver com elas.

A noite, foram mostrados dois filmes: O primeiro sobre a luta e a organização dos lavradores em Guaporé, MT, uma região com muito mais chuva como no Nordeste, mas com problemas semelhantes de exploração. O segundo filme mostrou a luta pela Reforma Agrária das Ligas Camponesas no Pernambuco antes do golpe militar de 1964.

Na 3a. feira pela manhã estudamos sob a orientação de João, o clima, a chuva e a seca na Terra Santa. Para isso nos ajudaram as dramatizações de uns textos do Antigo Testamento (Gn 26, Gn 37, Nm 20, Jer 38). Descobrimos uma coincidência muito grande entre o clima do Nordeste e da Terra Santa. Para prevenir a seca cavava-se poços; cisternas de cal foram feitas já dois mil anos atrás que seguram água até hoje. Também naquele tempo, a água era uma questão eminentemente política como hoje.

Depois passamos para as formas de armazenamento de água nas comunidades de Pilão Arcado. Na seca tira-se a água de tanques, barreiros, barragens, poços artesanais e manuais, cacimbas, caldeirões nativos, de lagoas e do rio, dependendo de cada comunidade. Houve também uma discussão sobre as plantas aquáticas que cobrem a água dos barreiros: O limo reduz a oxigênio da água o que é prejudicial; já o aguapé despolui a água e serve além disso como ração para galinhas.

Para demonstrar o efeito da evaporação fizemos um experimento com vasilhas de várias formas diferentes, onde cabia a mesma quantidade de água, mas com diferentes tamanhos de superfície. Quanto menor a superfície, tanto menor a evaporação. Isso é para cavar os barreiros com bastante profundidade (mais de 3,5 metros) para equilibrar as perdas com a evaporação. Um filtro de água caseiro, feito de lata de querosene, cascalho, carvão, areia fina e areia grossa, não produziu o resultado desejado porque não achamos areia fina no local.

A tarde, Haroldo mostrou e explicou as instalações de captação e armazenamento de água que existem na Casa da Roça: as cisternas rurais com área de captação da água da chuva do telhado e de uma área própria no chão e um poço de manilhas de 26 metros. Ficou para o outro dia a caminhada para o barreiro com parede. de tijolos para evitar o entupimento com lama.

Uma coisa interessante à parte foi a comparação do rendimento econômico entre uma vaca e oito cabras. A cabra ganha esta comparação na produção do leite, na procriação (uma vaca tem 1 bezerro por ano, 8 cabras têm 20 cabritos) e nos riscos (Se a cobra mata uma cabra, restam mais sete; se a cobra mata uma vaca, acabou tudo).

Mais uma demonstração da evaporação e das necessidades de cavar barreiros bem fundos: a água derramada no chão evapora em pouco tempo, enquanto a água num copo d'água diminui quase nada.

O que impressionou muito foi a possibilidade de fazer o cálculo da necessidade de água para a família num ano e a possibilidade de calcular a quantidade de água que cai em cima do telhado de nossas casas (Veja o resultado na lista anexa). Das 33 casas das pessoas presentes, só três casas não produzem a quantidade necessária de água para sustentar a família durante a seca.

A partir disso já caminhamos para uma estratégia da água em nossa região. Distinguimos entre a água de cada casa, a água da comunidade e a água de emergência.

Cada família deve garantir a água para seu uso na seca: água do telhado, tanque, cisterna, caxio, barreiro. Cada família ou casa deve descobrir sua maneira própria de providenciar água. A água da comunidade deve ser assegurada através de um poço comunitário, barreiro grande, caldeirão comunitário... A água de emergência para enfrentar uma seca grande deve envolver também a prefeitura, o sindicato, o estado. Como exemplo foi falado da construção (já iniciada) de uma barragem grande na Barra do Brejo. Para o Sindicato dos Trabalhadores propõe-se a criação de uma Secretaria da Água que leve esta preocupação da água para frente.

A noite, mostramos o vídeo filme sobre a cisterna de cal, que está sendo construído na área do IRPAA em Juazeiro.

Na 5a. feira, com a ajuda de João, foi falado sobre a partir deste encontro. O folheto recebido que contém os prática assuntos mais importante serve para estudar em casa, para emprestar aos companheiros e à professora e para preparar reuniões sobre o tema da busca da água na comunidade de cada participante. No trabalho em grupos separados por regiões chegava-se às seguintes conclusões: Em Casa Verde precisa-se abrir caldeirões e barreiros e fazer uma barragem municipal, em Feijão deve-se cavar um poço manual, na Beira Rio quer-se construir uma cisterna para cada casa, na região de Nova Holanda precisa-se fazer tanques (Camaçari, Girau, Lagoa dos Piau, Pedra Branca) e um poço manual (Pato), no Morro vai-se fazer limpeza nos barreiros, construir reservatórios de acordo com a terra e apelar ao sindicato, à prefeitura e à paróquia.

Depois Haroldo explicou ainda melhor a cisterna de cal, foi feito um cálculo do tamanho da cisterna segundo o tamanho da família, dado uma explicação mais detalhada sobre o porquê do vazamento dos tanques de cimento. Foi falado sobre a possibilidade de conseguir recursos financeiros para projetos comunitários através do fundo rotativo.

À tarde continuamos a discussão como prevenir a próxima seca grande prevista para os anos 2005 a 2011.

Deve-se procurar a solução mais adequada para cada caso. Devem ser soluções baratas e eficientes que não custam muito para a manutenção. Uma barragem toma terra boa, deve ter de 5 a 6 metros de profundidade, deve ser construída numa terra que é de todos e não do fazendeiro. Um poço artesianos custa caro demais e a manutenção é cara. Quem conserta o motor ou o cata-vento e quem paga o óleo? Os tanques com cantos racham (A natureza faz tudo redondo). Por causa disso é importante saber exigir e saber o que exigir. Nesta política da água, deve-se partir das verdadeiras necessidades do município, conquistar vereadores, pressionar os políticos; além da Secretaria da Água do Sindicato devia-se criar uma Secretaria de Recursos Hídricos na Prefeitura e assim ver como prevenir a próxima seca grande.

Na avaliação foi destacado, que a seca já não é mais uma coisa tão desagradável, porque têm meios para "colher a água" que chove encima dos telhados. A seca é previsível e deve ser enfrentada antes de chegar. Devia-se ter explicado mais como adquirir recursos para construir tanques, cisternas, barreiros. A animação podia ter sido melhor por parte dos participantes. Cícero conseguiu animar a turma bastante mais (em comparação aos encontros anteriores). A respeito de recursos falamos então ainda um pouco sobre o projeto de Nova Praia, onde se pretende construir oito cisternas de cal, uma para cada casa, com um financiamento rotativo pelo governo do Canada que ajuda a completar os esforços e recursos da comunidade. Foi marcado também o próximo encontro do IRPAA em Pilão Arcado para os dias 21 a 25 de outubro de 1991, tratando como assunto a lavoura.

O encontro terminou com a celebração eucarística, presidida por Pe. Guilherme e preparada pelos participantes. O tema dela foi: "Nossa Região é uma Terra Prometida". O texto de Nm 13, que fala da "terra, onde corre leite e mel", que é dada por Deus ao seu povo, mas que deve ser conquistada, cultivada e cuidada, vale do mesmo jeito hoje para o povo de Pilão Arcado.

P.S: Durante o encontro foi dado também uma tarefa para casa: Para ter mais dados sobre uma política da água do município foi entregue aos participantes um questionário para fazer um Levantamento dos Recursos de Água na Comunidade.

O pessoal comprometeu-se de fazer este levantamento e entregar os resultados no próximo encontro do IRPAA em outubro ou já antes na Casa Paroquial. (Relatório do 2º Encontro do IRPAA em Pilão Arcado, 1991, p. 01 a 04).

Em Campo Alegre de Lourdes - BA, no Centro Comunitário da Paróquia, durante os dias 22 e 25 de julho de 1991, realizou-se o 1º Encontro da Busca da Água na Caatinga. O encontro foi coordenado por Haroldo Schistek e João Gnadlinger, com participação de Cícero.

Em Campo Alegre de Lourdes - BA, no Centro Comunitário da Paróquia durante os dias 22 e 25 de julho de 1991, realizou o 1º Encontro da Busca da Água na Caatinga. O encontro foi coordenado por Haroldo Schistek e João Gnadlinger, ambos do IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada), contando com a colaboração de Cícero Felix dos Santos, estagiário da Escola Agro técnica de Juazeiro, BA. Até às 14.00hs da 2a. feira, dia 22 de julho, chegaram 15 dos 20 participantes, na maioria representantes das comunidades do município de Campo Alegre de Lourdes. Todos foram cumprimentados por Haroldo que nesta ocasião apresentou também o trabalho do IRPAA. Todo mundo se apresentou depois e falou. também sobre o que esperava deste encontro. Entre as respostas se destacaram: Queremos conhecer melhor o Nordeste; o estudo. da água ajuda a nossa luta de sobrevivência; precisamos arrancar uma proposta concreta das comunidades.

Depois foi feito num trabalho em grupos por regiões (Lagoas, Lagoa do Meio, São Gonçalo) um levantamento sobre a situação da água no município, sobretudo na época da seca. Na seca busca-se a água numa distância de 1 a 5 léguas, cava-se cacimbas; se uma barragem ainda tiver água, esta está suja; o carro-pipa está à disposição de políticos e o povo das comunidades fica excluído. A respeito dos maiores problemas da seca, eles responderam: falta de água e comida; carestia na época da seca e do plantio; desemprego; migração para São Paulo, Brasília ou para os garimpos; na época da colheita os produtos não têm preço; falta de condições de construir reservatórios de água. A partir disso, Cícero explicou a origem da chuva e o ciclo da água. Para muitos, isso era uma coisa bastante nova, já que é simplesmente Deus que manda a chuva, outros já conheciam o assunto.

A noite foram mostrados dois filmes: O primeiro sobre a luta e a organização dos lavradores em Guaporé, MT, uma região com muito mais chuva do que o Nordeste, mas com problemas de exploração semelhantes. O segundo filme mostrou a luta pela Reforma Agrária das Ligas Camponesas no Pernambuco antes do golpe militar. de 1964. A maioria dos participantes tinha visto os filmes em encontros anteriores.

Na 3a. feira, pela manhã, o dia foi começado pela reflexão do Salmo 103, que fala da água e da natureza que nos foram entregues para cuidar, mas que muitas vezes destruímos ou poluímos. Depois, com a orientação de João, falamos sobre o clima do Nordeste. O vento, na maior parte do ano, sopra do Sudeste, mas traz pouca chuva. Chove quando o vento muda para o Norte. Segundo os participantes, a chuva de madrugada significa inverno bom e a chuva à tarde significa chuva fraca. A distribuição da chuva durante o ano é bastante irregular. Também muda a precipitação anual em cada ano. Olhamos a precipitação de Juazeiro, BA, nos últimos dez anos. Até nos meses de chuva entre dezembro e abril existem meses. em que não chove. Uma conclusão importante tirada disso foi, que a nossa região não é boa para a lavoura, mas é boa sim, para criar animais, especialmente cabras.

Falamos ainda sobre as secas grandes da região do Nordeste. O pessoal se lembrava das secas de 1932, 1939, 1952, 1960, 1977 e 1981 (a seca do "vai ou quebra"). Esta memória do povo coincide com o ciclo das secas do Nordeste de 26 anos, que

foi descoberto por cientistas do Centro Técnico Aeroespacial, em S. José dos Campos, SP. A próxima seca grande é prevista para entre os anos 2005 e 2011. Se as secas são previsíveis, pode-se também enfrentá-las ou conviver com elas.

A tarde, estudamos o clima, a chuva e a seca na Terra Santa. Para isso nos ajudaram as dramatizações de uns textos do Antigo Testamento (Gn 26, Nm 20 e Jer 38). Descobrimos uma coincidência muito grande entre o clima do Nordeste e da Terra Santa. Para prevenir a seca cavava-se poços; cisternas de cal foram feitas já dois mil anos atrás (umas seguram água até hoje). Também naquele tempo, a água era uma questão eminentemente política.

Depois passamos para as formas de armazenamento de água nas comunidades de Campo Alegre de Lourdes. Na seca tira-se a água tanques, barreiros (onde muitas vezes a água serve para homens e animais juntos), barragens (que é a pior água na seca por causa da sujeira), caldeirões (nativos na rocha, na região das Lagoas), cacimbas (que são poços cavados à mão e se chamam também cacimbão ou cisterna; muitas vezes não dão água) ou de lagoas. Uma coisa interessante era a cacimba em Mundo Novo, cavada numa fenda da rocha cristalina com 10 m de profundidade que nunca seca e que já foi descoberta pelos índios. Nas Lagoas de Santa Úrsula e do Sal encontram-se ossos petrificados de preguiças gigantes e outros animais extintos. Falamos também sobre as plantas aquáticas que cobrem a superfície dos barreiros: O limo reduz o oxigênio da água o que não é bom; já o aguapé despolui a água e serve ainda como ração para galinhas.

Para demonstrar o efeito da evaporação fizemos um experimento com vasilhas de várias formas diferentes, onde cabia a mesma quantidade de água, mas com diferentes tamanhos de superfície. Quanto menor a superfície, menor a evaporação. Isso é importante para cavar os barreiros com bastante profundidade (mais de três metros e meio) para recuperar as perdas com a evaporação. Um filtro de água caseiro, feito de lata de querosene, cascalho, carvão, areia fina e areia grossa, deu um excelente resultado porque limpou muito bem a água suja da lagoa da cidade. Com este tipo de filtro pode-se melhorar muito a qualidade da água que se bebe nas casas na roça.

À noite, mostramos o vídeo filme sobre a cisterna de cal, que está sendo construído na área de IRPAA em Juazeiro. Também mostramos slides sobre algumas instalações de armazenar água como os caxios em Casa Nova e barreiros, cisternas e irrigação salvação numa barragem na Embrapa em Petrolina, PE.

Na 4a. feira, pela manhã, refletimos sobre o Profeta Jeremias que ficou preso numa cisterna em Jerusalém e sobre a perseguição dos profetas de hoje. Depois disso, Haroldo mostrou e explicou as instalações de captação e armazenamento de água na Casa Paroquial: o caldeirão feito de paralelepípedos, massa de cimento e ferro, a área de captação da água de chuva, as calhas e bicas de zinco e plástico e o filtro de água. Depois foi explicado o uso de ferro em caldeirões de concreto (virar as pontas de ferro; cobrir o ferro com 2 cm de cimento para não enferrujar; não deixar cantos na natureza tudo é redondo; fazer fundo do caldeirão junto com o início das paredes...). Outra coisa: Por causa da higiene não se deve deixar o balde, com que se tira a água do caldeirão, no chão, mas sempre dentro da cisterna.

Uma coisa interessante foi a comparação do rendimento econômico entre uma vaca e oito cabras. A cabra ganha esta comparação na produção do leite, na procriação (uma vaca tem um bezerro por ano, 8 cabras têm 20 cabritos) e nos riscos (Se a cobra mata uma vaca, tudo acabou; enquanto se cobra mata uma cabra, restam mais sete).

Mais uma demonstração da evaporação e da necessidade de cavar os barreiros bem fundos: a água derramada no chão evapora em pouco tempo, enquanto a água num copo d'água diminui quase nada.

O que impressionou muito foi a possibilidade de fazer o cálculo da necessidade de água para a família num ano e a possibilidade de calcular a quantidade de água que cai em cima do telhado de nossas casas (Veja o resultado na lista anexa). Das 20 casas das pessoas presentes, todas produzem a quantidade necessária de água para sustentar a família durante a seca.

A partir disso já caminhamos para uma estratégia da água em nossa região. Distinguimos entre a água da família, a água da comunidade e a água de emergência: Cada família deve garantir a água para seu uso na seca: água do telhado, tanque, cisterna, caxio, barreiro, independência do carro-pipa. Cada família deve achar sua maneira própria de providenciar água. A água da comunidade deve ser segurada através de um barreiro grande, uma barragem de uso comum, mutirão na construção... A água de emergência para uma seca grande deve envolver também a prefeitura, o sindicato, o estado. Falou-se da construção de uma barragem grande ou de poços tubulares (Mas foi falado também que de 15 poços perfurados no município somente um estava funcionando). Uma política apropriada da água deve partir das comunidades e não deve ser decidida de cima para baixo.

Continuamos o nosso trabalho até à noite para poder participar da tomada de posse do sindicato no dia seguinte. Com a ajuda de João falamos sobre a prática a partir deste encontro. O folheto recebido que contém os assuntos mais importantes do encontro serve como guia para reuniões sobre a água na comunidade ou na escola para as crianças. No trabalho em grupos separados por regiões chegava-se às seguintes conclusões: Na região de Lagoas precisa-se fazer caldeirões e poços manuais e cavar grandes barreiros como o barreiro da Lagoa dos Bois; na região de Baixões propunha-se fazer mutirões para cavar cacimbas e um barreiro no Baixam dos Bois, além de reivindicar recursos do governo; na região de Malhada precisa-se deslamar os barreiros, filtrar a água e combinar a política da água na comunidade.

Assim chegamos a discutir como prevenir a próxima seca prevista para os anos 2005 a 2011.

Deve-se procurar a solução mais adequada para cada caso. Devem ser soluções baratas e eficientes que não custam caro para a manutenção. O que adianta uma barragem que não enche? (Ela deve ter pelo menos de 5 a 6 metros de profundidade). Um poço artesiano custa caro demais e a manutenção é cara também. Quem conserta o motor ou o cata-vento e quem paga o óleo? Porque não aprofundar e limpar os barreiros grandes como os nossos pais fizeram? A política da água deve ser uma luta inteligente: deve-se partir das verdadeiras necessidades do município, conquistar vereadores, pressionar políticos; o sindicato devia criar uma Secretaria da Água e a prefeitura uma Secretaria de Recursos Hídricos e assim ver como prevenir a próxima seca grande.

No último dia, 25 de julho, Dia do Trabalhador Rural, fizemos a avaliação. O que mais impressionou no encontro foi a previsão da seca e a prevenção contra ela; pode-se fazer cálculos sobre a água que cai na casa da gente (tirar água da telha) e calcular também o tamanho do tanque necessário em casa para passar a seca. Esperava-se dicas para adivinhar o lugar certo para achar água em poços que se queria cavar. Espera-se também a comprovação do barreiro de cal como foi feito em Juazeiro. Do lado dos participantes espera-se um maior número de participantes nos próximos encontros e uma animação mais viva (p. ex. trazer instrumentos).

Foi marcado o próximo encontro do IRPAA em Campo Alegre de Lourdes para os dias 07 a 10 de outubro de 1991, tratando como assunto a lavoura.

O encontro terminou com uma celebração, preparada pelos próprios participantes, com o tema: "Nossa Região é uma Terra Prometida". O texto de Nm 13, que fala da "terra, onde corre leite e mel", que foi dada por Deus ao seu povo, mas que deve ser conquistada, cuidada e cultivada, vale do mesmo jeito hoje para o povo de Campo Alegre de Lourdes.

Depois fomos todos para a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais participando da tomada de posse do novo presidente Arminio de Deus Braga. Haroldo apresentou durante a solenidade o trabalho do IRPAA e desejou à nova diretoria um bom

trabalho. O presidente. Armínio, que tinha participado do encontro, disse que o sindicato ia assumir a política da água e criar uma Secretaria da Água.

P.S: Durante o encontro foi dado também uma tarefa para casa: Para ter mais dados sobre uma política da água do município foi entregue aos participantes um questionário para fazer um Levantamento dos Recursos de Água na Comunidade. O pessoal se comprometeu de fazer este levantamento e entregar os resultados no próximo encontro do IRPAA em outubro.

Durante o encontro foi falado sobre a possibilidade de conseguir o empréstimo de recursos financeiros para projetos comunitários através do fundo rotativo. (*Relatório do 1º Encontro do IRPAA em Campo Alegre de Lourdes, 1991, p. 01 a 04*).

Retornando a Pilão Arcado - BA, na Casa da Roça da Paróquia, durante os dias 20 a 24 de julho de 1992, aconteceu o 3º Encontro da Busca da Água no Sertão.

O encontro contou com a participação de 23 lavradores do município e mais três lavradores de Dona Inês, PB. A coordenação ficou com João Gnadlinger, do IRPAA, com a colaboração de Ir. Rita Rodrigues Pessoa, de Filadélfia, BA, e Pe. Guilherme Meyer, vigário da paróquia. A maioria dos lavradores participaram pela primeira vez de um curso sobre a água, mas eles já tinham certo conhecimento dos assuntos, resultado do trabalho do IRPAA durante vários anos no município.

No levantamento sobre a situação da água foi falado muito da exploração política através da água (carro pipa, poços que não funcionam, promessas vazias antes das eleições), mas também que a exploração através da água continua nas casas de família, já que as mulheres e crianças devem carregar a água (os homens só ajudam quando a água fica muito longe por causa da seca). Se é verdade que por família se gasta 90 dias por ano para buscar água, então se deve fazer um esforço para ter a água junto da casa.

Como consequência lógica da distribuição irregular da chuva na estação da chuva e em cada ano chega-se à conclusão que o sertão não é região de lavoura, mas de criação de cabras. Se existe um ciclo da seca, devemos-nos e podemos-nos prevenir.

O filtro caseiro já se encontra em várias casas do município. O filtro improvisado no curso filtrou bem até a água da lavagem da louça.

Os cálculos feitos sobre a necessidade de água por família e a descoberta que esta quantidade cai como chuva no telhado das casas, que pode ser aproveitada para resolver o problema da água da família, são sempre uma descoberta.

O que chamou mais atenção, foi a busca das "veias d'água" no subsolo com forquilhas de goiabeira, sob a orientação da Ir. Rita. Sete dos 23 participantes descobriram que possuem a mesma capacidade.

Explicamos também as instalações de captação e armazenamento de água, que se encontram na Casa da Roça: Um barreiro, revestido de alvenaria para impedir a obstrução com areia; duas cisternas retangulares de cimento (uma rachada), com área de captação; um poço revestido de manilhas de 28 metros (que segundo a descoberta dos "adivinhadores da água" devia-se encontrar em outro lugar para pegar a água de um encruzilhamento de veias).

Numa visita à comunidade de Nova Praia observamos a construção de duas cisternas, uma para 4 e a outra para 6 pessoas. Foram dadas informações sobre como cavar o buraco de cisterna, como bater a massa de cal, a mistura e a "curtição" da massa. Também foram tiradas as dúvidas a respeito do começo do levantamento da cisterna.

Como meios didáticos usamos além de cartazes, slides e vídeo as cartilhas "A Busca da Água no Sertão", que servem também para os participantes ter mais condições de transmitir o conteúdo do encontro em suas comunidades.

Em grupos estudamos os três tipos de água: água da família, água da comunidade, água da emergência. Destacamos que o assunto da água deve ser levado para todas as pessoas de um lugar, também para pessoas que não participam da comunidade, que tem outra religião (crentes) ou apoiam outro partido político.

Além de levar o assunto da água para todas as pessoas de uma comunidade, através de visitas, reuniões, ensino nas escolas, falou-se na possibilidade de ter um Departamento da Água no sindicato.

No 2º Encontro da Água, no ano passado, foi incentivado um Levantamento dos Recursos de Água na Comunidade, que foi feito em 45 comunidades. Participantes de lugares, onde não foi feito o levantamento ainda, se comprometeram de fazer este levantamento até o mês de setembro.

A busca da água na Bíblia iluminou também a busca da água durante o curso (Elias no barreiro, Jeremias na cisterna, Moisés e Aarão buscando água com a forquilha de gameleira, Jesus e a Samaritana repartindo a água no poço), que foi encerrado com uma caminhada onde refletimos sobre a água como sinal da morte e da vida.

Pe. Guilherme lembrou a partilha da água de uma lagoa que foi controlado por um fazendeiro para todos os moradores na comunidade Lagoa Grande e a construção de umas cisternas na região de Feijão como consequência de cursos anteriores.

João Danda Odilon Filho vai acompanhar as comunidades de perto através de visitas, não só na parte da água, mas também na parte da lavoura e da criação.

Como passos concretos para depois do encontro foram assumidos: - usar a cartilha em visitas de casa, reuniões, nas escolas; - cada participante fará um filtro caseiro para sua casa; - marcar as veias d'água no subsolo com forquilha de goiabeira na sua comunidade; - completar o Levantamento dos Recursos de Água onde não foi feito até 07 de setembro (Encontro da Roça); - animado pela experiência em Nova Praia, em outros lugares quer-se construir cisternas de tijolos e cal também.

*No caminho entre Juazeiro e Pilão Arcado foi visitado com os lavradores de Dona Inês, PB, as seguintes instalações: um caxio (em Camarada, Casa Nova), um cachimbo (num braço do Lago São Francisco, Remanso), um poço de cata-vento (com 50 m de profundidade, feito pelo DNOCS, perto de Remanso) e um caldeirão (que aproveita água de uma encruzilhada de duas veias d'água, em Juazeirinho, Remanso). Os lavradores paraibanos vão fazer reuniões e cursos sobre a água e incentivar a construção de cisternas de tijolos e cal na Diocese de Guarabira, PB. (*Relatório do 3º Encontro do IRPAA em Pilão Arcado, 1992, p. 01 a 04*).*